

O projeto “Portugal: Ambiente em Movimento” (PAeM) resulta da cooperação internacional entre: Oficina de Ecologia e Sociedade (Ecosoc), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC); Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI); - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Consórcio Ciências Sociais e Gestão (SOCIUS- CSG), da Universidade de Lisboa (ISEG/UL). E Investigadoras/es com diferentes formações: antropologia, engenharia, economia, história, jornalismo, direito, serviço social e sociologia.

O trabalho iniciou-se em agosto de 2014 a partir da colaboração com o mapa de conflitos ambientais EJ Atlas (Environmental Justice Atlas do projeto EJOLT - Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade).

Estão hoje inventariados e são diariamente acompanhados mais de 200 conflitos, divididos por eixos temáticos/áreas de atividade económica. Foram selecionados mais de 60 casos que apresentam uma diversidade de atividades económicas, localizações, ações e protagonistas.

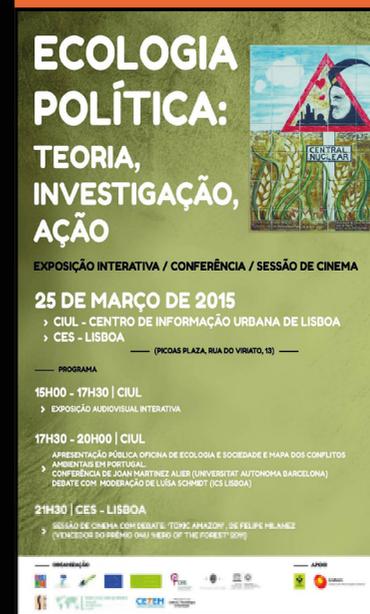
O Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais é constituído por uma equipa multidisciplinar de professores de universidades em seis países europeus (Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Itália, Suécia) e quatro americanos (Brasil, Argentina, Chile, Canadá) interessados em abordar as consequências, no espaço e no tempo, o renascimento gradual da mineração na Europa, que, mais uma vez, tem a sustentabilidade ambiental na agenda política da Europa. Nesse sentido, o objetivo deste grupo é fornecer informações para promover uma melhor e mais ativa participação dos agentes envolvidos e ajudar os políticos a tomar melhores decisões com base em informações consistentes.



www.ambientemovimento.org



Portugal: ambiente em movimento



Portugal: Ambiente em Movimento

Francisco Rego Chaves Fernandes
Lúcia de Oliveira Fernandes
(Editores)

Paulo Eduardo Guimarães
(Prefácio)

Portugal: Ambiente em Movimento

Francisco Rego Chaves Fernandes
Lúcia de Oliveira Fernandes
Editores

Paulo Eduardo Guimarães
Prefácio

Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais
CICP - Centro de Investigação em Ciência Política, Portugal
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral, Brasil

**Évora / Rio de Janeiro
2019**

Ficha Técnica

Título: Portugal: Ambiente em Movimento

Editores: Francisco Rego Chaves Fernandes e Lúcia de Oliveira Fernandes.

Prefácio: Paulo Eduardo Guimarães.

Autores: Beatriz Caitana, Eliane Araujo, Francisco Rego Chaves Fernandes, Inês Ribeiro, José Gomes Ferreira, Lays Paes e Silva, Lúcia de Oliveira Fernandes, Oriana Rainho Brás, Rita Brás, Sofia Coelho Bento, Teresa Meira.

Palavras-chave: Conflitos Ambientais, Sustentabilidade, Recursos Naturais, Portugal.

Cidades: Rio de Janeiro-RJ, Brasil: CETEM / Évora, Portugal: CICIP.

Ano: 2019.

Projeto Portugal: Ambiente em Movimento (PAeM) - Cooperação internacional entre: Oficina de Ecologia e Sociedade (ECOSOC), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC); Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil (MCTIC); Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Consórcio Ciências Sociais e Gestão (SOCIUS-CSG), da Universidade de Lisboa (ISEG/UL).

Coordenação Científica do Projeto: Francisco Rego Chaves Fernandes (CETEM/MCTIC/Brasil); Lúcia de Oliveira Fernandes (Oficina Ecologia e Sociedade, CES/Universidade de Coimbra e Socius-CSG/Universidade de Lisboa); Sofia Coelho Bento (SOCIUS-CSG/Universidade de Lisboa); Stefania Barca (Oficina Ecologia e Sociedade, CES/Universidade de Coimbra).

Comissão científica: Investigadoras/es do Observatório de Ambiente e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Ana Delicado, David Travassos, José Gomes Ferreira, Luísa Schmidt, Mónica Truninguer, Susana Fonseca, Susana Valente; Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade de Évora - Paulo Guimarães; Membros do Projeto Rios Livres, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - Ana Brazão e Pedro Santos; Departamento para o Desenvolvimento Sustentável da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - José Janela.

Equipa Técnica do Projeto: Beatriz Caitana Silva; Eliane Rocha Araujo; Lays Helena Paes Silva; Maria Inês Almeida Ribeiro; Oriana Rainho Brás; Rita Campos Brás; Teresa Meira.

Editoração eletrônica: Fernando Ferreira de Castro (CETEM/MCTIC/Brasil).

Capa: Projeto Portugal: Ambiente em Movimento.

Registro do livro:

ISBN Brasil: 978-85-8261-100-5

ISBN Portugal: 978-98978550-78-1

A versão digital desta obra pode ser livremente descarregada no sítio na web www.ambientemovimento.org para fins não comerciais desde que respeitada a sua integridade, citada a sua proveniência e atribuído o respetivo crédito, nos termos da licença internacional Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0).

Coordenação e Equipa Técnica do Projeto

Beatriz Caitana da Silva (Cascavel, Brasil, 1985) é doutoranda em Sociologia e mestre pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É membra do Grupo de Estudos em Economia Solidária-ECOSOL do Centro de Estudos Sociais (CES) e, também, participa de projeto de inovação na área da participação e gestão urbana. Seus interesses de investigação incidem no tema da inovação social e economia social e solidária, sociologia do conhecimento e incubadoras sociais. Tem focado sua investigação atual sobre os mecanismos de transferência de conhecimento e o papel social das universidades na sua relação com a economia social e solidária a partir de estudos de caso.

Mais detalhes em: <http://lattes.cnpq.br/6171893468676554>

Eliane Rocha Araujo (Rio de Janeiro, 1963) é jornalista com 18 anos de experiência na área socioambiental e mestre em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi pesquisadora bolsista do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (CETEM/MCTI) do Brasil, onde auxiliou na coordenação do banco de dados “Recursos Minerais e Territórios: Impactos Humanos, Socioambientais e Econômicos”. É uma das editoras do livro “Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos”. É autora de diversos estudos de caso e artigos sobre o tema mineração.

Mais detalhes em: <http://lattes.cnpq.br/0228371510389362>

Francisco Rego Chaves Fernandes (Lisboa, 1946) é doutor em Engenharia Mineral pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP) e pós-doutor pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2004). É pesquisador sênior do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CETEM/MCTIC) do Brasil, onde coordena a linha de pesquisa “Recursos Minerais e Comunidade: Impactos Humanos, Socioambientais e Econômicos” e o banco de dados “Recursos Minerais e Territórios: Impactos Humanos, Socioambientais e Econômicos”. É autor de diversos artigos e livros sobre o tema Recursos Minerais e Territórios e membro do Conselho Editorial da Revista Brasil Mineral.

Mais detalhes em <http://lattes.cnpq.br/6612750176498491>

Coordenação e Equipa Técnica do Projeto

José Gomes Ferreira (Folhadal, Nelas, 1965) é sociólogo e professor visitante no Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e investigador do SEMAPA - Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental. É membro do OBSERVA - Ambiente, Território e Sociedade e do grupo de investigação Ambiente, Território e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS, UL). Doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia, pelo ICS, UL. A partir da Sociologia do Ambiente, dos Estudos Sociais da Ciência e das Políticas Públicas estuda temas como água, saneamento, seca, conflitos, também a questão da produção colaborativa de conhecimentos e envolvimento dos cidadãos em políticas públicas.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/1294695398283117>

Lays Helena Paes e Silva (Rio de Janeiro, 1980) é professora do curso de Direito da Faculdade das Américas (FAM) em São Paulo. Doutora em Sociologia no Programa Democracia no século XXI do Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Mestre em Filosofia do Direito pela Universidade de Coimbra. Licenciada em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo em Uberlândia, Minas Gerais e em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/9974490861774902>

Lúcia de Oliveira Fernandes (Rio de Janeiro, 1978) é investigadora em posdoutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra e na no Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), Universidade de Lisboa. Doutora em Sociologia no Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. No CES, é co coordenadora da Oficina de Ecologia e Sociedade – ECOSOC, CES Seus atuais interesses de investigação relacionam-se a justiça ambiental, construção de alternativas e conflitos ambientais, fazendo uso de metodologias de investigação orientadas para a co-construção de conhecimento entre academia e quem for afetado.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/6311177318027496>

Coordenação e Equipa Técnica do Projeto

Maria Inês Almeida Ribeiro (Lisboa, 1981) é doutoranda pela faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil). Fez parte da equipe científica do CETEM/MCTI dos projetos: Reconversão Ambiental de Santo Amaro da Purificação da Bahia, Recursos Minerais e Territórios: Impactos Humanos, Socioambientais e Económicos e Portugal: Ambiente em Movimento. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (Brasil) e licenciatura em Psicologia pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada em Lisboa (Portugal).

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/1104173049979865>

Oriana Rainho Brás (Coimbra, 1981) é investigadora na Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão- ISEG, Investigação em Ciências Sociais e Gestão-CSG, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações-CSG. Doutora em Sociologia no Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Na mesma universidade concluiu, em 2003, a licenciatura em Antropologia Social e Cultural. Dedicou-se aos estudos sociais da ciência, saúde, ambiente, e participação pública na gestão da água.

Mais informações em: http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/socius/fichas_membros/Oriana%20Rainho%20Bras.uk.shtml

Rita Campos Brás (Lisboa, 1980) é cineasta e antropóloga; vive e atua em projetos artísticos entre o Brasil e Portugal, na área do documentário e do ativismo ambiental. No último ano da escola de Cinema realizou o seu primeiro filme, “Aqui”, com estreia no festival Doclisboa em 2003. Realizou em coautoria com Cláudia Alves os filmes “A Ocasão” e “A Ocasão Seguinte”, presentes em inúmeros festivais e mostras do género. Mais recentemente, realizou o vídeo “Minha Vizinha” em 2014 para a instalação “Museu Encantador” no MAM-Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/3217996030414735>

Coordenação e Equipa Técnica do Projeto

Sofia Coelho Bento (Paris, 1971) é socióloga e professora associada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-ULisboa). É atualmente investigadora do SOCIUS, unidade especializada em Sociologia, pertencente ao Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (CSG). Doutorada em Sociologia da Inovação pela École Nationale Supérieure des Mines de Paris. Pesquisa nos estudos sociais da ciência nomeadamente temas como clima, água assim como produção colaborativa de conhecimentos e envolvimento dos cidadãos em políticas públicas.

Mais informações em: https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/socius/fichas_membros/Sofia%20Coelho%20Bento.shtml

Teresa Bezerra Meira (Rio de Janeiro, 1985) é doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF, Brasil) e mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL, Portugal). Foi investigadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ, Brasil) em projetos sobre a gestão de resíduos nas Favelas Cariocas e sobre a Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro. Os seus interesses atravessam temas da Economia Ecológica e da Ecologia Política, tendo focado os seus estudos na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos sob a perspectiva dos Comuns.

Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/2958538786711114>

Prefácio

Paulo Eduardo Guimarães

Uma das características notáveis do último meio século português foi o rápido aumento do produto nacional. Em 1960, o PIB por habitante não chegava aos 3,5 mil euros (a preços de 2011) quando nas vésperas da crise de 2008 ultrapassava os 17 mil euros, ou seja, quase 6 vezes mais. As transformações profundas ocorridas na estrutura da economia e na sociedade, os efeitos induzidos pela revolução tecnológica digital, a abertura e a integração europeia foram acompanhadas pelo aumento de actividades consideradas ambientalmente disruptivas. O impacto ambiental fez-se sentir com a expansão extraordinária da monocultura de árvores industriais e a produção de papel, das indústrias extractivas, da construção civil e das grandes obras, dos produtos petrolíferos refinados, dos químicos e plásticos, da intensificação agrícola e da criação animal, das indústrias alimentares, da produção e transporte de energia eléctrica, enfim, das águas, gestão de resíduos e descontaminação. Em contrapartida, algumas das actividades mais dinâmicas e criadoras de emprego numa fase anterior à adesão à Comunidade Europeia conheceram uma evolução difícil (têxteis, vestuário, calçado) enquanto outras, como o imobiliário ou mais directamente associados à nova era do capitalismo digital, como a informática e electrónica, os serviços financeiros e seguros, as actividades ligadas aos media e audiovisual, as telecomunicações, mostraram um desempenho inconsistente ou parecem ter esgotado as virtudes anunciadas. Tal como tem sucedido em todo o mundo, a nova era digital, a da desmaterialização da economia e do crescimento infinito anunciados, tem assentado na expansão do extractivismo. Este processo tem sido marcado pelo aumento em frequência e intensidade dos conflitos ambientais, os quais constituem o objecto do presente livro.

Os conflitos ambientais resultam de visões, valores e acções incompatíveis no uso de recursos por diferentes grupos humanos que se organizam para a sua resolução. Podem emergir em diferentes momentos do ciclo produtivo, desde a fase embrionária, ainda como projecto, até à fase posterior, em consequência de passivos ambientais acumulados. Apresentam-se frequentemente como intermodais, opondo projectos mineiros ou megaprojectos, por exemplo, aos interesses de comunidades que vivem da agricultura, da pesca ou do turismo. Eles colocam em confronto grupos com poder distinto que mobilizam diferentes recursos sociais e políticos e apresentam distintas visões e narrativas auto-justificativas da sua acção. Do ponto de vista histórico, este tipo de conflitos

distinguem-se dos conflitos de classe pela capacidade de mobilização transversal em torno da defesa de um quadro de vida e estão quase sempre inscritos em processos de mudança social e ambiental irreversíveis, dando lugar a novas paisagens. São historicamente relevantes porque sinalizam relações de poder no seio das sociedades e no sistema mundial, denunciam simultaneamente padrões de construção da desigualdade e da degradação ambiental no médio e no longo prazos.

Os estados contemporâneos de matriz liberal têm lidado com este tipo de conjunturas ora como simples conflitos de vizinhança ou entre interesses particulares, ora como problemas de poluição, de segurança e de saúde públicas, que podem ser adequadamente resolvidos por via judicial, do consenso político ou da repressão, da indemnização e de políticas conservacionistas. Neste contexto, os problemas ambientais classificados em gestão de resíduos, emissões poluentes e água emergem como áreas de negócio que, não sendo novas, são interessantes e devem, por isso, ser adequadamente regulamentadas, institucionalizadas, enfim, sujeitas às regras da economia de mercado num quadro de governança global que dê garantias à segurança dos investidores. Os conflitos ambientais constituem manifestações que desafiam consensos pois emergem como reacções locais em defesa da sustentabilidade ambiental que denunciam a dimensão antrópica presente na chamada sexta extinção em massa das espécies que, segundo os biólogos, está em curso.

Os movimentos locais têm sido vistos pela ecologia política como parte de um movimento contemporâneo mais geral da luta pela justiça ambiental, a qual tem na sua raiz a distribuição desigual dos passivos ambientais. Nessa perspectiva, eles contêm nesta era “pós-industrial” a promessa inscrita no movimento operário do século XIX por contribuírem para a possível emergência de sociedades mais justas, menos desiguais e ambientalmente mais sustentáveis. Apesar disso, o interesse por estas manifestações é relativamente recente. Até recentemente, historiadores positivistas e marxistas, olharam para essas manifestações como reacções anti-modernas de camponeses, artesãos ou de indígenas contra a marcha inevitável do Progresso e que, por isso, não mereceriam mais do que uma nota de rodapé nessa narrativa edificante a caminho de um futuro luminoso.

É significativo que, apesar da mediatização das questões ambientais, continuemos a não ter estatísticas oficiais dos conflitos ambientais abertos, quando há muito que dispomos de dados sobre um indicador-chave dos conflitos laborais: as greves.

Este livro inscreve-se no esforço de cartografar, documentar e de analisar as lutas pela justiça ambiental à escala mundial (<http://www.ejolt.org> e <https://ejatlas.org>) desenvolvido por um grupo de cientistas em torno do projecto The Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade que foi financiado pela Comissão Europeia no âmbito do 7º Programa-Quadro (2011-2015). Foi nesse contexto que os autores deste livro desenvolveram o projeto exploratório “Portugal: Ambiente em Movimento” (<http://www.ambientemovimento.org/>), fruto da cooperação internacional entre a Oficina de Ecologia e Sociedade, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Consórcio Ciências Sociais e Gestão da Universidade de Lisboa. Tratou-se, no essencial, de cartografar, documentar e de analisar essas lutas consideradas mais relevantes no território português de acordo com a metodologia que apresentam.

Este livro apresenta-se, pois, como um inventário criterioso não-exaustivo dos conflitos ambientais em Portugal, organizado por áreas de actividade económica (agricultura, indústria, mineração, gestão do território, energia, megaprojetos e resíduos) e por subáreas. Incide, na quase totalidade dos casos, no período posterior à Revolução de 1974, acompanhando o ciclo marcado pela emergência do movimento ecologista, da institucionalização ambiental e da liberalização da economia. Muitos destes conflitos são, pois, recentes, tendo os autores recorrido principalmente à imprensa, à televisão, aos arquivos de organização ambientalistas, a testemunhos directos, enfim, à documentação pública. A par da descrição dos acontecimentos-chave, os autores preocuparam-se em apresentar a legislação e os recursos informacionais utilizados, constituindo assim uma ferramenta útil quer para o cidadão interessado quer para os estudantes e ambientalistas.

Em suma, apesar da incidência na inventariação, descrição de factos e análise sumária de casos, Portugal: Ambiente em Movimento contribui para uma visão de conjunto do qual uma primeira síntese foi já ensaiada no primeiro volume desta colecção. Estes casos sinalizam os problemas imediatos seguidos pelo padrão de crescimento económico adoptado pelas elites portuguesas no contexto da última globalização. Não encontramos nele propostas políticas concretas, mas torna-se evidente a importância da acção cívica em defesa da qualidade de vida e da saúde, a exigência de responsabilidade pública corporativa e dos decisores, bem como a urgência em encontrar alternativas, sem mistificações, que reduzam a extração de recursos nocivos e o descarte de resíduos.

Índice

Introdução Portugal: Ambiente em Movimento: Um projeto exploratório. <i>Francisco Rego Chaves Fernandes, Lúcia de Oliveira Fernandes e Sofia Coelho Bento</i>	1
---	---

PARTE I: AGRICULTURA

Inês Ribeiro, José Gomes Ferreira, Lays Silva, Oriana Rainho Brás, Rita Brás

1. Não Sustentável	13
1.1 Lutas anti-OGM em Portugal e o contexto europeu.....	13
1.2 Reprovar o glifosato: o herbicida que contamina Portugal.....	25
1.3 “Fora OGM, OGM fora”: destruição de cultura de milho transgênico no Algarve.....	33
1.4 Oposição aos OGM nos Açores.....	39
2. Floresta	43
2.1 Portugal, o deserto verde da Europa?.....	43
2.2 Baldios: a luta pelo uso comum da terra.....	51
3. Suinicultura	57
3.1 Os impactos da suinicultura em Portugal.....	57
3.2 A Catástrofe de Suinobyl.....	63
3.3 Protestos em Rio Maior: poluição das suiniculturas desde os anos 1970.....	69

PARTE II. ENERGIA

Beatriz Caitana, Inês Ribeiro, Lays Silva, Oriana Rainho Brás, Teresa Meira

1. Central Nuclear	77
1.1 “Não ao Nuclear”, em Portugal e na Europa.....	77
1.2 “Somos todos moradores de Ferrel”: pela vida e contra o nuclear.....	85
1.3 Movimentos lutam pelo encerramento da central nuclear de Almaraz.....	89
1.4 “Nuclear? No Gracias”.....	97
2. Eólica	103
2.1 Um debate sobre a instalação de parques eólicos.....	103
2.2 Protestos contra a instalação de parques eólicos em Tavira.....	109
2.3 Protestos contra o parque eólico de Alvaiázere.....	113
2.4 “Não aos parques eólicos na Serra de Montejunto”: mobilização contra o parque eólico Cercal–Cadaval.....	117
2.5 O desafio da conservação da natureza no Parque de Serra de Aire e Candeeiros.....	121

3. Hidrelétrica e minihídrica	125
3.1 Afinal quem pediu um plano nacional de barragens?.....	125
3.2 Foz Côa: “as gravuras não sabem nadar”.....	135
3.3 “Salvar o Tua, proteger o Douro”.....	141
3.4 Sabor ameaçado: o último rio selvagem da Europa!.....	149
3.5 “Se a lei for cumprida nenhuma barragem na bacia do Tâmega será construída”.....	155
3.6 Barragens no Vouga submergem famílias, património arqueológico e sobreiros.....	161
3.7 Rio Mondego em perigo com minihídrica de Foz do Caneio.....	165
3.8 SOS Rio Paiva: contestação a mini-hídricas.....	169
4. Linha de alta tensão	173
4.1 Linhas de Alta Tensão: movimentos de protesto e contextualização.....	173
4.2 “Não, não, não à alta tensão”: portugueses e espanhóis contra as Linhas de Alta Tensão.....	181
4.3 Douro Património Mundial ameaçado pela linha de alta tensão Tua-Armamar.....	187
4.4 Mobilização contra as linhas de alta tensão de Tunes e Estoi.....	191
4.5 Linhas de alta tensão de Fanhões e Trajouce.....	195
5. Petróleo e Gás	199
5.1 “Portugal livre de petróleo”.....	199
5.2 “Refinaria Não”: dois países contra a Refinaria Balboa.....	211

PARTE III. INDÚSTRIA

Eliane Araujo, José Gomes Ferreira, Lays Silva, Lúcia Fernandes, Sofia Bento, Teresa Meira

1. Curtumes	221
1.1 SOS Alviela: luta contra a poluição do rio.....	221
2. Cimento e Cal	225
2.1 População de Ourém tenta impedir exploração de novas pedreiras e de fábricas de cal.....	225
2.2 Portugal não precisa de mais cimenteiras! “Não queremos uma cimenteira às portas de Rio Maor”.....	231
2.3 “Encerramento do Aterro Sanitário Já, Pedreira em Arcena Não!”.....	235

PARTE IV. MEGAPROJETOS

Francisco Fernandes, Lays Silva, Teresa Meira

1. Autoestradas	243
1.1 Impactos ambientais das autoestradas: o caso da A2.....	243

2. Pontes.....	249
2.1 Travessias do Tejo questionadas.....	249
3. Reservatórios de água.....	255
3.1 Barragem do Alqueva: desejada pela população e contestada pelas ONGAS.....	255

PARTE V. MINERAÇÃO

Eliane Rocha Araujo, Francisco Fernandes, Lays Silva, Rita Brás

1. Calcário.....	263
1.1 Protestos contra licenciamento e exploração de pedreira em Tavira.....	263
2. Caulino.....	267
2.1 Guerra dos caulinos em Barcelos.....	267
2.2 Várias vozes se levantam contra a exploração de caulino na Figueira da Foz, Cantanhede e Soure.....	273
3. Estanho.....	279
3.1 Agricultores enfrentaram empresa de mineração em Gaia, Belmonte.....	279
4. Feldspato.....	283
4.1 Monchique diz Não à mineração: “Salve Monchique de mãos gananciosas”.....	283
5. Ouro.....	289
5.1 “Nem tudo o que luz é ouro”: protestos contra a exploração de ouro em Évora.....	289
6. Urânio.....	295
6.1 História, passivo e protestos na mineração de urânio em Portugal.....	295
6.2 Movimento pela reparação dos danos causados pelas minas de urânio em Portugal: o caso das minas da Urgeiriça.....	301
6.3 “Urânio em Nisa, Não!”.....	309
6.4 Stop urânio: ações transfronteiriças contra a mineração de urânio.....	315

PARTE VI. RESÍDUOS

Inês Ribeiro, Lays Silva, Lúcia Fernandes, Sofia Bento, Teresa Meira

1. Resíduos e Escórias.....	325
1.1 Importação de escórias tóxicas de alumínio armazenadas em Setúbal gera contestações.....	325
1.2 “Não nos lixem” - recusa da coíncineração em Portugal.....	329
1.3 Negociada a remoção integral dos resíduos em Gondomar.....	335
1.4 Incineração.....	339
1.4.1 “Incineradora? Nem obrigados!”.....	339
1.5 Histórico de poluição ambiental e de lutas dos trabalhadores marca mobilizações no complexo industrial do Barreiro.....	345
1.6 Protestos contra os impactos da siderurgia na Maia e no Seixal.....	349

2. Resíduos Sólidos Urbanos.....	355
2.1 Não nos Lixem!RSU em Portugal: políticas e protestos.....	355
2.2 Aterros Sanitários.....	363
2.2.1 “Encerramento do Aterro Sanitário Já, Pedreira em Arcena Não!”.....	363
2.2.2 Protestos contra o aterro sanitário no Cadaval.....	369
2.2.3 “Área de turismo e lazer nunca aterro há de ser!”.....	375
2.2.4 Luta contra aterro sanitário em Taveiro.....	379
2.2.5 “Condenado o local escolhido para o aterro sanitário do Douro Sul”.....	383
2.3 Incineração.....	387
2.3.1 Protestos contra duas incineradoras de RSU nos Açores.....	387
3. Resíduos Nucleares.....	393
3.1 “Queremos hospitais, cultura e progresso – não queremos ser a lixeira nuclear da Europa”.....	393

PARTE VII. GESTÃO DO TERRITÓRIO

Lays Silva, Lúcia Fernandes, Rita Brás, Teresa Meira

1. Amianto.....	401
1.1 Lutas contra o amianto em Portugal.....	401
2. Lince-ibérico.....	411
2.1 Lince-ibérico de volta à floresta de Portugal.....	411
3. Mar Territorial.....	415
3.1 Prestige –“Nunca máis”!.....	415
4. Rios.....	423
4.1 SOS Tejo.....	423

ANEXO I. LINHAS DO TEMPO

1. Mundo.....	431
2. Portugal.....	435
3. Minerometalurgia.....	444

ANEXO II. PARCEIROS

1. Organizações Não-Governamentais do Ambiente e outros parceiros.....	449
--	-----

INTRODUÇÃO

Francisco Rego Chaves Fernandes
Lúcia de Oliveira Fernandes
Sofia Coelho Bento

Este livro é uma sistematização da vasta informação produzida pelo projeto Portugal: Ambiente em Movimento (PAeM) (PORTUGAL AMBIENTE EM MOVIMENTO, 2016). Começamos por dar uma contextualização do trabalho, relatando brevemente o seu percurso. Tudo começou com a motivação inicial de criação de um mapa de casos de Portugal no Environmental Justice Atlas (EJAtlas)⁴, um projeto europeu que construiu um mapa mundial de conflitos ambientais, inexistente na altura. Então, a Oficina de Ecologia e Sociedade (Ecosoc), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES/UC), do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Portugal (SOCIUS-CSG, ISEG/UL) e o Centro de Tecnologia Mineral, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações, Brasil (CETEM/MCTIC), associaram-se através da assinatura de um termo de cooperação internacional⁵. O mapa temático de conflitos ambientais de Portugal foi lançado em março de 2015 (Ejatlas).

Em seguida, prosseguimos motivados e surgiu uma iniciativa conjunta destas três instituições, o projeto exploratório PAeM, dando continuidade ao trabalho de inventariação de conflitos ambientais. Um site com toda a informação deste livro, foi lançado em agosto de 2016 (atualizado em junho de 2017).

O nosso objetivo, desde a fase inicial de trabalho na produção do mapa EJAtlas, foi a sistematização de conhecimentos dispersos sobre os conflitos ambientais em Portugal, presentes e passados. Tentamos articular, envolver e estabelecer ligações entre pessoas, ONGs, movimentos, uniões sindicais, ONGS, plataformas, movimentos, jornalistas, parlamentares, instituições, técnicos, académicos de várias universidades e diferentes áreas de formação e trabalho na investigação (Sociologia, História Ambiental, Ecologia Política, Estudos

1 Atualmente o EJ ATLAS é composto por mais de 2 mil casos em mais de 150 países, sendo o objetivo do mapa o de catalogar e documentar casos de conflitos relacionados ao acesso aos recursos e serviços ambientais e desenvolver um aprendizado, a criação de redes e de contrapartida (EJAtlas, 2016). Foi realizado no âmbito do projeto EJOLT (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade), financiado por fundos europeus FP7 (ref. 266642, 2011-2015) e teve o objetivo geral de unir ciência e sociedade para catalogar e analisar conflitos de distribuição ecológica (coordenação de Joan Martinez Alier, da Universidade de Barcelona).

2 Não há financiamento específico para atividades desenvolvidas, apenas a alocação de tempo de trabalho dos/as investigadoras/es envolvidas/os.

Sociais da Ciência e Tecnologia, Antropologia, Economia). Tentamos que fosse um processo o mais participado possível, dentro das limitações existentes de espaço, recursos e tempo.

A nossa perspectiva de conflito ambiental está relacionada com o questionamento das desigualdades no acesso aos recursos naturais e ao território, a desigual distribuição dos riscos e das consequências da poluição industrial, a não participação e o não reconhecimento dos sujeitos nos processos de decisão e construção de alternativas. Apoiamo-nos em Martinez-Alier (2007) e literatura diversa da Ecologia Política sobre as disputas em torno dos diferentes sistemas de valoração do ambiente, nomeadamente as visões diferenciadas entre apropriação, uso e significação do território entre as comunidades e os proponentes dos projetos e suas práticas geradoras de impactos indesejáveis no solo, água, ar e/ou sistemas vivos (ACSELRAD, 2004), formas de vida não predatórias do ambiente natural, que não é conciliatória com a exploração exaustiva dos recursos naturais pelo sistema económico.

A investigação realizada funcionou também como uma forma de contribuir para a reflexão e construção dos argumentos e visões sobre os problemas e alternativas locais. Neste processo, esteve presente a valorização da comunidade e os aspetos básicos da sobrevivência e a construção das suas autonomias (ILLICH, 1976). Também os conceitos de ciência cidadã (Irwin, 1995), sensível (PORTO, 2012), de rua (CORBURN, 2005), pós-normal (FUNTOWICZ e RAVETZ, 1990) nos trouxeram elementos para tentar produzir conhecimento que esteja comprometido com as pessoas.

Do processo de trabalho, resultou uma comunidade alargada de investigação e ação, em consonância com a “extended peer community” de Funtowicz e Ravetz (1993). Através desta comunidade, buscou-se a incorporação dos saberes situados (HARAWAY, 1988), dos que têm ou deveriam ter voz nos diferentes níveis do espaço público: as pessoas, as comunidades, as instituições (incluindo-se aqui o consulta a pessoas no âmbito legislativo) e a academia. A nossa comunidade foi constituída por: Organizações não governamentais de ambiente e outras áreas, sindicatos, organizações e plataformas de afetados, instituições do poder local, cidadãos/ãos em nome individual (apresentados no Anexo II). Diferenciadas formas de interação, partilha, parceria e colaboração foram desenvolvidas. Por exemplo, a recolha de materiais diversos (fotos, documentos, vídeos) dos casos de conflito e temas, sugestões para a descrição e caracterização dos conflitos, participação em eventos realizados, inclusive na sua conceção e a revisão científica dos textos dos casos de conflitos³.

3 Realizado por uma Comissão Científica descrita na ficha técnica deste livro.

Metodologia

O trabalho iniciou-se em agosto-setembro 2014, com uma consulta por email a 30 pessoas (ativistas, ONGs, investigadores, técnicos de instituições, jornalistas, parlamentares)⁴ com uma pergunta aberta: “Quais são na sua opinião os conflitos ambientais mais importantes em Portugal?”. Recebemos sugestões de casos de conflitos (por ex. central nuclear em Ferrel); de temas (por ex. barragens e eucaliptos); comentários pessoais sobre a intensidade e desdobramento dos casos (por ex. “as lutas sobre os lixos foram muito fortes nos anos 1990”). A informação recolhida foi organizada e complementada com a disponível nas diversas fontes disponíveis na internet. Construímos um arquivo que conta com mais de 10 mil referências sobre conflitos ambientais em Portugal, na sua maioria produzidos depois do 25 de Abril de 1974 (artigos científicos, notícias de vários tipos de media – jornais, blogs, sites, relatórios de projetos académicos e/ou técnicos, blogs, sites diversos, materiais audiovisuais, entre outros), principalmente através da pesquisa em fontes digitais. Foram inventariados cerca de 150 conflitos (a grande maioria iniciados após o 25 de abril de 1974).

Para o mapa EJAAtlas Portugal, foram selecionados 25 casos e realizada um inquérito digital com 100 pessoas⁵ para escolha dos 16 casos⁶ presentes no mapa.

Foi realizada a análise temática e a classificação dos casos, com inspiração no Método de Comparação Constante usado na Grounded Theory (BOEIJE, 2002). Os conflitos foram separados por áreas (agricultura, indústria, mineração, gestão do território, energia, megaprojetos, resíduos) e subáreas (por ex.: suinicultura, agricultura não sustentável; resíduos: urbanos, industriais, nucleares)⁷.

Estabelecemos uma grelha para aplicação de critérios com o objetivo de medir a sua intensidade, com a atribuição de uma pontuação, entre 1 a 5, para cada caso. Alguns dos critérios foram: o tipo e número de ações desenvolvidas (marchas,

4 Estas pessoas foram escolhidas pelo critério de estarem disponíveis no mês de agosto de 2014 e serem da rede de contato das/os investigadoras/es envolvidas em variadas áreas e âmbitos (não havia financiamento para desenvolver este trabalho e havia um prazo pequeno para o finalizar, tendo sido necessário avançar rapidamente).

5 Constitui-se uma base de dados de contatos representativa de pessoas diversificadas, atuantes na área ambiental em Portugal, entre agosto e setembro de 2014.

6 Alguns casos foram agrupados em conflitos do tipo “country-wide conflicts”, que agrupam diferentes temas, por exemplo sobre a construção dos aterros sanitários, coincineração, amianto, dentre outros.

7 Áreas definidas baseadas na Classificação das Atividades Económicas do Instituto Nacional de Estatística.

petições, desobediência civil); a participação dos atores e sua articulação (locais, regionais, nacionais e internacionais); consequências do conflito (conseguiu parar/impedir atividade, houve criação algum movimento, associação); recursos mobilizados (instrumentos legais, âmbito territorial); cobertura mediática.

Selecionamos 60 casos para apresentar nesta primeira versão do site. O universo escolhido apresenta uma diversidade de atividades económicas, localizações, ações e protagonistas. Foram elaborados textos-síntese dos casos.

A metodologia de escrita dos textos propôs-se a agregar a cada texto a maior quantidade de informação referenciada possível, o que algumas vezes aportou para um mesmo caso textos e pesquisas contendo avaliações distintas sobre situações factuais, o que procuramos expor e evidenciar esse contraditório. Recolhemos fotos e vídeos de cada caso junto aos intervenientes e na internet onde são também disponibilizadas. Elencou-se os principais intervenientes e ações desenvolvidas pela sociedade civil, das instituições públicas e privadas em cada conflito. Todos os casos são apresentados no formato texto nas diversas secções deste livro.

Realizamos alguns eventos em Coimbra e Lisboa para promover o encontro e a interação de diferentes cidadãos e cidadãos, associações, plataformas, movimentos, sindicatos e outros grupos de investigação, que estiveram ou estão envolvidos nos referidos conflitos (ou em outros que não fizeram parte do universo de casos selecionado) e/ou trabalham sobre assunto em universidades e centros de investigação em Portugal e em outros países. Também participamos de um evento em Madrid organizado pelo Projeto EJAtlas onde foram apresentados os conflitos ambientais em Portugal. O objetivo foi o de apresentação, discussão e apreciação sobre o conhecimento produzido. A seguir, apresenta-se uma figura com os cartazes dos eventos.

Figura 1. Posteres de eventos realizados entre 2015 e 2017.

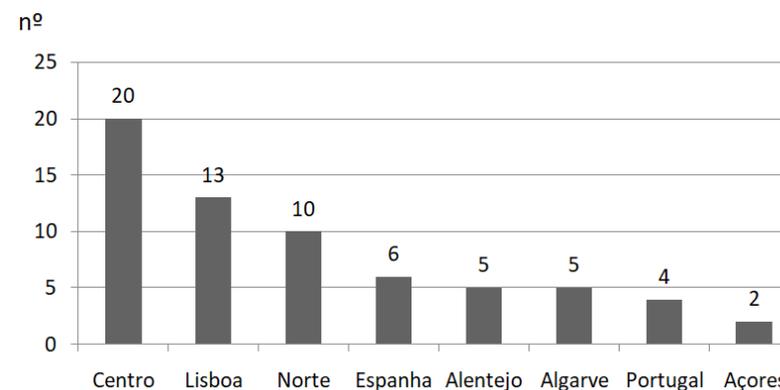


Fonte: Portugal - Ambiente em Movimento-PAeM.

Análise global dos casos

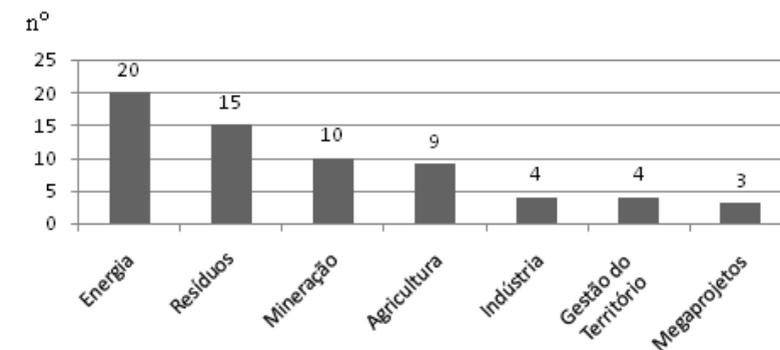
A seguir, apresenta-se um gráfico contendo todos os casos classificados pelas regiões onde cada um se localiza. Nota-se uma concentração de casos em três regiões, na zona Centro, Lisboa e Norte, que representam mais de dois terços do total. Em quarto lugar, segundo o número de casos, temos a Espanha, com seis conflitos, destacando-se a relevância da participação de movimentos, associações, cidadãos/ãos portuguesas/es em conflitos transfronteiriços.

Gráfico 1: Casos do site PAeM classificados por regiões.



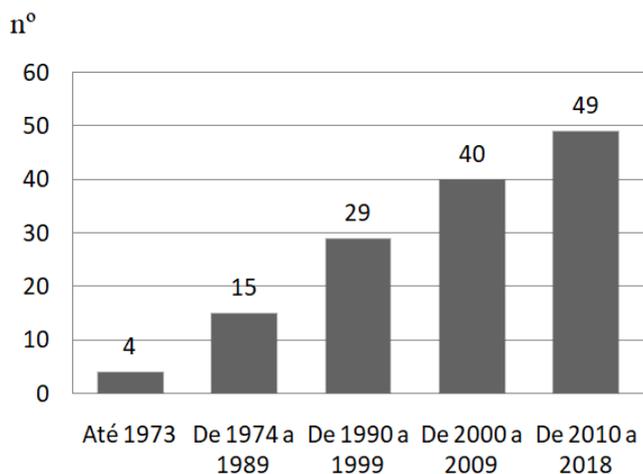
Relativamente às atividades económicas, apresentam-se os conflitos ambientais classificados por grandes macroatividades, onde a energia ocupa o primeiro lugar em número de casos, seguindo-se resíduos, mineração e agricultura como os de maior destaque.

Gráfico 2: Casos do site PAeM classificados por macroatividades económicas.



Em seguida, sistematizamos os conflitos em distintos períodos de tempo⁸, segundo uma periodização padrão presente em textos de História Económica de Portugal.

Gráfico 3: Casos do site do PAeM por períodos.



O número de conflitos é mais expressivos no último período, que se inicia em 2010 e decorre até aos dias de hoje (2010-2018), atingindo a meia centena, enquanto os casos anteriores a 2014 eram apenas escassos quatro. Observe-se um número muito crescente no total de conflitos cada vez que se passa para um período mais recente, são quatro até 1973, crescem quatro vezes mais no período seguinte (1974 a 1989), e assim por diante.

Organizamos ainda linhas do tempo, contemplando todos os casos, datados ano a ano e ainda fatos importantes relacionados ao ambiente do contexto português, europeu e mundial, que podem ser consultadas nos anexos deste livro.

Notas finais

O projeto Portugal Ambiente em Movimento apresenta um panorama dos principais conflitos ocorridos em Portugal (continental, ilhas e ainda a influência transfronteiriça em Espanha). Inicia-se antes do final da ditadura em 1974, com

⁸ Cada conflito foi datado por ano de início e ano final. Dividimos o incluímos cada um dos conflitos, primeiramente no período correspondente ao ano do seu início. No caso do conflito ter a duração de mais que um período (ou ainda encontrando-se em aberto até a atualidade) foi contabilizado no período inicial e também nos sucessivos e correspondentes períodos seguintes.

o caso mais antigo que se inicia em 1957, a oposição à poluição da indústria de curtumes no rio Alviela, que permaneceu ativo ao longo de décadas. Mas com o fim da ditadura, houve uma muito rápida mudança social principalmente com a entrada de Portugal na União Europeia e, as diferentes novas políticas desenvolvimentistas, visando o crescimento económico foram sendo implementadas⁹, provocando o recrudescimento de múltiplos conflitos, desde o projeto de uma central nuclear em Ferrel deixado de lado, para o encerramento das centenas lixeiras existentes até os anos 1990 e construção de aterros sanitários ou as múltiplas hidro eléctricas construídas, apenas para citarmos algumas emblemáticas lutas do passado, até o não ao petróleo e gás dos anos recentes que até hoje está na ordem do dia.

A quantidade de conflitos inventariados e diversidade de áreas e temas abrangidos com este trabalho, dá indicações de que não há consenso sobre a modificação, dominação e expropriação dos territórios proposta pelas agendas que orientam as políticas públicas em variadas áreas (energética, agrícola, mineral e de ordenamento do território).

As lutas são motivadas pelo funcionamento e/ou tentativa de implantação de atividades económicas diversas em variadas áreas: agricultura, energia, indústria, mineração, resíduos, mega projetos e gestão do território. Alguns casos são questionadores dos processos de mercantilização e privatização dos recursos, territórios e conhecimentos e da desigual distribuição dos riscos e benefícios das atividades económicas. Outros entram em choque com aqueles que buscam impor novas estruturas e práticas de conservação dos ecossistemas que vão contra as práticas ancestrais desenvolvidas localmente, presentes numa diversidade de territórios, por exemplo, nos campos, nas florestas e nas cidades.

Os processos de mobilização, oposição e resistência são parte de lutas por justiça ambiental, sendo o direito de participação nas decisões e discussão de propostas de visões de mundo e de desenvolvimento alternativo evocados. Estão relacionados a atividades económicas e usos da terra diversificados e outros recursos como a água e o mar, uma riqueza de ação coletiva e mobilização envolvendo variados temas: formas de uso da terra e soberania alimentar, conceção de exploração de recursos e de desenvolvimento local e de programas de desenvolvimento.

⁹ Há ainda vários casos de conflitos ambientais mais antigos, como por exemplo contra a florestação dos baldios entre 1939 e 1945 (Baptista, 1994) e na mineração, desde meados do século XIX até ao Estado Novo (ex. Aljustrel e São Domingos) (Guimarães, 2013), que não foram incluídos nos casos do site.

O modelo de desenvolvimento adotado nos projetos motivadores dos conflitos, acarreta a destruição/modificação do ambiente natural e impede que os modos de vidas das comunidades locais tenham voz na definição do futuro do uso dos territórios, seu local de habitação, trabalho e lazer. São dois efeitos relacionados, mas que são apresentados separadamente, ignorando-se a relação cultura/natureza construídas nestes locais.

Os principais contributos que demos neste processo, além dos dois sites EJAAtlas Portugal e Portugal: Ambiente em Movimento, foi o início de um resgate de memórias de lugares, pessoas e movimentos; e o estabelecimento de ligações e vínculos cognitivos, políticos, afetivos e emocionais entre pessoas, instituições, movimentos e plataformas protagonistas dos casos de conflito presentes e passados (ativistas, ONGS, movimentos, plataformas, académicos, técnicos, parlamentares, jornalistas e investigadoras/es).

Consideramos este o início de um processo, ainda pouco sistematizado, que é potenciador de gerar no futuro um conhecimento novo dentro da academia em Portugal, conduza à reflexão e prática de uma ciência mais cidadã, engajada e sensível sobre as questões socioambientais. Acreditamos que este processo poderá contribuir para o início de novas iniciativas e trabalhos conjuntos no futuro. Se quer colaborar conosco, entre em contato!

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.
- BOEIJE, H. A purposeful approach to the constant comparative method in the analysis of qualitative interviews. *Quality & Quantity*, n. 36, p. 391-409. 2002.
- CORBURN, J. *Street science: Community knowledge and environmental health justice*. Cambridge, MA: MIT Press. 2005.
- FUNTOWICZ, Silvio; RAVETZ, Jerome Raymond. Science for the post-normal age. *Futures*, v. 25, n. 7, p. 739-755. 1993.
- FUNTOWICZ, Silvio; RAVETZ, Jerome. *Uncertainty and quality in science for policy*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 1990.
- GUIMARÃES, Paulo. Conflitos ambientalistas nas minas portuguesas (1850-1930). In: MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana Dias (orgs.). *De pé sobre a terra: Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*. 1ª ed. - Lisboa: Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova, p. 135-177. 2013.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: Tthe science question in feminism and the privilege of partial perspective, *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-99. 1988.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade.*, Lisboa: Editora Publicações Europa América. 1976.

IRWIN, Alan. *Ciência cidadã um estudo das pessoas: especialização e desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.

MARTINEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto. 2007.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. 2ª edição Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2012.

PORTUGAL AMBIENTE EM MOVIMENTO. *Conflitos ambientais*. [online]. 2016. Disponível em: <<http://www.ambientemovimento.org>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

PARTE I: AGRICULTURA

Inês Ribeiro
José Gomes Ferreira
Lays Silva
Oriana Rainho Brás
Rita Brás

1. NÃO SUSTENTÁVEL

1.1 Lutas anti-OGM em Portugal e o contexto europeu

Resumo

Os Organismos Geneticamente Modificados-OGM, cada vez mais presentes na mesa dos consumidores, têm provocado um debate polémico que opõe as associações ambientalistas, preocupadas com a preservação do património genético comum, e as multinacionais, que detêm o monopólio das sementes e da produção agrícola mundial. Apesar da ciência não possa prever na totalidade os riscos da utilização de OGM, foram publicados já vários estudos que associam a sua utilização a distúrbios na saúde humana, revelando efeitos indesejáveis no ecossistema e ao nível da biodiversidade. A Plataforma Transgénicos Fora!, formada por 11 ONG, tem vindo a alertar para os riscos da permissividade do governo português em relação à segurança alimentar e para a necessidade da aplicação do princípio da precaução no que diz respeito aos OGM.

A Organização Mundial da Saúde-OMS define Organismos Geneticamente Modificados-OGM como organismos cujo material genético foi alterado recorrendo a tecnologia de Ácido Desoxirribonucleico (ADN) recombinante, moléculas de ADN provenientes de diferentes fontes numa mesma molécula, o que não ocorre espontaneamente na natureza (FAUSTINO et al., 2009). Ainda que a ciência não possa prever na totalidade os riscos dos OGM, também não pode ser excluída a possibilidade de apresentarem riscos para a saúde humana e para o ambiente (NODARI e GUERRA, 2003).

Nos últimos anos, e apesar da incerteza científica que lhes está associada, foram publicados vários estudos que associam a utilização de OGM a distúrbios na saúde humana (WALIA, 2014). Existe a preocupação de que os alimentos geneticamente modificados contenham substâncias alérgicas, níveis elevados de toxinas naturais e baixos teores de nutrientes indispensáveis (PONTE, 2014). Também a contaminação ambiental entre diferentes cultivos, através da transferência de genes, pode gerar impactos não intencionais, afetando a fertilidade e a qualidade dos solos e levando a efeitos indesejáveis no ecossistema e ao nível da biodiversidade (FAUSTINO et al., 2009).

Como consequência, a opção pelo cultivo de transgénicos pelo governo português aponta para uma via permissiva e equivocada no que concerne à segurança alimentar e à aplicação do princípio da precaução (ESQUERDA.NET, 2015).

As empresas que produzem e comercializam OGM afirmam que dois dos mais importantes benefícios do seu cultivo são a redução do uso de fertilizantes e de pesticidas e a possibilidade de se manipular o teor de vitaminas e minerais dos alimentos, aumentando-os. Afirmam igualmente que através do cultivo de OGM pode-se aumentar a produtividade e controlar as perdas.

No contexto português, em entrevista ao canal de televisão RTP2, Margarida Silva, investigadora na Universidade Católica do Porto-UCP e coordenadora da Plataforma Transgénicos Fora-PTF, destacou a necessidade da aplicação do princípio da precaução, considerando os OGM “culpados até que se prove o contrário e sendo o ónus da prova das empresas que os promovem”. Destacou ainda que a legislação europeia exige que antes da colocação de transgénicos no mercado sejam realizados testes capazes de antecipar os efeitos causados por estes organismos no longo prazo. No entanto, as liberações dos OGM têm feito vista grossa a esta determinação, uma vez que existe uma grande dificuldade na realização destes estudos (RTP2, 2011).

Portugal é um país tradicionalmente agrícola, mas apesar da importância da agricultura na economia do país ter diminuído com o avanço da industrialização, relatórios da Comunidade Europeia-CE demonstram que ela é maior em Portugal do que na maioria dos países europeus (CE, 2003).

Entre 1999 e 2004, uma moratória suspendeu o cultivo de transgénicos na UE, sendo que estes organismos eram cultivados apenas na Espanha, primeira produtora entre os países da comunidade europeia. No ano de 2003, a UE publicou as orientações gerais para a definição de normas de boas práticas para garantir a coexistência entre a agricultura geneticamente modificada e as agriculturas convencionais ou biológicas. No mesmo ano, deu-se a imposição da rotulagem obrigatória de alimentos ou rações contendo OGM. Em 2004, a UE aprovou a inscrição de 17 variedades de milho geneticamente modificado (SCHMIDT, 2007).

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º72/2003 de 10-04, transpôs a Diretiva Europeia 2001/18/CE relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados. Atualmente, na Europa, cultiva-se milho e soja transgénicos, mas as multinacionais do setor tencionam abranger outras sementes, reduzindo a oferta de sementes convencionais. Já existe aprovação para o cultivo de colza e algodão na Europa, e de arroz, mamão papaia, trigo e outros, em outras partes do mundo (RTP2, 2011).

Em 1999, organizações ambientalistas e de agricultura em Portugal criaram a Plataforma Transgénicos Fora do Prato-PTFP. As organizações constituintes da plataforma foram a Associação de Agricultura Biológica-Agrobio, Produtos de Agricultura Biológica-Biocoop, o Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS, o Grupo de Ação e Intervenção Ambiental-GAIA, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal e a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS (RTP2, 2011).

O seu campo de ação inclui atividades como oficinas de ativistas, manifestações diversas, participação em reuniões de órgãos públicos, questionamento de ações e decisões governamentais, realização de sessões de esclarecimento, palestras, conferências, campanhas de sensibilização e combate junto à população e à administração pública, divulgação de pesquisas, intervenções em escolas e universidades, comunicações com agricultores que cultivam OGM e com supermercados e consumidores, como evidencia o material divulgado no seu sítio de internet.

As temáticas sobre as quais atua esta organização refletem as principais questões decorrentes do cultivo, importação e consumo de OGM e pela oposição a este cultivo. Trata-se do combate ao aumento do cultivo de milho transgénico, do boicote à comercialização e consumo de alimentos transgénicos nos supermercados; da campanha Sementes Livres que, em articulação com um movimento europeu, se opõe ao monopólio das sementes pelas multinacionais; do combate e da consciencialização sobre o uso de herbicidas em espaços públicos e sobre o crescimento do uso de herbicidas à base de glifosato. Com a regulação do cultivo de transgénicos no país, tanto como no setor alimentar como também no setor de combustíveis, esta problemática tornou-se mais ampla e a plataforma passou a chamar-se Plataforma Transgénicos Fora-PTF.

Nos anos seguintes, a população portuguesa revelou, de várias formas, a sua oposição aos OGM. No ano 2000, o II inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente (FERREIRA DE ALMEIDA et al., 2004), realizado pelo programa de investigação Observa, do Instituto de Ciências Sociais-ICS da Universidade de Lisboa-UL, revelou que a grande maioria das pessoas posicionava-se de forma bastante cautelosa: cerca de um terço referiu que antes de se generalizar os OGM à alimentação humana, eram necessárias mais garantias de que não seriam prejudiciais à saúde (33%); um quinto foi radicalmente desfavorável à comercialização dos OGM (20%).

Para 46% dos inquiridos os OGM poderiam ser comercializados, mas devidamente rotulados. Somente 1% considerava que os OGM deviam ser comercializados sem restrições (SCHMIDT et al., 2004).

Em junho de 2004, o Greenpeace Internacional e a Plataforma Transgênicos Fora do Prato-PTFP apresentaram em conferência de imprensa uma denúncia conjunta sobre a entrada irrestrita de OGM ilegais em Portugal. Tal ocorreu na apresentação pública da plataforma para a qual o grupo internacional se deslocou a Portugal como forma de apoio à luta anti-OGM no país (AGRONOTICIAS, 2006; QUERCUS, 2004). Entretanto, foi lançada uma Iniciativa de Cidadania Europeia-ICE, liderada em Portugal pela Plataforma Transgênicos Fora-PTF, para exigir que o processo europeu de autorização de pesticidas seja melhorado e que se estabeleçam metas obrigatórias para a redução do uso de pesticidas na UE. Foram recolhidas já 9.632 assinaturas (8901 das quais online; sendo as restantes em papel), que foram entregues para validação à autoridade nacional competente. No total, em toda a UE, assinaram 1 320 517 pessoas. A CE tem agora a obrigação legal de responder às três solicitações em causa através da proposta de medidas concretas no sentido da sua implementação (PTF, 2017).

Várias câmaras municipais e regiões se envolveram e declararam pretender manterem-se sem cultivo de transgênicos. Em 2004, apesar da ausência de legislação nacional a este nível, o Algarve foi a primeira região de Portugal a autodeclarar-se uma zona livre de transgênicos. Esta declaração incluiu 16 concelhos da região e realizou-se através da Associação de Municípios do Algarve-AMAL.

Somente em 2007 se tornou legalmente possível a declaração de Zonas Livres de OGM por decisão dos agricultores ou por iniciativa municipal, sendo preciso que a deliberação sobre o pedido de estabelecimento de zona livre seja aprovada por maioria absoluta dos votos dos membros presentes na reunião da assembleia municipal local. Esta decisão não se torna vinculativa, mas constitui uma ferramenta importante na oposição aos OGM. Frequentemente origina conflitos entre posições favoráveis e contrárias à sua declaração em determinadas localidades, levantando discussão pública sobre o assunto.

Ainda em 2007, o grupo ambientalista Verde Eufémia, com aproximadamente 100 pessoas, destruiu parcialmente um campo de milho cultivado com sementes da empresa Monsanto, em Silves, no Algarve, com grande repercussão mediática.

Outro caso exemplificativo é o do arquipélago dos Açores. Em 2012, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovou a Zona Livre

de Transgênicos-ZLT para o arquipélago, não sem antes ter sofrido uma pressão direta por parte do embaixador dos Estados Unidos da América, que enviou cartas a representantes políticos da região autónoma, defendendo os OGM e procurando influenciar na decisão.

Atualmente, três regiões, o Algarve, a ilha da Madeira e o arquipélago dos Açores, são ZLT de OGM. No continente, somam-se mais 27 municipalidades que já se autodeclararam livres de OGM. São elas: Alcochete, Alenquer, Aljezur, Amares, Arouca, Barreiro, Cadaval, Coimbra, Constância, Lagos, Loulé, Mértola, Moita, Monforte, Mora, Moura, Odemira, Ponte da Barca, Portimão, Póvoa de Lanhoso, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Sintra, Soure, Terras de Bouro, Vila do Bispo e Vila Verde (GMO FREE EUROPE, 2015).

As plantações de milho geneticamente modificado, nomeadamente da variedade MON810 da empresa Monsanto constituem a principal problemática de cultivo e consumo de OGM em Portugal.

É este cereal que tem o maior número de alimentos geneticamente modificados autorizados para consumo humano e animal na Europa. Quanto ao cultivo, dados da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional-DGADR, mostraram que em 2015 diminuiu em Portugal a área cultivada com milho transgênico, representando apenas 6% do cultivo total de milho. Esta área plantada com milho transgênico passou de 7.724 hectares em 2011 para 9.278 hectares em 2012, 8.192 hectares em 2013, 8.542 hectares em 2014 e 8.017 ha em 2015 (GARCIA, 2015; LUSA, 2016).

O Alentejo é a região de Portugal com maior número de hectares de área plantada com milho transgênico. O sistema de rega da barragem do Alqueva, no Alentejo, tem contribuído para o aumento da área ocupada por esta variedade de milho (MON810). Em 2005 foram ali cultivados 596 ha dos 772 a nível nacional. Em 2014, dos 8.542 ha, 5.456 distribuíam-se por 23 concelhos alentejanos na área de influência da albufeira de Alqueva (DIAS, 2014).

Quanto à comercialização e consumo, a legislação europeia exige a rotulagem de produtos alimentares que contenham mais de 0,9% de material geneticamente modificado. Um estudo que avaliou a presença de milho transgênico em vários alimentos processados e comercializados entre 2007 e 2010, em Portugal, mostrou que 4% dos alimentos analisados continha mais do que o limite para a rotulagem e nenhum deles declarou a presença de OGM no seu rótulo (FERNANDES et al., 2014). Algumas iniciativas têm sido realizadas contra a comercialização de OGM. Em 2013, por exemplo, investigadores visitaram

os 10 maiores hipermercados portugueses nas cidades de Lisboa e Porto, e avaliaram a oferta de alimentos contendo transgênicos. Divulgaram a informação aos consumidores. Os resultados desta ação mostraram que somente uma das superfícies analisadas não realizava a comercialização de produtos contendo transgênicos.

A questão dos OGM envolve também questões mais amplas relacionadas com o setor agrícola, como os direitos sobre as sementes e o uso de pesticidas. A empresa Monsanto é a líder na produção de sementes geneticamente modificadas e de herbicidas à base de glifosato. Trata-se de uma multinacional dos Estados Unidos da América que tem recebido forte oposição de grupos ambientalistas e de movimentos anti transgênicos em todo o mundo. Acusada de falsificar dados sobre a segurança do agrotóxico Roundup, a empresa Monsanto foi condenada duas vezes por publicidade enganosa, uma pelo tribunal de Nova York em 1996, e outra na França em 2012, pela intoxicação química de um agricultor, que alegou ter sofrido problemas neurológicos por inalar o herbicida Lasso em 2004. Os juízes decidiram que as frases “biodegradável”, “deixa o solo limpo”, e “respeita o meio ambiente”, eram mensagens publicitárias falsas (ROBIN, 2008).

Em 2013 realizou-se uma marcha global contra a Monsanto. Centenas de cidades de mais de 50 países aderiram à “Marcha Contra a Monsanto”, como forma de protesto contra a manipulação genética e a monopolização do mercado levadas a cabo pela empresa multinacional de agricultura e biotecnologia sediada no Missouri, Estados Unidos da América. Em Portugal, as cidades de Lisboa, Porto, Horta e Ponta Delgada foram palco desta ação de luta (ESQUERDA.NET, 2013a, 2013b).

Em 2014, associações ambientalistas e a PTF endereçaram uma carta a todos os presidentes de Câmaras Municipais em Portugal alertando para os riscos ambientais e de saúde da aplicação de herbicidas em espaços urbanos. Destacaram o uso crescente e indiscriminado do herbicida glifosato e pediram que as autarquias aderissem à iniciativa “Autarquias Sem Glifosato”, aproveitando a “Semana Internacional de Ação Contra os Pesticidas”, que aconteceu no mês de março (QUERCUS, 2014).

Quando, em 2010, a empresa alemã Bayer expressou a intenção de realizar o comércio de arroz transgênico na UE e as organizações anti-OGM manifestaram-se e realizaram campanhas para que os países da UE se posicionassem de forma a não autorizar este comércio. Em julho de 2010, após meses de campanha da PTF neste sentido, e após votação da Assembleia da República, em reunião com esta entidade, o Ministro da Agricultura anunciou que Portugal se posicionava contra o arroz transgênico a nível técnico e político (TVI24, 2010).

Em maio de 2013, a Comissão Europeia aprovou uma proposta de lei que conferia às entidades europeias novos poderes de regulamentação e classificação de sementes e plantas no espaço europeu. O objetivo, segundo as entidades europeias, era garantir a segurança e a qualidade dos produtos agrícolas, através da determinação de ilegalidade da venda ou troca de qualquer semente, bolbo ou pé de plantas, vegetais ou árvores que não estivessem aprovadas pela nova Agência Europeia para a Variedade das Plantas.

Para fazer parte dessa lista, os agricultores teriam de pagar uma determinada taxa. No ano seguinte, o Parlamento Europeu-PE rejeitou a lei (BOAS NOTÍCIAS, 2014). O processo de discussão e votação desta lei foi marcado por uma ampla campanha de oposição a nível europeu e nacional. Tratou-se da campanha Sementes Livres que alertou o público para a crescente privatização das sementes que ameaça o nosso património genético comum e a segurança alimentar (QUERCUS, 2017).

Em dezembro de 2015, o Instituto Europeu de Patentes-IEP preparava-se para discutir a aprovação de mais patentes sobre plantas resultantes de cruzamento tradicional, como é o caso do tomate com teor de água reduzido. Este tipo de decisão vai contra a Convenção Europeia de Patentes que, entre outras coisas, proíbe a utilização das mesmas sobre variedades de plantas, sob o risco de vedar o livre acesso a plantas e animais para consumo humano (PTF, 2015).

Em janeiro de 2015, a UE transferiu para os estados-membros a decisão de proibir ou não os cultivos de organismos geneticamente modificados e uma maioria destes tomou medidas que restringem o seu cultivo. Dos vinte e oito estados-membros, dezanove já proibiram totalmente o cultivo de OGM ou aprovaram algum tipo de limitação ao seu cultivo. Hoje apenas cinco países, Portugal, Espanha, República Checa, Roménia e Eslováquia, têm culturas de milho geneticamente modificado (LUSA, 2016; PAN, 2016).

Entretanto no sentido contrário, em janeiro de 2016, em Portugal, na Assembleia da República-AR, foram rejeitados quatro projetos de lei estipulando a proibição do cultivo de OGM (LUSA, 2016).

Ainda, em agosto de 2016, os EUA aprovaram uma lei que obriga os fabricantes de alimentos a informar no rótulo se o produto contém ingredientes geneticamente modificados. A empresa pode transmitir a informação de forma explícita no rótulo - indicando a presença de “GMO” através da sigla de Genetic Modified Organism, ou usar um símbolo ou um código QRC para que o cliente possa rastrear o produto com o telefone. Tal medida traz maior transparência

no país que é hoje o maior produtor e consumidor de alimentos geneticamente modificados do mundo (BARBOSA, 2016).

A 14 de setembro de 2016, foi anunciada a compra da Monsanto pela Bayer, negócio que a ser aprovado terá implicações diretas no mercado da alimentação mundial. A aliança entre a multinacional das áreas da química agrícola e farmacêutica, e a empresa agroquímica, criará um gigante na área do desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas, pesticidas e produtos químicos para a agricultura, o que dará à companhia uma cobertura de cerca de 30% do mercado mundial (PEREIRA, 2016). No dia 30 de março de 2017, ambientalistas da organização Amigos da Terra Europa protestaram à porta da CE, em Bruxelas, contra a fusão dos conglomerados Monsanto e Bayer (PÚBLICO, 2017; SILVA, 2017).

Em setembro de 2016 a Comissão Europeia-CE aprovou a comercialização de 11 variedades de milho geneticamente modificado, permitindo a introdução direta destas variedades de milho OGM em produtos de consumo alimentar, desde farinhas até xaropes de glicose utilizados industrialmente na produção de bolos e bolachas, e também na alimentação animal. A autorização é válida por 10 anos, e não inclui o cultivo, sendo atualmente apenas a variante Mon810 permitida para cultivo. Os 11 OGM em causa foram alvo de um processo de análise, que incluiu um parecer favorável da Autoridade de Segurança Alimentar Europeia-EFSA (AVEIRO, 2016).

Em outubro de 2016, durante três dias em Haia, Holanda, o Tribunal Monsanto, um tribunal popular, ouviu 30 depoimentos de pessoas de vários países prejudicadas pela Monsanto, tendo contado com o apoio de cerca de 200 organizações que tinha como objetivo acusar a Monsanto do crime de ecocídio. Os temas chave presentes foram: em relação ao direito a um ambiente saudável, ao direito à saúde, ao alimento, à liberdade de expressão e à pesquisa académica. Foi denunciada a cumplicidade da empresa em crimes de guerra (a Monsanto produziu o agente laranja, usado na guerra do Vietnam).

De acordo com os dados fornecidos por depoimentos, a companhia promove um modelo agroindustrial que contribui com pelo menos um terço das emissões de gases estufa, é responsável por uma deterioração sem precedentes da biodiversidade, e pela migração de milhões de agricultores. O tribunal disponibilizará um arquivo que pode ser usado em futuros processos contra a Monsanto e companhias similares. Convidada a comparecer e a defender-se em Tribunal, a empresa recusou e afirmou que ela foi organizada por pessoas que se opõem à agricultura moderna (OPERA MUNDI, 2106).

Referências bibliográficas

- AGRONOTÍCIAS. Greenpeace Internacional e Plataforma anti-OGM denunciam Portugal sem controlo fronteiriço para alimentos transgénicos. Agroportal, 26 jun. 2006.
- ANONYMOUSBR4SIL. Monsanto pretende cultivar maconha transgênica no Uruguai. 13 jan 2014.
- AVEIRO, Isabel. Bruxelas autoriza inclusão de 11 transgénicos na alimentação. Jornal de Negócios-JNe. 16 set. 2016.
- BARBOSA, Vanessa. Obama assina lei que obriga rotulagem de transgénicos. Exame. 1 ago. 2016.
- BOAS NOTÍCIAS. Parlamento Europeu rejeita lei das sementes. Portal Boas Notícias, 11 mar. 2014.
- CE. Relatório sobre a situação da agricultura portuguesa. Direção-Geral de Agricultura. 2003.
- DIAS, Carlos. Área cultivada de milho geneticamente modificado aumenta em relação a 2013. Público, 25 set. 2014.
- ESQUERDA.NET. Monsanto diz que só vende OGMs na Europa a Portugal e Espanha. Esquerda.net, 13 jun. 2013a.
- ESQUERDA.NET. Mais de 50 países aderiram à Marcha contra a Monsanto. Esquerda.net, 26 mai. 2013b.
- FAUSTINO, Rita; SOUSA, Ana; LOUREIRO, Marta; MENDES, Lino; BRITO, Miguel. Detecção e quantificação de soja geneticamente modificada em géneros alimentícios, comercializados em Portugal, para consumo humano. Saúde & Tecnologia, p. 19–24, mai. 2009.
- FERNANDES, Telmo J. R.; AMARAL, Joana S.; OLIVEIRA, M. Beatriz. P. P.; MAFR, Isabel. A survey on genetically modified maize in foods commercialised in Portugal. Food control, p. 338–344, jan. 2014.
- FERREIRA DE ALMEIDA, J. (coord). Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, Oeiras, Celta Editora. 2004.
- GARCIA, Ricardo. Mapa traça perfil do cultivo de transgénicos em Portugal. Público, jun. 2015.
- GMO FREE EUROPE. GMO-free News from Portugal. Plataforma GMO-Free Regions, 2015.
- LUSA. Projetos lei para proibir cultivo de OGM em Portugal em debate no parlamento. Observador, 20 de jan. 2016.
- LUSA. Área de milho geneticamente modificada desceu 6,2 % em 2015. Público, 12 mar. 2016.
- MONSANTO TRIBUNAL. Monsanto-Tribunal.org., 2016.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. Plantas transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar. *Revista Nutri*, v. 16, n. 1, p. 105-116, mar. 2003.

OPERA MUNDI. Em Haia, Tribunal Internacional faz ‘julgamento moral’ da multinacional Monsanto. *Brasil de Fato-BF*. 19 out. 2016.

PAN. PAN apresenta projeto de lei pela proibição de produção e cultivo de OGM. Site do PAN, 2016.

PEREIRA, João. Bayer compra Monsanto por 66 mil milhões de dólares. *Público*, 14 set. 2016

PARADIGMA MATRIX, Monsanto – Poluição em Anniston, Alabama. 22 fev 2011.

PERALTA, Neto. Portugal lança este sábado o Tribunal Monsanto. *Esquerdanet*, 21 maio 2016.

PTF. Mais de um milhão de assinaturas contra o glifosato. *Plataforma Transgênicos Fora-PTF*. 2017.

PTF. Instituto Europeu de Patentes prepara-se para aprovar mais uma patente sobre a nossa comida. *Plataforma Transgênicos Fora-PTF*. Site Stopogm, dez. 2015.

PONTE, João André Moniz. A Cadeia de Abastecimento da Broa de Milho em Portugal e a Aplicação das Leis de Coexistência. Dissertação de mestrado em Engenharia Agronómica, Universidade de Lisboa-UL, 2014.

PÚBLICO. Bruxelas decide sobre compra da Monsanto pela Bayer até Agosto. 1 jul. 2017.

QUERCUS. Sementes Livres. Enquadramento. Site Quercus, 2017.

QUERCUS. Greenpeace e ONG portuguesas unidas contra os OGM. Site Quercus, 26 jun. 2004.

QUERCUS. Quercus e Plataforma Transgênicos Fora pedem aos autarcas que abandonem uso de herbicidas. Site Quercus, 20 mar. 2014.

RAIMUNDO, Aline. Pesticidas ligados à extinção massiva de abelhas selvagens. *Tvi* 24. 17 ago. 2016.

RTP2. Entrevista - Bióloga Margarida Silva fala sobre os perigos dos OGMs. Programa “Entre Nós”. RTP-Rádio e Televisão de Portugal, 2011.

SCHMIDT, L., FONSECA, S., & TRUNINGER, M. Riscos ambientais e riscos alimentares: percepções e atitudes. *Os Portugueses e o Ambiente: II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, p. 173-236 2004.

SCHMIDT, Luísa. A lavoura do futuro. In: SCHMIDT, Luísa. *País (in)sustentável. Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal*. Lisboa: Novos Rumos, p. 88-96, 2007.

SI. Petróleo, agricultura intensiva e feldspatos foram temas da marcha pelo clima em Aljezur. *Sul Informação-SI*. 30 abr. 2017.

SILVA, Isabel Marques. Fusão entre Monsanto e Bayer é “casamento feito no Inferno”. *Euronews*, 30 de mar. 2017.

TVI24. Portugal votará contra introdução de arroz transgénico na UE. *Portal IOL*, 14 jul. 2010.

WALIA, Arjun. 10 Scientific studies proving GMOs can be harmful to human health. *Activist Post*, 8 abr. 2014.

1.2 Reprovar o glifosato: o herbicida que contamina Portugal

Resumo

A controvérsia sobre a comercialização do glifosato ganhou novo fôlego desde que a Organização Mundial da Saúde-OMS (através da sua Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro) comunicou em março de 2015 que o produto seria “carcinogénio provável para o ser humano”. Apesar de um novo relatório de um comité conjunto da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura-FAO e da Organização Mundial da Saúde-OMS ter concluído em junho de 2016 que afinal é pouco provável que o glifosato apresente esse risco, a Comissão Europeia decidiu congelar a decisão sobre o glifosato por um ano e meio, de modo a poder apurar os seus efeitos na saúde pública. Em Portugal, uma série de iniciativas tem reunido nos últimos anos vários movimentos e associações ambientalistas, preocupadas em combater a ameaça que o herbicida representa.

Desenvolvido como princípio ativo para matar ervas, sobretudo as mais perenes, o glifosato tem sido objeto de intensos debates. Apesar de existir desde a década de 1970, o aparecimento de culturas geneticamente modificadas para serem resistentes ao glifosato fez disparar o uso do herbicida nas últimas décadas. É o ingrediente principal do agrotóxico Roundup, o famoso herbicida da Monsanto, a maior empresa do ramo das sementes e da biotecnologia, acusada por diversas organizações ambientalistas de potencializar doenças como o cancro ou o autismo. A empresa, que está entre as 100 mais lucrativas dos EUA, defende-se dizendo que o risco da substância para a saúde é mínimo, mas as opiniões da comunidade científica dividem-se. Apesar de ter sido a Monsanto a desenvolver o químico, no mercado europeu vendem-se hoje mais de 300 herbicidas à base de glifosato de 40 empresas diferentes (FERREIRA, 2016).

Posto à venda em 1914, foi no final dos anos 1990 que o uso do Roundup se massificou graças a uma engenhosa estratégia de marketing da Monsanto. A estratégia resumiu-se a distribuir sementes geneticamente modificadas para cultivos alimentares que podiam tolerar doses altas de Roundup. Assim, os agricultores poderiam controlar facilmente as pragas nas suas culturas de milho, soja, algodão, beterraba, açúcar, etc. A Monsanto incentivou ainda os agricultores a usar o Roundup como agente dessecante, para secar os seus cultivos e fazer a colheita mais rapidamente, de modo que o produto é também utilizado quotidianamente

em cultivos de organismos que não são geneticamente modificados como o trigo, a cevada, a aveia, o linho, a ervilha, a lentilha, a soja, o feijão, e outros. Entre 1996 e 2011, o tão difundido uso de cultivos de Organismos Geneticamente Modificados-OGM resistentes ao Roundup, aumentou o uso de herbicidas nos Estados Unidos em 243 milhões de quilos (BADEN-MAYER, 2015).

Em 2014, preocupadas com o aumento do uso do glifosato em Portugal, associações ambientalistas e a Plataforma Transgênicos Fora-PTF endereçaram uma carta a todos os presidentes de Câmaras Municipais do país, alertando para os riscos ambientais e de saúde da aplicação de herbicidas em espaços urbanos. Lançada no mês de março na “Semana Internacional de Ação Contra os Pesticidas”, na carta pedia-se às Autarquias que aderissem à iniciativa “Autarquias Sem Glifosato”. No entanto, apenas uma minoria aderiu à campanha (QUERCUS, 2014).

Em março de 2015, o debate sobre o glifosato ganhou amplitude, com a publicação de um estudo da agência da Organização Mundial de Saúde especializada em cancro, a Agência Internacional de Pesquisa em Cancro-IARC, que considerou o glifosato como cancerígeno em animais de laboratório e como provável cancerígeno em humanos. O Estado da Califórnia decidiu mesmo incluir o agrotóxico na lista dos produtos cancerígenos, tendo sido processado depois pela Monsanto.

Em Portugal, o bastonário da Ordem dos Médicos emitiu a sua opinião em editorial de julho/ agosto de 2015 da revista da Ordem, tendo destacado os diversos efeitos tóxicos comprovados do glifosato e defendido a sua suspensão em todo o mundo (THE UNIPLANET, 2016).

Alguns meses mais tarde, em novembro, a polémica reacendeu-se com a publicação da avaliação da Agência Europeia de Segurança Alimentar-EFSA sobre o glifosato, que contrariou as conclusões da IARC e chegou mesmo a propor o aumento dos limites de segurança recomendados. As diferentes conclusões deveram-se em parte à utilização de metodologias distintas pelas duas agências, mas o estudo que serviu de base à avaliação da EFSA (realizado pela agência alemã BfR) foi posto em causa por várias organizações, que destacaram a existência de conflitos de interesses por parte de membros quer da EFSA quer da agência. Um cientista da IARC voltou a reafirmar as conclusões do estudo publicado em março, que foram por sua vez defendidas por um grupo de 96 cientistas numa carta dirigida à Comissão Europeia-CE. Estes cientistas solicitavam a refutação do estudo da EFSA e exigiam a realização de uma nova avaliação independente (BLOG, 2016).

A Organização Mundial da Saúde–OMS identificou também uma relação direta entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin, um dos tipos de cancro mais frequentes em Portugal, com mais de 1700 novos casos anuais. Além disso, vários estudos têm associado o Roundup ao desenvolvimento de problemas do sistema reprodutor (ASPTA, 2012).

O estudo “Efeitos de doses subletais de glifosato na navegação das abelhas”, publicado pelo *Journal of Experimental Biology* em outubro de 2015, revelou que os pesticidas da Monsanto podem ser responsáveis pelo desaparecimento recente das abelhas em muitos países do mundo. Os pesquisadores afirmam no estudo que as abelhas expostas ao glifosato tiveram afetadas as suas faculdades de orientação espacial, dificultando o seu regresso à colméia (NOTÍCIAS NATURAIS, 2015). A preocupação com o desaparecimento das abelhas estende-se à Europa, com a França a registar em 2015 uma produção de mel de 17 mil toneladas, contra as 32 mil que era habitual conseguir antes de 1995. Além da França, também a Bélgica, a Inglaterra e os países da Escandinávia apresentam números elevados de mortes nas colónias de abelhas. Portugal, no entanto, surge em contraciclo, não tendo sido afetado pelo desaparecimento das abelhas. Segundo os dados mais recentes do programa EPILOBEE, da Comissão Europeia, entre o outono de 2013 e o verão de 2014, Portugal registou uma taxa de mortalidade nas colméias inferior a 10%, a sétima mais baixa entre os 16 países da União Europeia analisados. O presidente da Federação Nacional de Apicultores de Portugal destaca a importância dos mais de 50 milhões de euros investidos no setor através de apoios comunitários, o que impulsionou a chegada à atividade de um grande número de jovens apicultores e a ampliação das colméias (VISÃO, 2016).

Análises realizadas em abril de 2016 pela Plataforma Transgênicos Fora em colaboração com o Detox Project, evidenciaram níveis altos de glifosato na urina de 26 voluntários portugueses e em algumas amostras de alimentos. Desde há 10 anos que não se realizava qualquer análise oficial à presença do glifosato nos alimentos, solo, água, ar ou pessoas, uma vez que ele não faz parte da lista de resíduos de pesticidas que são detetados pelo Ministério da Agricultura no plano anual de monitorização em alimentos, nem da lista de substâncias que são detetadas na água de consumo. Quando confrontado, o ministério afirmou que considerou desnecessário incluir este químico nas suas análises de rotina. Considerando que mais de 1600 toneladas de glifosato são vendidas anualmente, para fins agrícolas e em zonas urbanas de Norte a Sul do país para controlo de ervas em ruas e caminhos, é difícil saber ao certo qual é o seu potencial de contaminação.

No entanto, perante os resultados alarmantes das análises, que detetaram o glifosato em 100% das análises efetuadas à urina, a PTF recomendou que o ministro determinasse a realização de mais testes e que comece a extinguir as fontes de contaminação. A plataforma recomenda ainda a votação NÃO à reautorização do glifosato no parlamento europeu (PTF, 2016).

Depois de quase 20 anos de intensa exposição ao glifosato na nossa comida, na água que bebemos, no ar que respiramos e nos lugares em que as nossas crianças brincam, os cientistas continuam a documentar as consequências que apresenta para a saúde. Vários segmentos da sociedade civil, em alerta, protestam no dia 23 de maio em mais de 250 cidades no mundo, numa marcha anual contra a empresa Monsanto que se tornou o símbolo do agronegócio e do capitalismo global moderno (DL, 2014).

Também o Papa Francisco manifestou no início de 2016 o seu apoio ao movimento ambientalista argentino que desde 2012 luta contra a construção de uma fábrica de milho transgénico numa povoação da província de Córdoba. O Papa escreveu em janeiro de 2016 a uma das ativistas do movimento, Vanessa Sartori, agradecendo “todo o bem” que aquele organismo está a procurar fazer, na defesa dos interesses da comunidade local (MST, 2016).

Resultado direto da controvérsia existente sobre esta substância química, o atual impasse levou a Comissão Europeia-CE a pedir, em junho de 2016, um prolongamento de 18 meses da autorização atual do glifosato, até ao aviso de informação da Agência Europeia de Produtos Químicos, responsável pela classificação das substâncias químicas, que deverá publicar um relatório sobre o glifosato em 2017. A Comissão Europeia-CE propôs, entretanto, minimizar a utilização do glifosato nos jardins, e em parques e zonas de jogos públicos, bem como nos campos agrícolas no período que precede as colheitas. Estas limitações eram já reivindicadas não só pelo Parlamento Europeu-PE como também pelo grupo ambientalista Greenpeace-UE (PÚBLICO, 2016).

Mesmo que a autorização do glifosato seja renovada ao nível da UE, a decisão de vender herbicidas contendo este princípio ativo caberá a cada um dos Estados-membros, sublinhou o comissário europeu em conferência de imprensa em Bruxelas. O primeiro-ministro português António Costa disse que se não houver consenso o governo vai mesmo proibir o uso do herbicida. Entretanto, a discussão da proposta do Bloco de Esquerda-BE relativa à proibição de produtos contendo glifosato em zonas urbanas, de lazer e em vias de comunicação, foi chumbada em maio de 2016 pelos votos da direita e do Partido Comunista Português – PCP (ESQUERDA.NET, 2016).

Em julho de 2016 o Ministro da Agricultura anunciou que pretende proibir o glifosato em espaços públicos, acrescentando que a prioridade é interditar o herbicida em locais com grande concentração de pessoas como escolas ou hospitais. O objetivo do ministério não é fazer uma proibição total, mas precaver os riscos para a saúde humana. O ministro adiantou ainda que a Direção Geral de Agricultura e Veterinária-DGAV autorizou a comercialização de um herbicida biológico de uma empresa francesa que pode constituir uma alternativa ao glifosato (TSF, 2016).

Entretanto, no mesmo ano, foi lançada a campanha “UE: proteja nossa saúde e meio ambiente contra a Monsanto!” na Avaaz, uma rede de ativistas para a mobilização social através da Internet, que reúne já mais de dois milhões de assinantes.

No final de agosto de 2016, o presidente do Instituto de Estudos Avançados-IEA da Universidade de São Paulo-USP referiu na audiência pública “Exposição aos agrotóxicos e gravames à Saúde e ao Meio Ambiente”, que os agrotóxicos, tais como o glifosato, foram responsáveis por mais de 25 mil pessoas intoxicadas entre 2007 e 2014, no Brasil. Assim, o presidente destacou a importância do Fórum Paulista de Combate ao Impacto dos Agrotóxicos e Transgénicos, criado no encerramento da audiência pública, realizada na Faculdade de Saúde Pública-FSP da USP nos dias 29 e 30 de agosto de 2016. Este novo espaço visa construir uma narrativa alternativa que chame a atenção para este problema, e procura articular o Ministério Público, o ensino superior e a sociedade civil no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, além de discutir medidas de proteção ao meio ambiente, e à saúde do trabalhador e do consumidor (CASTILHO, 2016).

A 14 de setembro de 2016, foi anunciada a compra da Monsanto pela multinacional Bayer, negócio que a ser aprovado terá implicações diretas no mercado da alimentação mundial. A aliança entre a multinacional das áreas da química agrícola e farmacêutica, e a empresa agroquímica, criará uma empresa poderosa na área do desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas, herbicidas, pesticidas e produtos químicos para a agricultura, passando a dominar uma fatia de 30% do mercado mundial destes produtos. Com mais de 1700 patentes, a Monsanto já controla cerca de 90% do mercado americano de sementes geneticamente modificadas, tendo margem suficiente para aumentar os preços das sementes e prejudicar pequenos produtores agrícolas em diversas localizações, por exemplo, na Índia e nos EUA. O negócio, no valor recorde de 66 mil milhões de dólares americanos, terá de passar ainda pelo crivo das entidades reguladoras em vários países (DIAS, 2016).

No dia 20 de setembro de 2016, foi divulgado um estudo intitulado “Genetically engineered crops and pesticide use in U.S. maize and soybeans”, o maior já realizado até hoje sobre a relação entre OGM e pesticidas nos Estados Unidos, que revela que a crescente disseminação das culturas geneticamente modificadas resultou em um aumento significativo no uso de herbicidas, uma vez que as ervas daninhas tornam-se cada vez mais resistentes aos venenos utilizados para acabarem com elas (FLORIOS, 2016).

Em janeiro de 2017, a organização ambientalista Greenpeace pediu à CE que proíba totalmente a utilização dos pesticidas neonicotinóides, responsáveis por alterar as populações de abelhas e outros polinizadores. O Greenpeace pediu à CE que alargue a proibição destes pesticidas, muito utilizados na agricultura intensiva no norte da Europa, além da decisão adotada em 2013 que restringiu o seu uso a três variantes: clotianidina, imidacloprid e tiametoxam. A organização alega que desde então tem havido descobertas científicas que revelam riscos de migração de neonicotinóides e a sua persistência em solos agrícolas bem como estudos que associam o uso de neonicotinóides ao declínio da população de borboletas, abelhas e outras aves insetívoras em três países da União Europeia (LUSA, 2017).

No dia 25 de janeiro, começou uma iniciativa cidadã para banir o glifosato na UE, que recolheu mais de um milhão de assinaturas em pelo menos sete estados membros da União Europeia. Promovida por associações ambientalistas como a Greenpeace ou a Pesticide Action Network, a iniciativa apresenta três objetivos: banir os herbicidas com glifosato; assegurar que a avaliação de pesticidas para aprovação pelos reguladores europeus se baseia apenas em estudos publicados e encomendados por autoridades públicas e não pela indústria dos pesticidas; e estabelecer metas vinculativas de redução do uso de pesticidas na UE (ESQUERDA.NET, 2017).

Em março de 2017, vieram a público suspeitas de que a Monsanto teria falsificado pesquisas sobre o glifosato, além de tentar anular uma avaliação do composto conduzida pelo Departamento de Saúde dos EUA. A informação foi tornada pública por uma corte de São Francisco, após um grupo de pessoas entrarem com um processo alegando ter desenvolvido tumores nos linfócitos (disfunção chamada de Linfoma não-Hodgkin) devido à exposição ao glifosato (manuseio do herbicida, contato com resquícios da substância deixados em alimentos).

Em 2016, o jornal “The New York Times” publicou uma série de reportagens expondo manobras praticadas pelas companhias para continuarem a vender

seus respectivos produtos, em que se explicava como as próprias empresas patrocinavam as pesquisas que avaliam as substâncias vendidas por elas (MONTESANTI, 2017).

Referências Bibliográficas

- ASPTA. O fim da dúvida. 21 set 2012.
- BADEN-MAYER, Alexis. Monsanto: 25 doenças que podem ser causadas pelo agrotóxico glifosato. Trad. Daniella Cambaúva. Carta Maior. 17 fev. 2015.
- BF. Em Haia, Tribunal Internacional faz ‘juízo moral’ da multinacional Monsanto. Brasil de Fato-BF. 19 out. 2016.
- CASTILHO, Inês. Novo impulso na luta contra os agrotóxicos. Outraspalavras.net. 13 set. 2016.
- DIAS, Rita Castro. Monsanto e Bayer - o próximo gigante monopolista? Jornal de Negócios-JNe. 16 out. 2016.
- DL. Portugal adere à marcha global contra Monsanto. Diário Liberdade-DL. 20 mai. 2014.
- ESQUERDA.NET. Os produtos com que a Monsanto contamina o planeta. Esquerda.net. 02 mai. 2016.
- ESQUERDA.NET. Iniciativa cidadã para banir glifosato na UE arranca dia 25. Esquerda.net. 11 jan. 2017.
- FERREIRA, Nicolau. Futuro do herbicida glifosato em suspenso na União Europeia. Em Pratos Limpos.org. 20 mai. 2016.
- FLORIOS, Daia. OGM e agrotóxicos: um estudo revela os impactos da cultura geneticamente modificada. Greenme. 20 set. 2016.
- BLOG. Transição ou interrupção, Cenários alternativos para um futuro incerto. Glifosato – a saga do pernicioso herbicida da segunda ‘revolução verde’. 8 mai 2016.
- LUSA. Greenpeace pede à Comissão Europeia que proíba uso dos pesticidas neonicotinóides. Correio da Manhã-CM. 12 jan. 2017.
- MONSANTO TRIBUNAL. Monsanto-tribunal.org 2016.
- MONTESANTI, Beatriz. Qual é a mais recente polémica sobre o uso de glifosato em agrotóxicos. Nexo jornal. 21 mar. 2017.
- MOREIRA, Matheus. Por que Paris está distribuindo larvas de joaninha para seus habitantes. Nexo jornal. 30 mar. 2017.
- MST. Papa apoia ativistas argentinos em processo contra Monsanto. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, 22 jan. 2016.
- NOTÍCIAS NATURAIS, [Estudo] Cientistas culpam a Monsanto Pela Crise Mundial da População de Abelhas. 6 out. 2015.
- PTF. Glifosato: O herbicida que contamina Portugal. Plataforma Transgênicos Fora, 29 abr. 2016.

PÚBLICO. Comissão Europeia quer congelar a decisão sobre o glifosato pelo menos um ano. Público. 1 jun. 2016

ROBIN, Marie-Monique. O mundo segundo a Monsanto - documentário. Youtube. 2008.

ROBIN, Marie-Monique. O mundo segundo a Monsanto – da dioxina aos transgênicos, uma multinacional que quer o seu bem. São Paulo: Radical Livros, 2012. 20 de jun. 2016.

UNIPLANET. Ordem dos Médicos Contra a Utilização do Glifosato da Monsanto. 17 fev. 2016.

TSF. Governo vai proibir glifosato em espaços públicos. 6 jul. 2016.

VISÃO. Portugal escapa ao desaparecimento global das abelhas. 29 mai. 2016.

1.3 “Fora OGM, OGM fora”: destruição de cultura de milho transgénico no Algarve

Resumo

Em 2007, o Movimento Verde Eufémia organizou uma ação de desobediência civil contra o cultivo de milho transgénico que consistiu na invasão de uma quinta e destruição de um hectare de plantação, em Silves (Faro), dentro da Zona Livre de Transgénicos do Algarve decretada pelos autarcas da região.

No ano de 2004, a Associação de Municípios do Algarve-AMAL declarou o Algarve como Zona Livre de Transgénicos-ZLT. Esta declaração, pioneira em Portugal, incluiu 16 concelhos da região. No entanto, em 2006 um proprietário da região obteve autorização para o cultivo de milho geneticamente modificado da empresa Monsanto, na Herdade da Lameira, localidade de Silves, Faro.

A partir de 2006, tornou-se possível estabelecer legalmente estas zonas livres em Portugal. A Portaria 904/2005 determinou a possibilidade de se instituírem ZLT por decisão dos agricultores ou por iniciativa municipal. As Câmaras poderiam declarar ZLT desde que esta deliberação fosse apoiada por uma maioria de dois terços na Assembleia Municipal e contasse com o acordo de todos os agricultores. Esta exigência significa que se algum agricultor da área proposta para zona livre se pronunciar contrariamente, impede a Assembleia Municipal de dar seguimento ao pedido. No entanto, em 2006, um proprietário da região obteve autorização para o cultivo de milho geneticamente modificado da empresa Monsanto, na Herdade da Lameira, localidade de Silves, Faro.

A declaração de ZLT implica que a exploração dos agricultores destas zonas livres deve ser, no seu conjunto, de uma área agrícola de 3.000 hectares contíguos e que o estabelecimento da zona livre vale pelo período de 5 anos e, posteriormente a este prazo, poderá ser cancelada ou renovada (LUSA, 2006).

Na prática, estas determinações tornavam muito difícil, quase inviável, a criação de zonas livres. Por isso a Plataforma Transgénicos Fora-PTF e partidos políticos tais como o Bloco de Esquerda-BE e o Partido Ecologista Os Verdes-PEV teceram-lhes fortes críticas. O PEV afirmou que a portaria representava uma tentativa de inviabilização da criação de ZLT. O mesmo partido acusou o governo, de retirar aos municípios qualquer capacidade de decisão devido

à obrigatoriedade de consulta, unanimidade dos produtores da região e do estabelecimento da necessidade do voto por maioria de dois terços da Assembleia Legislativa (BARLAVENTO, 2006b).

Após esta legislação ter entrado em vigor, vários municípios do Algarve reiteraram a vontade, já manifestada em 2004, de se autodeclarar zonas livres de transgénicos. Nos processos de declaração de municípios da região como zonas livres, alguns atores políticos também se manifestaram neste sentido. O PEV saudou esta decisão tomada pela Assembleia Municipal de Loulé em 2006, que assumiu especial relevância por ter ocorrido pouco tempo depois da publicação da portaria (BARLAVENTO, 2006b).

Também em 2006, a Assembleia Municipal de Lagos proibiu o cultivo de transgénicos e a mesma medida foi tomada pela Assembleia Municipal de Aljezur em 2007 (BARLAVENTO, 2006a; 2007).

Em junho de 2007, a Frente do Algarve Livre de Transgénicos manifestou-se contrariamente ao cultivo de milho transgénico em Silves que havia sido autorizado em 2006. O agricultor biológico que liderava este movimento denunciou a sementeira transgénica. O Diretor Regional de Agricultura do Algarve garantiu que não existia risco de contaminação devido ao cumprimento das distâncias de segurança legalmente estabelecidas, e que a plantação e sua regularidade seriam constantemente fiscalizadas até ao final do ciclo. O presidente da Grande Área Metropolitana do Algarve, por sua vez, manifestou preocupação quanto ao cultivo de Organismos Geneticamente Modificados-OGM, alegando que não existia a possibilidade de uma real e efetiva oposição de uma região ou autarquia ao cultivo de transgénicos.

Em meados do mês de agosto, a Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve-ALMARGEM também se manifestou sobre a autorização de cultivo de milho transgénico, que caracterizou como uma ameaça.

Para esta associação, tratou-se de uma atitude irresponsável devido ao risco de contaminação cruzada através da disseminação do pólen, por meio do vento, a quando da floração das espigas. Mencionou também os riscos para a saúde humana trazidos pela inalação do pólen e anunciou que iria requerer ao governo a aplicação imediata das medidas de emergência consignadas na legislação, nomeadamente a aplicação do princípio da precaução através da destruição adequada do foco de milho na Herdade da Lameira (BARLAVENTO, 2007).

Estes eventos ilustram o contexto regional no qual ocorreu a ação de protesto do Movimento Verde Eufémia em 2007. No dia 17 de agosto de 2007 cerca de 150

pessoas deslocaram-se à Herdade da Lameira para realizar um protesto contra o cultivo de transgénicos.

Neste protesto, os manifestantes do Movimento Verde Eufémia - formado por pequenos agricultores e por ambientalistas - destruíram um hectare, de um total de 50 ha cultivados, e um campo de milho transgénico da Monsanto pertencente a um agricultor local.

A manifestação percorreu uma estrada que margeava a plantação repetindo: “fora OGM, OGM fora”. Estiveram presentes agentes da Guarda Nacional Republicana-GNR e jornalistas, além do agricultor proprietário do campo e de outros agricultores da região. O proprietário do campo de milho e alguns outros moradores tentaram impedir a destruição de parte do cultivo pelos cidadãos. Houve algum contato físico entre manifestantes e o agricultor, dono do campo. O agricultor estimou o prejuízo da colheita do milho destruído em cerca de 3.900 euros para uma produção de 17 toneladas. O Movimento Verde Eufémia ofereceu ao agricultor milho biológico em quantidade suficiente para replantar os 51 hectares. Este não aceitou. A polícia identificou três pessoas que estavam presentes na ação e deu início a uma investigação e ação em tribunal. Esta viria a ilibar os ativistas (VIEIRA, 2011).

O movimento alegou que o cultivo nesta propriedade, a primeira na região a cultivar milho transgénico MON810, representava um desrespeito à vontade dos cidadãos e uma violação à auto declaração do Algarve como uma Zona Livre de Transgénicos em 2004, posteriormente confirmada por diversos municípios da região. O vídeo da ação que o movimento produziu, destacou a inexistência de estudos independentes sobre a temática dos OGM, tendo sido o milho transgénico aprovado para consumo pela Autoridade Europeia com base em estudos da Monsanto (MOVIMENTO VERDE EUFÉMIA, 2007)

Os meios de comunicação noticiaram amplamente a ação no país e várias personalidades políticas manifestaram a sua opinião (LUSA, 2006; CARVALHO, 2007). A quase totalidade afirmou não concordar com a atuação do Movimento Verde Eufémia, como foi o caso do Ministro da Agricultura, do Presidente da República e de presidentes de partidos como o Partido Social Democrata-PSD e do Partido Ecologista Os Verdes-PEV, que achou desproporcional a manifestação. Somente o então deputado do Bloco de Esquerda-BE, Miguel Portas, manifestou simpatia com a ação por colocar na agenda uma temática extremamente relevante: os transgénicos em Portugal. Os meios de comunicação veicularam com maior destaque uma interpretação que criminalizou a ação, tratando-a como um ato de ecoterrorismo, mesmo que brando.

Num comunicado emitido no dia 17 de agosto de 2007, a Plataforma Transgénicos Fora-PTF, da qual participam uma série de movimentos ambientalistas, afirmou que não partilhava os métodos da ação de protesto e lembrou que os OGM não são bem-vindos pela maioria da população portuguesa (PTF, 2007).

Outros grupos ambientalistas, apesar de não manifestarem apoio direto à ação, destacaram que o cultivo de transgénicos, mesmo com a distância mínima de 200 metros definida na legislação portuguesa, contamina plantações tradicionais ou biológicas vizinhas - a chamada contaminação cruzada.

O Grupo de Ação e Intervenção Ambiental-GAIA apoiou a ação, “considerando que a destruição de 2% da plantação de um agricultor transgénico constitui um gesto simbólico cujo impacto económico é reduzido, trazendo, no entanto, o assunto para a discussão pública como é importante nesta fase de proliferação dos campos de milho transgénico em Portugal” (GAIA, 2007).

A ação e as reações que despertou este movimento lançaram na sociedade portuguesa um duplo debate, que incluiu tanto a temática do cultivo de transgénicos quanto a da legitimidade dos diferentes ativismos em nome de uma causa ambiental. Isto por tratar-se de uma ação de carácter inusitado para o cenário do país, o que, associado a um contexto de pouca informação sobre a questão dos OGM e sua dimensão levou à grande repercussão (OLIVEIRA, 2008). A caracterização da atuação do Verde Eufémia como um ato de vandalismo chamou a atenção para uma região, o Algarve, caracterizada pela ocorrência frequente de ações e empreendimentos nocivos à saúde e ao ambiente, este sim “vandalismos ambientais e culturais” (SCHMIDT, 2007) e que recebem pouca atenção das autoridades públicas.

Entretanto, sete anos decorridos, os registos de plantações de transgénicos em Portugal, no ano de 2014, colocam o Algarve como a região com maior número de municípios que se declaram oficialmente Zona Livre de Transgénicos e, ainda, a região com menor área plantada com milho transgénico, em contraste com o Alentejo, a maior área plantada com OGM do país. Apenas no município de Albufeira se regista uma plantação de milho transgénico com 7,5 ha (PTF, 2016).

Referências bibliográficas

BARLAVENTO. Assembleia municipal de Aljezur repudia autorização para milho transgénico no Algarve. *Semanário Regional do Algarve Barlavento* 2 jul. 2007.
 BARLAVENTO. Assembleia municipal de Lagos proíbe cultivo de transgénicos. *Semanário Regional do Algarve Barlavento*, 6 jul. 2006a.

BARLAVENTO. Os Verdes saúdam declaração de Loulé como zona livre OGM. *Jornal de Informação Regional do Algarve, Semanário Regional do Algarve Barlavento* 28 set. 2006b.

CARVALHO, Rita. Ativistas ceifam campo de milho transgénico em protesto. *Diário de Notícias*, 18 ago. 2007.

GAIA. Declaração final do GAIA em relação ao corte de milho transgénico na Herdade do Lameiro, 24 ago. 2007.

LUSA. Ativistas destróem um hectare de milho transgénico. *Jornal Público*, 17 ago. 2007.

LUSA. Município de Loulé declara-se zona livre de transgénicos. *Semanário Regional do Algarve Barlavento*, 27 set. 2006.

MOVIMENTO VERDE EUFÉMIA. GMO mowing Action @ Silves, Portugal. Vídeo. 2007.

OLIVEIRA, Nilzélia Maria da Silva. *Ativismo Ambiental, Performatividade e Modos de Vida: um estudo de caso sobre o quotidiano do Grupo de Ação e Intervenção Ambiental – GAIA*. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2008.

PTF. Mapa das explorações agrícolas de transgénicos. *Plataforma Transgénicos Fora-PTF*, 10 jun. 2016.

PTF. PLATAFORMA TRANSGÉNICOS FORA; ATTAC; LPN; GAIA; GETA; FAPAS; COLHER PARA SEMEAR; CNA; QUERCUS; MOVIMENTO PRÓ INFORMAÇÃO E CIDADANIA E AMBIENTE; ARP; SALVA. Sobre uma ação de protesto contra o cultivo de milho transgénico no Algarve. Comunicado. *Plataforma Transgénicos Fora-PTF*. 18 ago. 2007.

SCHMIDT, Luísa. País (In)sustentável ambiente e qualidade de vida em Portugal. *Lisboa, Novos Rumos*. 2007.

VIEIRA, Luís Miguel Teixeira. *Não-Violência Ativa: Movimentos Ambientais e a Mobilização Social em Portugal. A Não-Violência Ativa como Método de Participação Social Ambiental. Estudo de Caso - O Caso do Milho Transgénico de Silves*. Dissertação de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação da Universidade Aberta, Lisboa. 2011.

1.4 Oposição aos OGM nos Açores

Resumo

Com o avanço dos transgénicos e a oposição a este cultivo, as polémicas multiplicaram-se no país, como aconteceu no arquipélago dos Açores a partir de 2011. Neste contexto, a população, associações ambientalistas e partidos políticos exigiram a declaração do arquipélago como zona livre de transgénicos, o que conseguiram em 2012. Defrontaram-se com a intromissão do governo norte-americano no processo.

Em Portugal, três regiões - o Algarve, a ilha da Madeira e o arquipélago dos Açores - são declaradas atualmente Zonas Livres de Organismos Geneticamente Modificados. No continente, incluindo os municípios do Algarve, 27 municípios já se auto declararam livres de Organismos Geneticamente Modificados-OGM. São eles: Alcochete, Alenquer, Aljezur, Amares, Arouca, Barreiro, Cadaval, Coimbra, Constância, Lagos, Loulé, Mértola, Moita, Monforte, Mora, Moura, Odemira, Ponte da Barca, Portimão, Póvoa de Lanhoso, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Sintra, Soure, Terras de Bouro, Vila do Bispo e Vila Verde. No entanto, as resistências à proibição do cultivo de transgénicos levaram a que alguns destes processos gerassem controvérsias, como foi o caso de Silves no Algarve e também da Região Autónoma dos Açores (GMO FREE EUROPE, 2015).

No arquipélago dos Açores, no ano de 2011, alguns agricultores da região que vinham realizando testes com sementes transgénicas manifestaram a intenção de plantar milho geneticamente modificado para resistir à broca, praga comum no cultivo do cereal. Em oposição a esta prática, os mandatários políticos anunciaram que iriam dar início ao processo de declaração do arquipélago como Zona Livre de Transgénicos-ZLT.

O Centro de Informação de Biotecnologia-CiB de Portugal criticou tal intenção e defendeu o cultivo de OGM sob a alegação de que a declaração não tinha qualquer suporte científico ou técnico (AMBIENTE ONLINE, 2011).

Em julho, a Amigos dos Açores - Associação Ecológica e a Associação de Defesa do Ambiente-Gê-Questa, lançaram uma petição que reivindicava a proibição do cultivo de transgénicos nos Açores. Esta petição reuniu mais de 1.400 assinaturas e foi entregue ao presidente da Assembleia Legislativa Regional e aos grupos parlamentares (NATURAMARIENSE, 2011).

Os peticionários pediam a proibição da introdução no arquipélago dos Açores de variedades vegetais geneticamente modificadas e defendiam a proibição de material de propagação (vegetativo ou seminal) que contivesse organismos geneticamente modificados. Por fim, pediam a declaração da Região Autónoma dos Açores como zona livre de cultivo de variedades de organismos geneticamente modificados (PÚBLICO, 2011).

Em 12 de outubro de 2011, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolveu recomendar ao Governo Regional que desse início aos procedimentos necessários para a declaração de ZLT. Esta iniciativa recebeu apoio da representação parlamentar do Partido Comunista Português-PCP, que apresentou um Projeto de Resolução para proibir o cultivo de OGM nos Açores (PIRES, 2011). O Governo dos Açores anunciou a decisão de declarar o arquipélago como ZLT, e de aplicar na região os normativos comunitários relativos à utilização destes organismos e dos produtos derivados.

Perante o anúncio desta decisão, o embaixador dos Estados Unidos da América-EUA em Lisboa enviou cartas ao Presidente do Governo Regional dos Açores e ao Presidente da Assembleia Legislativa, onde manifestava desacordo com a proibição dos transgênicos na região, uma vez que a agricultura transgênica é, na sua visão, completamente segura (LUSA, 2012).

O embaixador afirmou nessas cartas que os transgênicos não constituem riscos para o ambiente, nem para a vida humana ou animal. Alegou que a União Europeia-UE, depois de investir 300 milhões de euros em investigação científica no setor, não encontrou provas da nocividade dos OGM. Com estes argumentos, o embaixador apelou a que as autoridades açorianas revissem o seu posicionamento, para que fosse possível aos agricultores do arquipélago utilizar esta tecnologia globalmente empregada. O diplomata listou ainda aquelas que julgava serem as vantagens do cultivo de OGM: reduzir substancialmente a utilização de pesticidas, poupar as energias fósseis, diminuir a emissão de dióxido de carbono e melhorar a utilização dos solos (ZONA LIVRE DE OGM, 2012a).

No início de 2012, o Partido Ecologista Os Verdes-PEV questionou o governo nacional a respeito da pressão exercida pelos EUA para o cultivo de transgênicos em Portugal, e classificou esta atitude como inaceitável. O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território-MAMAOT confirmou ter tido acesso às cartas enviadas pelo embaixador dos EUA, mas não expressou nenhum posicionamento.

Em maio de 2012, a Assembleia Legislativa dos Açores aprovou por maioria a proposta do Governo Regional para regular o cultivo de transgênicos.

O documento apresentado pelo executivo foi aprovado pelo Partido Socialista-PS e pelo Partido Comunista Português-PCP (ZONA LIVRE DE OGM, 2012b). Assim, os Açores foram declarados oficialmente uma zona livre do cultivo de organismos geneticamente modificados através da publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2012/A, que regulou a utilização de organismos e plantas geneticamente modificadas, e ainda a introdução de qualquer possível material de propagação de OGM.

O Bloco de Esquerda-BE e o PEV contestaram o diploma porque pretendiam a proibição dos OGM e não a sua regulação. Estes partidos questionaram a existência de exceções no diploma legal, que prevê a possibilidade do cultivo de transgênicos no caso de “investigação científica e tecnológica e ensaios de cultura” (ARRUDA, 2012).

Em 8 de abril de 2016, o Bloco de Esquerda-BE denunciou a existência de produções de milho transgênico nas ilhas de São Miguel e Terceira nos Açores. Simultaneamente, apresentou à Assembleia Legislativa dos Açores um projeto de decreto regional que proíbe o cultivo, importação e comercialização de OGM vegetais e um requerimento ao governo, com quatro questões relativas à aplicação da legislação sobre os OGM em vigor nos Açores (LUSA, 2016).

Referências bibliográficas

- AMBIENTE ONLINE. CiB contesta criação de zona livre de OGM nos Açores. Portal Ambiente Online, 7 fev. 2011.
- ARRUDA, Lúcia. Os OGM nos Açores e as contradições a nu. Site Bloco de Esquerda Açores. Opinião, 21 mai. 2012.
- GMO FREE EUROPE. GMO-free News from Portugal, Plataforma GMO-FREE Regions, 2015.
- LUSA. Bloco de Esquerda quer proibir os transgênicos nos Açores. Público, 4 abr. 2016.
- LUSA. Embaixador norte-americano contesta possível zona livre de transgênicos nos Açores. Jornal Público, 12 jan. 2012.
- NATURAMARIENSE. Os perigos da introdução de transgênicos nos Açores. Site Naturamariense, 27 ago. 2011.
- PIRES, Aníbal C. CDU - Oposição consequente e com consequência, Blog Aníbal Pires, 13 out. 2011.
- PÚBLICO. Petição quer declarar Açores Zona Livre de Transgênicos. Público, 27 jul. 2011.

ZONA LIVRE DE OGM. Embaixada Americana tenta forçar transgênicos nos Açores. Blog Zona livre de OGM, 22 jan. 2012a.
ZONA LIVRE DE OGM. Açores: Assembleia Regional regula transgênicos. Blog Zona Livre de OGM, 13 mai. 2012b.

2. FLORESTA

2.1 Portugal, o deserto verde da Europa?

Resumo

Foi em Portugal que se usou, e pela primeira vez no mundo, eucalipto para fazer pasta de papel. Este processo iniciou-se em 1957 pelo grupo Portucel-Soporcel na fábrica de Cacia, em Aveiro. Mais tarde, nos anos 80, o movimento ambientalista ganhou força no país, e foi nesta época que surgiram o Partido Ecologista Os Verdes-PEV (1982) e a Associação Nacional pela Conservação da Natureza-Quercus (1985), que lideraram a luta contra a eucaliptização do território. Entretanto, segundo o Inventário Florestal Nacional, o eucalipto tornou-se, a partir do século XXI, a espécie dominante no território nacional. Mas, desde 2017, a Reforma Florestal aprovada pelo Parlamento impõe novas regras à plantação do eucalipto, entre outras o congelamento da área plantada.

As primeiras expressões desta luta foram protagonizadas por camponeses e aldeões de diversas localidades de norte a sul do país, que, articuladas com as associações ambientalistas portuguesas, conseguiram reverter várias iniciativas empresariais pontuais.

Em 2010 a floresta representa um terço da área do território de Portugal, e o restante são áreas de matos e pastagens, culturas agrícolas e áreas urbanas. A área florestal portuguesa tem três espécies dominantes: o eucalipto (*Eucalyptus spp.*), que ocupa 24%, seguido do sobreiro (*Quercus suber*) com 23% e do pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) com 22% (FONSECA, 2017).

Em 1986, a Portucel foi impedida de plantar eucaliptos no município de Montemor-o-Novo, Alentejo, devido a uma ação judicial que evidenciava os impactos negativos nas terras para uso agrícola, levada a cabo pelas organizações envolvidas na campanha nacional contra a expansão do eucalipto iniciada naquele ano: os Amigos da Terra, o Núcleo Cultural e Recreativo do Valongo, o Grupo Ecológico da Associação Académica de Coimbra, o Partido Ecologista Os Verdes-PEV e a Quercus (BAPTISTA, 2010).

O ano de 1989 foi marcado por fortes contestações contra a eucaliptização das terras agrícolas portuguesas. Na serra da Aboboreira (concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses) - onde a Soporcel planeava tomar os terrenos de atividade pastorícia para plantar eucaliptos - ecologistas e a população local uniram-se para resistir a esta iniciativa: acorrentaram-se às máquinas que trabalhavam no terreno para a plantação de eucaliptos

e mobilizaram centenas de cabeças de gado para impedir o seu completo funcionamento. Este caso foi amplamente mediatizado, fazendo com que a empresa responsável pelo projeto recuasse na sua decisão (QUERCUS, 2017).

No município de Valpaços, distrito de Vila Real, também em 1989 cerca de 3.000 eucaliptos recém-plantados foram arrancados por um grupo composto por camponeses e ecologistas. A Guarda Nacional Republicana-GNR retaliou, avançando a cavalo sobre os manifestantes. O confronto resultou na prisão de um membro de uma cooperativa agrícola local. O projeto para transformar 200 hectares de um terreno de produção de azeite num eucaliptal também não avançou (BAPTISTA, 2010).

Também em Mértola, Beja, decorreu uma ação semelhante e a iniciativa empresarial não avançou. Com o objetivo de travar os trabalhos no terreno para a plantação de eucaliptos, ecologistas e membros da Associação para a Defesa do Património de Mértola-ADPM, do PEV, do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, da Agrobio e do Campo Arqueológico de Mértola, acorrentaram-se às máquinas e um abaixo-assinado circulava contestando o projeto (INDYMEDIA, 2009).

Um ano mais tarde, em 1980, na ilha do Pico, nos Açores, os municípios das Lajes, São Roque e Madalena iriam ser alvo de uma iniciativa da Portocel que incluía um aumento de 2.000 para 3.000 hectares de plantação de eucalipto destinado à produção de pasta de papel e oferecia uma compensação económica com o objetivo de financiar atividades turísticas locais.

As organizações locais mostraram preocupação com o fato do projeto representar uma clara ameaça à preservação da vegetação endémica do arquipélago e ao agravamento do défice hidrológico da ilha (BAPTISTA, 2010).

No entanto, a plantação de eucalipto ocupa um espaço cada vez maior na floresta portuguesa, entre 1989 e 2006 registou-se um aumento de 91,7%. Esta expansão das monoculturas de eucalipto agravou o risco de incêndios florestais e o conseqüente abandono rural. Os fogos ocorridos até então incidiram com maior frequência em zonas onde é mais extensa a continuidade deste combustível florestal, composta por eucalipto e pinheiro, do que em regiões de temperaturas mais elevadas e de clima mais seco, como é o caso do Alentejo (SEQUEIRA, 2013; OF, 2012).

A expansão da monocultura de eucalipto, uma espécie exótica (proveniente da Austrália) de crescimento rápido, foi assim assumida pela indústria de papel, não

encontrando na legislação portuguesa nenhum impedimento para continuar a sua expansão (PEV, 2012). Esta espécie de árvore, *Eucalyptus globulus*, chegou a ser candidata à classificação de “espécie invasora” ou de risco ecológico pelo Ministério do Ambiente-MA e pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade-ICNB, que tentaram impor restrições ao seu uso. No entanto, não se oficiaram nenhuma das classificações e não foram conhecidos os motivos de tal decisão (CM, 2009).

Atualmente, Portugal é o país europeu com a maior área plantada de eucalipto, e o 5ª a nível mundial. Na gestão das áreas florestais portuguesas cobertas por eucalipto, verifica-se a falta de ordenamento (povoamentos mistos, coberto inferior a 50%, baixas densidades e idades superiores à idade de corte ideal) em cerca de 600 mil dos cerca de 800 mil hectares do eucaliptal nacional, com a agravante de que apenas 2% destes se encontram sob gestão pública, enquanto que a média europeia é de 50% (SEQUEIRA, 2013).

Em 2013, no governo do Primeiro Ministro Passos Coelho, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto-Lei n.º 96/2013, também conhecido como “lei do eucalipto livre”, que reforça a continuação desta situação, permitindo a criação de manchas contínuas de eucaliptos devido às facilidades de arborização e rearborização com esta espécie, agravando os seus conhecidos impactos ambientais, além de centralizar as decisões no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas-ICNF. As associações ambientais, entre elas a Quercus e a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, defendem que esta lei visa favorecer a indústria de pasta de papel e ainda a alguns poucos proprietários que querem avançar as suas explorações para terrenos baldios, facilitados pela revogação da regulamentação anteriormente impeditiva, como era o caso das Zonas de Intervenção Florestal-ZIF que determinavam qual a área desejável para cada espécie (CARVALHO, 2012).

A aplicação desta lei introduz também o mecanismo legal que não exige comunicação prévia para a realização de plantações de eucalipto inferiores a dois hectares – que são a maioria das propriedades no país – facilitando a monocultura de eucalipto. Por outro lado, a burocracia envolvida nas candidaturas a plantações das espécies autóctones como o sobreiro ou o carvalho, é desmotivadora (DL, 2012a; DL, 2012b).

Em 2014, a Plataforma pela Floresta endereçou à Assembleia da República-AR, ao Ministério da Agricultura e do Mar, ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, e ao Ministério da Administração Interna, uma petição onde requeria a revogação do Decreto-Lei n.º

96/2013, apelando à salvaguarda da sustentabilidade da floresta portuguesa (PPF, 2014). Várias associações ambientalistas, entre elas a Quercus, o GEOTA e a Federação Nacional dos Baldios, e individualidades como professores universitários e defensores das questões ambientais em Portugal, entre outros, Boaventura de Sousa Santos, Luísa Schmidt, Francisco Louçã e Viriato Soromenho-Marques, apoiaram esta iniciativa (SALVADOR, 2014).

Um ano mais tarde, em setembro de 2015, a Portucel-Soporcel anunciou um investimento de 2,2 mil milhões de euros para um novo projeto de plantação de eucaliptos numa área de 350 mil hectares destinados à produção de celulose em Moçambique. A empresa justificou a decisão de realocar a produção de eucalipto devido à resistência que encontrou em Portugal. O objetivo do investimento é o de, numa só fábrica, e com o maior viveiro de plantas de África, atingir o mesmo nível de produção de celulose que Portugal produz atualmente (LUSA, 2015; ALTRI, 2017).

Em novembro de 2015, nos acordos que formalizaram a maioria parlamentar de esquerda, ficou estabelecida entre o PS e os partidos BE, PCP e PEV, a revisão da Lei Florestal (Decreto-Lei n.º 96/2013), aprovada no anterior governo, também conhecida como “lei do eucalipto livre” (EXPRESSO, 2016).

Em 21 de março de 2016, no Dia Mundial da Floresta, a Confederação Nacional da Agricultura-CNA mostrou-se favorável à revisão da lei, destacando que a mesma foi aprovada com a finalidade de privilegiar apenas a floresta industrial intensiva (MACEDO, 2016). Também o PEV defendeu o fim da liberalização e da expansão das espécies exóticas nocivas - entre as quais se destaca o eucalipto - cujo impacto qualificam como extremamente nocivo ao ambiente e à sociedade. O PEV sugeriu então um imposto sobre as grandes áreas de eucalipto, a reverter para a plantação de novas áreas florestais como o montado, prioritariamente para as pequenas e médias propriedades, e uma aposta na valorização da cortiça com a plantação de sobreiro (PRADVA, 2016). Também a associação ambientalista Zero apoiou a revisão da lei, e recomendou uma discriminação positiva a favor de espécies florestais de crescimento lento e o controle rigoroso das espécies exóticas invasoras (SANCHES, 2016).

A 21 de março de 2017, aprovou-se no parlamento a Reforma Florestal, que vem travar o crescimento da área de eucalipto em Portugal. As propostas haviam sido sujeitas a uma discussão pública, que decorreu entre 1 de novembro e 31 de janeiro (GERALDES, 2017).

O novo regime de arborização e rearborização determina que as novas plantações de eucalipto só possam ser introduzidas no litoral. No futuro em áreas onde já haja eucalipto, (CARVALHO, 2017).

A Associação da Indústria Papeleira-CELPA e também a Confederação dos Agricultores de Portugal-CAP reagiram fortemente a estas medidas e criticaram a proibição de plantação de novas áreas de eucalipto, afirmando que ela traduz-se num prejuízo para a economia portuguesa, pois irá desequilibrar a balança comercial do país fazendo aumentar as importações de madeira (LUSA, 2016b; SÁBADO, 2017).

O ministro da Agricultura respondeu aos produtores florestais e à indústria do papel e celulose, com o argumento que Portugal foi o único país europeu que perdeu área florestal nos últimos 15 anos, cerca de 150 mil hectares, o equivalente à perda de uma Lisboa por ano (LUSA, 2016a).

A 17 de junho de 2017, aconteceu em Portugal aquele que foi o mais mortífero incêndio florestal da história do país, que provocou 64 mortes e 254 feridos. Quarenta e sete das vítimas mortais foram encontradas nas estradas dentro dos automóveis e nas suas imediações. O incêndio deflagrou no concelho de Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, e alastrou aos concelhos vizinhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Ansião e Alvaiázere (também distrito de Leiria); ao concelho da Sertã (distrito de Castelo Branco); ao concelho de Pampilhosa da Serra e ao concelho de Góis (distrito de Coimbra). O incêndio destruiu mais de 500 casas, e afetou 40 empresas e 350 postos de trabalho. A estimativa do montante total de prejuízos ascende a 250 milhões de euros (WIKIPEDIA, 2017).

Este incêndio veio provocar um aceso debate sobre a necessidade de cuidar e preservar a floresta portuguesa, com vários atores sociais questionando as autoridades e pedindo um apuramento de responsabilidades em relação à tragédia. Associações ambientalistas vieram a público, como é o caso da Associação Campo Aberto, que emitiu um comunicado enunciando os erros praticados nos últimos 50 anos, e alertando para a necessidade da revitalização da pequena e média agricultura, com base numa orientação ecológica. O comunicado aponta para a necessidade de recuar nas monoculturas extensivas para produção de madeira e pasta de papel como o eucalipto, que funciona como um “combustível pronto a arder”, para que o território possa

ser “o chão fértil onde crescerão frutos, alimentos, sombra, água, e árvores sem a ameaça constante de destruição pelo fogo” (CAMPO ABERTO, 2017).

Ainda especialistas nas mais diversas áreas identificaram o problema do desordenamento florestal, alertando para a extrema divisão da propriedade privada no centro e norte do país, e para a falta de fiscalização. Afirmam ainda que o ordenamento florestal implica a definição de perímetros florestais de continuidade geográfica e gestão coletiva, onde devem ser integradas as parcelas abandonadas, que devem ser obrigados a estarem abrangidos por planos de gestão florestal, aprovados pelos serviços públicos competentes, de modo a quebrar o ciclo de abandono da floresta (MATIAS, 2017).

Referências Bibliográficas

- ALTRI. Site do grupo de celulose (Celbi, Caima e Celtejo). 2017.
- BAPTISTA, Gualter Barbas. Bridging environmental conflicts with social metabolism. Florestry expansion and socioeconomic change. Tese de doutoramento em Ciências do Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia-FCT da Universidade Nova de Lisboa-UNL. 2010.
- CAMPO ABERTO. Apagar - Aliança para acabar com as vagas recorrentes de fogos. Campo Aberto- Associação de Defesa do Ambiente. 20 jun. 2017.
- CARVALHO, Manuel. Governo quer acabar com barreiras ao eucalipto. Público. 16 jul. 2012.
- CARVALHO, Manuel. Área de eucalipto vai ficar congelada até 2030. Público. 6 fev. 2017.
- CM. Eucalipto ocupa 26% da floresta portuguesa. Correio da Manhã- CM. 20 mar. 2009.
- DL. Governo português prepara legislação que diminui proteção legal do sobreiro. Diário Liberdade- DL. 18 out. 2013.
- DL. Governo português entrega floresta às celuloses favorecendo apenas plantação de eucaliptos. Diário Liberdade-DL. 22 jul. 2013.
- ESQUERDA.NET. Governo lançou programa de 9 milhões para eucaliptos uma semana antes dos incêndios. Esquerda.net. 23 jun. 2017.
- ESQUERDA.NET. Bloco quer ir mais além na reforma florestal. Esquerda.net. 21 jun. 2017.
- EXPRESSO. Governo trava expansão da área de eucalipto. Expresso. 24 jan. 2016.
- FONSECA, Patrícia. Floresta. A que temos, a que queremos e a que o futuro nos reserva. Mediatejo.net. 25 abr. 2017.
- GERALDES, Helena. Reforma das florestas aprovada em Conselho de Ministros. Wilder. 21 mar. 2017.
- GRUPO PORTUCEL-SOPORCEL. Eucalipto. Site Grupo Portucel-Soporcel. 2013.

- INDYMEDIA. Portucel eucaliptiza Moçambique. Centro de Média Independente. 2009.
- LUSA. Industriais de pasta e papel criticam proibição de plantação de eucalipto. JNe-Jornal de Negócios. 21 abr. 2017.
- LUSA. Portucel lamenta ter de plantar eucaliptos em Moçambique em vez de Portugal. Jornal de Negócios- JNE. 8 set. 2015.
- LUSA. Portugal foi o único país da Europa que perdeu área florestal nos últimos 15 anos. 19 dez. 2016a.
- LUSA. Indústria papelreira considera discriminação do eucalipto inaceitável. RTP. 4 abr. 2016b.
- MACEDO, Paulo. 22 de abril, Dia Internacional da Mãe Terra (Opinião). TOMARTV. 22 de abr. 2016.
- MATIAS, Carlos. Incêndios florestais: a hora das opções. Esquerda.net. 20 jun. 2017.
- OF. Território - o que ganha Portugal com o eucalipto? Entrevista a Paulo Pimenta de Castro, Blog Opinião Florestal. 28 jul. 2012.
- PEV. 30 anos de lutas ecologistas (1982-2012), Partido Ecologista Os Verdes-PEV. 2012. PPF. Comunicado. PPF- Plataforma Pela Floresta. 18 jun. 2014.
- PRADVA. Os Verdes querem imposto sobre as grandes áreas de eucalipto. Pradva. ru. 21 mar. 2016.
- SALVADO, Sandra. Eucalipto, a árvore que reina sobre a floresta nacional. RTP Notícias. 11 nov. 2015
- SALVADOR, João Miguel. Plataforma pela Floresta quer revogar lei do eucalipto. Visão Verde. 23 jan. 2014.
- SANCHES, Andreia. “A área reservada ao eucalipto não pode aumentar mais”, apela Associação Zero. Público. 5 mai. 2016.
- SEQUEIRA, Eugênio. Porque arde Portugal? Visão Verde. 4 out. 2013. 30 de maio de 2017
- SERRA, Rita; FERREIRA, Patrícia; Governação comunitária de florestas para crianças: Kit pedagógico. Centro de Estudos Sociais-CES, Coimbra, 2016.
- QUERCUS. 26 anos de ativismo, Historial da associação. 31 out 2016.
- WIKIPÉDIA. Incêndio florestal de Pedrogão Grande. 2017.

2.2 Baldios: a luta pelos direitos comuns da terra

Resumo

Foi em Portugal que se usou, e pela primeira vez no mundo, eucalipto para fazer pasta de papel. Este processo iniciou-se em 1957 pelo grupo Portucel-Soporcel na fábrica de Cacia, em Aveiro. Mais tarde, nos anos 80, o movimento ambientalista ganhou força no país, e foi nesta época que surgiram o Partido Ecologista Os Verdes-PEV (1982) e a Associação Nacional pela Conservação da Natureza-Quercus (1985), que lideraram a luta contra a eucaliptização do território. Entretanto, segundo o Inventário Florestal Nacional, o eucalipto tornou-se, a partir do século XXI, a espécie dominante no território nacional. Mas, desde 2017, a Reforma Florestal aprovada pelo Parlamento impõe novas regras à plantação do eucalipto, entre outras o congelamento da área plantada.

Os baldios são terrenos comunitários com floresta e/ou outros usos (agrícola, matos ou pastos) sendo propriedade de uma comunidade de moradores que residem na proximidade desses terrenos. Os membros da comunidade, designados por compartes, são coproprietários que compartilham direitos de exclusividade, deveres e benefícios, contribuindo assim para o desenvolvimento coletivo da comunidade (LOPES, 2014).

Historicamente, o baldio em Portugal desempenhou uma importante função social: proporcionava o pasto indispensável à manutenção das espécies pecuárias, dele vinha ainda o mato, que, após ter servido de cama aos animais estabulados, em conjugação com o esterco, proporcionava o estrume para fertilização das terras, e em alguns casos serviu para o plantio de cereais. Proporcionava ainda a lenha, o carvão, alguma madeira, mel, etc. No entanto, esta prática tradicional de agricultura começou a ser atacada já no século XVIII por parte de algumas camadas da sociedade de inclinação liberal que viam nela um obstáculo ao progresso económico e agrícola (ESTEVÃO, 1983).

Na década de 50 do século XX houve alertas sobre a expansão da exploração florestal intensiva e de como a plantação massiva de pinheiros em terrenos baldios (com o surgimento da indústria da celulose em Portugal) veio destruir formas culturais existentes há décadas e alterar, por completo, a paisagem nacional (SOROMENHO-MARQUES apud TAVARES, 2013).

Durante o regime fascista em Portugal (1933-1974), 7.638 baldios, que ocupavam uma área total de 408.000 hectares, passaram a ser geridos pelos

Serviços Florestais do Estado que implementaram uma política de arborização impeditiva do acesso das comunidades. Com a revolução de 25 de abril de 1974, as comunidades tiveram de volta o controlo dos baldios. A Constituição Portuguesa de 1976 reconheceu a propriedade comunitária e a devolução destes terrenos foi desencadeada através do Decreto-Lei n.º 39/76. A lei dos baldios (Lei n.º 68/93) determinou a criação de Assembleias de Compartes constituídas pelos moradores de determinada freguesia ou parte dela, e que comunitariamente e com direitos iguais usufruem dos respetivos terrenos baldios. Após a constituição das Assembleias de Compartes e definida a Unidade de Baldio, é eleito um Conselho Diretivo e escolhida a modalidade de administração que pode ser exercida exclusivamente pelos compartes ou em regime de associação entre os compartes e o Estado (OLIVEIRA, 2011).

Há atualmente cerca de meio milhão de hectares de baldios em Portugal, predominantemente na região norte do país. No entanto, a gestão dos baldios não se tem mostrado uma tarefa fácil e tem suscitado diversos conflitos. A florestação dos baldios e a diminuição dramática da atividade agrícola desestruturaram as práticas comunitárias e as instituições que regulavam o seu uso.

As comunidades não têm recursos técnicos para gerir as florestas e enfrentam conflitos internos referentes à distribuição dos benefícios. Há também conflitos com as juntas de freguesia sobre o destino dos rendimentos da atividade florestal. Estas questões agravam-se devido à capacidade dos baldios gerarem rendimentos através de cessões de exploração a agentes externos, especialmente plantações de eucalipto e instalação de parques eólicos. No ano de 2013, estavam constituídas 1.441 unidades de baldio, das quais 77% geridas pelos compartes e 23% delegaram as competências de gestão nas juntas de freguesia. Dos baldios geridos pelos compartes, 78% estão em regime de cogestão com o Estado e 22% são administradas exclusivamente pelos compartes (SERRA et al., 2008).

Os juristas Gomes Canotilho e Vital Moreira, autores do livro “Constituição da República Portuguesa Anotada”, Coimbra Editora, 1978, consideraram, no comentário ao artigo 89º, que os baldios são meios de produção com posse e gestão de comunidades territoriais (povos, aldeias) sem personalidade jurídica (GP/BE, 2016).

Em abril de 2014, foi aprovada na Assembleia da República-AR uma nova Lei dos Baldios, introduzindo profundas alterações na lei anterior, de 1976, por iniciativa da maioria parlamentar do Partido Social Democrata-PSD e do CDS-Partido Popular-CDS/PP com votos contra dos restantes partidos PS, BE, PCP e PEV.

O objetivo principal é a possibilidade aberta para entidades privadas (empresas florestais, empresas de energias alternativas ou de equipamentos de telecomunicações, entre outros tipos) de se apropriarem dos baldios, obtendo uma nova fonte de rendimento em prejuízo das comunidades locais. Para essa finalidade a lei prevê a inserção dos baldios no comércio jurídico, prevendo-se o seu arrendamento ou integração na Bolsa de Terras, e que as receitas geradas por estas propriedades tenham que ser aplicadas na gestão das mesmas, que passem a apresentar contas públicas anuais fiscalizadas pela Autoridade Aduaneira, ou que os terrenos sejam inscritos na matriz predial (GOMES LOPES, 2014; GP/BE, 2016).

Em junho de 2014 realizou-se uma manifestação em frente à Assembleia da República, em Lisboa, que reuniu cerca de 5 mil pessoas que questionavam a nova lei dos baldios e as imposições fiscais ao sector da agricultura. A manifestação foi organizada pela Federação Nacional dos Baldios-BALADI e pela Confederação Nacional de Agricultura-CNA, reivindicando a anulação das imposições e o direito dos povos e dos compartes a permanecerem legítimos donos dos terrenos baldios (PÚBLICO, 2014).

O Partido Socialista-PS, o Partido Comunista Português-PCP, o Bloco de Esquerda-BE e Partido Ecologista Os Verdes-PEV alegaram a inconstitucionalidade deste diploma legal que foi aprovado em setembro de 2014. Para estes partidos esta legislação permitiria privatizar os baldios, o que iria contra o reconhecimento constitucional da propriedade comum (LOPES, 2014). Ao abrir caminho para a privatização dos baldios através da sua municipalização, a nova lei contribuiu para a emergência de um conflito entre as comunidades locais, e as juntas de freguesia (NUNES, 2015).

Perante esta situação, os partidos políticos, as associações ambientalistas e as organizações ligadas aos baldios manifestaram-se em todo o país. A Direção do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro-SBTMAD promoveu reuniões para discutir com as entidades gestoras dos baldios os aspetos fundamentais deste novo diploma, e reclamar medidas satisfatórias para os compartes transmontanos e durienses. Destas reuniões participaram as entidades gestoras dos baldios do Distrito de Vila Real, Amarante e Baião, com a participação de 118 Conselhos Diretivos e Juntas de Freguesia (AGROPORTAL, 2014a).

A Liga para a Proteção da Natureza-LPN e a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS afirmaram que a alteração legal da

definição de comparte e a possibilidade de delegação dos baldios poderiam comprometer as funções daqueles espaços. Na perspectiva da Federação dos Baldios, a autorização de “contratos de arrendamento, como se os baldios fossem propriedade privada, a extinção do baldio por não uso e a possibilidade de delegação de poderes para as comunidades intermunicipais” afrontam as funções características dos baldios (AGROPORTAL, 2014b).

Em março de 2015, 24 deputados do PCP, BE e PEV dirigiram ao Tribunal Constitucional um pedido de fiscalização da constitucionalidade da nova lei (OBSERVADOR, 2015).

Já na vigência da nova legislatura da AR, desde novembro de 2015 e com a constituição de uma maioria parlamentar à esquerda (PS, BE,PCP e PEV), foi revogado em 19 de fevereiro de 2016 o Decreto-Lei nº 165/2015, pelo qual o governo anterior tinha regulamentado a lei dos baldios. Nessa data, os diferentes partidos da maioria anunciaram que apresentarão ainda em 2016, projetos de lei para uma nova regulação dos baldios e ainda para a revogação da lei da eucaliptação.

Em 29 de abril de 2016 o Bloco de Esquerda-BE apresentou a sua proposta de lei sobre os baldios (162/XIII/1ª/BE) onde repõe e aperfeiçoa a legislação anterior, que tinha sido conquistada em 1976, logo após o 25 de abril de 1974, e revogada em 2015 pelo anterior governo. Como ponto principal, a nova proposta de lei retira dos baldios o conteúdo de comércio jurídico, repõe o de meios de produção comunitários, rejeita o de propriedade pública e integra os baldios no sector cooperativo e social de propriedade de meios de produção (GP/BE, 2016).

No dia 21 de março de 2017 o Conselho de Ministros de Portugal aprovou a Reforma Florestal. A reforma propõe um novo regime de arborização, atribuição de novos poderes aos municípios e, a criação do Banco de Terras, que visa agregar todo o património rural do Estado, e os terrenos que não têm dono. Além disso, criou um Sistema de Informação Cadastral Simplificado, em vigor ao longo de 30 meses e ainda, uma maior intervenção dos municípios, já que os Programas Regionais de Ordenamento Florestal passam a estar integrados nos Planos Diretores Municipais-PDM. Esta reforma resulta de um processo de negociações e de discussão pública, que aconteceu entre 1 de novembro de 2016 e 31 de janeiro de 2017, durante o qual foram recebidos mais de 600 contributos de cidadãos e entidades ligadas à floresta (GERALDES, 2017).

A 25 março de 2017, em visita ao distrito de Aveiro, onde se registou a maior área ardida nacional em 2016, o secretário-geral do PCP defendeu que a nova reforma não responde aos problemas da floresta portuguesa e não têm em conta o peso da pequena propriedade, preferindo privilegiar os interesses das empresas de produção lenhosa (JNe, 2017).

A 17 de junho de 2017, aconteceu em Portugal aquele que foi o mais mortífero incêndio florestal da história do país. O incêndio, que deflagrou no concelho de Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, provocou 64 mortes e 254 feridos, e destruiu mais de 500 casas, tendo provocado prejuízos no valor de mais de 250 milhões de euros. O incêndio veio provocar um aceso debate na sociedade civil sobre a necessidade do ordenamento do território (QUERCUS, 2017).

Referências Bibliográficas

- AGROPORTAL. Com a nova Lei dos Baldios a propriedade comunitária está ameaçada, Portal Agroportal, agronoticias, 19 set. 2014a.
- AGROPORTAL. Federação dos Baldios acusa nova lei de estar leivada de inconstitucionalidades! Portal Agroportal, 14 jul. 2014b.
- ESTEVÃO, João Antunes. A floresta dos baldios. *Análise Social*, vol. xix (77-78-79), -1983, p. 1157-1260, 1983.
- GERALDES, Helena. Reforma das florestas aprovada em Conselho de Ministros. *Wilder*. 21 mar. 2017.
- GP/BE, 2016. Alterações à lei dos baldios assegurando a sua fruição. Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda-BE, 29 de abril 2016.
- GOMES LOPES, Luis Filipe. *Advanced studies on mainland Portuguese common lands and forests (Estudos avançados em terrenos comunitários e florestas de Portugal continental)*. Tese de doutoramento em Ciências Agronómicas e Florestais na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- JNe. Jerónimo de Sousa defende que nova reforma florestal não passa de “boas intenções”. *Jornal de Negócios-JNe*. 25 mar. 2017.
- LOPES, Maria. PS e Bloco ameaçam levar nova lei dos baldios ao constitucional. *Jornal Público*, 2 abr. 2014.
- PÚBLICO. Manifestação de agricultores excedeu as expectativas com 5 mil pessoas. *Jornal Público*, 3 abr. 2014.
- NUNES, Filipe. A lei (da degeneração) dos baldios. *Mapa*. *Jornal de Informação Crítica*, 10 jul.-set. 2015.
- OBSERVADOR. PS pede fiscalização da constitucionalidade do diploma que alterou Lei dos Baldios. *Site do Observador*, 27 mar. 2015.

OLIVEIRA, Isménio. Intervenção. Versão Preliminar do Programa Nacional para a Valorização dos Territórios, set. 2011.

QUERCUS. Incêndio de Pedrógão Grande. Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS. 19 jun. 2017.

SERRA, R. (coord.) et al. SCRAM – Projeto: Crises, gestão de risco e novos arranjos sócio-ecológicos para florestas, Uma perspetiva dos estudos sobre Ciência e Tecnologia.

CES-Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

TAVARES, Bruno R. O ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica. Dissertação de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, Universidade Aberta, Lisboa, 2013.

3. SUINICULTURA

3.1 Os impactos da suinicultura em Portugal

Resumo

A intensificação da atividade agropecuária, na qual se inclui a produção de suínos, tem desencadeado impactos no ambiente, na saúde humana e no bem-estar animal relevantes. A intensificação da atividade e a sua concentração em determinadas regiões tem como consequência a perda da capacidade dos rios regenerarem os seus efluentes. Os riscos à saúde humana decorrentes de uma forte contaminação pelos afluentes da suinicultura das águas dos rios fazem-se sentir em Portugal a partir dos anos 1970. A situação da poluição pela suinicultura abrange principalmente duas regiões situadas nos eixos Montijo-Alcochete, Rio Maior-Alcobaça, e nesta última concentrada na bacia do rio Lis. Diversos grupos e associações ambientais locais surgiram desde então e mobilizam-se contra a exploração da atividade suinícola.

No período entre 1950 a 2000, a população mundial cresceu de 2,6 bilhões para 6 bilhões de pessoas e a produção de carne aumentou de 45 bilhões de kg/ano para 233 bilhões de kg/ano. Em 2050 espera-se que a população mundial seja de 9 bilhões de pessoas e a produção de carne atinja os 450 bilhões de kg/ano (SOETERS e ZWANIKKEN, 2008; BORTOLOTTI, 2014). Uma vaca, durante um dia, é capaz de consumir até 100 litros de água. Para se produzir 1 kg de carne, se gasta em média 43.000 litros de água (BURGIERMAN e NUNES, 2002). Estes dados fornecem uma ideia do impacto trazido pelas atividades agropecuárias direcionadas à produção de carne.

A intensificação da agropecuária e a crescente produção de suínos têm desencadeado fortes impactos no ambiente, na saúde humana e no bem-estar animal. Entre os impactos mais relevantes destacam-se: os maus cheiros; a poluição das águas superficiais e subterrâneas; a poluição do ar; a deterioração das vias de comunicação; o aumento dos riscos generalizados para a saúde pública; a diminuição da qualidade de vida das populações; a alteração da imagem rural das localidades, que deixam de ser atrativas para receber novos habitantes e empresas, alterando também o valor das propriedades e o incentivo à diversidade da economia local (EDWARDS e LADD, 2000).

Em Portugal, até à década de 1950, a exploração de suínos destinava-se, sobretudo, ao consumo doméstico. O abastecimento do mercado advinha principalmente do montado alentejano, mais concretamente da criação de pocilgas em regime aberto (FERREIRA, 2012a).

O surto de peste suína africana, registado em 1957, esteve na origem das principais preocupações sanitárias e no desenvolvimento da zoologia suína no país, tendo incentivado à produção de carne com menor teor de gordura – porco de carne – em detrimento do porco gordo (FERREIRA, 2012a e b). Foi a partir desse momento que se consolidou a engorda industrial de porcos, concentrada na produção registada nas regiões de Montijo, Palmela, Rio Maior e Leiria, especializada na exploração de porco de carne sem terra, isto é, criados em espaços fechados (BAPTISTA, 1993).

A exploração de suínos em Portugal seguiu, assim, a tendência internacional caracterizada pela diminuição do número de efetivos e do número de explorações, a par da sua concentração. De acordo com o Recenseamento Geral da Agricultura, realizado em 2009, em 10 anos Portugal perdeu 82.546 dessas explorações, tendo visto diminuir em 505.262 o número de efetivos neste setor de produção (INE, 2011). O efetivo português de suínos era de 2 milhões e meio de animais, ocupando o 13º lugar relativamente aos parceiros europeus e o 31º lugar na produção mundial (EUROSTAT, 2011; FAOSTAT, 2011).

Dados mais recentes, relativos ao ano de 2011, informam que Portugal detinha à data 900 mil porcos; dos quais 45% se encontrava no Ribatejo e na região Oeste (6% das explorações, mas de grande porte e com maior efetivo). A segunda região mais produtiva era a Beira Litoral, com muitas explorações de pequena dimensão (21% dos porcos em 39% das explorações). No Alentejo, encontrava-se 25% dos porcos em 5% das explorações nacionais (DUARTE et al., 2013).

A atividade de criação de suínos tem vindo a ser associada à forte contaminação das águas dos rios. A intensificação da atividade e sua concentração em determinadas regiões teve como consequência a perda da capacidade dos rios regenerarem os seus efluentes, transformando as águas residuais dos rios num problema grave e de resolução urgente. A poluição dos rios pela suinicultura, atividades industriais e serviços a montante e a jusante, como as fábricas de rações e os matadouros, só ficou conhecida na década de 1980 com os primeiros trabalhos académicos realizados sobre esta matéria e a realização dos primeiros protestos contra os problemas suscitados, apoiados por associações ambientalistas. A situação mais grave registada circunscrevia-se ao denominado “ciclo completo”, que abrangia Montijo-Alcochete, Rio Maior-Alcobaça assim como a bacia do rio Lis (FERREIRA, 2012a e b).

Um dos trabalhos sobre esta temática foi realizado por Cartaxo (1994), que embasada num estudo comparativo realizado em 1985, concluiu que as principais

atividades económicas poluidoras no país eram exatamente a pecuária, a indústria agroalimentar e a indústria de bebidas. No total, as descargas destas atividades equivaleriam ao que seria a produção de lixo de 11 milhões de habitantes, representando cerca de 46% do total da carga poluente produzida pelas atividades económicas no país. No total, só a suinicultura era responsável por 11% dessa poluição (CARTAXO, 1994).

A poluição da bacia do rio Lis é, assim, o caso mais representativo e flagrante desta situação, sendo por isso, também, o caso mais emblemático desta realidade em Portugal. A bacia do rio Lis compreende uma extensão de 40 km, a que acrescem os seus efluentes. Abrange os concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, num total de 48 freguesias. Apesar das descargas de poluentes nos efluentes do rio Lis remontarem à década de 60, a poluição registada nas duas últimas décadas e meia é muito superior à registada no período anterior (FERREIRA, 2012a e 2012b).

O relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, de 1987, aponta o rio Lis como um dos rios mais poluídos do país. A sua bacia hidrográfica tem dois pontos de amostragem, um primeiro na Ponte do Arrabalde e um segundo em Monte Real. Ao longo das últimas décadas, o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos tem classificado a qualidade da água do rio Lis como má ou muito má. Apenas em 2006 e 2007 a água foi classificada como razoável, mas tendo, em 2010 e 2011, voltado a receber a classificação de má qualidade (FERREIRA, 2012a).

A situação diagnosticada era de tal forma catastrófica que ficou conhecida nos meios de comunicação social como a “Catástrofe da Suinobyli”, em alusão à catástrofe nuclear de Chernobyl (FERREIRA, 2011). Foi em decorrência desta situação, sobretudo do seu impacto ambiental, que se fundaram associações locais que, juntamente com associações nacionais e com a mobilização popular, procuram ainda hoje exercer pressão junto às organizações empresariais e a instituições estatais para que uma solução para a grave poluição do Lis possa ser encontrada.

A situação perdura até aos dias de hoje. No início de março de 2017 a empresa Recilis, que detém 100% da Valoragudo, entidade responsável pela construção da Estação de Tratamento dos Efluentes Suinícola-ETES do rio Lis, admitiu que continuam a existir falhas no tratamento de resíduos suinícolas, mesmo com a interligação provisória aos esgotos domésticos, para que estes pudessem receber efluentes suinícolas, enquanto a ETES não entrasse em funcionamento.

O presidente da Câmara Municipal da Batalha reagiu e defende o apuramento de responsabilidades. Entretanto, uma nova prorrogação do início da construção da ETES levou o município de Leiria a anunciar que irá solicitar uma reunião “urgente” da comissão de acompanhamento da ETES do rio Lis (SILVA, 2017).

E em 22 de maio de 2017, a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres-CADRM realizou uma concentração pela despoluição do Rio Lis, depois das análises feitas à água do rio que atravessa a cidade de Leiria terem revelado que a poluição continua a se agravar (ESQUERDA.NET, 2017; LUSA, 2017; DL, 2017).

A poluição do rio Maior, no distrito de Santarém, foi o segundo caso mais sério identificado em território nacional. Considerado o maior rio do país, com uma extensão de 54 km, rio Maior converge para o mesmo leito que a Ribeira das Alcobertas, com nascente na Serra dos Candeeiros, passando pelas aldeias de Fráguas, Ribeira de Fráguas e a Ribeira de Almoester (CIDADANIA RM, 2010). Os primeiros protestos contra a poluição do rio Maior remontam a 1974, mais concretamente à aldeia de Póvoas, na freguesia de Fráguas.

As principais explorações de suínos pertencem à Suinvest, Lda., em Quinta do Capitão, à Agropecuária Valinhos, no Vale da Rosa, e à Agropecuária Valinhos em Casal Larojo. Estas explorações têm sido alvo de críticas pelo incumprimento da legislação prevista no Plano de Gestão de Efluentes Pecuários-PGEP.

No dia 7 de março de 2017, deu-se o seminário de apresentação do projeto intermunicipal em Santarém, sob o tema “Potenciar sinergias na atividade pecuária”. O seminário, que contou com a participação de ativistas dos quatro concelhos banhados pelo Rio Maior – Rio Maior, Santarém, Cartaxo e Azambuja – onde se discutiu os problemas de poluição das águas e a degradação da qualidade de vida da população, com origem na atividade pecuária (O RIBATEJO, 2017).

Em abril de 2017, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria aprovou uma moção exigindo rapidez na construção da ETES. (LUSA, 2017).

Outro caso relevante é o de Castro Verde (Beja), onde a tentativa da exploração da atividade suinícola foi recebida com forte resistência por parte da população local que, em 2008, organizou um abaixo-assinado para impedir o licenciamento de uma empresa nesta área de produção. São ainda exemplares no âmbito desta temática os casos de Póvoas e Rio Maior (Santarém), em que a poluição causada pela suinicultura além de ter gerado protestos chegou a ser debatida na

Assembleia da República (MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2012a, 2012b), mas também o caso de Torres Vedras, com queixas regulares da população local sobre o mau cheiro causado pela suinicultura já desde 1998. Neste último caso, o Ministério do Ambiente e a administração local chegaram mesmo a ser condenados, em 2009, obrigados a resolver o problema, apesar de nada ter sido feito, nesse sentido, até hoje (OD, 2014).

Em janeiro de 2016, o governo anunciou a necessidade de uma revisão urgente da estratégia nacional para acabar com a poluição agropecuária e agroindustrial. Afirmou ainda que Portugal está muito aquém das suas necessidades e referiu ser urgente a revisão da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais-ENEAPAI.

O governo criou ainda em março de 2017 um grupo de trabalho interministerial, cujo objetivo seria elaborar até junho um plano de ação para o problema dos efluentes agropecuários e agroindustriais nos rios portugueses (DL, 2016).

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, Fernando, O. A política agrária do Estado Novo. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- BORTOLOTTI, Plínio. O que polui mais: um carro ou uma vaca? O Povo, Colunas, Menu Político, 31 de ago. de 2014.
- CARTAXO, Leonor. Inspeção do Ambiente: poluição–casos práticos. Seminário: SIDDAMB, Universidade de Alicante, 6-10 jul. 1994.
- CIDADANIA RM. O Rio Maior. Blog Cidadania RM, 5 jan. 2010.
- DL. Governo quer revisão urgente da estratégia contra a poluição pecuária. Diário de Leiria-DL 24 mar. 2016.
- DL. Região de Leiria: BE quer estado a financiar e a gerir tratamento de efluentes suinícolas. Diário de Leiria-DL. 16 mai. 2017.
- DUARTE, E. D.; FRAGOSO, R.; CARVALHO, A. R. BATFARM. Project: moving farms towards a cleaner rural environment. Seminário: A Suinicultura e o Ambiente, 19 nov. 2013.
- EDWARDS, Bob; LADD, Anthony. Environmental justice swine production and farm loss in north Caroline. Sociological, n. 20, p. 263-2000, 2000.
- ESQUERDA.NET. Concentração pela despoluição do rio Lis marcada a 22 de maio. Esquerda.net. 14 mai. 2017.
- EUROSTAT. Pig farming statistics, Comissão Europeia-CE, 2011.
- FAOSTAT. Live animals: pig. Food and Agriculture Organization-FAO for the United Nations, 2011.

FERREIRA, José Gomes. Saneamento básico: fatores sociais no insucesso de uma política adiada, o caso de Lis. Tese de doutoramento em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012a.

FERREIRA, José Gomes. Façam o milagre! Poluição, media e protesto ambiental na bacia do Lis. VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, 19-22 jun. 2012b.

FERREIRA, José Gomes. Milagres, suinicultura e poluição hídrica na agenda dos media. VII Congresso Ibérico sobre Gestión y Planificación Del Agua Rios Ibéricos + 10. Mirando al futuro tras 10 años de DMA, Talavera de la Reina, 16-19 fev. 2011.

INE. Recenseamento geral da agricultura em 2009. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

LUSA. Comunidade de Leiria quer acelerar processo de construção da estação suinícola. Diário de Notícias-DN. 24 abr. 2017.

LUSA. Deputados do PS de Leiria questionam governo sobre tratamento dos efluentes suinícolas. RTP notícias. 2 mai. 2017.

MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Moradores de Póvoas protestam contra poluição suinícola. Blog MC Ar Puro, 11 mai. 2012a.

MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Poluição suinícola em Póvoas chega ao Parlamento. Blog MC Ar Puro, 18 mai. 2012b.

O RIBATEJO. Santarém, Rio Maior, Cartaxo e Azambuja preocupados com poluição das pecuárias no rio Maior. O Ribatejo. 10 mar. 2017.

SILVA, Maria Anabela. Há solução e há dinheiro, parece faltar vontade para acabar com a poluição das pecuárias. Jornal de Leiria-JL. 9 mar. 2017.

SOETERS, Karen; ZWANIKKEN, Gertjan. Meat the truth. Documentário, 2008.

3.2 “A catástrofe de Suinobyl”

Resumo

A poluição do rio Lis, na Ribeira dos Milagres, decorrente de descargas de efluentes de suiniculturas, no distrito de Leiria, provoca a mobilização dos cidadãos e de associações ambientalistas, que lutam para ver construída a Estação de Tratamento dos Efluentes Suinícolas-ETES, há muito prometida na região.

O rio Lis surge no lugar das Fontes, freguesia de Cortes, no distrito e concelho da cidade de Leiria. A sua bacia hidrográfica ocupa 850 km² e abrange os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós, Ourém e Pombal. Nesta bacia estão incluídos o rio Lis – numa extensão de cerca de 40 km -, e os seus afluentes, entre os quais o rio Lena, os rios Fora e Alcaide, e as ribeiras dos Milagres, Sirol e Carreira (OIKOS, 1994).

Trata-se de um dos principais ícones da poluição hídrica nacional, que ocupa de forma permanente as agendas política, mediática e cívica. É igualmente um caso emblemático em termos de produção de suínos, ao concentrar 15% da produção nacional em apenas cinco freguesias no troço a montante da Ribeira dos Milagres, cujo lançamento indiscriminado de efluentes no seu leito tem merecido forte contestação cívica, problema a que o poder político não tem sido capaz de dar uma resposta (FERREIRA, 2012b).

Até 1970, o rio Lis tinha uma imagem associada à sua beleza, com águas apropriadas a banhos e à pesca. A partir de 1971, surgiram as primeiras notícias na comunicação social sobre a sua contaminação. Em reação, nesse mesmo ano realizou-se o primeiro levantamento das fontes poluidoras deste rio, e que indicou como causas: as descargas de esgotos, as descargas do matadouro de Leiria, o óleo de uma garagem e as descargas do hospital de Leiria. A partir de 1977 a poluição do rio Lis ganhou dimensão nacional, sendo a partir daqui notícia frequente em meios de comunicação e nas promessas dos governantes que sucessivamente visitaram a região (FERREIRA, 2012b).

Na década de 80 sucediam-se os episódios de poluição com a ocorrência de descargas de efluentes e morte de peixes. Num desses episódios, ocorrido em 1986, foi cancelada uma competição de pesca entre Leiria e Monte Real, quando um grupo de pescadores se deparou com a morte de milhares de peixes. O episódio foi denunciado à Agência Noticiosa

Portuguesa - ANOP pela Comissão de Defesa Ecológica, associação ambientalista com sede em Tomar. Em junho de 1987 um grupo de habitantes da freguesia de Carvide organizou um abaixo-assinado com 365 assinaturas contra a poluição do rio Lis solicitando que fossem tomadas providências.

Porém, foi em 1988 que a poluição com origem nas suiniculturas da região entrou definitivamente na agenda pública nacional quando, por referência às políticas do Governo de controlo das indústrias com maior potencial poluidor, o semanário *O Independente* publica uma notícia como o título “Catástrofe de Suinobyl”, em que comparou uma possível catástrofe ambiental com origem nas suiniculturas com o acidente na central nuclear de Chernobyl (FERREIRA, 2011).

Na década de 1990, o aumento da poluição e do descontentamento da população estiveram na origem da criação da Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria-OIKOS. Em 1994 a Oikos convidou o Presidente da República Mário Soares para visitar a região de Leiria durante a Presidência Aberta que dedicou ao ambiente, foi o que sucedeu em abril desse ano (FERREIRA, 2012b).

Em 2003 registou-se no concelho de Leiria um dos episódios que viria a marcar todo o problema, quando a 15 de junho se deu o rompimento de uma lagoa de retenção de uma suinicultura nos Milagres que obrigou à interdição da Praia da Vieira, na foz do rio Lis. Em reação, após a recolha de 4 mil assinaturas de moradores na freguesia dos Milagres e freguesias limítrofes, foi criada a Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres-CADRM. Com José Carlos Faria como porta-voz e líder, depois substituído por Rui Crespo, a CADRM intensificou os protestos e entrou em conflito com a autarquia leiriense.

Destacando-se um dos episódios em que os seus representantes espalharam efluentes suínícolos nas escadarias da Câmara Municipal. Ainda assim, o que mais se destaca da intervenção da Comissão é o fato de dirigir as denúncias das descargas na Ribeira dos Milagres, primeiro, para a comunicação social nacional, sobretudo através da agência Lusa, e só depois para as autoridades públicas competentes (FERREIRA, 2012b).

O recurso ao protesto direto e o fato da CADRM ocupar localmente um território assumido como seu pela Oikos, abriram um foco de conflito entre estas associações. Quanto às associações ambientalistas nacionais somente a Quercus se tem notabilizado, ainda que pontualmente, no protesto contra a poluição com origem nas suiniculturas de Leiria, designadamente quando, em 2009,

anunciou a intenção de oferecer baús contendo dejetos de porco ao Ministro da Agricultura (TSF, 2009). E também quando, em abril de 2010, realizou um protesto junto à Ribeira dos Milagres, exigindo fiscalização e soluções para o problema de poluição resultante das suiniculturas.

Mas não foi apenas à escala local que o processo conheceu desenvolvimentos após a descarga de 2003. Em resposta, o Governo pressionou os representantes dos suinicultores no sentido de ser encontrada uma solução para o problema das descargas na Ribeira dos Milagres, de que resultou, nesse mesmo ano, a criação da empresa Recilis, maioritariamente constituída pelos suinicultores da região e a quem caberia tratar os efluentes da atividade. Com esse objetivo, no início de 2006 foi anunciado o consórcio que deveria construir e explorar uma Estação de Tratamento de Efluentes Suínícolos-ETES para tratar 80% dos efluentes com origem nos concelhos de Leiria, Porto de Mós e Batalha, sendo os restantes tratados na ETAR Norte, pela empresa de Saneamento Integrado dos Municípios do Lis-Simlis. Como localização foi escolhida a freguesia de Amor, mas o processo encontrou resistência por parte da população local, que se organizou através do Movimento Amor Saudável, cujos apoiantes se oporiam à localização da ETES na sua freguesia, divergindo da posição favorável da Quercus e da Oikos. A Declaração de Impacto Ambiental Favorável da ETES foi obtida em maio de 2008, mas a obra não chegou a arrancar, sobretudo devido ao impasse resultante do conflito entre a Secretaria de Estado do Ambiente e a Recilis.

No entanto, passados seis meses do início previsto das obras, a ETES continua por fazer e a gerar apreensão, designadamente após o fracasso da construção, na década de 90, das estações de tratamento para efluentes suínícolos na Raposeira e na Bidoeira, duas infraestruturas da responsabilidade da Associação de Suinicultores de Leiria que contaram com o apoio de fundos europeus, mas que devido a erros no dimensionamento e ao recurso a tecnologias obsoletas se transformaram num foco de poluição (VIEIRA, 2007; SILVA, 2009; FERREIRA, 2012b).

No início de março de 2017 a empresa Recilis, que detém 100% da Valoragudo, entidade responsável pela construção da ETES do rio Lis, admitiu o atraso da obra e ainda que a ETAR Norte, não tem sido eficiente para receber efluentes suínícolos, enquanto a ETES não entrasse em funcionamento. (SILVA, 2017).

Em abril de 2017, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria aprovou uma moção exigindo rapidez na construção da Estação de Tratamento dos Efluentes Suínícolos –ETES. (LUSA, 2017).

No dia 7 de maio de 2017 deputados do PS pediram também explicações sobre a situação do tratamento dos efluentes suínícolas de Leiria, responsabilizando a Recilis pela situação (LUSA, 2017). Em seguida, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda pediu para ser o Estado a gerir e a financiar a ETES prevista para a região de Leiria, de modo a garantir que se cumpram os requisitos legais e que se avance na construção da Estação (DL, 2017).

A Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres-CADRM organizou ampla mobilização no dia 22 de maio de 2017, uma concentração pela despoluição do rio Lis, depois das análises feitas à água, que atravessa a cidade de Leiria ter revelado que a poluição continua a agravar-se (ESQUERDA.NET, 2017).

Referências bibliográficas

- DL. Região de Leiria: BE quer Estado a financiar e a gerir tratamento de efluentes suínícolas. Diário de Leiria-DL. 16 mai. 2017.
- ESQUERDA.NET. Concentração pela despoluição do rio Lis marcada a 22 de maio. Esquerda.net. 14 mai. 2017.
- FERREIRA, José Gomes. Milagres, suinicultura e poluição hídrica na agenda dos media. VII Congresso Ibérico sobre Gestión y Planificación Del Agua Rios Ibéricos + 10. Mirando al futuro tras 10 años de DMA, Talavera de la Reina, 16-19 fev. 2011.
- FERREIRA, José Gomes. Saneamento básico: factores sociais no insucesso de uma política adiada, o caso do Lis. Tese de Doutoramento em Sociologia no ICS-Instituto de Ciências Sociais da UL-Universidade de Lisboa, 2012b.
- GOVERNO DE PORTUGAL. Estação de tratamento de efluentes de suiniculturas vai ser construída em Leiria ao fim de 22 anos. Site do Ministério da Agricultura e do Mar, 28 jun. 2013.
- JORNAL DE LEIRIA. Concurso para ETES encerra com três candidatos. Jornal de Leiria, 15 mar. 2016.
- LUSA. Comunidade de Leiria quer acelerar processo de construção da estação suínícola. Diário de Notícias-DN. 24 abr. 2017.
- LUSA. Deputados do PS de Leiria questionam governo sobre tratamento dos efluentes suínícolas. RTP notícias. 2 mai. 2017.
- LUSA. Porto de Mós: descarga de suinicultura contamina água da rede. Diário Digital, 13 jan. 2008.
- OIKOS. Bacia Hidrográfica do Rio Lis. Leiria. Oikos–Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria/Câmara Municipal de Leiria. 1994.
- SILVA, Maria Annabela. Entrevista a Nuno Carvalho. Poder político com grande incapacidade de resolver poluição do Lis. Jornal de Leiria, Sociedade, 10 dez. 2009.

- TSF. Quercus oferece dejetos de porco a Sevinate Pinto. Rádio Notícias, 2009.
- VIEIRA, Judite dos S. Transformações biogeoquímicas na Bacia Hidrográfica do rio Lis. Tese de doutoramento em Ciências da Engenharia na Faculdade de Engenharia da UP-Universidade do Porto, set. 2007.

3.3 Protestos em Rio Maior: poluição das suiniculturas desde os anos 1970

Resumo

A poluição do rio Lis, na Ribeira dos Milagres, decorrente de descargas de efluentes de suiniculturas, no distrito de Leiria, provoca a mobilização dos cidadãos e de associações ambientalistas, que lutam para ver construída a Estação de Tratamento dos Efluentes Suinícolas-ETES, há muito prometida na região.

Afluente do rio Tejo, o rio Maior também conhecido por Vala de Asseca, Vala da Azambuja ou Vala Real, nasce a Oeste da cidade de Rio Maior num lugar designado de Bocas. Considerado o maior rio da região, com extensão de 54 km, converge para o mesmo leito que a ribeira das Alcobertas, com nascente na Serra dos Candeeiros, passando pelas aldeias de Fráguas e Ribeira de Fráguas e, a Ribeira de Almoster na freguesia de Almoster (CIDADANIA RM, 2010). Há mais de uma década que o rio Maior tem sido tema de vários protestos que apontam para o seu elevado índice de poluição, proveniente de pequenas indústrias e das atividades pecuárias existentes na região, principalmente da exploração de suínos (CIDADANIA RM, 2010).

Desde 1974, os moradores da aldeia de Póvoas, na freguesia de Fráguas, protestam contra a poluição no rio Maior, e pedem a intervenção das entidades competentes nacionais e locais. No ano 2000, uma carta organizada por 135 moradores das freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira é enviada ao Instituto da Água; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo-CCDR LVT; ao Delegado de Saúde do Concelho de Rio Maior e à Brigada do Ambiente da Guarda Nacional Republicana-GNR, denunciando o mau cheiro proveniente das explorações de suínos e dos dejetos dos animais lançados na vala adjacente ao rio Maior. Na carta, a empresa Intergados é apontada como a principal responsável pela poluição no rio.

A situação, idêntica há dois anos, tem vindo a piorar, tendo levado, em agosto de 2005, uma pessoa à urgência no Hospital Distrital de Santarém por problemas respiratórios. Quando contactado, o administrador da empresa nega qualquer responsabilidade pela poluição do rio Maior, afirmando ainda que a exploração de suínos deve ser das poucas, a nível nacional, com licença ambiental aprovada

pelo Instituto do Ambiente. O engenheiro ambiental da empresa rejeita as acusações, afirmando que a empresa é uma exploração de suínos e não uma fábrica de perfumes (PÚBLICO, 2005).

Posteriormente, em 22 de outubro de 2008, por decisão unânime e baseada nas informações fornecidas pelo Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território, o município considera não recomendável a viabilização da exploração de suínos. A razão deve-se à incompatibilidade das explorações de suínos com o Plano Diretor Municipal do ponto de vista de índices urbanísticos e violação do domínio hídrico (MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2012a).

Porém, desde então, o problema agravou-se e nenhuma fiscalização por parte da Inspeção Geral de Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território tem sido realizada. Em causa está a saúde pública, a qualidade de vida, a proteção do ambiente e a desaceleração da economia local pela desvalorização das propriedades e afastamento da população da região. Os principais impactos são os maus cheiros; a propagação de insetos; o perigo de contaminação dos solos e da massa de água subterrânea.

Em setembro de 2010, os moradores de Cabeça Gorda, Moinho da Ordem, Vale Rosa e arredores, entregam um abaixo assinado com uma centena e meia de assinaturas à Assembleia Municipal de Rio Maior, mostrando o seu descontentamento com a poluição causada pelas suiniculturas e pedindo a intervenção das entidades competentes para um problema sem fim (O MIRANTE, 2010).

A petição cita a certidão emitida pela Câmara Municipal de Rio Maior, a 25 de setembro de 1998, quando da deliberação da instalação de exploração de suínos por parte da empresa Agropecuária Valinhos em Vale da Rosa, na freguesia de Ribeira de São João. Na petição afirma-se que a exploração deve ser encerrada devido aos graves problemas ambientais que lhes estão associados (PRÔA, 2012).

A petição foi apoiada pela então Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João que alerta para a importância das explorações de suínos na região, uma vez que, aí se concentram muitos postos de trabalho. Contudo, aponta ser necessário encontrar soluções que reduzam os impactos negativos sobre as populações. O vice Presidente da Câmara de Rio Maior saúda a intervenção dos cidadãos, mas afirma que a câmara não dispõe de meios próprios e poder para solucionar o problema em questão. No entanto, garante o reencaminhamento da petição para as entidades devidamente competentes na busca de soluções para o problema (O MIRANTE, 2010).

A petição, designada por n.º 131/XI, diz respeito a três explorações de suínos na região: Suinvest Lda. em Quinta do Capitão; Agropecuária Valinhos, no Vale da Rosa e, Agropecuária Valinhos em Casal Larojo. Segundo o relatório final elaborado pela Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, que contou com a participação de várias entidades: a CCDR LVT, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo e a Administração da Região Hidrográfica do Tejo-ARH Tejo. O relatório aponta que as empresas em atividade não se encontram dentro dos limites da Reserva Ecológica Natural; que a empresa Suinvest tem licença ambiental, em situação de renovação e de reclassificação e, a empresa Agropecuária, em Vale da Rosa, não está titulada e encontra-se em curso a análise do seu processo de regulamentação do acordo pelo Decreto de Lei n. 214/2008.

As irregularidades observadas dizem respeito ao incumprimento das normas estabelecidas pelo Plano de Gestão de Efluentes Pecuários-PGEP. A licença de descargas em águas residuais da empresa Suinvest encontra-se caducada desde 13 de julho de 2011, tendo sido advertida para evitar a rejeição de dejetos no meio hídrico.

Em Vale da Rosa, na última amostra de captação de águas subterrâneas, realizada em abril de 2011, observou-se a presença de coliformes fecais. Os relatórios de fiscalização realizados até então chamam atenção para a necessidade de monitorar a qualidade das águas subterrâneas, sugerindo às empresas a construção de piezômetros. O relatório termina apontando para a necessidade de fiscalizações frequentes às empresas de forma a garantir a legislação prevista para a atividade e que em caso de incumprimento devem ser aplicadas as sanções previstas pela lei (PRÔA, 2012).

Em 4 de maio de 2012 a bancada do Partido Socialista-PS na Assembleia Municipal de Santarém, questiona a Câmara sobre as medidas tomadas acerca da poluição do rio Maior e em particular a atuação da ARH Tejo. Em resposta, a vereadora do ambiente afirma que a resolução do problema não é da responsabilidade da autarquia (MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2012b).

Em 1 de julho de 2012, a deputada da bancada do Projeto de Cidadania do Bloco de Esquerda-BE apresenta um requerimento à Assembleia Municipal de Rio Maior, sobre a poluição que afeta a aldeia de Póvoas. Em resposta, o Ministro do Ambiente, do Mar e Ordenamento do Território afirma que a suinicultura em causa não tem sido alvo de fiscalização. Contudo, o Ministério do Ambiente, declara que a suinicultura é portadora de título de exploração emitido em 2008, tendo até setembro de 2013 para apresentar um plano de gestão

dos efluentes pecuários. Até a data estabelecida a exploração não se encontra em incumprimento legal (MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2012c).

Perante esta situação, o BE questiona a Câmara Municipal de Rio Maior sobre: 1) que conhecimento a câmara tem sobre a situação e 2) qual a atuação da câmara ou o que pensa fazer no sentido de cumprir o seu dever constitucional e assim garantir os interesses da população afetada pela situação (MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2012c).

Em junho de 2013, o Movimento Cívico Ar Puro, repudia a atitude do atual executivo da Câmara Municipal do Rio Maior, ao ter acesso a uma carta assinada pelo Vice-Presidente da Câmara, em que este acusa a população de Póvoas de ter construído as suas habitações junto à suinicultura.

Quando há vários documentos comprovativos que estas habitações já aí se encontravam na época em que a suinicultura foi instalada, sendo que muitas delas se encontram a menos de 50 m de um dos pavilhões. Na referida carta, dirigida à Inspeção da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, o executivo diz ter a intenção de anular a deliberação unânime da Câmara de Rio Maior, argumentando que esta se fundamenta em pressupostos errados. Tal deliberação baseada nas informações fornecidas pelo Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Rio Maior (17 de outubro de 2008) clarifica que a instalação da suinicultura não obteve a licença devida na medida em que o licenciamento, cerca de 541,20 m², se destinava a aviários e não à exploração de suínos (MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2013).

Perante a situação calamitosa instalada, em 18 de janeiro de 2014, quatro organizações ecologistas ribatejanas: Ecocartaxo; Movimento Alvorada Ribatejo-Santarém; Movimento Cívico Ar Puro-RM e Movimento Ecologista-Vale de Santarém reúnem-se para analisar a situação da Vala Asseca e Vala Real. Decidem avançar com ações conjuntas e amplas, juntamente com as populações afetadas, para exigirem a resolução do problema de poluição. Apontam a necessidade de melhorar e alargar as estações de tratamento já em funcionamento na região, não sendo suficientes para o tratamento da quantidade de resíduos existentes, continuando estes a serem canalizados a céu aberto sem tratamento. As empresas exploradoras costumam aproveitar as fortes chuvas para rejeitarem elevada quantidade de materiais poluentes no rio. Esta é uma situação que ocorre perante a complacência das autoridades (MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2014).

Em janeiro de 2016, o governo anunciou que pretende acabar com a poluição agropecuária e agroindustrial e referiu ser urgente a revisão da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais -ENEAPAI (DIÁRIO DE LEIRIA, 2016).

Referências bibliográficas

- CIDADANIA RM. O Rio Maior. Blog Cidadania RM, 5 jan. 2010.
- DIÁRIO DE LEIRIA. Governo quer revisão urgente da estratégia contra a poluição pecuária, 24 mar. 2016.
- MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Organizações ecologistas unem-se contra poluição de Rio Maior/ Vala Real. Blog MC Ar Puro, 4 fev. 2014.
- MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Violação do PDM de Rio Maior em Póvoas. Blog MC Ar Puro, 21 fev. 2013.
- MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Incompatibilidade com plano diretor municipal de Rio Maior de suinicultura instalado em Póvoas. Fórum de Rio Maior, 16 nov. 2012a.
- MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Poluição do Rio Maior na Assembleia Municipal de Santarém. Blog MC Ar Puro, 4 mai. 2012b.
- MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Câmara de Rio Maior questionada sobre poluição suínica em Póvoas, na freguesia de Fráguas. Fórum de Rio Maior, 1 jul. 2012c.
- O MIRANTE. Populares protestam em Rio Maior contra poluição de suiniculturas. Jornal Regional, 30 set. 2010.
- PRÔA, António. Relatório final. Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local. Petição nº 131/XI/2º Assembleia da República, 22 dez. 2012.
- PÚBLICO. Rio Maior acusa suinicultura sujar linhas de água. Jornal Público, Portugal, 27 nov. 2005.

PARTE II: ENERGIA

*Beatriz Caitana
Inês Ribeiro
Lays Silva
Oriana Rainho Brás
Teresa Meira*

1. CENTRAL NUCLEAR

1.1. “Não ao Nuclear”, em Portugal e na Europa

Resumo

A energia nuclear utiliza o urânio, elemento metálico radioativo, como combustível, na produção de energia elétrica. Na Europa as centrais nucleares são hoje responsáveis por 30% do consumo energético. Em Portugal, o envolvimento em organismos internacionais que visavam o desenvolvimento de energia nuclear, tentaram viabilizar a produção deste tipo de energia no país. A população de Ferrel se mobilizou no ano de 1974 e contribuiu para o impedimento da construção de uma central nuclear nesta região, demarcando o início de um forte movimento antinuclear em Portugal que perdura fortemente até os dias de hoje.

A energia nuclear, cuja principal função é a geração de energia elétrica, é obtida através de uma reação nuclear, o que significa a transformação dos núcleos dos átomos que, nesse processo, libertam o calor necessário para alimentar turbogeradores. Neste processo, utiliza-se o urânio, elemento metálico radioativo, obtido através da mineração e de sucessivas operações de beneficiamento, como combustível para a geração da energia elétrica.

Da produção total de energia elétrica no mundo, a parcela de participação da energia nuclear saltou de 0,1% para 17% nos últimos 30 anos, fazendo-a aproximar-se da percentagem produzida pelos aproveitamentos hidroelétricos. No ano de 2011, o panorama global da energia nuclear revelava que havia 434 reatores nucleares em funcionamento e mais 65 reatores em construção (ELETROBRAS, 2011). Atualmente, a produção de energia a partir de centrais nucleares é responsável por 30% do consumo energético europeu (LUSA, 2012).

O atual quadro europeu de produção e consumo de energia nuclear começou a formar-se na década de 1950, quando os Estados membros fundadores da Comunidade Económica Europeia (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos), preocupados em garantir a sua independência energética, adotaram uma política que privilegiou o desenvolvimento da energia nuclear.

Em março de 1957, foi assinado, em Roma, o tratado que instituiu a Comunidade Europeia da Energia Atómica-Euratom. O tratado estabelece um conjunto de medidas legais que visa a regulamentação da energia atómica no espaço europeu,

sendo os seus principais objetivos: beneficiar os estados-membros com o desenvolvimento da energia atômica; garantir a segurança de abastecimento (preocupação que se relaciona com o transporte de substâncias perigosas dentro do espaço europeu), a segurança na gestão dos resíduos tóxicos das instalações nucleares; e, finalmente, garantir a fiscalização rigorosa, por forma a impedir que os materiais nucleares que se destinam ao uso civil sejam desviados para fins militares (PARLAMENTO EUROPEU, 2015).

Em Portugal, a discussão em torno do desenvolvimento da energia nuclear remonta à década de 1940, quando foi criada a primeira Comissão para a Energia Atômica-CEA, no ano de 1947. As principais motivações para a criação desta comissão foram a existência no país de reservas de urânio e gás de xisto, fundamentais para a produção de energia nuclear, e, ao mesmo tempo, a existência de um déficit energético no país, uma vez que Portugal não tem carvão nem grandes recursos hidráulicos.

Em 1948, foi criada a Comissão para o Estudo do Aproveitamento de Urânio e, em 1952, formou-se a Comissão Provisória de Estudos de Energia Nuclear-CPEEN. Em 1954, Portugal tornou-se membro da Sociedade Europeia de Energia Atômica e, logo no ano seguinte, membro da Agência Internacional de Energia Atômica (SEMBLANO, 2014). A criação e o envolvimento de Portugal em organismos internacionais que visavam o desenvolvimento de energia nuclear sinalizavam o desejo de um segmento da elite política portuguesa de tornar viável a produção deste tipo de energia no país.

Em novembro de 1974, durante o III Governo Provisório, a opção nuclear foi colocada como um dos objetivos estratégicos nacionais em matéria de luta pela autonomia energética nacional (TAVARES, 2013). Os que se pronunciaram favoravelmente pela energia nuclear argumentaram com as suas vantagens, nomeadamente, a redução das emissões de carbono e a sua abundância e custo, enquanto os que se opuseram a esta opção se fundamentaram nos riscos que uma central nuclear traz, constituindo uma potencial ameaça à saúde pública e ao ambiente.

Foi contra estes riscos que a população de Ferrel se mobilizou no ano de 1974 e impediu a construção de uma central nuclear nesta região, destruindo as primeiras fundações da empresa e demarcando o início de um forte movimento antinuclear em Portugal, que acompanhou o período revolucionário pós-abril de 1974 e se estendeu até ao seu refluxo. A luta antinuclear é considerada como o mais forte protesto popular ambiental que emergiu no país na segunda metade da

década de 70. Neste contexto, as ações empreendidas em Ferrel passaram a ser compreendidas num quadro de luta por uma alternativa energética limpa e renovável (RODRIGUES, 1995).

Foi também na década de 1970 que emergiram vários movimentos antinucleares em países da Europa Ocidental, como a França, a Inglaterra, a Dinamarca, a Espanha, entre outros (DELICADO et al., 2013). Em Espanha, a Central Nuclear de Moral de Sayago foi interrompida logo a seguir ao início da sua construção nos finais da década de 70. A obra foi paralisada com a entrada do governo socialista e a moratória nuclear de 1984, mas também pela proximidade da central com a região do Douro, onde atualmente se situa um parque natural (PUEBLOS DE SAYAGO, 2014).

Em Portugal, além do caso de Ferrel ter estimulado lutas ambientalistas e a fundação de associações ambientalistas nacionais – como o Movimento Ecológico Português-MEP – a temática do nuclear tornou-se nacional e dominou o período de 1976-1983.

O discurso ecologista caracterizava-se pelo posicionamento político de forma mais explícita e, já no refluxo dos movimentos de base, surgiu a primeira associação política de caráter ecologista, o Partido Ecologista Os Verdes-PEV, cuja fundação ocorreu em 1982 (FIGUEIREDO e FIDÉLIS, 2003). As questões suscitadas colocaram em causa valores fundamentais relacionados com a tecnociência e geraram reflexões que alertavam para o fato de que as inovações tecnológicas possuíam implicações sociais e políticas, envolvendo a escolha de um determinado tipo de vida e de sociedade (SCHMIDT, 2008; SOROMENHO-MARQUES, 2005). Levaram a refletir não somente sobre o problema energético, mas também sobre as alternativas e, no que concerne à energia nuclear, sobre os problemas dos resíduos radioativos, a degradação do ambiente e até sobre a fome, como questão prioritária a ser resolvida em contraposição aos recursos gastos com o nuclear (DOMINGUES, 1978).

No ano de 2006, quando a manifestação em Ferrel fez 30 anos, realizou-se um conjunto de atividades com o intuito de homenagear o povo de Ferrel e marcar uma posição de rejeição de centrais nucleares em Portugal, bem como a primazia das fontes alternativas e renováveis. Este evento, cujos organizadores foram a Câmara Municipal de Peniche, a Junta de Freguesia de Ferrel e a Plataforma pelo Não ao Nuclear, reuniu cidadãos, associações e instituições, estando presentes autarquias, ambientalistas, participantes da primeira manifestação e os habitantes de Ferrel (PÚBLICO, 2006).

Esta configuração foi reforçada pela constatação, divulgada em 2011, através de uma pesquisa realizada pela Associação Portuguesa de Energia-APE, de que 70 por cento da população portuguesa é contrária à construção de centrais nucleares no país, associando a energia nuclear a riscos para a saúde e a segurança (PAJ, 2011).

Entretanto, na Europa, nomeadamente na Suíça e Ucrânia, existem 151 centrais atômicas em funcionamento, das quais 66 reatores operam há mais de 30 anos e 25 deles há mais de 35 anos (TERRA, 2014). O relatório publicado em 2014 pela Greenpeace sobre o futuro da energia nuclear na Europa observa o aumento da produção energética a partir de fontes nucleares, o que implica estender o tempo de vida útil de um reator nuclear. Segundo a especialista para a energia nuclear do Greenpeace, o tempo de vida de um reator nuclear é de 30 anos; ultrapassando este período, o reator transforma-se numa ameaça para a segurança pública (TERRA, 2014).

Os desastres que ocorreram nas últimas décadas inflamaram as discussões e levaram ao recuo de alguns países em relação a esta matéria. Os desastres mais significativos foram o da central nuclear Three Mile Island-EUA, em 1979, central nuclear de Chernobil-Ucrânia, em 1986, e o último, ocorrido no Japão em 2011, na central nuclear de Fukushima (QUERCUS, 2013).

Após o incidente de Fukushima, o grupo Reguladores de Segurança Nuclear Europeus recomendou que todos os países membros com instalações nucleares realizassem testes de resistência, com o intuito de averiguar a segurança das centrais nucleares em relação aos riscos de agressões externas, riscos em caso de acidentes nucleares e adequação dos sistemas externos de gestão de socorro (QUERCUS, 2013).

Exemplares foram as manifestações, em 1998, das populações e dos representantes de autarquias vizinhas contra a hipótese de instalação pelo governo espanhol de um cemitério de resíduos nucleares na zona de Aldeadávila de La Ribera, na bacia hidrográfica do Douro e próximo da fronteira portuguesa.

Igualmente, a população, políticos e associações ambientalistas portugueses têm-se unido a movimentos antinucleares em Espanha para reivindicar o encerramento e questionar a segurança do funcionamento da central nuclear de Almaraz, construída a 100 km da fronteira de Portugal, nas margens do rio Tejo. Nestas ações de protesto o caso de Ferrel é frequentemente evocado.

A Diretiva Comunitária de Segurança Nuclear da UE tornou-se juridicamente vinculativa, por forma a garantir a segurança de todas as instalações nucleares presentes na Europa, com prazo de aplicação até 22 de julho de 2011. As novas medidas abrangidas pela diretiva comunitária, embora garantam a liberdade de cada estado-membro produzir ou não energia nuclear, estabelecem um controlo técnico mais rigoroso, obrigando a revisões periódicas nas centrais nucleares instaladas, realizadas por especialistas de diversos países europeus (LUSA, 2013). Enquanto a posição portuguesa se tem caracterizado pela recusa da opção nuclear, na vizinha Espanha desenvolveu-se uma ampla exploração desta produção energética, após a Segunda Guerra Mundial. Em ambos os países, apostava-se no potencial da produção de urânio como forma de compensação pelas desvantagens quanto ao despreparo científico e económico no desenvolvimento da energia nuclear (GASPAR, 2010). A Espanha avançou neste sentido e, apesar da ausência de centrais nucleares em Portugal, a questão da manutenção e do tempo de vida de centrais nucleares instaladas nas fronteiras, bem como o tratamento dos resíduos nucleares, tem gerado conflitos transfronteiriços em que portugueses integram os protestos das populações do país vizinho e vice-versa.

Foram estas questões que levaram à discussão, durante a conferência Física 2008 na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa-FCT/UNL, sobre a necessidade de uma solução ibérica para o problema da energia nuclear em Portugal, por aqueles que apoiam o seu desenvolvimento. Tal justificar-se-ia pela inexistência no país de recursos humanos altamente qualificados, imprescindíveis para este tipo de projeto, e pelos elevados custos relativos aos sistemas de segurança que seria necessário implementar caso se construísse uma central nuclear.

Na ocasião, o professor universitário e dirigente ambientalista João Joanaz de Melo destacou que os problemas são mais abrangentes, incluindo a problemática referente à extração de minérios para a produção de energia nuclear, e a grave situação que se vive atualmente nas minas de urânio desativadas de Urgeiriça, Viseu, onde ainda se registam elevados níveis de radioatividade (ABREU, 2008).

Neste contexto, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS chama a atenção para o fato da questão nuclear não se resumir ao momento da sua atividade propriamente dita, e que o ciclo da energia nuclear começa na exploração de urânio, cuja atividade traz consigo significativos impactos

negativos (QUERCUS, 2013). Outros problemas relacionam-se ao funcionamento desgastado das estruturas relacionadas à produção de energia nuclear.

Apesar da luta antinuclear estar consolidada em Portugal e o país permanecer sem centrais nucleares, o debate sobre a possibilidade da produção de energia nuclear no país envolve posicionamentos divergentes, alimentados pelo défice energético crónico e pelos elevados custos da energia elétrica, como revelou, no ano de 2012, a realização de um manifesto pedindo a introdução da energia nuclear em Portugal (LUSA, 2012).

Em 2017, poucos países continuam a construir reatores – como a China, a Índia, a Rússia e a Coreia do Sul. Nos outros há grandes esforços para manter os reatores existentes em funcionamento e substituir os antigos, que estão a atingir o fim da sua vida útil. O Estado de Nova York decidiu subsidiar fortemente o setor nuclear para manter os dois reatores em funcionamento, sob o argumento de que o subsídio é o “custo social do carbono” que seria emitido se os reatores fossem desligados. No entanto, como os custos de produção de eletricidade nuclear estão a subir, e os de outras energias renováveis (como a eólica e a de biomassa) estão a baixar, o problema provavelmente será resolvido por questões económicas – que levarão ao abandono da alternativa nuclear (GOLDENBERG, 2016).

Em fevereiro de 2017, o Governo anunciou um investimento superior a 800 milhões de euros em projetos de energias renováveis. Segundo análise da Comissão Europeia, Portugal teve, em 2015, a sétima maior quota da União Europeia de energias renováveis, confirmando assim um aumento constante na quota de energia proveniente de fontes renováveis desde 2013 (25,7% do consumo final bruto de energia), ano em que estava já ultrapassada a meta de pelo menos 20% até 2020 (LUSA, 2017).

Uma explosão que aconteceu a 9 de fevereiro de 2017 na central nuclear de Flamanville, em França, voltou a suscitar o debate sobre o tema da segurança nuclear na Europa. O acidente pode servir de fundamento a Portugal no diferendo com a Espanha a propósito do novo armazém de resíduos na central nuclear de Almaraz (BANDEIRA, 2017).

Portugal vê-se rodeado por território rendido à energia nuclear. No entanto, o coordenador da Unidade de Sistemas de Energia do INESC Porto, afirma que a energia nuclear “não cabe no sistema elétrico português”. Num debate

promovido em março de 2017 por um jornal do Porto, com vários intervenientes sobre o tema, o professor Pedro Cosme, autor de um estudo sobre a viabilidade da opção nuclear em Portugal, explica que há no país um problema de excesso de capacidade, devido ao investimento em energia eólica. Também o ex-secretário de Estado da Energia do Governo de Santana Lopes e defensor da energia nuclear, concorda que neste momento não há condições financeiras nem de mercado para se fazer uma central nuclear em Portugal.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Carlos. Mira Amaral defende solução Ibérica para nuclear. *Expresso*, 4 set. 2008.
- DELICADO, Ana; PEREIRA, Tiago Santos; BARCA, Stefania. Anatomy of a controversy: nuclear power in Portugal. Project FCT/ HC/0063/2009). *Portugal Nuclear: Física, Tecnologia, Medicina E Ambiente (1910-2010)*. 2013.
- DOMINGUES, Delgado. Intelligence of national subservience. What is nuclear energy: opportunity in Portugal (collective book), 1978.
- ELETROBRÁS. Eletronuclear. Panorama da energia nuclear no mundo, 2011.
- FERREIRA, Lurdes. Partículas radioativas da central de Almaraz chegam ao rio Tejo. *Público*. 4 fev. 2017.
- FIGUEIREDO, Elisabete; FIDÉLIS, Teresa. No meu quintal não. Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 65, p. 151-173, 2003.
- GASPAR, Júlia. The two iberian nuclear programmes: Post-war scientific endeavours in a comparative approach (1948-1973). Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia. 7th STEP Meeting. Galway, Session Comparative and Cross-National History of Science, Medicine, and Technology, 2010.
- GOLDENBERG, José. Movimento ambientalista e a energia nuclear. *Estado de São Paulo-ESP*. 17 out. 2016.
- LUSA. Manifesto pede introdução da energia nuclear em Portugal. *Diário de Notícias, Economia*, 1 de Fevereiro de 2012.
- LUSA. Bruxelas impõe revisões obrigatórias às centrais nucleares europeias. *Porto Canal, Notícias*, 13 jun. 2013.
- PARLAMENTO EUROPEU. Energia nuclear. Fichas técnicas sobre a União Europeia. 9 de fev. 2015.
- PORTUGAL AMERICAN JOURNAL. Nuclear power rejected – Portugal. jun, 2011.
- PÚBLICO. O sino da aldeia dobrou contra a central nuclear há 30 anos. *Jornal Público*, 12 mar.2006.
- PUEBLOS DE SAYAGO. Restos de la central nuclear de Moral de Sayago, Pueblos de Sayago, 10 fev. 2014.

QUERCUS. Quercus volta a exigir o encerramento da central nuclear de Almaraz, junto à fronteira com Portugal. Quercus, 25 de abr. 2013.

RODRIGUES, Eugénia. Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal. Oficina n. 60. UC-Universidade de Coimbra, CES-Centro de Estudos Sociais, set. 1995.

SCHMIDT, Luísa. Cap. 14 - Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In: Villaverde-Cabral, M., Wall, K., Aboim, S., & Carreira da Silva, Filipe (orgs.). Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, p. 285-314, 2008.

SEMBLANO, Diana. Portugal nuclear. Física, tecnologia, medicina e ambiente 1910-2010. Estágio de Integração na Pesquisa, 2014.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. Raízes do ambientalismo em Portugal. Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável, Publicações Europa-América, p.127-144, 2005.

TAVARES, Bruno Ribeiro. O ambiente e as políticas ambientais em Portugal: Contributos para uma abordagem histórica. Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Universidade Aberta, jul. 2003.

TERRA BRASIL. Cresce o risco de acidentes nucleares na Europa, 6 mar. 2014.

1.2 “Somos todos moradores de Ferrel”: pela vida e contra o nuclear

Resumo

Em 1976, a população de Ferrel (Peniche), maioritariamente composta por pescadores e agricultores, rejeita a implantação de uma central nuclear e destrói as fundações preliminares da estação meteorológica. Em anos subsequentes, a aldeia tem sido escolhida para manifestações contra a tecnologia nuclear; um movimento que se consolidou e cresceu após esse movimento. Ferrel constitui uma experiência de referência duma geração de militantes ecologistas e um marco icónico do movimento ecologista.

Ferrel situa-se no concelho de Peniche. Foi nesta freguesia que, na década de 1970, esteve prevista a instalação de uma central nuclear. Embora o projeto de construção da primeira central nuclear em Portugal fosse anterior à Revolução de 1974, ele foi confirmado pelo governo provisório que prosseguiu aquela política energética, a qual atravessaria o I Governo Constitucional e vários outros posteriormente. A opção nuclear colocava-se assim como um dos objetivos estratégicos governamentais para a autonomia energética (TAVARES, 2013).

No entanto, este projeto enfrentou forte oposição por parte dos cidadãos de Ferrel que o inviabilizaria graças a um processo de mobilização que depressa ganharia uma dimensão nacional, tornando-se assim o “primeiro conflito ambiental da democracia” (SCHMIDT, 2008). A oposição da população local à instalação da central nuclear em Ferrel, cujo culminar ocorre em março de 1976, deu início a um movimento social muito mais vasto, que conduziu a um consenso alargado e duradouro na sociedade portuguesa pelo “Não ao Nuclear”.

Quando foram iniciadas as obras com vista à construção da central nuclear, os moradores de Ferrel, através de uma Comissão representativa, enviaram telegramas de protesto, a diversas entidades e personalidades políticas, afirmando a sua firme decisão de utilizar todos os meios legais para impedir a construção da central. As entidades contatadas foram: a Companhia Portuguesa de Eletricidade, o Ministério da Indústria e Tecnologia, o Governador Civil de Leiria, o Primeiro-Ministro e o Conselho da Revolução (A POPULAÇÃO DE FERREL, 1976).

Na manhã de 15 de março, os sinos das igrejas tocam a rebate. Os habitantes juntam-se e marcham sobre o estaleiro. A destruição dos alicerces da construção, o fechamento das valas e a destruição dos equipamentos forçaram a paralisação dos trabalhos. O diário nacional *O Século* que, a par do jornal local *O Arado*, acompanhou os acontecimentos, publicou na edição do dia seguinte: “Nos concelhos das Caldas e de Peniche, o povo toma consciência de que a luta ecológica é uma luta de emancipação económica pela independência nacional e pelos direitos fundamentais do povo português. Uma luta, por isso, suprapartidária. Uma luta unitária. Uma luta popular. Uma luta de base” (apud. GUIMARÃES e FERNANDES, 2016).

A atitude da população de Ferrel teve desdobramentos a nível local e nacional. Esteve na origem de manifestações contra a energia nuclear e da tentativa governamental de defender a sua viabilidade. Na região de Peniche foi fundada a Comissão de Apoio à Luta Contra a Ameaça Nuclear-CALCAN. Em março de 1976, um debate público sobre a central nuclear é organizado nas Caldas da Rainha onde é reiterada a total rejeição à solução nuclear pelos participantes. Em abril, o então Ministro da Indústria do I Governo Constitucional anunciou o lançamento de uma campanha informativa em que afirmava que uma central nuclear possuía condições de segurança e os riscos implicados seriam minimizados.

Em setembro de 1976, em volta da publicação *Viver é Preciso - Cadernos de Ecologia e Sociedade*, n. 5, foi lançado um apelo intitulado “Somos Todos Moradores de Ferrel”, com o intuito de combater a política pró-nuclear assumida pelo governo na altura.

Em final de janeiro de 1978, realizou-se nas Caldas da Rainha um evento intitulado “Festival Pela Vida e Contra o Nuclear”, que reuniu cerca de três mil pessoas (JORNAL DAS CALDAS, 2012). Deste evento participaram artistas portugueses como Zeca Afonso, Vitorino, Pedro Barroso, Fausto e Sérgio Godinho. O cantor e compositor Fausto havia composto, em 1976, a canção “Rosalinda”, que expressamente se posiciona contra a decisão do governo em construir uma central nuclear em Peniche: “vão fazer uma central, que para alguns é nuclear, para muitos é mortal. Os peixes hão-de vir à mão, um doente outro sem vida, não tem vida o pescador, morre o sável e o salmão”.

Contou ainda com a presença de Delgado Domingos, professor do Instituto Superior Técnico (IST), que corrobora os receios transmitidos à população.

Ele terá também um papel importante em conseguir levar por diante a petição para uma moratória sobre a opção nuclear em Portugal, uma iniciativa do grupo A Frente Ecológica (GUIMARÃES e FERNANDES, 2016; SILVA, FERNANDES e BARCA, 2015).

O movimento não parou e em maio de 1978 foi criada a Comissão de Apoio à Luta contra a Ameaça Nuclear (CALCAN), que organizou o festival ecológico nas Caldas da Rainha. O que forçou os media a dar visibilidade pública aos grupos ecologistas cuja ideologia começava a entrar nos liceus e nas universidades (GUIMARÃES e FERNANDES, 2016; NAVE, 2000).

Além do caso de Ferrel ter estimulado as lutas ambientalistas e associações de carácter geral – como o Movimento Ecológico Português-MEP - a temática específica do nuclear tornou-se fundamental, pois demarcou um determinado período e gerou desdobramentos políticos (DELICADO, PEREIRA, BARCA, 2013; SCHMIDT, 2008).

Em 2006, após décadas de adormecimento da hipótese nuclear em Portugal, surgiu um lóbi que pretendeu relançar a nuclearização. O seu anúncio público reativou o movimento antinuclear que demonstrou estar preparado ao comemorarem-se os 30 anos da manifestação em Ferrel. A junta de freguesia, em colaboração com várias entidades, realizou, na ocasião, um conjunto de atividades com o intuito de homenagear o povo de Ferrel. Esta homenagem serviu para reafirmar, mais uma vez, a rejeição às centrais nucleares em Portugal, bem como para apelar à primazia das fontes de energia alternativas e renováveis. O evento, cujos organizadores foram a Câmara Municipal de Peniche, a Junta de Freguesia de Ferrel e a Plataforma Não ao Nuclear, formada por iniciativa da associação Campo Aberto, reuniu cidadãos, associações e instituições, estando também presentes autarcas, ambientalistas, participantes da primeira manifestação e os habitantes de Ferrel (BARCA, 2016; PÚBLICO, 2006).

Em 2016, 40 anos após os protestos, em sessão evocativa da marcha sobre o Moinho o presidente da Câmara de Peniche anunciou que algumas ruas de Ferrel e doutras freguesias de Peniche terão o nome de pessoas que se destacaram (CARDOSO, 2016; ELOY, 2016).

Referências bibliográficas

A POPULAÇÃO DE FERREL. Comunicado à população, Moinho Velho, 15 mar. 1976.
CARDOSO, Rui. Ferrel evoca marcha antinuclear. *Expresso*. 13 mar. 2016.

BARCA, Stefania; DELICADO, Ana. Anti-nuclear mobilisation (ANM) and environmentalism in Europe: a view from Portugal (1976-1986). *Environment and History*, 22: 497–520. Institute of Social Sciences of the University of Lisbon. The White Horse Press. 2016.

DELICADO, Ana; PEREIRA, Tiago Santos; BARCA, Stefania. Anatomy of a controversy: nuclear power in Portugal. Project FCT/HC/0063/2009). *Portugal Nuclear: Física, Tecnologia, Medicina E Ambiente (1910-2010)*. 2013.

ELOY, António. Nuclear, evocação e futuro. Público. 12 mar. 2016.

GUIMARÃES, Paulo E.; FERNANDES, Francisco R. Chaves. Capítulo 1: Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva, p. 19-64. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA, Juan Diego Pérez (coords.). *Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente*. Rio de Janeiro - Évora. 2016. – disponível em JORNAL DAS CALDAS. Evocada luta contra central nuclear em Ferrel, 21 mar. 2012.

NAVE, J. G. (2000), The politics of environmental groups in Portugal: a case study on institutional contexts and communication processes of environmental Collective Action. *European University Studies - EUI, PhD theses, Department of Political and Social Sciences, Florença, European University Institute*.

PÚBLICO. O sino da aldeia dobrou contra a central nuclear há 30 anos. *Jornal Público*, 12 de mar. 2006.

SCHMIDT, Luísa. Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In: VILLAVERDE-CABRAL, M., WALL, K., ABOIM, S. e CARREIRA DA SILVA, Filipe (orgs.). *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, p. 285-314, 2008.

SILVA, Lays; FERNANDES, Lúcia; BARCA, Stefania. Nuclear power station in Ferrel, Peniche, Portugal. *EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade*, 2015.

TAVARES, Bruno Ribeiro. O ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica. Dissertação de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Universidade Aberta, 2013.

1.3 Movimentos lutam pelo encerramento da central nuclear de Almaraz

Resumo

A central nuclear de Almaraz é a mais antiga de Espanha. Tendo iniciado o seu funcionamento em 1981, ela situa-se no rio Tejo, a apenas 100 km da fronteira portuguesa. Conhecendo os perigos que ela apresenta, várias entidades ambientalistas portuguesas têm-se juntado aos protestos realizados em Espanha, pedindo o seu encerramento.

A central nuclear de Almaraz localiza-se em Espanha, no município de Almaraz, província de Cáceres, na comarca de Campo Arañuelo. Começou a ser construída em 1972 sendo constituída por dois reatores. O Almaraz I começou a operar em 1981, a uma potência de 973,5 MW, e o Almaraz II, entrou em funcionamento em 1983, com uma potência de 982,6 MW. A central ocupa uma área de 1.683 hectares, pertencendo às empresas Iberdrola, Unión Fenosa e Endesa. As instalações encontram-se a 100 km da fronteira de Portugal, junto ao rio Tejo e aos distritos de Portalegre e Castelo Branco (QUERCUS, 2013; WIKIPÉDIA, 2015).

Em Espanha, várias organizações ambientalistas posicionam-se desde há décadas atrás contra o funcionamento da central de Almaraz, temendo acidentes radioativos, e lutando pelo seu encerramento. Há mais de 30 anos em funcionamento, a central apresenta um risco grave de contaminação, já que as suas instalações e equipamentos são consideradas obsoletas (NOVAIS, 2016).

A proximidade da central junto à fronteira com Portugal faz com que as entidades ambientalistas de Espanha e Portugal protestem e exijam o seu fechamento.

A possibilidade de contaminação radioativa foi reafirmada por uma representante da associação internacional Greenpeace, em setembro de 2007, nas vésperas de um protesto convocado por várias organizações espanholas e do qual também participou a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS. Nesta ocasião, a representante da entidade internacional ressaltou a existência de risco de acidente grave na central, o qual, além de contaminar as águas do Tejo, também afetaria Portugal através da radioatividade na atmosfera, que poderia ser levada pelos ventos para o resto do país (DN, 2007).

De fato, a central de Almaraz já ultrapassou o prazo de vida inicialmente previsto para centrais nucleares, que é de 25 anos, e acidentes ocorrem com alguma frequência, forçando por diversas vezes o seu encerramento temporário (GUIMARÃES e FERNANDES, 2016).

No ano de 2009, um jornalista português visitou as imediações da central de Almaraz e entrevistou as pessoas que viviam nesta localidade. Os seus relatos revelaram que tinha acontecido um acidente na central em 1988, causando abortos em animais e doenças, além de malformação em crianças. Segundo um morador, cujo filho foi vítima de um cancro causado pela radiação. Os representantes da empresa, porém, negam que haja relação entre este fato e o acidente na central (ALMEIDA e VIEGAS, 2009).

Em setembro de 2011, ocorreu uma nova manifestação contra a decisão do governo de Madrid em protelar, por mais de uma vez, o encerramento da central nuclear prevista para o ano de 2010. Na ocasião estiveram reunidos vários movimentos e associações espanholas e portuguesas, entre as quais a associação ambientalista Quercus, o Partido Ecologista Os Verdes-PEV, a Plataforma Antinuclear Cerrar Almaraz, Plataforma Refinería No, Plataforma Cementério Nuclear No, Ecologistas en Acción Extremadura, Asociación para la Defensa de la Naturaleza y los Recursos de Extremadura Cerrar Almaraz-ADENEX, Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS, Liga para a Proteção da Natureza-LPN, CAC-CGT, Esquerda Anticapitalista, Juventudes Comunistas, Izquierda Unida-IU, Asociación Juvenil El Garabato, Sodepaz e Grupo Retama (LUSA, 2011; TSF, 2011.).

Em abril de 2013, no 27º aniversário do acidente de Chernobyl, a Quercus chamou a atenção para o fato de que os testes de segurança que tinham sido realizados em Almaraz, terem sido muito insuficientes. Os testes tinham considerado apenas os dados sobre os sismos que tinham ocorrido desde 1970, ou seja, os resultados apresentados não consideraram a possibilidade de ocorrência, no futuro, de sismos de elevada amplitude, como o de 1755 e de 1954, este último com epicentro em Espanha e com uma magnitude de 7,9 na escala de Richter. Não tinham sido consideradas sequer as consequências que os impactos sísmicos teriam na barragem de Arrocampo, de onde provém a água usada no arrefecimento da central nuclear (QUERCUS, 2013).

O acidente em Fukushima, no Japão, serviu igualmente de termo de comparação para o Greenpeace denunciar a falta de cooperação na troca de informações

vitais entre Portugal e a Espanha, no que diz respeito à atividade e aos testes de segurança, apesar de ser público o envolvimento do exército português em exercícios militares conjuntos perante situações catastróficas tendo como cenário a central de Almaraz (DGAI, 2014).

sido realizados em Almaraz, terem sido muito insuficientes. Os testes tinham considerado apenas os dados sobre os sismos que tinham ocorrido desde 1970, ou seja, os resultados apresentados não consideraram a possibilidade de ocorrência, no futuro, de sismos de elevada amplitude, como o de 1755 e de 1954, este último com epicentro em Espanha e com uma magnitude de 7,9 na escala de Richter. Não tinham sido consideradas sequer as consequências que os impactos sísmicos teriam na barragem de Arrocampo, de onde provém a água usada no arrefecimento da central nuclear (QUERCUS, 2013).

O acidente em Fukushima, no Japão, serviu igualmente de termo de comparação para o Greenpeace denunciar a falta de cooperação na troca de informações vitais entre Portugal e a Espanha, no que diz respeito à atividade e aos testes de segurança, apesar de ser público o envolvimento do exército português em exercícios militares conjuntos perante situações catastróficas tendo como cenário a central de Almaraz (DGAI, 2014).

As manifestações de alerta da opinião pública para os graves riscos iminentes repetem-se periodicamente. Os grupos que reivindicam o encerramento da central encontram-se aliados a outras lutas antinucleares em Espanha, constituindo uma Associação de Municípios em Áreas de Centrais Nucleares-AMAC. Em dezembro de 2014, os membros da associação concentraram-se em protesto frente ao armazém de resíduos radioativos de El Cabril, em Hornachuelos (Córdoba) (ENERGIADIÁRIO, 2014).

Em maio de 2015, uma nova vistoria à central revelou que ela não reunia todas as condições de segurança para operar, demonstrando falhas de prevenção na vigilância contra incêndios. Também os seus reatores contam já com 35 anos, 5 a mais do tempo de vida recomendado (ALVES, 2016; MATIAS, 2016; SPUTNIK, 2015).

Em 2016, este tema voltou a entrar na agenda política em Portugal, através da pressão exercida pelos partidos Bloco de Esquerda-BE e Partido Pessoas Animais Natureza-PAN, que apresentaram projetos de resolução na Assembleia da República-AR, no sentido de pôr fim ao funcionamento desta central (SIC, 2016).

Só nos primeiros três meses do ano, Almaraz registou pelo menos três avarias, fazendo acionar o Conselho de Segurança Nuclear-CSN de Espanha. Os técnicos que se deslocaram ao local declararam não haver garantias suficientes de que as bombas de água do sistema de serviços essenciais da central operassem com normalidade (ALVES, 2016). Também se registaram várias queixas relacionadas com a utilização das águas do rio Tejo para o arrefecimento da central nuclear, por parte tanto das populações ribeirinhas quanto dos movimentos ambientalistas, que falam do aumento da poluição das águas do Tejo que chegam a Portugal, agravada por um défice de fiscalização, e por um caudal diminuído.

Assim, este é um conflito transfronteiriço também sobre a utilização da água do rio Tejo, que seria um meio de transmissão da radioatividade para um hipotético acidente (EJOLTATLAS, 2016). Apesar das recentes avarias, o governo espanhol decidiu manter Almaraz em funcionamento, alegando não haver motivos suficientes para o seu fecho (LUSA, 2016; ESQUERDA, 2016).

Em abril de 2016, uma resolução da AR obrigou o governo português a tomar diligências nesta matéria (OLIVEIRA, HENRIQUES e MARUJO, 2016). No Parlamento Europeu-PE, duas deputadas portuguesas questionaram a resposta da CE sobre esta matéria, exigindo maiores esclarecimentos acerca das razões que levaram a adiar para 2017 a transposição da Diretiva 2014/87/Euratom, que estabelece requisitos em segurança nuclear para as instalações nucleares (PE, 2016). Ainda um outro deputado europeu português questionou a CE sobre as garantias de segurança nuclear e a sua supervisão. Em resposta, Bruxelas remeteu para o domínio exclusivo dos estados-membros a função de assegurar o cumprimento das diretivas e supervisionar o funcionamento das centrais e a avaliação dos incidentes verificados (DIANAFM, 2016; ESQUERDA.NET, 2016b; PE, 2016).

Em 11 de junho de 2016, milhares de pessoas reuniram-se em Cáceres, numa manifestação denominada “Fechar Almaraz, que descanse em paz”, convocada pelo primeiro encontro ibérico do movimento pelo encerramento da central nuclear de Almaraz, e que contou com a presença de mais de 500 portugueses (GARCIA, 2016).

Em dezembro de 2016, o governo espanhol deu parecer favorável para executar e montar um armazém de resíduos nucleares junto à central nuclear de Almaraz. A Quercus afirmou que era um sinal claro de que o governo pretendia prolongar a vida da central. Portugal queixou-se a Bruxelas, à semelhança do que aconteceu há 30 anos, quando a Espanha iniciou atividades preparatórias para vir a construir

no futuro um cemitério nuclear em Aldeadávila de La Ribera, no Douro Internacional, sem consultar o governo de Portugal (FARIA, 2016).

A Plataforma Cívica Tejo Seguro defendeu a instalação por parte do estado de sondas no Tejo, que permitam avaliar o nível de radioatividade no rio. O movimento reclama a colocação de equipamentos não apenas na fronteira, a cem quilómetros da central nuclear de Almaraz, mas também no estuário do rio, próximo a Lisboa (SARAMAGO, 2017).

Em fevereiro de 2017, o Movimento Ibérico Anti-Nuclear-MIA convocou uma vigília à porta do consulado espanhol em Lisboa, que juntou cerca de 200 pessoas contra a central nuclear de Almaraz (LUSA, 2017: MIA, 2017a e b).

Em abril de 2017 verificaram-se, em três dias, dois acidentes na central nuclear de Almaraz. O primeiro ocorreu no sábado dia 8, sendo seguido por outro no dia 10, devendo-se ambos a falhas elétricas. O Conselho de Segurança Nuclear-CSN fez saber que este acidente se enquadra no grau 0 da Escala Internacional de Acidentes Nucleares, sem colocar em risco trabalhadores e meio ambiente, mas para o MIA, estes problemas vêm confirmar a deterioração das peças e o envelhecimento do sistema elétrico, e mostram a necessidade de se proceder a uma avaliação mais profunda das suas causas concretas (RISO, 2017).

Em maio de 2017, a decisão do governo português de aceitar como adequada e segura a construção do armazém para resíduos nucleares em Almaraz foi também fortemente criticada por ambientalistas e oposição (LUSA, 2017). A Quercus e outras associações ambientais temem ainda que as empresas prolonguem o funcionamento da central para além do 8 de junho de 2020, que foi o tempo de vida determinado pelos seus construtores (EXPRESSO, 2017).

No dia 10 de junho, milhares de ativistas portugueses juntaram-se com os espanhóis em Madrid numa manifestação pelo encerramento da central nuclear de Almaraz. A manifestação foi convocada pelo MIA, e contou com exposições públicas de várias personalidades, além de uma marcha de cerca de 2 km pela cidade, desde a Atocha até à Puerta del Sol (PÚBLICO, 2017).

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Orlando; VIEGAS, Patrícia. O meu vizinho é uma central nuclear. DN-Diário de Notícias, 5 dez. 2009.
- ALVES, Costa. Cata-ventos: Almaraz faz pensar em Chernobil e em Fukushima. Reconquista, 17 mar. 2016.

DIANA FM. Bruxelas: Comissão Europeia confirma receios de Carlos Zorrinho sobre central nuclear, Diana FM, 29 ab. 2016.

DGAI. Miguel Macedo participa em exercício internacional de resposta de emergência em caso de acidente nuclear, DGAI-Direção-Geral de Administração Interna, 8 jul. 2014.

DN. Protestos contra central nuclear espanhola. Diário de Notícias-DN, 8 set. 2007.

ESQUERDA.NET. Almaraz é uma central envelhecida e de risco, Esquerda.Net, 20 mar. 2016a.

ESQUERDA.NET, Almaraz: Ana Gomes e Marisa Matias voltam a questionar a Comissão Europeia, Esquerda.net, 2016b.

ENERGIADIÁRIO. Municipios con actividades nucleares se concentrarán ante El Cabril en contra de suprimir la Fundación Enresa. Energiadiário, 5 dez. 2014.

EXPRESSO, Espanha dilata prazo de renovação de licença de exploração de Almaraz. Expresso, 9 jun 2017.

GARCIA, José Carlos. Manifestación antinuclear, Portugal y España por el Cierre de Almaraz - Cáceres, 11 jun. 2016. Youtube. 12 jun 2016. [Arquivo de vídeo].

GUIMARÃES, Paulo E.; FERNANDES, Francisco R. Chaves. Capítulo 1: Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva, p. 19-64. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA, Juan Diego Pérez (coords.). Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente. Rio de Janeiro - Évora. 2016.

HERRERO, Amaranta. Nuclear power station in Almaraz, Spain. EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade. 24 mai. 2016.

JN. Zorrinho questiona Bruxelas sobre falhas da central nuclear de Almaraz. Jornal de Notícias-JN, 9 mar. 2016.

LUSA. Ambientalistas defendem que Portugal deve insistir no fecho da central de Almaraz. Público, 22 mar. 2016.

LUSA, Vigília contra central nuclear de Almaraz junta 200 pessoas em Lisboa. Lusa, 4 fev 2017.

LUSA. Uma centena de pessoas em protesto contra funcionamento da central de Almaraz. RTP Notícias, 17 set. 2011.

MATIAS, Carlos. Risco de catástrofe na central nuclear de Almaraz, 22 mar. 2016.

MIA. Gracias por el 10 de junio. Movimento Ibérico Antinuclear-MIA. 14 jun. 2017a.

MIA. Movimento Ibérico Antinuclear-MIA. Facebook. 2017a.

MIA. La central nuclear de Almaraz. Situación actual. Movimento Ibérico Antinuclear. Ecologistas En Acción.org. 2016.

NOVAIS, Vera. Almaraz: uma central nuclear fora de prazo e mesmo aqui ao lado. Observador, 7 mar. 2016.

OLIVEIRA, Octávio Lousada; HENRIQUES, João Pedro Henriques; MARUJO, Miguel. Parlamento aprova proposta para encerrar central nuclear de Almaraz, Diário de Notícias- DN, 29 abr. 2016. PE. Perguntas Parlamentares de Ana Gomes e Marisa Matias, Resposta dada por Miguel Arias Cañete em nome da Comissão, Parlamento Europeu-PE, 25 de abril de 2016.

PÚBLICO. Milhares manifestam-se em Madrid pelo encerramento da central de Almaraz. Público, 10 jun. 2017.

QUERCUS. Quercus volta a exigir o encerramento da central nuclear de Almaraz, junto à fronteira de Portugal. Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, 25 abr. 2013.

SIC. Parlamento aprova resoluções para encerrar central nuclear de Almaraz. SIC Notícias, 29 abr. 2016.

SPUTNICK. Escândalo ecológico surge perto da fronteira portuguesa, denuncia o Greenpeace, Sputnik, 30 jun. 2015.

TSF. Ambientalistas lusos em protesto pelo encerramento da central espanhola de Almaraz, TSF, 17 set. 2011.

WIKIPÉDIA. Central nuclear de Almaraz, 9 fev. 2015.

1.4 “Nuclear? No Gracias”

Resumo

O projeto de construção da usina nuclear Sayago I teve início em novembro de 1973, na localidade de Moral de Sayago, próximo ao rio Douro. Com a moratória de - não proliferação nuclear - aprovada em 1983, aliada à pressão popular pelo fim das usinas nucleares, sobretudo depois do acidente de Chernobil em 1986, a construção da usina é paralisada, restando apenas escombros.

Mesmo depois de 29 anos do acidente com a Usina Nuclear de Chernobil, em abril de 1986, seus efeitos na saúde das pessoas ainda hoje continuam a ser avaliados. Ao lado do acidente nuclear ocorrido no Japão em Fukushima I, no ano de 2011, Chernobil foi considerado um dos maiores acidentes nucleares da história da humanidade, tendo recebido classificação 7, o nível mais elevado da Escala Internacional de Eventos Nucleares (Escala INES) e, portanto, com o impacto mais negativo ao ambiente. Suas causas são atribuídas a erro humano nas operações de testes, que levou ao rompimento do reator quatro e causou um incêndio de grandes proporções. Com o incêndio a dispersão dos produtos radioativos na atmosfera foi mais rápido e intenso. Para além do número de 56 mortes diretas registadas no período e divulgadas em relatórios internacionais, estima-se que entre 600.000 e 800.000 outras pessoas tenham morrido por doenças desenvolvidas pela contaminação atmosférica produzida no acidente, como é o caso das doenças cancerígenas. A seguir ao acidente foi identificado um número significativo de casos de câncer de tireoide, cerca de 565 ocorrências em crianças com idade entre 0 e 14 anos (ENERGÍA NUCLEAR, s.d.; WIKIPEDIA, 2015a).

Em grande medida, com o acidente de Chernobil, a energia nuclear estava condenada, a segurança deste modo de produção de energia foi posto em causa, e severas mudanças seriam necessárias. Para além do encerramento de usinas em construção em todo o mundo e da desconfiança da população em relação aos danos ambientais e de saúde, muitas foram as mudanças a nível internacional em termos da proteção e segurança. Não foi por acaso que o tema das usinas nucleares configurou os debates da Conferência Internacional de Viena em 1994, e foram criados organismos e fundos de proteção e ajuda (SADIA, 2011).

Embora não existam centrais nucleares no território português, a localização de usinas próximas da fronteira do país com a Espanha, tem colocado o tema da

energia nuclear na ordem dos debates políticos e científicos. A presença das usinas nucleares no debate público surgiu pela primeira vez em 1954 aquando da criação da Junta de Energia Nuclear – JEN e da Comissão de Estudos de Energia Nuclear (decreto-lei n. 39.580 de 29 de março) (PEREIRA, RODRIGUES, CARVALHO, NUNES, 2008). Já no início da democracia portuguesa, foi elaborado o Livro Branco sobre a energia nuclear. E, em 1973, tudo indicava para a instalação de uma usina nuclear no território, mas nos anos de 1979 a comissão desapareceu, tendo sido transferida suas responsabilidades para o Laboratório Nacional de Energia e Tecnologia Industrial - LNETI (PEREIRA, RODRIGUES, CARVALHO, NUNES, 2008).

Dada a proximidade de Portugal com as usinas espanholas, o tema também ocupou lugar de destaque nos debates da Assembleia Parlamentar. Os debates parlamentares contemplaram análises políticas e técnico-científicas, abrangendo múltiplas dimensões desta problemática, como questões culturais, éticas, sociais, políticas, económicas e ambientais. Circunscreviam-se em temas variados, desde os da ótica económica, os do plano orçamentário, até a construção de usinas nucleares fronteiriças, como é o caso específico do projeto de construção da usina de Sayago (PEREIRA, RODRIGUES, CARVALHO, NUNES, 2008).

A sociedade civil organizada também tem vindo a acompanhar o tema da energia nuclear no país. No caso específico das usinas nucleares espanholas instaladas na fronteira com Portugal, organizações ambientais como a Quercus chegaram a exigir o encerramento da usina nuclear de Almaraz, situada junto à fronteira no rio Tejo. Um dos argumentos de justificativa é o fato da usina já ter ultrapassado seu tempo de funcionamento, prolongado em mais dez anos de atividade. Também questionam os resultados da avaliação de “no stress”, em que denunciam a ausência de avaliação sobre determinados fatores de risco, classificando-a como uma verdadeira “bomba relógio”. No teste de resistência, realizado a pedido do Greenpeace, verificou-se a falta de válvulas semelhantes àquelas que causaram o acidente na usina de Fukushima. Em caso de acidente, a zona de Porto Alegre e Castelo Branco seriam diretamente afetadas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, LUSA, 2015; QUERCUS, 2013; SOL, LUSA, 2015; TVI 24, 2011).

Atualmente, o território espanhol possui seis usinas em funcionamento, das quais com dois reatores cada uma, são elas a usina Almaraz I e II, e a usina Ascó I e II. Integram ainda o conjunto total de usinas, as centrais nucleares Santa María Garoña, Confrentes, Vandellós II e Trillo (ESPANHA, 2015).

A primeira usina nuclear espanhola foi construída em 1969, por José Cabrera NPP. O país ainda teve outras duas fases de construção de usinas, uma em que as construções foram realizadas pelos Empresários Agrupados, pela INITEC e pela ENSA; e outra fase levada a cabo pela Trillo energias nucleares e Vandellós-2 Nucleares (ENERGIA NUCLEAR, s. d.; GREENPEACE, 2015).

Não obstante, em 1983 no âmbito do Plano Energético Nacional – PEN foi aprovada a moratória de não-proliferação nuclear em Espanha. Com efeito, a construção de usinas nucleares foi oficialmente desacelerada, e em alguns casos, interrompida. Três principais razões motivaram a implementação do plano: algumas questões técnicas, razões advindas da demanda existente, e condicionamentos sociais, nomeadamente a opinião pública sobre a produção de energia nuclear (ENERGÍA NUCLEAR, s.d.).

Somam-se ainda como causas para a implementação do plano a crise do petróleo de 1973 e a forte incidência e mobilização das organizações ecologistas, sobretudo depois do acidente da Three Mile Island (1979) nos EUA. A moratória foi aprovada pelos deputados durante o governo do partido socialista, e dentre outras coisas, bloqueava a construção de sete plantas nucleares que na altura dispunham de autorização para a sua implementação. Com a moratória apenas duas plantas foram construídas, as quais foram escolhidas com base em critérios específicos. Nestes termos, as que tinham melhor aceitação social e institucional nas zonas de instalação foram as centrais nucleares de Trillo I e de Vandellós II e, por isso, eleitas para dar continuidade ao seu projeto (ENERGÍA NUCLEAR, s.d.; WIKIPEDIA, 2015b).

Dentre as usinas desativadas, tem-se a usina Sayago I. Seu projeto de construção teve início em novembro de 1973, na localidade de Moral de Sayago, próximo ao rio Douro. Nasce de um acordo celebrado oficialmente no dia 29 de novembro de 1973 entre o governo da localidade de Moral de Sayago e a Sociedade Hidroelétrica Iberduero (UNIONPEDIA, 2015). Na ocasião, José Manuel Domínguez, representando o poder público local assina um convénio com a empresa Iberduero. Como objeto do convénio foram concedidos 118 hectares para a construção da usina, incluindo a transferência completa da propriedade e domínio do terreno à empresa responsável, bem como a isenção de encargos.

Em função da proximidade territorial da Central de Sayago e a fronteira portuguesa, o governo de Portugal também apoiou e participou das negociações estabelecidas entre o governo provincial espanhol e a empresa Iberduero (EL PAÍS, 1982).

A então empresa Eletricidade de Portugal assumiu as negociações diretas com a empresa Iberduero, enquanto representantes do governo, nomeadamente o então Secretario de Estado de Energia Carvalho Carreira, conduzia as articulações necessárias com o poder público espanhol (EL PAÍS, 1982).

Em 1982, o Partido Socialista Operário Espanhol - PSOE assumiu o poder sob forte pressão popular que exigia como condição assegurar o fim da construção de usinas nucleares. Consequentemente sete usinas foram paralisadas, incluindo Sayago I (WIKIPEDIA, 2015b).

A Central Nuclear de Moral de Sayago foi interrompida mesmo depois do início da sua construção nos finais da década de 70. A obra foi paralisada tanto pela entrada do governo socialista como pela moratória nuclear de 1984, mas também pela proximidade da usina com a região do Douro, onde atualmente situa-se um parque natural (PUEBLOS DE SAYAGO, 2014). O acidente de Chernobil igualmente influenciou na decisão pela interrupção da instalação de usinas de produção de energia de urânio e, foi considerado o acontecimento decisivo no caso da paralisação da usina de Sayago I.

Do lado dos movimentos sociais articulados pela oposição à construção, encontramos registos do envolvimento do movimento anarquista português em ações de luta na zona fronteiriça de Miranda do Douro em 1981 (GRUPO ANARQUISTA SOCIAL, 2008). No Festival da Canção de Miranda do Douro, realizado há 30 anos, estreou a música “Sayago” com a coautoria do cantor Fernando Fernandes, que tornou-se um símbolo dos protestos contra a instalação da usina nos anos 80, e foi adaptada pelos espanhóis como hino de sua luta (PINTO, 2015). Ainda na localidade de Mogadouro, foi criado o movimento “Nuclear, não obrigado”, de oposição à construção de usinas na região ribeirinha do Douro internacional (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2006). Segundo informações, o movimento mobiliza-se em torno da memória ainda presente da construção da usina nuclear em Sayago e do aterro de resíduos nucleares em Aldeia de Ávila (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2006).

Dez anos mais tarde, o então representante do poder público do município de Moral de Sayago no período de 1978 a 1982, ainda afirmava que a instalação da usina teria melhorado as condições de vida dos habitantes da região. Atualmente restam apenas vestígios e materiais abandonados daquilo que poderia vir a ser, mas não foi uma usina nuclear (SADIA, 2011).

Em 2004, uma nova tentativa de construção de uma usina é protagonizada pelo governo espanhol, mas desta vez trata-se de uma usina termoelétrica.

O Ministério do Ambiente espanhol autorizou a elaboração de um estudo de impacto ambiental com o intuito de construir uma central termoelétrica combinada numa região próxima do Parque Natural das Arribas do Douro português (PINTO, 2004).

Finalmente, em termos de mobilização nacional mais atual, o movimento espanhol “Nuclear, no gracias” tem vindo a congregar as diferentes redes, movimentos e plataformas antinucleares no país. O manifesto *Por el cierre de las centrales nucleares, la energía nuclear: paradigma de la insostenibilidad*, é a expressão da luta contra usinas nucleares. Um conjunto de coletivos reivindicam o cumprimento do plano de governo que incluía o encerramento progressivo das usinas, substituindo-as por formas de produção energética mais limpas, seguras e com menos custos (ADENEX, s.d.).

Referências bibliográficas

- ADENEX. Movimiento antinuclear. Manifiesto por el cierre de las centrales nucleares, s.d.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS; LUSA. Quercus diz que central nuclear de Almaráz é uma “bomba relógio”, 30 jun. 2015.
- EL PAÍS. Portugal participará en la central nuclear de Sayago, 18 mar. 1982.
- ENERGIA NUCLEAR.NET. Energía nuclear en España, s.d.
- ESPAÑA. Centrales Nucleares – Producción de Energía Eléctrica Nuclear. Gobierno de España, Ministerio de Industria, Energía y Turismo, 2015.
- FOROS CASTILLA. Central nuclear de Moral de Sayago, 2000.
- GREENPEACE. Informe - Fin de la era nuclear, 2015.
- GRUPO ANARQUISTA SOCIAL. Os movimentos sociais e @s anarquistas em Portugal hoje, 13 jul. 2008.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. Plenário contra central nuclear, 22 mai. 2006.
- PEREIRA, T. S.; RODRIGUES, A. F.; CARVALHO, A. M.; NUNES, J. A. Parlamento, conhecimento científico e deliberação: dois estudos de caso no Parlamento Português. Comunicação apresentada às Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias. VII ESOCITE, Rio de Janeiro, 2008.
- PINTO, F. Termoelétrica na fronteira. *Jornal de Notícias*, 21 dez. 2004.
- PINTO, F. Miranda do Douro tem festival da canção há 30 anos que marcou causas e gerações. *Mensageiro de Bragança*, 18 jun. 2015.
- PUEBLOS DE SAYAGO. Restos de la central nuclear de Moral de Sayago, 10 fev. 2014.
- QUERCUS. Quercus volta a exigir o encerramento da Central Nuclear de Almaraz, junto à fronteira com Portugal, 25 abr. 2013.
- SADIA, J. M. Una partícula de Chernóbil en Moral de Sayago. *Revelaciones*, 22 jan. 2011.

SOL, LUSA. Central nuclear espanhola perto de Portugal com o mesmo problema que Fukushima, 26 jun. 2015.
TVI 24. Acidente nuclear em Espanha afetaria Portalegre, 15 mar. 2011.
UNIONPEDIA. El mapa conceptual. Central nuclear de Sayago, 2015.
WIKIPEDIA. Acidente nuclear de Chernobil, 2015a.

2. EÓLICAS

2.1 Um debate sobre a instalação de parques eólicos

Resumo

Na última década, a produção de energia eólica tem sido incentivada na União Europeia através de um enquadramento legal e financeiro favorável à instalação de parques eólicos. A Estratégia Europeia 2020 apresenta como principais objetivos a redução das emissões de gases de efeito de estufa em 30%, e o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis em pelo menos 20%. Apesar de apresentar inúmeras vantagens face às outras fontes de energia, gerando menos impactos no meio ambiente, a utilização da energia eólica não é isenta de polémicas e conflitos, que se prendem com a sua eficiência e sustentabilidade.

O Protocolo de Quioto (1997), ratificado em 2002 pela União Europeia, caracterizou-se por ser um instrumento de controlo do fenómeno de aquecimento global pela minimização da emissão de gases de efeito de estufa-GEE. Tendo como base os níveis emitidos em 1990 (ano base) e a realidade económica de cada país, o protocolo estabelece limites máximos permitidos para a emissão destes gases de forma a responsabilizar os países produtores e a incentivar o desenvolvimento de estratégias energéticas sustentáveis (COELHO, 2007). Seguindo as metas estabelecidas, entre 2008 e 2012, as emissões de GEE em Portugal não poderiam ultrapassar 27% da energia consumida, correspondente a 77,19 MT de CO₂/ano (IA, 2006).

Desde a Diretiva Europeia 2001/77/CE, a produção de energia eólica tem sido incentivada no espaço europeu através do estabelecimento de um quadro legislativo favorável à instalação de parques eólicos, com acesso facilitado a investimentos financeiros (PORTAL ENERGIA, 2009). A Estratégia Europeia 2020 apresenta como principais objetivos: a redução das emissões de GEE em 30% e o aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis em pelo menos 20% (NUNES et al., 2013).

A Estratégia Nacional para a Energia 2020 estabelece como meta até 2020, para as fontes renováveis: a) participação em 31% do consumo final bruto de energia, 60% na geração de eletricidade e 10% do consumo energético associado ao setor de transportes rodoviários; b) a consolidação do cluster industrial ligado

à produção de energia eólica; c) a redução do modelo tarifário e d) incentivar o programa de microprodução destinado a projetos com potência até 150 kW ou 250 kW (ARAÚJO, 2013).

O parque eólico instalado na Ilha de Porto Santo (Madeira) em 1986, foi o primeiro parque eólico a ser instalado no país. Dois anos depois foi instalado nas ilhas dos Açores, o Parque Eólico do Figueiral e em 1992 o primeiro parque continental, em Sines. O crescimento e a consolidação da produção de energia eólica constituem uma realidade, há uma década existiam apenas 441 aerogeradores distribuídos por 71 parques eólicos com uma potência equivalente a 537 MW. Em 2012, Portugal destacava-se na 10^a posição a nível mundial em produção de energia eólica. Esta posição correspondia a mais de 4.398 MW de potência, o equivalente a 20% do consumo elétrico do país (WIKIPÉDIA, 2014). Hoje existem cerca de 250 parques eólicos instalados, a maioria localizando-se no centro norte do país (NUNES et al., 2013).

A energia eólica é apresentada como geradora de menores impactes ambientais comparativamente a outras fontes de energia, gerando quatro vezes menos impactes do que o gás natural, 10 vezes menos do que as centrais nucleares e 20 vezes menos do que a produção de eletricidade (ALVAREZ, 2006). Além disso, esta energia apresenta vantagens como a sua disponibilidade, a possibilidade de contribuir para a redução da dependência dos combustíveis fósseis, o incremento do desenvolvimento económico regional e a facilidade e rapidez da instalação de parques eólicos (ESTANQUEIRO, 2005; GREENPEACE, 2004; ROMÃO, 2014).

Contudo, a utilização desta fonte energética não é isenta de polémicas e conflitos (DELICADO et al., 2013). Os principais argumentos contra relacionam-se a questões como a eficiência e a sustentabilidade deste tipo de energia. Questiona-se igualmente se esta seria uma fonte segura na produção energética, por tratar-se de uma energia intermitente, exclusivamente dependente do vento e variável, flutuando em torno de uma linha básica que não pode ser ajustada às necessidades de consumo (PORTAL ENERGIA, 2009). Algumas experiências já presentes nalguns países europeus priorizam que a energia eólica possa vir a ser armazenada em períodos em que há menos consumo energético (COELHO, 2007).

Países como a Alemanha e a Dinamarca, líderes europeus no número de parques eólicos instalados, começam a questionar a eficácia desta fonte energética, uma vez que não conseguem reduzir a utilização de outras fontes energéticas poluentes, o que não contribui para a redução da emissão de GEE (PORTAL ENERGIA, 2009).

A conservação ecológica é um dos aspectos mais sensíveis quanto à instalação dos parques. No âmbito da flora, a principal preocupação centra-se na preservação de espécies autóctones que se relacionam a características particulares da constituição geomorfológica das regiões como os maciços calcários. No âmbito da avifauna, a atenção prende-se com a taxa de mortandade relacionada com a colisão de aves e morcegos contra aerogeradores, principalmente em períodos mais sensíveis como as épocas migratórias e os períodos de nidificação. A magnitude do impacte vai depender da percentagem do habitat destruído, da exclusão que uma determinada espécie faunística pode vir a sofrer e dos efeitos cumulativos resultante da instalação sequencial de parques eólicos, facilitando a migração e a dispersão de espécies de flora e fauna (PERCIVAL, 2003).

Outra questão sensível é o fato dos Estudos de Impacte Ambiental-EIA não considerarem como significativos os impactos das baixas frequências e vibrações na saúde das populações. No entanto, novas diretivas, que se baseiam em estudos científicos sobre o efeito do ruído provocado pelos parques eólicos, estabelecem que os aerogeradores de baixa potência, 2 MW, devem ser instalados a uma distância mínima de 2 km das habitações, escolas, hospitais e equipamentos sociais (FREY & HADDEN, 2007; HARRY, 2007 apud COELHO, 2007; PIERPONT, 2006).

Quatro conflitos associados à instalação dos parques eólicos: de Alvaiázere, Malhanito e Águas de Tábua, Cercal-Cadaval e Serra de Aire-Candeeiros tiveram maior visibilidade e protagonismo no espaço público em Portugal. Localizados preferencialmente em regiões rurais, os parques eólicos em Portugal convivem muitas vezes com paisagens históricas de elevado valor paisagístico e patrimonial.

O movimento “Vamos salvar Sortelha” é um bom exemplo da mobilização popular na defesa da conservação paisagística da região, que conseguiu reunir um milhar de assinaturas para impedir a instalação do parque na aldeia histórica (BARLAVENTO, 2010).

Os atores que se manifestam contra a instalação de parques eólicos, inclusive organizações ambientais favoráveis à utilização de energias renováveis, apresentam como principal argumento contra estes parques o lugar escolhido para a sua instalação (DELICADO, 2014).

As principais organizações ambientais envolvidas opõem-se à instalação de parques que abranjam áreas protegidas e Sítios de Importância Comunitária, que deveriam ser espaços privilegiados para a conservação da natureza.

Em conformidade com o princípio de precaução, parques eólicos não devem ser instalados em áreas protegidas, parques naturais ou áreas da Rede Natura 2000 (SEO/BIRDLIFE, 2006 apud COELHO, 2007). O incumprimento deste princípio apenas pode ser justificado em caso de interesse público superior (NUNES et al., 2013).

Os protestos podem ter se constituído como uma eficaz fonte de pressão nos projetos dos parques de Águas de Tábua, Serra de Aire e Candeeiros. Alguns estudos têm demonstrado que as consultas públicas são tidas mais como um período destinado a informar o público do que propriamente discutir com ele sobre os prós e contras destes projetos (LIMA, 2004).

As organizações ambientais salientam que não raramente há pouca divulgação dos períodos de consulta pública, difícil acesso à documentação referente ao projeto, não apresentação de opções alternativas ao projeto e que a discussão pública frequentemente ocorre quando as obras para a instalação dos parques eólicos já se encontram em fase de construção (CHITO e CAIXINHAS, 1993).

Exemplo disso foi a polémica em torno da instalação do parque eólico Alvaiázere onde a sociedade civil não foi incluída, não tendo participado na discussão pública do projeto. Nem mesmo os meios de comunicação e associações locais trouxeram o projeto para o debate público (NUNES et al., 2013).

Em maio de 2016, a Associação Sistema Terrestre Sustentável-ZERO divulgou que Portugal ficou 4 dias seguidos sendo abastecido unicamente por energias renováveis, ou seja, a partir de fonte eólica, hídrica e solar. Os dados, obtidos em colaboração com a Associação Portuguesa de Energias Renováveis, atestam que entre as 6.45 horas do dia 7 de maio, e as 17.45 horas do dia 11, não foi necessário recorrer a eletricidade produzida a partir de fonte não renovável, como centrais térmicas a carvão ou gás natural. O feito foi considerado notável, e como tal noticiado no *The Guardian*, que o elegeu como um dos 12 momentos-chave na área da ciência esse ano (LUSA, 2016).

Em dezembro de 2016, o Governo anunciou que vai instalar uma plataforma marítima de produção de eletricidade ao largo de Viana do Castelo. Será o primeiro parque pré-comercial utilizando tecnologia eólica flutuante, denominado Windfloat Atlantic, que se baseia no aproveitamento da energia das ondas e será coordenado pela EDP, em parceria com a Principle Power, a Repsol, a Portugal Ventures e a metalúrgica A. Silva Matos. Segundo prevê o Plano de Investimento e Desenvolvimento-PDIRT 2016-2025, a ligação do

Windfloat à RNT será feita através de um cabo submarino com 17 km, capacitado para 150 kilowatt, mas a funcionar inicialmente a 60 kilowatt, estimando um investimento na ordem dos 48 milhões de euros, a ser implementado em 2017 (LUSA, 2016).

O Parque Eólico do Douro Sul, que começou a produzir energia em fevereiro de 2016, encontra-se agora em pleno funcionamento. O parque com 73 aerogeradores, atravessa quatro concelhos do distrito de Viseu, e produz cerca de 360 gigawatts de energia por ano, abastecendo o consumo de cerca de 122 mil habitantes, sendo considerado um dos maiores da Europa. Ainda possui uma característica especial: tem o mais alto projeto da chamada “Windart” (100 metros de altura) que consiste em dois aerogeradores na Serra de Leomil, em Moimenta da Beira, decorados por Joana Vasconcelos e Alexandre Farto (Vhils), dois conhecidos artistas contemporâneos portugueses (JC, 2017).

No início de fevereiro de 2017, o Governo anunciou um investimento em energias renováveis num valor superior a 800 milhões de euros. Estes projetos contemplam uma capacidade instalada de cerca de 750 megawatts, a par com os 380 megawatts de licenças para centrais solares, e os 41 megawatts relativos a três centrais de biomassa. O executivo acrescenta que a EDP Renováveis anunciou, em parceria com o fabricante de aerogeradores Senvion, a instalação de mais 216 megawatts em parques eólicos. A União da Energia confirma assim um aumento constante na quota de energia proveniente de fontes renováveis desde 2013 (LUSA, 2017).

Referências Bibliográficas

- ALVARÉZ, Clemente. Energia eólica n. 3, col. Manuales de energias renovables. Instituto para la Diversificación y Ahorro de la Energía, Madrid, 2006.
- ARAÚJO, Elisabete da S. Avaliação de desempenho de parques eólicos portugueses. Relatório final da dissertação na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, jul. 2013.
- BARLAVENTO. Ministro da Economia inaugura parque eólico de Barão de São João. *Semanário Regional do Algarve Barlavento online*, 14 mai. 2010.
- CHITO, Beatriz; CAIXINHAS, Raúl. A participação do público no processo de avaliação do impacto ambiental. *Revista Crítica de Ciências Sociais-RCCS*, n. 36, p. 41-55, 1993.
- COELHO, Catarina Isabel A. Avaliação dos impactos ambientais dos parques eólicos em áreas protegidas: o caso de estudo do parque natural das Serras de Aire e Candeeiros. Dissertação de mestrado em Ciências e Tecnologias do Ambiente na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2007.

DELICADO, Ana. Consensos e controvérsias sociotécnicas sobre energias renováveis, Seminários CRIA, Universidade de Lisboa-UL, Instituto de Ciências Sociais-ICS, Lisboa, 2014.

DELICADO, Ana; SILVA, Luís; JUNQUEIRA, Luís; HORTA, Ana; FONSECA, Susana; TURNINGER, Mónica. Ambiente, paisagem, património e economia: os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais-RCCS*, v. 100, p. 11-36, 2013.

ESTANQUEIRO, Ana. Aproveitamento de potencial eólico sustentável em Portugal. Portal Energia- Energias Renováveis, 2005.

FREY, Barbara J.; HADDEN, Peter J. Noise radiation from wind turbines installed near homes: effects on health. *Wind Action*, 1 fev. 2007.

GREENPEACE. Wind force 12. Blueprint to achieve 12% of the world's electricity from wind power by 2020. Greenpeace, mai. 2004.

IA. Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂ (PNALE) 2008-2012. Instituto do Ambiente-IA, versão para Consulta Pública, 1 jun. 2006.

JC. Novo Parque Eólico abastece 122 mil habitantes. *Jornal do Centro-JC*. 7 jan. 2017.

LIMA, Maria Luísa, P. de. Images of the public in the debates about risk: consequences for participation. *Jornal de Ciências Sociais*, v. 2, n. 3, p. 149-163, 2004.

LUSA. Governo anuncia projetos de 800 milhões para energias renováveis. Público. 5 fev. 2017.

LUSA. Concluído processo para a instalação do parque eólico ao largo de Viana do Castelo. Porto Canal-PC. 9 dez. 2016.

LUSA. Governo anuncia projetos de 800 milhões para energias renováveis. Público. 5 fev. 2017.

NUNES, Maria João; DELICADO, Ana; FIGUEIREDO, Elisabete. Vê moinhos? São moinhos. Análise dos discursos sobre turbinas eólicas em Alvaiázere. CARVALHO, M. L., HENRIQUES, P. D. S. e NARCISO, V. (coord.), Alimentar mentalidades, vencer a crise global: Actas do ESADR 2013, Universidade de Évora, Évora, p. 2013-2035, 2013.

PERCIVAL, Steve. Birds and wind farms in Ireland: a review of potencial issues and impact assessment. Ecology Consulting, 2003.

PIERPONT, Nina. Wind turbine syndrome: noise, shadow flicker and health, 2006.

PORTAL ENERGIA. Energia eólica: impactos e competitividade. Portal Energia-Energias Renováveis, 3 set. 2009.

REVISTA ISTOE. Alemanha e Portugal batem recordes de energias renováveis. Youtube. 24 mai. 2016.

ROMÃO, José. Avaliação dos impactes ambientais de parques eólicos. Apresentação Power Point, 2014.

SUSPIRO, Ana. Podemos viver só com energia renovável? E a que preço? Observador. 27 fev. 2017.

WIKIPÉDIA. Energia eólica em Portugal, jul. 2014.

2.2 Protestos contra a instalação de parques eólicos em Tavira

Resumo

Conhecido pelo potencial eólico, o Algarve tem sido palco de controvérsias em torno da instalação de parques eólicos. Em Tavira, várias resistências à instalação destas infraestruturas ocorreram, por meio de pareceres desfavoráveis das associações nacionais e locais.

O parque eólico do Malhanito localiza-se na freguesia de Cachopo, concelho de Tavira, Distrito de Faro no Algarve, em plena Serra do Caldeirão, em uma altitude entre 400 e 540 metros.

É constituído por 29 aerogeradores de 2 MW de potência unitária, com altura de 97,1 metros e pás com 41 metros de comprimento (EUSÉBIO, 2009), organiza-se em cinco núcleos dispostos num raio de 8 km (BARLAVENTO, 2010).

O investimento de 70 milhões de euros pela empresa Eólicas de Portugal-ENEOP S.A, pretende atingir uma produção anual de 130 GWh de energia, suficiente para satisfazer o consumo de 30.800 habitantes, número superior ao total de habitantes do concelho do Sotavento algarvio (EUSÉBIO, 2009).

Tendo a finalidade de garantir a distribuição da energia produzida, a instalação do parque pressupôs também a construção de uma linha de alta tensão, com orçamento estimado em 60 milhões de euros (ENERGIA EÓLICAS, 2011).

Segundo o Estudo de Impacte Ambiental-EIA o parque eólico para ser instalado necessita de uma ligação à rede pública que exigirá a construção de uma linha de alta tensão de 60 kV com extensão de 8,4 km. A linha elétrica seria composta por dois troços, um de área interna, com 30 kV, e outro de área externa, com 60 kV, perfazendo ao todo uma extensão de 14 km ao longo da freguesia de Cachopo.

Embora o parque eólico esteja localizado em plena Serra do Caldeirão, o EIA, realizado entre maio de 2007 e fevereiro de 2009, abrangeu apenas a área norte onde se encontra a fronteira limite da Zona de Proteção Especial do Caldeirão. Ainda de acordo com o EIA, tanto a instalação do parque como a construção da rede elétrica não representariam qualquer risco para as áreas delimitadas pela Rede Natura 2000 (TEMPO NO ALGARVE, 2009).

Durante o período de consulta pública do Estudo de Incidências Ambientais-EINCA sobre a instalação do parque eólico de Tavira, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA alertou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro-CCDR do Algarve que o presente projeto afetaria áreas protegidas. Nomeadamente, a Zona de Proteção Especial-ZPE do Caldeirão com 47,348 hectares a Área Importante para as Aves-IBA da Serra do Caldeirão, com 70,445 hectares. A SPEA salientou igualmente que o período de realização do EINCA era desadequado, não permitindo avaliar corretamente os impactos negativos do projeto a nível da avifauna da área, principalmente após o período migratório das aves. Este período é especialmente significativo na região do Algarve, em particular nas Serras de Monchique e do Caldeirão, pois são áreas que servem de corredor migratório para cerca de 4000 aves de rapina durante o mês de outubro (SPEA, 2010).

Não foi considerada a Diretiva 2001/42/CE, que sugere que em caso de conflito sobre a instalação de parques eólicos deve-se realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica-AAE (SPEA, 2010).

A instalação do parque eólico do Malhanito exigiu um programa de monitorização na sua fase de construção e exploração, abrangendo principalmente os grupos faunísticos de morcegos e aves. Segundo o presidente da Câmara Municipal de Tavira não houve impactos negativos consideráveis que justificassem a não realização da obra (EUSÉBIO, 2009).

Embora a Declaração de Impacte Ambiental-DIA se manifestasse favorável à instalação do parque, esta previa um conjunto de medidas a serem implementadas na fase de construção e implementação do parque. Entre elas: a realocação de 3 aerogeradores, cuja instalação estava prevista para junto da fronteira limite da faixa de proteção dos locais de nidificação da Águia de Bonelli; o afastamento das linhas elétricas de alta tensão do limite da zona sensível para a referida espécie ou a proposta do seu enterramento, o desenvolvimento do programa de recuperação das populações de coelho-bravo na área ocupada pelo parque e a plantação de sobreiros que tenham sido sacrificados no decorrer da construção da obra (PORTAL ENERGIA, 2009).

No concelho de Tavira previa-se a instalação de mais um parque eólico em Águas de Tábua, na freguesia de Santa Catarina (PORTAL ENERGIA, 2009). No entanto, após forte mobilização popular dos moradores locais e das associações ambientalistas, o projeto foi chumbado pelo governo (CORREIO DA MANHÃ, 2010).

Com base no EINCA, apresentado em 15 de abril pelo promotor, a Future II – Energias Renováveis, o secretário de Estado do ambiente decide não avançar com a instalação do parque de Águas de Tábua por considerar que esta iria comprometer a qualidade de vida das populações locais e os vetores naturais presentes na Serra do Caldeirão. Mesmo tendo-se tratado de um projeto com apenas três aerogeradores em três cumeadas da Serra, este foi alvo de forte contestação pelas populações locais. A CCDR do Algarve - a autoridade de avaliação de incidências ambientais - no período de consulta pública deu entrada a 3 dezenas de participações. A principal contestação veio da Comissão de Moradores de Águas de Tábua que afirmava haver vinte e cinco propriedades localizadas a menos de 500 metros de um aerogerador e colocavam em dúvida as informações do projeto quanto ao impacto do ruído.

Para a Associação de Proprietários Estrangeiros em Portugal, os principais aspetos negativos relacionados à instalação do parque prendiam-se com o ruído derivado da movimentação das pás; o impacto visual na paisagem e a consequente desvalorização das propriedades, dificultando investimentos futuros. As associações ambientalistas, como a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA, a Associação Almagem e o Grupo de Defesa do Ambiente Pro Barrocal Algarvio-Probaal, salientaram que a instalação do parque iria ter um forte impacto na Águia de Bonelli, espécie prioritária de conservação, segundo a Diretiva das Aves 79/409/CEE. A proibição da instalação do parque eólico em Águas de Tábua foi considerada pelo movimento Vamos Salvar Sortelha uma decisão exemplar por parte das autoridades (BARLAVENTO, 2010).

Referências bibliográficas

- BARLAVENTO. Ministro da Economia inaugura parque eólico de Barão de São João. *Semanário Regional do Algarve Barlavento*, 14 mai. 2010.
- CORREIO DA MANHÃ. Parque eólico chumbado. *Correio da Manhã*, 17 mai. 2010.
- ENERGIA EÓLICAS. Câmara de Tavira analisa pedido de licenciamento para parque eólico de 19 torres. *Blog Sapo Energia Eólicas*, 30 jan. 2011.
- EUSÉBIO, José C. Parque eólico dá energia a 30 mil. *Correio da Manhã*, 15 jul. 2009.
- PORTAL ENERGIA. Luz verde para parque eólico na Serra de Caldeirão em Tavira. *Portal Energia-Energias Renováveis*, 18 dez. 2009.
- SPEA. Consulta pública do estudo de incidências ambientais do parque eólico de Tavira. *Site da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA*, 2 mar. 2010.
- TEMPO NO ALGARVE. Tavira prepara-se para energia ao vento. *Blog Tempo no Algarve*, 25 out. 2009.

2.3 Protestos contra o parque eólico de Alvaiázere

Resumo

As organizações de defesa do ambiente contestam a instalação do parque eólico de Alvaiázere devido à sua localização em território classificado como Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000. O funcionamento desta instalação colocará em risco distintos habitats de flora e fauna, classificados como vulneráveis e de elevado interesse conservacionista.

O concelho de Alvaiázere, com cerca de 1.600 habitantes, localiza-se no distrito de Leiria a 30 km de Pombal e de Tomar, sendo composto por cinco freguesias: Almoster; Alvaiázere; Maças de Dona Maria; Palmá e Pussos São Pedro. Devido à localização favorável para captação de vento, o parque eólico de Alvaiázere situa-se em plena serra a 618 metros de altitude, no Maciço de Sicó (NUNES et al., 2013).

O Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de maio, classifica o Sítio Sicó-Alvaiázere como área sensível (GEOTA e OIKOS, 2014).

De acordo com as normas europeias, os Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000, a par das Áreas Protegidas, constituem-se como espaços privilegiados para a conservação da natureza, devendo por isso serem preservados (QUERCUS, 2009). Possui uma área de 31.678 hectares sendo a sua constituição essencialmente calcária, e abrangendo a bacia hidrográfica do rio Zêzere (afluente da margem direita do rio Tejo). Com um clima temperado seco e chuvoso, apresenta um conjunto de características favoráveis à constituição de distintos habitats naturais da Diretiva Habitat – 92/43/CEE – sendo alguns deles considerados de conservação prioritária como aqueles em que há presença de orquídeas selvagens e os que são abrigo de morcegos. Além disso, constata-se a presença de comunidades de fauna (peixes, répteis e anfíbios) de grande importância conservacionista (FINERGE, 2004).

Tendo começado a funcionar a 31 de dezembro de 2010, o parque eólico é constituído por nove aerogeradores de 2 MW de potência distribuídos por dois alinhamentos que distam entre si de 1,7 km, dois situados na Serra dos Ariques e sete na Serra de Alvaiázere (FINERGE, 2004; NUNES et al., 2013).

O parque eólico foi alvo de fortes críticas por parte de organizações de defesa do ambiente. Estas alertam para o fato dos terrenos escolhidos para a instalação do parque se encontrarem classificados como Espaços Agro-Florestais, como a Serra dos Ariques, e Espaços Naturais, como a Serra de Alvaiázere (QUERCUS, 2013).

Embora o potencial eólico da Serra de Alvaiázere tenha começado a ser avaliado a partir de 2000, o primeiro Estudo de Impacte Ambiental–EIA só foi elaborado em 2003 (NUNES et al., 2013).

As organizações locais, Associação de Defesa do Património-Al-Baiáz e o Grupo de Proteção Sicó posicionaram-se contra o parque eólico em Alvaiázere por considerarem que este viola o direito à paisagem, altera as características geológicas e geomorfológicas do maciço calcário e compromete o património arqueológico Carreira de Cavalos, extensa muralha pré-histórica de Alvaiázere. Contudo, durante o período de consulta pública, as referidas organizações não manifestaram publicamente a sua posição.

Comportamento semelhante foi observado nos meios de comunicação locais, que conferiram pouco destaque à instalação do parque. As principais notícias sobre a instalação do parque e as suas controvérsias surgiram apenas nos jornais regionais, como As Beiras, Jornal de Leiria, e Jornal Notícias ao Centro (NUNES et al., 2013).

No Relatório de Consulta Pública-RCP, as associações Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria-OIKOS e Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS manifestaram-se contra a instalação do parque (NUNES et al., 2013). Segundo a Quercus, o projeto de instalação do parque eólico não deveria ter sido aprovado pelo Ministério do Ambiente, Direção Geral de Energia e Geologia, nem pela Câmara Municipal de Alvaiázere, por colocar em risco uma zona de floresta mediterrânea com o abate de azinheiras arbustivas (*Quercus rotundifolia*) (QUERCUS, 2009). A principal polémica centra-se na descoberta por um grupo de espeleólogos da Universidade de Aveiro, de cavidades correspondentes às Grutas de Algar da Água e de Algar Pequeno. Estas grutas não foram incluídas na lista de abrigos a proteger no plano Nacional de Conservação de Morcegos Cavernícolas (GEOTA e OIKOS, 2014).

Para além disso, constatou-se a presença de vertebrados protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves na área afetada, em que se estabelece que, caso haja efeitos negativos sobre estas espécies e na ausência de uma solução melhor, a instalação dos parques eólicos só deverá prosseguir em caso de interesse público superior (GEOTA e OIKOS, 2014).

Em 2010, a Quercus recorre ao tribunal contestando a localização específica de 3 aerogeradores e solicitando a sua realocação. O argumento assenta no fato de dois destes aerogeradores ameaçarem diretamente o algar dos morcegos e um deles se encontrar instalado fora da área de estudo da Avaliação de Impacte Ambiental-AIA (NUNES et al., 2013). O pedido é recusado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, que decide em sentença emitida a 28 de julho 2010 que nos meses de março e abril, outubro, novembro e dezembro, os aerogeradores não poderiam funcionar uma hora antes e depois do pôr-do-sol (período em que se estima uma maior atividade dos morcegos), além de que estes poderiam funcionar sempre que a velocidade do vento seja igual ou superior a 5 m/s.

Durante um processo de monitorização, a Quercus verificou que a decisão judicial não estava a ser cumprida já que no dia 16 de dezembro de 2013 em que o pôr-do-sol foi registado às 17h10, o aerogerador número 4 encontrava-se em funcionamento no período entre as 16h10min e as 18h10min, sendo que a velocidade do vento observada foi de 0,3 a 2,4 m/s. Perante estas observações, a Quercus solicitou a ação urgente da Agência Portuguesa de Ambiente-APA e dos serviços da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território-IGAMAOT (QUERCUS, 2013).

No estudo sobre atitudes sociais face à macrogeração de energias renováveis (DELICADO et al. 2015), o caso da instalação do parque eólico na Serra de Alvaiázere é considerado como um exemplo de práticas incorretas em termos de aceitação e envolvimento da população no projeto. Das principais conclusões destaca-se: a não participação dos moradores no processo de consulta pública, por desconhecimento ou por não terem interesse em participar. A Câmara Municipal de Alvaiázere posicionou-se favoravelmente à atividade, tendo recebido rendas até 2013 no valor de 1 milhão de euros, com investimentos na recuperação de escolas primárias para fins turísticos (NUNES et al., 2013).

Referências bibliográficas

- DELICADO, Ana. Terras de sol e de vento: dinâmicas sociotécnicas e aceitação social das energias renováveis em Portugal, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.
- FINERGE. Parque eólico de Alvaiázere. Estudo de impacte ambiental. Resumo Não Técnico: Gestão de Projetos Energéticos S.A., jun. 2004.
- GEOTA; OIKOS. Parecer no âmbito da consulta pública do EIA. Parque Eólico do Alvaiázere, ago. 2014.
- NUNES, Maria João; DELICADO, Ana; FIGUEIREDO, Elisabete. Vê moinhos? São moinhos. Análise dos discursos sobre turbinas eólicas em Alvaiázere. ESADR: Turismo, Património e Desenvolvimento Rural, 2013.
- QUERCUS. Parque eólico de Alvaiázere viola sentença judicial, Site Quercus, 27 dez. 2013.
- QUERCUS. Destroem espécies protegidas no sítio de importância comunitária. Site Quercus, 15 dez. 2009.

2.4 “Não aos parques eólicos na Serra de Montejunto” mobilização contra o parque eólico Cercal–Cadaval

Resumo

Ameaças ao valor ecológico e paisagístico da Serra de Montejunto, leva à mobilização das associações ambientalistas e de defesa do património contra a instalação do parque eólico Cercal–Cadaval. O secretário de Estado do Ambiente dá parecer desfavorável à instalação do parque eólico, em causa estava a salvaguarda dos valores naturais e a conservação da paisagem e do património cultural.

O parque eólico do Cercal–Cadaval (distrito de Lisboa) previa a instalação de 17 aerogeradores e a construção de uma linha elétrica de alta tensão de 60 kV (ALAMBI, 2011). Com um investimento estimado de 45 milhões de euros (CORREIO DA MANHÃ, 2012b), o parque eólico abrangeria uma área correspondente a 636 hectares, com sete aerogeradores instalados em Cercal e dez na freguesia de Lamas–Cadaval (MATOS, FONSECA e ASSOCIADOS, 2011). Com 126 metros de altura e com potencial global de 34 megawatts, estimou-se que o parque produziria 106 gigawatts de eletricidade por ano. Pressupunha a construção adicional de uma linha elétrica desde a subestação do parque até ao posto da Energias de Portugal-EDP, localizado na freguesia de Merceana. Com uma extensão total de 16 km esta linha atravessaria as freguesias de Cercal; Lamas (Cadaval); Abrigada; Ventosa; Olhalvo; Aldeia Gavinha; Merceana; Cabanas de Torres e Vila Verde das Francas em Alenquer (CORREIO DA MANHÃ, 2012b).

A projeção do parque eólico Cercal-Cadaval teve como base o concurso público para a atribuição de direitos de ligação à rede promovido pelo governo em 2005. Este tinha por objetivo o aumento da capacidade de injeção de potência na rede do serviço público associadas à energia elétrica produzida a partir de parques eólicos. (MATOS, FONSECA e ASSOCIADOS, 2011). O projeto de parque eólico Cercal-Cadaval insere-se numa área sensível de acordo com o Decreto-Lei n.º 69/2000, considerado Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000, a Serra de Montejunto. A área demarcada para a instalação do parque sobrepõe-se à “Área Florestal e Natural” com 619 ha que corresponde a 94% da área de estudo. A Serra de Montejunto localiza-se no planalto do Espigão, numa paisagem marcada pela total ausência da presença

humana, sendo banhada a oeste pelo Vale do Tejo (MATOS, FONSECA e ASSOCIADOS, 2011). A serra estende-se por uma vasta área podendo esta ser avistada de diferentes lugares como de Nazaré, Sintra, Montemor-o-Novo ou Serra de Aire (ALAMBI, 2011).

De acordo com a Associação para o Estudo e Defesa do Ambiente do Concelho de Alenquer-ALAMBI, Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS e Espeleó Clube Torres Vedras-ECTV, o Estudo de Impacte Ambiental-EIA não foi conclusivo nem os impactes devidamente considerados.

Os impactes negativos apontados pelo estudo são classificados como moderados ou com pouca significância, considerando-os com uma abrangência apenas local e que por isso seriam facilmente reconvertidos no final de vida útil do parque. Salientaram igualmente a importância da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, onde a presença de habitats protegidos, como espécies florísticas endêmicas das serras calcárias ou espécies animais e vegetais de interesse comunitário estariam em situação de risco. Os habitats não foram corretamente cartografados no âmbito do EIA e tal situação exigiria a intervenção direta do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade-ICNB pela não coincidência dos resultados obtidos no estudo com os dados anteriormente existentes utilizados na elaboração do Plano de Ordenamento. Pela proximidade de dois aerogeradores a um abrigo de morcegos de importância nacional, haveria várias espécies de morcegos ameaçadas, entre elas três espécies com o estatuto de “em perigo de extinção”.

Também a sobrevivência do casal da águia de Bonelli, espécie “em vias de extinção”, estaria ameaçada. Finalmente, a instalação de um aerogerador numa área com presença de vários castros (Castro de Rocha Forte e o Castro de Pragança) poria em causa monumentos nacionais. Também as características geológicas, ecológicas e patrimoniais do território não estavam explicitadas de forma adequada. A falta de acuidade na avaliação dos impactes levou a associação a considerar o referido estudo mais centrado na monitorização do que na antecipação e na mitigação de impactos negativos (ALAMBI, 2011).

No âmbito da discussão pública da Avaliação de Impacte Ambiental-AIA, em dezembro de 2012, foram entregues nove exposições por parte de Juntas de Freguesias, Câmaras Municipais do Cadaval e de Alenquer e de organizações ambientalistas (CORREIO DA MANHÃ, 2012b). Em causa estava a salvaguarda dos valores naturais e a conservação da paisagem e do património cultural (ALAMBI, ECTV e QUERCUS, 2011).

As organizações, ALAMBI; Associação Leonel Trindade-ALT; Sociedade de História Natural-SHN; Associação de Defesa do Património de Torres Vedras-ADDPCTV; Associação de Escoteiros em Portugal-AEP, Núcleo de Torres Vedras; ECTV e Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, entregaram um parecer à Agência Portuguesa do Ambiente-APA alertando para a grave ameaça que a instalação do parque representa à conservação de valores naturais. No dia 15 de janeiro de 2012, cerca de 40 pessoas de diversas associações juntam-se no Centro Interpretativo da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto para alertarem a opinião pública dos perigos associados à instalação do parque eólico (JORNAL DAS CALDAS, 2012). Com camisolas com frases sugestivas, a oposição sobe no tom: “Quem quer tramar Montejunto?” e “Eólicas no Montejunto não!” (LUSA, 2012) e palavras de protesto: “Montejunto plantemos carvalhos em vez de eólicas”; “Montejunto é natural, não é industrial” e “Eólicas em Montejunto é um insulto” (CORREIO DA MANHÃ, 2012a).

Perante a pressão das associações signatárias de um parecer conjunto, a Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, constituída pela Câmara Municipal de Alenquer, a Câmara Municipal de Cadaval e o ICNB, emite por unanimidade um parecer desfavorável à instalação do parque eólico. A vitória é amplamente conquistada pelas associações que esperavam que os membros da comissão assumissem um parecer condizente com a posição que tomaram enquanto órgão executivo da Paisagem Protegida (JORNAL DAS CALDAS, 2012).

Além da ação direta das associações foi criada uma petição pública intitulada “Não aos parques eólicos na Serra de Montejunto” contra a instalação do parque eólico que contou com a participação de 783 pessoas (ALAMBI, 2014; LUSA, 2012).

Em concordância, o secretário de Estado do Ambiente dá parecer desfavorável à instalação do parque eólico (CORREIO DA MANHÃ, 2012b).

Referências bibliográficas

- ALAMBI. Petição contra instalação do parque eólico na paisagem protegida da Serra de Montejunto. Associação para Estudo e Defesa do Ambiente do Concelho de Alenquer-ALAMBI, 25 dez. 2011.
- ALAMBI. Protesto contra instalação de parque eólico no Cercal. Site da Associação para Estudo e Defesa do Ambiente do Concelho de Alenquer, 28 jan. 2014.

ALAMBI; ECTV; QUERCUS. Envio de posição conjunta no âmbito da consulta pública da avaliação de impacto ambiental do EIA do Parque eólico do Cercal. 27 dez. 2011.

CORREIO DA MANHÃ. Cadaval: ambientalistas contra parque eólico. Correio da Manhã 15 jan. 2012a.

CORREIO DA MANHÃ. Cadaval: governo chumba parque eólico na Serra de Montejunto. 28 jun. 2012b.

JORNAL DAS CALDAS. Associações realizam ação de protesto contra instalação de parque eólico no Cercal. Jornal das Caldas, 19 jan. 2012.

LUSA. Ambientalistas manifestam-se contra parque eólico. Diário de Notícias, 14 jan. 2012.

MATOS, FONSECA e ASSOCIADOS. Estudo de impacto ambiental do parque eólico do Cercal. Resumo Não-Técnico, Site da Agência Portuguesa do Ambiente-APA, out. 2011.

2.5 O desafio da conservação da natureza no Parque de Serra de Aire e Candeeiros

Resumo

Classificada como área protegida Rede Natura 2000, o Parque Natural Serra de Aire e Candeeiros encontra dificuldades em proteger os valores naturais que estiveram na base da sua classificação. A pressão humana, os incêndios, as pedreiras e os parques eólicos são potenciais ameaças ao estatuto de conservação desta localização.

De acordo com o Decreto-Lei n. 118/79 de 4 de maio de 1979, o Parque Natural Serra de Aire e Candeeiros-PNSAC é classificado como uma área protegida com 38.900 hectares. Localizada em pleno Maciço Calcário Estremenho, a Serra destaca-se pelas suas características naturais e o património existente. Com efeito, decorrente de um clima de transição entre o clima mediterrâneo e o clima atlântico, a Serra é essencialmente húmida, com temperaturas médias e com ausência de água no verão, dando origem a uma das paisagens mais particulares da região. Na paisagem, destaca-se a vegetação de carvalho cerquinho (bastante característica da Península Ibérica e Norte de África), o carvalho negral e as pequenas zonas de azinheiras, os sobreiros, os ulmeiros e os castanheiras.

Apesar de a água ser escassa na superfície, encontra-se, no subsolo, o maior reservatório de água doce que se estende entre o Rio Maior e Leiria. A Serra de Aire e Candeeiros é conhecida pelo seu potencial em recursos naturais, principalmente pela extensão do aquífero localizado no maciço calcário.

De acordo com especialistas a água existente no subsolo chega à superfície em 3 grandes nascentes, duas das quais na Serra d'Aire; Alviela e Almonda. No total a quantidade de água debitada é de 350 milhões de metros cúbicos por ano. No entanto, o problema da escassez de água é uma realidade sobretudo para as aldeias no sopé da serra. Há 20 anos que se estuda a possibilidade de reaproveitamento da água sem se encontrar uma solução viável. Em 2003, Embora o parque natural tivesse assinado protocolos com 18 entidades nacionais para que os estudos sobre o reaproveitamento da água no subsolo se iniciassem, estes protocolos não saíram do papel. A bióloga e técnica do parque, Maria Jesus Fernandes, reconhece que é difícil explorar a água subterrânea, devido

à pouca capacidade de regulação do caudal, contudo aponta como principal problema o pouco financiamento para que estudos possam ser realizados e técnicas melhoradas (PNSAC, 2011).

Para além da questão do reaproveitamento da água, o Parque Natural Serra de Aire e Candeeiros é palco de um intenso conflito de carácter conservacionista onde se observa uma oposição entre a necessidade de preservar a natureza e a pressão humana. Só em 2010 o parque recebeu a visita de 55 mil pessoas. Nos últimos anos tem sido recorrente a ocorrência de incêndios, provocando o desmatamento de árvores e plantas equivalente a uma área de 1800 ha. A controvérsia tem se intensificado com a questão do potencial eólico da região e dos projetos de instalação de parques. Há 5 anos foi assinado um contrato de exploração de energia eólica entre a empresa promotora a Enersis e a Freguesia de Pedrogão e a Câmara de Torres Novas. Até hoje, muito pouco se sabe sobre o acordo. Segundo o presidente da junta de Pedrogão, a Enersis teria negociado o contrato com outra empresa, o grupo Meneses de Leiria, tendo como 18 de maio de 2006 a data-limite para apresentar ao governo os contratos para o recebimento de financiamento (PNSAC, 2011). Mas nada mais se divulgou quase dez anos depois.

Recentemente, o Parque Natural Serra de Aire e Candeeiros manifestou-se desfavorável à instalação de um projeto eólico no cume da serra, mas outros dois projetos foram aprovados, não sendo conhecidos os critérios que determinaram estas decisões tão distintas.

Para além de o projeto colocar em causa a conservação desta área protegida, os técnicos do parque veem com preocupação a abertura de mais caminhos na serra, o que representaria maior presença humana e risco da ocorrência de incêndios (PNSAC, 2011).

O parque eólico de São Bento que previa a instalação de quarenta e dois aerogeradores nos concelhos de Alcobaça, Porto de Mós e Santarém, foi reprovado pelo Ministério do Ambiente. O Ministério do Ambiente justifica a sua decisão por considerar que o parque eólico não é compatível com os objetivos de conservação e proteção, uma vez que a localização prevista do parque seria em pleno coração do PNSAC. Esta decisão inviabiliza o investimento estimado em 100 milhões de euros que iria ser realizado pelo consórcio Ventinvest.

De acordo com a Declaração de Impacte Ambiental-DIA, entre os principais impactos negativos associados à instalação do parque eólico, destaca-se: a destruição e a perturbação de habitats prioritários, como três algares ocupados

por gralhas de bico vermelho, consideradas espécies em perigo; a área estimada para a instalação do parque é uma área de nidificação de aves de rapina e de intensa presença de morcegos; destruição de estruturas cársicas; impactos indiretos e diretos na paisagem patrimonial, principalmente no designado Arco da Memória ainda em classificação; destruição de plantas raras e árvores protegidas características da região; impacto visual em desconformidade com a restante paisagem e o impacto sonoro associado às baixas frequências. A posição da Ministra do Ambiente é condizente com a posição defendida pelas associações ambientalistas Cooperação e Desenvolvimento-OIKOS, Liga para a Proteção da Natureza-LPN e o Grupos de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, que no período de consulta pública já tinham enviado um parecer conjunto alertando para os riscos da instalação do parque eólico em pleno PNSAC em termos de valores naturais e patrimoniais (JORNAL DE LEIRIA, 2009).

Ainda no comunicado conjunto, as associações ambientalistas chamam atenção para algumas irregularidades presentes no relatório do Estudo de Impacte Ambiental-EIA. Segundo elas, o relatório para além de não ter em conta a classificação do PNSAC como uma zona classificada como Rede Natura 2000, ignora o Plano de Ordenamento do PNSAC e o Plano Diretor Municipal-PDM, desrespeitando as restrições efetivas presentes nestes. Enfatizaram o fato de existirem mais de cinquenta aerogeradores na área protegida sendo a área estimada para a instalação de $\frac{3}{4}$ dos aerogeradores também ela classificada como mata de proteção por abrigar espécies de flora características da região abrangidas por Diretrizes Comunitárias que proíbem qualquer tipo de construção (LUSA, 2009).

Contudo, aprovada pelas associações ambientalistas, a decisão do Ministério do Ambiente não agradou a empresa promotora da instalação do parque eólico e o presidente da Câmara de Porto-de-Mós, conselho que iria receber maior número de aerogeradores. Segundo este último, a decisão seria incongruente, devido à área prevista para a instalação do parque eólico ser já danificada pela presença de pedreiras em atividade (JORNAL DE LEIRIA, 2009).

Em pleno parque natural existem 436 pedreiras em funcionamento, cujo calcário é usado principalmente para a fabricação de calçada portuguesa e construções. O crescimento de pedreiras na região é observado com preocupação, havendo seu aumento ocorrido nos períodos de crise, decorrente da necessidade crescente de matéria-prima nos mercados emergentes como o Brasil e a China (SIMÕES, 2012).

Com o intuito de facilitar a instalação dos parques eólicos e obter os subsídios atribuídos aos concelhos pela autorização da sua instalação, a Autarquia de Porto de Mós já aprovou a suspensão do Plano Diretor Municipal-PDM (PENSAR PORTO DE MÓS, 2009).

Referências bibliográficas

- JORNAL DE LEIRIA. Gralhas e morcegos chumbaram novo parque eólico na região. O Seminário da Região e do Distrito, edição 1328, 24 dez. 2009.
- LUSA. Ambientalistas pedem reprovação de parque eólico. Diário de Notícias, Ciência, 21 ago. 2009.
- PENSAR PORTO DE MÓS. Ambientalistas contra parque eólico. Notícias, 27 ago. 2009.
- PNSAC. Serra d'Aire é abundante em água e poderia ser uma fonte de energia eólica. Vive a tua Natureza, 27 mar. 2011.
- SIMÕES, Sónia. Exploração de pedra arrasa coração de parque natural. Diário de Notícias, 19 fev. 2012.

3. HIDROELÉTRICAS E MINIHÍDRICAS

3.1 Afinal quem pediu um plano nacional de barragens?

Resumo

Desde a inauguração do primeiro aproveitamento hidroelétrico em Portugal, nos anos 50, até aos dias de hoje, a história da hidroeletricidade é marcada tanto por mudanças tecnológicas, como pela evolução económica e social do país. O crescimento do consumo e a electrificação originaram preocupações ambientais que passam nos anos 80 a integrar a legislação. A década de 90 é marcada pela criação do sistema elétrico nacional, e da separação da Rede Elétrica Nacional-REN da Energias de Portugal-EDP. No século XXI, o modelo de produção passa a conjugar energias renováveis como a eólica e a fotovoltaica, a fim de contribuir para a diminuição dos gases de efeito de estufa.

A matriz energética portuguesa tem vindo a sofrer transformações decorrentes das alterações políticas ocorridas desde a primeira década de 2000, em grande parte marcadas por investimentos em fontes de energia renovável. Estas modificações traduziram-se na adoção de medidas de eficiência energética e utilização de fontes endógenas renováveis. Assim, cerca de 30% da energia total produzida em Portugal é de origem hídrica, encontrando-se o maior potencial hidroelétrico na região Norte do país.

Numa tentativa de reduzir a dependência energética, que corresponde atualmente a 80% de energia primária (importada), Portugal adotou a Estratégia Nacional para Energia-ENE2020. A ENE2020 assenta em cinco eixos principais: 1) agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira. 2) aposta nas energias renováveis. 3) promoção da eficiência energética. 4) garantia da segurança de abastecimento. 5) sustentabilidade económica e ambiental (APREN, 2015). Em paralelo, a atual gestão dos recursos existentes aponta para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa até 2020 (LEITÃO, 2011).

Desde a inauguração do primeiro aproveitamento hidroelétrico em Portugal, na última década do séc. XIX, até aos dias de hoje, a história da hidroeletricidade está sujeita não só à evolução tecnológica como a decisões políticas de desenvolvimento económico e industrial.

Os primeiros grandes aproveitamentos hidroelétricos de albufeira, principalmente nas bacias do Cávado e do Tejo, e o início da exploração do Douro Internacional datam da década de 1950, e nas décadas subsequentes entram em funcionamento várias centrais térmicas que provocam uma mudança no sistema electroprodutor, motivado pelo crescimento dos consumos e pela eletrificação do país. Só no final dos anos 1980 as preocupações ambientais são integradas na legislação, com estudos de impacto ambiental, com resultados imediatos no ritmo de aprovação destes empreendimentos.

A década de 1990 é marcada pela criação do sistema elétrico nacional, e da separação da Rede Elétrica Nacional-REN da Energias de Portugal-EDP, ficando assim a função de gestão da rede de transporte de energia separada da atividade de produção. Responsabilidade esta, partilhada atualmente entre várias empresas em Portugal (entre elas a EDP, a Iberdrola e a Endesa) (VASCONCELOS, 2012).

O Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico-PNBEPH, lançado pelo governo, em 2007, surge numa altura em que a entrada da energia eólica na rede elétrica portuguesa é cada vez mais substancial. De fato, estes projetos surgem com a proposta de instalar centrais hidroelétricas com equipamento reversível, através do qual a bombagem hidroelétrica é possível. Desta forma, combinam-se dois tipos de energia, durante os períodos de menor consumo (geralmente à noite e de madrugada) a central bombeia água de jusante para montante recorrendo a energia eólica, cujo pico de produção coincide com este período.

Em seguida, durante o dia e no período de maior consumo, a água é lançada novamente para jusante, recorrendo a turbinas, produzindo energia “mais barata”. Esta combinação foi justificada como resposta à falta de capacidade de armazenamento de energia eólica excedentária, alegadamente viabilizando o investimento em paralelo nestes dois tipos de projeto.

No PNBEPH encontravam-se previstos 10 aproveitamentos deste tipo até 2020: 6 na bacia hidrográfica do Douro (Foz Tua; Padroselos; Alto Tâmega; Daivões; Fridão e Gouvães), 2 na do Tejo (Almourol e Alvito), 1 na do Vouga (Pinhosão) e 1 na bacia do Mondego (Girabolhos-Bogueira) (GEOTA, 2015).

A Quercus apela para os efeitos cumulativos que o conjunto de barragens do PNBEPH, com as centenas de barragens edificadas provoca no litoral arenoso. A interferência destas construções no transporte de sedimentos para o mar tem sido, nos últimos anos, cada vez mais notório a diminuição drástica dos areais e

a erosão da costa portuguesa. Entre 2011 e 2017, o Estado tem suportado o custo de minimização da erosão do litoral repondo artificialmente areias na costa. Estima-se que em apenas uma década o valor gasto na minimização da erosão costeira ultrapassará em grande escala os valores das indemnizações a pagar pela construção das mesmas barragens (QUERCUS, 2014).

Já a posição do GEOTA realça que a meta estabelecida pelo programa, ainda que nunca justificada, consistia num aumento de 1.100 MW em potência hidroelétrica instalada, sobre os já existentes 5900 MW. Nenhuma meta foi estabelecida para a produção de energia, nem foi estudada alternativa às grandes barragens (GEOTA, 2015).

Das localizações definidas pelo PNBEPH, sete acabaram por ser aprovadas pelo Governo (não houve candidaturas para Almourol e Pinhosão; Padroselos foi reprovada, mas a potência aí prevista poderá ser redistribuída entre as outras barragens) e atualmente apenas seis encontram-se programadas (Alvito foi suspensa pela EDP) (GEOTA, 2015).

O PNBEPH está bastante atrasado. A crise económica e financeira fechou a torneira do crédito, o consumo de eletricidade caiu e diminuiu o valor das rendas garantidas às empresas produtoras de energia, o que tornou alguns destes projetos muito menos apetecíveis e rentáveis comparativamente a 2007. Ainda assim, tendo em conta as distorções que continuam a existir no mercado energético e a subsídio pública que estes empreendimentos têm, direta ou indiretamente, as obras seguem avançando.

Apenas a barragem de Foz-Tua (rio Tua), concessionada à EDP, encontra-se em avançado estado de construção. Iniciada em 2011, a barragem tem previsão de conclusão em agosto de 2017 (LUSA, 2017).

Foi anunciado que em 2015 teriam início as obras das três barragens previstas para a bacia do rio Tâmega: Gouvães, Alto Tâmega/Vidago e Daivões (conjunto apelidado de Sistema Eletroprodutor do Tâmega - SET), concessionadas à Iberdrola.

O contrato de concessão da barragem do Fridão, a quarta nova barragem no rio Tâmega, a jusante do SET, concessionada à EDP, devia ter sido assinado em setembro de 2014, mas tal não aconteceu. Não há, ainda, uma data prevista oficial para a obra começar. As barragens de Girabolhos-Bogueira (rio Mondego), cuja concessão foi ganha pela Endesa, avançam mais depressa: estão em curso expropriações, abertura de caminhos e instalação de estaleiros (GEOTA, 2015).

As 12 novas grandes barragens (as 10 do PNBEPH mais Baixo Sabor e Ribeiradio-Ermida) representam uma capacidade de potência de 1.343 MW e uma produção média de energia elétrica de 2,1 TWh/ano. Isto corresponde, respetivamente, a 4,3% da produção total de energia elétrica, a 0,8 % da procura total de energia em Portugal em 2012, e a 3,2% do potencial de poupança energética economicamente interessante (GEOTA, 2015).

Para este plano, a avaliação ambiental estratégica realizada foi criticada por ter falhado em vários pontos, entre eles os impactos cumulativos que não foram estudados, a saber: 1) aumento dos riscos para populações ribeirinhas. 2) a degradação acumulada de habitats fluviais resultante de várias barragens na mesma bacia, especialmente nas bacias do Tejo e Douro e sub-bacia do Tâmega. 3) riscos acrescentados de erosão costeira (30% do litoral português está ameaçado pela erosão, sendo uma das causas a retenção de sedimentos pelas novas barragens (MELO, 2009).

O debate em torno dos planos do governo em construir novas barragens traz dois cenários possíveis: o “barragista” e o “verde”. O cenário “barragista”, ligado ao argumento da construção das barragens, na procura crescente de água e produção energética que satisfaça as necessidades do crescimento do consumo face ao desenvolvimento económico, social e ao aumento demográfico. O cenário “verde” conotado com a oposição daquele processo de construção que peca por não respeitar os diferentes pilares da sustentabilidade: social, económico, ambiental e, no caso das barragens, também paisagístico (DUARTE, 2013).

Pela existência de argumentos divergentes, toda a implementação deste plano, tem sido acompanhado por fortes contestações vindas das organizações ambientalistas, académicos, de movimentos cívicos, entre outros. Os principais motivos que têm gerado esta oposição são: a desconsideração pela participação pública no processo decisório, a negligência dos valores culturais e ambientais das localizações selecionadas para as barragens, como também a irrelevância destes empreendimentos para a independência energética do país.

Os casos mais emblemáticos que precederam o PNBEPH são a barragem do Baixo Sabor (2004) e a barragem de Foz Côa (1991).

No caso da barragem do Baixo Sabor a mobilização das organizações não-governamentais, dos ambientalistas, e de outras instituições e pessoas, numa plataforma (Plataforma Sabor Livre-PSL), constituiu uma nova forma de organização do protesto em torno de manifestações, mas também de outros

procedimentos como o envio de queixas à Comissão Europeia, ou o boicote ao Fundo Biodiversidade da EDP. No entanto, apesar das irregularidades demonstradas, estas ações não foram suficientes para conseguir travar a construção da barragem.

O que torna este caso importante é que a motivação, alegada pelos movimentos contra a construção não era apenas ao nível ambiental: “o que distingue o Baixo Sabor é a desproporção entre os enormes impactes negativos para o país, quando comparados com os escassos benefícios, havendo alternativas melhores” (MELO et al., 2010). Entretanto, a barragem do Baixo Sabor foi concluída em Agosto de 2014.

Já o caso da barragem de Foz Côa representa uma vitória para as preocupações não só ambientalistas, mas como de carácter patrimonial e cultural. Depois da organização da população local, apoiada por partidos políticos e organizações de conservação nacional e internacional, a construção da barragem foi interrompida preservando o património mundial em causa.

Os media contribuíram decisivamente para que o caso de Foz Côa ganhasse projeção junto da comunidade nacional e internacional, o que gerou o alastramento social da “gravuromania”, fenómeno conhecido pela panóplia de efeitos secundários: slogans, música e vestes, abaixo-assinados, acampamentos e movimentações estudantis, comercialização de produtos vinícolas, visitas de estudo e exposições de arte, cartazes, postais e autocolantes, venda de obras de arte e concertos musicais, etc. (ALMEIDA, 1996).

Quanto à barragem de Foz Tua, também situada no Alto Douro Vinhateiro, considerado em 2001 património mundial classificado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, o processo de construção encontra-se em situação de avanço. A Plataforma Salvar o Tua-PST, fundada em 2013, tem tido um reconhecimento internacional ao desenvolver as várias ações judiciais, inúmeras campanhas de informação à população e diferentes projetos na área artístico-cultural. Em 2015 esta plataforma viu discutida na Assembleia da República, sob a forma de petição, o “Manifesto pelo Vale do Tua”, a terceira petição a chegar ao Parlamento sobre o assunto. O manifesto, que continua online e conta com mais de 7.300 peticionários, foi debatido no dia 8 de janeiro. Neste dia, alguns dos signatários deslocaram-se à Assembleia para interromper em protesto silencioso a plenária onde a suspensão das obras na Barragem de Foz Tua foi chumbada pelos partidos PSD, CDS e PS (PST, 2015).

No início de 2016, o governo anunciou uma revisão do PNBEPH para cumprir o acordo celebrado em novembro de 2016, entre os partidos PS, BE, PCP e PEV - para a constituição da maioria de esquerda na AR. Além disso, o estudo do governo, a ser divulgado numa segunda etapa, inclui também o levantamento pelo Conselho Nacional da Água-CNA das minihídricas licenciadas ou em processo de licenciamento e a identificação de barragens e açudes obsoletos que poderão ser demolidos, para além das dez já definidas para serem suprimidas.

O PNBEPH previa ao início a construção de sete barragens: Foz-Tua (rio Tua), Fridão, Alto Tâmega/Vidago, Daivões (rio Tâmega), Gouvães (rio Louredo), Girabolhos (rio Mondego) e Alvito (rio Ocreza). Em 18 de abril de 2016, o governo anunciou que, após a sua revisão, apenas quatro barragens serão continuadas: Foz-Tua (rio Tua), Alto Tâmega/Vidago, Daivões (rio Tâmega) e Gouvães (rio Louredo), tendo suprimido as barragens de Girabolhos (rio Tâmega) e Alvito (rio Ocreza) e adiado por três anos a decisão da construção de Fridão (rio Tâmega). (CABRITA-MENDES, 2016; GEOTA-RIOS LIVRES, 2016).

As ONG, Zero e Quercus, embora saúdem a decisão como positiva, defendem a não construção de nenhuma das quatro barragens mantidas, inclusive a suspensão da barragem de Foz-Tua, em fase avançada de conclusão, sugerindo pagar-se as multas das rescisões contratuais, além da eliminação de qualquer subsídio ao sector (DN, 2016).

Já o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA e a Liga Para a Proteção da Natureza-LPN divulgaram um extenso comunicado onde criticam frontalmente a decisão tomada pelo governo argumentando que:

- os autarcas e as associações de defesa do ambiente ou desenvolvimento local não tiveram oportunidade para discutir o relatório e o governo apenas negociou com as elétricas;
- é inverídica a afirmação do governo que as obras já começaram na barragens do Sistema do Electroprodutor do Tâmega (Daivões, Gouvães e Alto Tâmega) conforme prova o estudo divulgado pelos Rios Livres/Geota sobre a situação das obras;
- com o adiamento da decisão sobre Fridão obriga-se as populações de Amarante e das Terras de Basto a mais três anos de indefinição e impossibilidade de utilizarem os terrenos abrangidos pela área de uma eventual albufeira;

- não foram levados em conta os impactes cumulativos à fauna, flora e vegetação do Vale do Tâmega de todas estas barragens: na degradação da qualidade da água, nos obstáculos à conectividade dos ecossistemas, na erosão costeira, no microclima que afetará a produção de vinho;

- autoriza a EDP e a Iberdrola a tirar às famílias portuguesas 10.400 M€, ou seja, triplica a dívida tarifária e impõe um encargo de 2.600€ a cada família, equivalente a um acréscimo médio na fatura elétrica de 5% (GEOTA; LPN, 2016).

Finalmente o governo determinou que o faça um levantamento de todos os açudes e as barragens que existem em Portugal e, para além das dez já previstas, outras venham a ser demolidas (LUSA, 2016a; LUSA, 2016b).

Além destes conflitos com maior visibilidade, também a barragem Ribeiradio-Ermida no rio Vouga, e os quatro aproveitamentos Gouvães, Padroselos, Alto Tâmega e Daivões são conflitos que contaram com o envolvimento das organizações não-governamentais, participação e organização da população em protestos, abaixo-assinados e petições, bem como a posição de apoios de alguns partidos políticos.

No que diz respeito às centrais minihídricas, assim designadas por possuírem potência inferior a 10 MW, também surgiram nos últimos anos conflitos de grande intensidade. São eles o Aproveitamento Hidroelétrico de Penacova e Poiares-AHPP, no rio Mondego e as duas minihídricas do rio Paiva e no seu afluente, rio Paivô. Estes são considerados casos de protesto ambiental com sucesso, pois a sua construção foi suspensa, ficando provado, através da mobilização institucional e da população, que eram projetos injustificáveis do ponto de vista económico e com impactes ambientais irreversíveis.

Em outubro de 2016, o governo anunciou a criação de um grupo de trabalho para reavaliar e identificar as barragens obsoletas em Portugal, no âmbito da Estratégia Global de Reposição do Continuum Fluvial, de forma a proceder à sua demolição, e permitir o escoamento natural da rede hidrográfica (LUSA, 2016).

Em janeiro de 2017, o governo propôs-se rever um subsídio que cada consumidor paga diretamente de sua conta de luz para as grandes empresas. Chamado de subsídio de interruptibilidade, todos os anos são remuneradas cerca de 50 grandes empresas, totalizando 112 milhões de euros. Foi criado com a justificativa que estas empresas se comprometem, em caso de risco de

sobrecarga do sistema elétrico, a reduzir os seus consumos e, assim sendo, garantiriam a segurança do abastecimento domiciliário e evitariam um apagão.

Desde que a interruptibilidade foi regulamentada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos-ERSE, há sete anos atrás, através da Portaria n. 192 de 29 de julho de 2010, nunca foi dada qualquer ordem de redução dos consumos dessas indústrias, mas bizarramente estas empresas recebiam regularmente este benefício. Foi criado um grupo de trabalho do BE com o PS para reduzir o número de empresas com contratos de interruptibilidade e poupar cerca de 60 milhões de euros aos consumidores (BRITO, 2017). De acordo com um estudo divulgado recentemente pelo Jornal de Negócios, a EDP é a marca portuguesa mais valiosa, tendo se valorizado 16% em relação ao ano passado.

Entretanto, a EDP anunciou que está a produzir desde novembro energia elétrica solar em Trás-os-Montes, na barragem do Alto Rabagão. Trata-se do primeiro projeto-piloto europeu que quer combinar produção hidroelétrica e produção fotovoltaica, e consiste numa estrutura de 840 painéis fotovoltaicos, assentes numa plataforma flutuante de 2500 metros quadrados. Idealizado desde 2015, o projeto está agora sujeito a uma análise de viabilidade técnica e económica, antes de poder ser testado em outras barragens e/ou exportado para outros países. O diretor da EDP explicou que os parques solares flutuantes ganharam fôlego no rescaldo do desastre de Fukushima, no Japão, e que são mais compactos do que os terrestres, ocupando menos espaço, com os mesmos níveis de produção (BRITO, 2017).

No dia 16 de fevereiro de 2017 o Geota apresentou uma queixa na Procuradoria-Geral da República por suspeitas de corrupção e tráfico de influências na construção das barragens do Tâmega, do Tua e do Sabor. (SIC, 2017).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Henrique. Arqueologia vs desenvolvimento? Sobre as margens de um rio que ecoa. *Máthesis*, v. 5, p. 213-235, 1996.

APREN. Estratégia nacional para a energia 2020, Associação de Energias Renováveis-APREN, 2015.

BRITO, Ana. Consumidores pagam 112 milhões na conta da luz para subsidiar indústria. *Público*. 16 jan. 2017.

BRITO, Ana. A EDP quer casar a energia hídrica com a solar em Trás-os-Montes. *Público*. 21 jan. 2017.

CABRITA-MENDES, André. Cancelamento das barragens da EDP e da Endesa tem “custos zero para os cidadãos”. *Negócios*. 19 abr. 2016.

DN. Grandes barragens: decisão do Governo não chega, dizem as ONG. *Diário de Notícias-DN*. 18 abr. 2016.

DUARTE, A. F. N. S. Barragens e albufeiras em Portugal. Usos da água, preocupações ambientais e ordenamento do território. Caso de estudo: Albufeira de Foz Tua., Dissertação de mestrado em gestão do território na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, set. 2013.

GEOTA. O Programa Nacional de Barragens: desastre económico, social e ambiental – Memorando. Site do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, versão de jul. 2015.

GEOTA. Luz verde para as barragens no Tâmega resulta em 10.000M€ tirados às famílias portuguesas. *Comunicado conjunto GEOTA-LPN*, 21 abr. 2016.

GEOTA. O último ano do Tua. Rios livres-GEOTA. *Acedido em*: 18 jun. 2016.

LEITÃO, António E. As energias renováveis. Estratégia nacional para o desenvolvimento das mini-hídricas intenções e realidade. *Encontro Nacional de Engenharia Civil*, 21 mai. 2011.

LUSA. Associação Zero aplaude intenção de demolição de barragens obsoletas. *Público*. 16 mar. 2016a.

LUSA. Quercus defende eliminação de barragens e reabilitação da vegetação junto aos rios. *Sapo24*. 2 jun. 2016b.

LUSA. Governo identifica barragens obsoletas para serem demolidas. *Correio da Manhã-CM*. 7 out. 2016.

LUSA. Barragem do Tua já encheu para testes e começa a produção em agosto. *O Observador*. 17 fev 2017.

MELO, João Joanaz de. Public works policy in Portugal: a case study in unsustainability. *Lusíada International Journal of Engineering and Industrial Management*, n. 1, p. 195-208. 2009.

MELO, João Joanaz de; CHAINHO, P.; FRÁGUAS, B.; SANTOS, P.T.; PATACHO, D. A barragem do Baixo Sabor: um caso de má aplicação da avaliação de impactes ambientais. *Resumo das comunicações em CD da 4ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes*, Vila Real, 20-22 out. 2010.

PST. Petição – “Manifesto pelo Vale do Tua”: resumo dos acontecimentos, PST-Plataforma Salvar o Tua, 2015.

SIC. GEOTA apresenta queixa-crime por suspeitas de corrupção na construção de barragens. *SIC notícias*. 16 fev. 2017.

VASCONCELOS, Tiago. Análise técnico-económica de um aproveitamento hidroelétrico: aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor. *Dissertação de mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Instituto Superior Técnico*, 2012.

3.2 Foz Côa: “as gravuras não sabem nadar”

Resumo

A barragem de Foz Côa pode ser considerada como um marco na historiografia das barragens em Portugal. É associada a intensos protestos contra a sua construção e debates com posições antagónicas. Em 1991, o plano de aproveitamento hidroelétrico da EDP foi aprovado. Porém, em 1994, com a descoberta e a divulgação da existência nessa região de um sítio de arte rupestre com relevância na arqueologia da Europa, irrompe um escândalo internacional que paralisa definitivamente a construção da barragem.

Os 17 km que compõem o Parque Arqueológico do Vale do Côa estiveram sujeitos à extinção devido ao projeto de um aproveitamento hidroelétrico pela Energias de Portugal-EDP, concessionária da barragem cuja construção já tinha sido iniciada no rio Côa no início da década de 1990.

O início da negociação desta concessão data de 1949 quando a Hidroelétrica do Côa apresenta um resumo do plano inicial do projeto previsto para o aproveitamento hidroelétrico da bacia do Rio Côa.

Em 1959, esta empresa transfere para a Hidroelétrica do Douro os direitos e obrigações relativos à concessão que possuía em relação ao aproveitamento da energia das águas do Rio Côa. No mesmo ano, apresenta o Plano Geral do Rio Côa. Esse plano foi pontualmente alterado em 1977, 1986 e 1988. Todavia, o projeto base de aproveitamento hidroelétrico de Foz Côa, realizado pela EDP-Porto em 1991, não diferia muito do plano de 1959 (SANTOS, 2001).

Em 1992, quando é assinado o contrato de adjudicação da primeira fase de obras, tinham sido gastos ou adjudicados com encomendas de material e tecnologia, cerca de 30 milhões de escudos (270.000€) e o investimento orçava os 50 milhões de escudos (450.000€) (ALMEIDA, 1996).

O Estudo de Impacto Ambiental-EIA foi executado pela Empresa Geral de Fomento (SILVA, 1996). A audiência pública sobre o EIA decorre em Vila Nova de Foz Côa, no dia 11 de novembro de 1991. O relatório apresentava uma lista exaustiva do que iria ser afetado, atribuindo valor excepcional a 11 locais (incluindo abrigos de arte pré-histórica com pinturas rupestres e outros valores).

Nesse documento, a EDP informou ter sido estabelecido um contrato com a Direção Regional do Instituto Português do Património Cultural-IPPC Norte, para a realização de trabalhos no domínio da Arqueologia. A Comissão de Avaliação do EIA propôs a aprovação condicionada do projeto, sujeita à apresentação do estudo complementar sobre o património arqueológico, a ser realizado pelo IPPC (SILVA, 1996).

O Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico-IPPAR realizou o estudo complementar que identificou inicialmente figuras zoomórficas de tipologia epipaleolítica (9000 a.C.) em Vale de Moinhos e gravuras paleolíticas (10000 a.C.) no sítio de Canada do Inferno (INFOPÉDIA, 2014). Durante o estudo, foi pedido para baixar o nível das águas da barragem do Pocinho para verificar a existência de mais gravuras submersas, tendo este pedido sido recusado várias vezes pela empresa responsável. Em outubro de 1994 reiniciam-se as obras da barragem de Foz Côa, com o estudo do IPPAR ainda em curso. Em novembro, descobrem-se novas gravuras paleolíticas em Vale de Videiro, Vale de Figueiro e Ribeiro dos Piscos (SILVA, 1996). Um membro do Comité Internacional da Arte Rupestre e representante da Federação Internacional das Organizações de Arte Rupestre visitou o local e em seguida iniciou-se um amplo processo de denúncia, informando do achado à comunidade científica nacional e internacional, levando o caso às instâncias internacionais de arte rupestre e aos órgãos de comunicação social, que alertaram a opinião pública do que se estava a passar no vale do Côa (SILVA, 1996). Foz Côa começava a ser catapultada para o espaço mediático, onde progressivamente se enfatiza o reconhecimento da importância de vestígios de arte paleolítica, surgidos precisamente a escassas centenas de metros do paredão da barragem (ALMEIDA, 1996).

Em 1993, as obras da barragem de Foz Côa prosseguiram, e o estudo do até então IPPAR (posteriormente Instituto Português de Arqueologia-IPA) ainda em curso, veio a ser reforçado com um protocolo assinado entre a EDP e o IPPAR “com vista ao aprofundamento do estudo da área da albufeira prevista da barragem de Vila Nova de Foz Côa até a conclusão da obra, apontada para 1998, assim como uma eventual transladação de valores culturais que se justificassem”, ou seja a EDP propôs-se a renovar e financiar o protocolo que já tinha celebrado em 1991 com o antigo IPPC (SILVA, 1996).

A ação dos arqueólogos é acompanhada por ações cívicas das associações para a defesa das gravuras: Côa Vivo, Associação Juvenil Olho Vivo, Movimento de salvaguarda da Arte do Côa, Associação para a Defesa das Gravuras Rupestres do

Foz Côa, constituídas essencialmente por estudantes da Escola Secundária de Vila Nova de Foz Côa, a quem é atribuída a autoria do famoso slogan: “As Gravuras Não Sabem Nadar”, conforme está explicitado em vídeo (ARAÚJO, 1995).

O Presidente da República, Mário Soares, visita as gravuras em fevereiro de 1995, pronunciando-se a favor da sua preservação. A organização de um grande acampamento de jovens de todo o país em Vila Nova Foz Côa, em abril de 1995, representou o auge desse movimento a favor da arte do Côa. Organizaram-se também debates públicos sobre o tema em Lisboa e em Braga, onde a audiência de arqueólogos, historiadores e estudantes é aumentada pela presença de cidadãos comuns.

O Partido Ecologista Os Verdes-PEV promoveu várias iniciativas e ações, dentre elas as “Noites Verdes por Foz Côa” que ajudaram a consolidar o movimento que veio a constituir-se em defesa das gravuras e contra a barragem. Traduziram-se em noites de atividade cultural (concertos, teatro, música), debates e intervenções em várias localidades, contra a construção da barragem de Foz Côa e pela preservação do património (PEV, 2012).

Perante tanta resistência por parte da opinião pública, o governo de Aníbal Cavaco Silva acaba por não tomar nenhuma decisão antes das eleições de outubro de 1995. A tomada de decisão passava por duas posições divergentes, a primeira dominada pela EDP, empresa promotora da obra, que sustentava a conclusão dos trabalhos ao mesmo tempo que propunha soluções de compatibilidade entre a barragem e as gravuras (como a remoção dos conjuntos de arte mais importantes para nova localização); outra posição, assumida em primeira instância pelos arqueólogos e gradualmente generalizada, que defendia a preservação dos achados in situ, associando à defesa integral das gravuras a sua relação com a paisagem enquanto elementos fundamentais da valorização patrimonial, do que resultava por fim a reivindicação de abandono da construção da barragem (GOMES, 2013).

É assim que Foz Côa faz sobressair novas formas de relação entre ciência, política e opinião pública, formas perpassadas por contradições de várias ordens e aprendizagens complexas, nomeadamente entre uma busca crescente de alicerçar decisões políticas em certezas científicas e uma necessidade crescente de gerir politicamente as manifestas divergências e incertezas científicas. Ou, por outro lado, novas formas de afirmação de legitimidade científica por parte

da comunidade dos arqueólogos e de luta pelo reconhecimento público do lugar devido aos especialistas (neste caso, os arqueólogos) (SANTOS, 2001).

Ao abandonar-se a construção da barragem de Foz Côa, a Barragem de Foz Tua surge referenciada com um elevado potencial energético juntamente com a Barragem do Baixo Sabor. Desta forma, a decisão da suspensão do projeto em Foz Côa vincula-se à opção por Foz Tua, projeto que integra em 2007 o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico-PNBEPH. Estes três projetos apresentavam um potencial de armazenamento significativo, com reflexos na gestão da água. A água armazenada na futura albufeira destinava-se, preferencialmente, à produção de energia elétrica, à reserva estratégica e combate a incêndios, apresentando também grande interesse estratégico ao nível do controlo das cheias no rio Douro (DUARTE, 2013).

No plano político, opunham-se os dois principais partidos portugueses, com o Partido Social Democrata-PSD, então no governo, a sustentar a posição da EDP e a edificação da barragem, ao passo que o Partido Socialista-PS, que venceu as eleições legislativas de outubro de 1995, rejeitava essa opção e a suspensão da obra foi uma das primeiras medidas concretizadas com a tomada de posse do novo governo. Em 1995 foi também criado o Ministério da Cultura-MC (tutela governamental que na década anterior encontrava-se limitada à Secretaria de Estado), visando um acréscimo da autonomia de atribuições e competências dos organismos relativos aos diferentes setores culturais.

Esta reestruturação evidenciou os efeitos institucionais do debate sobre Foz Côa e a relevância pública dos domínios da ciência e da cultura, decorrentes da preservação das gravuras ter sido tomada como símbolo de uma redefinição da política cultural resultante da mudança de governo. Ainda em 1995, é lançado o Instituto Português de Arqueologia-IPA, que ganhou autonomia dentro do MC. Na dependência do IPA são instituídos o Centro Nacional de Arte Rupestre e o Parque Arqueológico do Vale do Côa (remetendo-o para uma nova modalidade de proteção territorial, próxima à de um instrumento do âmbito da política ambiental) (GOMES, 2013).

O caso da suspensão da construção da barragem de Foz Côa, além de ser um caso de cancelamento da obra após lançadas suas fundações, articulou e mobilizou vários níveis e atores: local, nacional e internacional entre atingidos e não atingidos; os meios de comunicação e os grupos de pressão para enfrentar as decisões unilaterais do Estado (SANTOS, 2001).

Em 1998, a área é classificada como Património Cultural da Humanidade (WIKIPEDIA, 2014), e é considerada pelo Comité de Arte Rupestre da UNESCO, a maior estação paleolítica ao ar livre do mundo.

A Fundação Côa Parque veio a ser criada em 2011 a fim de gerir conjuntamente o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. Este último reconhecido com o Prémio de Arquitetura do Douro 2013/2014 (CÔA PARQUE, 2014). Ambos apresentam um papel crítico para o desenvolvimento e ordenamento do território, muito particularmente no equilíbrio entre a pressão turística (tinham atingido os 170.000 visitantes em 2007), qualidade da construção, alteração do uso dos solos, qualidade do ambiente e da paisagem (LIMA, 2007).

Em abril de 2016, o jornal O Público divulga uma denúncia de que a Fundação Côa Parque, fundada em 2011, está em perigo, porque está sem verbas para garantir a investigação arqueológica, para manter o museu e para a vigilância aos núcleos de arte e do próprio museu. Propõe que o governo retome urgentemente a gestão do parque e do museu (RAMALHO e ARNAUD, 2016).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Henrique. Arqueologia vs desenvolvimento? Sobre as margens de um rio que ecoa. *Máthesis*, v. 5, p. 213-235, 1996.
- ARAÚJO, Hélio (Realização). COMSOM (Produção). Foz Côa. As Figuras Não Sabem Nadar. Documentário. Duração 32' 59". 1995. Publicado a 13 mar, 2013.
- CÔA PARQUE. Site da Fundação Côa Parque, 2014.
- DUARTE, Álvaro F. N. S. Barragens e albufeiras em Portugal. Usos da água, preocupações ambientais e ordenamento do território. Caso de estudo: Albufeira de Foz Tua. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, set. 2013.
- GOMES, Rui T. A casa de Foz Côa: percurso de um símbolo na definição de políticas culturais em Portugal. *Agora*, 2013.
- INFOPÉDIA. Gravuras rupestres de Vila Nova de Foz Côa, ago. 2014.
- LIMA, Alexandra. Parque Arqueológico do Vale Do Côa. *Visitas, Ordenamento e Desenvolvimento O Tempo e o Número*. CÔAVISÃO, n. 9, cap. 1. 2007.
- MUSEU DO CÔA. Facebook, 2015.
- PEV. 30 anos de lutas ecologistas (1982-2012), Partido Ecologista Os Verdes-PEV, 2012.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. Recensão ao livro: O caso de Foz Coa: um laboratório de análise sociopolítica. *Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 37, pp. 169-172, 2001.

SILVA, António J. M. A batalha do Côa. As gravuras paleolíticas do Vale do Côa. Coimbra, mar. 1996.
WIKIPÉDIA. Vila Nova de Foz Côa, ago. 2014.

3.3 “Salvar o Tua, proteger o Douro”

Resumo

As obras da barragem de Foz Tua prosseguem, mas as organizações ambientalistas, a sociedade civil e a comunidade científica continuam mobilizadas para travar este empreendimento. A barragem terá fortes impactos no património classificado e nas áreas protegidas e ainda irá submergir um trecho de uma linha ferroviária centenária.

Iniciada em 2011, a barragem do Tua é uma das maiores barragens do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico-PNBEPH. Quando lançado, em 2007, o PNBEPH previu a construção de dez novos grandes aproveitamentos. Como consequência surgiu um forte movimento de contestação tanto de organizações ambientalistas como da sociedade civil contra os projetos propostos. Central à discussão são as vantagens e desvantagens de diferentes estratégias de desenvolvimento regional, cujos resultados têm vindo a privilegiar a construção de barragens (SIMÃO e MELO, 2011), bem como a existência de alternativas em termos de política energética de maior custo-eficácia e menor impacto ambiental.

A oposição contra a barragem do Tua não foi uma novidade no panorama nacional; com efeito, a história das barragens em Portugal reflete um modelo de desenvolvimento que tem sido marcado pela oposição por parte de ambientalistas, amantes dos caminhos-de-ferro, produtores vitivinícolas, comunidade científica e variadas organizações da sociedade civil, nomeadamente as de âmbito local.

A barragem de Foz Tua, aprovada em 2009, gerou desde o início uma forte oposição. Algumas das razões na origem desta polémica são: a localização do empreendimento em área classificada pela UNESCO como Património da Humanidade, o Alto Douro Vinhateiro-ADV; a perda de mobilidade da população local/turística devido à submersão de uma parte da linha férrea centenária do Tua (ligação do Tua a Mirandela e Bragança, trajeto que permitiria uma futura ligação a Puebla de Sanabria, em Espanha, com a linha do Douro); o traçado escolhido para a linha de muito alta tensão, que atravessa o coração do ADV e tem impactes significativos para a avifauna; o impacto visual do paredão de 108 metros na paisagem, com a perda da sua integridade; afetação do ecossistema do Vale do Tua, com implicações à escala local e regional (e.g. criação do efeito barreira), e ainda o custo versus o benefício em termos de energia produzida.

Com um investimento de 430 milhões de euros (incluindo barragem, linha de alta tensão e plano de mobilidade assumindo a reposição da linha férrea), o Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua-AHFT é da responsabilidade da EDP e está prevista a sua conclusão no primeiro semestre de 2016 (EDP, 2014).

O AHFT situa-se no rio Tua, um dos afluentes do rio Douro, e abrange os concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Vila Flor e Mirandela (CARVALHO, 2013). O empreendimento representa 0,1% da energia do país (0,6% da eletricidade), mas alega-se que implica um custo que equivale a um acréscimo de 2% na fatura elétrica das famílias (PST, 2014). Para conceber o enquadramento paisagístico da central hidroelétrica do AHFT que terá um impacto direto na paisagem protegida, a EDP contratou o arquiteto Eduardo Souto Moura, em 2011, para executar esta tarefa com o objetivo de minimizar o impacto visual do aproveitamento. Com esta alteração inicial ao projeto, e após o lançamento do relatório da segunda missão da UNESCO ao local - tendo em vista a análise da viabilidade do projeto com as características que conferem valor universal excepcional-VUE ao ADV- o projeto recebeu o seu aval em 2012 (CARVALHO, 2013).

Apesar da posição assumida e de este órgão ter exigido o cumprimento de um conjunto de recomendações a serem seguidas, a posição da UNESCO é ainda hoje contestada pelos movimentos contra a construção da barragem, sobretudo quando se verifica que muitas das exigências impostas não têm sido cumpridas: a linha de alta tensão passa pelo ADV e ainda não existe um plano de mobilidade.

Em maio de 2013, foi fundada a Plataforma Salvar o Tua-PST. Reúne entidades que acreditam que “ainda é possível salvar o Tua” e defendem a suspensão imediata das obras. Os membros fundadores desta plataforma são o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, Liga para a Proteção da Natureza-LPN, Sociedade Portuguesa para o estudo das Aves-SPEA, Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, Coordenadora de Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases-COAGRET, Associação dos Amigos do Vale do Tua-AAVT, a Ação, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente-ALDEIA, Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS, Grupo de Ação e Intervenção-GAIA e a Quinta dos Murças do Grupo Esporão. Atualmente, fazem também parte a Muxagat Vinhos Lda., Associação S.O.S. -Salvar o Surf, S.O.S. Rio Paiva-Associação de Defesa do Vale do Paiva, Cycling Centuries Lda., Lemos & van Zeller Lda., Clube de Canoagem Águas Bravas de Portugal - CCABP, Clube de Atividade de Ar Livre, Caminhos com Carisma Lda. e a Associação Juvenil Amigos do Cáster, bem como vários outros

a título individual. Na apresentação desta inédita plataforma cívica deu-se também a conhecer o movimento de advogados intitulado “Advogados pelo Tua”, que tem assegurado a representação da Plataforma nas ações intentadas em tribunal.

Do lado da PST a argumentação é de que “as metas do PNBEPH já foram ultrapassadas com os reforços de potência em curso, os consumos de eletricidade estão a baixar e há várias formas menos agressivas e mais baratas de obter essa energia: eficiência energética, reforço de produção das barragens já existentes e energia fotovoltaica” (PST, s.d.). Do lado dos autarcas dos concelhos afetados, o argumento é de que a barragem pode representar uma oportunidade de crescimento económico, agregada ao fato de serem disponibilizados 1,5 % da produção média líquida do AHFT para a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua-ADRVT. Igual montante é destinado ao Fundo para a Conservação da Natureza e Biodiversidade-FCNB (IGAMAOT, 2014).

Para viabilizar a construção da barragem de Foz Tua, o Governo emitiu um despacho no qual é atribuído o caráter de utilidade pública imprescindível, viabilizando o abate de milhares de sobreiros e azinheiras no Vale do Tua. Em comunicado, a LPN questionou “a consideração da inexistência de alternativas válidas para a construção do empreendimento, quando as mesmas não foram estudadas ao nível da Avaliação de Impacte Ambiental” (LPN, 2014). Acrescenta ainda em outro comunicado que “se a construção de barragens trouxesse de fato desenvolvimento, a região Norte e o Alto Douro seriam já hoje uma das regiões mais desenvolvidas no país” (LPN, 2013).

Em matéria da Diretiva Quadro da Água (DQA), e em sede de Avaliação Ambiental Estratégica-AAE no PNBEPH, ficaram por estudar os impactes cumulativos em termos da qualidade da água, nos ecossistemas ribeirinhos, e na produção de vinho. A presença de uma nova massa de água irá provavelmente agravar a qualidade da água a jusante (barragem da Régua, no Douro) e irá criar distorções microclimáticas, que com o aumento da humidade relativa, poderá aumentar o risco de doenças nas vinhas (i.e. míldio e oídio) e olival (i.e. gafa e olho-de-pavão). Este impacte nunca foi estudado com a profundidade necessária numa perspetiva de impactes cumulativos com as outras barragens previstas no PNBEPH. Preocupados com esta situação, vários produtores vitivinícolas remeteram duas cartas à UNESCO em 2014 e 2015, mas até à data, ainda não tiveram qualquer resposta objetiva relativamente às suas preocupações.

Das várias ações judiciais intentadas pela PST constam: em setembro de 2013, uma primeira providência cautelar tendo em vista a imediata suspensão das obras da barragem com fundamento nos prejuízos ambientais para a região do

Tua e para o património natural, histórico e cultural do ADV, área classificada desde dezembro de 2001 como Património Mundial da UNESCO, e a histórica linha ferroviária do Tua; em dezembro de 2013, uma ação administrativa através da qual se visava a anulação do contrato de concessão celebrado entre a EDP e o Estado português; em março de 2014, na sequência de um despacho que definia quais os terrenos a expropriar para a construção da barragem Foz do Tua e da albufeira, uma nova providência cautelar e ação administrativa especial tendo em vista a suspensão dos processos de expropriação destinados à construção da barragem da Foz do Tua por reconhecimento da inexistência de causa de utilidade pública que fundamenta as expropriações em causa.

A ligação entre o AHFT e a rede elétrica nacional através de Linha de Muito Alta Tensão-LMAT teve que ser reformulada após a Declaração de Impacte Ambiental-DIA desfavorável ao projeto (MUITO ALTA TENSÃO, 2012). Os motivos apresentados foram os impactos significativos não passíveis de minimização nas vertentes socioeconómicas, uso do solo, paisagem, bem como no património cultural, no que se refere ao Douro Património Mundial. Mesmo assim a EDP e o governo português decidiram manter as linhas elétricas aéreas de alta tensão, em vez de enterrá-las, conforme especificado na DIA do AHFT e recomendado pela UNESCO. O novo Estudo de Impacte Ambiental-EIA submetido foi alvo de DIA Favorável Condicionada no final de 2014 (PST, 2014). A PST interpôs junto do Ministro do Ambiente várias ações legais, que continuam a correr e por decidir, onde se espera que venha a ser declarada a nulidade do Contrato de Concessão para a construção da barragem celebrado entre a EDP e o Estado Português e reconhecida a inexistência de causa de utilidade pública da barragem da Foz do Tua.

Poucos meses depois do início das obras teve lugar a mais espetacular ação de protesto já feita contra a construção da barragem de Foz Tua. A 11 de novembro de 2011, seis ativistas acorrentaram-se aos portões do estaleiro parando as obras da barragem por algumas horas. No local havia vários cartazes com palavras de ordem. Os manifestantes tinham vestidas camisolas azuis onde se podia ler “Barragens Não” e seguravam bolas negras na mão, a imitar as correntes usadas pelos prisioneiros (PÚBLICO, 2011).

Entre os dias 10 e 18 de março de 2012, decorreu o AcTUA, um acampamento que juntou mais de uma centena de ativistas contra a construção da barragem, juntando no local pessoas de todos os pontos do país. Os participantes estiveram acampados mais de uma semana e realizaram inúmeras atividades: oficinas temáticas, debates públicos, sessões culturais de música, poesia e cinema e uma

manifestação e vigília noticiadas em quase todos os meios de comunicação social. O dispositivo policial chamou a atenção pela desproporção de forças no local. A iniciativa contou com o apoio de muitos habitantes locais, que ajudaram os campistas com comida e outros bens (ACTUA, 2012).

O Partido pelos Animais e pela Natureza-PAN juntamente com a AidNature, responsável pela realização e produção, lançaram uma curta-metragem documental denominado “Vale do Tua – um ecossistema em perigo iminente” com o objetivo de divulgar este ecossistema ameaçado pela construção da barragem (PAN, 2014). Destaca-se ainda o documentário “Pare, escute e olhe” sobre a linha do Tua, da autoria do realizador português Jorge Pelicano, que recebeu vários prémios nacionais e internacionais funcionando como um veículo de divulgação deste conflito.

Desde a criação e lançamento da PST em 2013 também têm sido levadas a cabo várias iniciativas no âmbito artístico-cultural, como um concurso de fotografia, a criação de um tema musical que une músicos pelo Tua e o lançamento de edições especiais de vinho, com o rótulo “Salvar o Tua, Proteger o Douro”. O campeão mundial de surf, Garrett McNamara, também demonstrou o seu apoio, assumindo-se como embaixador internacional pelo Tua. O lado mais radical do protesto tem sido feito no próprio rio, com descidas de rafting e canoagem organizadas pela PST, Projeto Rios Livres do GEOTA, Clube de Canoagem de Águas Bravas de Portugal e Grupo Tamecanos de Mondim de Basto.

Em 2013 a PST lançou a petição “Manifesto pelo Vale do Tua”, dirigida ao Parlamento Europeu, à Assembleia da República e à UNESCO. A 8 de janeiro de 2015, este manifesto, que continua online e conta com mais de 7.300 peticionários, foi debatido no Parlamento da Assembleia da República-AR, juntamente com o projeto de lei proposto pelo Bloco de Esquerda-BE exigindo a suspensão imediata das obras da barragem de Foz Tua, e o Projeto de Resolução, apresentado pelo Partido Ecologista Os Verdes-PEV, exigindo não só a suspensão das obras, como a apresentação do relatório à AR com as obrigações a que a EDP se encontrava vinculada, e um estudo sobre o contributo das barragens existentes e previstas para a bacia do Douro na erosão costeira.

Neste dia, alguns dos signatários deslocaram-se à Assembleia para interromper em protesto a plenária onde a suspensão das obras na Barragem de Foz Tua era discutida. A estratégia do protesto simbólico conseguiu provocar a atenção da comunicação social no momento em que os membros da PST se levantaram, abriram os casacos e mostraram para as câmaras as t-shirts que levavam vestidas e onde podia ler-se “Vamos Salvar o Tua. Proteger o Douro”. A polícia acabou

por intervir e convidar os peticionários a sair do Hemiciclo. Os partidos BE, PEV e Partido Comunista Português-PCP votaram a favor das propostas de lei apresentadas, mas que acabaram por ser chumbadas (PST, 2015a).

Em maio de 2015 várias organizações juntaram-se para mostrar o potencial do Vale do Tua, criando o programa “Maio, mês pelo Tua”. Entre outras atividades realizaram passeios a pé, uma ação de limpeza de estações e da Linha, uma descida do rio, a conferência “Que modelo de desenvolvimento para o Vale do Tua e Alto Douro?”, bem como provas de azeite e vinhos. Mais de 300 pessoas estiveram envolvidas diretamente nas ações.

Em novembro de 2015, a PST contestou a decisão por parte da EDP de retirar os carris e travessas que compõem a linha ferroviária centenária, e que será alagada pela nova albufeira, sem que tenham sido cumpridas as promessas que implementar um plano de mobilidade alternativo naquela região (PST, 2015b).

As obras do AHFT têm prosseguido, mas as organizações ambientalistas e a sociedade civil – juntas na PST - ainda estão mobilizadas para reverter este processo, emitindo comunicados, organizando campanhas de divulgação, desenvolvendo e colocando novas ações legais, protestos nas ruas e pelas redes sociais. A Plataforma Salvar o Tua promete continuar a luta contra a construção da barragem de Foz Tua (PST, 2015b).

No início de 2016, o governo anunciou uma revisão do plano de construção de barragens – o PNBEPH – para cumprir o acordo celebrado entre os partidos PS, BE, PCP e PEV, em novembro de 2016, para a constituição da maioria de esquerda na AR.

Da execução do PNBEPH faziam parte sete barragens: Foz Tua (rio Tua), Fridão, Alto Tâmega/Vidago, Daivões (rio Tâmega), Gouvães (rio Louredo), Girabolhos (rio Mondego) e Alvito (rio Ocreza). E em 18 de abril de 2016, o governo anunciou que após a revisão do Plano apenas quatro barragens serão continuadas: Foz-Tua, Alto Tâmega/Vidago, Daivões e Gouvães, tendo suprimido as barragens de Girabolhos e Alvito e adiado por três anos a decisão da construção de Fridão (rio Tâmega). Para o rio Tâmega mantiveram-se duas barragens das quatro previstas inicialmente: Alto Tâmega/Vidago e Daivões (CABRITA-MENDES, 2016; GEOTA-RIOS LIVRES, 2016).

As ONG Zero e Quercus, embora saúdem a decisão do governo como positiva, consideram-na insuficiente. Defendem a não construção de todas as barragens no rio Tâmega, sugerindo que o Estado pague em 20 anos as multas das rescisões contratuais, e cancele “qualquer incentivo ou subsídio público à construção ou exploração dos aproveitamentos hidroelétricos” (DN, 2016).

Já o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente -GEOTA e a Liga Para a Proteção da Natureza-LPN divulgaram um comunicado onde criticam frontalmente a decisão tomada pelo governo argumentando que:

- os autarcas e as associações de defesa do ambiente ou desenvolvimento local não tiveram oportunidade para discutir o relatório e o governo apenas negociou com as elétricas;
- é inverídica a afirmação do governo que as obras já começaram na barragens do Sistema do Electroprodutor do Tâmega e com o adiamento de Fridão obriga-se as populações de Amarante e das Terras de Basto a mais três anos de indefinição;
- não foram levados em conta os impactes cumulativos à fauna, flora e vegetação: na degradação da qualidade da água, nos obstáculos à conectividade dos ecossistemas, na erosão costeira, no microclima que afetará a produção de vinho;
- triplica a dívida tarifária e impõe encargos equivalentes a um acréscimo médio na fatura elétrica de 5%.

Nas redes sociais, uma derradeira campanha pró Foz Tua foi lançada em abril de 2016 e conseguiu, em trinta dias, meio milhão de visualizações. A UNESCO recebeu mais de 22 mil cartas pedindo o cancelamento da barragem no Tua (PINTO, 2016). No entanto concretização da barragem é iminente – o início do seu enchimento foi em maio de 2016 e o funcionamento está previsto para setembro do mesmo ano.

Referências bibliográficas

- ACTUA. Blog do Acampamento Actua pelo Tua, mar. 2012.
- CABRITA-MENDES, André. Cancelamento das barragens da EDP e da Endesa tem “custos zero para os cidadãos”. Negócios. 19 abr. 2016.
- CARVALHO, David L. C. R. Avaliação técnica-económica de aproveitamentos hidroelétricos – Foz Tua. Dissertação de Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, jul. 2013.
- DN. Grandes barragens: decisão do Governo não chega, dizem as ONG. Diário de Notícias-DN. 18 abr. 2016.
- EDP. Barragem de Foz Tua. Site da EDP, 2014.
- GEOTA. Luz verde para as barragens no Tâmega resulta em 10.000M€ tirados às famílias portuguesas. Comunicado conjunto GEOTA-LPN, 21 abr. 2016.
- GEOTA. O último ano do Tua. Rios Livres-GEOTA. Acedido em: 18 jun. 2016.
- IGAMAOT. Receitas dos organismos do MAOT. Site do Inspeção-Geral dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar-IGAMAOT, 2015.

LPN. Dia internacional de luta pelos rios e contra as barragens. Site do Liga para a Proteção da Natureza-LPN, comunicados de imprensa, 2013.

LPN. Governo autoriza abate de milhares de sobreiros e azinheiras para viabilizar barragem da Foz do Tua. Site do Liga para a Proteção da Natureza-LPN, comunicado de imprensa, 2014.

MUITO ALTA TENSÃO. Chumbada linha muito alta tensão entre Foz Tua e ArmaMar. Blogspot Muito Alta Tensão, notícias, 23 abr. 2012.

PAN. Vale do Tua - um ecossistema em perigo iminente. Site do Partido pelos Animais e pela Natureza-PAN, 2014.

PINTO, Luísa. Campanha alerta que estes podem ser os últimos meses do Tua. Público. 22 mai. 2016.

PST. Parecer sobre a Ligação à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade a 400 kV do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua. Comunicado. Site da Plataforma Salvar o Tua-PST mai. 2014.

PST. Imprensa. Site da Plataforma Salvar o Tua-PST, 2015a.

PST. EDP começou a arrancar a Linha do Tua. Comunicado. Site da Plataforma Salvar o Tua-PST. 17 nov. 2015b.

PST. Alguns factos sobre a barragem. Site da Plataforma Salvar o Tua-PST, s.d.

PÚBLICO. Activistas cortam acesso à barragem de Foz Tua. Público. 6 nov. 2011.

SIMÃO, José Veiga. MELO, João Joanaz. Impact of nature and cultural tourism in the Tua Valley. Conference of the International Association for Impact Assessment, Puebla, Mexico, 28 mai. a 4 jun. 2011.

3.4 Sabor ameaçado: o último rio selvagem da Europa!

Resumo

A barragem do Baixo Sabor entrou em funcionamento em agosto de 2014 e comprometeu a biodiversidade única do vale do rio Sabor, na bacia hidrográfica do Douro. Durante mais de uma década esta decisão foi contestada por várias ONGA e sociedade civil que alertavam para a sobreposição dos interesses económicos em detrimento da preservação do património.

A história da barragem do Baixo Sabor começa em meados da década de 90, logo após a decisão do Governo de interromper as obras da barragem de Foz Côa. Em 2008, O início da construção deste aproveitamento hidráulico marcaria, assim, o fim da designação de último rio selvagem de Portugal ao rio Sabor, situado no nordeste transmontano.

O percurso deste empreendimento parece começar em 2000. Na altura, o Ministério do Ambiente promove a reavaliação do Estudo de Impacte Ambiental-EIA e ainda um estudo comparativo entre a barragem do Sabor e a barragem de Alto Côa. O resultado, apresentado em 2003, acaba por favorecer o investimento no Sabor em detrimento do Alto do Côa por considerar que esta solução levaria a uma área menor de albufeira, precisaria de um número menor de estruturas hidroelétricas, afetaria menos espécies protegidas e por fim exigiria menor investimento financeiro.

No processo de tomada de decisão desta barragem, os espaços participativos, obrigatórios por lei, contam com a presença da população local de Trás-os-Montes. Esta demonstrou interesse em conhecer o estudo do governo, avaliando os prós e contras do projeto. Os cidadãos foram ativos na consulta pública do EIA, tendo sido apresentados mais de 1340 pareceres ao longo dos quatro meses de consulta pública (SANS, 2010).

Quanto ao parecer do Instituto de Conservação da Natureza-ICN, no âmbito desta avaliação comparada entre Sabor e Tua destacou que o empreendimento do Baixo Sabor afetaria um maior número de espécies prioritárias para conservação, uma área proposta para Rede Natura 2000 (Zonas Especiais de Conservação-ZEC e Zonas de Proteção Especial-ZPE) e uma maior área de Reserva Agrícola Nacional-RAN e Reserva Ecológica Nacional-REN do que o do Alto Côa, pelo que, segundo a legislação comunitária e nacional, a barragem

do Baixo Sabor não poderia ser aprovada devido à sua localização abranger estas áreas. As organizações de defesa do ambiente e a comunidade científica (que realizou um manifesto assinado por mais de 260 investigadores) uniram-se para defender o rio Sabor, juntamente com o ICN e Instituto Português de Arqueologia-IPA, entidades que reconheceram a enorme importância do vale do Sabor, bem como a necessidade de o manter isento da construção de qualquer barragem (QUERCUS, 2004).

Em 2003 nasce a Plataforma Sabor Livre-PSL, constituída pela Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, Liga para a Proteção da Natureza-LPN, Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, Olho Vivo e Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA, que se uniram com a missão de salvar o rio Sabor sem barragens.

A construção da barragem do Baixo Sabor é aprovada em 2004. A concessão da obra é adjudicada à Energias de Portugal-EDP, por um período de 75 anos, um investimento de cerca de 500 milhões de euros, com mais 60 milhões para serem investidos em medidas de compensação, impostos pela União Europeia-UE.

No mesmo ano, a PSL apresenta uma queixa contra o governo português na Comissão Europeia, por violação da legislação comunitária devido aos graves impactos ambientais produzidos pelo empreendimento em zona de Rede Natura 2000 (SANS, 2010).

A PSL realiza também o “I Encontro pelo Sabor”, uma mega concentração junto à Ponte de Remondes (concelho de Mogadouro) um dos locais submersos com esta construção. O objetivo desta atividade era mostrar todas as valias naturais e potencialidades para um turismo de qualidade de contato com a natureza deste rio. Foram realizadas visitas guiadas à flora e vegetação, observação de aves, anfíbios e répteis, passeios de burro, bicicleta de todo o terreno e canoa, jogos tradicionais e diversas atividades com crianças. Paralelamente, um grupo de canoístas fez a descida de canoa, demonstrando que o rio apresentava condições excecionais para desportos de águas bravas (QUERCUS, 2004).

Em 2006 os 4 municípios afetados pela albufeira deste aproveitamento (Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros) criam a Associação de Municípios do Baixo Sabor-AMBS. A AMBS junta os autarcas da região, defensores da construção da barragem que pretendem participar na gestão do Fundo Ambiental previsto na Declaração de Impacte Ambiental, anunciado como medida compensatória à construção da barragem.

Contra a construção da barragem do Baixo Sabor posicionou-se a PSL que entregou à Comissão de Ambiente da UE um manifesto com 350 assinaturas que defendem o rio Sabor sem barragens e afirmando que o rio “é o último selvagem da Europa”. A BirdLife International, juntamente com a European Rivers Network-ERN, fez um comunicado de imprensa onde ressaltam “inequivocamente os impactos graves sobre os valores ambientais” que a construção da barragem provocaria (SANS, 2010).

Contra a construção da barragem do Baixo Sabor posicionou-se a PSL que entregou à Comissão de Ambiente da UE um manifesto com 350 assinaturas que defendem o rio Sabor sem barragens e afirmando que o rio “é o último selvagem da Europa”. A BirdLife International, juntamente com a European Rivers Network-ERN, fez um comunicado de imprensa onde ressaltam “inequivocamente os impactos graves sobre os valores ambientais” que a construção da barragem provocaria (SANS, 2010).

No verão de 2007 vários eventos públicos são organizados no rio Sabor, entre eles o “Big Jump” liderado pela ERN com o intuito de promover a reconciliação dos cidadãos com os seus rios e também para ganhar o apoio das pessoas no esforço europeu em melhorar o estado ecológico dos rios, conforme a Diretiva Quadro da Água da Comissão Europeia. A Ecotopia um evento anual que une ativistas de toda a Europa durante duas semanas é organizado pela European Youth For Action-EYFA e que no ano 2007 teve lugar em Portugal, coorganizado pelo Grupo de Ação e Intervenção Ambiental-GAIA. O evento consistiu em mobilizar jovens da Europa para fazer um ato a favor da preservação do rio, na área de influência da barragem.

Os partidos políticos: Partido Ecologista Os Verdes-PEV e o Bloco de Esquerda-BE, também mostram o seu desacordo com a decisão da construção da barragem do Baixo Sabor. O PEV acusava o governo pela falta de estratégia e visão de futuro afirmando que o Sabor “é um rio que pelo seu valor natural e histórico deverá ser preservado e não alvo de uma intervenção irreversível com perda de património que é de todos” e ainda por “privilegiar a construção de grandes infraestruturas com avultados impactos económicos, sociais e ambientais” (SANS, 2010).

Em 2007, é lançado o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico-PNBEPH, que incluiu um processo inicial de Avaliação Ambiental Estratégica. Nesta análise foi privilegiada a opção estratégica “ponderação energética, socioeconómica e ambiental” em detrimento dos conflitos/condicionantes ambientais, que determinou a localização de 10 barragens de entre um conjunto inicial de 25 barragens. A barragem do Sabor

não passou por este processo e, conseqüentemente, se tivesse sido incluída no plano e avaliada de acordo com os critérios nele estabelecidos, seria desde logo excluída por “representar um impacte negativo inaceitável em termos de biodiversidade” (OLIVEIRA, 2012).

MELO et al. (2010) discutem que a justificação principal do projeto é por conseguinte otimizar a produção de eletricidade na “cascata do Douro” através da criação de uma grande armazenagem de água na parte portuguesa da bacia, incluindo a capacidade de reversibilidade dotada de bombagem. A bombagem de jusante para montante ocorre de forma a aproveitar que o pico de produção de energia eólica coincide normalmente com a baixa de consumo de eletricidade (madrugada), evitando assim o desperdício de energia neste período, que não poderia ser armazenada. Se por um lado observa-se um possível interesse do projeto de escala regional, por outro o alegado interesse nacional fica aquém das expectativas: o empreendimento representa 0,6% da eletricidade produzida, 1% da potência instalada e evitaria 0,3% das emissões nacionais de GEE. Portanto, os benefícios são de escala regional, a favor dos setores elétrico e da construção, e os danos são de escala local, nacional e europeia, que afetam irreversivelmente um património singular e insubstituível (MELO et al., 2010).

É baseada nesta lógica argumentativa que, em 2009, o Tribunal Europeu arquiva a queixa apresentada pela PSL. E em 2011 um conjunto de Organizações Não Governamentais de Ambiente-ONGA, entre elas a Ação, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente-ALDEIA, Centro de Estudos da Avifauna Ibérica-CEAI, Secção Portuguesa da Coordenadora dos Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases-COAGRET Portugal, FAPAS, GEOTA, LPN, Quercus e SPEA, boicotaram o concurso desse ano ao Fundo Baixo Sabor como protesto contra a destruição de ecossistemas de elevado valor ambiental por decisão do governo e da EDP. As principais ONGA escrevem em comunicado de imprensa: “Não Obrigado! Abdicamos do Fundo Baixo Sabor”, enquanto a política de secundarizar as questões de ambiente e de desrespeito dos compromissos assumidos por Portugal em relação à proteção da biodiversidade e da qualidade da água persistir. O Fundo, criado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território em 2010, obriga a EDP a depositar uma verba anual de 800 mil euros, durante os 75 anos da concessão da barragem do Baixo Sabor.

Com a obra já em estado avançado e com a aprovação do PNBEPH, onde constam 10 novos aproveitamentos hidroelétricos, entre eles o igualmente polémico Foz Tua, as ONGA e movimentos sociais passaram a ter que dividir a sua atenção também para este programa.

A barragem do Baixo Sabor entrou em funcionamento em agosto de 2014 com a previsão de começar a produção de eletricidade em dezembro de 2014 (LUSA, 2014).

A construção da barragem do Baixo Sabor faz parte da lista de pagamentos de alegados subornos apreendida a uma funcionária da construtora brasileira Odebrecht, seis débitos na conta da construtora brasileira no total de 729 mil euros, entre 25 de março a 9 de abril de 2015 (RICO, 2016).

Referências bibliográficas

- MELO, João Joanaz de; CHAINHO, Paula; FRÁGUAS, Bárbara; SANTOS, Paulo T.; PATACHO, Domingos. A barragem do Baixo Sabor: um caso de má aplicação da avaliação de impactes ambientais. Resumo das comunicações em CD da 4ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, Vila Real, 20-22 out. 2010.
- OLIVEIRA, Sandra. 10 novos aproveitamentos hidroelétricos para Portugal: O “Não” ao Programa Nacional de Barragens, Site da Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, 2012.
- LUSA. Barragem do Sabor começa a produzir energia no final do ano, Observador, 7 set. 2014.
- PEV. 30 anos de lutas ecologistas (1982-2012), Partido Ecologista Os Verdes-PEV, 2012.
- QUERCUS. Plataforma SABOR LIVRE realiza mega concentração pela Biodiversidade, Site da Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, 2004.
- RICO, Carolina. Barragem portuguesa envolvida em casos de subornos no Brasil. Notícias ao minuto. 5 abr. 2016.
- SANS, Judit S. Participação social na gestão dos recursos hídricos. Olhar sobre o conflito da barragem do Baixo Sabor., Dissertação de mestrado em Engenharia e Gestão da Água na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

3.5 “Se a lei for cumprida nenhuma barragem na bacia do Tâmega será construída”

Resumo

O Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico-PNBEPH prevê para a bacia do Tâmega 5 novas barragens. Em 2010, uma das barragens foi reprovada pelos impactes ambientais que iria causar, a construção de quatro outros aproveitamentos continua ainda hoje sob discussão.

Em 2007, o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico-PNBEPH previa a construção de 5 novas barragens para o rio Tâmega. Três anos mais tarde, em 2010, uma delas é chumbada pelo governo português devido à descoberta de uma espécie rara de mexilhão. As outras quatro encontram-se adjudicadas e continuam a ser alvo de protestos por parte da sociedade civil e de Organizações Não-Governamentais-ONGA.

A construção do Sistema Eletroprodutor do Tâmega-SET tem início previsto para 2015 sendo esperada a sua conclusão em 2023. O projeto hidroelétrico do do SET compreende os aproveitamentos hidroelétricos de Gouvães, Alto Tâmega, Daivões e Padroselos. O último aproveitamento foi retirado do SET no seguimento da Declaração de Impacte Ambiental-DIA, emitida pelo Ministério do Ambiente, sugerindo um cenário alternativo ao projeto da cascata do Alto Tâmega, baseado em apenas três barragens.

De acordo com os especialistas, a construção da barragem de Padroselos levaria à eliminação da colónia de mexilhão-do-rio do Norte. Esta espécie rara é protegida por legislação nacional e europeia, tendo sido julgada extinta em 1986. Exemplares desta espécie foram encontrados em 2010 no rio Beça, concelho de Boticas (RTP, 2010). A DIA além de cancelar a construção da barragem de Padroselos condicionou igualmente as outras barragens - “sem comprometer a produção hidroelétrica anual” - sendo imposto o uso das cotas mais baixas propostas no Estudo de Impacte Ambiental-EIA. Também foram apontadas várias medidas de compensação socioeconómicas e ambientais para a região (RTP, 2010).

Nos concursos abertos do PNBEPH para o Tâmega, quatro aproveitamentos foram ganhos pela Iberdrola e um pela Energias de Portugal-EDP. A Iberdrola ganhou um período de concessão de 65 anos para Gouvães no rio Torno,

afluente do rio Louredo, para Padroselos no rio Beça, para o Alto Tâmega e Daivões no rio Tâmega. A EDP ficou responsável pela barragem do Fridão, com um investimento previsto de 1.600 milhões de euros concentrados em 9 anos de construção. A espanhola Iberdrola encontra-se a desenvolver o Complexo Hidroelétrico do Alto Tâmega-CHAT, um dos maiores projetos hidroelétricos dos últimos 25 anos na Europa. O CHAT contará com uma potência instalada de cerca de 1.100 MW, esperando alcançar uma produção anual de 2.000 GWh, ou seja, 3% do consumo elétrico do país (IBERDROLA, 2014).

O aproveitamento hidroelétrico de Fridão, localizado entre o concelho de Celorico de Basto (Braga) e o concelho de Amarante (Porto), encontra-se em fase de licenciamento. A EDP prevê um investimento na ordem dos 304 milhões de euros para uma potência instalada de 238 MW, superior aos 162 MW indicados no PNBEPH (EDP, 2014).

A informação das quatro novas barragens para o Tâmega foi recebida pelos movimentos cívicos e ambientalistas com grande revolta. Rapidamente foram organizadas assembleias populares para discutir o tema, organizar protestos e manifestações de rua, bem como chamar a atenção dos meios de comunicação para o fato das populações locais estarem em desacordo com a decisão, exigindo uma reavaliação do custo-benefício destas barragens para o país. Um exemplo disso é o Movimento Cidadania para o Desenvolvimento no Tâmega, cujo slogan é “se a lei for cumprida nenhuma barragem na bacia do Tâmega será construída”. Esta organização, juntamente com movimentos, associações, entidades e cidadãos, liderou em 2010 um protesto com centenas de pessoas na ponte de Amarante, uma das localidades mais afetadas caso o caudal do rio Tâmega seja alterado. O Partido Ecologista Os Verdes-PEV também participou no protesto, lembrando que a barragem irá submergir uma centena e meia de habitações, deixando Amarante num risco constante (PEV, 2010).

No mesmo ano, a associação Salvar o Tâmega realizou um jantar de solidariedade com as populações da bacia do rio Tâmega afetadas pelo PNBEPH (CAMPO ABERTO FAPAS e QUERCUS, 2010). O argumento principal das associações assenta no efeito de degradação e fragmentação que a albufeira terá na bacia hidrográfica caso o empreendimento seja construído. Assim, alertaram repetidamente para a destruição do “valor do Tâmega como polo turístico associado aos desportos aquáticos” e da ameaça latente ao “ecossistema raro e sensível, com riscos para múltiplas espécies protegidas”, considerando que a barragem vai fragmentar e degradar a bacia.

No final de 2011, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS envia uma queixa formal à União Europeia-UE relativa ao SET, por incumprimento da legislação comunitária, nomeadamente a Diretiva-Quadro da Água e a Diretiva Habitats. A queixa reforça a providência cautelar em curso sobre o mesmo empreendimento. Em comunicado, a Quercus defende que o projeto apresenta impactes ambientais significativos, entre os quais a transformação, a fragmentação física do ecossistema, a interrupção de corredores verdes e a fragmentação de habitats aquáticos com a construção do paredão, podendo levar à especiação e/ou degradação dos ecossistemas na bacia do rio Tâmega. É referida entre outros impactes a criação de barreiras no curso do rio para espécies migradoras como a enguia (já em perigo grave nas bacias do Douro e do Tâmega) e a degradação dos habitats e alcateias do lobo em risco de extinção (espécie classificada em Portugal como “Em Perigo”). Finalmente, como se lê no seguinte excerto, os ambientalistas consideram insuficientes os argumentos benéficos para o interesse público: “a base de argumentação para o benefício de interesse público (geração de renováveis e redução da dependência energética externa) não está devidamente comprovada e carece de um estudo de alternativas para estes efeitos, que não foi efetuado” (QUERCUS, 2011).

Em 2014, um conjunto de ONGA, entre elas a Quercus juntamente com o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA, a Coordenadora de Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases-COAGRET e a associação espanhola Ecologistas en Acción, que lançam de novo o assunto no espaço público enfatizando que as queixas à Comissão Europeia “ainda não foram respondidas” e acusando o Estado português por incorrer “em violação grave de várias diretivas europeias e da legislação nacional” (LUSA, 2014).

No mesmo ano, o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia preside ao lançamento dos trabalhos do SET, após cinco municípios afetados (Boticas, Celorico de Basto, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) terem aceite contrapartidas à realização do empreendimento. Este compromisso entre ambas as partes irá pôr fim a um impasse de três anos. O projeto pressupõe a criação de 3.500 empregos diretos e cerca de 10.000 indiretos, 50 milhões de euros para contrapartidas aos municípios, bem como novas iniciativas de desenvolvimento regional nas respectivas localidades (GOVERNO DE PORTUGAL, 2014). A previsão para o início das obras era o ano de 2016 (GONÇALVES, 2015).

Em novembro de 2015 realizou-se a Caravana pelo Tâmega, organizada pelo projeto Rios Livres GEOTA juntamente com o Movimento Cidadania para o Desenvolvimento do Tâmega-MCDT e a Associação Cívica Pró-Tâmega, com o intuito de divulgar informações sobre a construção das barragens do SET. Esta iniciativa contou com a participação dos moradores das localidades diretamente afetadas pelas barragens, e tinha por objetivo aumentar a mobilização cívica que poderá eventualmente vir a travar este projeto, dado o atrasado das obras (SANTOS, 2015).

No início de 2016, o governo anunciou uma revisão do plano de construção de barragens – o PNBEPH – para cumprir o que estava previsto no acordo celebrado entre os partidos PS, BE, PCP e PEV em novembro de 2016, para a constituição da maioria de esquerda na AR. Sete barragens fazem parte do Plano: Foz-Tua (rio Tua), Fridão, Alto Tâmega/Vidago, Daivões (rio Tâmega), Gouvães (rio Louredo), Girabolhos (rio Mondego) e Alvito (rio Ocreza).

Em 18 de abril de 2016, o governo anunciou que apenas quatro barragens serão construídas, tendo suprimido as barragens de Girabolhos e Alvito, e adiou por três anos a decisão da construção de Fridão (rio Tâmega). Para o rio Tâmega foram mantidas duas das quatro barragens inicialmente previstas: Alto Tâmega/Vidago e Daivões (CABRITA-MENDES, 2016; GEOTA-RIOS LIVRES, 2016). O prazo final para a construção das barragens é 2023, prevendo-se maior intensidade das obras entre 2018 e 2020.

Em Ribeira de Pena, distrito de Vila Real, a população está inquieta e protesta por prever perder as suas casas e terrenos agrícolas; só na área inundável da barragem de Daivões serão setenta habitações (CM 2016; SIC, 2016; TVI, 24).

As ONG Zero e Quercus, embora saúdem a decisão do governo como positiva, consideram-na insuficiente. Defendem a não construção de todas as barragens no rio Tâmega, sugerindo que o Estado pague em 20 anos as multas das rescisões contratuais, e cancele “qualquer incentivo ou subsídio público à construção ou exploração dos aproveitamentos hidroelétricos” (DN, 2016).

Já o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA e a Liga Para a Proteção da Natureza-LPN divulgaram um extenso comunicado onde criticam frontalmente a decisão tomada pelo governo argumentando que:

- os autarcas e as associações de defesa do ambiente ou desenvolvimento local não tiveram oportunidade para discutir o relatório e o governo apenas negociou com as elétricas;

- é inverídica a afirmação do governo que as obras já começaram na barragens do Sistema do Electroprodutor do Tâmega (Daivões, Gouvães e Alto Tâmega) conforme prova o estudo divulgado pelos Rios Livres/Geota sobre a situação das obras;
- com o adiamento da decisão sobre Fridão obriga-se as populações de Amarante e das Terras de Basto a mais três anos de indefinição e impossibilidade de utilizarem os terrenos abrangidos pela área de uma eventual albufeira;
- não foram levados em conta os impactes cumulativos à fauna, flora e vegetação do Vale do Tâmega de todas estas barragens: na degradação da qualidade da água, nos obstáculos à conectividade dos ecossistemas, na erosão costeira, no microclima que afetará a produção de vinho;
- autoriza a EDP e a Iberdrola a tirar às famílias portuguesas 10.400 M€, ou seja, triplica a dívida tarifária e impõe um encargo de 2.600€ a cada família, equivalente a um acréscimo médio na fatura elétrica de 5% (GEOTA; LPN, 2016).

Por outro lado, os dirigentes das câmaras municipais do entorno das barragens protestaram, alegando que perdem receitas e vantagens para o comércio local que a barragem traria (DN, 2016; TVI 24, 2016).

Referências bibliográficas

- CABRITA-MENDES, André. Cancelamento das barragens da EDP e da Endesa tem “custos zero para os cidadãos”. Negócios. 19 abr. 2016.
- CAMPO ABERTO; FAPAS; QUERCUS. Jantar solidário com o Tâmega – salvar o Tâmega está nas suas mãos, 2 nov. 2010.
- CM. Barragens do Tâmega já mexem na economia de Ribeira de Pena. Moradores preocupados com perda de casas e terrenos agrícolas. Correio da Manhã-CM, 19 de abril de 2016.
- DN. Grandes barragens: decisão do Governo não chega, dizem as ONG. Diário de Notícias-DN. 18 abr. 2016.
- EDP. Fridão - Informação Técnica. 2014.
- GEOTA. Luz verde para as barragens no Tâmega resulta em 10.000M€ tirados às famílias portuguesas. Comunicado conjunto GEOTA-LPN, 21 abr. 2016.
- GEOTA. Início. Rios Livres-GEOTA. Acedido em: 18 jun. 2016.
- GONÇALVES, ANA. EDP quer arrancar com barragem do Fridão em 2016. Portal de notícias Sapo, economia, 29 abr. 2015.
- GOVERNO DE PORTUGAL. Construção de barragens do Alto Tâmega vai criar 13.500 empregos e reforçar energias renováveis, 4 jul. 2014.

IBERDROLA. Projeto Alto Tâmega, 2014.

LUSA. Associações ibéricas apelam à suspensão das três barragens do Alto Tâmega, 10 jul. 2014.

PEV. Dia 13 de março: manifestação em Amarante contra as barragens no Tâmega e no Tua. Coletivo Regional de Braga do Partido Ecologista Os Verdes-PEV, 11 mar. 2010.

QUERCUS. Quercus apresenta queixa à União Europeia relativamente a quatro barragens propostas para o Tâmega. Quercus, 3 out. 2011.

RTP. Chumbo do Ministério: Mexilhão trava uma das quatro barragens do Alto Tâmega, RTP Notícias, 22 jun. 2010.

SALVAR O TAMEGA. Salvar o Tâmega está nas suas mãos. Blog Salvar o Tâmega. Portugal, 2 nov. 2010.

SANTOS, Pedro. Rios em Risco - Rio Tâmega. Site do projeto Rios Livres GEOTA, nov. 2015.

SIC. População queixa-se dos impactos negativos da nova barragem em Ribeira da Pena. SIC Notícias. 19 abr. 2016.

TVI24. Autarquias contestam cancelamento de barragens e há quem fale em falência do projeto. TVI24. 19 abr. 2016.

3.6 Barragens no Vouga submergem famílias, património arqueológico e sobreiros

Resumo

Trinta anos após o primeiro estudo sobre a localização de uma nova barragem na bacia do Vouga, a construção do aproveitamento hidroelétrico Ribeiradio/ Ermida é aprovada em 2009. Esta envolveu abate de espécies protegidas, destruição de património cultural e famílias desalojadas.

A barragem de Ribeiradio começou a ser estudada nos anos 1970. No final da década de 1990, é realizado o projeto de execução com procedimento de avaliação ambiental. A ordem de construção ainda ocorreu no início da década de 2000, mas foi interrompida por razões processuais e técnicas. Quanto ao Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico-PNBEPH, de 2007, este continha efetivamente um único aproveitamento previsto para a cascata do rio Vouga, e que era a barragem de Pinhosão, que entretanto não foi aprovada pelo governo, por não ter recebido nenhuma candidatura. Terá sido esta situação que voltou a colocar na agenda do PNBEPH o empreendimento do Ribeiradio. A utilidade do empreendimento foi ressaltada não só pelo papel na produção de energia, mas também por poder a vir apoiar outros problemas identificados na bacia do Vouga relacionados ao controlo dos efeitos das cheias, e à existência de aprovisionamento de água (EDP e MARTIFER, 2008).

O Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida-AHRE é composto por duas barragens: a montante, a barragem de maior dimensão, Ribeiradio e, a jusante, a Ermida, de menor dimensão, assim como as respetivas centrais de produção de energia elétrica. É esta arquitetura de equipamento que permite que o contra embalse (Barragem de Ermida) seja tornado reversível (bombar novamente a água para Ribeiradio) e uma parceria com a energia eólica para viabilizar o processo.

O período de 50 anos da concessão deste duo de barragens está sob a responsabilidade da Greenvouga, empresa detida pela EDP (97,33%) e pela Martifer Renewables (2,67%). A obra iniciada em 2010 tem associado um investimento de cerca de 214 milhões de euros, e a entrada em serviço está prevista para 2015. Apresentará uma potência de 81 MW e uma produção média anual de 139 GWh (EDP, 2014). De notar que o investimento que, nos anos 2000 - quando a construção foi interrompida -, era público (Instituto da Água-INAG), passa a ser privado (COSTA, 2009).

A construção do empreendimento foi acompanhada por várias polémicas, dentre as quais o próprio atraso da obra cuja empresa atribui à demora necessária para as expropriações dos terrenos naquela zona, que por serem uma grande quantidade de pequenas parcelas de terrenos “complicou o processo de compra” (SILVA, 2012).

Partidos políticos, associações ambientalistas e de defesa do património mobilizaram esforços no sentido de tornar pública a ideia de impacte irreversível deste empreendimento para o território e para a população. O processo envolveu expropriação de terras, como é o caso relatado por um casal morador numa das freguesias afetadas há mais de 30 anos, que viu a sua casa expropriada. Em 2014 o empreendimento oferece a este casal a opção de uma nova habitação no Barreiro, freguesia de Valadares (São Pedro do Sul), a habitação alternativa encontrava-se também em atraso na sua conclusão (BEIRA VOUGA, 2014).

O Partido Ecologista Os Verdes-PEV dirige em 2012, na Assembleia da República, uma pergunta ao Governo, através do Ministério da Economia, sobre a interrupção da ligação entre a estrada nacional EN 333-3 e a povoação de Barreiro (São Pedro do Sul). Na área a submergir encontra-se, na extinta freguesia de Sejães, a Ponte Luiz Bandeira, construída em 1907, considerada a ponte mais antiga de betão armado em utilização em Portugal e uma das mais antigas da Europa. A defesa da ponte mereceu uma grande mobilização da população e da Junta de Freguesia. Foi apresentado um abaixo-assinado, para que a EDP Produção (gestora do projeto) restabeleça a ligação de forma a servir as pessoas de Barreiro e da freguesia de Valadares (SILVA, 2012).

A Associação de Arqueólogos Portugueses-AAP também intervém para defender os achados arqueológicos paleolíticos, distribuídos por mais de 3.000 metros quadrados, e encontrados durante a construção do AHRE. A AAP reconheceu ser “um acampamento, que se estima que tenha entre três e cinco mil metros quadrados, dos últimos grupos de caçadores recoletores do paleolítico. Foi habitado pelos mesmos povos que fizeram as gravuras de Foz Côa”. Esta associação aponta ainda para a falta de estudos arqueológicos na Avaliação de Impacte Ambiental. A Direção-Geral do Património Cultural, que acompanha o processo da construção da Barragem de Ribeiradio, defendeu a originalidade dos achados e admitiu que escaparam ao Estudo de Impacte Ambiental do projeto (COSTA, 2014).

Em 2013, o despacho governamental argumenta a utilidade pública do empreendimento, que viabiliza o abate de cerca de 3.200 sobreiros em cerca de 11 hectares na zona abrangida pela obra, entre Sever do Vouga e Oliveira de Frades.

No despacho, o governo tem em consideração o “relevante interesse público, económico e social da obra, bem como a sua sustentabilidade” (LUSA, 2013). Nesta declaração é ignorado o abate dos sobreiros, que como recorda a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, constitui um símbolo nacional classificado pela Assembleia da República. O sobreiro corresponde a uma espécie protegida, cujo abate só é permitido quando não há alternativa e no caso da construção da barragem de Ribeiradio-Ermida não havia sido feito um estudo de alternativas para a localização da mesma (LUSA, 2013).

Em 31 de maio de 2016 o Partido Ecologista Os Verdes-PEV questionou o não cumprimento pela EDP da Declaração de Impacte Ambiental Favorável Condicionada do Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeiradio-Ermida e requereu à Agência Portuguesa do Ambiente-APA documentos técnicos. A população queixa-se da falta de acessibilidades causada pela obra e adulteração de percursos definidos no EIA (ROMÃO, 2016).

Referências bibliográficas

- BEIRA VOUGA. Barragem de Ribeiradio/Ermida dá lugar a um novo rio Vouga. *Jornal Beira Vouga*, 4 de nov. 2014.
- COSTA, João P. Barragens de Ribeiradio Ermida concluídas em 2013. *Jornal de Notícias*, 21 fev. 2009.
- COSTA, Maria João. Barragem ameaça achados arqueológicos com mais de 10 mil anos. *Rádio Renascença*, 27 ago. 2014.
- EDP. Barragem de Ribeiradio Ermida, site da EDP, jun. 2014.
- EDP; MARTIFER. Aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio Ermida - estudo de impacte ambiental. v. II, COBA - Consultores de Engenharia e Ambiente, jul. 2008.
- LUSA. Autarcas surpreendidos com número de sobreiros a abater para nova barragem. *Visão Verde*, 26 fev. 2013.
- PEV. Intervenção de Manuela Cunha. Comício CDU, Braga, 22 mai. 2014.
- ROMÃO, João. Verdes pedem documentos sobre aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida. *Lafões fm*. 31 mai. 2016.
- SILVA, José M. Server do Vouga: barragem de Ribeiradio pronta em 2014. *Diário de Aveiro*, 2 mai. 2012.

3.7 Rio Mondego em perigo com minihídrica de Foz do Caneio

Resumo

A construção de uma mini-hídrica no rio Mondego, entre Penacova e Coimbra, mobilizou as populações, organizações ambientalistas e empresas locais. Após quatro anos de protestos organizados e de discussão pública do projeto, o governo português cancela a construção devido aos impactes ambientais que esta causaria.

A construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Penacova e Poiares-AHPP, no rio Mondego, entre Penacova e Coimbra, levantou desde o início fortes oposições. O aproveitamento enquadra-se no âmbito do plano nacional de política energética baseado no reforço de minihídricas, com vista a assegurar mais de 50% da capacidade atual da produção elétrica (FCUL, 2010).

Em resposta a esta decisão surgiu então a Plataforma Mondego Vivo-PMV com o objetivo de lutar contra a implementação da minihídrica que comprometia o desenvolvimento de várias atividades locais.

Composta por cidadãos, empresas de animação turística que operam no rio Mondego, associações de defesa do ambiente, como a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, Associação Nacional de Conservação de Natureza-QUERCUS e Associação dos Amigos do rio Mondego, representantes das câmaras municipais e juntas de freguesia afetadas (Coimbra, Penacova e Vila Nova de Poiares; Arrifana, Lorvão, Penacova e Torres do Mondego), representantes da Confraria da Lampreia e dos restaurantes de Penacova e, ainda, representantes das associações de moradores ou comissões de melhoramentos das aldeias afetadas (Carvalhosas/Palheiros, Rebordosa, Caneiro, Louredo, Carvoeira e Ronqueira), a PMV foi criada para lutar contra a implementação desta minihídrica em defesa das atividades locais e o desenvolvimento local.

Um exemplo da sua atuação foi o alerta dado pela PMV a respeito da importância da atividade de canoagem neste percurso com um volume de negócios anual de cerca de meio milhão de euros, e o envolvimento de aproximadamente 30 mil pessoas em percursos realizados no rio todos os anos. E, quando em 2010, a Hidroenergia de Penacova e Poiares obtém o direito de construir o AHPP, a PMV mobilizou mais de 800 pessoas em cerca de 400 canoas para descer o rio

Mondego, entre Penacova e Coimbra, num protesto contra a construção da minihídrica na Foz do Caneiro. A iniciativa teve como objetivo a defesa da canoagem, a proteção da lampreia e da atividade agrícola nos terrenos que poderão ficar submersos nos 4 km de albufeira previstos no projeto (LIMA, 2011).

Em paralelo a esta mega descida do rio, a comissão organizadora da PMV reúne-se na Câmara Municipal de Penacova, com o intuito de definir uma estratégia para esclarecer as populações sobre os impactos desta obra. A inexistência de acesso à informação por parte das populações afetadas e o desadequado processo de consulta pública foi igualmente discutido nesta assembleia. A Plataforma, que integra entidades ligadas de alguma forma ao rio e ao território, elenca então um conjunto de questões, e alerta para os prejuízos que a concretização da minihídrica implicaria, nomeadamente nos domínios económico, turístico e ambiental (A BALACLAVA, 2011).

A criação de uma albufeira de águas paradas altera a fauna piscícola. Em particular, a obra futura iria invalidar por completo o investimento de cerca de 3,5 milhões de euros, realizado na construção de uma escada para a passagem de peixes migradores na ponte-açude em Coimbra a cerca de 15 km a jusante do AHPP. O objetivo desta obra foi garantir o acesso de espécies como a lampreia-marinha, o sável e a savelha às suas áreas de reprodução. Uma barragem a montante anularia o seu efeito.

É em face desta situação que um deputado do Partido Popular-CDS-PP definiu-a como paradoxal por “ter-se gasto três milhões de euros na ponte-açude para permitir que a lampreia suba o rio e depois bloquear essa mesma subida com um paredão de dez metros uns quilómetros a montante” (LUSA, 2011).

O Bloco de Esquerda-BE também se junta às contestações apelando para que a obra seja sujeita a um “rigoroso processo de avaliação de impacte ambiental” e lamentando que não tenha havido um esforço para procurar alternativas.

O BE sugere ainda o cancelamento do concurso público das minihídricas, lançado em outubro de 2010 pela Administração da Região Hidrográfica do Centro. O partido também refere a ineficácia de uma barragem a montante de um sistema de passagem para peixes, o que anularia por completo a utilidade desta obra caso fosse instalada a unidade de produção de energia (AMBIENTEONLINE, 2011).

A Confraria da Lampreia também não aceita a argumentação da construção assente apenas no aumento da produção de energia; refere que nesse caso,

haveria outras soluções como a instalação de mais turbinas nas barragens do Coiço e Fronhas, ambas no rio Mondego, de modo a evitar este impacto no rio e nas zonas ribeirinhas (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2011).

A Câmara Municipal de Coimbra também se posiciona contra a construção da minihídrica. Numa assembleia municipal é apresentado o parecer da Câmara Municipal de Coimbra que é inequivocamente desfavorável à construção da minihídrica no Mondego. O executivo municipal afirma-se, por unanimidade, contra aquele projeto na sua última reunião, realizada em 21 de abril, alegando, designadamente, razões de ordem ambiental, económica, turística, paisagística e de bom senso (LUSA, 2014).

A PMV cria e promove uma petição entregue na Assembleia da República contra a minihídrica. Defende a necessidade de travar “a progressiva degradação deste ecossistema e preservar a sua unidade e continuidade biológicas, onde coexistem espécies florísticas e faunísticas autóctones, muitas delas endémicas do nosso País” (PETIÇÃO PÚBLICA, 2014).

Em agosto de 2014, após quatro anos de protestos, a Secretaria de Estado do Ambiente emitiu uma Declaração de Impacte Ambiental-DIA desfavorável ao projeto de AHPP, inviabilizando a sua construção no rio Mondego. A exposição mediática e as ações de discussão e protesto público, aliados à criação de eventos culturais, foram fundamentais para o desfecho do projeto.

Referências bibliográficas

- A BALACLAVA. Minihídrica no rio Mondego, não! Blog A Balaclava, 20 abr. 2011.
- AMBIENTE ONLINE. Bloco de Esquerda junta-se à contestação da minihídrica do Mondego. Portal Ambiente online, 13 jan. 2011.
- FCUL. Energia 2020 – um objetivo a 10 anos, site da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa-FCUL, 2010.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. Confraria de Lampreia contra construção de barragem no rio Mondego. Notícias, 10 dez. 2011.
- LIMA, Octávio. 400 canoas contra minihídrica no Mondego. Blog Ambiente Ondas3, 3 mai. 2011.
- LUSA. Mais de 400 canoas desceram o Mondego contra construção de minihídrica. Público, 2 mai. 2011.
- LUSA. Câmara de Coimbra inequivocamente contra minihídrica no Mondego. Correio da Manhã, Notícias, 29 abr. 2014.
- PETIÇÃO PÚBLICA. Petição contra a construção da minihídrica no rio Mondego, 2014.

3.8 SOS Rio Paiva: contestação a minihídricas

Resumo

Em 2008, é aberto um concurso público para a construção de mini-hídricas em várias regiões de Portugal. Na região de Arouca, onde se situam o rio Paiva e seus afluentes, surgem contestações pondo em causa a necessidade do aproveitamento face aos impactes em sítios da Rede Natura 2000. Quatro anos mais tarde, o governo português suspende os projetos.

O ecossistema do vale do rio Paiva esteve sob ameaça devido à proposta de construção de duas minihídricas no rio Paiva e no seu afluente, o rio Paivô. O rio Paiva caracteriza-se pela intensidade das suas águas correntes que atrai públicos amantes de desportos naturais. Já foi considerado o rio menos poluído da Europa e é classificado como Sítio de Importância Comunitária-SIC na Rede Natura 2000. A região abrange os concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães, Arouca, Castro Daire, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Sátão, Sernancelhe e Moimenta da Beira.

Em 2008, um aviso no Diário da República tornou pública a entrada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte-CCDRN de um pedido de utilização dos recursos hídricos com o fim de captar água do rio Paiva para a produção de energia hidroelétrica através da implantação de infraestruturas hidráulicas nas freguesias de Canelas e Alvarenga, no concelho de Arouca. Neste DR “convidavam-se todos os interessados para, querendo, requerer junto da CCDRN, um idêntico pedido de atribuição de concessão com o objeto e finalidade ora publicitada, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente Aviso” (DR, 2008, p. 1476).

Quanto à Assembleia Municipal de Arouca, esta votou uma moção proposta por um representante da Coligação Democrática Unitária-CDU, repudiando a construção das duas minihídricas recomendando à CCDRN que não fosse concedida a sua utilização (CDU, 2008). Mas a anunciada construção também tinha sido alvo de protestos por parte da associação S.O.S. Paiva, criada em 1999. Este movimento cívico surge no final da década de 1990, constituído por um grupo de cidadãos do concelho de Castelo de Paiva, e mais tarde de outros concelhos ribeirinhos, que decidiram juntar-se para contestar o projeto de construção de uma grande barragem no vale do Paiva, da responsabilidade

da empresa Águas do Douro e Paiva. A inviabilização deste megaprojeto constituiu uma vitória relevante para todos os que se mobilizaram em defesa deste importante recurso natural, mas não afastou definitivamente as ameaças ao equilíbrio ecológico do vale do rio Paiva nem fez abrandar o despovoamento das comunidades ribeirinhas e os problemas sociais da região (SOS PAIVA, 2008).

Em 2012, a associação promoveu uma petição online, expondo as consequências negativas para as dimensões paisagísticas e naturais do rio Paiva. Esta associação opõe-se totalmente aos efeitos de artificialização e estrangulamento do rio com os novos projetos de minihídricas, alertando para a necessidade de adotarem medidas de proteção e preservação do rio (nomeadamente o aumento de fiscalização às descargas que têm vindo a poluir cada vez mais as águas do Paiva) (SOS PAIVA, 2008).

A possibilidade de construção das duas minihídricas contou com a oposição da Câmara Municipal de Arouca e do Clube do Ambiente e Património do Arda e Urtigosa-URTIARDA. A autarquia argumentou que os projetos não trariam qualquer benefício para as populações de Canelas, Alvarenga e Covelo de Paivó, e prejudicariam a paisagem natural e a prática de desportos radicais no Paiva. O URTIARDA garante que as barragens colocam em risco os regadios tradicionais das aldeias e o habitat natural das trutas. Ainda, que o rio desagua no Douro e, portanto, para o clube seriam graves as perdas para os praticantes de desportos naturais. Todos os anos, os adeptos desta categoria de desporto perderiam a possibilidade de realizarem atividades como o rafting, a canoagem, entre outros, incluindo aqueles praticados na região de Arouca.

A população e o URTIARDA temiam que os impactos da construção de uma albufeira fossem semelhantes aos do rio Ardena na mesma região. Em 2002 a empresa Hidrocentrais Reunidas explorava a possibilidade de aumentar a produção de energia elétrica da sua minihídrica, mas a Junta de Agricultores do Rego do Boi, Alvarenga, Arouca, invocou direitos ancestrais para continuar a alimentar o regadio dos campos a partir daquele curso de água. Na época, a empresa propôs um acordo que passava pela cedência da água aos agricultores tendo como contrapartida a realização de obras necessárias ao sistema de regadio (CORREIO DA MANHÃ, 2002). Mais tarde verificou-se que o desvio, com vários quilómetros de extensão, não possibilitava a manutenção de um caudal mínimo, designado de caudal ecológico, que se destinaria a manter vivo o ecossistema, e que é obrigatório por lei (BRANDÃO, 2010).

Os subscritores do manifesto de 2012, que compõe a petição dirigida ao governo português, pedem que inviabilize estes projetos, apontando para a necessidade urgente da preservação dos habitats da bacia hidrográfica do rio Paiva, para que seja possível cumprir a Diretiva-Quadro da Água. Estes destacam ser necessário monitorizar e melhorar a qualidade da água; condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; promover a regeneração natural; estabelecer programas de repovoamento com a reintrodução de espécies; condicionar a construção de infraestruturas; conservar e recuperar a vegetação ribeirinha autóctone; reduzir o risco de incêndio e ordenar a prática de desportos da natureza, entre outros (PETITION ONLINE, 2012).

Em 2012 a Associação Nacional de Conservação de Natureza-QUERCUS, durante a apresentação de dois projetos integrados no Programa Life, da União Europeia-UE, o “Ecótono-Gestão de habitats ripícolas para a conservação de invertebrados ameaçados” e o “Higro-Conservação de habitats de montanha”, com sítios localizados nesta região, reforçou que os habitats ripícolas são cruciais para a conservação da natureza, constituídos por espécies como os amieiros, choupos ou ulmeiros, onde diversos invertebrados ameaçados têm populações essenciais (CORREIO DA MANHÃ, 2012).

No mesmo ano, o governo declara a suspensão não só das minihídricas do Paiva como também dá instruções para emitir indeferimentos limiaries aos projetos, cujos concursos haviam sido lançados pelas administrações da Região Hidrográfica do Norte, Centro e Tejo, justificada pela reavaliação do enquadramento da produção de eletricidade em regime especial, onde são incluídas também as energias renováveis e a cogeração.

A Liga para a Proteção da Natureza-LPN reage a esta decisão recordando a semelhança com o sucedido no Programa Nacional de Barragens, quando os concursos públicos foram lançados no período de realização dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica. Desta forma, o próprio processo de realização de planos hidrográficos impossibilitou a análise de alternativas com menores impactos nos ecossistemas aquáticos, infringindo aliás a Diretiva-Quadro da Água (LPN, 2012).

Referências bibliográficas

BRANDÃO, António. Os Rios de Arouca. Ambiente, Blog CDU-Arouca, 18 jun. 2010.
CDU. Moção proposta por José Oliveira, representante da CDU: minihídricas nos rios Paivó e Paiva. 29 fev. 2008.

CORREIO DA MANHÃ. Acordo à vista em Arouca. Notícias, 6 ago. 2002.
 LPN. Suspensão das minihídricas. Comunicado de Imprensa, Lisboa, 9 mar. 2011.
 DR. Aviso 1014/2008, DR-Diário da República 2ª série, n. 8, 11 jan. 2008.
 PETITION ONLINE. Manifesto SOS Rio Paiva, 2012.
 SOS RIO PAIVA. 2 minihídricas no Paiva e Paivó. Associação de Defesa do Vale do Paiva, Notícias, 18 mar. 2008.

4. LINHAS DE ALTA TENSÃO

4.1 Linhas de Alta Tensão: movimentos de protesto e contextualização

Resumo

Em Portugal, a energia elétrica é fornecida pela Rede Elétrica Nacional-REN, uma concessionária da Rede Nacional de Transportes criada em 1994, que tem atualmente 6.438 km de linhas de alta e muito alta tensão. A instalação das LAT é hoje alvo de fortes contestações por parte de vários atores sociais, que receiam os seus impactos sobre a saúde humana e o ambiente. Desde a década de 70 do século XX, vários estudos têm apontado os graves perigos para a saúde das populações resultantes da proximidade dos campos eletromagnéticos, alertando para a necessidade de acautelar as novas instalações e de se proceder a uma regulamentação da rede elétrica nacional.

A energia elétrica é transportada desde os locais onde é produzida (centrais hidroelétricas e centrais termoelétricas) através da Rede Nacional de Transportes-RNT. A RNT é constituída por Linhas de Alta Tensão-LAT ou de Muito Alta Tensão-MAT, que se distribuem pelo país com diversas potências (60 kV; 150 kV; 220 kV; 400 kV). A RNT é também constituída por subestações transformadoras que alimentam as redes elétricas a 60 kV (REN, 2014).

Em Portugal, a energia elétrica é fornecida pela Rede Elétrica Nacional-REN, concessionária da RNT. Criada em 1994 e com caráter de utilidade pública, a REN funciona como operadora de sistemas e operadora de mercado, tendo como responsabilidade o fornecimento de eletricidade de forma ininterrupta. A RNT gerida pela REN tem atualmente 6.438 km de linhas, das quais 1.301 km funcionam a 400 kV, 2.717 km funcionam a 220 kV e 2.420 km a 150 kV/130 kV. Para além disso, possui 47 subestações, 7 postos de corte, 1 posto de seccionamento e a sua potência de transformação ou autotransformação é de 17.667 MVA (REN, 2015).

A instalação das linhas de alta tensão não é um tema isento de polémicas, sendo alvo de fortes contestações por parte de vários atores sociais que se opõem firmemente à sua instalação. A principal contestação prende-se com a instalação destas nas proximidades das zonas habitacionais e os possíveis impactos na saúde das populações.

Desde a década de 70 do século XX, vários estudos têm apontado os graves perigos para a saúde das populações resultantes da proximidade dos campos eletromagnéticos. No entanto, a Organização Mundial da Saúde-OMS afirma que não existem dados científicos suficientes que comprovem essa relação (OMS, 2007). De acordo com a OMS, apenas os campos magnéticos muito intensos, com valores superiores a 500 μT , podem ter algum efeito sobre o sistema nervoso, o que não seria o caso das LAT cujos campos magnéticos produzidos não ultrapassam os 30 μT (SÁ, 2008). A OMS considera ser possível, embora não esteja provado que seja provável, que os campos magnéticos de baixa intensidade estejam relacionados com alguma forma de incidência de cancro (SÁ, 2008). Assim, e atendendo ao princípio de precaução proposto na Cimeira da Terra de 1992 (SIMAS, 2010), em 1998 a OMS estabeleceu 10 kV/m como limite máximo de potência das LAT. Este limite foi adotado pela União Europeia-UE em 1999 e mais tarde, em 2004, em Portugal (MAPA, 2014).

As estatísticas, pelo contrário, demonstram o aumento das doenças oncológicas nas populações que vivem perto das LAT. Estudos realizados na Universidade de Oxford concluem que crianças que vivem a menos de 100 m das LAT, apresentam uma taxa de risco 2,7 vezes superior de vir a desenvolver leucemia do que a generalidade das crianças (METEO, 2007).

Outros estudos concluem que as LAT estão relacionadas com o maior risco de desenvolvimento de tumores cerebrais e que a exposição prolongada a estas pode levar a malformações fetais e a partos prematuros. Outra das questões relativas à saúde pública diz respeito aos impactos causados pelo ruído de baixas frequências, que causa aumento de stress, depressão, alterações de sono, cefaleias e crises epiléticas (METEO, 2007).

O 1º Encontro sobre Linhas Elétricas e Avifauna realizado no país teve lugar em Castelo Branco em 1999, organizado pela Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS e pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA. O principal resultado do encontro foi a constituição de um grupo de trabalho, constituído pelas duas associações ambientalistas, a empresa Energias de Portugal-EDP e o Instituto de Conservação da Natureza-ICN, que em 2003 assinaram um protocolo de cooperação.

Tendo como preocupação a necessidade de conservação das aves, o grupo de trabalho realizou um estudo minucioso sobre a mortandade das aves por eletrocussão e colisão em áreas protegidas: Zonas de Proteção Especiais e Áreas Importantes para as Aves. As aves usam as infraestruturas das LAT para poiso, ponto estratégico de caça, dormitório e local de nidificação. Muitas vezes, ao

realizar esses movimentos as aves entram em contacto com dois elementos condutores de diferentes potências, originando a eletrocussão ou embatem contra os condutores aéreos e os cabos de terra, dando-se a colisão. Na realização do estudo, os investigadores percorreram 5.000 km a pé, correspondendo a cerca de 500 troços de LAT, e observaram uma elevada taxa de mortandade das aves, (SPEA e QUERCUS, 2005).

Estudos anteriores já haviam destacado a correlação das LAT com a regressão na proteção e conservação de diversas espécies ameaçadas. Os impactos das LAT não se restringem apenas à avifauna, mas também a espécies de mamíferos presentes no território como os morcegos e alcateias de lobos (REN, 2014).

Se parece não haver consenso científico sobre o assunto, por outro lado parece ser bastante consensual a rejeição pelos movimentos cívicos da instalação de LAT em zonas urbanas.

As implicações na saúde pública da prolongada exposição às LAT tornaram-se tema de debate público a partir de 2007, quando vários movimentos cívicos ao longo do país contestaram as ações da REN. Foi um ano de importantes vitórias para os movimentos cívicos com a mudança do traçado da linha de Silves e o enterramento da linha de Trajouce-Fanhões. Estes movimentos reivindicaram maior ação do governo na mudança de lei e responsabilização da REN para a redução até 500 vezes dos valores dos campos eletromagnéticos. Em 2008 o governo chumbou a proposta de lei do Bloco de Esquerda-BE que propunha a redução dos limites máximos da exposição à radiação eletromagnética, o que obrigaria ao enterramento das linhas (ESQUERDA.NET, 2008).

No mesmo ano, a discussão sobre o perigo das LAT para as populações em zonas urbanas voltou a ser tema na Assembleia da República-AR, mais especificamente na discussão da proposta de lei do Partido Social Democrata-PSD em coligação com o Centro Democrático Social-CDS, do Partido Comunista Português-PCP, do Partido Ecologista Os Verdes-PEV e do BE. Deputados do Partido Socialista-PS que coordenavam o grupo de trabalho da comissão ambiental questionaram a proposta de lei, principalmente na perspetiva financeira, após pedirem pareceres junto da REN, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos-ERSE, da Associação Nacional de Municípios-ANMP e da Associação Nacional de Freguesias-ANAFRE. Segundo o PS, a resposta à pergunta ‘quem pagará os custos das alterações propostas?’, é fundamental para a aprovação da lei. Seriam estes custos pagos pela REN com penalização dos cidadãos pelo aumento da conta de eletricidade ou pelo governo através do Orçamento de Estado? Esta questão é tanto mais relevante se tivermos em conta que uma

das principais soluções para a problemática das LAT passa necessariamente pelo enterramento destas. O traçado Trajouce-Fanhões, a título de exemplo, acarreta um custo estimado entre 20 a 30 milhões de euros (SIMAS, 2010).

A proposta de lei, que seria aprovada em 2009, estabelece: 1) ser da responsabilidade do governo a definição dos limites dentro dos quais é possível ou não construir em redor das LAT; 2) o prazo de um ano para o governo fazer o levantamento da situação das LAT no país; 3) o prazo de dois anos para resolver os problemas e, 4) o prazo máximo de 10 anos para resolver todos os casos observados (SIMAS, 2010).

Em abril de 2008 vários movimentos cívicos reuniram-se no Cacém para formarem um único movimento - Movimento Nacional Contra as Linhas de Alta Tensão nas Zonas Habitadas-MNCATZH - com o objetivo de fazer pressão sobre o governo e organizar a mobilização popular.

Para além dos impactos na saúde pública, as populações diretamente afetadas pelas LAT preocupam-se com as alterações na paisagem e suas consequências para a atividade turística, muitas delas com interesse internacional, e a consequente desvalorização dos terrenos (LUSA, 2008).

Desde 1995 existe jurisprudência sobre o assunto, tendo sido pioneiro o Tribunal de Relação do Porto num processo de expropriação, e posteriormente, em 2001, num processo comum. Em ambos os casos, após análise de estudos científicos, o tribunal deliberou que perante a possibilidade de perigo para a saúde pública da exposição aos campos eletromagnéticos produzidos pelas LAT e consequente desvalorização dos terrenos, deve ser paga uma indemnização obrigatória pelo valor real dos prédios atravessados pelas LAT (METEO, 2007).

De acordo com a lei aprovada em novembro de 2009, assente no “princípio da precaução”, as construções das LAT apenas podem acontecer a uma determinada distância das habitações, com o intuito de proteger a saúde das populações do impacto da exposição aos campos eletromagnéticos. Este princípio baseia-se nos limites estabelecidos pela OMS, e as diretivas de boas práticas da UE. Neste sentido, o PSD avançou com um projeto de lei, promulgado em 2010 como Lei n. 30/2010 de 02 de setembro sobre a proteção contra a exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados das LAT. A lei prevê que, num período de um ano, o governo faça um levantamento minucioso sobre a situação do país, e nos dois anos seguintes apresente um plano de resolução dos problemas sobre as construções perto das redes elétricas. Posteriormente, tem um período de 10 anos para resolver todos os casos (AR, 2010).

Algumas mobilizações civis foram extremamente emblemáticas e tiveram repercussão internacional, como o caso LAT Espanha-Portugal, em que Portugal tem a maior parte da extensão da linha, a ser implementado em solo nacional pela Rede Energética Nacional- REN. A contestação iniciou-se em 2011 e em abril de 2014 reuniu na ponte de Melgaço, no Minho, manifestantes de ambos os lados da fronteira. A população de Arbo e a população do Minho uniram-se contra a instalação da LAT de 400 kV desde a região fronteiriça da Galiza até à fronteira portuguesa (PAeM, 2017).

No caso da LAT Tunes-Estói, a obra de ligação entre as duas subestações iniciou-se na década de 90 do século XX. Licenciada em maio de 1994, ela foi embargada em 2007 pela Câmara Municipal de Albufeira devido ao conflito com as populações, que não queriam a proximidade dos postes com as habitações.

O outro caso foi a LAT Foz Tua-Armamar, projetada para transportar a energia produzida pela hidroelétrica na região do Alto Douro Vinhateiro, classificada como património da humanidade pela UNESCO, que modificará a paisagem e a forma como a paisagem viticultural é vivida. A ameaça para o património da humanidade rendeu várias críticas ao governo português por parte da UNESCO. Contudo, estas não alteraram os planos do governo, e a construção da Barragem do Tua encontra-se em estágio avançado.

O caso das LAT Trajouce-Fanhões em 2008 levou as associações Quercus e Olho Vivo a fazer uma queixa à UE contra o Estado português pelo incumprimento de diretivas sobre a avaliação de impacte ambiental-AIA de linhas aéreas de muito alta tensão. Segundo estas associações, não foram realizados estudos propondo linhas alternativas, o que é obrigatório conforme a legislação europeia (PÚBLICO, 2006). O mesmo não ocorreu com o projeto para a linha de Cascais, Amadora e Sintra.

Em outubro de 2016, a AR aprovou por unanimidade o Projeto de Resolução do BE para regulamentar a lei de proteção contra os efeitos das linhas de alta tensão. (ESQUERDA, 2016).

Em abril de 2017, foram aprovadas na AR os pedidos do PSD e do BE de audição do presidente da REN e dos secretários de Estado da Energia e do Ambiente, sobre o traçado das linhas de muito alta tensão no concelho de Barcelos. Segundo fonte oficial da secretaria de Estado da Energia, estas audições inserem-se no âmbito de um novo grupo de trabalho criado em fevereiro pelo governo para estudar os campos eletromagnéticos, e propor as alterações necessárias à metodologia de licenciamento das novas infraestruturas elétricas.

O grupo de trabalho ficou de entregar um relatório até 30 de abril (LUSA, 2017), e já decorrida esta data não há informação pública a respeito.

Em maio de 2017, o presidente da comissão parlamentar do Ambiente esteve presente numa conferência organizada sobre o tema em Barcelos, junto com a eurodeputada galega Lúcia Senra, defendendo uma aliança entre portugueses e espanhóis para travar o avanço do traçado da linha de muito alta tensão em ambos os países. (ESQUERDA.NET, 2017).

Em junho de 2017, o governo anunciou que pretende avançar o mais rápido possível com o processo de regulamentação para a construção das LAT. A proposta de regulamentação dos impactos dos campos eletromagnéticos, resultado do trabalho do grupo constituído no início do ano, encontra-se em consulta pública na página da Direção Geral de Geologia e Energia–DGEG, e propõe que as novas linhas não passem sobre infraestruturas sensíveis definidas como: unidades de saúde e escolas, creches ou jardins-de-infância, lares da terceira idade e asilos, parques e zonas de recreio infantil, espaços, instalações e equipamentos desportivos e ainda edifícios residenciais e moradias destinadas a residência permanente. Em caso de não haver alternativa, o proprietário poderia autorizar ou não a sua viabilização. Ao mesmo tempo, a REN teria que assegurar uma distância mínima entre as infraestruturas elétricas AT/MAT e as infraestruturas sensíveis, e conseguir minimizar os impactos de várias ordens: ruído, de campos eletromagnéticos, ou de âmbito social, decorrentes da sua instalação (LUSA, 2017).

Referências Bibliográficas

- AR. Assembleia da República. Lei n.º30/2010, 2 set. 2010. Proteção contra a exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos. Diário da República, p. 3846-3848, set. 2010.
- BERENQUER, Márcio. Estudos científicos alertam para os perigos de viver ao lado de linhas de alta tensão. Diário de Notícias da Madeira-DNM, 3 abr. 2007.
- CARMO, Helena. Alta tensão em zonas habitadas. 26 nov. 2007.
- CORDEIRO, Mário. As linhas de alta tensão e a saúde das crianças. Revista Pais e Filhos, mar. 2010.
- ESQUERDA. AR aprova por unanimidade projeto do Bloco para travar linhas de alta tensão. Esquerda.net. 7 out. 2016.
- ESQUERDA. Alta Tensão: “enquanto não houver lei regulamentada não deve haver avanço da linha”. Esquerda.net. 15 mai. 2017.
- ESQUERDA. Alta tensão: governo recusou alterar lei. Esquerda.net. 27 dez. 2008.

- FÓRUM DE METEOROLOGIA. Linhas de alta tensão - perigo para a saúde. Notícias, 3 jul. 2007.
- ICNF. Impactes das linhas elétricas, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas- ICNF, jan. 2015.
- LUSA. Governo quer concluir “o mais breve possível” legislação sobre redes elétricas. Expresso. 9 jun. 2017.
- LUSA. Linhas de alta tensão enterradas têm valores eletromagnéticos superiores - relatório. Correio da Manhã-CM. 8 jun. 2017.
- LUSA. Presidente da REN vai ser ouvido na AR sobre traçado de muita alta tensão. Dinheiro Vivo-DV. 5 abr. 2017.
- LUSA. Populações de zonas com linhas de alta tensão exigem ao governo alteração da lei. Notícias, 12 abr. 2008.
- MAPA. Muito alta tensão ameaça norte e Galiza. Mapa Jornal de Informação Crítica, 14 jun. 2014.
- MARQUES, Ana Teresa, D. dos S. Fatores que influenciam a mortandade de abetarda e sisão por colisão em linhas de muito alta tensão. Análises às escalas local e regional e implicações para o ordenamento do território. Dissertação de mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental na Faculdade de Ciências e Tecnologia-FCT, Universidade Nova de Lisboa-UNL, 2009.
- OLSEN, Jorgen, H.; NIELSEN, Annelise; SCHULGEN, Gabi. Residence near high voltage facilities and risk of cancer in children. Papers, v. 307, 9 out. 1993, p. 891-895.
- O MINHO. REN quer desmistificar efeitos da alta tensão junto de crianças de Ponte de Lima. Jornal Digital da Região do Minho-O Minho, 27 out. 2015.
- PINTO, Ricardo. Centrais elétricas no distrito de Coimbra. Notícias, Museu da Eletricidade, jul. 2014.
- PORSIUS, Jarry, T.; CLAASSEN, Liesbeth; SMID, Tjabe; WOUDEBERG, Fred; TIMMERMANS, Danielle. Health responses to a new high voltage power line route: design of a quasi experimental prospective field study in the Netherlands. BMC Public Health, 2014.
- PÚBLICO. Ambientalistas levam linhas de alta tensão a Bruxelas. PÚBLICO, 19 ago. 2006.
- REN. Eixo da RNT entre Vila do Conde, Vila Fria B e a rede elétrica de Espanha, a 400 Kv. Rede Elétrica Nacional-REN, Estudo de Impacte Ambiental.resumo não técnico, nov. 2014.
- REN. Regras de segurança junto a instalações de muito alta tensão e alta tensão. Rede Elétrica Nacional S.A.-REN, 2015.
- RIBEIRO, Inês; FERNANDES, Lúcia; BARCA, Stefania. High voltage electricity transmission lines, Portugal. EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, 2015.

SÁ, José Luís Pinto de. 20 perguntas frequentes sobre linhas de alta tensão e saúde pública. Universidade de Lisboa-UL, Instituto Superior Técnico-IST, fev. 2008.

SPEA; QUERCUS. Estudo sobre o impacto das linhas eléctricas de média e alta tensão na avifauna em Portugal. Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA, jun. 2005.

TIMMERMANS, Danielle. Health responses to a new high voltage power line route: design of a quasi experimental prospective field study in the Netherlands. BMC Public Health, 2014.

4.2 “Não, não, não à alta tensão”: portugueses e espanhóis contra as Linhas de Alta Tensão

Resumo

No ano de 2011 foi apresentado o projeto de uma linha de alta tensão cruzando a fronteira entre Espanha (região da Galiza) e Portugal (Porto). Este projeto foi duramente criticado e gerou protestos por parte das populações afetadas pelo trecho nos dois países, o que levou a que parte do traçado fosse desativado em 2014.

A construção da Linha de Alta Tensão-LAT de Fontefria (Galiza, Espanha) até ao Porto, de prolongamento da rede elétrica nacional no âmbito da Rede Nacional de Transportes-RNT operada pela empresa Rede Elétrica Nacional-REN, foi alvo de intensos protestos em ambos os lados da fronteira. Portugal é o país com a maior parte da extensão da linha, num total de 143 km a ser construída em solo nacional. Em causa está o projeto Eixo da RNT entre Vila do Conde, Vila Fria B e a Rede Elétrica de Espanha. Este prevê uma linha elétrica de 400 kV que exige a construção, em território português, de duas linhas duplas trifásicas, que atravessam 121 freguesias de modo a estabelecer a ligação entre a fronteira espanhola e o Porto (TVI24, 2014).

Trata-se de um compromisso internacional do Estado português com o Mercado Ibérico de Eletricidade-MIBEL, que visa a descida do custo da energia para os consumidores e uma maior competitividade para as empresas produtoras de energia. No entanto, este projeto implica impactos negativos na saúde das populações, na ecologia, no ordenamento e valorização do território, perturbação na paisagem e na conservação de edifícios classificados como património com implicações para o setor turístico. Todos estes fatores têm contribuído para o consenso suprapartidário na rejeição da LAT no traçado considerado (BRITO, 2014).

O Estudo de Impacto Ambiental-EIA mostra que o traçado proposto para a instalação da linha atravessará oito dos dez concelhos do distrito de Viana do Castelo, as freguesias de Vila Nova de Famalicão e Barcelos no distrito de Braga, e Vila do Conde e Póvoa de Varzim no distrito do Porto. O município de Ponte de Lima será o mais afetado: só na aldeia de Gemieira está prevista a instalação de 5 torres de alta tensão com 75 metros de altura, que abrange uma área de 200 m², além de 45 m² de espaço de segurança em ambos os lados da torre (MAPA, 2014).

O traçado projetado está localizado muito próximo de 20 habitações, de um aglomerado de 14 moinhos, de uma quinta de turismo rural de importância internacional, de áreas agrícolas e de uma ecovia.

Os maiores protestos foram realizados na aldeia de Gemieira, concelho de Ponte de Lima, que conta com cerca de 600 habitantes. De acordo com o autarca local, a instalação da LAT será a “morte do crescimento e desenvolvimento da freguesia”. No período de consulta pública do projeto, a população de Gemieira uniu-se numa petição contra a instalação da linha no seu território, tendo reunido 200 assinaturas entre os seus menos de 600 habitantes (TVI24, 2014). Em fevereiro de 2014, a população de Gemieira saiu às ruas em protesto com mensagens de contestação e colocou faixas negras junto à Estrada Nacional 203 (TVI24, 2014).

Ainda durante a consulta pública, a população de Gemieira uniu-se à população de Rafóios para a realização de vários protestos e ações de esclarecimento contra a linha elétrica apelidada de “linha da morte”. Perante o silêncio da Câmara Municipal de Ponte de Lima, a população dispôs-se a impedir a instalação do traçado no seu território. Foi disso exemplo disso o boicote às eleições europeias, ocorridas no dia 25 de maio de 2014, em que uma centena de habitantes de Gemieira impediu a entrada dos membros da mesa de urna da Junta de Freguesia (MAPA, 2014).

Outros protestos de repúdio tiveram lugar noutras localidades. Apesar do projeto ter iniciado em 2011, os habitantes de diferentes freguesias do concelho de Monção só tiveram conhecimento do projeto da REN no fim de dezembro de 2013, através da documentação enviada pela Agência Portuguesa do Ambiente-APA (MAPA, 2014). Os presidentes das juntas de freguesia do concelho de Monção manifestaram-se surpresos perante os documentos apresentados pela APA e, em 8 de fevereiro de 2014, junto com a Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima-CIM Alto Minho, realizaram uma sessão de esclarecimento sobre o projeto. Na reunião esteve presente um representante da REN, que perante as manifestações contra a instalação da LAT em Monção apontou como possível solução o enterramento das linhas apesar do custo que isso acrescentaria ao projeto (PETIÇÃO PÚBLICA, 2014).

Em 9 de janeiro de 2014, a vereadora das Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Monção e vários autarcas uniram-se num protesto contra a LAT Espanha-Portugal em Santiago de Compostela, onde percorreram as ruas do centro histórico até à Praça da Obradoiro, junto à Catedral (MUITO ALTA TENSÃO, 2014a).

Em fevereiro de 2014, em reunião extraordinária, a Câmara de Barcelos apresentou, no âmbito da consulta pública, uma posição pública rejeitando a instalação da LAT que atravessará 1/3 do total das freguesias do município (BLOG DO MINHO, 2014). A LAT prevista iria atravessar o território de norte a sul, passando por 63 freguesias num total de 89, e próximo ao centro da cidade (BRITO, 2014). O Bloco de Esquerda-BE de Barcelos uniu-se às vozes de protestos e incentivou a formação de uma frente popular que fosse capaz de engavetar o projeto da instalação da LAT, que considerava ser desastroso para o concelho (MUITO ALTA TENSÃO, 2014b).

O presidente da Câmara Municipal de Barcelos admite fazer o possível para travar a instalação das LATs. De acordo com as suas declarações, a Câmara irá contestar judicial e extrajudicialmente o traçado proposto pelo projeto e prestar apoio jurídico e judiciário às freguesias que se oponham à instalação das linhas (PORTO CANAL, 2014).

O protesto mais emblemático teve lugar em abril de 2014, em que populações e autarcas do Minho e do município galego de Arbo se concentraram em ambos as margens do rio Minho e encontrando-se no meio da ponte internacional de Melgaço. Os cerca de 500 manifestantes em protesto contra a LAT cortaram o trânsito em meio de abraços e palavras de ordem. De cartazes empunhados e cruces negras gritavam “Minho e Galiza exigem justiça”; “Escuta Lisboa, escuta Madrid, alta tensão fora daqui”; “Não, Não, Não à Alta Tensão” (DIÁRIO LIBERDADE, 2014); “Escuta Lisboa, escuta Bruxelas, escuta Madrid alta tensão fora daqui”; “Minho é a nossa terra” e “Arbo é a nossa terra” (ESQUERDA, 2014a).

Nesta manifestação foi realizada uma atuação teatral que representava a morte e uma larga faixa foi colocada ao longo da ponte, em que era possível ler: “Queremos viver no povo dos nossos avós”. Os manifestantes apontam os impactos negativos das LATs para a saúde pública, a conservação do ambiente e as economias locais, e salientam que as comunidades e populações locais não foram incluídas na tomada de decisão sobre a instalação da LAT. Por conseguinte afirmam que se trata de uma decisão política em benefício da REN (MAPA, 2014).

O BE solidarizou-se com a população e exigiu a revisão do traçado e a apresentação de uma proposta alternativa como o enterramento das linhas (ESQUERDA, 2014b).

A Asociación de Afectados pela liña de Alta Tensión Fontefria-Frontera Portuguesa lançou uma petição online contra a instalação da LAT nas localidades.

A petição refere o impacto das LATs na pesca da lampreia, cultivo agrícola e paisagens Rede Natura 2000 (ESQUERDA, 2014b). O trabalho de campo realizado no âmbito do EIA, encomendado pela REN à empresa Atkins, demonstra que a instalação das LATs terá impactos a vários níveis nos territórios delimitados pelo projeto. Especialistas realizaram um inventário de 158 espécies de flora, das quais 30 são classificadas como espécies de elevado interesse de conservação. Estas espécies podem ser destruídas pela desmatização ou decapagem do solo para a instalação dos apoios e da construção da plataforma da subestação em Vila Fria B.

No que respeita à diversidade faunística, foi possível realizar-se o inventário de 230 espécies na área de estudo, das quais 41 se destacam pelo seu elevado interesse conservacionista. No que diz respeito aos mamíferos, o estudo identificou a presença de 24 espécies de morcegos, mesmo não tendo sido localizados abrigos na área estudada, das quais 8 possuem interesse de conservação. O estudo relevou ainda que na área proposta para a instalação das LATs encontram-se 3 alcateias de lobos, são elas: a alcateia Cruz Vermelha; a alcateia Boulhosa e a alcateia de Vez. Estas são classificadas como prioritárias no que respeita ao seu estatuto de conservação (REN e RZ-mapa, 2013). Mesmo apresentando um inventário minucioso no que respeita à fauna e à flora, que colocou em evidência a presença de espécies de elevado interesse de conservação na área abrangida pelo projeto, o relatório do EIA refere que os impactos negativos causados podem ser minimizados e reversíveis (MAPA, 2014).

A maior controvérsia relacionada com o EIA prende-se com a não inclusão no seu relatório dos impactos negativos que a instalação das LATs tem junto das populações. O impacto das LATs na saúde pública foi um tema levantado por eurodeputadas do BE e pelo eurodeputado da localidade de Araiar junto da Comissão Europeia-CE chamando a atenção para os impactos negativos dos campos eletromagnéticos sobre a saúde pública, um assunto já conhecido pela Organização Mundial da Saúde-OMS e pela União Europeia-UE. Esta tornou-se uma discussão fundamental nas contestações contra a instalação das LATs Espanha-Portugal, uma vez que a sua instalação abrangia uma área territorial de 109.355ha, caracterizada por uma intensa densidade populacional, que por si só já deveria justificar o enterramento das LATs (DIÁRIO LIBERDADE, 2014).

Perante os significativos impactos que acarreta a realização deste projeto, as comissões coordenadoras do BE de Viana do Castelo e Braga acusaram a REN de não acautelar a saúde das populações locais, principalmente quando a construção da LAT proposta tem o dobro da tensão presente em Portugal (ESQUERDA, 2014a).

Parte do traçado Lindoso-Braga foi desativado no 1º semestre de 2014, por afetar uma densa zona habitacional. O traçado da LAT atravessava uma extensa área que compreende diversas freguesias: Gualtar, Lamações, Fraião, São Lázaro e Nogueira. O Presidente da Câmara Municipal de Braga esclareceu que parte dos fios condutores, com 5,1 km, será desativada, o que acarretará a remoção de 24 apoios (CORREIO DO MINHO, 2014).

Em outubro de 2016, a Assembleia da República-AR aprovou por unanimidade o Projeto de Resolução apresentado pelo BE para regulamentar a lei de proteção contra os efeitos das linhas de alta tensão. O partido reivindica que os projetos de linhas de alta e muito alta tensão sejam suspensos até o governo aprovar uma regulamentação para estes projetos, já que a lei aprovada em setembro de 2010 e não regulamentada, está sem efeito até hoje.

Em fevereiro de 2017, o governo anunciou a criação de um novo grupo de trabalho para analisar o terreno e elaborar uma proposta para os campos eletromagnéticos, em face da necessidade de regulamentar a construção das redes de eletricidade (COSTA, 2017). Também no mesmo mês, a Câmara Municipal de Barcelos recorreu ao tribunal para contestar o parecer positivo da Agência Portuguesa do Ambiente-APA em relação à passagem da linha de muito alta tensão em nove freguesias do concelho. O presidente da câmara mostrou-se desfavorável à construção da linha, e afirmou que vai continuar a agir judicialmente contra este traçado da REN (TVI24, 2016). A linha em causa, de 400 KV, entre Ponte de Lima e Vila Nova de Famalicão, com passagem por Barcelos, esteve em consulta pública até 16 de setembro de 2016, e é já uma segunda proposta de traçado em Barcelos, depois de uma primeira que passava pelo monte da Franqueira, um dos ex-líbris turísticos do concelho, cancelada. Afirmou ainda que há a previsão da colocação de um poste no quintal de uma casa particular, e haveria habitações a menos de 50 metros da linha (LUSA, 2016).

Referências Bibliográficas

- BLOG DO MINHO. Construção de linha de alta tensão preocupa município de Barcelos. Blog do Minho, 19 fev. 2014.
- RITO, Nelson. Hipertensão. Site Partido Socialista de Barcelos -PS Barcelos, 5 mar. 2014.
- CORREIO DO MINHO. EDP remove linha de alta tensão Lindoso-Braga. Notícias, Braga, 1 mar. 2014.
- DIÁRIO LIBERDADE. Protesto internacional contra linhas de muito alta tensão corta ponte Melgaço - Arbo. Portal Diário Liberdade, Notícias, Consumo e Meio Natural, 28 abr. 2014.

ESQUERDA.NET. População do Minho e Galiza voltou a protestar contra a Linha de Alta Tensão. Portal Esquerda.net, 5 ago. 2014a.

ESQUERDA.NET. REN prepara linha de muito alta tensão de “potência inaudita”. Portal Esquerda.Net, 27 fev. 2014b.

MAPA. Muito alta tensão ameaça norte e Galiza. Jornal de Informação Crítica, 14 jun. 2014.

MUITO ALTA TENSÃO. Monção: Câmara e juntas protestam contra linha de alta tensão. Blog Muita alta Tensão, 9 jan. 2014a.

MUITO ALTA TENSÃO. Bloco quer frente de luta popular contra linha de alta tensão. Blog Muita alta Tensão, 5 mar. 2014b.

PETIÇÃO PÚBLICA. Contra a linha de muito alta tensão no alto Minho. Site Petição Pública, 16 fev. 2014.

PORTO CANAL. Câmara de Barcelos ameaça com tribunais contra linha de alta tensão. Site Porto Canal, 20 fev. 2014.

REN, RZ-mapa. Eixo da RNT entre Vila do Conde, Vila Fria B e a rede elétrica de Espanha, a 400 kV. Rede Elétrica Nacional-REN, RZmapa - Serviços de Engenharia S.A., Estudo de Impacte Ambiental. resumo não técnico, nov. 2013.

TVI24. Aviso a Portugal: é preciso cortar apoios às renováveis. TVI24. 14 abr. 2016.

TVI24. Contra a linha da morte em Ponte de Lima. Portal iol, 19 fev. 2014.

4.3 Douro Património Mundial ameaçado pela linha de alta tensão Tua-Armamar

Resumo

O projeto de aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua pela EDP inclui a construção de uma linha de alta tensão ligando Foz Tua a Armamar. Assim como o projeto de geração de energia, a implantação da linha tem sido contestada por associações ambientalistas e denunciada como um atentado ao Douro Património Mundial, o que obrigou à realização de novos estudos e à alteração do seu trajeto.

O projeto da construção de uma linha de alta tensão desde a Central de Foz Tua pela Energias de Portugal-EDP surgiu de forma complementar ao projeto de aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua pela mesma empresa. O objetivo desta linha seria escoar a energia produzida no aproveitamento hidroelétrico para a Rede Nacional de Transporte de Eletricidade.

Em dezembro de 2011, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS denunciou que a ligação entre Foz Tua e Armamar ameaçava o Douro Património Mundial, uma área classificada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO desde 2001 (RTP NOTÍCIAS, 2011).

Além disso, agricultores de 17 freguesias dos concelhos de Alijó, Armamar, Carraceda de Ansiães, São João da Pesqueira e Tabuaço teriam as suas vinhas e outras propriedades afetadas pela colocação das torres e dos cabos de alta tensão (RTP NOTÍCIAS, 2011).

Em abril de 2012, o projeto da instalação da linha foi chumbado pelo Ministério do Ambiente de acordo com a Declaração de Impacte Ambiental-DIA desfavorável ao projeto. A DIA alegava que a linha iria produzir impactos negativos muito significativos e não passíveis de minimização nas vertentes socioeconómicas, uso do solo, paisagem, bem como no património cultural. O documento apontou também a ausência de opções de corredores alternativos para a linha de muito alta tensão, o que teria limitado a análise de impactos e inviabilizado uma apreciação comparativa de opções para o projeto. O projeto também recebeu um parecer negativo vinculativo por parte da Direção Regional da Cultura do Norte-DRCN. A estrutura de Missão do Douro também opôs-se ao projeto, assim como outras associações que questionavam os impactos trazidos

pela construção da barragem, aos quais juntariam os impactos da linha. Na altura, a representante da DRCN apontou soluções alternativas que consistiam na utilização de uma linha já instalada para o transporte de eletricidade ou no desvio da linha, de modo a contornar a zona classificada (TVI24, 2012).

Em maio, perante a informação de que a EDP não iria contestar a reprovação do projeto, a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, o Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS e a dos Amigos do Vale do Tua-AAVT declararam em comunicado de imprensa conjunto que esta decisão representava um reconhecimento da má concepção de todo o projeto da barragem de Foz Tua. A EDP anunciou que iria estudar alternativas, incluindo a possibilidade de enterrar a linha, o que as associações classificaram como uma tentativa de “camuflar” os seus impactos negativos (LPN, 2012).

O relatório elaborado pela missão da UNESCO no Douro afirma que a conservação do Douro enquanto Património da Humanidade não está assegurada enquanto não existir um plano operacional de gestão e uma agência capaz de o concretizar. O referido documento, de 56 páginas, referente à 37^a sessão da UNESCO de junho de 2012, aponta que a construção da barragem de Foz Tua em si mesma não teria impactos irreversíveis no Douro Vinhateiro, por ser essencialmente uma região de socos. Contudo, a instalação das linhas de alta tensão afetaria a paisagem e o modo como a paisagem da viticultura é vivida.

Além disso, a UNESCO encorajou a Estrutura de Missão do Douro-EMD a assumir a gestão da região classificada como Património da Humanidade (OLIVEIRA, 2013).

Outra das recomendações é a retomada da Linha Ferroviária do Tua, pois os projetos de mobilidade propostos pela EDP e pelo governo – teleférico e barco – são insuficientes para a necessidade de mobilidade das populações locais e as exigências do turismo (QUEIRÓS, 2012).

Em novembro, a EDP apresentou à Agência Portuguesa do Ambiente-APA uma Proposta de Definição de Âmbito-PDA, que constituía uma fase preliminar do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental-AIA. A PDA pretendia identificar, analisar e selecionar as vertentes ambientais significativas que podem ser afetadas pelo projeto e sobre as quais a avaliação subsequente deveria incidir. Em janeiro de 2013 encerrou-se a discussão pública da PDA em que a EDP procurou viabilizar 3 soluções de corredores para avaliação.

Perante a proposta da EDP a Quercus questionou a não consideração de alternativas relevantes à construção da barragem e os fatores relacionados com a necessidade da instalação da linha de alta tensão naquela localidade.

Estas alternativas seriam, segundo a associação, os reforços de potência das barragens antigas (com custos cinco vezes mais baixos que novas barragens como a de Foz Tua) e os investimentos em eficiência energética (com custos dez vezes mais baixos que novas barragens). A associação propunha ainda que deveriam ser estudados os impactos cumulativos, quer da barragem com a linha, quer do conjunto das barragens propostas para a bacia do Douro no Plano Nacional de Barragens de 2007. Para a Quercus, o estudo não levava em consideração o Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro e o Plano de Bacia Hidrográfica do Douro, além de não respeitar o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro que surge devido à classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial e define expressamente a necessidade de licenciamento das linhas aéreas de condução de energia, após parecer do Gabinete Técnico Intermunicipal (QUERCUS, 2013).

Em maio de 2013, em protesto ao projeto global, constituiu-se a plataforma intitulada Plataforma Salvar o Tua-PST, fundada por nove associações ambientalistas e uma quinta de produção vinícola da região. Estas entidades são o GEOTA, a LPN, a Sociedade Portuguesa para o estudo das Aves-SPEA, a Quercus, a Coordenadora de Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases-COAGRET, a AAVT, a Ação, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente-ALDEIA, o Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS, o Grupo de Ação e Intervenção Ambiental-GAIA, e a Quinta dos Murças.

O Estudo de Impacto Ambiental-EIA proposto pela EDP esteve em consulta pública entre abril e maio de 2014 e apresentou 6 alternativas para ligar Foz Tua à subestação de Armamar e 2 alternativas para ligar num ponto mais a nascente, no concelho de Torre de Moncorvo (LUSA, 2014a).

Em novembro de 2014, a DIA obteve um parecer favorável condicionado ao traçado que liga Foz Tua a Armamar, com travessia do rio Douro na zona da Valeira, em linha mista (400+220kv), e travessia do rio Tua a sul. Esta solução possui uma extensão de quase 40 quilómetros. A Plataforma Salvar o Tua afirmou que este percurso se encontrava em clara infração ao estabelecido pela missão da UNESCO que, em junho de 2012, havia admitido a eventual

compatibilidade da barragem, mas recomendado que a linha não cruzasse o Alto Douro Vinhateiro. A Plataforma interpôs junto do Ministro do Ambiente um recurso hierárquico relativo à DIA da linha de muito alta tensão, questionando a ilegalidade da decisão e enviou à UNESCO uma carta de denúncia das alegadas ilegalidades e irregularidades cometidas pela EDP e pelo governo na construção da barragem.

Para a Plataforma, das opções apresentadas no EIA, o traçado aprovado é o que acarreta maior destruição de vinha e de floresta, e afeta os concelhos de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo (distrito de Bragança), Alijó, Peso da Régua, Sabrosa, Vila Real (Vila Real), Armamar, Lamego, São João da Pesqueira e Tabuaço (Viseu). Além disso, este traçado colocaria em risco espécies de aves protegidas (LUSA, 2014b).

A EDP iniciou em 2011 as obras da barragem, com previsão de conclusão para 2016, ainda sem decisão sobre a instalação da linha de alta tensão.

Referências bibliográficas

- LPN. Comunicados de imprensa. Linha Foz Tua-Armamar definitivamente chumbada: que espera o Governo para parar as obras em Foz Tua? Liga para a Proteção da Natureza-LPN, 18 mai. 2012.
- LUSA. Estudo de Impacto Ambiental apresenta 8 soluções para linha de alta tensão no Douro. Porto Canal, 6 abr. 2014a.
- LUSA. Contestada linha de alta tensão que vai ligar Barragem do Tua a Armamar. Porto Canal, 27 nov. 2014b.
- OLIVEIRA, Mariana. Conservação do Douro “não está garantida”. Público, Notícias, 7 mai. 2013.
- QUERCUS. Linha elétrica de muito alta tensão entre Foz Tua – Armamar: alto Douro Vinhateiro continua ameaçado. Site Quercus, 30 jan. 2013.
- QUEIRÓS, Luís, M. Unesco impõe exigências duras para contemporizar com barragem do Tua. Público, Notícias, 13 out. 2012.
- RTP NOTÍCIAS. Quercus vai denunciar à UNESCO linhas de alta tensão no Douro património mundial. RTP Notícias, 29 dez. 2011.
- TVI 24. Chumbada linha de muito alta tensão entre Foz Tua e Armamar. Site TVI, 22 abr. 2012.

4.4 Mobilização contra as linhas de alta tensão de Tunes e Estoi

Resumo

Desde a década de 1990 que o projeto de instalação de uma linha de alta tensão que liga Tunes a Estoi gera contestação das populações e de associações ambientalistas. Este movimento de protesto participa na organização nacional contra as linhas de alta tensão em áreas urbanas e em Vale Fuzeiros localiza-se a mobilização cívica mais intensa.

No ano de 2002, a Rede Elétrica Nacional-REN colocou em consulta pública o projeto de ligação da linha de alta tensão entre as subestações de Tunes e Estoi. Trata-se de uma obra polémica iniciada na década de 90 do século XX, licenciada em maio de 1994, que foi embargada pela Câmara Municipal de Albufeira, devido ao conflito com a população local que não queriam a proximidade dos postes com as habitações. A linha prevista perfazia aproximadamente 41,2 quilómetros, apoiados em 106 cabos (NAMB, 2008).

O projeto, retomado em 2002, vinha seguido de um Estudo de Impacte Ambiental-EIA, que apresentou duas alternativas de traçado. Um situado a Norte (com passagem pelo barrocal e pela serra), e outro a Sul, servindo-se do corredor disponível junto à via do Infante. Tanto o traçado Norte quanto o traçado Sul foram contestados.

O traçado Norte, embora com menos impacto nas povoações, atravessava zonas de importância ecológica (numa extensão de 52,2 km), abrangendo três sítios propostos pela Rede Natura 2000: Barrocal, Caldeirão e Ribeira de Quarteira. O presidente da Junta de Freguesia de Querença rejeitou o traçado Norte e lembrou que o primeiro traçado da A2 também dividia a freguesia em metade, mas foi alterado devido aos impactos paisagísticos. O corredor Norte iria entrar em choque com duas áreas turísticas já previstas pelo Plano Diretor Municipal (REVEZ, 2002).

O traçado Sul geraria um impacto significativo nas populações locais e em atividades turísticas. Entretanto, a Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve-ALMARGEM manifestou-se favorável à escolha do traçado Sul, aquele que, segundo esta associação, traria menos impactos ecológicos (REVEZ, 2002).

Ante a publicação, em agosto de 2007, da previsão e aprovação da instalação da linha de Muito Alta Tensão no traçado Tunes-Estoi, que atravessaria os concelhos de Silves, Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel (traçado Sul), a Associação de Moradores de Vale Fuzeiros, Silves, passou a questionar ativamente a instalação desta linha e o traçado escolhido, defendendo o seu deslocamento para norte como solução alternativa. Esta associação realizou um abaixo-assinado que recolheu mais de 300 assinaturas e submeteu ao grupo parlamentar do Partido Comunista Português-PCP uma exposição sobre o caso, alegando que o traçado proposto (Sul) estava muito próximo de habitações, afetaria projetos turísticos, colocaria em risco o património arqueológico local, explorações agrícolas biológicas e limitaria o recurso a meios aéreos no combate a incêndios. Como desdobramento da exposição realizada, um deputado do PCP enviou à Assembleia da República um requerimento em que pedia esclarecimentos sobre o caso. Em resposta, o Ministério da Saúde assegurou que seriam observadas as restrições impostas pela Comissão Europeia neste campo, em conjunto com uma “proteção eficaz” às populações expostas (SÃO BRÁS DE ALPORTEL, 2007).

A REN anunciou que o traçado seria alterado com o intuito de salvaguardar os vestígios arqueológicos existentes em Vale Fuzeiros, Silves. No entanto, a população não se mostrou convencida e, em outubro do mesmo ano, uniu-se à vigília e greve de fome iniciadas por proprietários de Vale Fuzeiros e por uma vereadora do Bloco de Esquerda-BE de Sintra junto ao Palácio de São Bento, em Lisboa.

O protesto reuniu um grupo de 150 moradores de Silves, Guimarães, Sintra e Almada em frente à Assembleia da República. No local estiveram deputados do Partido Ecologista Os Verdes-PEV, do BE e do PCP. Esta manifestação recebeu o apoio da população estrangeira que vive na região afetada pela linha Tunes-Estoi, sobretudo ingleses, que são os principais investidores em moradias e turismo na região do Algarve. Os moradores alegavam que o traçado não teria modificações significativas e que o desvio proposto era somente local, por cerca de três quilómetros. Para eles, tratava-se ainda de uma tentativa de desmobilização, através de uma medida que beneficiaria somente a população de Vale Fuzeiros, sem contemplar todos os afetados pelo traçado. Acusavam também a REN de optar pelo traçado mais impactante, por ser aquele que representava menores custos (PAIVA e GODINHO, 2007) não tem em conta o bem-estar das populações.

A população de Silves anunciou também a decisão de recorrer à Justiça com o intuito de travar o avanço dos trabalhos de instalação das linhas de Muito Alta

Tensão na região, interpondo uma providência cautelar contra a REN. Esta atitude teve inspiração no caso das linhas de Muito Alta Tensão entre Fanhões e Trajouce, em que, pouco tempo antes, o Tribunal Administrativo do Sul havia ordenado o desligamento das linhas (PAIVA, 2007).

O Ministro do Ambiente em declaração afirmou que partilha das preocupações sobre os impactos que poderiam ser causados pelo traçado escolhido para as Linhas de Alta Tensão na região do Algarve, nomeadamente na localidade de Silves. Segundo o ministro, foi proposto à REN que reconsiderasse a escolha do traçado e seu desvio a norte. O ministro também lembrou que este desvio, apesar de indispensável para o bem-estar das populações, iria afetar uma zona de fundamental relevância para espécies como a águia bonelli e o lince ibérico.

No dia 13 de novembro de 2007, os moradores do concelho de Silves, juntamente com os moradores de Sintra, onde o conflito sobre a instalação de linhas de alta tensão entre Fanhões e Trajouce ganhava maiores proporções, concentraram-se junto à REN para exigir alternativas aos traçados propostos. A manifestação foi organizada pelo Movimento Cívico Nacional contra as linhas de Muito Alta Tensão, reunindo cerca de 200 pessoas. Na altura, decorria no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra uma ação principal interposta pela Junta de Freguesia de Monte Abraão, Sintra, contra a REN (LUSA, 2007).

Após várias manifestações, a REN paralisou as obras referentes ao traçado de Muito Alta Tensão Tunes-Estoi e a população de Silves celebra esta “desistência” até à atualidade (OLIVEIRA, 2013).

No entanto, o traçado Tunes-Estoi continuou a gerar conflitos noutros locais. Em janeiro de 2008, a Assembleia Municipal de Portimão exigiu ao Governo a alteração do traçado naquele concelho algarvio. Na Assembleia Municipal anterior, o BE havia apresentado uma moção, que fora aprovada por unanimidade, questionando os traçados definidos pela REN por colocarem em perigo a vida e o bem-estar de pessoas por motivos financeiros. Na ocasião, o troço questionado foi à linha que iria passar por Alcalar e Poio ligando o Parque Eólico de Espinhaço de Cão (Lagos) e o Porto de Lagos (Portimão). O BE argumentou na moção que o traçado de alta tensão afetaria o património histórico e cultural da região. A moção foi enviada ao Primeiro-ministro, ao Ministro da Economia e à Junta e Assembleia Metropolitanas do Algarve (LUSA, 2008).

Em fevereiro, reabriram-se as discussões públicas sobre a linha de alta tensão Tunes-Estoi. Tratava-se da proposta de um novo traçado que se desviou mais para Norte e deveria cumprir as exigências dos moradores de Albufeira, nomeadamente de que a linha não passasse a menos de 300 metros

das habitações. A Almargem propôs o enterramento da linha em parte do traçado, o que não foi aceite pela REN devido aos custos inerentes. O projeto em discussão pública era a terceira versão, com avaliação de impacte ambiental que continha recomendações para minimizar os aspectos negativos (NAMB, 2008).

Em 2010, moradores e proprietários das zonas de Alcalar, Monte Judeu e Serra e Mar, em Portimão, levaram um abaixo-assinado de protesto subscrito por 80 pessoas à Assembleia Municipal, solicitando o enterramento das linhas (PALMA, 2010).

Também em Albufeira, após protestos e debates, o município e a Energias de Portugal-EDP Distribuição de Energia assinaram um protocolo para transformarem as Linhas de Alta Tensão aéreas em subterrâneas e realizou-se o enterramento das linhas referentes à subestação de Albufeira. As obras, que custaram aproximadamente 3 milhões de euros à autarquia, foram iniciadas em 2010 e concluídas em 2013, e abrangeram aproximadamente 1600 metros (SUL INFORMAÇÃO, 2013).

Referências bibliográficas

- LUSA. Alta tensão: moradores de Silves e Sintra contestam traçados previstos. Semanário Regional do Algarve Barlavento, 13 nov. 2007.
- LUSA. Alta tensão: assembleia municipal de Portimão exige ao governo alteração do traçado naquele concelho algarvio. Portal Sapo Notícias, 10 jan. 2008.
- NAMB. Rede Alta Tensão Tunes-Estoi em discussão pública. Blog Núcleo de Ambiente da Universidade do Algarve-NAMB, 10 dez. 2008.
- OLIVEIRA, José M. Moradores celebram êxito da luta contra alta tensão. Diário de Notícias, 24 jun. 2013.
- PAIVA, Diana; GODINHO, João M. Silves contra alta tensão. Correio da Manhã, 24 out. 2007.
- PAIVA, Diana. Protesto reúne 150 contra alta tensão. Correio da Manhã, 25 out. 2007.
- PALMA, Ana. Moradores contra linhas de alta tensão. Correio da Manhã, 26 set. 2010.
- REVEZ, Idálio. Algarve discute traçado de linha de alta tensão. Jornal Público, 17 fev. 2002.
- SÃO BRÁS DE ALPORTEL. Linha alta tensão Portimão-Tunes. Blog Entre a Serra e o Mar, 4 ago. 2007.
- SUL INFORMAÇÃO. Albufeira enterra linhas aéreas de alta tensão. Jornal Regional Sul informação-SI, 11 jul. 2013.

4.5 Linhas de alta tensão de Fanhões e Trajouce

Resumo

A linha de alta tensão que liga Fanhões a Trajouce, afeta principalmente o concelho de Sintra. Nesta localidade organizou-se um movimento cívico pelo enterramento desta linha, mobilizado por uma organização nacional contrária as linhas de alta tensão em áreas urbanas. A contestação da linha, cujo enterramento foi acordado em 2008 entre a empresa responsável e a autarquia local, contou também com a participação de partidos políticos e associações ambientalistas.

No ano de 2005, realizou-se a consulta pública da Avaliação de Impacte Ambiental-AIA de uma linha de Muito Alta Tensão de 220 kV, projetada pela Rede Elétrica Nacional-REN. A linha atravessava o concelho de Sintra para ligar a subestação do Alto da Mira, na Amadora, à subestação de Trajouce, no concelho de Cascais. Somente no último dia da consulta pública, e devido ao alerta da associação ambientalista Olho Vivo, a população tomou conhecimento do projeto de instalação da linha. O Bloco de Esquerda-BE, com o apoio da Coligação Democrática Unitária-CDU, Partido Comunista Português-PCP, Partido Ecologista Os Verdes-PEV e a abstenção da coligação Mais Sintra (Partido Social Democrata-PSD e Centro Democrático Social-Partido Popular-CDS-PP) e do Partido Socialista-PS, constituiu uma moção na Assembleia Municipal contra a construção da linha. Realizaram-se reuniões de informação à população, principalmente na cidade de Agualva/Cacém, e as populações dos municípios afetados começaram por organizarem-se coletivamente.

A partir da mobilização constituiu-se uma comissão que avançou com uma denúncia em tribunal contra a REN. Assim como as freguesias de Agualva e Monte Abraão seguiram o mesmo exemplo e moveram ações judiciais contra a empresa responsável (CARMO, 2007). Com a concretização do projeto, o concelho mais afetado seria o concelho de Sintra, escolhido para receber a instalação de 27 dos 30 postes previstos, sendo que alguns dos cabos instalados ficariam a 25 metros das habitações, como acontece com os Bairros da Ligeira e do Papele na Serra do Casal de Cambra. Os postes, por sua vez, seriam instalados a 100 metros das moradias (PÚBLICO, 2006) e, aqueles que são de alta tensão teriam entre 31 metros (o mais baixo) e 75 metros (o mais alto), e a maioria das torres mediriam cerca de 50 metros, de acordo com o Estudo de Impacte Ambiental.

Constituiu-se então, através da união de comissões de moradores e de associações ambientalistas, um movimento cívico que critica a falta de participação das populações na consulta pública e reivindica a passagem subterrânea da linha. Este movimento promoveu um abaixo-assinado tendo alcançado o número de mais de 5 mil assinaturas recolhidas.

Em março de 2006, o secretário de Estado do Ambiente emitiu a Declaração de Impacte Ambiental do projeto, condicionada, entre outras medidas, à não colocação de postes na área arqueológica de Alto de Colaride e à compatibilização da infraestrutura com a construção das circulares nascentes e poentes ao Cacém.

O PCP dirigiu um requerimento aos ministérios da Economia e do Ambiente com o intuito de questionar quais alternativas haviam sido consideradas de modo a evitar riscos e danos às populações em causa (PÚBLICO, 2006).

Em agosto de 2006, as associações ambientalistas Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS e Olho Vivo anunciaram que iriam apresentar queixa à União Europeia-UE contra o Estado português pelo incumprimento de diretivas sobre a Avaliação de Impacto Ambiental de linhas aéreas de Muito Alta Tensão. Segundo estas associações não foram realizados estudos propondo linhas alternativas, um procedimento obrigatório pela legislação europeia (RIO DAS MAÇAS, 2006).

Em março de 2007, cerca de 100 pessoas manifestaram-se em Sintra. A marcha de protesto iniciou-se no local onde a REN estava a instalar os postes. Nesta manifestação, os moradores também expuseram sua preocupação em relação à desvalorização das casas da região (CORREIO DA MANHÃ, 2007).

As manifestações realizadas pelos moradores da região de Sintra despertaram outras ações semelhantes protagonizadas por moradores com os mesmos problemas, e situados por todo o país. Com isto concretizou-se a união de diversos movimentos cívicos nacionais contra linhas de alta tensão e, por conseguinte, foi criado o Movimento Nacional Contra as Linhas de Alta Tensão nas Zonas Urbanas (LUSA, 2008). No dia 23 de outubro, nove proprietários de Vale Fuzeiros, em Silves, e uma deputada municipal do Bloco de Esquerda-BE de Sintra iniciam uma greve de fome contra as linhas de Muito Alta Tensão da REN, em frente à Assembleia da República, em Lisboa. O protesto assumiu uma dimensão nacional, sobretudo quando se concentraram no mesmo local moradores de Silves, Guimarães, Sintra e Almada (GALRÃO, 2007).

No dia 30 de outubro de 2007, a petição popular subscrita pelos moradores de Sintra (freguesias de Belas, Agualva-Cacém e S. Marcos) foi aprovada

por unanimidade na Comissão Parlamentar de Poder Local. Assim como os deputados anunciaram a formação de um grupo de trabalho com representantes de todos os partidos para acompanhar a questão (CORREIO DA MANHÃ, 2007).

Em dezembro do mesmo ano, estabeleceu-se um acordo entre a REN e a Câmara Municipal de Sintra para o enterramento de parte da linha a ser iniciado em março de 2008, e suportado pela autarquia da região. O diretor coordenador da REN pronunciou-se e caracterizou esta decisão como uma solução técnica má, cara e de difícil manutenção (LUSA, 2007).

No mesmo mês, a REN suspendeu o transporte de energia nesta linha após o Supremo Tribunal ter negado um recurso interposto pela empresa face à decisão do Tribunal Central e Administrativo do Sul dando provimento a uma providência cautelar movida pela Junta de Freguesia de Monte Abraão.

Também a Comissão de Moradores de Sintra contra a linha de muito alta tensão havia interposto uma ação no Tribunal Fiscal e Administrativo de Sintra em que exigia o enterramento da linha (NOTÍCIAS SAPO, 2008). Em julho, a empresa foi autorizada pelo Tribunal Fiscal e Administrativo de Sintra a reiniciar o funcionamento da linha de alta tensão, a que se sucederam novas manifestações da população.

Em 2009, o programa Nós por Cá do canal televisivo SIC mostrava que o acordo sobre o enterramento das linhas ainda não havia sido cumprido e que os moradores temiam que não o fosse devido à falta de verbas. Em junho de 2010, a petição realizada pelos moradores foi apreciada em reunião plenária pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local. A utilização de um cabo subterrâneo de dois quilómetros junto às zonas urbanas foi a solução defendida na petição e o enterramento da linha foi parcialmente realizado, não havendo até então novas contestações.

Referências bibliográficas

- CARMO, Helena. Alta Tensão em zonas habitadas. ESQUERDA NET. 26 nov. de 2007. CORREIO DA MANHÃ. Sintra: cem contra muito alta tensão. Correio da Manhã, 4 mar. 2007.
- GALRÃO, Luís. Greve de fome contra alta tensão no Parlamento. Diário de Notícias, 23 out.2007.
- LUSA. REN aceita enterrar a linha de muito alta tensão em Sintra. Dinheiro Digital, 13 dez. 2007.

LUSA. Alta tensão/ Sintra: moradores contra a alta tensão unem-se em movimento cívico nacional. Expresso, 10 abr. 2008.

PÚBLICO. Ambientalistas levam linhas de alta tensão a Bruxelas. Jornal Público, 19 ago. 2006.

RIO DAS MAÇAS. Alta tensão no concelho de Sintra! Blog Rio das Maças, 22 ago. 2006.

SAPO. Alta tensão/ Sintra: câmara pagará enterramento da linha, custos superiores a 20 milhões de euros diz REN. Sapo notícias, 7 jan. 2008.

5. PETRÓLEO E GÁS

5.1 “Portugal livre de petróleo”

Resumo

Desde 1950, que estudos geológicos levam a crer na provável existência de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares portuguesas, um potencial bem comum de pertença dos portugueses. Embora não se saiba concretamente onde se localiza e se existe em quantidade com viabilidade económica, provoca o interesse de várias multinacionais do setor, que buscam autorização do governo para realizarem atividades de pesquisa em quatro bacias sedimentares: Lusitânica, Peniche, Alentejo e Algarve. A possível exploração de petróleo na Ria Formosa, no Algarve, gera protestos desde 2011 pela defesa e conservação do oceano e das principais atividades económicas e lúdicas da região. Mas a obtenção de novas concessões de pesquisa não parou por aí estendendo-se a vários locais do Algarve e em 2012, foi criado o Movimento Algarve Livre de Petróleo-MALP e em março de 2015 a Plataforma Algarve Livre de Petróleo-PALP, uma iniciativa que congregou os principais movimentos ambientais do país. Também a oposição da população articulada com as autarquias tem ganho expressão com inúmeras campanhas e protestos por todo o país, onde hoje ainda existem 15 pedidos de concessão de pesquisa.

O petróleo é um recurso natural que se encontra entranhado nos microporos das rochas. Resulta de alterações da matéria orgânica ao longo de milhares de anos que, ao ser sujeita a elevadas temperaturas, transforma-se em óleo de rocha ou em petróleo. Este processo dá-se mediante condições geológicas muito específicas que dependem da existência de uma rocha mãe (onde se gera) e de rochas de reservatório (onde se acumula) (AMARO, 2012).

Estudos geológicos e geofísicos apontam para a provável existência em território nacional português de componentes necessários para a acumulação de petróleo, mesmo que não se saiba concretamente onde se localiza e se existe em quantidade com viabilidade económica, que justifique a sua exploração (AMARO, 2012).

A crescente importação de petróleo, ao longo das primeiras décadas do século XX, deu origem a novas prospeções minerais no território, incentivadas por organismos públicos como o Instituto Português dos Combustíveis que, entre 1945 e 1948, lançou nova campanha de reconhecimento das possibilidades de existência de petróleo no continente português.

De 1947 a 1955, fizeram-se dezenas de poços, por vezes de até 1,6 km de profundidade, na zona de Torres Vedras e na Bacia do Tejo, sem resultados. Em 1962, começaram os trabalhos de pesquisa no Mar da Palha, efetuados com equipamento sísmico em águas rasas, sem se que obtivessem resultados.

No início da década de 1970, estando já definido o quadro legal de prospeção e pesquisa na plataforma continental, foram atribuídas 30 concessões, nos anos de 1973 e 1974, a 7 grandes joint-ventures lideradas por grandes companhias internacional (Esso, Shell, Chevron e Texaco) (BAPTISTA, 2004). Até 1977, tinham sido abertos 20 poços de pesquisa totalizando 49 mil metros de perfuração em toda a costa portuguesa, mas com especial incidência no Porto e no Algarve. O relançamento da atividade na terra (on-shore) dá-se a partir de 1978. Assim, entre 1978 e 2004, foram emitidas 30 licenças de pesquisa e, em 2007, foram assinados 12 contratos para sondagem da existência de petróleo (PIRES, 2013).

Até 2014, estavam a ser feitas prospeções em quatro bacias sedimentares: Lusitânica, Peniche, Alentejo e Algarve. As sondagens têm sido realizadas através de consórcios entre empresas: o consórcio Petrobras, Galp e Partex, que detém quatro concessões na bacia de Peniche; o consórcio Petrobras e Galp que detém três concessões na bacia do Alentejo; e o consórcio Repsol e RWE, com duas concessões na bacia do Algarve (AMARO, 2012).

A empresa texana Mohave Oil & Gas Corporation atuou em Portugal durante mais de 18 anos, sendo responsável pela realização de estudos de prospeção de petróleo e gás na região oeste, na bacia sedimentar Lusitânica. Com dois contratos de concessão para a exploração, assinados no início da década de 1990, a Mohave destacou-se por ser a única empresa em Portugal a realizar explorações em terra (AMARO, 2012). A Mohave detinha uma área de exploração correspondente a 6.475 km², com sete contratos de concessão na bacia Lusitânica: Aljubarrota-3, Torres Vedras, Rio Maior, Cabo Mondego-2, São Pedro de Moel-2, Peniche e Zambujal (LUSA, 2014). As concessões do Cabo Mondego e de São Pedro de Moel iniciavam-se em terra e estendiam-se até ao mar (AMARO, 2012).

Em 2012, a Mohave e a Galp Energia formalizam uma joint-venture para a prospeção de petróleo e gás natural na concessão de Aljubarrota-3. O projeto de parceria envolveu um investimento estimado em 230 milhões de euros, por cinco anos consecutivos, envolvendo a criação de 250 empregos diretos e 1.750 postos de trabalho indiretos. A Galp declarou a intenção de satisfazer as necessidades energéticas do país, juntamente com outros projetos já em andamento em Angola, Moçambique, Timor e Brasil (ANDRADE, 2012).

Após mais de duas décadas a tentar explorar petróleo e gás no país, a Mohave decidiu, em 2014, encerrar as operações e entregar as concessões, devido a dificuldades financeiras (LUSA, 2014).

No dia 21 de outubro de 2011, a Repsol e a alemã RWE assinaram com o governo português um contrato de exploração de petróleo na costa algarvia (JORNAL ALGARVE 123, 2012).

Um deputado do Partido Social Democrata-PSD do Algarve lançou então um manifesto intitulado “Petróleo no Algarve: 10 razões de discordância” (JORNAL ALGARVE 123, 2012), onde levantou algumas questões ao governo, defendendo que: a) o contrato de concessão para a exploração de petróleo e gás na costa algarvia por 55 anos tratava-se de um negócio fantástico para as empresas envolvidas; b) tratava-se de um negócio que tem poucas contrapartidas financeiras para o governo português, visto este não ter qualquer garantia de acesso ao petróleo a preços preferenciais, tendo por isso de o comprar a preços de mercado; c) o local previsto para a exploração encontra-se apenas a 8,5 km da cidade de Faro, sendo por isso visíveis, a partir de terra, as bocas de queima das plataformas de exploração, fato que colocaria em risco o turismo, a principal atividade económica da região, e, d) não se vislumbrava qualquer contrapartida no crescimento do emprego, na receita fiscal, enfim, no desenvolvimento da economia da região (BOTA, 2011).

Para além do manifesto, o deputado do PSD apresentou uma queixa formal contra o Estado Português junto à Comissão Europeia-CE em Bruxelas, por não ter sido realizado um Estudo de Impacto Ambiental-EIA para o processo de decisão sobre a exploração de petróleo. A queixa acabou por ser considerada sem fundamento, com o argumento que a atividade de exploração de petróleo não estava a ser realizada e que na fase de prospeção, o EIA não era necessário (BOTA, 2011).

Na região do Algarve, a mais ameaçada neste momento pelo iminente início de exploração e em atual processo de prospeção, as populações locais também se manifestaram contra a concessão. Em 2012, foi criado o Movimento Algarve Livre de Petróleo-MALP, constituído por cidadãos e cidadãs apolíticos que tem vindo a participar e organizar várias ações de protesto, divulgação e sensibilização para os impactos naquela região se os projetos forem avante (MALP, 2015).

A Associação de Surf e Atividades Marítimas do Algarve-ASMAA alertou que a integridade desta região poderá estar em risco com o início das atividades de prospeção e exploração de petróleo na baía algarvia (PIRES, 2013).

No centro das preocupações está a defesa da Ria Formosa, um sapal que abrange uma área de 18.400 hectares ao longo de 60 quilómetros nos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, com relevante função ecológica, visto que constitui o habitat de diversas espécies marinhas, das quais depende diretamente a economia de muitas famílias.

As associações de defesa do ambiente alertaram que, no primeiro semestre de 2014, estava prevista a perfuração dos blocos 13 e 14, denominados como Lagosta e Lagostim, que compreendem 6.000 km² de mar entre a Quarteira e Vila Real de Santo António (DONN, 2012).

A ASMAA é uma associação cívica de âmbito regional que congrega pessoas com diferentes interesses e áreas profissionais ligados ao mar. Na contestação da exploração do petróleo e gás no Algarve têm tido uma postura proativa e não apenas reativa, recolhendo informações pertinentes sobre os projetos antes que se concretizem, para que se evitem decisões políticas contrárias aos interesses locais. Esta associação lidera a campanha que se intitula: “Diz não às plataformas de petróleo e gás no Algarve” que tem o objetivo de garantir que o direito ao oceano seja preservado, cumprindo-se o plano estratégico para Portugal 2020, em que o oceano é visto como um recurso a ser preservado e utilizado (DONN, 2012).

Em agosto de 2014, após o encontro com o Presidente da República, o presidente da Repsol anunciou que iria começar a prospeção de gás natural no Algarve, no início de 2015 (LUSA, 2014). Ainda em declarações ao Expresso, o presidente da Partex defendeu que a exploração de gás natural no Algarve é muito relevante para o país, tendo em conta que Portugal gasta anualmente em média 1,5 mil milhões de euros com a importação de gás natural. Garantiu, ainda, que não haveria impactos visuais negativos, visto que essa atividade, desenvolvida a 40 ou 50 km da orla costeira, não é visível da costa (COSTA, 2015; JORNAL DO ALGARVE, 2015).

Perante as notícias da iminente exploração de petróleo e gás natural no Algarve, entre julho e agosto de 2014, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS e a associação Almargem reafirmaram a exigência de um EIA (COSTA, 2015). Segundo a Quercus, está em causa a não ponderação de medidas a serem adotadas com vista à minimização dos impactos negativos em caso de desastre ambiental. Mesmo que aconteça excepcionalmente, os seus efeitos podem comprometer ecossistemas únicos e frágeis, afetando espécies marinhas como baleias, golfinhos e aves marinhas (QUERCUS, 2014).

A Almargem alegou que o contrato de concessão de direitos de exploração foi assinado à margem da população, que não foi consultada, nas negociações, sobre um tema que compromete diretamente a sua qualidade de vida (COSTA, 2015).

Para a defesa de um Algarve Sustentável, constituiu-se a Plataforma Algarve Livre de Petróleo-PALP, uma iniciativa de cidadãos e entidades: a ASMAA, a Glocal Faro, o Movimento Algarve Livre de Petróleo-MALP, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, a Almargem, a New Loops, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA, a Peace and Art Society, a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, a Climaximo, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, a Associação Aldeia, o Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens Ria Formosa-Olhão-RIAS e a Associação de Ciências Marinhas e Cooperação-SCIAENA (PALP, 2015).

A primeira comunicação pública da Plataforma teve como principais objetivos evidenciar a falta de debate público sobre a questão, visto que a população não foi consultada ou envolvida no processo de decisão sobre um assunto que afeta diretamente as suas vidas. Alertava também para a necessidade da população do Algarve conhecer os riscos ambientais, sociais e económicos associados à prospeção de petróleo e gás, destacando a pouca informação disponível sobre as condições em que o contrato foi assinado. Enfim, chamava a atenção para o perigo geológico destas explorações que se irão realizar numa área sísmica e a ameaça que representará para as atividades económicas locais como a pesca, a aquacultura e a salicultura. A Plataforma pretendia ainda solicitar aos 16 presidentes das câmaras municipais do Algarve uma tomada de posição política sobre esta questão (PALP, 2015).

Numa reunião geral da PALP, realizada em abril de 2015, ficou decidida a necessidade de conhecer e, se possível, cooperar com diversas entidades que partilhem das mesmas preocupações, nomeadamente a Associação de Municípios do Algarve-AMAL, a Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve-ACRAL, as Associações Hoteleiras, o Centro de Ciência Viva do Algarve, as entidades de Investigação e Desenvolvimento, a ASMAA, entre outras (PLANETALGARVE, 2015). Nesta reunião, ficou também decidida a necessidade de realizar ações de rua com o objetivo de informar e alertar a população para o problema ambiental. A primeira ação de rua ocorreu em abril de 2015, em Faro, tendo sido intitulada “A arte saiu à rua - por um Algarve livre de petróleo” (PLANETALGARVE, 2015).

Em maio de 2015 a PALP organizou o “I Encontro Público Algarve - Livre de Petróleo” e em junho realizou-se uma marcha-corrída na praia de Faro contra a exploração de petróleo no Algarve. Na ocasião, os participantes distribuíram folhetos informativos com o intuito de alertar os cidadãos sobre os riscos desta atividade na costa algarvia (LUSA, 2015). Em novembro de 2015 a PALP entregou na Assembleia da República uma petição pública contra o avanço daquela atividade na região do Algarve, contando com mais de 7.000 assinaturas (CARIA, 2015).

O Partido Comunista Português-PCP alerta que as contrapartidas para o Estado português existentes nos contratos já adjudicados em 2011 são insuficientes. Caso sejam encontrados campos de petróleo ou gás natural, um consórcio internacional que detém duas concessões, ao largo da costa Algarvia: Lagosta (entre Quarteira e a Fuseta) e Lagostim (entre a Fuseta e Vila Real de Santo António), foram autorizadas a iniciar a produção comercial, sendo o prazo de produção de 30 anos, prorrogáveis (PCP, 2015).

No início do ano de 2016 o novo governo, sob a liderança do Primeiro Ministro António Costa, decidiu cancelar os concursos públicos previstos para a atribuição de sete novas licenças de prospecção e produção de petróleo e gás natural, que tinha sido anunciado em setembro pelo anterior governo (SILVARES, 2016). A LPN, em comunicado, alerta que apesar desta decisão ainda é necessário cancelar os contratos anteriormente concedidos (LPN, 2016).

O Bloco de Esquerda-BE também exige esta anulação das concessões adjudicadas anteriormente a empresas petrolíferas privadas. O BE afirma apoiar políticas de descarbonização de economia e chama a atenção para a contradição que é para Portugal comprometer-se em acordos ambientais de mitigação às alterações climáticas, ao mesmo tempo que apoia este tipo de energias (COTRIM, 2016). Um deputado do Pessoas, Animais e Natureza-PAN reiterou a necessidade de se travar esta atividade que coloca em risco o turismo e as praias daquela região (SILVARES, 2016). Já o Partido Ecologista Os Verdes-PEV defende que este tipo de decisões não refletia o interesse nacional e por esse motivo devem ser revistas pelo novo Governo (COTRIM, 2016).

A oposição do movimento da população, articulada com as autarquias, ganhou expressão com inúmeras campanhas que se têm vindo a espalhar nacionalmente. Em particular, a ASMAA lançou a “Nem um furo, nem agora nem no futuro”, uma campanha que visa fomentar o debate dentro da sociedade civil. A localidade de Carrapateira foi a primeira a ser escolhida para o início destas sessões de debate público contra o “Oilgarve” (COELHO, 2016).

Entretanto em março de 2016 a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis-ENMC, realizou uma conferência sobre o mercado dos Biocombustíveis em Portugal, que contou com a participação da representantes da Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas-APETRO, Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis-APPB, da BioOeste, da BP, da Prio, da Torrejana e da Galp. Durante uma das sessões um grupo de ativistas, identificados como “Indivíduos contra a soberania das máquinas”, interrompeu a programação e ocuparam o palco com uma faixa em que se lia: “Nem Fósseis, Nem Biocombustíveis. Contra a Indústria Energética”. Este é um apelo à ação direta na resistência às petrolíferas e à indústria de energia em geral (FAGUNDES, 2016).

Em março de 2016 a Galp lançou o anúncio de que vai arrancar com o seu primeiro poço exploratório de petróleo em Portugal, a 80 quilómetros de Sines. A queda do preço do petróleo tem favorecido este tipo de investimento, pois devido à queda na demanda, as sondas destes poços caíram consideravelmente de preço (BAPTISTA, 2016).

Em contra-ataque, a AMAL comunicou que devido à falta de diálogo com o governo, vai destinar à esfera judicial as próximas ações de forma a reverter os contratos e impedir o avanço nos terrenos dos contratos até agora questionados pela população, pelos movimentos ambientais e outras instituições, bem como por membros do Parlamento (RODRIGUES, 2016).

Em junho de 2016, a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, apelou também ao governo para que não inicie a pesquisa de petróleo em Aljezur, Algarve, suspendendo a consulta pública que está a decorrer sobre a atribuição ou não do título de utilização privativo do espaço marítimo nacional em favor do consórcio Eni/Galp. Para o presidente da ZERO, as razões para a suspensão prendem-se com os riscos ambientais associados, e também os custos financeiros que a operação comporta. A operação, com duração de apenas dois meses e início previsto para julho, irá custar cerca de 60 milhões de euros (RR, 2016).

No dia 1 de julho de 2016, o parlamento aprovou, com os votos favoráveis de PS, BE, PCP, PEV e PAN, uma recomendação ao Governo para que suspenda imediatamente a exploração e a extração de petróleo e gás no Algarve. Os pontos aprovados vão no sentido de se proceder a estudos de impacto ambiental tanto na fase de prospecção, como na avaliação das consequências que essa exploração poderá vir a ter em atividades económicas como o turismo (TVI24, 2016).

Esta questão da exploração iminente de petróleo e gás em Portugal é narrada no projeto EJOLT, apoiado pela União Europeia desde 2011, que mapeia os conflitos

ambientais e suas implicações sociais para as comunidades no mundo. Com o título “Algarve Livre de Petróleo, Portugal” é descrita em língua inglesa a situação e o movimento de oposição da sociedade civil, mostrando-se a localização das explorações no mapa do país (EJOLT, 2016).

Na manhã de sábado do dia 11 de junho, na praia de Odeceixe, uma ação artística levantou a atenção para esta questão. 18 pessoas enterraram-se no areal da praia, besuntadas de petróleo, com um sinal onde se lia “Nós Somos o Mar a Proteger-se a Si Próprio”. No momento da performance, que decorreu entre as 10 e 12 horas, os participantes redigiram cartas à Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos–DGRM (PIRES, 2016).

No mesmo mês, por iniciativa promovida pela ASMAA, foi entregue no parlamento uma petição com mais de 27 mil assinaturas contra a exploração de petróleo no Algarve (TVI24, 2016).

No início de julho de 2016, o parlamento aprovou por maioria as propostas do PS e do PCP para a avaliação prévia do impacto ambiental e económico em relação à prospeção de petróleo ao largo de Aljezur, cujo período para consulta pública foi alargado até agosto (ESQUERDA.NET, 2016). Nesse mês, a Quercus saudou publicamente as 16 Câmaras do Algarve, que através da AMAL entregaram, no Tribunal Administrativo de Loulé, duas providências cautelares contra a exploração de gás e petróleo offshore e onshore (SUL INFORMAÇÃO, 2016). Nesse mesmo mês, de 21 a 24 de julho, aconteceu o 1º acampamento “Anti-Fóssil; Nem mais um Furo!” na Ilha de Tavira, uma iniciativa que juntou ativistas em torno da ciência climática, extração de petróleo em Portugal e ação direta não violenta, com o objetivo de preparar para as ações a realizar no futuro. (PÚBLICO, 2016). No dia 26 de julho, foi criado o Movimento Peniche Livre de Petróleo, que tomou a iniciativa de uma petição pública pedindo o cancelamento dos contratos de prospeção e produção de petróleo na Bacia de Peniche e na Bacia Lusitânica (BORGES, 2016).

Entretanto, a prorrogação da consulta pública relativa à emissão do Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional-TUPEM até ao dia 3 de agosto, levou à desistência da prospeção em 2016 pelo consórcio ENI e Galp, e pelo consórcio Repsol e Partex (BARLAVENTO, 2016).

A 6 de novembro de 2016, aconteceu o protesto ibérico “Pontes pelo Clima”, que percorreu a Ponte Internacional sobre o rio Guadiana. A iniciativa foi marcada para apoiar a 22ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas-COP22, e contou com a participação de 21 associações e coletivos

dos dois lados da fronteira, que se têm destacado na luta contra a prospeção de gás e petróleo tanto no Algarve como na Andaluzia. Ativistas andaluzes destacaram na ocasião a sua experiência com as petrolíferas, e os danos que causaram na região, lembrando que há estudos académicos que indicam que as zonas de Huelva, Algeciras e San Roque são as zonas de Espanha com maior incidência de cancro e de certas doenças respiratórias (ESQUERDA.NET, 2016). Na semana seguinte, a 12 de novembro, aconteceu a mobilização intitulada “Salvar o Clima, Travar o Petróleo”, que juntou em Lisboa cerca de 500 pessoas numa caminhada entre o largo de Camões e o Intendente (SIC, 2016).

No dia 14 de dezembro de 2016, o Governo anunciou a intenção de rescindir os contratos para prospeção e exploração de petróleo no Algarve com a empresa Portfuel, e com o consórcio que reúne Repsol e Partex (CARIA; CM, 2016). No entanto, apesar da rescisão dos contratos agradarem aos numerosos movimentos e associações implicadas nesta luta, continua em vigor a legislação de 1994 sobre combustíveis fósseis, que permite a sua exploração à revelia dos seus impactos ambientais, sociais e económicos (COSTA, 2016). No dia 23 de dezembro, foi entregue na AR uma petição organizada pelo Movimento Peniche Livre de Petróleo, que recolheu seis mil assinaturas e a iniciativa alertou para a necessidade de criar movimentos noutros pontos do país, uma vez que já foram assinados 15 contratos, que correm todo o litoral desde o Porto até à costa do Algarve (RR, 2016).

No mês seguinte, em janeiro de 2017, o governo autorizou o consórcio petrolífero Eni-Galp a fazer um furo no mar, entre Aljezur e Sines, para prospeção de petróleo. Com a licença válida até 2019, a Galp teria então 60 dias para procurar petróleo no mar, sendo a profundidade inicial do furo 1 070 metros, podendo ir até três mil metros (SOL, 2017).

O Movimento Alentejo Litoral pelo Ambiente-ALA emitiu em seguida um comunicado exigindo a anulação da licença A ALA lamentou a decisão do Governo, depois de mais de 42 mil pessoas se terem pronunciado contra a prospeção de petróleo no processo de consulta pública, e depois de ter terminado o período de nove anos concedido ao consórcio para fazer a prospeção (POSTAL, 2017). Na sequência, a administração da Galp anunciou que pretendia dar início à exploração em abril de 2017, prolongando-a até junho, com o custo de um milhão de dólares por dia. No dia 4 de maio, o tribunal aprovou uma providência cautelar apresentada pelo município de Odemira para impedir a exploração de petróleo ao largo do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina. (ESQUERDA.NET, 2017).

Em março de 2017, foi constituído o movimento Marinha Grande Livre de Petróleo, com o objetivo de travar os contratos de prospecção de petróleo e gás previstos para todo o concelho. (ESQUERDA.NET, 2017).

No dia 11 de março teve lugar em Lisboa o encontro nacional “Portugal livre da exploração de petróleo e gás”, que deu origem a um comunicado subscrito por 12 organizações ambientais anunciando estratégias comuns de defesa do ambiente, e contra a prospecção e exploração de gás e petróleo no território nacional. O comunicado aponta para a necessidade de tornar esta questão o tema central da campanha eleitoral para as autárquicas, e pede ao Governo que clarifique com urgência a sua posição sobre o tema. As organizações subscritoras são: Alentejo Litoral Pelo Ambiente-ALA, Associação Peço a Palavra, Climáximo, Copérnico, Futuro Limpo, Plataforma Algarve Livre de Petróleo-PALP, Peniche Livre de Petróleo, Preservar Aljezur, Stop Petróleo Vila do Bispo, Tavira em Transição e Associação sistema terrestre sustentável- ZERO (ESQUERDA.NET 2017). E em junho de 2017, foi lançada a campanha “Autarquias Livres de Petróleo e Gás”, para informar a população sobre o posicionamento das candidaturas às eleições autárquicas quanto à exploração de petróleo em Portugal (LUSA, 2017).

Referências Bibliográficas

AMARO, Carla. O nosso ouro negro. Diário de Notícias-DN, 25 mai. 2012.

ANDRADE, J. Petróleo e gás em Alcoçaba atraem investimento de 230 milhões. Expresso, 3 set. 2012.

BAPTISTA, Rui. A prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos em Portugal. In: HEITOR, M.; BRITO, J. M. B.; ROLLO, M F. (coord.). Momentos de inovação e de engenharia em Portugal no século XX, v. III. pp. 520-545. Lisboa: Dom Quixote. 2004.

BAPTISTA, Ana. Furos de prospecção sob suspeita em Ajuru. Dinheiro Vivo-DV. 28 abr. 2016.

BARLAVENTO. QUERCUS e Almagem congratulam-se pela desistência da REPSOL/PARTEX. Barlavento. 20 ago. 2016.

BORGES, Liliana. Peniche quer aproveitar maré da contestação à prospecção de petróleo. Público. 2 ago. 2016.

CARIA, José. 7000 pessoas querem “mais transparência” na exploração de petróleo em Portugal. Expresso, 17 nov. 2015.

CARIA, José. Governo acaba com exploração de petróleo no Algarve. Visão. 14 dez. 2016.

CM. Sousa Cintra surpreendido com rescisão de contratos de exploração de petróleo. CM-Correio da Manhã. 14 dez. 2016.

COSTA, Nuno. Nova plataforma quer que algarvios conheçam riscos da exploração de petróleo na região. Jornal Sul informação, 31 mar. 2015.

COSTA, Jorge. Primeiras vitórias na luta contra a exploração de petróleo e gás em Portugal. Esquerda.net. 14 dez. 2016.

COTRIM, António. BE pede “suspensão imediata” da exploração de petróleo no Algarve. Jornal de Notícias, 29 jan. 2016.

DONN, Natasha. Uma luta para salvar o oceano. Jornal Algarve 123, 28 nov. 2012.

EJOLT. EJAtlas: Algarve Livre de Petróleo, Portugal. Environmental Justice Atlas-EJATLAS. Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade-EJOLT. Acedido em: 21 jun. 2017.

ESQUERDA.NET. Petróleo: AR quer avaliação de riscos ambientais da prospecção no Algarve. Esquerda.net. 1 jul. 2016.

ESQUERDA.NET. Encontro Portugal livre da exploração de petróleo exige ao governo uma posição clara. Esquerda.net. 11 mar. 2017.

ESQUERDA.NET. Encontro Portugal livre da exploração de petróleo exige ao governo uma posição clara. Esquerda.net. 11 mar. 2017.

ESQUERDA.NET. Protesto ibérico contra exploração de gás e petróleo. Esquerda.net. 6 nov. 2016.

ESQUERDA.NET. Marinha Grande mobiliza-se contra a exploração de petróleo. Esquerda.net. 23 mar. 2017.

ESQUERDA.NET. Petróleo: Galp não vai fazer furo em Aljezur este ano. 19 mai 2017.

FAGUNDES, Tófilo. Ações contra as explorações petrolíferas e o “greenwashing” em Portugal. Jornal Mapa, 19 mar. 2016.

JORNAL ALGARVE 123. Bota manifesta-se contra petróleo no Algarve. Notícias, 29 fev. 2012.

LPN. É necessário travar a prospecção e exploração de petróleo e gás natural em Portugal. Liga para Proteção da Natureza-LPN. Comunicado de imprensa, 29 jan. 2016.

LUSA. Autárquicas: Ambientalistas criam observatório com posição das candidaturas sobre petróleo. Diário de Notícias. 21 jun 2017.

LUSA. Uma dezena protesta no Algarve contra exploração de petróleo na costa. Sapo, 28 jun. 2015.

LUSA. Encontro em Faro para protestar contra petróleo ao largo do Algarve. País ao minute, 30 mai. 2015.

LUSA. Mohave desiste de procurar petróleo e gás em Portugal. Público, 27 mai. 2014.

MALP. Movimento Algarve Livre de Petróleo-MALP. Facebook, 2016.

PALP. Site da Plataforma Algarve Livre de Petróleo-PALP, 2016.

PCP. PCP pergunta ao Governo sobre a exploração de petróleo e gás natural no Algarve. Partido Comunista Português-PCP. A Voz do Algarve, 16 dez. 2015.

- PIRES, Bruno F. 2014, o ano de petróleo no Algarve. *Jornal Algarve* 123, 11 dez. 2013.
- PIRES, Bruno Felipe. Enterrados na praia de Odeceixe contra petróleo e gás no Algarve. *Barlavento*. 16 jun. 2016.
- PLANETALGARVE. Exploração de petróleo e gás natural do Algarve. PALP com petição e ações de rua. *Jornal online Planeta Algarve*, 16 abr. 2015.
- POSTAL. Alentejo Litoral exige nulidade da licença que autoriza prospecção de petróleo ao largo de Aljezur. 31 jan. 2017.
- PÚBLICO. Cordão humano contra exploração de petróleo na Ilha de Tavira. *Público*. 24 jul. 2016.
- RODRIGUES, Elisabete. AMAL avança para tribunal para travar exploração de hidrocarbonetos no Algarve. *Sul Informação-SI*. 16 mar. 2016.
- RR. Zero dá cinco razões ao Governo para suspender pesquisa de petróleo em Aljezur. *RR Renascença*. 20 jun. 2016.
- RR. Peniche. Seis mil assinaturas contra prospecção de petróleo. *RR-Rádio Renascença*. 23 dez. 2016.
- SANTOS, A. M. Nunes dos; DIOGO, M. P. A história do petróleo em Portugal, artigos I - 1938-53; II - 1954-70; III - 1971-89, *Revista Petrogal*, n. 33, 34, 35, p. 9-17, 19-24, 13-21, 1989.
- SUL INFORMAÇÃO. Quercus congratula municípios do Algarve pela posição contra exploração de gás e petróleo. *Sul Informação-SI*. 14 jul. 2016.
- SIC. Centenas protestam em Lisboa contra exploração de petróleo e gás. *SIC Notícias*. 12 nov. 2016.
- SILVARES, Mónica. Governo desiste de novos concursos para pesquisa de petróleo e gás. *Económico*, 26 jan. 2016.
- SILVA, Bárbara. Petróleo em Portugal. Galp pode perfurar já em 2017. *Dinheiro Vivo-DV*. 22 fev. 2017.
- SOL. GALP com autorização para furar mar no Alentejo. *Sol*. 27 jan. 2017.
- TVI24. Parlamento recomenda suspensão da exploração de petróleo e gás no Algarve. *TVI24*. jul. 2016.
- TVI24. Petição contra a exploração de petróleo no Algarve entregue no Parlamento. 2 julho 2016.

5.2 “Refinaria Não”: dois países contra a Refinaria Balboa

Resumo

Em 2005, é apresentado o projeto de construção da Refinaria Balboa S. A. com vista à fabricação de produtos refinados de petróleo, no município de Los Santos de Maimona, em Espanha. A partir deste passo inicial, será criada uma articulação de cidadãos e organizações na Plataforma “Ciudadana Refineria No”, criada em Espanha e Portugal. Estes anos de oposição tiveram finalmente um ponto final em 2012, quando o governo espanhol apresentou um parecer desfavorável sobre o impacto ambiental da sua construção.

Em 2005, o Grupo Alfonso Gallardo (SEQUEIRA, 2010), em consórcio com outras organizações empresariais nacionais (BBVA, Iberdrola, Caja Madrid, Caja Extremadura e Sociedade de Fomento Industrial de Extremadura), apresentou um projeto para a construção de uma refinaria de petróleo. A empresa Refinaria Balboa S. A., localizava-se no município de Los Santos de Maimona, na província de Badajoz, mais precisamente a 3,5 km do centro urbano do município e a 100 km da fronteira com Portugal.

Com os défices de combustível no país, a refinaria proposta destinava-se à obtenção de produtos refinados de petróleo, como gasóleo e querosene, com uma capacidade de produção na ordem dos 5 milhões de toneladas por ano e um investimento total previsto de dois mil milhões de euros (ESPANHA, 2012; LUSA e SOARES, 2012; SEQUEIRA, 2010).

Além da construção de uma refinaria, planeava-se a implementação de um oleoduto de aproximadamente 200 quilómetros percorrendo as províncias de Huelva, Sevilha e Badajoz (LUSA e SOARES, 2012). A estrutura operacional da refinaria funcionaria em três áreas diferentes: armazenamento, administração e expedição de produtos, beneficiando-se da exploração de matéria-prima da região para o seu funcionamento e distribuição da produção (ESPANHA, 2012).

Em 30 de julho de 2012, foi publicada a Resolução n. 10244 da Secretaria de Estado do Ambiente no Boletim Oficial do Estado n. 181, que descreve as principais conclusões da avaliação de impacto ambiental, do projeto de construção. A Declaração de Impacto Ambiental-DIA resulta de um percurso de consultas, reuniões e negociações entre promotores do projeto, governo civil, e entidades ambientalistas em Espanha e Portugal. Para a avaliação, foram

tidos em conta na análise final elementos tais como: a localização da refinaria, as condições de afetação da vegetação, a presença de espécies ameaçadas, o transporte dos produtos, os procedimentos de descarga, o impacto na paisagem e nos espaços públicos.

Organismos do governo civil da Junta da Extremadura, a Estação Biológica de Doñana e associações ecologistas, ao longo de toda a tramitação do projeto, alertaram para a necessidade de adoção de medidas para a proteção da vegetação e fauna existente na região, com particular atenção para a possível presença de distintas espécies de orquídeas na zona da refinaria e das suas instalações anexas, e espécies de fauna protegidas, incluídas no Catálogo Nacional de Espécies Ameaçadas (Real Decreto 439/1990, de 30 de março), e no Catálogo Regional de Espécies Ameaçadas da Extremadura (Decreto 37/2001, de 6 de março) (ESPANHA, 2012).

No que se refere à área prevista para a localização da refinaria, ela ocuparia 200 ha de uma região natural que tem por característica o predomínio de zonas agrícolas para o cultivo de oliveiras e videiras (ESPANHA, 2012). O projeto estava previsto para situar-se na parte ocidental da bacia hidrográfica de Guadiana, entre os rios Matachel e Guadajira, afluentes diretos do Guadiana pela margem esquerda. Em caso de derrames acidentais, como o ocorrido na Refinaria de La Rabida em 2005 (WWF, 2012), a qualidade da água e do solo na bacia hidrográfica estaria comprometida. A construção da refinaria teria impacto tanto na transformação do solo quanto na fisionomia do território, além das alterações a nível social, cultural e económico (ESPANHA, 2012).

Ao longo da tramitação, constatou-se que a descarga da refinaria era proposta para acontecer num afluente do Guadiana, o que desrespeitava a diretiva 2008/105/CE (qualidade da água e descarga de substâncias perigosas). Com a reformulação do projeto - a pedido do governo de Portugal - a empresa propõe alcançar uma meta de descarga zero através da implementação de técnicas específicas. Ainda assim, a reformulação é contestada, já que seria a primeira experiência de aplicação da técnica referida numa refinaria dessa dimensão, não havendo garantias fiáveis de proteção do ambiente em caso de acidente (ESPANHA, 2012).

A Via de La Plata, uma antiga via romana e rota turística da região, também seria afetada com a construção da refinaria. O impacto dar-se-ia tanto no período da construção, sobretudo no trânsito da região, quanto na fase de instalação.

Além disso, a presença da infraestrutura associada à refinaria traria alterações paisagísticas e produção de ruído ambiental. Diferentes associações, como a

Federação Espanhola de Associações do Caminho de Santiago, e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura-UNESCO, alertaram para o fato de que Via de La Plata poderia candidatar-se a Património Mundial e, deste modo, a construção da refinaria repercutiria negativamente na candidatura (ESPANHA, 2012).

A descarga do combustível dos petroleiros por monoboia, o oleoduto submarino e o transporte poderiam afetar a costa de Doñana, e a costa de Portugal, nomeadamente a região do Algarve. Depois de avaliar o estudo realizado pela empresa sobre as consequências de descarga do combustível gerado nas instalações portuárias da refinaria, a Junta da Andaluzia considerou incompleta e irrealista a avaliação de riscos e efeitos (ESPANHA, 2012). Ademais o Parque Doñana é considerado Património Mundial, o que levou ao pronunciamento da UNESCO pela sua proteção e integridade.

Os impactos do projeto da Refinaria Balboa, dada a sua localização próxima da fronteira portuguesa, afetariam também as cidades situadas na região fronteiriça. Embora, estudos académicos comprovassem que, no que concerne à contaminação do ar nas regiões de Évora, Beja e Moura, os níveis de dispersão dos poluentes atmosféricos estariam dentro do limite legislado, este foi um ponto desmobilizador do projeto (PINTO, 2008).

Para avaliar o impacto ambiental da construção, o governo português participou do processo no âmbito do Protocolo de Atuação entre o Governo do Reino de Espanha e o Governo da República Portuguesa de 2008. Em 2009 a Agência Portuguesa do Ambiente-APA enviou o resultado da sua avaliação de impacto (LUSA, 2009). Dentre os principais pontos, assinala a necessidade de adequação dos processos de descarga da refinaria à diretiva 2008/105/CE, os riscos associados à possível contaminação das águas por descargas acidentais; e expressam a sua preocupação pelo risco de marés negras que poderiam alcançar as praias do Algarve por derrames acidentais durante as operações de carga e descarga (ESPANHA, 2012). Mesmo depois do proponente do projeto ter respondido aos questionamentos feitos, em 2011 o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território de Portugal-MAOT reiterou a sua preocupação sobre a forma encontrada para resolver as questões levantadas pelo país.

Tanto em Portugal, como em Espanha, a tramitação do projeto de construção não envolveu apenas o Estado e as empresas interessadas, mas mobilizou fortemente a sociedade civil e os partidos políticos. A Izquierda Unida conseguiu em 2011, sensibilizar o parlamento da Extremadura para interromper o repasse de fundos para a construção da refinaria (BLANCO, 2011).

Em Portugal, assiste-se igualmente à mobilização do Bloco de Esquerda-BE. Porém, as forças políticas espanholas como o Partido Socialista Operário Espanhol-PSOE sublinharam o seu apoio ao projeto, como se verifica no discurso de seu secretário-geral em 2012 num encontro regional. A posição do PSOE era defender o projeto na sua vertente política associada a postos de trabalho minorizando a questão técnica. (EUROPA PRESS, 2012a). Baseada nos mesmos motivos de desenvolvimento económico e criação de postos de trabalho, a Confederação Sindical de Comissões Operárias-CCOO, a União Geral de Trabalhadores-UGT e diversas organizações empresariais mantiveram um posicionamento favorável à construção da refinaria.

Neste contexto, emerge um desafio coletivo que cria laços de solidariedade. Em fevereiro de 2005, foi criada em Extremadura a Plataforma Ciudadana Refinería No-PCRN, constituída por cidadãos, principalmente camponeses, que exigiam um plano sustentável de desenvolvimento, e se opunham à construção da refinaria. Esta organização irá elaborar um manifesto expressando o seu descontentamento e a sua preocupação com o projeto (UNANUA, 2014; WWF, 2012).

Em termos de ação coletiva, o movimento social PCRN emerge como um discurso alternativo ao discurso dos empresários e proponentes da refinaria. Numa fase inicial surgiu para responder ao poder público local, neste caso a Junta de Extremadura. Posteriormente. Concentraram-se todas as ações de contestação neste movimento, tornando-o o representante oficial de oposição. A sua estrutura de coordenação contribui para influenciar a decisão final fosse ampliada e visibilizada. Defrontou-se com o poder hegemónico do partido político PSOE na região da Extremadura que dificultou as conversações com a estrutura administrativa local. A construção de uma estratégia concertada fora da Extremadura e a nível internacional consolidou o poder interventivo do movimento tendo havido uma relação profícua neste sentido entre a Andaluzia e Portugal (UNANUA, 2014).

Várias associações, como a Associação para a Defesa da Natureza e dos Recursos da Extremadura-ADENEX, o Greenpeace Espanha, a WWF Espanha, a SEO/Birdlife, os Amigos de la Tierra, a Ecologistas en Acción, entre outras, encabeçaram as mobilizações regionais e nacionais de contestação. Foram adotadas estratégias de articulação em diferentes níveis, como a elaboração de informação ao conselho de Doñana, a publicação de um manifesto de quarenta razões para a oposição à refinaria, a organização de uma concentração em Madrid em 2009. A nível internacional, foi lançada a denúncia da refinaria e da construção do oleoduto junto da Comissão Europeia, assim como o envio de

alerta aos organismos internacionais como a UNESCO; o Comité Permanente da Convenção de RAMSAR e a União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN.

No caso português insurgem-se associações ambientalistas e de agricultores, empresários hoteleiros e partidos políticos. São exemplo deste posicionamento as organizações como o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, a Liga para a Proteção da Natureza, a Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS, entre outros. Tal como em Espanha, também se constituiu em Portugal uma plataforma de cidadãos com a mesma designação: “Plataforma Cidadã Refinaria Não” (PÚBLICO, 2008). As organizações envolvidas também realizaram manifestações públicas com a participação da plataforma espanhola.

Importa assinalar que no caso português, a participação do BE do distrito de Évora. No blogue do BE, o governo regional da Extremadura é acusado de apoiar os promotores da refinaria, sendo reivindicada uma atitude por parte do governo português, nomeadamente a rejeição direta ao projeto (BLOCO DE ESQUERDA, [s. d.]). A Quercus reivindica igualmente a rejeição do projeto afirmando que o não posicionamento por parte do Estado só adiaria o problema (LUSA, 2009). Outra estratégia de contestação foi a criação de uma petição online “Refinaria Não”, com um importante papel na mobilização pelas redes virtuais (SEQUEIRA, 2010).

Finalmente, a avaliação apresentada na Resolução n.10244 de 16 de julho de 2012, da Secretaria de Estado do Ambiente de Espanha determinou que, do ponto de vista ambiental, o projeto de construção da refinaria seria inviável. Em 2012 com o parecer desfavorável emitido pelo Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente-MAGRAMA, a Plataforma Espanhola Ciudadana Refinería No é desativada. A principal razão para tal é o fato do MAGRAMA ter apresentado parecer negativo para a construção da refinaria e, deste modo, o Ministério da Indústria acabaria por indeferir definitivamente o projeto (ORTIZ, 2012).

Não foi apenas a Declaração de Impacto Ambiental-DIA desfavorável que contribui para a inviabilidade do projeto, mas também a conjuntura do setor que passava pela ampliação das empresas tradicionais de refinaria (entre 2010 e 2013), aliada à proteção do mercado, operada por empresas de exploração como Galp, Repsol e Cepsa, o que impediu que novos atores acessem àquele circuito económico (UNANUA, 2014).

No seguimento da DIA, em 2012, a Refinaria Balboa apresenta um pedido de revogação desta junto do MAGRAMA, com cópia registada no Ministério da Indústria. Em comunicado de imprensa, a refinaria sustenta a existência de ilegalidades no processo classificando a decisão como a reprodução de uma atuação “arbitrária e irracional” por parte dos responsáveis. Na sequência do processo, dos onze argumentos de contestação e justificativa apresentados pela Refinaria, sete deles foram aceites pelo MAGRAMA, restando ainda quatro fatores cuja avaliação segue desfavorável à construção, a saber: a localização, a eficiência energética, a “descarga zero” e a geração de resíduos perigosos (EUROPA PRESS, 2012b, 2013; REFINERÍA BALBOA, 2013). Neste cenário, o grupo de investidores deixou de constituir o conselho administrativo da empresa, desfazendo o consórcio de entidades inicialmente instituído.

Referências bibliográficas

- BLANCO, P. El parlamento de Extremadura dice No a la refinería Balboa. EP Extremadura Progresista, 27 dez. 2011.
- BLOCO DE ESQUERDA. Refinaria Balboa? Não obrigado. Site BE distrital de Évora. [s.d.].
- ESPAÑA. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. Resolución no. 10244, 16 e jul. 2012. Declaración de impacto ambiental de projeto de construcción de refinaria de petróleo na Extremadura. Boletim Oficial del Estado nº 181, Madrid, sección III, p. 54630-54720, 2012.
- EUROPA PRESS. PSOE Extremadura dice sobre la Refinería Balboa que “defender el empleo no es una cuestión técnica”, sino política. Mérida, 23 abr. 2012a.
- EUROPA PRESS. Refinería Balboa presenta en el Ministerio de Agricultura una solicitud de revocación de la DIA desfavorable al proyecto. Badajoz, 18 set. 2012b.
- LUSA. Quercus defende que o governo devia rejeitar refinaria Balboa. DN Portugal, 6 de maio 2009.
- LUSA; SOARES, M. Ministério do Ambiente espanhol dá parecer negativo à construção da refinaria Balboa. Jornal Público, 29 mar. 2012.
- ORTIZ, A. Se disuelve la plataforma Refinería No después de ocho anos. Hoy. Es., 30 jul. 2012.
- PINTO, M. F. T. Modelação do transporte e dispersão atmosférica de poluentes produzidos por uma refinaria: estudo de caso. Tese de mestrado em Engenharia Química. Instituto Politécnico do Porto, dez. 2008.
- PÚBLICO. Seis associações ambientalistas contestam construção de refinaria na Extremadura Espanhola, 17 jul. 2008.
- REFINERÍA BALBOA. El Ministerio Medio Ambiente “acepta” siete de los once argumentos esgrimidos por Refinería Balboa para revocar la DIA negativa. Jerez de los Caballeros, mar. 2013.

SEQUEIRA, J. M. D. O planeamento da ação estratégica na definição de objetivos. O caso do Parque Alqueva e a Refinaria Balboa. Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Faculdade de Letras-FL da Universidade do Porto-UP, 2010.

UNANUA, F. J. T. Infraestructuras, industria y movimientos sociales. Estrategias de comunicación ante el proyecto de refinería Balboa en la provincia de Badajoz. Commons, Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital, vol. 3 n. 2, p. 112-136, 2014.

WWF. La refinería y el oleoducto Balboa ya son historia. Informe WWF - Espanha, 2012.

PARTE III: INDÚSTRIA

*Eliane Araujo
José Gomes Ferreira
Lays Silva
Lúcia Fernandes
Sofia Bento
Teresa Meira*

1. CURTUMES

1.1 SOS Alviela: luta contra a poluição do rio

Resumo

Protestos contra a poluição causada por fábricas de curtumes de peles, que realizam descargas no rio Alviela, no Ribatejo (concelhos de Alcanena e Santarém), levam, em 1957, à criação da Comissão de Luta contra a Poluição do Rio Alviela.

O rio Alviela nasce no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, no concelho de Alcanena, freguesia da Louriceira, e desagua na margem direita do rio Tejo, nas proximidades de Vale de Figueira, no concelho de Santarém, percorrendo uma extensão de aproximadamente 40 km. É considerado um dos rios mais poluídos do país. A poluição é atribuída ao histórico de poluentes provenientes da indústria de curtumes, suiniculturas e aviários instalados ao longo deste rio, com maior destaque para a poluição com origem na curtimenta de peles, cujo impacto tem gerado enorme controvérsia pública.

Historicamente a poluição do rio Alviela agravou-se quando a partir da década de 50 do século XX se multiplicavam as indústrias de curtumes, o que gerou impactos negativos sobre todo o ecossistema fluvial, e afetou as fontes de subsistência das povoações ribeirinhas, tais como, os moinhos, os lagares de azeite, a pesca e a extração de areia. A contaminação das águas do Alviela agravou-se quando a partir da década de 1970 passou a ser usado o crómio na curtimenta de peles (CAUTELA, 1977).

Antes desta data, não existiam detergentes e a curtimenta das peles “não se fazia à base de produtos químicos e os efluentes consistiam, principalmente, nos resíduos sólidos” (CAUTELA, 1977).

Na década de 1950 teve início a mobilização popular contra a poluição do rio, reivindicando as comunidades ribeirinhas a melhoria da qualidade das águas do Alviela. Joaquim Jorge Duarte, cidadão da freguesia de Pernes, conhecido como “o Diabo”, foi quem mais se distinguiu na luta pela despoluição do Alviela. Em 1957, no que constituiu uma afronta ao regime ditatorial, que tudo fez para ocultar o problema, este cidadão organizou um abaixo-assinado dirigido ao Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar.

Esta iniciativa esteve na génese, também em 1957, da criação em Pernes da Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela-CLAPA, que veio a ser formalizada após a Revolução de Abril de 1974 (COMISSÃO DE DEFESA DO RIO ALVIELA, 2006).

Em 1970, Joaquim Jorge Duarte levou amostras de água do Alviela em garrações à Assembleia da República-AR em Lisboa. A sua persistência motivou o interesse da imprensa nacional e o respeito dos seus conterrâneos, que passaram a estar atentos aos sinais de contaminação do Alviela.

Em 1974, derrubada a ditadura, a CLAPA reuniu na Subsecretaria de Estado do Ambiente com o titular do cargo, o arquiteto Ribeiro Telles, e representantes da Câmara Municipal de Alcanena e da Associação Portuguesa das Indústrias de Curtumes.

Da reunião resultou um acordo para a realização de uma avaliação do Alviela. Dessa avaliação, resultou a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais-ETAR em Alcanena, por ser a localidade onde se concentrava o maior número de indústrias de curtumes, cujo projeto foi aprovado apenas em 1979. Por falta de financiamento as obras foram interrompidas, tendo sido adiada a inauguração da ETAR para dezembro de 1988 (COMISSÃO DE DEFESA DO RIO ALVIELA, 2006).

Após a inauguração da ETAR os promotores e as populações verificaram que a sua dimensão estava subavaliada e que seria insuficiente para dar seguimento ao volume de caudal a tratar. Mas esse não foi o único problema, de imediato surgiram problemas de manutenção, que motivaram críticas, designadamente de autarcas e residentes locais, os quais qualificaram a obra como obsoleta e a tecnologia empregue como ultrapassada, alertando para a necessidade de envolver os empresários e as autarquias na realização de um novo projeto (LUSA, 2006).

Mantendo-se a contaminação do Alviela, em junho de 2004, o presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, município de Santarém, alertou para o aparecimento de peixes mortos no rio, atribuindo a causa aos efluentes provenientes das fábricas de curtumes e ao estado de degradação do sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena. O autarca denunciava a inação do governo na resolução do problema, pedindo ao Instituto da Água, Ministro do Ambiente e Câmara Municipal de Alcanena para que se pronunciassem (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004).

O ano de 2005 foi particularmente rico em iniciativas em defesa do Alviela. Em maio a CLAPA juntou centenas de pessoas numa caminhada entre a freguesia de Pernes e a nascente do Alviela em protesto contra a poluição deste rio e para chamar a atenção para a necessidade de serem executados novos investimentos na rede de saneamento das indústrias de curtumes de Alcanena. Em junho, integradas na iniciativa europeia Big Jump, promovida em Portugal pela Liga para a Proteção da Natureza-LPN, foram realizadas várias ações dedicadas à poluição do rio Alviela. A iniciativa inclui a projeção de um conjunto de reportagens e fotografias sobre a poluição do Alviela e as ações de luta das populações ribeirinhas, assim como a realização de exposições e workshops (LPN, 2006).

Em novembro foi criada a Comissão de Defesa do Rio Alviela, integrada por cerca de 40 entidades, que incluíam as Câmaras Municipais de Santarém e Alcanena, as juntas de freguesia ribeirinhas, deputados da AR, Organizações Não Governamentais, entre outras. A marcar o arranque da criação desta comissão, ainda em 2005, a mesma promoveu uma petição para ser entregue na AR, que pretendia sensibilizar o Governo para a necessidade de investimentos capazes de inverterem a degradação ambiental do Alviela (LUSA, 2006). Importa salientar que a petição pela despoluição do rio Alviela reuniu mais de 10 mil assinaturas e foi entregue em junho de 2006 ao Presidente da AR (COMISSÃO DE DEFESA DO RIO ALVIELA, 2006).

Em dezembro de 2007, a Comissão Parlamentar de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território aprovou o Relatório Final das Petições nº145/X/1 (despoluição do Rio Alviela) e nº146/X/1 (situação de poluição ambiental de Alcanena), que denunciavam a situação de poluição do Rio Alviela que se arrasta há décadas (PEV, 2007).

Dois anos mais tarde, em fevereiro de 2008, foi apresentado em Santarém um estudo para a recuperação do ecossistema do rio Alviela, elaborado por uma equipa multidisciplinar de biólogos, hidrólogos, químicos e engenheiros do ambiente da empresa Hidroprojeto e acompanhado pela Divisão de Resíduos e Promoção Ambiental da Câmara Municipal de Santarém. O estudo apontou a indústria de curtumes localizada em Alcanena como principal foco de poluição, admitindo existirem responsabilidades também por parte das agropecuárias do concelho de Santarém. O documento propunha o tratamento integrado dos efluentes industriais como a solução mais viável e eficaz para a resolução do problema de poluição, proposta que passava pela constituição de uma empresa conjunta

entre todos os participantes (produtores, autarquias, indústrias), a elaboração de estudos e relatórios concernentes à situação do rio, a sua monitorização e regularização, assim como o desenvolvimento de um plano de ação (TINTA FRESCA, 2008).

Tendo como suporte o estudo anterior, em 2009, o Ministério do Ambiente apresentou uma solução à Câmara de Alcanena e às indústrias de curtumes, que consistia na construção de diversos equipamentos e infraestruturas no âmbito do sistema de tratamento de águas residuais e na assunção do princípio do utilizador-pagador (SANCHEZ, 2009).

No dia 15 de abril de 2014, a Agência Portuguesa do Ambiente assinou um protocolo com as Câmaras de Alcanena e de Santarém para a reabilitação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e da cascata do Mouchão de Pernes, cujas obras estão orçamentadas em 14 milhões de euros. Até fevereiro de 2015, as obras não tinham iniciado (AR, 2015).

Referências bibliográficas

- AR. Ponto da situação do protocolo para requalificação do Rio Alviela. Requerimento entregue à Câmara Municipal de Alcanena por vários deputados da Assembleia da República-AR, 08 jan. 2015.
- CAUTELA, Afonso. Ecologia e luta de classes em Portugal. Reportagens, Socicultur, Lisboa, 1977.
- CLAPA. Historial. Alviela – do fundo dos tempos. Blog da Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela-CLAPA, 13 set. 2006.
- COMISSÃO DE DEFESA DO RIO ALVIELA. Reunião. Site da Liga para a Proteção da Natureza-LPN, 17 mar. 2006.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. Autarca denuncia poluição no rio Alviela. Jornal de Notícias, 30 jun. 2004.
- LPN. Big Jump. Rios a 100%. Site da Liga para a Proteção da Natureza-LPN, 2006.
- LUSA. Populares alertam para poluição no rio Alviela. Diário Digital, 6 mai. 2006.
- PEV. Comunicado. Site do Partido Ecologista Os Verdes-PEV, 18 dez. 2007.
- SANCHEZ, Paula. Ambiente quer acabar com poluição no Alviela. Diário de Notícias, 9 mar. 2009.
- TINTA FRESCA. Estudo sobre rio Alviela responsabiliza Santarém e Alcanena pela poluição. Jornal de Arte, Cultura e Cidadania, 24 fev. 2008.

2. CIMENTO E CAL

2.1 População de Ourém tenta impedir exploração de novas pedreiras e de fábricas de cal

Resumo

Em Boleiros, Casal Farto e Maxieira, na Freguesia de Fátima, no concelho de Ourém, registaram-se vários protestos públicos em 2012, com o intuito de impedir o licenciamento de novas pedreiras e a ampliação de outras já existentes, assim como a construção de novas fábricas de cal. Reclamações sobre o funcionamento das pedreiras existentes têm também sido frequentes desde essa altura.

As pedreiras localizadas no concelho de Ourém, principalmente em Boleiros, Casal Farto e Maxieira, encontram-se em funcionamento desde 2002 e têm sido alvo de inúmeras reclamações motivadas pelos impactes ambientais negativos, afetando a saúde das populações locais e causando prejuízos materiais. Entre os mais afetados diretamente destacam-se os grupos mais vulneráveis como crianças e os idosos, mas também os trabalhadores locais que permanecem na povoação o dia todo.

Em 2012, os moradores de Boleiros e da Maxieira mobilizaram-se para impedir o licenciamento de novas pedreiras no local, a ampliação da pedreira Serrado das Oliveirinhas e a instalação de uma fábrica de cal na Maxieira. Há entre eles um forte sentimento de perda de qualidade de vida, como demonstra a opinião de um vizinho do concelho na página do Facebook: “Boleiros era uma povoação na freguesia de Fátima com uma vida própria. Uma atividade cultural interessante, um restaurante onde se dançavam coisas do nosso tempo, um clube de futebol que fazia falar de Vasco da Gama; válidas infraestruturas sociais de apoio a crianças e a idosos. Uma terra a que quem dela partia desejava voltar. Hoje, fala-se de Boleiros por outras (e más) razões. Do seu seio esventrado extrai-se pedra como negócio. Negócio que se combate? Não. Mas não se pode aceitar que as pedreiras se tenham instalado dentro da povoação, invadindo o viver dos habitantes que o são, ou que o querem ser, ou que deixaram de o ser” (RIBEIRO, 2012).

Argumentaram que seriam, assim, destituídos de uma vida normal e saudável, dado o previsível aumento de poeiras emitidas e o ruído causado pela atividade de extração e pelo tráfego de camiões. Afirmaram tratar-se de uma região com alto nível de destruição, estando a ser transformada numa enorme cratera, apesar de hoje integrar a Reserva Ecológica Nacional-REN (CIDADANIA RM, 2012). Suspeita-se, ainda, a existência de pegadas de dinossauros na região, mais concretamente perto de Boleiros, na cidade de Ourém onde, aliás, se situa o Monumento Natural das Pegadas dos Dinossauros da Serra de Aire (CIDADANIA RM, 2012). A população temia assim que, com a instalação das novas pedreiras em Boleiros, tal património nacional e de grande valor, sobretudo cultural, viesse a ser destruído (O MIRANTE, 2012a).

Os cidadãos locais mostraram-se especialmente contrariados com a emissão de Declarações de Impacte Ambiental a favor de novas pedreiras sem o prévio conhecimento da população e contra a opinião da Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS (O MIRANTE, 2012a). Para tentar impedir os empreendimentos, fizeram abaixo-assinados (RIBEIRO, 2012) e foi criada uma página na rede social Facebook intitulado “Não às pedreiras dentro da aldeia de Boleiros (Fátima)”. O conflito chamou a atenção do Partido Comunista Português-PCP, que através do deputado António Filipe interpelou o governo na Assembleia da República (O MIRANTE, 2014).

As novas pedreiras em processo de licenciamento têm uma área de 3 hectares e situam-se a cerca de 2 km da povoação de Boleiros, próximas do Serrado de Oliveirinha. Os Estudos de Impacte Ambiental-EIA referentes aos projetos de exploração destas pedreiras, elaborados pelo Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais-CEVALOR, previam impactos cumulativos negativos em termos do ruído, da qualidade do ar, do tráfego, da paisagem, do meio hídrico e do ordenamento do território, salientando apenas como efeito positivo a criação de emprego a nível local (O MIRANTE, 2012b).

Ainda em 2013, houve a consulta pública dos EIA, que visavam ampliar a exploração de novas pedreiras no concelho de Ourém: a pedreira da Portela e a pedreira Serrado das Oliveirinhas, ambas localizadas na freguesia de Fátima, e também para instalação de uma nova fábrica de cal.

No caso da Pedreira da Portela, a área já estava a ser explorada ilegalmente desde 2011, sem ter sido realizada uma Avaliação de Impacte Ambiental-AIA. A Quercus, aliás, colocou em causa o procedimento de AIA que visa apenas

legalizar uma exploração que tem vindo a ser efetuada sem o devido licenciamento prévio. Ainda de acordo com o parecer da Quercus, o PDM de Ourém prevê que a pedreira deve respeitar um afastamento mínimo de 100 metros em relação ao eixo da A1, distância que, com a expansão da pedreira, não será respeitada (QUERCUS, 2013a). Além disso, a Gruta do Casal do Papagaio, local de interesse arqueológico, encontra-se ameaçada pela atividade da pedreira (QUERCUS, 2013a).

Já no caso da pedreira Serrado das Oliveirinhas, localizada a cerca de 1km a sudoeste da povoação da Maxieira, o objetivo da empresa Microlime – Produtos de Cal e Derivados seria aumentar a sua área de 1,41 hectares para 8,85 hectares, dos quais cerca de 1,47 se destinariam a ser ocupados pelos anexos da pedreira. Estes anexos incluíram a mencionada fábrica, ainda a construir, e ficariam situados em terrenos da Reserva Ecológica Nacional-REN e no limite do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (QUERCUS, 2013b; QUERCUS, 2013c). A fábrica de cal implicaria um investimento de 25 milhões de euros, permitindo a criação de 14 novos postos de trabalho diretos e cerca de 60 indiretos, associados ao transporte de produtos, manutenção, limpeza e contabilidade (O MIRANTE, 2013a).

Ainda em 2013, houve a consulta pública dos EIA, que visavam ampliar a exploração de novas pedreiras no concelho de Ourém: a pedreira da Portela e a pedreira Serrado das Oliveirinhas, ambas localizadas na freguesia de Fátima, e também para instalação de uma nova fábrica de cal.

No caso da Pedreira da Portela, a área já estava a ser explorada ilegalmente desde 2011, sem ter sido realizada uma Avaliação de Impacte Ambiental-AIA. A Quercus, aliás, colocou em causa o procedimento de AIA que visa apenas legalizar uma exploração que tem vindo a ser efetuada sem o devido licenciamento prévio. Ainda de acordo com o parecer da Quercus, o PDM de Ourém prevê que a pedreira deve respeitar um afastamento mínimo de 100 metros em relação ao eixo da A1, distância que, com a expansão da pedreira, não será respeitada (QUERCUS, 2013a). Além disso, a Gruta do Casal do Papagaio, local de interesse arqueológico, encontra-se ameaçada pela atividade da pedreira (QUERCUS, 2013a).

Já no caso da pedreira Serrado das Oliveirinhas, localizada a cerca de 1km a sudoeste da povoação da Maxieira, o objetivo da empresa Microlime – Produtos de Cal e Derivados seria aumentar a sua área de 1,41 hectares para 8,85 hectares, dos quais cerca de 1,47 se destinariam a ser ocupados pelos anexos da pedreira.

Estes anexos incluíram a mencionada fábrica, ainda a construir, e ficariam situados em terrenos da Reserva Ecológica Nacional-REN e no limite do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (QUERCUS, 2013b; QUERCUS, 2013c). A fábrica de cal implicaria um investimento de 25 milhões de euros, permitindo a criação de 14 novos postos de trabalho diretos e cerca de 60 indiretos, associados ao transporte de produtos, manutenção, limpeza e contabilidade (O MIRANTE, 2013a).

A escolha da zona de Fátima para a instalação da fábrica de cal deveu-se à grande oferta de matéria-prima, à acessibilidade rodoviária que facilita o escoamento do produto, incluindo a proximidade à região da grande Lisboa, onde se encontram os principais consumidores de cal, além da existência de rede de gás natural na região (O MIRANTE, 2013c).

De acordo com alertas enviados por moradores à Quercus, a empresa Microlime teria adquirido terrenos no âmbito da REN, numa área florestal dominada por pinhal, que continha também azinheiras, espécie protegida, e localizada no limite do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Teria, além disso, promovido o corte integral das árvores existentes, incluindo parte das azinheiras, sem ter autorização para a instalação da fábrica de cal. As intervenções já teriam afetado uma dolina (covão) importante para a recarga do aquífero do Maciço Calcário Estremenho e para o abastecimento das nascentes na base da Serra de Aire (QUERCUS, 2013b; QUERCUS, 2013c).

A Quercus avaliou que o projeto poderia provocar problemas tanto à saúde das populações locais como ao ambiente, dada à libertação de partículas, monóxido de carbono e dióxido de enxofre, assim como a produção de poeiras associadas ao tráfego de veículos pesados nas localidades limítrofes. Existia também a preocupação com a contaminação e poluição do solo, decorrentes de possíveis derrames de óleos e combustíveis e com a utilização do coque de petróleo, um tipo de combustível com elevado teor de metais pesados. De acordo com a Quercus, também a área destinada à construção da fábrica de cal, na Maxieira, não poderia estar incluída no EIA como fazendo parte dos “anexos de pedreira” já que, segundo o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, que estabelece o regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras), os anexos apenas poderiam incluir instalações e oficinas para serviços destinados à indústria extrativa e não à indústria transformadora, como seria o caso da fábrica de cal (QUERCUS, 2013c). Por estas razões, a Quercus considerou a proposta inaceitável, tendo apoiado a população na sua luta (QUERCUS, 2013b).

No entanto, apesar das contestações, em dezembro de 2013, a Câmara Municipal de Ourém deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável com apenas algumas condicionantes para a instalação da fábrica de cal na Maxieira, a cerca de seis quilómetros do local previsto inicialmente, de forma a garantir um maior afastamento da atividade do núcleo urbano de Fátima. Aprovou ainda, também por unanimidade, a ampliação da pedreira Serrado das Oliveirinhas (O MIRANTE, 2013a).

Referências bibliográficas

- CIDADANIA RM. Pegada de dinossauro em Chãos. Blog Cidadania RM, 13 fev. 2012.
- O MIRANTE. Moradores de Boleiros protestam contra exploração de pedreiras. *Jornal Regional*, 29 mar. 2012a.
- O MIRANTE. Avaliação ambiental de duas pedreiras na zona de Fátima em consulta pública. *Jornal Regional*, 5 abr. 2012b.
- O MIRANTE. Estudo de impacte ambiental da fábrica de cal da Maxieira em consulta pública. *Jornal Regional O Mirante*, 7 nov. 2013a.
- O MIRANTE. Oposição volta a recusar aprovar declaração de interesse público para pedreira no Casal Farto. *Jornal Regional O Mirante*, 14 nov. 2013b.
- O MIRANTE. Município dá luz verde para realocização da fábrica de cal na freguesia de Fátima. *Jornal Regional O Mirante* 5 dez. 2013c.
- QUERCUS. Quercus contesta construção de nova fábrica de cal na Maxieira, em Fátima, junto ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. 6 nov. 2012a.
- QUERCUS. Pedreira da Lena construções em Fátima ampliação efetuada antes da decisão sobre o estudo de impacte ambiental. 6 mar. 2013b.
- QUERCUS. Quercus contesta nova fábrica de cal junto ao Parque Natural das serras de Aire e Candeeiros. 21 jul. 2013c.
- RIBEIRO, Sérgio. Pedreiras dentro de Boleiros inaceitável. Blog Por Ourém, 21 mai. 2012.

2.2 Portugal não precisa de mais cimenteiras! “Não queremos uma cimenteira às portas de Rio Maior”

Resumo

Uma empresa do grupo Tecnovia pretendia construir uma cimenteira em Rio Maior; a qual foi chumbada pelo governo, em 2010. O local pretendido para instalação da unidade fabril fica numa zona protegida, próximo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, dentro da Rede Natura 2000.

Pela segunda vez, a população do concelho de Rio Maior, situado no distrito de Santarém, na região do Ribatejo, conseguiu evitar a instalação de uma cimenteira em seu território em 2010. Esta região enfrenta problemas de poluição proveniente de pequenas indústrias e da atividade pecuária existentes na região, principalmente exploração de suínos.

O projeto da cimenteira foi colocado à consulta pública em agosto de 2010 sem que houvesse uma divulgação prévia sobre a data e local para consulta por parte da empresa. Um dos principais focos deste conflito foi o local pretendido para a implementação da cimenteira, situado numa zona protegida pela Rede Natura 2000, próximo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, a menos de 2 km da cidade de Rio Maior (CIDADANIA RM, 2010).

Já tinha havido, no início dos anos 1980, uma tentativa de implantar uma unidade fabril de produção de cimento neste concelho que não foi adiante. A fábrica atual seria instalada numa área de 10,5 hectares, na zona da Senhora da Luz, onde já funciona uma pedreira explorada também pela Tecnovia. Este grupo, que está presente também no Brasil, Angola e Cabo Verde e nas ilhas adjacentes, pretendia investir cerca de 100 milhões de euros na unidade e previa operar desde 2012 até 2030, por exaustão da pedreira. A produção anual prevista seria de 500 mil toneladas, com a criação de 100 postos de trabalho, envolvendo a circulação diária de oito camiões por hora, entre as 6h e às 20h (CIDADANIA RM, 2010; O MIRANTE, 2010b).

Por temer os efeitos do empreendimento sobre a sua qualidade de vida, um grupo de moradores do concelho criou um movimento para lutar contra a instalação da cimenteira nos arredores da cidade. Organizaram uma petição com recolha de assinaturas através da Internet, intitulada: “Em Defesa do Desenvolvimento e do Ambiente de Rio Maior” e criaram um grupo na rede social Facebook

intitulado “Não queremos uma cimenteira às portas de Rio Maior” que, contou com mais de 400 adesões (O MIRANTE, 2010a; O MIRANTE, 2010b).

A mobilização contou com apoio de diversas organizações e movimentos ambientalistas, entre elas a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, a Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria-OIKOS e o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA. A Quercus emitiu um parecer, na fase de consulta pública da Avaliação de Impacte Ambiental, destacando que algumas das áreas referidas no projeto distavam mais de 20 quilómetros umas das outras e que o transporte de matéria-prima geraria emissões de gás carbónico, entre outros poluentes. A Quercus também alegou que, devido à proximidade da cidade de Rio Maior, as emissões atmosféricas poderiam afetar a população. Sublinhou ainda que já existiam seis fábricas de cimento em Portugal, pelo que, com a crise que atinge o setor da construção, esta nova fábrica era considerada desnecessária (CIDADANIA RM, 2010; TALIXA, 2010; TSF, 2010).

Também as associações OIKOS e GEOTA avaliaram negativamente o projeto com argumentos semelhantes. Num parecer conjunto, ressaltaram a inutilidade de um projeto imposto às populações com um elevado impacto ambiental nefasto, com alto consumo energético e emissões de Gases de Efeito Estufa-GEE: “Portugal não precisa de mais cimenteiras, as existentes estão a funcionar abaixo da sua capacidade” (GEOTA, 2010).

Ainda em 2010, o Movimento Cívico Ar Puro-MCAP promoveu um debate público e foi organizada uma ação de rua no centro da cidade de Rio Maior, durante a qual foi distribuído um folheto informativo que apontava as principais razões para o dever da população se mobilizar contra o projeto industrial.

A cimenteira iria comprometer a saúde pública e a qualidade de vida das populações devido ao lançamento de metais pesados e de outros poluentes para a atmosfera, à produção de poeira e ruído e por prejudicar a qualidade da água. Segundo afirmavam, a fábrica também colocaria em risco o património ambiental de Rio Maior, nomeadamente a zona de Paisagem Protegida da Serra de Aire e Candeeiros, causando com isso prejuízos à economia local, especialmente ao turismo, à agricultura e indústria alimentar e, ainda, colocaria em causa a condição de Rio Maior como a cidade do desporto (FÓRUM DE RIO MAIOR, 2010; MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2010; O MIRANTE, 2010b).

Ainda em 2010, o Movimento Cívico Ar Puro-MCAP promoveu um debate público e foi organizada uma ação de rua no centro da cidade de Rio Maior,

durante a qual foi distribuído um folheto informativo que apontava as principais razões para o dever da população se mobilizar contra o projeto industrial. A cimenteira iria comprometer a saúde pública e a qualidade de vida das populações devido ao lançamento de metais pesados e de outros poluentes para a atmosfera, à produção de poeira e ruído e por prejudicar a qualidade da água. Segundo afirmavam, a fábrica também colocaria em risco o património ambiental de Rio Maior, nomeadamente a zona de Paisagem Protegida da Serra de Aire e Candeeiros, causando com isso prejuízos à economia local, especialmente ao turismo, à agricultura e indústria alimentar e, ainda, colocaria em causa a condição de Rio Maior como a cidade do desporto (FÓRUM DE RIO MAIOR, 2010; MOVIMENTO CÍVICO AR PURO, 2010; O MIRANTE, 2010b).

Os cidadãos, neste debate, alegaram não estarem contra o desenvolvimento, mas contra um tipo de desenvolvimento económico que consideravam ser prejudicial à imagem construída pela cidade. Um dos argumentos específicos era o fato do Estudo de Impacte Ambiental-EIA abranger apenas medições até 300 metros da Freiria, local que marca o perímetro urbano de Rio Maior (O MIRANTE, 2010b).

Por sua vez, a Tecnovia alegou que a instalação da unidade industrial não iria afetar as populações, pois iria ser construída com recurso à mais moderna tecnologia e que não traria um impacte ambiental muito superior ao que já existe na pedreira que funciona no local (GLOBAL CONSTRÓI, 2010).

Também o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia-MAOTE emitiu, a 30 de novembro de 2010, um parecer negativo à construção da cimenteira em Rio Maior. No parecer são apontadas incompatibilidades com o Plano Diretor Municipal de Rio Maior - e com a Reserva Ecológica Nacional-REN, a proximidade ao Parque Natural, protegido pela legislação europeia Rede Natura 2000, e a sobrecarga de trânsito que iria causar, entre outros aspetos (BOAS NOTÍCIAS, 2010; FÓRUM DE RIO MAIOR, 2010b).

Mesmo após esse parecer desfavorável ao projeto, a Tecnovia decidiu promover uma sessão de esclarecimento para a população sobre o impacto do projeto. A sessão levou cerca de 40 pessoas à sede da Associação do Grupo Recreativo, Cultural e Desportivo da Freiria no dia 10 de dezembro de 2010 (O MIRANTE, 2010c).

Na ocasião, o representante da empresa informou que iria tentar obter um despacho conjunto por parte do MAOTE e do Ministério da Economia a reconhecer o interesse nacional da construção da cimenteira (O MIRANTE, 2010c).

Na ocasião, os moradores criticaram o fato de a empresa só ter realizado a sessão de esclarecimento após conhecimento do parecer desfavorável do MAOTE (O MIRANTE, 2010c).

Referências bibliográficas

- BOAS NOTÍCIAS. Ministério trava fábrica de cimento em Rio Maior, 2 dez. 2010.
- CIDADANIA RM. Cimenteira de Rio Maior. Blog Cidadania Rio Maior, 1 dez. 2010.
- FÓRUM DE RIO MAIOR. Ação de rua contra a cimenteira. Blog Movimento Projeto de Cidadania, 31 out. 2010.
- GEOTA. Fábrica de cimento de Rio Maior – parecer conjunto no âmbito da consulta pública. Comunicado, Site GEOTA, 28 ago. 2010.
- GLOBAL CONSTRÓI. Tecnovia garante que cimenteira não vai afetar populações. Global Constrói. 2010.
- O MIRANTE. Instalação de fábrica de cimento e ampliação de pedreira na zona da Serra das Candeeiros. Jornal Regional O Mirante, 19 ago. 2010a.
- O MIRANTE. Moradores de Rio Maior contestam possível instalação de cimenteira. Jornal Regional O Mirante, 21 out. 2010b.
- O MIRANTE. Tecnovia não desiste de obter licenciamento para construção de cimenteira. Jornal Regional O Mirante, 16 dez. 2010c.
- MOVIMENTO CÍVICO AR PURO. Movimento Ar Puro promoveu primeiro debate público sobre projeto de cimenteira em Rio Maior. Região de Rio Maior, 27 nov. 2010.
- TALIXA, Jorge. Petição rejeita nova fábrica de cimento nas proximidades de Rio Maior, 16 nov. 2010.
- TSF. Quercus contra instalação de cimenteira às portas da cidade de Rio Maior. Rádio TSF, 29 ago. 2010.

2.3 “Encerramento do Aterro Sanitário Já, Pedreira em Arcena Não!”

Resumo

População de Arcena luta contra dois projetos, de infraestrutura, o alargamento do Aterro Sanitário de Mato da Cruz, explorado pela Valorsul, e industrial, a instalação da pedreira da Cimpor. As omissões dos impactos para a qualidade de vida da população levou à reprovação destes projetos pelo Ministério do Ambiente.

O Aterro Sanitário de Mato da Cruz foi instalado em 1998 na localidade de Arcena, com 41 hectares de área que abrangem as freguesias de Alverca do Ribatejo e Calhandriz no concelho de Vila Franca de Xira (O MIRANTE, 2011). Por mais de 20 anos a população local tem sofrido com os malefícios de uma lixeira aberta e, posteriormente, pela instalação do aterro sanitário junto à nascente do rio Crós-Cos, afluente do rio Tejo, que escoia por Arcena, Bom Sucesso e Alverca do Ribatejo (BLOCO DE ESQUERDA, 2011; O MIRANTE, 2011).

O aterro sanitário Mato da Cruz, cuja exploração está a cargo da empresa Valorsul, recebe resíduos provenientes dos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira. Desde 2010 que a empresa Valorsul aponta para a necessidade de alargamento do aterro sanitário em 13,5 hectares, já contemplado no Plano Diretor Municipal-PDM. Segundo a empresa, o alargamento justifica-se pelo aumento de recepção de lixo para mais 330 mil m³ de forma a garantir o seu funcionamento até ao final da sua concessão em 31 de dezembro de 2020 (SILVA, 2010).

Os moradores têm se mostrado preocupados pelos impactos de degradação nas suas habitações, qualidade de vida e na sua saúde, lamentando que Vila Franca de Xira se esteja a transformar no caixote de lixo da área metropolitana de Lisboa (O MIRANTE, 2011).

A preocupação dos moradores agrava-se porque, além do alargamento do aterro sanitário, estava prevista a exploração de uma nova pedreira pela cimenteira Cimpor S. A., com interesse na extração de margas e calcários numa área contígua à do aterro, apenas a 800 metros das habitações de Arcena e a 2 km do centro da cidade de Alverca.

Devido à urgência do alargamento do aterro sanitário, a Cimpor comprometeu-se a antecipar o projeto de licenciamento da área a fim de extrair o mais brevemente possível a reserva mineral dos terrenos para que estes possam ser rapidamente libertados e colocados à disposição da Valorsul (O MIRANTE, 2011). O Estudo de Impacte Ambiental-EIA da pedreira foi realizado em fevereiro de 2010. A pedreira teria 71,7 hectares e parte dessa área seria posteriormente usada para o alargamento do aterro cujas obras de construção começariam no início de 2012 (CALVÁRIO, 2011).

No fim de 2010 a Câmara de Vila Franca de Xira aprovou a expansão do aterro sanitário de Mato da Cruz e a exploração da pedreira de Arcena pela Cimpor, como projetos de Interesse Público Municipal. Na anterior reunião do executivo, realizada em 19 de maio, a Coligação Democrática Unitária-CDU pediu a retirada da proposta por falta de informação. Mudou o seu voto ao ouvir a garantia da presidente da Câmara de que realizaria uma reunião pública com a população de Arcena. Na mesma reunião a localização escolhida para a expansão do aterro, foi contestada. Em resposta, a presidente afirmou ter tido a garantia de que o alargamento iria ser realizado em terrenos afastados das habitações e que a autarquia iria receber uma compensação de 1 milhão de euros destinados à aquisição de 3 viaturas a serem usadas para a recolha de resíduos sólidos e aquisição de ilhas ecológicas (SILVA, 2010).

O movimento cívico denominado O Estado d'Arcena, reuniu, num período de 15 dias, 3.200 assinaturas num abaixo-assinado enviado à Agência Portuguesa do Ambiente-APA. De acordo com os representantes do movimento, a exploração da pedreira pode ter impactos significativos no aterro sanitário associados à instabilidade geológica provocada pelo uso de explosivos, o que pode ser catastrófico para os 31 mil habitantes de Alverca (O MIRANTE, 2011).

Contudo, a aprovação da exploração da pedreira pela Direção Regional de Economia, depende do parecer da APA. Em janeiro de 2011, a APA dirigiu à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e à Cimpor um ofício onde expressou as suas preocupações sobre os possíveis impactos da instalação da pedreira na região, relacionados com a preservação dos recursos aquíferos, a geologia do terreno, a acessibilidade ao local pela abertura de caminhos e utilização de veículos pesados para transporte, os métodos usados na exploração da pedreira e a futura localização dos depósitos de inertes e tapetes rolantes. Estes possíveis impactos não foram considerados no EIA, o que impediu a APA de tomar uma decisão por falta de informação (O MIRANTE, 2011).

Em abril de 2011, uma comitiva do Bloco de Esquerda-BE, juntamente com integrantes do movimento cívico O Estado de Arcena visitaram o aterro de Mato da Cruz e o local destinado para o seu alargamento. Embora tenha sido salientado que a análise dos projetos e a decisão final quanto à sua aprovação eram da responsabilidade do Ministério do Ambiente, destacaram propostas de localização alternativas (BLOCO DE ESQUERDA, 2011).

No dia 25 de Abril de 2011, o mesmo dia da celebração da Revolução dos Cravos, a população uniu-se em protesto contra a pedreira e o aterro em Arcena, entoando frases de protesto como “Pedreira em Arcena Não!”, “Encerramento do aterro sanitário já” e “Quem luta sempre alcança” (O MIRANTE, 2011).

Perante as fortes contestações, em maio de 2011, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira revogou a decisão de considerar os projetos de Interesse Público Municipal, sob a justificativa que os impactos não estudados colocavam em causa essa designação (O MIRANTE, 2011). O Movimento Pró-Informação para a Cidadania e Ambiente-MPI considerou que o EIA deveria ser reprovado pela APA, pois apresentava graves omissões, entre elas: 1) não levar em consideração os reais impactos ambientais e socioeconómicos da exploração da pedreira e do alargamento do aterro sanitário; 2) não ter em conta os ruídos e vibrações decorrentes das explosões usadas na exploração da pedreira, uma situação já denunciada pela população referente à pedreira de Bom Jesus, cujos impactos se fazem sentir em Arcena apesar de se encontrar mais afastada desta localidade; 3) não mencionar a forte desvalorização patrimonial dos imóveis; 4) não apresentar estudos de localizações alternativas para os projetos em causa e, 5) a Valorsul não possuir nenhum estudo sobre os possíveis impactos da exploração da pedreira no aterro sanitário. Normalmente, o que ocorre é o reaproveitamento de pedreiras abandonadas para a instalação de aterros, sendo uma situação pouco comum e inédita em Portugal, a junção de uma pedreira e de um aterro em plena atividade em áreas contíguas. O MPI chamou igualmente atenção para a necessidade de se analisar o impacto que as vibrações provocadas pelas fortes explosões podem ter na capacidade de estancamento das telas que permitem a impermeabilização do aterro, bem como a possibilidade de deslizamentos de terras e resíduos, situação que se agravará em períodos de forte pluviosidade (MPI, 2011; PLATAFORMA PELA RECICLAGEM NA VALORSUL, 2011).

Em setembro de 2011 a APA emitiu parecer desfavorável à instalação da pedreira em Arcena, tendo reencaminhado o mesmo à Secretaria de Estado do Ambiente, a quem compete a aprovação do EIA e consequentemente a autorização para a exploração da pedreira (O MIRANTE, 2011).

Em 2012, o Partido Ecologista Os Verdes-PEV questionou o governo nas figuras do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministério da Economia e do Emprego sobre a pedreira de Arcena. O partido mostrou-se surpreendido pelo fato de em dois momentos determinantes na aprovação do projeto - discussão pública do EIA e classificação do projeto como Interesse Público Municipal - a população não ter sido chamada a pronunciar-se. Paralelamente, questionou a urgência da Cimpor na exploração da pedreira em Arcena uma vez que a empresa detém a exploração garantida por 6 décadas de outra pedreira que alimenta a fábrica de Alhandra (PEV, 2012).

A Secretaria de Estado do Ambiente emitiu despacho desfavorável à Declaração de Impacte Ambiental-DIA da pedreira de Arcena, pelo não cumprimento dos requisitos e condicionantes legalmente impostos pelo regime de Reserva Ecológica Nacional-REN, impossibilitando a exploração de inertes no local.

Num colóquio organizado pelo Partido Social Democrata-PSD em Vila Franca de Xira, o secretário de Estado do Ambiente afirmou que apesar de o projeto da pedreira de Arcena ter sido chumbado devido aos significativos impactos na população da região, nem sempre a construção de infraestruturas de grandes dimensões pode ser negada. Adiantou ainda que, caso deixem de existir pedreiras em torno da fábrica de Alhandra, está terá de fechar o que poderá representar a saída da Cimpor do país (CIDADE DE ALVERCA, 2012).

Apesar do despacho desfavorável da Secretaria de Estado do Ambiente, a população de Alverca ainda receia que a pedreira possa vir a ser explorada em Arcena. De acordo com o presidente do movimento cívico O Estado de Arcena, trata-se de uma questão puramente económica. Quando a crise económica terminar aumentará a procura de cimento o que poderá trazer novamente a discussão sobre a exploração da pedreira. Segundo o mesmo, o negócio do lixo e da pedreira movimentam muito dinheiro e os processos relativos aos projetos foram conduzidos “às escondidas” da população (O MIRANTE, 2011). O exemplo mais representativo desta situação verificou-se quando a 1ª reunião pública realizada com a Cimpor, Valorsul, Câmara e população de Arcena foi marcada para uma 5ª feira santa à hora de um importante jogo de futebol. Foi a partir do momento em que a população tomou conhecimento e se manifestou contra a realização dos projetos em Arcena, que as entidades e a Câmara Municipal mudaram de atitude (O MIRANTE, 2014).

Em 2014, o vereador da CDU acusou publicamente a Cimpor de exercer uma retaliação contra a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao não renovar o protocolo de responsabilidade social em vigor há mais de seis anos.

Este protocolo, iniciado em setembro de 2007, consiste no investimento de um milhão de euros destinados às áreas social, cultural, ambiental e outras, no concelho. A bancada da CDU avançou que se trata de uma obrigação moral as empresas contribuírem para o desenvolvimento do concelho onde estão instaladas. A coligação liderada pelo PSD argumentou que esta atitude veio complicar as relações com a Cimpor. Por sua vez, a Cimpor quando contactada salientou que a política de investimento social da empresa prevê o desenvolvimento de três programas com ações de voluntariado em que devem participar todos os membros das comunidades locais (O MIRANTE, 2014).

Referências bibliográficas

- BLOCO DE ESQUERDA. Vila Franca - Bloco quer alternativa ao aterro de Arcena. Site do Bloco de Esquerda de Vila Franca de Xira, 20 abr. 2011.
- CALVÁRIO, Rita. Alargamento de aterro sanitário de Mato da Cruz e nova pedreira da Cimpor preocupa população de Arcena e Calhandriz, no concelho de Vila Franca de Xira. Site Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, 6 abr. 2011.
- CIDADE DE ALVERCA. Sem novas pedreiras a Cimpor pode sair de Alhandra e do país. Site da Cidade de Alverca do Ribatejo, 7 abr. 2012.
- MPI. Parecer sobre o estudo de impacte ambiental do projeto da pedreira da Cimpor em Arcena. Blog Movimento pró-informação para a Cidadania e Ambiente, 13 mai. 2011.
- O MIRANTE. População de Arcena juntou 3200 assinaturas contra alargamento do aterro sanitário. Jornal Regional O Mirante, 31 mar. 2011.
- O MIRANTE. Pedreira em Arcena não! Encerramento do aterro sanitário já. Jornal Regional O Mirante, 28 abr. 2011.
- O MIRANTE. Agência do Ambiente emite parecer desfavorável à instalação de uma pedreira polémica em Arcena. Jornal Regional O Mirante, 22 set. 2011.
- O MIRANTE. Cimpor acusada publicamente de retaliar contra a Câmara de Vila Franca ao não renovar acordo social. Jornal Regional O Mirante, 13 mar. 2014.
- O MIRANTE. Moradores de Arcena ainda temem que a pedreira seja autorizada. Jornal Regional O Mirante, 20 mar. 2014.
- PEV. Pedreira de Arcena preocupa Os Verdes que questionam governo sobre o assunto. Blog Partido Ecologista Os Verdes-PEV, 5 abr. 2012.
- PLATAFORMA PELA RECICLAGEM NA VALORSUL. Parecer sobre o estudo de impacte ambiental do projeto da pedreira da Cimpor em Arcena. ADAL, MPI, QUERCUS, mai. 2011.
- SILVA, A. de S. Alargamento do aterro sanitário de Mato da Cruz arranca no final de 2012. Jornal Regional O Mirante, 9 jul. 2010.

PARTE IV: MEGAPROJETOS

*Francisco Fernandes
Lays Silva
Teresa Meira*

1. AUTOESTRADAS

1.1 Impactos ambientais das autoestradas: o caso da A2

Resumo

Contestação, por parte das associações ambientalistas, da decisão do governo português de construir parte do traçado da autoestrada A2 na Zona de Proteção Especial de Castro Verde. O Tribunal de Justiça Europeu condenou, em 2012, o Estado português.

Na última década do século XX, a taxa de motorização tem crescido em Portugal. Este aumento do transporte individual foi associado a políticas públicas que investiram significativamente na construção de autoestradas. A extensão destas estruturas no território português passou de 330 km em 1990 para 3000 km no ano de 2015. O excesso e o descuido ambiental, em muitos traçados, originaram vários efeitos nefastos sobre o ambiente e sobre os recursos naturais como a água, a energia, os materiais e o uso do solo, ou geraram poluição atmosférica, ruído, fragmentação dos habitats, entre outros efeitos. Existem fortes indicações de que o estudo de alternativas de autoestradas no Estudo de Impacte Ambiental-EIA é, muitas vezes, limitado a uma única alternativa em análise, sem levar em consideração outras opções possíveis como a lei prevê (MADALENO e MELO, 2012).

Esta situação levou a que emergissem protestos dos cidadãos e de associações ambientalistas questionando os impactes ambientais decorrentes da construção das autoestradas e da escolha dos seus traçados, como aconteceu com a autoestrada do Sul-A2 em relação ao sublanço Aljustrel/Castro Verde que atravessa a Zona de Proteção Especial-ZPE de Castro Verde (LUSA, 2006a).

A A2, que liga Lisboa a Albufeira, atravessa os distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro, e é a segunda maior autoestrada portuguesa em extensão. Com um comprimento de 240,2 km, a conclusão desta autoestrada ocorreu no ano de 2002. O projeto de construção foi adjudicado em 1997 à sociedade Brisa, empresa de infraestruturas que opera desde 1972 em Portugal.

Esta situação levou a que emergissem protestos dos cidadãos e de associações ambientalistas questionando os impactes ambientais decorrentes da construção das autoestradas e da escolha dos seus traçados, como aconteceu com a

autoestrada do Sul-A2 em relação ao sublanço Aljustrel/Castro Verde que atravessa a Zona de Proteção Especial-ZPE de Castro Verde (LUSA, 2006a).

A A2, que liga Lisboa a Albufeira, atravessa os distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro, e é a segunda maior autoestrada portuguesa em extensão. Com um comprimento de 240,2 km, a conclusão desta autoestrada ocorreu no ano de 2002. O projeto de construção foi adjudicado em 1997 à sociedade Brisa, empresa de infraestruturas que opera desde 1972 em Portugal.

Um parecer do então Instituto de Conservação da Natureza-ICN, em 2002, relativamente a anteriores traçados provisórios, concluiu quanto à ZPE de Castro Verde que não se afigurava “tecnicamente satisfatório, nem sequer viável, pretender garantir a conservação daquela avifauna apenas mediante uma eventual aplicação de medidas minimizadoras” (SEBASTIÃO e REVEZ, 2000). Realizou-se, entretanto, uma Avaliação de Impacte Ambiental-AIA e a comissão de avaliação dos impactes ambientais condicionou a aprovação do traçado Aljustrel/Castro Verde a uma nova localização. A principal razão prendia-se com o fato da área prevista se encontrar dentro da ZPE de Castro Verde numa zona de aproximadamente 10 km. O alargamento da ZPE, a sul de Castro Verde, deveria ser precedido do estudo da ocorrência de espécies prioritárias.

A 19 de janeiro de 2000, com as obras atrasadas e sob a pressão dos autarcas da Associação de Municípios do Algarve-AMAL, o secretário do Estado de Ambiente emitiu um despacho com um parecer favorável à construção do sublanço Aljustrel/Castro Verde, condicionando-o ao estrito cumprimento das medidas de minimização e de compensação mencionadas no parecer da Comissão da AIA. Em fevereiro de 2000, realizou-se consulta pública dos EIA referentes aos dois últimos troços da A2. Para as associações ambientalistas envolvidas, as medidas de compensação propostas para este trecho não ofereciam garantias suficientes (SEBASTIÃO, 2000).

Perante a previsão desta construção e a divulgação da aprovação do seu traçado, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-Quercus e a Liga para a Proteção da Natureza-LPN requereram à União Europeia-UE a suspensão da decisão favorável.

O principal argumento alegava a existência de populações importantes de espécies protegidas de aves selvagens, como o peneireiro-das-torres, a abertarda

ou o sisão na ZPE de Castro Verde. Enfatizaram ainda que estas espécies possuíam um nível elevado de suscetibilidade à fragmentação dos habitats.

Acresce que haviam sido estudados traçados alternativos que não afetariam a ZPE ou o fariam de forma marginal (LUSA, 2006c). O assessor de imprensa da Brisa refutou as críticas dos ambientalistas e explicou que a questão da ZPE seria resolvida pelas medidas de minimização. Apesar das conclusões negativas da AIA e de existirem soluções alternativas para o traçado do sublanço da autoestrada A2, Portugal optou pelo traçado com mais impactes negativos na ZPE e Sítio de Importância Comunitária (ARAGÃO, 2014).

A A2 abriu, deste modo, à circulação em julho de 2001, já estando em curso um processo de infração aberto pela Comissão Europeia após queixa das associações ambientalistas. O Ministério do Ambiente reiterou que a solução adotada teve em conta razões imperativas, de reconhecido interesse público para os acessos a toda a região do Algarve e à região do Alentejo, e que o projeto foi desenvolvido numa área de menor sensibilidade da ZPE de Castro Verde (FULGÊNCIO, 2001).

Em 2004, a Comissão Europeia instaurou no Tribunal de Justiça Europeu uma ação de incumprimento contra o Estado português. Segundo as normas europeias, os Estados que pretendam desenvolver projetos em áreas prioritárias para a conservação da natureza a nível europeu deverão realizar estudos identificando os impactes ambientais prováveis de serem causados pelos projetos em causa, assim como as medidas de extinção ou minimização destes riscos. Devem procurar formas alternativas à execução do projeto que apenas pode ser realizado caso não existam alternativas viáveis, e se estiverem em causa razões imperativas com reconhecido interesse público (ARAGÃO, 2014).

No ano de 2005, um estudo analisou a influência da proximidade da A2 na distribuição e na abundância do sisão na área da ZPE de Castro Verde. Discutiuse a possibilidade do sisão ser vulnerável ao ruído proveniente da circulação do tráfego rodoviário, definindo-se possíveis medidas de minimização do seu impacto (GARCIA, 2005).

Em outubro de 2006, o Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia-TJCE condenou Portugal por violação das diretivas “Aves” e “Habitats” (Diretivas 79/409/CEE e 92/43/CEE). Na tomada desta decisão, o TJCE considerou que o Estado português, ao executar as obras da A2 de modo a atravessar a ZPE de Castro Verde mesmo perante um EIA negativo, incumpriu obrigações referentes

à preservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens. O tribunal considerou provado que não só o traçado da A2 implicava impactos ambientais significativos, como não teriam sido estudadas todas as alternativas possíveis. Ficou determinado também que para compensar a construção da via rodoviária, Portugal deveria ampliar a ZPE de Castro Verde (GARCIA, 2006). O Projeto de Alargamento da ZPE de Castro Verde foi desenvolvido pelo ICN (LUSA, 2006b).

Apesar de estarem satisfeitos pela condenação referente ao incumprimento de diretivas ambientais, um representante da Quercus do núcleo de Beja e Évora e uma representante da LPN destacaram a demora da decisão, proferida seis anos após ter sido feita a queixa ao Tribunal Europeu. Na ocasião, os ambientalistas contextualizaram a problemática referente à A2 na frequente prática que envolve projetos geradores de impactos ambientais, em que as medidas de minimização não são levadas a cabo, acrescentando que bastaria um desvio de cinco quilómetros para que a autoestrada ficasse fora da ZPE (LUSA, 2006c).

No início de 2008, a Comissão Europeia anunciou uma “advertência final” para que Portugal tomasse medidas de modo a alterar os impactos negativos gerados sobre duas ZPE na região do Alentejo: a de Mourão/Moura/Barrancos e a de Castro Verde. O executivo comunitário preparava-se para pedir a aplicação de uma sanção pecuniária ao governo português se este não desse cumprimento, no prazo de dois meses, às sentenças proferidas no ano de 2006 quanto às ZPE. Em fevereiro, foi aprovado em Conselho de Ministros o diploma que alargava estas zonas. O alargamento da ZPE de Castro Verde comportou 6.420 novos hectares, distribuídos pelas zonas de Almeirim (2.034 ha) e de Lombador/Figueirinha (4.386 ha) (SAPO, 2008).

Referências bibliográficas

- ARAGÃO, Alexandra. Ultrapassar o défice ecológico em tempo de crise (económica). Breves reflexões sobre o dever de restauração de habitats. In: Peralta, Carlos E.; Alvarenga, Luciano; Augustin, Sérgio (orgs.). *Direito e Justiça Ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica*. Brasil. Educs, 2014.
- FULGÊNCIO, Cláudia. A2 Leva Portugal a Tribunal. Portal Naturlink, 2001.
- GARCIA, Graça Maria Dias. *Impacte da Autoestrada A2 na Zona de Proteção Especial de Castro Verde: Efeitos na Distribuição e Densidade de Sisão*. Resumo. Dissertação de mestrado em Gestão de Recursos Naturais. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 2005.
- GARCIA, Ricardo. Tribunal europeu condena Portugal pelo traçado da Autoestrada do Algarve. *Jornal Público*, 27 out. de 2006.

- LUSA. Tribunal da UE condena estado português pelo traçado da A2. *Diário Digital*, 26 out. de 2006a.
- LUSA. ICN projeta alargamento da ZPE de Castro Verde. *Semanário Regional do Algarve Barlavento on line*, 21 out. 2006b.
- LUSA. Ambientalistas saúdam condenação do Estado pelo traçado da A2. *Jornal Público*, 26 out. 2006c.
- MADALENO, Marta; MELO, João Joanaz. Can EIA improve energy performance of Transportation? 32nd Annual Conference of the International Association for Impact Assessment Energy Future -The Role of Impact Assessment Porto, Portugal, 27 mai.-1 jun. 2012.
- SAPO. Ambiente: Governo alarga duas Zonas de Proteção Especial no Alentejo. *Notícias Sapo*, 8 fev. 2008.
- SEBASTIÃO, Luis Filipe; REVEZ. A2 na mira dos ambientalistas. *Jornal Público*, 13 jan. 2000.
- SEBASTIÃO, Luís Filipe. Ambientalistas preparam queixa à Europa. *Jornal Público*, 11 fev. 2000.

2. PONTES

2.1 Travessias do Tejo questionadas

Resumo

O questionamento sobre as Travessias do Tejo em Lisboa (Ponte Vasco da Gama e Terceira Travessia do Tejo) e seus impactos na Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo gerou mobilização das associações ambientalistas, entre 1991 e 1992, e a formalização de uma queixa à União Europeia.

A primeira travessia construída sobre o rio Tejo, em Lisboa, foi a Ponte 25 de Abril, inaugurada em 1966, com o nome de Ponte Salazar. A nova estrutura veio assim unir as duas margens do Tejo que nos anos que se seguiram apresentou um volume de tráfego crescente, razão que levou, em 1990, à construção de uma quinta via na ponte, já que o tráfego atingia 37,5 milhões de veículos/ano, ultrapassando largamente a sua capacidade.

Iniciou-se o estudo para uma nova travessia, tendo-se então constituído o Gabinete da Travessia do Tejo em Lisboa-GATTEL. Este apresentou três hipóteses de construção, mas o ministro das Obras Públicas de então optou pela solução mais polémica, o que suscitou um conflito que mobilizou a intervenção de elites científicas, nacionais e internacionais, assim como a queixa de associações ambientalistas a Bruxelas (SCHMIDT, 2008).

Basicamente, o conflito desenvolveu-se em torno da escolha da localização da nova ponte, hoje designada por Ponte Vasco da Gama – a maior obra pública realizada em Portugal, e que, pelo fato de ir desembocar a uma área protegida, necessariamente, geraria fortes impactos ambientais, incluindo nas salinas do Samouco e sua avifauna, numa área situada fora da Reserva Natural do Estuário do Tejo, mas incluída na Zona de Proteção Especial-ZPE do Estuário do Tejo (GARCIA e SUBTIL, 1998).

Um resumo da descrição cronológica dos eventos que envolveram a construção da Ponte Vasco da Gama, entre 1991 e 1998, permite compreender os contornos deste conflito sobre um dos projetos mais polémicos já construídos em Portugal (MELO, 2000; SCHMIDT, 1999).

Em setembro de 1991, o GATTEL emitiu uma série de estudos comparativos dos três corredores possíveis para a nova ponte rodoviária: oriental (Sacavém-Montijo), central (Chelas-Barreiro) e ocidental (Algés-Trafaria). Em março, a Câmara Municipal de Lisboa já havia anunciado a sua reprovação à construção da nova ponte no corredor Sacavém-Montijo, por considerar que este não salvaguardava as estruturas necessárias à distribuição de tráfego e porque esta opção fomentaria mais automóveis no centro da cidade.

Em fevereiro de 1992, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA enviou uma carta aberta ao Primeiro-Ministro solicitando esclarecimentos sobre a construção da nova travessia do Tejo. Nesta carta, o GEOTA defendia a opção pelo corredor central – que liga Chelas ao Barreiro. Esta opção foi apoiada por vários ministérios – do Ambiente, da Indústria, do Emprego, da Defesa e da Justiça –, por membros do GATTEL, pelos municípios de Almada, Barreiro, Seixal e Moita, por associações e por cientistas e especialistas em transporte e em gestão do ambiente (MELO, 2000).

No entanto, no dia 25 de abril de 1992 foi anunciada a escolha pelo corredor nascente (Sacavém-Montijo), a qual espelhava o posicionamento do ministro das Obras Públicas, assim como dos municípios do Montijo e de Alcochete. A 30 de junho, o executivo aprovou esta localização como a opção definitiva para a construção do empreendimento. O financiamento da construção ficaria a cargo de concessão privada a atribuir por concurso público. O governo decidiu candidatar esta construção a fundos comunitários e entregar a exploração da Ponte 25 de Abril ao consórcio da nova obra, o que acabou por não acontecer devido aos protestos organizados pelos utentes desta ponte, que argumentaram que não seria justo serem eles a custear a nova travessia. A 15 de outubro foi publicado o decreto-lei que aprovou a localização da nova ponte, estabelecendo regras sobre o concurso e concessão.

Em abril de 1994, na 4ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, realizada em Lisboa, o presidente do GEOTA fez uma intervenção intitulada Avaliação Comparativa Multicritério das Alternativas para o Novo Atravessamento do Tejo em Lisboa, tendo criticado a opção do governo pelo corredor nascente, por ser a alternativa com maior impacto ambiental sobre todo o meio envolvente.

A 18 de abril é anunciado o vencedor do concurso para a concessão da nova ponte – o consórcio Lusoponte. Em maio, o governo candidatou o projeto ao Fundo de Coesão Comunitário, que determinou a realização de Estudo de Impacte Ambiental-EIA. Em junho foi entregue ao GATTEL o relatório

final do EIA, tendo concluído que processos especulativos, de aculturação e descaracterização da margem sul do Tejo, seriam algumas das consequências da construção da nova ponte. O estudo caracterizou ainda o traçado como viável, realçando, ao mesmo tempo, que este abrangeria na margem sul uma área classificada como ZPE para a avifauna.

Já em julho de 1994 foi aberto o processo de consulta pública ao EIA. O GEOTA, a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS e o Instituto Dom Dinis-IDD, com o apoio do então Presidente da República, Mário Soares, realizaram uma conferência de imprensa avaliando os resultados do estudo, apontando várias falhas identificadas e questionando a conclusão final pela viabilidade do projeto, apesar do conteúdo do próprio estudo e de outras evidências técnicas se mostrarem igualmente desfavoráveis. Em setembro, a Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental promoveu duas audiências públicas sobre o projeto. A Comissão Europeia-CE abriu um inquérito sobre a aplicação dos fundos de coesão na construção da nova ponte, ao qual se juntou um relatório da World Wildlife Fund for Nature-WWF, denunciando várias irregularidades face às recomendações de minimização de impacte ambiental do EIA, já aprovado pelo governo e pela União Europeia.

Em outubro do mesmo ano, a Associação de Montijo e Alcochete para a Defesa da Qualidade de Vida-AMA apoiou as críticas ao EIA. Em novembro, o GEOTA apresentou formalmente uma queixa contra o governo português pela infração dos artigos 3 e 4 da Diretiva 79/409/EEC relativa à Conservação de Aves Selvagens e do artigo 6 da Diretiva 92/43/EEC sobre a Conservação de Habitats Naturais da Fauna e Flora Selvagem. Em dezembro de 1994, a LPN, a Quercus e o IDD, apresentaram uma queixa semelhante ao Comissário Europeu do Ambiente. Não obstante, em dezembro, as queixas das associações foram arquivadas e a Comissão Europeia aprovou um financiamento comunitário para a nova travessia rodoviária sobre o Tejo.

No dia 31 de janeiro de 1995, a LPN formalizou nova queixa pelas infrações já denunciadas, solicitando medidas por parte da Comissão Europeia. Em fevereiro, o governo propôs a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Obra-CAO, contando com a participação das associações ambientalistas que, por sua vez, recusaram o convite. Em março, o Supremo Tribunal Administrativo negou provimento a um pedido de anulação, por parte da LPN, da decisão do executivo em construir a nova ponte entre Sacavém e Montijo. No mesmo mês assinou-se o contrato definitivo para a construção da ponte, anunciando-se o nome escolhido, Ponte Vasco da Gama.

No verão de 1995, começaram os trabalhos no terreno com múltiplas violações, por parte da concessionária, das medidas obrigatórias de proteção ambiental, entre elas a realização de trabalhos ilegais em áreas e períodos de nidificação da avifauna e despejo de dragados contaminados fora das áreas permitidas (MELO, 2000).

Em fevereiro de 1996, a CE advertiu o governo português para a necessidade de acelerar o processo de expropriação dos terrenos das Salinas do Samouco. Os dirigentes da GEOTA e da LPN apresentaram na Procuradoria-Geral da República alegadas provas de violação do EIA. Em março, a nova ministra do Ambiente, instaurou um processo de contraordenação à Lusoponte por eventuais violações ambientais. No contexto de uma conferência de imprensa, as associações ambientalistas entregaram à Comissária Europeia um conjunto de alegadas provas relativas às violações ambientais cometidas durante as obras da nova ponte.

Em maio realizou-se a primeira reunião da CAO. A Quercus acusou a Lusoponte de não cumprir as normas de minimização de impacto ambiental. Em julho, o governo português e a Comissão Europeia assinaram um memorando de entendimento em que Portugal se comprometia a reforçar as medidas de controlo ambiental e Bruxelas a desbloquear uma parcela do financiamento para a continuidade das obras da nova ponte. Ficou também determinado o alargamento da ZPE para mais 400 hectares e o reforço dos poderes da CAO que se tornou responsável pela coordenação de todas as entidades envolvidas no processo de fiscalização. Com estas mudanças as associações acederam participar na CAO. Em novembro foi anunciado que os custos da construção do empreendimento ultrapassaram o previsto, o que levou ao confronto de posições entre governo e Lusoponte, que por sua vez afirmou não se responsabilizar pelas expropriações, nem pela recuperação das Salinas do Samouco para além do valor inicialmente acordado.

No dia 29 de março de 1998 foi inaugurada a Ponte Vasco da Gama. Em abril constituiu-se um Observatório do Ordenamento do Território e do Ambiente, formado por representantes da administração pública central e local, e das associações. Os representantes do GEOTA e da LPN, em nome das demais associações envolvidas, divulgaram um relatório e um balanço da atividade da CAO, considerando positivo o trabalho, apesar dos resultados estarem aquém do possível face aos graves problemas provocados pela ponte (MELO e SEQUEIRA, 1998 apud MELO, 2000). Em 2008, quando a ponte completava 10 anos de funcionamento e, apesar do apoio dos autarcas de Montijo e Alcochete quanto aos investimentos alcançados para a região com a nova ponte,

os ambientalistas reiteraram os efeitos negativos provocados pela sua construção, designadamente o crescimento urbanístico desordenado na margem sul, entre outros impactos ambientais negativos (MUNDO PORTUGUÊS, 2008).

Atualmente estão sobre a mesa projetos de construção não só de uma terceira como de uma quarta travessia sobre o rio Tejo. A Terceira Travessia do Tejo-TTT, que pretende ligar Chelas ao Barreiro é, aliás, um projeto que foi apresentado e aprovado pela Assembleia da República em 2009. No entanto, a necessidade da sua realização tem vindo a ser questionada pelas mesmas associações ambientalistas que atuaram no caso da Ponte Vasco da Gama, tendo-se registado a interposição de uma queixa pela Quercus junto da Comissão Europeia contra este novo projeto (LUSA, 2009). A quarta travessia do Tejo, que ligaria Algés à Trafaria, é apenas um projeto, comportando as mesmas discussões, designadamente a crítica à não priorização do investimento em redes ferroviárias e em transportes públicos, em detrimento de infraestruturas rodoviárias, sobretudo porque estas acarretam elevados custos e impactos ambientais. As travessias rodoviárias sobre o Tejo são, para muitos, e como se refletiu na construção da Ponte Vasco da Gama, projetos megalómanos, “socialmente ineficientes e ambientalmente negativos” (SOROMENHO-MARQUES, 2005).

Referências bibliográficas

- GARCIA, José, L.; SUBTIL, Filipa. Conflito social e ambiental – a ponte Vasco da Gama. *Análise Social*, V. 33, p. 707-746, 1998.
- LUSA. Quercus formaliza queixa na Comissão Europeia contra construção da Terceira Travessia sobre o Tejo. *Público*, 20 abr. 2009.
- MELO, João Joanaz de. The Vasco da Gama bridge on the Tagus estuary: a paradigm of bad decision making, but good post evaluation. *World Transport Policy & Practice*, v. 6, n. 2, 2000.
- MUNDO PORTUGUÊS. Ponte Vasco da Gama foi construída há 10 anos, *Jornal Mundo português*, 25 mar. 2008.
- SCHMIDT, Luísa. Portugal Ambiental: casos & causas. Ed. Celta, Lisboa, 1999.
- SCHMIDT, Luísa. Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In: Villaverde-Cabral, M.; Wall, K.; Aboim, S.; Carreira Da Silva, Filipe (Orgs.). *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 285-314, 2008.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato. Raízes do ambientalismo em Portugal. *Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, p.127-144, 2005.

3. RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

3.1 Barragem do Alqueva: desejada pela população e contestada pelas ONGA

Resumo

No final da década de 1950, o governo português dava início a um plano de revitalização económica da região do Alentejo baseado na promessa de solução dos problemas da seca e da pobreza na região. O plano incluía a construção de várias barragens (cerca de seis barragens seriam edificadas antes de 1974). A barragem do Alqueva ganha relevo apenas a partir de 1970. O projeto da barragem do Alqueva foi controverso e dividiu opiniões. Depois de diversos adiamentos e com o apoio da população e dos partidos políticos, mas sob forte oposição de movimentos ambientalistas, o Alqueva foi operacionalizado em 2002 causando graves impactos socioambientais.

A barragem do Alqueva, associada a um sistema de infraestruturas de rega de mais de 110.000 hectares, é gerida pela empresa de capitais públicos, a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva S.A.-EDIA, criada em 1995, com objetivo principal de viabilizar o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva-EFMA. O EFMA situa-se na parte portuguesa da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana, uma das bacias compartilhadas da Península Ibérica (VEIGA et al., 2006; VEIGA et al., 2007).

A intenção de construir uma barragem no rio Guadiana remonta aos anos de 1960. A principal justificação para este empreendimento seria a necessidade imperiosa de abastecimento de água para regadio, mas pretendia-se que servisse também para a produção de eletricidade e que criasse uma reserva de água para o caso de seca, além de alimentar as bacias fluviais do rio Sado (CASTRO E RUSALEN, 2012).

Assim, o reservatório do Alqueva, localizado na região central e alta do Alentejo, em funcionamento desde 2002, figura no ideário da população alentejana e do governo central desde a primeira metade do século passado. Durante a sua longa trajetória, este projeto foi criando um imaginário no qual o desenvolvimento económico da região (uma das mais pobres do país) estaria amplamente dependente da sua construção (MELO E JANEIRO, 2005).

Num dos mais demorados percursos sociotécnicos, a barragem mobilizou atores e conhecimentos de diferentes áreas e perspectivas, revelando uma decisão técnica híbrida, à medida que envolveu aspectos sociais, ambientais, económicos e políticos (BENTO, 2006).

No decorrer deste processo, o ano de 1995 marca o momento em que o Estado português tomou a decisão de construir e implementar o EFMA, num período demarcado por grande escassez de água e de recursos na região, com alto índice de desemprego e de fome em algumas zonas. A população e as autoridades locais reclamavam pela demora da construção da barragem de Alqueva, cujo relançamento havia ocorrido em 1993. Constituída a EDIA, negocia-se em 1995 com a Comunidade Europeia-CE os financiamentos necessários a Alqueva, enquanto que o Estudo Integrado de Impacte Ambiental-EIIA é aprovado pelo Ministério do Ambiente-MA, em agosto do mesmo ano.

O período de discussão pública deste estudo envolveu agricultores, partidos, Organizações não Governamentais de Ambiente-ONGA, entre outras entidades e individualidades, grande parte delas assumindo a reserva de água como indispensável. Foi no mesmo sentido que houve unanimidade por parte dos partidos políticos. Foram maioritariamente as ONGA portuguesas, das quais as mais envolvidas foram a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA e o Centro de Estudos da Avifauna Ibérica-CEAI e movimentos espanhóis da Estremadura e Andaluzia, que estabeleceram oposição ao projeto. Ao longo de décadas, organizações e personalidades criticaram o gigantismo, a falta de perspectiva sustentável, os impactes ambientais excessivos a vários níveis, a má relação custo-eficácia, a ausência de viabilidade económica, o incumprimento da Diretiva-Quadro da Água e a infração de normas ambientais durante as obras (PINTO, 2003; BENTO, 2006).

Neste sentido, o conflito associado ao Alqueva desenrola-se não devido à questão de localização das infraestruturas ou por contestação local, mas focado em questões e atores de áreas predominantemente técnicas que contestam a sua existência (PINTO, 2003).

Os números dão conta da dimensão do projeto que veio a ser denominado, por muitos, como megalômano e ineficiente (SOROMENHO-MARQUES, 2005). A barragem é a maior da Península Ibérica, dela origina um lago artificial com uma área de 250 km² e um golfo com 83 km de comprimento no vale do Guadiana.

O paredão tem 96 m de altura e o nível de pleno armazenamento, à cota 152 m, permite armazenar um volume de 4150 hm³ (3.120 hm³ de capacidade útil). A barragem de Alqueva está equipada com uma central hidroelétrica de 240 MW (MELO, 2002, 2009).

No ano de 2013, a LPN pediu esclarecimentos sobre o abate ilegal de 10 mil árvores protegidas junto à albufeira do Alqueva, exigindo que fossem tomadas medidas contra os envolvidos. Num comunicado de imprensa, a LPN referiu que o abate fora ilegal e que o contrato de execução teria sido adjudicado sem concurso e autorização. Os esclarecimentos foram pedidos à EDIA, ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas-ICNF e à Agência Portuguesa de Ambiente-APA. Para a LPN, a EDIA vem, há vários anos, concretizando as piores expectativas da avaliação inicial feita pela associação sobre todo o projeto do Alqueva, tendo realizado vários procedimentos de desmatamentos e desflorestamentos sem cuidados ambientais, descumprindo a legislação ambiental e as diretivas europeias em vigor e ameaçando as espécies protegidas. A LPN referiu também falhas nos compromissos de monitorização de impactos nos caudais ecológicos e no seu possível reajustamento, no impacto da barragem nas espécies piscícolas autóctones e sua fragmentação de habitats, até a própria contaminação genética, fruto do transvase do rio Guadiana para o rio Sado (LPN, 2013).

Mais recentemente, a plantação pela empresa Monsanto, multinacional do setor de sementes transgénicas, de culturas transgénicas na região do “novo Alentejo agrícola” reveste contornos de uma problemática ambiental associada ao regadio do Alqueva. Em 2012, o cultivo de milho geneticamente modificado alcançou em Portugal 9.278 hectares, um aumento de 20% relativamente ao ano anterior, concentrando-se em sua esmagadora maioria na região do Alentejo (JORNAL DE INFORMAÇÃO CRÍTICA, 2013).

A barragem de Alqueva submergiu a velha aldeia da Luz, sendo posteriormente construída uma nova povoação. Os cerca de 360 habitantes, previamente ouvidos sobre o local onde se erigiu a nova aldeia, foram ocupando as novas casas, numa aldeia construída por forma a reproduzir simbólica, material e imaterialmente, a aldeia submersa. No entanto, a readaptação ao novo espaço envolvente, bem como a manutenção ou perda de uma identidade coletiva dos habitantes da Luz, reveste-se de grande impacto, já que a medida foi imposta pelo Estado, apesar da população da região ser favorável à construção da estrutura (ANTUNES et al, 2004).

Uma análise posterior à implementação de Alqueva mostra que a implementação deste projeto causou impactos ecológicos e sociais em decorrência das inundações: perda de património natural e cultural no vale do Guadiana, corte de corredores ecológicos, pressão sobre espécies ameaçadas de extinção, como o lince ibérico, e o reassentamento de centenas de famílias. Como aspectos positivos são apontados a criação de alguma capacidade de gestão da água do lado português do Guadiana e algum desenvolvimento local numa região tradicionalmente deprimida. Esta conjugação entre problemas e oportunidades gerou grande quantidade de informações e procedimentos de avaliação incomuns, incluindo uma comissão de observação e estudos ambientais a nível estratégico. A comissão conseguiu travar alguns dos piores impactos do projeto, mas a sua atuação teve pouca influência sobre as decisões-chave. Muitas das medidas de mitigação aprovadas não foram postas em prática (MELO e JANEIRO, 2005).

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Manuel de A.; DUARTE, Lucinda C.; REINO, João P. Barragens em PT: de Vilarinho da Furna à aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional. Comunicação IV Congresso Ibérico sobre Gestão e Planificação da Água, Tortosa, Espanha, 8-12 dez. 2004.
- BENTO, Sofia. La difficile existence du barrage d'Alqueva: une ethnographie des demonstrations sociotechniques. Humanities and Social Sciences. Ecole Nationale Supérieure des Mines de Paris, 2006.
- CASTRO, Joana; RUSALEN, Sara. Barrages: éléments déclencheurs des “guerres de l'eau”. 3GEO-OC M., Torri, nov. 2012.
- JORNAL DE INFORMAÇÃO CRÍTICA. A Monsanto à conquista de Alqueva, 18 jun. 2013.
- LPN. Alqueva: da incompetência à legalidade. Liga para a Proteção da Natureza-LPN, Lisboa, 6 nov. 2013.
- MELO, João Joanaz de. O porquê e para quê do projeto Alqueva, jun. 2002.
- MELO, João Joanaz de. Alqueva: alegrias e frustrações da mais emblemática obra pública portuguesa do séc. XIX, 2009.
- MELO, João Joanaz de; JANEIRO, Carla. Alqueva dam irrigation project: hard lessons learned from good and bad assessment practice. Atas da International Association for Impact Assessment annual meeting. Cambridge, Massachusetts, EUA, 31 mai. A 3 jun. 2005.
- PINTO, Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita Gomes, Participação, informação e comunicação nos processos de decisão pública. O caso de Alqueva. Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato. Raízes do ambientalismo em Portugal. Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável, Publicações Europa-América, 2005, p.127-144.

VEIGA, Bruno Gonzaga Agapito; DUARTE, Laura Maria Goulart; VASCONCELOS, Lia Maldonado Teles de. A barragem de Alqueva para quem? Por uma contextualização pluridimensional do desenvolvimento no Alentejo, Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. ENANPPAS, jun. 2006.

VEIGA, Bruno Gonzaga Agapito da; DUARTE, Laura Maria Goulart; VASCONCELOS, Lia Maldonado Teles de. Socio-environmental issues of the conflict on the Alqueva dam and the public policies of the water in Portugal. In: Reservoir and River Basin Management, SOBRAL M.; GUNKEL, G. (eds.) Reservoir and River Basin Management Technical University of Berlin, p. 139-148, 2007.

PARTE V: MINERAÇÃO

*Eliane Rocha Araujo
Francisco Fernandes
Lays Silva
Rita Brás*

1. CALCÁRIO

1.1 Protestos contra licenciamento e exploração de pedreira em Tavira

Resumo

População da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, no concelho de Tavira, une-se a associações ambientalistas contra uma nova tentativa, em 2009, por parte da empresa Tecnovia, de aprovar o projeto de instalação de uma pedreira em Cerro do Leiria, cujo pedido de licenciamento tinha sido chumbado em 2000. Em causa estava a conservação do maior aquífero Algarvio-Peral-Moncarapacho - e a qualidade de vida da população local. Apesar de a empresa ter conseguido obter o licenciamento de exploração, o mesmo foi cancelado logo após decisão judicial.

Em 2000, registou-se a primeira tentativa de licenciamento de uma pedreira localizada em Cerro do Leiria, a sul da freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, no concelho de Tavira. Era um projeto da empresa Tecnovia previsto para a exploração de 100 hectares, mas o licenciamento foi recusado pelo governo já que a propriedade estava classificada como parte integrante da Reserva Ecológica Nacional-REN (LUSA, 2010; ROSAM, 2014).

Nove anos depois, a empresa volta a tentar obter a licença necessária para operar. Nesse mesmo ano, reativou-se o grupo de defesa do ambiente, Pró-Barrocal Algarvio-PROBAAL, para contestar este projeto. Uma petição que foi enviada ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional-MAOT, reuniu milhares de assinaturas. Nessa petição eram apontados como aspetos negativos do projeto a destruição dos caminhos que permitiam o acesso às propriedades adjacentes, o prejuízo causado por poeiras e ruídos às populações locais, a desvalorização das propriedades devido à destruição da paisagem típica do Barrocal, bem conservada até então, e a contaminação das águas subterrâneas, com repercussões negativas em novos investimentos na localidade (ROSAM, 2010). No seguimento desta iniciativa, realizou-se um estudo técnico pelo Instituto Geológico e Mineiro-IGM que sugeriu à empresa interessada que diminuísse o tamanho da área requerida para licenciamento (PORTUGAL NEWS, 2014; VIEGAS, 2010).

Partindo das informações disponíveis no estudo, realizado pelo IGM, o Probaal desenvolveu novos argumentos contra o projeto, alertando para que a propriedade onde se localizaria a pedreira alberga o aquífero Peral-Moncarapacho. Este é o maior aquífero do Algarve, localizado entre o Cerro dos Penedos Altos e os Arrifes, cujas reservas de água abrangem as zonas de Moncarapacho, Olhão e Luz de Tavira (VIEGAS, 2010).

O aquífero localiza-se a 20 metros de profundidade apenas, pelo que extrair minerais a 10 metros da superfície já contaminaria as águas subterrâneas. Estava assim comprometida a qualidade da água dos poços utilizados para consumo doméstico e para a atividade agrícola (MCGREGOR, 2014). A proteção à qualidade dos recursos hídricos subterrâneos está prevista e classificada como sendo de interesse estratégico pela Lei n. 166/2008, de 22 de agosto.

Acresce ainda, que o Algarve é a região portuguesa de mais baixa precipitação e que sofre de uma enorme pressão sobre os aquíferos, devido ao turismo sazonal, à agricultura intensiva e aos campos de golfe. Para além do problema da ameaça às reservas de água, a 330 metros da proposta da pedreira localizam-se as Grutas dos Arrifes, onde existem espécies de morcegos em vias de extinção (VIEGAS, 2010).

A Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve-ALMARGEM reforçara a ideia de que se tratava de uma zona de infiltração máxima de águas (VIEGAS, 2010).

Em 2009, a Probaal organiza uma manifestação, reunindo, a 5 de março, cerca de 20 moradores de Santa Catarina diante da Câmara Municipal de Tavira com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para o problema, o que viriam a conseguir até junto da comunidade estrangeira residente. Muitos deles ingleses, com interesses no mercado imobiliário (venda de propriedades a turistas estrangeiros), e ainda nas atividades de um grupo internacional ligado à construção e obras públicas.

Não tendo sido recebidos pelo presidente da Câmara, os manifestantes deixaram pedras à porta da autarquia, num gesto simbólico de protesto contra a exploração da pedreira (PORTUGAL NEWS, 2009). Entretanto, apesar da oposição da população local, o licenciamento da atividade foi obtido pela empresa Tecnovia a 21 de julho de 2009, com o apoio dos autarcas do município.

A empresa Tecnovia foi acusada pelos cidadãos locais de, juntamente com órgãos municipais, ter utilizado estratégias para contornar a legislação e obter a licença de exploração da pedreira. O primeiro pedido de licenciamento foi

retirado e, logo depois, reapresentado sob a forma de dois licenciamentos para duas pedreiras “distintas”, com 4,9 hectares cada uma, ou seja, requerendo licença para uma área muito mais reduzida quando comparada com os 100 hectares previstos inicialmente. Neste contexto, ao Decreto-Lei 340/2007, de 12 de outubro, transfere a competência do licenciamento para o âmbito municipal no caso de se tratar de pedidos de exploração pedreiras numa área até ao limite de 5 hectares, dispensando ainda a realização de Estudo de Impacte Ambiental-EIA. Em segundo lugar, os autarcas aprovaram alterações ao Plano Diretor Municipal-PDM de Tavira para permitir a atividade de extração mineral, em 2007, de forma coincidente com o território a licenciar. Assim, a área solicitada pela empresa deixava de estar no âmbito da REN, levantando-se a proibição e as restrições às atividades económicas. Note-se ainda que a licença foi emitida três meses antes do final do mandato dos vereadores (REVEZ, 2010; ROSAM, 2014).

Os trabalhos de exploração da pedreira começaram logo após as eleições autárquicas. Segundo relatos de cidadãos, o equipamento de extração chegou ao local sem que tivesse existido um processo de consulta pública prévio, um argumento que a Câmara de Tavira refuta, alegando que as mesmas ocorreram durante o debate relativo às alterações do PDM (LUSA, 2010; MCGREGOR, 2014).

Três meses após o início das atividades de extração mineral da pedreira pela Tecnovia, em 2009, dois casais residentes na freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, entraram com um processo judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé-TAFL, solicitando a suspensão do licenciamento com base na ilegalidade flagrante dos vários artifícios utilizados pela empresa e pelos autarcas para instruir e fazer aprovar o pedido, requerendo a sua nulidade. Em setembro desse ano, o tribunal decidiu pela nulidade da licença e exigiu a imediata suspensão da exploração da pedreira. O município comprometeu-se a apreender e a selar toda a maquinaria, os utensílios e equipamentos existentes na exploração, caso a decisão judicial não viesse a ser cumprida pela Tecnovia. A empresa cumpriu a ordem judicial, suspendeu a exploração e retirou todos os equipamentos, deixando, porém, a área desmatada, sem nenhuma recuperação ambiental. A população reivindica até hoje a recuperação da área por parte da empresa (REVEZ, 2010; ROSAM, 2014; VISÃO, 2010).

Referências bibliográficas

- LUSA. Tavira: pedreira deixa zona sensível descaracterizada sem maquinaria após ser encerrada por ordem judicial. Visão, 8 dez. 2010.
- MCGREGOR, Amanda. Destruição do lençol freático de Peral/Moncarapacho. Site Pró-Barrocal Algarvio-Probaal, 2014.

PORTUGAL NEWS. Moradores organizam protesto para travar pedreira controversa. Site Pró-Barrocal Algarvio-Probaal, jun. 2014.

REVEZ, Idálio. Tribunal trava exploração de pedreira em Tavira. Público, 2 out. 2010.

ROSAM, Ian. A que está autorizada a Tecnovia? Site Pró-Barrocal Algarvio-Probaal, jul. 2014.

VIEGAS, Domingos. População da serra de Tavira protesta contra instalação de pedreira. Expresso, 11 mar. 2010.

VISÃO. Tavira: Pedreira deixa zona sensível descaracterizada em sem maquinaria após ser encerrada por ordem judicial, 8 dez. 2010.

2. CAULIM

2.1 Guerra dos caulinos em Barcelos

Resumo

Luta contra a exploração predatória de caulinos pela empresa Mibal, na freguesia de Barqueiros, concelho de Barcelos, a partir dos anos 1980. Em resultado dos violentos confrontos, com forte atuação da GNR, morreu um manifestante no ano de 1989. O conflito, que ficou popularmente conhecido como a “Guerra dos caulinos”, foi retomado no ano 2000, quando a empresa pleiteou a concessão da exploração do mineral noutras localidades da região, e perdura até aos dias de hoje.

A Mina de Barqueiros, S.A.-Mibal foi fundada em 1965 com o propósito de explorar e desenvolver um depósito mineral de caulino do tipo sedimentar (um minério branco usado na fabricação de cerâmicas e tintas) descoberto em Barqueiros, concelho de Barcelos, distrito de Braga, na Quinta da Antónia, localizada fora do centro da freguesia. Em 1968, através de alvará, foi atribuída à empresa, definitivamente e por tempo ilimitado, a concessão para realizar a exploração mineira neste local. Esta exploração gerou conflitos entre a empresa e os habitantes locais, motivados pela falta de água nos poços e pela ausência de manutenção das crateras abertas pela mineração.

No ano de 1987, a Mibal obteve outra concessão para extração de caulinos na Quinta de Prestar, localizada no centro da freguesia de Barqueiros. Este foi o início de um conflito que ficou conhecido como a “guerra dos caulinos” (SCHMIDT, 2012) quando, no dia em que a empresa preparava os equipamentos para iniciar a exploração em Prestar, a população saiu à rua para protestar contra a sua realização.

Em 1989, a Mibal fez nova tentativa para dar início à extração de caulinos em Prestar, mas a população, uma vez mais, saiu à rua, entrando em confronto com as forças policiais da Guarda Nacional Republicana-GNR presentes no local. Um jovem de vinte anos acabou por ser baleado e morto. Perante este trágico acontecimento, o governo acabou por negociar um acordo com a empresa, em que a Mibal receberia 50 mil escudos (10.000 euros) e aguardaria até que estivessem criadas “condições objetivas” para retomar a mineração, isto é, quando a população consentisse. A freguesia erigiu, em 1991, um monumento evocativo do papel exemplar desempenhado pelo poder local – autarquia e junta de freguesia – na oposição à exploração de caulinos na região.

Já em 1995, a Mibal iniciou a exploração de caulinos em Vila Chã, concelho de Esposende (Braga). Nesta localidade, os conflitos focaram-se no trânsito de camiões apenas na periferia da freguesia. No ano de 2000, a empresa pleiteou a concessão Gandra de 100 hectares na freguesia de Milhazes, também no concelho de Barcelos. Neste caso, a população saiu à rua e ameaçou retomar a “Guerra dos caulinos”.

No dia 2 de julho, cerca de 200 moradores de Vila Seca/Milhazes manifestaram-se contra a exploração de caulinos durante uma assembleia municipal e, a 13 de julho, a Câmara Municipal de Barcelos acabou emitindo parecer negativo sobre o pedido da Mibal, justificado com base na ausência de enquadramento legal conferido pelo Plano Diretor Municipal-PDM e na convicção de que “a existência da exploração trará impactes negativos ao nível das acessibilidades, segurança dos alunos da Escola EB2, 3 Dr. Abel Varzim (localizada perto da área de exploração), destruição de solos agrícolas e alteração do regime hidrológico” (QUERCUS, 2008). A Direção Geral de Energia e Geologia-DGEG adiu, assim, a sua decisão a respeito desta concessão.

Mais de seis anos depois, a 3 de agosto de 2006, a DGEG informou estar a concluir a proposta de atribuição da concessão Gandra (Vila Seca/Milhazes) e, em setembro de 2007, a DGEG publicou a concessão, permitindo que a Mibal explorasse 41.9 hectares da área pleiteada. Poucos dias após a publicação da decisão, a Câmara Municipal de Barcelos aprovou uma moção contra a concessão e, após várias tentativas infrutíferas de acordos e negociações, anunciou a entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga de uma Providência Cautelar e Ação Judicial contra a concessão por violação do PDM. Esta entidade questionou também a exploração de areias no processo de mineração - um bem não concessionável que seria o principal interesse da empresa -, a ausência de procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental sobre os 42 hectares da concessão e a dispensa de cumprimento da recuperação paisagística com reposição das areias. Em 2008, sob forte pressão popular, ocorreu o início do julgamento da ação. A Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS e o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA pronunciaram-se contra a exploração de caulinos em Barcelos (QUERCUS, 2008).

Em 2009, e com a mudança da administração do município, que era do Partido Social Democrata-PSD e passou a ser do Partido Socialista-PS, a Mibal retomou os trabalhos para realizar a exploração em Prestar, por considerar reunidas as “condições objetivas” estabelecidas pelo acordo firmado com o município de

Barcelos. No final de janeiro de 2010, houve uma nova manifestação de protesto em frente à Câmara de Barcelos contra a exploração de caulinos, organizada pelo Movimento Cívico de Barqueiros-MCB, mas os seus representantes não foram recebidos por nenhuma autoridade política (PASSOS, 2010).

Em maio de 2009, foi entregue na Assembleia da República uma petição para revogação da atribuição da concessão da exploração de caulino em Vila Seca e Milhazes. O assunto foi discutido em 2010 na Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território (AR, 2009).

Em fevereiro de 2010, a empresa Mibal pediu uma indemnização no valor de 11 milhões de euros ao município de Barcelos devido ao impedimento da exploração de caulinos, declarando estar disposta a desistir das ações judiciais se a Câmara permitisse escavações em Milhazes e Vila Seca. Em março, os deputados do PSD eleitos por Braga deslocaram-se a Vila Seca, Milhazes e Barqueiros, freguesias do concelho de Barcelos, acompanhados por várias dezenas de pessoas, para visitar os locais das concessões de caulinos e os terrenos de Barqueiros onde já estava a ser feita a exploração (GRUPO PARLAMENTAR PSD, 2010a). Em outubro, foi apresentado um Projeto de Resolução do PSD, recomendando medidas urgentes a adotar pelo governo relativamente às explorações de caulino em Vila Seca, Milhazes e Barqueiros. Os deputados recomendavam a realização de uma Avaliação de Impacte Ambiental-AIA, que não foi realizada devido à fragmentação das áreas exploradas (GRUPO PARLAMENTAR PSD, 2010b). Tal teria sido uma estratégia da empresa, que dividiu a exploração em pequenas parcelas, cujas dimensões dispensavam assim a concretização deste procedimento (QUERCUS, 2008).

Em 14 de outubro de 2010, foi discutido na Assembleia da República o Projecto de Resolução do Partido Ecologista os Verdes-PEV e do Partido Comunista Português-PCP para a suspensão da exploração de caulinos na concessão mineira, em Vila Seca /Milhazes, até à realização de uma avaliação dos seus diferentes impactos (PEV, 2010).

Em finais de 2011, concluiu-se a exploração dos caulinos, iniciando-se um processo de recuperação paisagística das Quintas de Prestar (SILVA, 2014).

Em setembro de 2011, foi retomada a exploração de caulinos em Vila Seca e em Milhazes devido a um acordo estabelecido entre a Câmara de Barcelos e as juntas de freguesia destas localidades. Na condição de que a empresa pagasse meio milhão de euros (entregues às freguesias ao longo de dez anos),

as autarquias desistiram dos processos judiciais interpostos contra a empresa para impedir a extração de caulinos (SILVA, 2011). A Mibal ficava também obrigada à construção de rotas alternativas para que os camiões da empresa não passassem diante de uma escola local.

O não cumprimento desta condição foi questionado pelo PCP em 2013. O PCP solicitou, assim, ao governo, através do Ministério do Ambiente, esclarecimentos sobre a fiscalização e cumprimento do acordo estabelecido entre a Mibal e o município de Barcelos (PCP, 2013). Em outubro de 2014, o jornal *Barcelos Popular* chamou “Polémica sem fim” à questão dos caulinos em Barcelos, noticiando que permanecem as acusações de que a Mibal não está a cumprir o protocolo assinado com as juntas de freguesia, a DGEG e a Câmara Municipal (BARCELOS POPULAR, 2014).

Próximo de Barqueiros, no distrito do Porto, existe também uma longa história de exploração de caulino, mais concretamente em Telheira, Fojo, Custóias, S. Gens, Senhora da Hora, locais onde existiram explorações deste importante mineral industrial. Hoje, a sua quase totalidade encontra-se encerrada, fruto da acentuada urbanização. Couto Mineiro, em Matosinhos, foi criado para a exploração de caulino e funcionou até aos anos 90 do séc. XX, tendo chegado a empregar centenas de pessoas (VELLO e CERDEIRA, 2010).

Referências bibliográficas

- AR. Petição Nº 583/X/4. Revogação da atribuição da concessão da exploração de caulino em Vila Seca e Milhazes, município de Barcelos, Assembleia da República-AR, 20 de mai. 2009.
- BARCELOS POPULAR. Acordo de exploração dos caulinos não está a ser cumprido. *Polémica sem fim*. *Barcelos Popular*, 11 out. 2014.
- GRUPO PARLAMENTAR PSD. Deputados do PSD eleitos por Braga preocupados com as concessões de caulino. *Missiva do Governo*, 18 mar. 2010a.
- GRUPO PARLAMENTAR PSD. Nuno Reis defende a aplicação de medidas urgentes relativamente às explorações de caulino em Barcelos. *Missiva do Governo*, 14 out. 2010b.
- PEV. Fim à concessão da exploração de caulinos em Vila Seca, Barcelos. *Blog Partido Ecologista Os Verdes-PEV*, 14 out. 2010.
- PCP. Não cumprimento do protocolo de extração de caulino nas freguesias de Milhazes e Vila Seca, Barcelos. *Site do Partido Comunista Português-PCP*, 12 ago. 2013.
- PASSOS, Nuno. Duzentos contra caulinos. *Jornal de Notícias*, 1 fev. 2010.
- QUERCUS. Quercus e Geota contra exploração de caulinos em Vila Seca, Barcelos. *Site da Quercus*, 23 jul. 2008.

SCHMIDT. Luísa. Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In: Villaverde, Manuel, Wall, Karin, Aboim, Sofia e Silva, Filipe Carreira da (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS* (pp. 285-314). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais 2008.

2.2 Várias vozes se levantam contra a exploração de caulino na Figueira da Foz, Castanhede e Soure

Resumo

A população, organizações sociais e políticos do concelho de Figueira da Foz se uniram para tentar impedir o licenciamento da exploração de caulino na região, que tem uma vasta área florestal e está próxima de cursos de água e lagoas, além de concentrar produção agrícola que sustenta várias famílias.

Pedidos de exploração de caulino nos concelhos de Figueira da Foz, Soure, Pombal e Cantanhede têm mobilizado a população, organizações sociais e políticos, todos contrários à atividade que pode trazer impactos ambientais e comprometer a qualidade de vida na região. O caulino tem vários usos industriais, nomeadamente como matéria-prima das indústrias cerâmica e cimenteira e no fabrico de medicamentos, papel, plásticos e tintas.

Porém, sua exploração tem impactos ambientais significativos entre os quais a Quercus aponta: alterações topográficas irreversíveis; produção de poeiras, gases, vibrações e resíduos industriais; afetação da rede hidrográfica superficial e subterrânea, com alteração de cursos de água, destruição e esgotamento de nascentes e rebaixamento drástico da superfície freática; diminuição da qualidade visual e do valor cultural da paisagem; aumento da insegurança, pela criação de amplas crateras e circulação de maquinaria e transportes pesados (QUERCUS, 2014).

Em Figueira da Foz, o pedido de concessão para exploração de caulino numa área de 500 hectares no norte do concelho foi feito pela empresa Motamineral à Direção Geral de Energia e Geologia-DGEG, em 2014. Os depósitos minerais estão localizados numa área denominada Pocinho, em terrenos que abrangem as freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova. A região, que tem uma vasta área florestal, está próxima de cursos de água e lagoas, e concentra produção agrícola que sustenta várias famílias (TRINDADE, 2014).

Numa tentativa de impedir o licenciamento da exploração mineral, os moradores se uniram e lançaram o movimento “Pela Vida, Contra o Caulino”, criaram uma página na rede social Facebook para manifestar discordância com a exploração, e compareceram em massa às sessões públicas de esclarecimento realizadas

nas freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, quando se manifestaram, verbalmente e por escrito, contrários a qualquer possibilidade de exploração de caulinos na zona de Pocinho (LUSA, 2014; VAZ, 2014).

Os partidos e coligações das câmaras municipais, assembleias municipais, juntas de freguesia e deputados da Figueira da Foz, Cantanhede, Mira e Coimbra também se uniram ao protesto dos moradores (O PALHETA NA FOZ, 2014; OUTRA MARGEM, 2014). O líder da distrital de Coimbra do PS, Pedro Coimbra, escreveu uma carta aberta aos ministros do Ambiente e da Economia, convidando-os a visitar os concelhos de Figueira da Foz, Cantanhede, Soure e Mira, ameaçados por explorações de caulinos. Ele argumentava que a exploração mineira de caulino a céu aberto, “contrária, tal como está provado e fundamentado, os princípios mais básicos do equilíbrio social, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento humano” (DIÁRIO DE COIMBRA, 2014).

Em Figueira da Foz, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, em fevereiro de 2014, uma moção contra a exploração de caulino em duas freguesias do município. Intitulada “Pela População, Não ao Caulino”, a proposta foi apresentada pelo deputado do Partido Socialista (PS) Miguel Pereira e acolhida pelas bancadas do movimento Somos Figueira (PSD/CDS-PP/MPT/PPM), Coligação Democrática Unitária (CDU) e Bloco de Esquerda (LUSA, 2014).

Além disso, o executivo da Câmara Municipal do concelho enviou um ofício à Direção de Serviços de Minas e Pedreiras-DSMP da Direção-Geral de Energia e Geologia-DGEG, onde manifesta “de forma veemente” sua oposição à concessão de exploração de caulinos no Pocinho, afirmando que ela não é de interesse público. Para justificar, ele menciona o projeto agrícola integrado e agropecuário existente na zona do Pocinho, de que dependem cerca de 180 agregados familiares; e as experiências de expropriação e rebaixamento do nível freático, como aconteceu durante a construção da autoestrada A17 (VAZ, 2014a; SANTOS, 2014).

Numa tentativa de acalmar os moradores da Figueira da Foz, que temiam ter suas terras expropriadas para exploração mineral, um representante da empresa participou de sessões públicas de esclarecimento nas freguesias de Bom Sucesso e Ferreira-a-Nova, quando assegurou que a mineração não avançará contra a vontade dos proprietários dos terrenos, o que significa que, se não obtiver a licença, não recorrerá à expropriação (ALVES, 2014). No entanto, em Ferreira-a-Nova, os representantes da autarquia admitiram acionar uma

providência cautelar para o caso de a licença de exploração ser aprovada e as populações se oporem (ALVES, 2014; OUTRA MARGEM, 2014).

Nos concelhos de Pombal, distrito de Leiria, e Soure, distrito de Coimbra, a empresa Corbário – Minerais Industriais S.A. requereu autorização para a exploração numa área de cerca de 440 hectares, junto à zona de Bonitos, onde há sete povoações situadas a distâncias que variam entre 40 e 300 metros dos limites das concessões pedidas. Além disso, 60% área requerida está na Reserva Ecológica Nacional-REN, e é uma das zonas de maiores recursos hídricos regionais, que abastece grande parte dos dois concelhos (CENTRO TV, 2014; FAZENDA, 2014).

Para evitar a aprovação do pedido de concessão, elementos da Comissão de Luta Contra a Exploração de Caulinos no concelho de Soure e da Associação de Defesa do Património daquela vila foram à Assembleia da República manifestar suas preocupações. Eles pleitearam também a alteração da lei atual que não estabelece distâncias adequadas de segurança entre as habitações e as explorações de caulino. Alegaram ainda a exploração sucessiva de áreas inferiores ao limite legal, de modo a evitar procedimentos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) (CDU SOURE, 2014; CENTRO TV, 2014).

Os moradores foram recebidos pelos grupos parlamentares do Partido Socialista-PS, Partido Comunista Português-PCP e pelo Bloco de Esquerda-BE, que asseguraram que iriam fazer uma interpelação direta ao Governo para indagar o porquê dos processos de exploração estarem a ser conduzidos contra os interesses das populações. De acordocom os deputados, os pedidos de concessão são efetuados diretamente à DGEG, sem consulta prévia aos municípios. Eles ficaram de acionar o Ministério do Ambiente no sentido de que estes processos não dispensem procedimentos de AIA (CENTRO TV, 2014; NOTÍCIAS DO CENTRO, 2014b).

O Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) também fez uma interpelação ao Governo sobre a exploração de caulinos em Pombal e Soure, exigindo saber se foi efetuado “algum estudo de impacto ambiental” que viabilize esta atividade nestes concelhos: “qual o impacto que poderá ter na saúde das populações que estão junto a esta área?”; “qual o impacto na rede hidrográfica e no abastecimento de água às populações?”; e “que estudos foram efetuados para se poder comparar quais os ganhos e as perdas entre a parte económica e o passivo ambiental”, bem como se o Governo tem “uma posição definitiva sobre este pedido de licenciamento” (NOTÍCIAS DO CENTRO, 2014a).

Por sua vez, o presidente da Câmara de Pombal procurou o secretário de Estado da Energia para apontar “algumas lacunas” na legislação que regula o exercício das atividades de prospecção, pesquisa e exploração dos recursos geológicos, designadamente os caulinos. Entre os aspectos citados está o fato de que a legislação “impede claramente a participação das autarquias locais no processo de decisão de atribuição de direitos de concessão de exploração de depósitos minerais, recurso geológico do domínio público do Estado Português”. Destacou ainda o fato de as câmaras municipais não terem competências legais para fiscalizar as áreas atribuídas para exploração de depósitos minerais, não sendo as autarquias “convocadas para ações de fiscalização, vistorias ou acompanhamento das áreas de exploração no terreno”, nem das intenções de recuperação paisagística e ambiental (NOTÍCIAS DO CENTRO, 2014c).

No concelho de Cantanhede, o DGEG publicou, em dezembro de 2013, avisos de requisição de exploração de caulino, envolvendo uma área de mais de 2.300 hectares, onde está situada a zona de proteção da nascente de Olhos de Fervença, que abastece uma população de mais de 60 mil habitantes (LUSA, 2014; LUSA, 2014b). Respondendo aos pleitos da população, os deputados do PS eleitos pelo círculo de Coimbra questionaram o ministro do Ambiente sobre a anunciada exploração de caulinos no concelho (LUSA, 2014; PORTAL DO CONCELHO DE CANTANHEDE, 2014).

Diante dessas várias requisições envolvendo diferentes concelhos, foi criada uma petição pública intitulada “Sem caulinos eu vivo, sem água não!”, dirigida à presidente da Assembleia da República, onde habitantes, naturais e/ou pessoas que trabalham ou visitam os concelhos de Cantanhede, Montemor-o-Velho, Mira, Figueira da Foz e Coimbra solicitam a inviabilização da exploração de caulinos. Eles alegam que as consequências dessa exploração comprometem “um outro recurso natural de capital importância, que é a água”; lembram que a atividade pode vir a contaminar o aquífero com metais pesados e outros poluentes, além de destruir lençóis freáticos numa vasta zona essencialmente agrícola e florestal, o que poderia deixar as terras de regadio estéreis (INDEPENDENTE DE CANTANHEDE, 2014).

Com base na documentação disponibilizada e nas assembleias de esclarecimento, o Núcleo Regional de Coimbra da Quercus fez uma avaliação sobre os pedidos de concessão. Entre outros pontos, a entidade aponta que “as zonas em apreciação para a eventual exploração de caulinos por parte da indústria extrativa encontram-se maioritariamente integradas em espaços abrangidos

pelos condicionantes Reserva Agrícola Nacional-RAN e Reserva Ecológica Nacional-REN”, que têm “um valor intrínseco que deve ser valorizado não podendo ser alienadas da função que lhes é reconhecida sem uma reflexão profunda sobre custos e benefícios”. Alertou também sobre a necessidade de se realizar uma Avaliação de Impacte Ambiental-AIA sobre toda a extensão da concessão; que a empresa interessada registre promessa de cumprimento da recuperação paisagística com reposição dos inertes extraídos; e que se obtenha por parte da DGEG “uma garantia de que a eventual exploração de caulino que venha a ser autorizada não será, em caso algum, extensível a areias ou outros recursos” (QUERCUS, 2014).

Referências bibliográficas

- ALVES, JOT. Cada vez mais vezes se levantam contra exploração de caulino. *Jornal As Beiras*, 10 fev. 2014.
- CDU SOURE. A comissão de luta contra os caulinos foi à Assembleia da República. *Worldpress*, 17 mar. 2014.
- CENTRO TV. Os Verdes questionam exploração de caulinos em Soure e Pombal. *Centro Tv*, 18 abr. 2014.
- DIÁRIO DE COIMBRA. Caulinos levam OS a convidar ministros para uma visita. *Diário de Coimbra*, 16 fev. 2014.
- FAZENDA, Luís. Exploração de caulinos nos concelhos de Soure e Pombal. *Grupo Parlamentar, Bloco de Esquerda*, 18 mar. 2014.
- INDEPENDENTE DE CANTANHEDE. Petição pública contra exploração de caulino já ultrapassou as 450 assinaturas. *Diário Online*, 28 jan. 2014.
- LUSA. PS questiona ministro do ambiente sobre exploração de caulinos em Cantanhede. *Expresso, Opinião*, 6 fev. 2014.
- LUSA. PS questiona exige suspensão de processo de exploração de caulino em Cantanhede. *RTP Notícias*, 10 jan. 2014.
- NOTÍCIAS DO CENTRO. Socialistas de Pombal frontalmente contra a exploração de caulinos. *Notícias do Centro*, 20 fev. 2014a.
- NOTÍCIAS DO CENTRO. Autarcas contra exploração de caulinos no concelho. *Notícias do Centro*, 25 fev. 2014b.
- NOTÍCIAS DO CENTRO. Partido Os Verdes questiona exploração de caulinos em Soure e Pombal. *Notícias do Centro*, 18 abr. 2014c.
- PORTAL DO CONCELHO DE CANTANHEDE. Água no concelho de Cantanhede – sim ou exploração de caulino não? *Portal do Conselho de Cantanhede*, 12 jan. 2014.
- O PALHETAS NA FOZ. Todos contra a exploração de caulinos no Bom Sucesso e em Ferreira-a-Nova. *Jornal Online, Figueira da Foz, Portugal*, 21 fev. 2014.

OUTRA MARGEM. Não aos caulinos. Blog, fev. 2014.
SANTOS, Bruno E. Contra a exploração de caulino. Visões da Gândara, 05 fev. 2014.
QUERCUS. Concessão e exploração de caulinos no distrito de Coimbra. jun. 2014.
TRINDADE, Cláudia. Câmara da Figueira da Foz aprova proposta contra exploração de caulino. Diário As Beiras, 18 fev. 2014.
VAZ, João. Caulinos no concelho da Figueira da Foz – a posição da Câmara Municipal. Blog O Ambiente na Figueira da Foz, 15 fev. 2014.

3. ESTANHO

3.1 Agricultores enfrentaram empresa de mineração em Gaia, Belmonte

Resumo

A aldeia de Gaia, na região centro de Portugal, sofreu o impacto de uma intensa atividade de extração de estanho durante o período do Estado Novo. A draga que foi ali introduzida em 1914 por uma empresa norte-americana, revolveu durante mais de quatro décadas o solo arável do vale frente à aldeia, produzindo transformações na paisagem, na composição dos solos, na distribuição e nos usos da propriedade, bem como na sua estrutura social e económica. Depois da Revolução de 25 de abril de 1974, que pôs fim a quase meio século de ditadura, a contestação de alguns cidadãos face às intenções da empresa de mineração local ganhou uma visibilidade inaudita, ditando a história da aldeia.

A exploração industrial de estanho começou a ser feita no vale de Gaia no início do século XX, com a chegada da empresa Portuguese American Tin Company-PATC à região. Fundada em 1912 com capital norte-americano, a PATC iniciou a atividade de extração em 1914 através da utilização de uma draga mecânica. O advento da extração mineira teve um forte impacto sobre a atividade agrícola, principal fonte de rendimento e ocupação da população.

Com a absorção em grande escala da mão de obra local, a PATC desviou os trabalhadores rurais das lides do campo, alterando profundamente a sua vida. A percepção da dimensão dos estragos provocados pela draga nos solos, a partir de meados da década de 1920, motivou as primeiras disputas entre os proprietários locais e a empresa.

Nessa década tiveram início pelo menos dois processos de expropriação de terras por utilidade pública, face à relutância dos seus proprietários em aceitar os valores oferecidos pela PATC. No entanto, o contexto político repressivo da ditadura, não permitiu a revolta popular, também condicionada pela dependência da aldeia em relação à empresa norte-americana (SILVA, 2010).

No período de 1914 a 1949, praticamente toda a extensão do vale da ribeira de Gaia foi objeto de uma primeira exploração, tendo a draga destruído as culturas, os sistemas de irrigação e a vegetação, alterando a composição do solo, e tornando-o improdutivo. Em 1962 foi fundada na região uma nova companhia,

a Dramin, constituída por capitais portugueses e brasileiros. Apostada em reativar a exploração de estanho no vale de Gaia, em 1974 a frente de extração mineral da Dramin aproximou-se de parcelas virgens em redor das casas, que tinham sido até então poupadas pela PATC. Os protestos eclodiram nesse ano de 1974, imediatamente após a Revolução, quando um grupo de seis proprietários locais se recusou a permitir a entrada da draga numa faixa de três hectares de hortas e olivais contíguos à aldeia.

No novo quadro político nacional pós 74, os proprietários locais estabeleceram alianças políticas com as forças da esquerda revolucionária e organismos de Estado e do Governo para impedir a exploração mineira daquelas parcelas. Este grupo de proprietários mobilizou também outros apoios junto da comunidade e dos poderes locais, o que conferiu maior visibilidade às suas ações de protesto. O que começara com reuniões entre os proprietários na intimidade das suas adegas, cedo se transformou num processo de oposição aberta e pública à empresa mineira. Em outubro de 1974 teve lugar a primeira assembleia popular na escola da aldeia (que contou com a presença da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Belmonte), depois de os proprietários enviarem cartas à empresa anunciando desinteresse em ceder os seus terrenos. No jornal local da época, o *Jornal do Fundão*, constou que eram 13 os proprietários que se opunham abertamente à empresa; já em maio do ano seguinte, 25 nomes, a maior parte residentes em Gaia, assinavam uma carta dirigida ao ministro da Indústria e Energia contra a mineração; no mês seguinte, uma exposição do Secretário de Estado da Estruturação Agrária ao seu homólogo da Indústria, referia que os proprietários diretamente ameaçados por uma possível dragagem eram 33 (SILVA, 2013).

Nas cartas que os proprietários enviaram à empresa entre setembro e outubro de 1974, uns afirmaram aceitar a cedência dos terrenos caso a empresa inflacionasse os termos financeiros dos contratos de arrendamento ou que, então, esta se dispusesse a comprá-los por valores superiores aos propostos (exigências que a Dramin considerou excessivas); outros manifestaram total intransigência na disponibilidade para a alienação, temporária ou definitiva, das suas parcelas. Já a carta enviada depois ao ministro da Indústria e Energia em maio de 1975, foi marcada por um discurso apologista da agricultura, demonstrando um desprezo pela draga, esse engenho representativo da ação destrutiva da companhia mineira (SILVA, 2010).

José Ramos Perfeito, trabalhador na Dramin durante ano e meio, conta, no blog da região, que, na época, organizou um arquivo histórico com o colega Zé Leal, que a empresa veio mais tarde a destruir. Lembra também alguns nomes feios

que os trabalhadores chamavam à draga: vaca, bruxa, estafermo, matações (BLOG, 2016).

Entre troca de correspondência, de pareceres técnicos e jurídicos, assembleias coletivas e sessões de dinamização cultural promovidas pelo Movimento das Forças Armadas-MFA, o litígio entre a companhia de mineração e os proprietários manteve-se, envolvendo toda a comunidade de Gaia (que tinha então quase 200 habitantes) na disputa, e tendo o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura-SEA, da Secretaria de Estado da Reestruturação Agrária-SERA, do Ministério da Agricultura e Pescas-MAP, da Secretaria de Estado do Ambiente-SEA, do Partido Comunista Português-PCP, do Movimento Democrático Português MDP-CDE, da Liga de Unidade e Ação Revolucionária-LUAR, do Movimento das Forças Armadas-MFA, e da Comissão Administrativa do município de Belmonte (SILVA, 2010).

O auge dos acontecimentos deu-se entre o fim de 1974 e os primeiros três trimestres de 1975, impulsionado pelo movimento revolucionário que assumiu o compromisso de apoiar os protestos de coletivos rurais, sobretudo quando eram dirigidos contra forças hegemónicas (GUIMARÃES e FERNANDES, 2016).

O ano de 1975 acabou por ser favorável aos proprietários dos terrenos, pois foram promulgados os decretos-lei 356/75 e 357/75 que asseguraram a proteção de solos de elevado potencial agrícola, impedindo o seu aproveitamento para outros fins. Estes diplomas acabaram por apoiar legalmente as pretensões dos contestatários da exploração mineira no vale de Gaia até à sua revogação, em 1979, através do Decreto-lei 36/79, pelo executivo do IV governo constitucional liderado por Mota Pinto. De facto, após o 25 de novembro de 1975, a intensidade do ímpeto progressista da Revolução diminuiu e depois de 1977 apenas a Comissão Nacional do Ambiente-CNA permanecia como aliada dos proprietários de Gaia contra a dragagem. O conflito terminou em 1980, em negociações privadas com a Dramin. Destituídos do apoio legal e enfrentando a possibilidade de expropriação das suas terras por utilidade pública, os proprietários acabaram por aceitar os termos de negociação da empresa.

Referências bibliográficas

- BLOG Ordem do Carvalho Grande, abr 2016.
 GUIMARÃES, Paulo E.; FERNANDES, Francisco R. Chaves. Capítulo 1: Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva, p. 19-64. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA, Juan Diego Pérez (coords.). Conflitos

ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente. Rio de Janeiro - Évora. 2016.

NUNES, João Paulo Avelãs. Minas, mineiros e guerras: as “corridas ao volfrâmio”. Público, 6 nov 2011.

SILVA, Pedro G. Capítulo 11: Mobilização e narrativas populares contra a mineração em Portugal: o caso da dragagem de estanho (1914-1974). p. 291-314. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA, Juan Diego Pérez (coords.). Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente. Rio de Janeiro - Évora. 2016.

SILVA, Pedro Gabriel. Exploração mineira, memória e resistência: as retóricas ecológicas populares no conflito entre pequenos proprietários rurais e indústria mineira no centro de Portugal. Revista Ambiente & Sociedade, v. XIII, n. 1, jan-jun, p. 65-81. 2010.

SILVA, Pedro Gabriel. No rastro da draga: exploração mineira e protesto popular numa aldeia da Beira Baixa (1912-1980). Coleção Cultura e Sociedade. Editora 100luz. 2013.

4. FELDSPATO

4.1 Monchique diz Não à Mineração: “Salve Monchique de mãos gananciosas”

Resumo

Desde 1996 que empresas alemãs, norte-americanas e portuguesas tentam iniciar a exploração de feldspato em Corte Grande e Carapitotas, uma área de Rede Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, na serra de Monchique, Algarve, provocando protestos da população local. O poder local e a sociedade civil encontram-se unidas em dizer não e contam com o apoio de quatro partidos políticos. Enquanto isso surgem propostas alternativas de turismo sustentável para a região.

O feldspato é um minério relativamente abundante em Portugal, utilizado em vários ramos da indústria, principalmente na fabricação de vidros, cerâmica, porcelanas, construção civil e sinalização de estradas. Desde 1996 que empresas alemãs, norte-americanas e portuguesas manifestaram interesse em iniciar a exploração de feldspato em Corte Grande e Carapitotas, no concelho de Monchique, distrito de Faro, na região do Algarve e ainda localizada dentro da Rede Ecológica Nacional-REN e da Rede Natura 2000 (DONN, 2011b). Além de ser habitada, esta área abriga também o sobreiro mais antigo de Portugal e espécies raras como a águia Bonelli e o lince-ibérico (NABAIS, 2011).

No entanto, em 1996, o autarca embargou as obras, muito embora - veteranos dos protestos na ocasião - lembrem-se existir um parecer oficial do governo central considerando esta exploração mineral uma questão de interesse nacional (DONN, 2011b). Neste mesmo ano é fundada a associação ambiental A Nossa Terra-ANT, que passa a atuar contra o projeto e que vem denunciando a extração ilegal nessa área (A NOSSA TERRA, 2017).

Em janeiro de 2011, ocorre uma nova tentativa de exploração mineral, com a publicação de um edital no Diário da República-DL, estipulando um prazo de 30 dias para a apresentação de objeções à proposta de prospeção de feldspato da Felmica Minerais Industriais S.A., uma empresa do grupo Mota CeramicSolutions, com sede em Viseu (DONN, 2011a, ; PORTUGAL NEWSWATCH, 2011). A Felmica se ocupa da extração de minérios e do

processamento desses materiais para a indústria cerâmica. O seu interesse concentrou-se numa área de 1,6 km², na encosta sul de Picota, entre a Fornalha e o Alto de Baixo (NABAIS, 2011; PORTUGAL NEWSWATCH, 2011).

Em seguida, ainda em 2011, a empresa Sifucel Sílicas S.A., com sede em Rio Maior e integrante do grupo Parapedra, especializada em pedreiras e na extração de areias, faz à Direção Geral de Energia e Geologia-DGEG um novo pedido para a prospeção de feldspato, para uma outra área, num terreno adquirido pela empresa (COSTA, 2017).

Habitada por cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades, bem como por portugueses que não acreditam que o projeto proposto traga benefícios locais, os moradores da região alegam que a mineração descaracterizaria Monchique, ao envolver uma área muito extensa, além de causar poluição e danos para as pessoas e animais que aí vivem (MARQUES, 2011). Mas existe ainda uma preocupação redobrada com a preservação dos aquíferos, pelos quais a região de Monchique é conhecida há vários séculos, que constituem para muitas famílias a única fonte de obtenção de água. Além da poluição dos aquíferos, o presidente da Comissão de Moradores de Monchique alertou também para o risco, de haver destruição dos caminhos rurais por camiões (HUGMAN, MALTER, MIRA, 2017).

Foi criada uma petição online, intitulada “Salve Monchique de mãos gananciosas”, que solicitava à Comissão Europeia que realizasse uma investigação preliminar sobre os vários aspetos do problema, e teve 2 mil assinaturas entre os 6 mil habitantes do concelho e ainda centenas de reclamações dirigidas à Direção-Geral de Energia e Geologia-DGEG, para que vetasse o projeto. Foram enviados também comunicados à imprensa e distribuídos panfletos (DONN, 2011a e b). A iniciativa popular contou com apoio do autarca local, que prometeu recorrer a todos os meios legais para impedir o projeto e proteger o ambiente e ainda por quatro partidos políticos, o Partido Social Democrata-PSD, o Partido Socialista-PS, o Bloco de Esquerda-BE e o Partido Comunista Português-PCP, tomaram posição contra o licenciamento (HUGMAN, MALTER, MIRA, 2017).

A Assembleia Municipal organizou a 23 de junho de 2011, uma sessão de esclarecimento com a presença do diretor da DGEG, na qual empresas locais de turismo apontaram a possibilidade de haver menos oportunidades de emprego no setor para Monchique se os planos de exploração mineral forem aprovados, colocando em risco uma fatia da paisagem rural intocada da vertente sul de Picota. Quase três milhões de metros quadrados da encosta poderiam ser escavados, comprometendo o abastecimento de água da área, provocando

poluição e aumentando o risco de incêndios. Face ao temor da população, o porta-voz do grupo Mota assegurou que a empresa estava a estudar o que seria viável dentro dos regulamentos da Rede Natura 2000, de modo a minimizar qualquer dano para o ambiente (DONN, 2011b; HUGMAN, MALTER, MIRA, 2017).

No entanto, o presidente da Câmara Municipal de Monchique-CMM, teme que o Governo esteja a ser alvo de pressões de lobbies para que a exploração de feldspato avance no concelho. Isto porque em resposta a um pedido de esclarecimento apresentado pelo deputado Paulo Sá (PCP), sobre a posição do executivo em relação às intenções de prospecção e pesquisa de feldspato em Monchique, o governo respondeu que “o Estado português é muitas vezes questionado sobre os motivos que levam ao não aproveitamento mais efetivo de um recurso com um potencial económico e social tão elevado”, e fala em “terras raras que tanto escasseiam em todo o mundo” (JORNAL ALGARVE 123, 2011b).

O deputado Mendes Bota (PSD) utilizou o instrumento parlamentar das Perguntas ao Governo, considerando que autorizar a exploração de feldspato em Monchique seria “um crime lesa-pátria”. Ele alega que não foram pedidos quaisquer estudos de impacto ambiental ou económico para as áreas e populações afetadas, afirmando que “mais do que leis, este comportamento viola o mais básico sentido ético pelo qual qualquer sociedade democrática se deve reger” (A123, 2012).

Ao ser contraposto, o porta-voz do grupo Mota afirmou que o projeto não afetaria o ambiente e que a empresa estaria a estudar o que seria viável, dentro dos regulamentos da Rede Natura 2000, de modo a minimizar qualquer dano para o ambiente. Também afirmou que o projeto só avançaria com aprovação de todas as partes: moradores, Câmara e Juntas de Freguesia (PORTUGAL NEWSWATCH, 2011). Por sua vez, o autarca de Monchique teme que o governo esteja a ser alvo de pressões de lóbis para que a exploração de feldspato avance no concelho.

Entre janeiro de 2011 e outubro de 2015 não houve desenvolvimentos do caso. Em outubro de 2015 a Sifucel iniciou, sem ter tido obtido licença, a remoção de terra e pedras em Carapitotas, e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional-CCDR e a CMM embargaram a obra. A Câmara interpôs também, nessa altura, um processo no Tribunal Administrativo de Loulé, que continua a decorrer. Em fevereiro de 2016, a Sifucel preparava novas remoções, quando

foram impedidas pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente-SEPNA da Guarda Nacional Republicana-GNR (COSTA, 2016; COSTA, 2017).

A CMM Monchique refutou as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), recentemente encomendado pela Sifucel e que esteve em consulta pública até o dia 17 de maio de 2017. Este estudo salienta a criação de postos de trabalho como aspecto positivo para o início da atividade de mineração do feldspato. No entanto, o presidente da CMM tem uma outra leitura do documento, afirmando que a criação de 10 postos de trabalho não compensa a destruição de 100 na área do turismo na natureza.

Segundo o EIA, a exploração da mina durará 15 anos, e de acordo com a prevista profundidade máxima, ela não é adianta que toda a área estará recuperada no final. No entanto, o presidente da CMM rebate e tem sérias dúvidas sobre esta recuperação, salientando que há no concelho inúmeros exemplos de pedreiras que não só destruíram como não conseguiram recuperar a paisagem (COSTA, 2017).

Também a Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve-ALMAGEM, pronunciou-se contra o EIA, contrapondo algumas das suas afirmações: num raio de um quilómetro existem diversas habitações, nomeadamente nos montes da Casa Velha, Maias, Malhada Velha, Penedos e Malhada Quente; o acesso rodoviário é incapaz de sustentar o trânsito contínuo de camiões industriais e que a mina estará numa zona de proteção de aquíferos. Para a associação, uma vez que a empresa Sifucel não possui qualquer licença para iniciar a exploração de feldspato na zona das Carapitotas, a Agência Portuguesa do Ambiente-APA deveria ter recusado a admissão do processo de Avaliação de Impacto Ambiental-AIA, e, além disso, deveria ter penalizado a empresa por ter iniciado os trabalhos de forma ilegal (SUL INFORMAÇÃO, 2017).

Entretanto em 2017 foi criado nas redes sociais um movimento, de oposição à exploração mineira, intitulado o Movimento Contra a Extração Mineira em Monchique-MCEMM (COSTA, 2017; MCEMM, 2017).

De maneira geral, em Portugal há uma centralização do processo de decisão no governo central, ao abrigo de uma lei referente à extração mineral, que não prevê a participação das autoridades regionais e locais e ainda das populações afetadas, bem como, não se coordena com os outros planos nacionais de desenvolvimento (Rede Natura 2000, Rede Ecológica Nacional-REN, Reserva

Agrícola Nacional-RAN, Estratégia Nacional para as Florestas-ENF do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas-ICNF, entre outros) e com a planificação territorial do país. A modificação da Lei de Minas está sendo reivindicada localmente como a origem central do conflito entre as empresas de mineração e as populações dos locais afetados pelas atividades de mineração, como é caso de Monchique (HUGMAN, MALTER, MIRA, 2017).

Referências Bibliográficas

- A NOSSA TERRA. Site da Associação ambiental A Nossa Terra, 2017a.
 A NOSSA TERRA. Facebook da Associação Ambiental A Nossa Terra, 2017b.
 ALGARVE123. Mendes Bota não quer exploração de feldspato, Algarve123, edição 713, 25 jan. 2012.
 ALGARVE123. Feldspato. Nova ameaça mineira em Monchique, Algarve123, edição 691, 17 ago. 2011b.
 COSTA, Nuno. Rui André diz que manda prender quem fizer prospecção de feldspato sem autorização, Sul Informação, 18 fev. 2016.
 COSTA, Nuno. Feldspato em Monchique: é bom? É mau? E quem é o vilão? SI-Sul Informação. 4 mai. 2017.
 DONN, Natasha. Projeto mineiro em Monchique enfurece residentes. Algarve123, edição 665, 16 fev. 2011a.
 DONN, Natasha. Guerra ambiental em Monchique. Algarve123, edição 667, 2 mar. 2011b.
 HUGMAN, Stephen; MALTER, Deter; MIRA, Mathilde. Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas”, pp. 38-45. In: BRAVIN, Adriana; FERNANDES, Lúcia (org.). Diferentes formas de dizer não: expressões de conflitos ambientais em Portugal e na América do Sul. Cescontexto, Debates n. 17. Centro de Estudos Sociais-CES, Universidade de Coimbra-UC. Mai. 2017.
 MARQUES, José C. Preservar a Serra de Monchique. The Petitionsite, 17 fev. 2011.
 Movimento Contra a Extração Mineira em Monchique- MCEMM. Facebook. 2017.
 NABAIS, Ricardo. Serra de Monchique preservar e desfrutar. Blog Floresta do Interior, 15 fev. 2011.
 PORTUGAL NEWSWATCH. Na environmental battle looms in the Monchique hills. Blog Portugal Newswatch, 13 fev. 2011.
 SUL INFORMAÇÃO. Almagem: Aprovação de AIA de mina de feldspato em Monchique é impensável. Sul Informação-SI. 19 mai. 2017.

5. OURO

5.1 “Nem tudo o que luz é ouro”: protestos contra a exploração de ouro em Évora

Resumo

Protestos contra a concessão de licença a uma empresa mineira canadiana na Serra do Monfurado, concelho de Évora, para a prospeção e futura exploração de ouro, numa área de quase 50 km². Beneficia-se a contestação, ao longo dos vários anos em que decorreu o processo, de uma conjuntura desfavorável para a empresa, porque o preço do ouro ficou sempre em queda acentuada. Ainda a autarquia de Évora atualmente reprovava publicamente o projeto e então a empresa suspende-o sem maiores explicações.

Em outubro de 2011, a Direção-Geral de Energia e Geologia-DGEG comunicou a aprovação do contrato de Licença de Mineração Experimental de ouro a ser celebrado com a empresa canadiana Colt Resources, em parceria com a empresa australiana Iberian Resources. A licença abrangia uma área de 47 km² situada entre Évora e Montemor-o-Novo, na freguesia da Boa Fé. Foi igualmente aprovada uma licença de exploração de ouro de 728 km² situados em Montemor-o-Novo, uma área que circunda completamente a concessão de Boa Fé (COLT RESOURCES, 2011). Desde logo, a população local e as entidades ambientalistas questionaram os impactos negativos que a mineração traria, sublinhando que se tratava de uma Zona de Proteção Especial-ZPE, e empreenderam várias ações para impedi-la.

Em novembro de 2011, foi assinado o contrato administrativo entre o governo português e a Colt Resources, prevendo um período de prospeção de ouro de três anos. Após este período, e após confirmação de sua viabilidade económica, entrar-se-ia na fase de exploração que deveria durar cinco anos. Na altura da assinatura do contrato, o presidente da Câmara Municipal de Évora realçou como muito positivo “um projeto que vai criar centenas de postos de trabalho e dar um contributo importante para o produto local e regional” (RÁDIO ELVAS, 2011).

A área de concessão inclui uma vasta área de ZPE situada na Serra do Monfurado, que faz parte dos sítios protegidos da Rede Natura 2000, e apenas foi possível devido a modificações intencionais nos Planos Diretores

Municipais-PDM de Évora e de Montemor-o-Novo e da criação, no ano anterior, de um Plano de Intervenção no Espaço Rural do Sítio Monfurado-PIERSM.

Através destas ações transformou-se uma parte de um Sítio de Importância Comunitária-SIC em Área de Exploração dos Recursos Geológicos, isentando-a das interdições gerais à exploração de recursos geológicos como movimentação de terras, escavações, extração e acumulação de inertes (QUERCUS, 2013).

Esta nova configuração levou a que os moradores da região e associações ambientalistas se manifestassem contra a exploração de ouro em Boa Fé. Já no início de 2013, um grupo de moradores locais criou um blog disponibilizando informação sobre os danos causados pela mineração aurífera em diversas partes do mundo, as lutas e resistências a esta mineração e completando-a com os aspectos específicos do caso de Boa Fé. Consideraram os impactos negativos que a mineração implicaria: o ruído provocado pela detonação de explosivos (previstos em 340 toneladas ao ano), a emissão de poeiras, o impacto na fauna e flora, a liberação de substâncias tóxicas, a contaminação dos solos e das linhas de água. Consideram ainda os riscos de ruptura e de contaminação trazidos à barragem dos rejeitados - mesmo depois de encerrada a atividade de mineração – as incertezas próprias das flutuações da cotação do ouro nos mercados internacionais e a falta de garantias, por parte do consórcio, para a assunção dos riscos futuros e dos custos associados à implementação de todas as medidas previstas para a requalificação da área, bem como para a prevenção, acompanhamento e controle de eventuais situações de acidentes após o fim da exploração (NEM TUDO O QUE LUZ É OURO, 2014).

Em agosto de 2012, o Estudo de Impacte Ambiental-EIA, iniciado em novembro de 2010, foi concluído e foi favorável, na generalidade, à atividade mineradora, mas apontava correções. Em janeiro de 2013, a empresa publicou um resumo não-técnico das conclusões deste estudo em que frisava que as medidas propostas pelo EIA concorriam para compatibilizar a exploração geológica e a preservação do ambiente e da qualidade de vida das populações (GEOMEGA e AURMONT RESOURCES, 2013).

No blog do grupo de moradores da Boa Fé, os cidadãos convidaram a população a organizar-se para o protesto público, tomando exemplos de outros contextos: “se, na Galiza, o povo se uniu em massa para contestar nas ruas um megaprojeto que, como a mina da Boa Fé, colocaria o território e as suas gentes à mercê do insaciável apetite do capital anónimo, será que em Portugal não poderemos

fazer o mesmo? Está a chegar a hora dos brandos costumes ficarem em casa” (GUIMARÃES e FERNANDES, 2016; NEM TUDO O QUE LUZ É OURO, 2014; SANTOS, 2016).

Na fase de elaboração do EIA, realizou-se uma consulta pública na qual a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS se manifestou contra a instalação do complexo de exploração de depósitos minerais auríferos devido aos elevados riscos ambientais que estes implicariam para a região. A população questionou a veracidade do EIA, considerando a possibilidade de este funcionar como legitimador dos interesses económicos envolvidos e dos seus apoiantes políticos, minimizando a probabilidade ou a gravidade dos riscos implicados. Os riscos industriais e económicos eram elevados, afetariam o ambiente e a qualidade de vida da população e não estariam sendo devidamente considerados e calculados naquele estudo (SANTOS, 2013).

No EIA constava que a exploração ocorreria 24 horas por dia, produzindo uma escombreira com 37 hectares, para acondicionar 10.851 toneladas de estéreis. O projeto incluía a instalação de uma barragem de rejeitados com 32 hectares, para acondicionar 10.000 toneladas de metais pesados, nomeadamente arsénio, chumbo, cobre, mercúrio inorgânico, níquel, prata e zinco, resultantes dos cinco anos previstos para a laboração (DIAS e SOARES, 2014). Após análise do EIA, a Quercus reiterou a posição contrária, sob o argumento de que não existiam garantias suficientes de que o passivo ambiental gerado pela mineração seria solucionado. Com a mesma posição da Quercus, pronunciaram-se a Direção Nacional do Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens-FAPAS e a Direção Nacional da Liga para a Proteção da Natureza-LPN.

Estas associações denunciaram o conluio existente entre as instituições públicas mais diretamente envolvidas no processo de concessão da atividade mineira em Boa Fé, nomeadamente os municípios de Évora e de Montemor-o-Novo, por um lado, e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas-ICNF, as quais teriam cumprido diligentemente as aspirações do proponente. Assim os Planos Diretores Municipais tinham sido alterados e o Plano de Intervenção no Espaço Rural do Sítio de Monfurado fora publicado com o objetivo de favorecer a concessão da atividade mineira numa área em que a mesma estava interdita por lei (QUERCUS, 2013).

Instaurou-se uma Comissão de Avaliação do EIA e, em 1 de julho de 2013, a Agência Portuguesa do Ambiente-APA pronunciou-se com um parecer

favorável, mas condicionado, onde integrou as principais críticas apresentadas de modo a minimizar os danos causados pela exploração mineira, sem, no entanto, a inviabilizar. No dia 5 de julho de 2013, numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Évora, a maioria dos vereadores assumiu uma posição desfavorável à exploração mineira em Boa Fé. No dia 7 de julho, o Bloco de Esquerda-BE promoveu um debate público sobre esta exploração com o título elucidativo da sua posição: “Ouro: a arte de dourar uma ilusão”. Nele marcou a sua posição, defendendo que a exacerbação dos lucros anunciados pela mineração de ouro na região ocultavam os custos futuros resultantes do passivo socioambiental que seria gerado por essa atividade. Nesse mês, a Quercus anunciou que interpôs uma ação popular para impugnar a Declaração de Impacte Ambiental-DIA do projeto de exploração mineira da Boa-Fé, por considerar que este afetava uma zona de montado de sobre inserida na Rede Natura 2000 (MARTINS, 2013).

Em setembro de 2014, a Câmara Municipal seguida da Assembleia Municipal de Évora voltaram a discutir, em sessões abertas, o projeto de Boa Fé que foi agora rejeitado por unanimidade. Ficou então decidido não o classificar como projeto de interesse municipal. Perante este resultado, a comunidade desafiou os representantes da empresa para que cumprissem com os princípios éticos que tinham declarado ao longo do processo: de que a mina não avançaria contra a vontade popular, não tendo obtido qualquer resposta (NEM TUDO O QUE LUZ É OURO, 2014).

Entretanto, o preço do ouro tem caído regular e drasticamente nos últimos quatro anos (de setembro de 2011 a setembro de 2015). Foi de E1.800,00/oz (uma onça troy igual a 31,3 gramas), o pico da cotação internacional do ouro em setembro de 2011, coincidindo com a data da primeira aprovação do projeto em Portugal, tendo caído, dois anos depois, para E1.300,00/oz (em setembro de 2013), e, ainda caído para E1.160,00/oz, em setembro de 2015, uma queda acumulada de 40% no valor da cotação em quatro anos. Consequentemente o empreendimento tornou-se menos atrativo:

- Por se tratar de uma Junior Company, capital canadiano especulativo registrado na Bolsa do Canadá, que promete aos seus investidores e sócios ganhos astronómicos, o que, devido às atuais cotações e a tendência histórica nos últimos cinco anos de queda regular do preço do ouro, não é possível, tendo de aguardar uma recuperação estável das cotações do passado, mas não existe data para tal ocorrer.

- Porque sendo um jazigo de ouro, a partir de minérios de baixo teor, aumentariam os seus custos operacionais cumprir todas as exigências oficiais ambientais da

APA, que se pronunciou com um parecer favorável condicionado. Não aceitou a lavra a qualquer custo, que era a proposta inicial apresentada pela Colt, e tornou obrigatória a incorporação de grande parte das observações técnicas dos pareceres dados pelos movimentos ambientalistas, mostrando a importância destes últimos no processo (SANTOS, 2016).

Não parece ter impressionado a Colt Resources a entrada em vigor, em 2015, de medidas de ainda maior liberalização na regulação da atividade extrativa mineral em Portugal, revogando toda a legislação anterior, através de Lei da Assembleia da República-AR e um DL do governo, na contramão de qualquer legislação dos países desenvolvidos. Eliminou-se qualquer coparticipação no processo público de concessão, excluindo-se quaisquer outras instituições governamentais, que não a Direção-Geral de Energia e Mineração-DGEM, com poder de decisão exclusivo. Principalmente foram excluídas da decisão instituições públicas notórias, tais como, o ICNF, a Direção Geral do Património Cultural-DGPC, e ainda os órgãos municipais (AR, 2014).

Em setembro de 2015, a Colt Resources, que detém outras áreas de mineração em Portugal e no Mundo, apresenta oficialmente no seu site o projeto mineiro da Boa Fé como um portfólio empresarial ativo, mas nada afirmativo se diz sobre a situação atual dos trabalhos, onde apenas a fase de pesquisa geológica foi feita. No campo, não existe nenhum equipamento, instalação ou trabalhadores (COLT RESOURCES, 2015). O que não significa que, embora o projeto esteja paralisado em 2015, não possa vir a ser reativado a qualquer momento, já que a licença já foi aprovada.

No início dos anos 90 foram vários projetos extrativos travados numa fase inicial ou adiados, graças à mobilização das populações locais, que tomam consciência do seu impacto futuro sobre o território e sobre as suas vidas. Entre estes se encontra na região do Alentejo a mina de ouro na freguesia de Boa Fé, Évora (2011), na região Centro três: a exploração de caulino nos concelhos densamente povoados de Cantanhede, Mira e Figueira da Foz; a exploração de pedreiras e a instalação de uma fábrica de cal em Fátima, Ourém e outras povoações (2012); em Rio Maior, uma empresa de construção tentou construir, pela segunda vez, uma cimenteira numa zona protegida às portas da localidade (2010); e no Algarve a exploração de feldspato na serra de Monchique, que foi também travado. Refira-se ainda o forte movimento, criado recentemente no início da segunda década do século XXI, contra a possibilidade de exploração de petróleo e gás natural na costa algarvia (GUIMARÃES e FERNANDES, 2016).

Referências bibliográficas

- AR. Decreto-Lei n. 130/2014. Assembleia da Republica-AR 29 ago. 2014.
- COLT RESOURCES. Comunicado à imprensa, 3 set. 2015.
- COLT RESOURCES. Comunicado à imprensa. 24 out. 2011.
- DIAS, Carlos; SOARES, Marisa. Quercus tenta travar extração de ouro no concelho de Évora. Público, 14 jul. 2014.
- GEOMEGA; AURMONT RESOURCES. Projeto de exploração mineira de Boa Fé. Estudo de Impacte Ambiental, Resumo não-técnico, v. 1, jan. 2013.
- GUIMARÃES, Paulo E.; FERNANDES, Francisco R. Chaves. Capítulo 1: Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva, p. 19-64. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA, Juan Diego Pérez (coords.). Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente. Rio de Janeiro - Évora. 2016.
- MARTINS, Bruno Manuel dos Santos. Assembleia Municipal de Évora aprova por unanimidade recomendação do BE sobre Mina da Boa Fé.. Blog, A Cinco tons, 28 dez. 2013.
- NEM TUDO O QUE LUZ É OURO. Análise crítica do projeto Boa Fé, Blog Nem tudo que luz é ouro, 2014.
- QUERCUS. Projeto de exploração mineira da Boa Fé, Évora. Mais um projeto em Rede Natura 2000 com elevados riscos ambientais e económicos. FAPAS, LPN, QUERCUS, Site da Quercus, 8 abr. 2013.
- RADIO ELVAS. Évora: Governo assinou exploração de ouro na mina de Boa Fé, Site, 2011.
- SANTOS, José Rodrigues dos. Capítulo 7: Evitar o impensável: a destruição irremediável do quadro de vida. Uma análise a partir do projeto da mina de Ouro da Boa Fé, p. 185-214. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA, Juan Diego Pérez (coords.). Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente. Rio de Janeiro - Évora. 2016.

6. URÂNIO

6.1 História, passivo e protestos na mineração de urânio em Portugal

Resumo

Descoberto no final do século XIX, o urânio é hoje usado como combustível para a produção de energia elétrica e armas atômicas. Utilizado em Portugal pela primeira vez em 1908, através da exploração de uma mina pela Companhia Portuguesa de Rádio, logo se seguiu a mineração no concelho de Canas de Senhorim (distrito de Viseu), zona onde estavam as principais reservas de urânio e foram implantadas as principais infraestruturas de transformação do minério. Durante cerca de 7 décadas, as 56 concessões mineiras, exploradas a céu aberto ou por desmonte, acumularam resíduos radioativos perigosos, gerando um passivo ambiental e problemas de saúde dos trabalhadores e residentes.

O urânio é um metal radioativo, usado como combustível para a produção de energia elétrica ou em armas atômicas, depois de enriquecido em centrais nucleares. Para obter 1 quilo de urânio a partir de minérios produzem-se 250 quilos de resíduos radioativos que ficam junto da mina e podem ser levados pelo vento para os campos em redor, ser escoados pela chuva, para os rios, ou infiltrarem-se no solo atingindo os lençóis freáticos (FONTE NOVA, 2009).

Uma exploração mineira de urânio representa risco potencial para a saúde pública, por exposição direta aos materiais geológicos mineralizados, inalação de poeiras radioativas e do gás radão, ou pela ingestão de água e alimentos contaminados (CAMPOS et al., 2003).

Em Portugal, a exploração de minérios urano-radíferos radioativos data de 1908 e teve início com a exploração de uma mina de rádio localizada no concelho de Sabugal (distrito da Guarda) pela Companhia Portuguesa de Rádio. Em 1913, iniciou-se esta mineração no concelho de Canas de Senhorim (distrito de Viseu), região a onde estavam as principais reservas de urânio e foram implantadas as principais infraestruturas de transformação do minério.

Os jazigos urano-radíferos mais importantes encontram-se na região central de Portugals (Beiras), dispostos na parte ocidental do Maciço Hespérico,

abrangendo a Cordilheira Central (Serra da Estrela, Lousã, S. Pedro de Açor, Gardunha), e estendendo-se para poente até às Serras do Buçaco, Caramulo e Montemuro. Na região Centro, o urânio foi explorado em diversas minas, a maioria de pequenas dimensões, das quais se salientam as minas da Urgeiriça, Bica, Castelejo, Cunha Baixa, Quinta do Bispo e Pinhal de Soto (MENDES e ARAÚJO, 2013).

Nos primeiros anos do século XX, a exploração destes minérios foi liderada pela Companhia Portuguesa de Rádio-CPR. Inicialmente, a exploração nas minas da Urgeiriça originou uma indústria de produção de concentrados de rádio, que durou até meados da década de 1940. A partir dessa altura, a atividade passou a centrar-se na produção de concentrados uraníferos. O ano de 1949 foi determinante para o destino do urânio produzido em Portugal. No início da Guerra Fria, o governo português assinou um acordo com a Inglaterra que incentivou a exploração de 4.370 toneladas de óxidos de urânio nas 61 minas espalhadas pelos distritos da Guarda, Viseu e Coimbra (CARVALHO, 2009).

Em 1954, a criação da Junta de Energia Nuclear-JEN sancionou o controlo político e técnico do Estado na exploração de urânio, considerado também como fator fundamental da produção de energia nuclear no país. Este objetivo levou à proibição de exportação de urânio (com exceção do Reino Unido), passando estes jazigos a ser considerados como uma reserva nacional. O urânio teve um papel político importante ao possibilitar a participação de Portugal em instituições como a Agência Internacional de Energia Atómica-AIEA (1954), a Sociedade Europeia de Energia Atómica-SEEA (1955) e a Agência Europeia de Energia Nuclear-AEEN (1957). Neste contexto, as empresas tiveram facilidades na aquisição e modernização de equipamentos e na formação de mão-de-obra especializada. Além disso, manteve-se a exploração de uma matéria-prima para eventual produção energética no país, o que fica elucidado na temática referente à energia nuclear, em que se destaca o anseio de uma facção política do país em investir na produção desta energia.

No fim da década de 1960, todos os ativos da CPR foram transferidos para o Estado, que passou a explorar o urânio em regime de monopólio. A partir de 1977, esta exploração passou para a Empresa Nacional de Urânio-ENU que, depois de 1990, passou a designar-se Empresa Nacional de Urânio S.A. (Decreto-Lei n.º 376/90, de 30 de novembro de 1990). No fim dessa década, já as antigas explorações tinham sido encerradas, deixando um pesado passivo ambiental.

Tentou-se então a exploração das jazidas uraníferas de Nisa, no Alto Alentejo. No entanto, o projeto contou com forte oposição das populações locais e mostrar-se-ia inviável (MENDES e ARAÚJO, 2013).

A dissolução da ENU teve início no ano de 2001, período que coincidiu com a implementação do regime jurídico português que reconhece a importância da recuperação ambiental de áreas sujeitas à atividade mineira, através do Decreto-Lei 198A/2001. Em 31 de dezembro de 2003, a ENU encerrou deixando para a Empresa de Desenvolvimento Mineiro-EDM, a empresa pública criada pelo decreto-lei referido a responsabilidade pela recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas.

Durante cerca de sete décadas, as 56 concessões mineiras, exploradas a céu aberto ou por desmonte, produziram 4,4 mil toneladas de óxido de urânio e geraram um passivo físico estimado em 7,8 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos e resíduos sólidos, resultantes da extração ou do tratamento desses minérios. Nos locais onde se procedeu ao tratamento químico do minério para extração do rádio ou do urânio como na Urgeiriça, Quinta do Bispo, Bica, Senhora das Fontes e da Fábrica de Rádio do Barracão acumularam-se resíduos radioativos muito perigosos. Os resíduos de mineração de urânio e de sua moagem equivalem a cerca de 13 milhões de toneladas (CARVALHO, 2011).

As minas da Urgeiriça, em Canas de Senhorim (Viseu) têm as maiores fontes de radioatividade, representando a maior parcela dos resíduos, passíveis de afetar o solo, a água e a agricultura (CARVALHO et al., 2009). É através do caso das minas de Urgeiriça que se evidenciam os desdobramentos das manifestações dos afetados e da legislação concernente à situação dos ex-trabalhadores do urânio em Portugal, bem como da requalificação ambiental das zonas degradadas pela mineração (PEREIRA e OLIVEIRA, 2007).

Nesta localidade, entre 2001 e 2008, aconteceram uma série de protestos a pedir soluções para o passivo ambiental deixado pela exploração de urânio e compensação pelos danos causados à saúde. A Associação Ambiente em Zonas Uraníferas-AZU, criada na Urgeiriça em 2003, tem vindo a abordar a evolução do processo de requalificação das minas de urânio feita pelo Estado português, após inúmeras reivindicações. Há casos de minas ainda sem intervenção e que apresentam problemas ambientais graves, sendo que o prazo determinado para a requalificação das 61 minas de urânio abandonadas terminou no ano de 2013 (AZU, 2017).

Em abril de 2016 foi aprovada a Lei nº 10/2016 que estabelece o direito a uma compensação por morte provocada por doença profissional dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio-ENU (AR, 2016).

Pautados na experiência da população que trabalhou e viveu com o urânio em Portugal, houve também protestos contra a exploração deste minério em Nisa, em que a população, apoiada pela autarquia, se opôs ao governo central que pretendia desenvolver a mineração, e saiu vitoriosa. No início de 2007, empresas canadenses sondaram a Câmara Municipal de Nisa para realizarem um projeto de extração de urânio por um período de seis a oito anos. Em junho de 2007, quatro cidadãos, preocupados com as consequências dessa atividade para o ambiente, promoveram um debate que teve, como consequência, a criação de um movimento cívico ampliado contra a exploração de urânio em Nisa, o Movimento Urânio em Nisa Não-MUNN, que organizou diversas ações, tais como uma tribuna cívica seguida de uma grande marcha, em 2008. A organização do movimento local e as ações desenvolvidas têm impedido a exploração de urânio em Nisa até aos dias de hoje (JANELA, 2017).

Quanto ao temor de contaminação pelo urânio das populações próximas às antigas explorações, um administrador da EDM afirma que existe um risco controlado, e que o contato direto das populações com as áreas de exploração não acarreta problemas se a permanência não ultrapassar três ou quatro horas por dia durante um ano (PEREIRA e OLIVEIRA, 2007). Porém, além destas afirmações serem controversas, a população olha com desconfiança para a EDM tendo em conta que a empresa é responsável pela gestão do passivo ambiental de 175 explorações mineiras, públicas e privadas, que foram abandonadas e que hoje exigem vultosos investimentos para remediação urgente de danos, e foram apenas gastos 118 milhões de euros até 2013 (CARVALHO, 2009).

Para melhorar a sua imagem perante a população, a EDM tem divulgado o projeto de remediação das escombrelas e lamas radioativas da Urgeiriça, que promoveu a impermeabilização dos materiais radioativos, assim como a neutralização das águas ácidas, e custou 6 milhões de euros ao Estado.

Porém, a iniciativa controlou apenas 2 dos mais de 3 milhões de toneladas de resíduos na Barragem Velha da Urgeiriça. Ainda há mais 60 minas próximas de povoações e 10 milhões de toneladas de rejeitados radioativos à espera de trabalhos de reabilitação, com um custo de 60 milhões de euros (CARVALHO, 2009).

Em 4 de junho de 2016, na comemoração do Dia do Ambiente, a AZU promoveu uma concentração nas minas de Mondego Sul, Ázere, Tábua, exigindo “A Recuperação Ambiental Urgente de todas as Minas de Urânio” (AZUAMBIENTE, 2016). Na sequência, em dezembro de 2016, foi anunciada a recuperação ambiental das minas de urânio de Ázere, pelo presidente da Câmara Municipal de Tábua, que afirmou que esta medida vem responder às inúmeras diligências efetuadas pelo município, a par da União de Freguesias de Ázere e Covelo, e da Associação Cultural Recreativa Defesa e Propaganda de Ázere–ACUREDEPA (LUSA, 2016).

Segundo o calendário de trabalhos para a intervenção ambiental nas velhas minas de urânio, a Empresa de Desenvolvimento Mineiro-EDM afirma que já cumpriu 76% do tempo de trabalhos previsto, tendo intervindo em 56% das minas e gasto 49 milhões de euros, de acordo com os dados em fevereiro de 2017. Mas faltam ainda 20 das 61 minas consideradas como de risco ambiental, com previsão de conclusão dos trabalhos até 2022.

No entanto, segundo os relatórios anuais do Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica-LPSR, entidade responsável pela vigilância das três fontes de risco radioativo no país criadas pela ação humana (central de Almaraz, reator nuclear de investigação de Sacavém, e as minas de urânio da Região Centro), a bacia do Mondego (onde se localiza barragem da Aguieira), continua a ser um ponto sensível de vigilância. O Diretor-Adjunto do LPSR apontou que considera mais urgente uma intervenção nas zonas que afetam recursos hídricos importantes, como o abastecimento de água para consumo humano e irrigação. (FERREIRA, 2017).

Referências Bibliográficas

- AZU. A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal. pp. 25-29. In: BRAVIN, Adriana; FERNANDES, Lúcia (orgs.). Diferentes formas de dizer não: expressões de conflitos ambientais em Portugal e na América do Sul. Cescontexto debates, n. 17. Centro de Estudos Sociais-CES da Universidade de Coimbra-UC. Mai. 2017.
- AZUAMBIENTE. AZU Ambiente Zonas Uraníferas. Facebook. 2016.
- AR. Assembleia da República. Atividade parlamentar e processo legislativo- Lei n. 10/2016, Assembleia da República-AR, 4 abril 2016.
- CAMPOS, Alfredo Borges A.; PEREIRA, Alcides J. S. C.; NEVES, Luís José Proença de Figueiredo. Distribuição do radão na área do jazigo de urânio de Nisa. IV Congresso Ibérico de Geoquímica e XIII Semana de Geoquímica, 14 a 18 jul., Coimbra, 2003.

CARVALHO, F. P.; OLIVEIRA, J. M.; MALTA, M. Analyses of radionuclides in soil, water, and agriculture products near the Urgeiriça uranium mine in Portugal, *Journal of radio analytical and nuclear chemistry. set.*, v. 281, n. 3, p. 479-484, 2009.

CARVALHO, Carlos Neto de. A ameaça de abertura de uma mina de urânio em Nisa: o direito das populações à integridade ambiental e sociocultural da paisagem. *Geoturismo & Desenvolvimento local*, atas das XVIII Jornadas sobre a Função Social Museu, Idanha-a-Nova, 25 a 28 de set. de 2008, 2009.

CARVALHO, Fernando da Piedade. Past uranium mining in Portugal: legacy, environmental remediation and radioactivity monitoring. *International Atomic Energy Agency, The Uranium Mining Remediation Exchange Group (UMREG), Selected Papers 1995-2007*, pp. 145-1155. 2011. FONTE NOVA. Exploração de urânio no mundo debatida em Nisa, Portugal. *Blog Ecodebate, Cidadania e Meio Ambiente*, 10 fev. 2009. FERREIRA, Lurdes. Um país a limpar minas radioativas durante 21 anos. *PÚBLICO*, 6 fev. 2017.

JANELA, José. Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa. pp.34-38. In: BRAVIN, Adriana; FERNANDES, Lúcia (orgs.). *Diferentes formas de dizer não: expressões de conflitos ambientais em Portugal e na América do Sul. Cescontexto debates*, n. 17. Centro de Estudos Sociais- CES da Universidade de Coimbra- UC. Mai. 2017.

LUSA. Recuperação das minas de urânio de Ázere, Tábua, prevista para 2017. 22 dez. 2016.

MENDES, José Manuel de Oliveira.; ARAÚJO, Pedro. As minas de urânio em França e em Portugal. In MENDES et al. (coord.) *Risco, cidadania e Estado num mundo globalizado, CEScontexto*, v. 3, p. 55-109, dez. 2013.

PEREIRA, André; OLIVEIRA, Luís. Extração de urânio em Nisa. *Correio da Manhã-CM*, 11 mar. 2007.

6.2 Movimento pela reparação dos danos causados pelas minas de urânio em Portugal: o caso das minas da Urgeiriça

Resumo

As minas da Urgeiriça, na freguesia de Canas de Senhorim (concelho de Nelas, distrito de Viseu) estiveram na origem de um movimento que culminou em 2001 a uma série de protestos locais pedindo soluções para o passivo ambiental deixado pela mineração de urânio na região Centro de Portugal. A luta pela assunção das responsabilidades por parte do Estado, que se arrastou durante mais de uma década em ações de protesto público de natureza diversa e por iniciativas parlamentares, centrou-se na indemnização das vítimas e seus familiares e após o reconhecimento desse direito por lei na recuperação das áreas degradadas.

Canas de Senhorim é uma antiga vila da Beira Alta (concelho de Nelas, distrito de Viseu) que tem hoje pouco mais de 3,5 mil habitantes. A exploração das minas da Urgeiriça nessa freguesia teve início em 1913 e, em 1977, a direção dos trabalhos passou para a Empresa Nacional de Urânio-ENU (MENDES e ARAÚJO, 2013).

De 1913 a 2001, a exploração e tratamento de rádio e, posteriormente, de urânio foram da responsabilidade da Henry Burnay & C. (1913-1931); da Companhia Portuguesa de Radium, Lda. (1932-1962); da Junta de Energia Nuclear-JEN (1962-1977); da Empresa Nacional de Urânio, EP (1977-1990); e, finalmente, da Empresa Nacional de Urânio S.A.-ENU (1990-2001).

Em Urgeiriça, havia uma usina de tratamento químico, foram instaladas diversas estruturas de índole social, o espaço e a paisagem circundante transformaram-se radicalmente pelas escomboreiras de resíduos que foram ganhando volume conforme avançava a produção (MENDES, 2010 apud VEIGA, 2006).

Durante os anos 80 a ENU chegou a ter cerca de 800 trabalhadores empregados nas 58 minas da região Centro, nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra. Entretanto, grande parte dos trabalhadores da mineração de urânio foram expostos às radiações do minério, o que levou a uma série de doenças e mortes neste sector por neoplasias malignas, sobretudo cancro do pulmão. A atividade da mineração de urânio deixou também um grande passivo ambiental, contaminando águas e solos da região (FERNANDES, RIBEIRO e SILVA, 2015).

A Resolução da Assembleia da República n.º 34/2001 recomendou ao Governo que tomasse medidas para resolver o problema da radioatividade das minas de urânio abandonadas nos distritos de Coimbra, Guarda e Viseu. A resolução previa a adoção de medidas concretas no perímetro das minas da Urgeiriça, sugerindo que as comunidades dos três distritos fossem submetidas a vigilância epidemiológica para garantir uma minimização de riscos relacionados com a radioatividade e a poluição química, e objetivando um enquadramento social adequado aos dos trabalhadores da ENU na época (MENDES e ARAÚJO, 2010). Em julho de 2001, no cumprimento desta recomendação, o Decreto-Lei n.º 198-A/2001 estabeleceu a responsabilidade do Estado pela remediação do passivo ambiental provocado pela indústria extrativa de Portugal. Criou-se um programa específico, o Programa de Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas-PRAMD, e entre as áreas prioritárias que iriam ser alvo estava a barragem de rejeitados da Urgeiriça (Barragem Velha) (MENDES e ARAÚJO, 2010).

No ano de 2002, ex-trabalhadores da ENU e alguns membros da comunidade fundaram a Associação Ambiente em Zonas Uraníferas-AZU, que exigia o cumprimento do decreto-lei e a realização de um estudo epidemiológico para verificar se havia relação entre a exploração de urânio na região e uma maior incidência de casos de cancro na população.

Também atuaram neste caso o Movimento de Restauração do Concelho de Canas de Senhorim-MRCCS e um coletivo de antigos e atuais trabalhadores da ENU. Já nesta altura, tinha sido divulgado um estudo que considerava a exposição ao urânio sofrida por toda a população do concelho de Nelas e concluía pela existência de um excesso de mortalidade por neoplasias malignas da traqueia, dos brônquios e do pulmão, referindo a possibilidade de que este resultado estivesse relacionado com a exploração de urânio na Urgeiriça, embora não fosse possível excluir a existência de outras causas (FALCÃO et al., 2002).

Em abril de 2003, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge-INSA foi encarregado da coordenação de um estudo epidemiológico para proceder à avaliação das consequências causadas pelas minas de urânio nas populações expostas. Este estudo recebeu o título “Minas de urânio e seus resíduos. Estudos na saúde da população (MinUrar)”, mas considerou apenas a população de Canas de Senhorim. Nele participaram também o Instituto Tecnológico e Nuclear-ITN, o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação-INETI, o Centro Regional de Saúde Pública do Centro, e o Hospital de São Teotónio (Viseu) (FALCÃO et al., 2005).

Em 2004, com o encerramento da empresa, e perante o não cumprimento do DL de 2001 que determinava que tinham que ser asseguradas condições dignas aos ex-trabalhadores da ENU, constatada a incidência de doenças entre os ex-trabalhadores, a população e iniciou os protestos. Ocorreram assim várias manifestações da população na vila de Canas de Senhorim, como uma vigília em maio para exigir indemnizações pelo adoecimento e morte dos ex-trabalhadores. Em 5 de outubro, aquando da inauguração oficial do Museu da Presidência da República, um grupo decidados de Canas acorrentou-se aos portões do Palácio de Belém, e em novembro, inertes de urânio foram colocados nos jardins deste mesmo palácio (MENDES, 2005). Ainda no mês de novembro, a população realizou protestos junto à ENU, impedindo a saída de caminhões de urânio com destino à Alemanha, e houve confrontos com a GNR (CM, 2004). Estas manifestações foram organizadas pelo MRCCS e colocaram em agenda reivindicações de natureza estritamente laboral como a integração dos trabalhadores da ENU nos trabalhos de requalificação ambiental, e a sua equiparação aos trabalhadores do fundo de mina ou da lavra subterrânea das minas para efeitos de acesso à pensão de invalidez e de velhice. Em 15 de dezembro de 2004, foi aprovado o Decreto-Lei n. 28/2005, concedendo a equiparação de fundo de mina aos trabalhadores que, à data da dissolução da ENU, mantinham um vínculo profissional com a empresa, o que beneficiou apenas cerca de 40 trabalhadores (AR, 2005).

Em 2005, foram divulgados os primeiros resultados do MinUrar (MinUrar, 2005). O relatório final da pesquisa, divulgado dois anos mais tarde, concluiu que a população de Canas de Senhorim apresentava uma diminuição das funções da tiroide, da capacidade reprodutiva de homens e mulheres e do número de glóbulos vermelhos, brancos e de plaquetas no sangue. Apesar de não ter estabelecido de maneira inequívoca a existência de relação causal entre a exploração de urânio e o aumento de casos de neoplasias malignas na população, passou a ser evocado pelos ex-trabalhadores da ENU como forma de comprovar os desdobramentos e efeitos da atividade mineira (RODRIGUES, 2003).

Os antigos trabalhadores da ENU, assumiram as relações de trabalho na ENU e os riscos à saúde como os elementos centrais da sua estratégia de luta para reivindicar o pagamento de indemnizações aos ex-trabalhadores e seus familiares. Exigiam assim a reparação dos danos pessoais e laborais, através do apelo à condição de vítima, obrigando à expansão da responsabilidade material e moral do Estado. Tal mobilização esbarrou com o programa definido anteriormente

pelo governo, o PRAMD, apenas de requalificação do passivo ambiental (ARAÚJO e MENDES, 2013; MENDES e ARAÚJO, 2010).

Em maio de 2005, o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda-BE apresentou no Parlamento um projeto de lei propondo a alteração do Decreto-Lei n. 28/2005, no sentido de alargar o regime de antecipação da idade de acesso à pensão para velhice para os 50 anos de idade a todos os ex-trabalhadores da ENU, independentemente da data da cessação do vínculo profissional (BLOCO DE ESQUERDA, 2010).

Em dezembro de 2006, devido à queda de chuvas intensas desde outubro, a AZU alertou as autoridades do risco que o escoamento das lamas radioativas representava para a bacia hidrográfica do Rio Mondego – que abastece 160 mil pessoas. O presidente da organização alertou o ministro do Ambiente para o perigo da lavagem das lamas da Barragem Velha da Urgeiriça e o escoamento das águas ácidas do Poço de Santa Bárbara, em Canas de Senhorim. As preocupações da AZU eram ainda maiores uma vez que os trabalhos de requalificação em curso seriam suspensos devido ao mau tempo (CORREIO DA MANHÃ, 2006).

Em novembro de 2007, ocorreram novas manifestações dos Antigos Trabalhadores da ENU, que fizeram uma vigília em frente ao Governo Civil em Viseu. Em março de 2008, a Assembleia da República votou os projetos lei do BE, do Partido Comunista Português-PCP e do Partido Ecologista Os Verdes-PEV que propunham a concessão de indemnizações por doença aos ex-trabalhadores da ENU. Os projetos de lei foram chumbados pelo Partido Social Democrata-PSD e pelo Partido Popular-CDS-PP, e o Partido Socialista-PS absteve-se.

No dia 14 de abril de 2008, foram inauguradas as obras de requalificação da Barragem Velha. Desde o encerramento das minas, em 2004, já haviam morrido mais de cem antigos mineiros, num universo de 500 ex-trabalhadores, que não tinham recebido qualquer indemnização material ou compensação pelos danos físicos sofridos. Num evento público contra o reinício da exploração de urânio na vila de Nisa, em 20 de outubro de 2008, o representante da AZU responsabilizou o Estado por estas mortes (PESSOA, 2008).

Em dezembro de 2009, a EDM divulgou a decisão de selar 32 áreas mineiras abandonadas. Entre estas encontravam-se as minas da Urgeiriça, nas quais se levaram a cabo trabalhos de abatimento de antigas estruturas subterrâneas,

vedação de galerias, implementação de drenagens superficiais dos solos e a vedação de terrenos (CM, 2009). Estes trabalhos, avaliados em 118 milhões de euros, prosseguiram nos anos seguintes em áreas mineiras abandonadas, cujos poços, escombros e galerias representavam riscos para o ambiente e perigo para as populações locais.

Em setembro de 2010, foi aprovada uma lei que estendeu aos mineiros da ENU, a antecipação da idade da reforma prevista no decreto-lei 195/95, qualquer que fosse o momento do seu vínculo laboral (CASTRO, 2010).

Em setembro de 2011, a AZU anunciou que pediria à EDM, empresa estatal que tem como missão a reabilitação de passivos ambientais mineiros, e ao Ministério da Economia, que avançassem urgentemente com a descontaminação da zona habitacional mineira da Urgeiriça, uma vez que a contaminação atingia toda a zona circundante da mineração. Os antigos trabalhadores doentes e as famílias dos que morreram continuavam sem receber indemnizações, e em 2010 e 2012 foram apresentadas iniciativas parlamentares que visavam obter o direito a estas indemnizações, que foram novamente chumbadas.

Em fevereiro de 2014, uma delegação de 25 trabalhadores das minas foi ouvida pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais no Parlamento Europeu-PE, para levar o protesto também à Europa, reivindicando apoio para as questões da saúde e para a recuperação ambiental das minas (MINHOTO, 2017). Em seguida, os ex-trabalhadores da mineração de urânio voltaram a manifestar-se e, em maio de 2014 realizaram uma vigília em frente à casa do primeiro-ministro em Lisboa (LUSA, 2014). No mês de julho ocorreu o lançamento do livro “A vida dos trabalhadores do urânio. Trabalho ruim”, obra que relata as péssimas condições de trabalho em que viveram os trabalhadores das minas de urânio, sobretudo em Urgeiriça, durante os anos de exploração. Esta obra, que relata e evidencia os sérios problemas para a vida dos trabalhadores, provocados pela mineração de urânio, converte-se numa forma de divulgação e de ação na luta pelas indemnizações aos ex-trabalhadores e suas famílias (LUSA, 2014).

Sem receber as indemnizações, os ex-trabalhadores anunciam a pretensão de continuar a lutar por este direito no ano de 2015. Numa assembleia geral realizada em dezembro de 2014, foi aprovada uma moção com pedidos de audiência a todos os partidos com assento parlamentar, no sentido de se poder assinar um memorando onde fique estabelecido, por escrito, o pagamento das indemnizações aos familiares dos ex-trabalhadores falecidos (PAÍS AO MINUTO, 2014).

O BE apresentou um Projeto de lei n.º 56/XIII/1.^a, que visava garantir o alargamento do acesso às pensões de invalidez e velhice dos ex-trabalhadores da ENU e pagamento de indemnizações por doença profissional ou morte (PAÍS AO MINUTO, 2015). Em abril de 2016 foi aprovada a Lei n.º 10/2016 que estabelece o direito a uma compensação por morte provocada por doença profissional dos trabalhadores da ENU (AR, 2016). As indemnizações, que se estima serem aproximadamente 70 casos, irão variar consoante a idade do trabalhador (ROPIO, 2016). Quase quinze anos após o fecho das minas e o início das reivindicações, familiares e membros da Associação dos ex-Trabalhadores das Minas de Urânio-ATMU celebram esta vitória (CORREIO DA MANHÃ, 2016).

Em 4 de junho de 2016 na comemoração do Dia do Ambiente realizou-se uma Concentração nas Minas de Mondego Sul, Azere, Tábua, exigindo “A Recuperação Ambiental Urgente de todas as Minas de Urânio”. Segundo os organizadores, ainda dezenas de minas no território nacional esperam intervenção, como por exemplo as Minas de Mondego Sul, para as quais ainda não foi aberta candidatura a realizar pelo Estado/EDM aos fundos comunitários, relativa ao projeto de remediação ambiental e não está previsto que o seja a curto prazo. Esta situação acarreta graves prejuízos para o ambiente e desenvolvimento sustentado da região (AZU, 2016).

Em setembro de 2016, foi inaugurado um espaço de lazer nas antigas minas da Urgeiriça, no concelho de Nelas. A cerimónia esteve rodeada de polémica, uma vez que a Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio se recusou a estar presente, alegando que o complexo só deveria ser inaugurado depois de ser eliminada toda a contaminação, ainda presente em várias zonas. O antigo lugar do Santa Bárbara foi transformado num parque com zonas desportivas, circuitos, zonas para debates nos balneários dos mineiros e no edifício onde trabalhava o guincheiro (CARONA, 2016).

Em novembro de 2016, começaram a ser pagas as indemnizações aos familiares dos mineiros da Empresa Nacional de Urânio-ENU que morreram em decorrência de doenças profissionais. 20 pessoas receberam as compensações que eram exigidas, num processo que envolve cerca de quatro milhões de euros, para um total de cerca de 100 pessoas, segundo explicou o presidente da ATMU. O mesmo frisou ainda que esta compensação, atribuída aos descendentes em 1.º grau da linha reta, vem dar um fôlego às economias destas famílias, embora nunca desvaneça a angústia da perda dos seus entes queridos (OBSERVADOR, 2016).

Em fevereiro de 2017, os relatórios anuais do Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica-LPSR, entidade responsável pela vigilância das fontes de risco radioativo no país, mostraram que a bacia do Mondego continua a ser um ponto sensível de vigilância. O diretor-adjunto do LPSR mencionou a necessidade dos trabalhos mais urgentes serem feitos em zonas que afetam recursos hídricos importantes como o abastecimento de água para consumo humano e irrigação. O diretor ressaltou ainda a necessidade de se progredir nos trabalhos na bacia do Mondego, que segundo ele, necessitam de mais tempo (FERREIRA, 2017).

Referências Bibliográficas

- AR. Lei 28/2005, Assembleia da República-AR 10 fev. 2005.
 AR. Lei n. 10/2016, Assembleia da República-AR, 4 ab. 2016.
 ARAÚJO, Pedro; MENDES, José Manuel de Oliveira. As minas de urânio em França e em Portugal. In MENDES et al. (coord.) Risco, cidadania e Estado num mundo globalizado, CEScontexto, v. 3, p. 55-109, dez. 2013.
 AZU. AZU Ambiente Zonas Uraníferas. Facebook. 2016.
 BLOCO DE ESQUERDA. BE quer ex-trabalhadores da ENU indemnizados pela exposição à radiação cancerígena. Bloco de Esquerda-BE, Distrital de Viseu, 22 dez. 2010.
 CARONA, Liliana. Minas da Urgeiriça. “É preciso virar a página, porque isto não é tudo mau”. Rádio Renascença-RR. 23 set. 2016.
 CASTRO, Carlos, V. Ex-trabalhadores da ENU – valeu a pena lutar. Opinião, Site do Bloco de Esquerda-BE, Distrital de Viseu, 22 set. 2010.
 CORREIO DA MANHÃ. Antigos trabalhadores da ENU congratulam-se com aprovação de pagamento de indemnizações, Correio da Manhã-CM, 12 fev. 2016.
 CORREIO DA MANHÃ. Seladas 32 minas antigas. Correio da Manhã-CM, 27 out. 2009.
 CORREIO DA MANHÃ. Canas de Senhorim protestos. Correio da Manhã-CM, 29 nov. 2004.
 FALCÃO, José, M.; DIAS, Carlos, M.; NOGUEIRA, Paulo, J. Mortalidade por neoplasias malignas na população residente próximo de minas de urânio em Portugal. Epidemiologia, v. 20, n. 2, p. 35-51, jul./dez., 2002.
 FALCÃO, J; CARVALHO F. P.; MACHADO LEITE, M.; ALARCÃO, M.; CORDEIRO, E.; RIBEIRO, J. “MINURAR - Minas de urânio e seus resíduos: efeitos na saúde da população – Relatório Científico I”, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge – INSA, 2005.

FERNANDES, Francisco; RIBEIRO, Inês; SILVA, Lays. Abandoned uranium mines, Portugal. EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade. 2015.

FERREIRA, Lurdes. Um país a limpar minas radioativas durante 21 anos. Público. 6 fev. 2017.

FERREIRA, Carla. Temporal arrasta urânio das minas. Correio da Manhã-CM. 9 dez. 2006.

LUSA. Antigos mineiros da Urgeiriça em vigília voltam a exigir indemnizações. Correio da Manhã-CM, 17 mai. 2014.

LUSA. “Trabalho ruim” dos mineiros de urânio retratado em livro a lançar no sábado. Sapo Canal, 27 jun. de 2014.

MENDES, José Manuel. Só é vencido quem deixa de lutar: protesto e estado democrático em Portugal, Revista Crítica de Ciências Sociais-RCSS, n. 72, p. 161-185, 2005.

MENDES, José, M.; ARAÚJO, Pedro. Nuclearidade, trabalho dos corpos e justiça. A requalificação ambiental das minas da Urgeiriça e os protestos locais. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 64, p. 81-105, 2010.

MENDES, José Manuel de Oliveira.; ARAÚJO, Pedro. As minas de urânio em França e em Portugal. In MENDES et al. (coord.) Risco, cidadania e Estado num mundo globalizado, CEScontexto, n. 3, p. 55-109, dez. 2013.

OBSERVADOR. Indemnizações aos familiares de mineiros que morreram começam a ser pagas. 24 nov. 2016.

PESSOA, Carlos. Ex-mineiros responsabilizam Estado por mortes pelo urânio. Público, 20 out. 2008.

RODRIGUES, Sá. Sabugal: o medo das minas. Correio da Manhã-CM, 11 mai. 2003.

ROPIO, Nuno Miguel. Famílias das vítimas do urânio vão ser indemnizadas, Jornal de Notícias-JN, 12 fev. 2016.

PAM. Bloco com projeto de lei que prevê indemnizações para antigos mineiros, País Ao Minuto-PAM, 2 dez. 2015.

PAM. Ex-trabalhadores das minas de Urgeiriça vão “engrossar a luta” em 2015. País Ao Minuto-PAM, 27 dez. 2014.

6.3 “Urânio em Nisa, Não!”

Resumo

Em 2007, o governo português anunciou a intenção de abrir um concurso internacional para concessionar os direitos de prospeção e pesquisa do depósito de urânio no concelho de Nisa, no Alto Alentejo. Porém, a população local mobilizou-se contra esta atividade, por conhecer os efeitos negativos da exploração do mineral radioativo que causou muitos danos ao ambiente e à saúde na região centro do país. Além disso, os preços do urânio caíram substancialmente, tornando o projeto muito menos atrativo e o concurso para a exploração do jazigo de urânio não se realizou.

Desde 1999, a população do concelho de Nisa, no Alto Alentejo, convivia com a possibilidade de exploração de uma mina de urânio em seu território. Temerosa face ao que aconteceu na região centro e especificamente em Urgeiriça – onde as minas abandonadas deixaram um grande passivo ambiental e problemas de saúde – a população de Nisa organizou-se e mobilizou-se para formalizar a rejeição ao início desta atividade.

O jazigo de Nisa, considerado o mais importante de Portugal, foi descoberto em 1956 e até 1999 foram realizados no local exaustivos trabalhos de prospeção, pesquisa e reconhecimento do jazigo (CARVALHO, 2009). Estima-se que as reservas estejam em oito zonas interligadas e totalizem 4.100 toneladas. O jazigo de Nisa ocupa uma faixa de terreno com 5 km de comprimento por 1 km de largura máxima, situada entre as povoações de Nisa e Monte Claro, no distrito de Portalegre da província do Alto Alentejo.

Um estudo geológico mostrou que as concentrações do gás radão na área são as mais altas de Portugal e que a inalação desse gás e dos seus descendentes é a principal fonte natural de exposição às radiações ionizantes, representando um grande risco ambiental para as populações locais (CAMPOS, PEREIRA e NEVES, 2003).

Em 2007, o Estado português abriu um concurso internacional para os direitos de prospeção e pesquisa do depósito de urânio de Nisa. Cerca de 20 empresas internacionais manifestaram interesse em explorar o jazigo, que prometia boa rentabilidade económica (PEREIRA e OLIVEIRA, 2007). Os termos do concurso previam o pagamento de 5 milhões de euros ao Estado português por direitos de concessão, o pagamento de 2,5 a 6,5% de direitos sobre o valor anual

das vendas e a entrega de 25 a 40% do capital da sociedade à Empresa de Desenvolvimento Mineiro-EDM (CARVALHO, 2009). A exploração seria feita a céu aberto, atingindo 30 metros de profundidade, de onde se previam extrair 6,3 milhões de toneladas de rocha e 650 toneladas de óxidos de urânio, com a criação de 71 postos de trabalho diretos. Um representante do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação-INETI considerava que seria bastante positiva para Portugal esta exploração, diante da procura crescente pelo urânio, nomeadamente para alimentar as centrais nucleares na Europa e nos Estados Unidos (PEREIRA e OLIVEIRA, 2007).

Porém, os críticos do projeto temiam que o seu saldo económico não fosse positivo. O Estado teria direito a uma parte dos lucros durante menos de 10 anos e a população teria de conviver com muitas décadas de degradação ambiental (CARVALHO, 2009), riscos ambientais e para a saúde. Agricultores, dirigentes associativos e políticos de Nisa manifestaram-se contra o empreendimento e defenderam uma estratégia de desenvolvimento que estava a ser trabalhada ao longo dos últimos anos e que apontava para o termalismo, os produtos tradicionais, o turismo rural (CARVALHO, 2009) e o turismo da natureza (MUNN, 2015), como atividades relevantes para darem suporte à economia local do concelho.

Em 2008, surgiu o Movimento Urânio em Nisa, Não!-MUNN, um movimento cívico contra a exploração de urânio em Nisa. Foram apresentados diversos argumentos contra a exploração do urânio como, por exemplo, o fato do concelho de Nisa fazer parte do território classificado Geopark Naturtejo da Meseta Meridional da UNESCO e da Rede Natura 2000. Defendiam assim estar perante uma área prioritária para o investimento no turismo da natureza, uma atividade que consideravam incompatível com a exploração da mineração de urânio (MUNN, 2015). Em outubro de 2008, 200 pessoas, grande parte jovens, tendo à frente trabalhadores das minas de Urgeiriça (PESSOA, 2008), participaram na Marcha da Indignação, que percorreu dois quilómetros entre a vila de Nisa e a jazida de urânio, situada entre as freguesias de Nisa e a de São Matias. Os objetivos desta marcha foram sensibilizar as populações locais e limítrofes de uma eventual exploração de urânio e prevenir o País e o Governo sobre o grave impacto da exploração e para o fato de “o modelo de desenvolvimento, investimentos em curso e economia local do concelho de Nisa e envolvente não serem compatíveis com a exploração de urânio e quaisquer outras agressões ambientais” (CIDADANI(S)A, 2014a).

A ação de protesto envolveu diversas organizações da sociedade civil e instituições: o MUNN; a Associação para o Desenvolvimento de Nisa-ADN; Nisa.Com; a Associação Comercial do Concelho de Nisa; a Terra-Associação de Desenvolvimento Rural de Nisa; a Câmara Municipal de Nisa; o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; a Associação Ambiente em Zonas Uraníferas-AZU; a Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio-ATMU; a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS; a Associação Ambientalista da Extremadura-ADENEX; e a organização ambientalista internacional Amigos da Terra (PESSOA, 2008; CIDADANI(S)A, 2014a). Essas organizações responsabilizaram o Estado por omitir informações quanto aos riscos decorrentes do contato prolongado com urânio e por colocar em risco a saúde dos trabalhadores (PESSOA, 2008).

Os cidadãos ergueram cruces de madeira no local, onde eram visíveis os vestígios da prospeção de urânio realizados havia mais de 50 anos, e agitaram cartazes com palavras de ordem contra a exploração, como: “Urânio – aqui jaz para sempre”; “Saúde é diferente de exploração de urânio” e “Não lixem (ainda) mais o ambiente”, entre outros. O presidente do MUNN afirmou que a agricultura local “quer se afirmar pela qualidade dos seus produtos e do ambiente. Mas, uma exploração destas é impeditiva de continuarmos com este modelo de desenvolvimento”. Já os trabalhadores da Urgeiriça relataram a sua dolorosa experiência, os problemas que estavam a enfrentar depois do encerramento da Empresa Nacional de Urânio-ENU (PESSOA, 2008) e o pesado passivo ambiental deixado por décadas de exploração mineira.

Também em 2008, um grupo de cidadãos de Nisa lançou uma petição na internet para impedir a exploração de urânio no concelho: “O desenvolvimento sustentado que defendemos passa por outro tipo de recursos; o tão famoso queijo de Nisa, o património natural e ambiental livre de focos de poluição” (CIDADANI(S)A, 2014b).

Entretanto, a evolução dos preços do urânio que tinham tido grande aumento até 2007, atingindo um pique histórico, começam a cair, movimento interrupto que se dá até ao final de 2015, atingindo um terço do preço de 2008. Ou seja, os termos económicos do projeto alteraram-se substancialmente, tornando pouco atrativo um investimento na mina, o que somado aos protestos, criou um ambiente desfavorável ao concurso internacional que não se concretizou.

Em 2009, o MUNN organizou um debate em Nisa sobre a possível exploração de urânio no concelho. Os participantes lembraram que Nisa poderia obter 75 milhões de euros com a exploração, mas apenas dois milhões ficariam no concelho, concluindo-se assim que, do ponto de vista da economia local, a mina não era positiva (FONTE NOVA, 2009).

Em 2012, foi lançado o documentário “Urânio em Nisa, Não!”, filmado em 2008, durante a jornada de protestos contra a exploração de urânio em Nisa (JORNAL DE NISA, 2012). O MUNN e a presidente da Câmara Municipal de Nisa, Gabriela Tsukamoto, ganharam o “Nuclear-Free Future Award”, um prémio internacional “atribuído a ativistas, personalidades ou instituições que se tenham distinguido na luta por um mundo sem o desenvolvimento da energia nuclear” (MUNN, 2012).

Em março de 2014, a ATMU e a AZU participaram num debate, em Salamanca (Espanha), sobre o tema “Efeitos da extração mineira na saúde – a experiência das minas de urânio em Portugal”, e rejeitaram a abertura de minas do mineral radioativo em Nisa (AZU, 2014).

Referências bibliográficas

- AZU. Efeitos da extração mineira na saúde – a experiência das minas de urânio em Portugal. Blog Ambiente em Zonas Uraníferas-AZU, 21 mar. 2014.
- CAMPOS, A. B. A.; PEREIRA, A. J. S. C.; NEVES, L. J. P. F. Distribuição do radão na área do jazigo de urânio de Nisa. IV Congresso Ibérico de Geoquímica e XIII Semana de Geoquímica, Coimbra, 14 a 18 jul., 2003.
- CARVALHO, Carlos Neto. A ameaça de abertura de uma mina de urânio em Nisa: o direito das populações à integridade ambiental e sócio-cultural da paisagem. CARVALHO, Carlos Neto; RODRIGUES, Joana; JACINTO, Armindo (eds.) Geoturismo & Desenvolvimento local. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, atas das XVIII Jornadas sobre a Função Social Museu, Idanha-a-Nova, 25 a 28 set. 2008, p. 195-199, 2009.
- CIDADANI(S)A. Cidadãos de Nisa lançam petição. Blog Cidadani(s)a, 3 abr. 2014a.
- CIDADANI(S)A. Jornada de protesto contra a exploração do urânio. Blog Cidadani(s)a, 23 jan. 2014b.
- FONTE NOVA. Exploração de urânio no mundo debatida em Nisa, Portugal. Blog Ecodebate, Cidadania e Meio Ambiente, 10 fev. 2009.
- JORNAL DE NISA. “Urânio em Nisa não” estreia 12 de fevereiro. Blog CP- Cromos de Portugal, 09 fev. 2012.
- MUNN. MUNN distinguido com prémio internacional. Blog Movimento Urânio em Nisa, Não!-MUNN, 2012.

PEREIRA, André; OLIVEIRA, Luís. Extração de urânio em Nisa. Correio da Manhã, 11 mar. 2007.

PESSOA, Carlos. Duzentas pessoas na marcha contra exploração de urânio em Nisa. Jornal Público, 19 out. 2008.

6.4 Stop Urânio: ações transfronteiriças contra a mineração de urânio

Resumo

Base da energia nuclear, o minério de urânio viu o seu preço disparar a partir de 2007. Na procura de uma alternativa rentável e “limpa” ao petróleo (ou seja, que não produza carbono e por isso não contribua para o efeito de estufa que provoca o aquecimento global), a indústria nuclear avança mundialmente, apesar dos elevados riscos da contaminação radioativa. A região de Salamanca, na Espanha, é uma das regiões ricas em minérios de urânio. Desde 2012 a empresa australiana Berkeley Resources mostrou interesse na região pretendendo abrir em Retortillo-Santidad a primeira mina de urânio a céu aberto da Europa. As intenções da multinacional e do poder político local, regional e central que a apoiam, têm sido fortemente contestados pela sociedade civil e pelos ambientalistas.

Atualmente, o mundo tem 450 reatores nucleares operando em 33 países, e 50 novos reatores estão em construção. As empresas e estados que desenvolvem este tipo de energia procuram agora triplicar o número de centrais nucleares até 2050, o que representaria 25% da eletricidade mundial. Ocorreu uma procura por urânio equivalente à do petróleo, tendo o preço disparado espetacularmente em 2007, com a entrada da China no mercado (AGUADO, 2010). A região de Salamanca na Espanha voltou assim a ser alvo de interesse por ser rica em minério de urânio.

Aproveitando a retomada da economia e ultrapassada a memória do desastre de Chernobyl e de Fukushima, o governo central espanhol decidiu recentemente dar continuidade a uma política anterior, reabrindo algumas instalações nucleares que tinham sido fechadas por razões económicas. Assim, concedeu o licenciamento à empresa australiana Berkeley Resources, para através da sua filial Minera del Río Alagón, extrair urânio durante 30 anos (extensíveis a 90) dos 182 mil hectares que abrangem a mina Salamanca I (Retortillo, Santidad, Las Carbas, Zona 7, Cristina y Caridad) (ECOLOGISTAS EN ACCION, 2011).

Em junho de 2013, o Partido Ecologista “Os Verdes”-PEV questionou o governo português sobre a informação e o conhecimento de que dispunha sobre os projetos de mineração na região de Salamanca. Em resposta, o Ministério do Ambiente fez saber que tinha conhecimento, embora superficial, da eventual exploração

mineira em La Alameda de Gardon, por intermédio do município de Almeida, manifestando a intenção de participar no respetivo procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental, ao abrigo do Protocolo de atuação entre o governo de Portugal e o governo de Espanha. No entanto, informou que desconhecia o projeto de Retortillo-Santidad. O requerimento do PEV ao governo português em 2013 já salientava que a empresa Berkeley Minera España S.A não fizera um estudo de impacto ambiental, e que pretendia reabrir as minas de urânio de Retortillo-Santidad, num território que fora classificado como Zona de Proteção Especial para Aves e Sítio de Importância Comunitária. O PEV alertava ainda para a facilidade com que as partículas de rádon entram sem dificuldade no sistema respiratório, no ecossistema e na cadeia alimentar, e são transportadas a longas distâncias, não respeitando fronteiras (ABREU, 2013).

Em 2014, o Partido Ecologista Espanhol-EQUO e a Plataforma Stop Urânio organizaram uma mesa-redonda sob o tema “Mineração de urânio em Salamanca. Efeitos para a saúde: a experiência portuguesa”. A associação portuguesa dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio explicou, nessa ocasião, como a radioatividade gerada pela extração e concentração de minério de urânio, que ocorre em explorações idênticas à que se pretende abrir em Retortillo-Santidad, em Salamanca, teve um impacto direto sobre a saúde dos trabalhadores das minas de Urgeiriça. A assistência ficou a saber que aquela atividade tinha causado em Portugal mais de 160 mortes e uma série de doenças na população da região, relacionadas diretamente com a radioatividade proveniente das minas de urânio a céu aberto. Os resultados da exploração do urânio foram apresentados pela associação Ambiente em Zonas Uraníferas-AZU, que os confrontou com o sistema de lixiviação da Berkeley Minera España S.A em Retortillo, que pode deixar escórias e resíduos ainda mais perigosos e radioativos que o urânio em si, causando danos ao ambiente e à saúde das pessoas e de todos os seres vivos por milhares de anos (AZU, 2014).

Em 21 de maio de 2015, a Comissão Europeia-CE fez uma avaliação positiva do projeto da Berkeley Minera España S.A., argumentando que ele respeitava os objetivos do Tratado Euratom e a estratégia energética da UE, conforme publicado no Despacho n.º IET/1944/2015, de 17 de setembro, da secretaria de estado para a energia do governo espanhol, através do qual se aprovou o projeto. No entanto, meios de comunicação espanhóis publicaram recentemente que Manuel Lamela, antigo colaborador de Miguel Arias Cañete quando este era ministro da agricultura em Espanha, foi contratado pela Berkeley Minera España S.A. e inscrito no

registo de transparência da UE em dezembro de 2014, poucas semanas após a nomeação de Miguel Arias Cañete para comissário europeu (PARLAMENTO EUROPEU, 2015). Este registo destina-se a identificar os representantes de interesses que procuram influenciar os trabalhos das instituições da UE.

Também em maio de 2015, a Stop Urânio apresentou ao tribunal de Ciudad Rodrigo, Salamanca, uma queixa-crime contra o ex-presidente da câmara de Retortillo, Javier Santamartina, a quem acusam de ter enriquecido ilicitamente à custa das negociações dos terrenos de El Sierro Chico, que pertenciam à sua família, e que foram vendidos em 2012 à Berkeley Minera España S.A. (LA CRÓNICA DE SALAMANCA, 2016).

Em novembro de 2015, uma delegação do PEV reuniu em Espanha com representantes da Esquerda Unida, do partido EQUO, e com a Plataforma Stop Urânio, com o objetivo de abordar os impactos transfronteiriços a nível ambiental e de saúde pública que poderão advir da instalação de uma unidade de processamento de urânio em Retortillo-Santidad, a 100 km da fronteira portuguesa.

Em maio de 2016 a Berkeley Minera España S.A. viu-se obrigada a desistir do licenciamento de ocupação em Villavieja de Yeltes, depois dos protestos da população e da posição da junta de Castilla y León, que negou o pedido de aprovação do projeto de exploração da mina de urânio em Retortillo-Santidad, contando com o apoio do Partido Socialista Operário Espanhol-PSOE. A junta fez saber os riscos do projeto, cujo objetivo inicial tinha sido modificado, propondo instalações de armazenamento definitivo de resíduos radioativos, que, segundo o PSOE, iriam contra as normas ambientais vigentes, e apresentariam um sério risco de segurança para as pessoas da região (LA CRÓNICA DE SALAMANCA, 2016).

Também a 20 de junho de 2016, cidadãos e ambientalistas de Boada, na província de Salamanca, pediram aos portugueses residentes em zonas fronteiriças próximas para ajudarem a combater o projeto de exploração de urânio previsto para o território de Retortillo/Villavieja. O secretário da plataforma ambiental Stop Uranio, disse que não esquece as lutas travadas por portugueses e espanhóis, há cerca de 35 anos, contra a instalação de um cemitério nuclear em Aldeadávilla (Salamanca), a intenção de construção de uma central nuclear em Sayago (Zamora) ou, mais recentemente, a reclamação do encerramento da central nuclear espanhola de Almaraz (Cáceres) (CM, 2016).

Também a igreja católica agiu no âmbito das lutas que uniram portugueses e espanhóis em torno da questão nuclear na fronteira. No final dos anos 90, quando ressurgiu o interesse em reativar a zona, e se volta a falar no cemitério nuclear em Aldeadávila, provocando novos protestos, a população de Freixo de Espada à Cinta - a vila portuguesa mais próxima da aldeia, foi mobilizada para a sacralização daquele território. O bispo da diocese de Bragança, D. António Rafael, exortou os fiéis a recorrerem também à ajuda divina, e resolveu pagar uma promessa para que a proteção de Nossa Senhora do Douro mantivesse afastada a ameaça nuclear espanhola sobre o Douro Internacional. Promessa essa que culminou, em 2002, com a colocação de uma estátua de Nossa Senhora do Douro no miradouro natural de Penedo Durão, um dos pontos mais visitados, para zelar dia e noite pelo rio partilhado por portugueses e espanhóis (DIÁRIO DE TRÁS OS MONTES, 2002).

No dia 20 de outubro de 2016, o PEV e o partido congénere ecologista espanhol EQUO, realizaram uma ação conjunta no centro da Guarda, para alertar a população sobre os riscos que a exploração de urânio pode trazer para ambos os lados da fronteira. Ambientalistas trajados com adereços alusivos à radioatividade, distribuíram panfletos e gritaram palavras de ordem contra as minas. Na ocasião, o PEV lembrou que o projeto prevê, além da abertura de mina a céu aberto, a criação de uma unidade de reprocessamento de urânio (em Retortillo-Santidad, Salamanca, na bacia hidrográfica do rio Douro) e um depósito de resíduos radioativos em Aldeadávilla. Uma das minas será na zona de La Alameda de Gardon, localidade que fica a cerca de oito quilómetros da fronteira. O EQUO referiu ainda que a exploração de urânio fica numa zona onde correm dois rios afluentes do Douro, e afirmou que o projeto representa um perigo inadmissível às portas da fronteira (LUSA, 2016).

No dia 30 de outubro de 2016, aconteceu uma manifestação em Espanha contra a abertura da mina de urânio a céu aberto entre Retortillo e Villavieja de Yeltes. (O INTERIOR, 2016). Em fevereiro de 2017, a plataforma Stop Urânio participou em manifestação junto do local na conferência luso-espanhola que aconteceu em Lisboa contra a central nuclear de Almaraz (Cáceres) e denunciou-se também os perigos da abertura da mina de urânio em Retortillo (REDACCIÓN SALAMANCA, 2017).

Em março de 2017, o Ministério da Energia espanhol suspendeu o processo de autorização da construção da fábrica de urânio em Retortillo, Salamanca, na sequência de uma interpelação feita por um membro do Congresso de Deputados,

em Madrid, do grupo Unidos Podemos, com caráter indefinido, até à divulgação do relatório do Conselho de Segurança Nuclear-CSN, que, por sua vez, afirmou que necessita de mais tempo do que os dois anos previstos, para emitir o seu parecer. As implicações negativas do projeto referidas passam também pelo abate de 25 mil árvores de crescimento lento, plantadas numa área com uma extensão de cerca de 27 quilómetros, onde a empresa Berkeley pretende abrir a mina (TSF, 2017; TVI24, 2017).

Em maio de 2017, ambientalistas portugueses pediram ao governo português que tome uma posição clara em relação ao projeto de construção da mina de urânio na região de Salamanca, denunciando o que consideram ser informações contraditórias acerca do avanço da construção. As associações Zero e a Quercus comentaram à agência Lusa que o diretor-geral executivo da multinacional Berkeley em Espanha, afirmou ter todas as licenças necessárias para iniciar a exploração, e que já estão a ser concluídos os trabalhos preliminares à obra, com previsão de iniciar a produção no final de 2018 (LUSA, 2017).

No mesmo mês de maio de 2017, mais duas associações de municípios raianos contestaram a decisão do governo espanhol de autorizar a construção da mina de urânio. O diretor geral do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial–AECT, afirmou que é necessário proteger os valores naturais do território transfronteiriço acima de qualquer outro interesse, e lembrou que quatro mil dos nove mil quilómetros quadrados de extensão do território do AECT Douro-Douro fazem parte da Rede Natura 2000, constituindo um espaço de enorme valor ecológico. Também o vice-presidente da Associação de Municípios Ibéricos Ribeirinhos do Douro, defendeu que terá de haver um estudo de impacto ambiental para o território do Parque Natural do Douro Internacional e sublinhou que terão de ser consideradas todas as implicações que a exploração trará à Reserva Biosfera da Meseta Ibera, já classificada pela UNESCO (LUSA, 2017).

Referências Bibliográficas

- AGUADO, José. Fiebre de uranio en Salamanca. *La razon.es*. 23 nov. 2010.
- ABREU, Carlos. Mira Amaral defende solução ibérica para nuclear. *Expresso*, 4 set. 2008.
- CORRAL, Miguel. Berkeley solicita al Ayuntamiento de Villaviejaelarchivodel expediente de la Licencia Urbanística. Salamanca al día. 20 mai. 2016.
- ECOLOGISTAS EN ACCION. Minería de uranio en Salamanca. Jun. 2011.
- CM. Pedida frente ibérica contra projeto espanhol para explorar urânio em zona raiana. *Correio da Manhã-CM.*, 20 jun. 2016

- DD. Plataforma espanhola apela a frente ibérica contra projeto de urânio na zona raiana. Diário Digital-DD. 20 jun. 2016.
- DTOM. Numa altura em que se volta a falar do Cemitério Nuclear. Diário de Trás Os Montes-DTOM. 26 nov. 2002.
- LCS. Querrela por cohecho contra el ex-alcalde de Retortillo por la mina de urânio. La Crónica De Salamanca-LCS. 5 mai. 2016.
- LCS. Paso atrás de Berkeley en Villavieja sobre la mina de urânio. La Crónica De Salamanca-LCS. 23 mai. 2016.
- LUSA. Os Verdes alertam na Guarda para exploração de urânio junto à fronteira. RTP notícias. 20 out. 2016
- LUSA. Ambientalistas insistem no risco de mina de urânio espanhola e querem posição do Governo. Diário de Notícias-DN. 18 mai. 2017.
- LUSA. Municípios raianos contestam construção de mina de urânio próximo de Salamanca. Diário de Notícias-DN. 18 mai. 2017.
- O INTERIOR, Retortillo – a nova ameaça. 10 nov. 2016.
- PARLAMENTO EUROPEU. Perguntas parlamentares. 9 dez 2015
- NCYL. Stop Uranio, en Lisboa para informar de la mina de Retortillo. Notícias CYL Salamanca-NCYL. 31 jan. 2017.
- TSF. Depois de Almaraz, há um novo “conflito” nuclear perto da fronteira portuguesa. 18 abr. 2017.
- TVI24. Espanha suspende fábrica de urânio perto de Portugal. Tvi 24. 29 mar. 2017.

PARTE VI: RESÍDUOS

*Inês Ribeiro
Lays Silva
Lúcia Fernandes
Sofia Bento
Teresa Meira*

1. RESÍDUOS E ESCÓRIAS

1.1 Importação de escórias tóxicas de alumínio armazenadas em Setúbal gera contestações

Resumo

Nas décadas de 80 e 90 do século XX realizaram-se as primeiras contestações em Portugal contra a importação de escórias tóxicas, principalmente provenientes da indústria suíça. As normas europeias relativas aos resíduos tóxicos assumem claramente a necessidade de tratamento dos resíduos e descontaminação dos solos, mas as medidas tardam a serem tomadas.

Desde a década de 1940, Portugal tem recebido escórias provenientes de outros países, lançadas ao ar livre sem nenhum tipo de tratamento. No entanto, apenas na década de 90 do século XX este tipo de práticas começa a ser contestada. Entre abril de 1987 a agosto de 1991, entraram no Vale da Rosa, localizado a 7 km da cidade de Setúbal, toneladas de escórias provenientes da Suíça apesar de existir há muito uma diretiva europeia que proibia este tipo de prática. A sua transposição para o direito português ocorre em 1990, quando Portugal implementou a lei que classifica as escórias de alumínio como lixo tóxico (SETÚBAL NA REDE, 1998).

Cerca de 44 mil toneladas de escórias produzidas pela empresa suíça Metallwerke Refonda, pertencente à multinacional Alussuisse, foram importadas pela empresa portuguesa Metalimex que, para isso, recebeu ainda subsídios do governo português através da Agência para a Competividade e Inovação-IAPMEI. O lugar escolhido para depositar as escórias foi fortemente contestado pela Junta de Freguesia do Sado e por associações ambientalistas, pois encontrava-se a 2 km do estuário do Sado, numa zona de Reserva Natural no meio de uma região agrícola e num lugar onde os lençóis freáticos se encontram muito próximos da superfície e perto dos furos de abastecimento de água à cidade de Setúbal. A pressão desencadeada pela Greenpeace, por associações ambientalistas portuguesas, autarcas e pelos meios de comunicação social, mudou a postura do governo (PEREIRA, 1995).

Em 1992, realizou-se a primeira reunião entre as autoridades portuguesas e a Direção Federal do Ambiente, das Florestas e da Paisagem da Suíça. Nesta,

os representantes do governo da Suíça comprometeram-se a contribuir para a resolução do problema, o que não viria a acontecer. Em novembro de 1993, a Greenpeace e a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, como forma de protesto, devolveram simbolicamente 10 toneladas de escórias à Suíça. Este ato foi determinante para mobilizar os dois governos no intuito de resolver o problema das escórias tóxicas em Portugal (SETÚBAL EM REDE, 1998).

Assim, a 18 de novembro de 1995, o governo português e o governo da confederação suíça assinaram em Lisboa um acordo onde se comprometeram a tomar uma série de medidas tendo em vista o tratamento das escórias tóxicas e a reexportá-las para a Suíça (AR, 1995).

O acordo celebrado entre os dois países respeitou as normas internacionalmente reconhecidas sobre o controlo de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação, bem como a necessária fiscalização e controlo de transferências de resíduos entre os países da Comunidade Europeia-CE (APEMETA, 1995). As medidas adotadas para a cumprir o acordo celebrado custaram inicialmente aos dois países cerca de 9 milhões euros, aos quais se adicionou outros 3,5 milhões como resultado da descoberta de mais 12 mil toneladas de escórias ali ilegalmente depositadas (SETUBALENSE, 1998).

Segundo este acordo, as escórias teriam de ser removidas na sua totalidade, até dezembro de 1996. Esta medida, porém, não se chegou a concretizar devido à resistência da Metalimex em Setúbal, que se opôs à saída das escórias do seu terreno (PEREIRA, 1995). Instalou-se a discussão pública sobre a capacidade da Metalimex para tratar as escórias tóxicas, responsabilidade assumida inicialmente pela empresa quando as importou. A empresa, apesar de ter recebido apoio financeiro da IAPMEI, nunca obteve licença para funcionar (SETÚBAL NA REDE, 1998).

Após alguma controvérsia, concluiu-se que a Metalimex não tinha capacidade técnica para tratar volumes elevados de escórias. Assim, o governo veio a público prometer que toda a escória presente no local seria removida até final de 1997. Contudo, no ano seguinte, as escórias continuavam no mesmo local, depositadas a céu aberto (AR, 1998; SETÚBAL NA REDE, 1998). A preocupação da população relativamente ao risco que a presença de escórias tóxicas na região apresentava para a saúde pública aumentou com a ação das chuvas. Com a ocorrência de lixiviações, uma quantidade indeterminada de escórias de alumínio desfizeram-se e infiltraram-se nos solos, contaminando também as águas

subterrâneas. Ora, os agricultores locais já se tinham queixado anteriormente das culturas que “nasceram queimadas” (SETÚBAL NA REDE, 1998).

A Metalimex, para impedir a contaminação, tentou cobrir as escórias com plástico, mas este rapidamente se deteriorou com a ação do vento e das chuvas. Ora, os perigos para o ambiente e para a saúde pública não se limitavam aos metais pesados e às toxinas acumuladas nos solos, mas também à possível existência de filtros feitos à base de massa de lama, muito usados na fabricação de alumínio e que são muito perigosos (PEREIRA, 1995).

Em fevereiro de 1998, a bancada do Partido Ecologista Os Verdes-PEV alertou a Assembleia da República e denunciou o governo pela sua falta de ação sobre a questão das escórias em Setúbal. Segundo o PEV, tratava-se de uma situação lamentável, visto que os sucessivos governos do Partido Social Democrata-PSD e do Partido Socialista-PS não cumpriram as promessas para resolver o problema que tinham sido feitas às populações do distrito de Setúbal. Entre as populações, eram as de Setúbal as mais afetadas por conviver diretamente com as consequências deste atentado ambiental (AR, 1998). Numa primeira etapa, as escórias foram transportadas por meio marítimo até Lúhnen, na Alemanha, onde seriam tratadas pela empresa SEGL e, posteriormente, numa segunda etapa, já tratadas e sem perigo para o ambiente, seriam reencaminhadas para a Suíça. Segundo a Direção Geral do Ambiente-DGA, o atraso no transporte das escórias tinha ficado a dever-se ao mau tempo nos últimos meses do ano. A primeira etapa iniciou-se em maio de 1997 e foi retomada no início de janeiro de 1998, transportando 3.400 toneladas de escória para a Alemanha. As operações foram realizadas sob a supervisão de técnicos da DGA e representantes da fábrica alemã SEGL. Até final de 1998, foram realizados seis carregamentos com um total de 19 mil toneladas de escórias (SETÚBAL NA REDE, 1998). O último carregamento de escórias deu-se em dezembro de 1998.

Pelo simbolismo da ocasião, a então Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, assistiu em Setúbal ao último carregamento de 2 mil toneladas de escórias que ainda se encontravam no terreno da Metalimex. No seu discurso, a ministra afirmou que estava atenta a futuras ilegalidades e que seria dura na sua punição em relação a empresas que voltassem a importar lixo de outros países. Salientou, ainda, que este caso refletia a vontade de Portugal em não se querer transformar na lixeira dos outros países (SETUBALENSE, 1998).

No final de 1998, a Junta de Freguesia do Sado congratulou-se pelo fim da presença das escórias na região, mas defendia que ainda havia um caminho a ser

percorrido para minorar os efeitos ambientais. Deste modo, apresentou à Ministra do Ambiente um conjunto de reivindicações que esperava ver cumpridas, a saber: 1) a realização de análises rigorosas à qualidade dos solos e das águas; 2) a descontaminação dos solos; 3) a realização de análises após a descontaminação de forma a provar a eficácia da mesma; 4) a realização periódica de análises à água destinada ao consumo humano, animal e regadio; e, finalmente, 5) que a equipa escolhida para a realização das atividades fosse composta por peritos de organizações ambientais e de universidades. As análises aos solos e às águas têm vindo a ser realizadas pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia-LNETI desde 1996, a cada 2 meses. Os resultados periódicos evidenciam a não contaminação dos solos. Contudo, a Junta de Freguesia queria que novas análises fossem realizadas nos solos agora livres das escórias para detectar alguma contaminação existente e proceder-se à sua descontaminação (SETUBALENSE, 1998).

Em 2001, na Assembleia da República, a bancada do PEV lembrou ao governo a Lei n.º 22/2000, que o art. 7.º, n.º 2 (que regula o tratamento dos resíduos industriais), determina ser da responsabilidade do governo a publicação periódica dos locais contaminados com resíduos industriais e a adoção das medidas de emergência para a sua identificação, vedação e descontaminação. O PEV alertou ainda que o solo não tinha sido descontaminado desde altura em que as escórias de alumínio tinham sido removidas dos terrenos da Metalimex (AR, 2001).

Referências bibliográficas

- AR. Decreto-lei n. 39/95. Acordo entre o governo da república portuguesa e o governo da confederação Suíça respeitante à reexportação e tratamento das escórias de alumínio. Assembleia da República-AR, 18 nov. 1995.
- AR. Série n. 41/VII/3. Assembleia da República-AR, 19 fev. 1998.
- AR. Série n. 76/VIII/2. Assembleia da República-AR, 28 abr. 2001.
- APEMETA. Acordo entre o governo da República Portuguesa e o governo da Confederação Suíça respeitante à reexportação de alumínio. Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais-APEMETA, 18 abr. 1995.
- O SETUBALENSE. Exportação das escórias custou aos contribuintes 900 mil contos. Notícias, 16 dez. 1998.
- PEREIRA, Amândio. Metalimex. Não Nos Lixem, n. 3, nov./dez. 1995.
- SETÚBAL NA REDE. Escórias de alumínio fora do prazo. Portal do Distrito de Setúbal, Notícias, 19 jan. 1998.
- SETÚBAL NA REDE. Mas o problema não acabou por aqui. Portal do Distrito de Setúbal, Notícias, 14 dez. 1998.

1.2 “Não nos lixem” - recusa da coíncineração em Portugal

Resumo

Recusa em aceitar a coíncineração como solução para o destino de uma parte dos resíduos industriais nas cimenteiras de Souselas (Coimbra), em Maceira (Leiria) e em Outão, na Arrábida (Setúbal), entre 1998 e 2009. Anteriormente, aconteceram protestos contra a construção de uma central de incineração dedicada em Sines e Estarreja (1995-97), e contra um aterro industrial em Grândola (1992).

A urgência no tratamento dos Resíduos Industriais Perigosos-RIP, no final dos anos 90 em Portugal, fez surgir a necessidade de escolha de localizações onde implementar soluções para o problema em questão. A decisão não era fácil devido ao fato dos Resíduos Industriais Perigosos-RIP serem resultantes de processos industriais que contém ou estão contaminados por substâncias que podem representar risco para a saúde humana e/ou para o ambiente (MAIA et al., 2012).

A coíncineração surgiu como solução para o tratamento e uso dos RIP como combustíveis alternativos em cimenteiras existentes. Este processo, também designado por reciclagem térmica, utiliza os resíduos industriais perigosos e não perigosos como substitutos parciais de combustíveis fósseis não renováveis (coque de petróleo, carvão ou fuel-óleo) (SECIL, 2006). Para que esta substituição seja possível, os resíduos passam por um tratamento mecânico de forma a adquirir propriedades semelhantes às dos combustíveis normalmente usados. Este material ao entrar nos fornos de cimento sofre nova transformação em que uma primeira parte dos poluentes é destruída pelas altas temperaturas, uma segunda parte incorporada ao clínquer (cimento na fase básica do fabrico) e uma terceira parte é dispersa juntamente com as emissões atmosféricas (NOx, SOx, CO, CO2, compostos orgânicos voláteis, metais pesados, amónia, cloro, dioxinas, furanos, sais de metais pesados e partículas), causando diversos impactes ambientais e na saúde das pessoas em contacto com esses materiais (MILANEZ et al., 2009). As questões de maior preocupação em termos de saúde pública estão relacionadas com a emissão de dioxinas e a concentração de metais pesados no cimento (NÓBREGA, 2003).

Desta forma, para que este processo se tornasse uma alternativa possível, os seus impactos deveriam ser passíveis de ser mitigados. No entanto, devido ao

fato das unidades cimenteiras não terem sido construídas com o propósito de tratar resíduos, a questão das emissões de metais pesados, bem como o risco de incorporação de substâncias cancerígenas no cimento, não tinha sido incorporada na fase de licenciamento ambiental (NÓBREGA, 2003).

No momento em que se equacionava a opção de construção de uma incineradora para resíduos em Estarreja, a solução pela coincineração em fornos de cimento tornava-se bem mais atrativa do ponto de vista de eficiência técnica (dois processos em simultâneo), mas também do ponto de vista económico, pois a construção de um incinerador clássico, bem como o respetivo processo de incineração, teria custos bastante mais elevados do que os custos inerentes à coincineração (RAMALHO, 2007).

A decisão de abandonar a instalação de uma incineradora em Estarreja, que tinha sido alvo de fortes contestações entre 1995-1997, decorreu numa fase de transição entre governos e respetiva mudança política. O governo do Partido Socialista-PS acabaria por aceitar num primeiro momento o sistema integrado proposto pelo anterior governo do Partido Social Democrata-PSD, que definia Estarreja como o local onde iria ser construída a incineradora. No entanto, a meio do primeiro mandato do novo governo, essa solução viria a ser abandonada em favor da coincineração em cimenteiras (NUNES e MATIAS, 2003). Ainda assim as contestações mantiveram-se, pois a incompatibilidade entre o custo do tratamento dos RIP versus os impactos na saúde pública permanecia.

Em 1998 a estratégia que o governo definia para os RIP foi aprovada através do Decreto-lei n. 273/98, de 2 de setembro. Esta estratégia estabeleceu as regras para a incineração de resíduos perigosos. Face à enorme contestação por parte da população, a Assembleia da República recomendou ao governo a imediata suspensão do processo de coincineração de resíduos em cimenteiras, com a consequente revogação das decisões tomadas para os locais escolhidos para queima e tratamento, e a adoção de uma série de outras medidas para a solução do problema dos resíduos tóxicos e não tóxicos.

No entanto, como fator de legitimação da opção a tomar foi criada, através do Decreto-lei n.º 120/99, de 16 de abril, uma Comissão Científica Independente-CCI, - comissão de controlo e fiscalização ambiental da coincineração, “para relatar e dar parecer relativamente ao tratamento de resíduos industriais perigosos, cujas conclusões seriam determinantes para rever o Decreto-lei n. 273/98 e assim fazer cessar a sua suspensão” (ROCHA et al., 2009).

Iniciou-se um processo de Avaliação de Impacte Ambiental-EIA e em julho de 1998 foi concluído o Estudo de Impacte Ambiental da Eliminação de Resíduos pelo Setor Cimenteiro. O proponente era a SCORECO (consórcio criado em 1996 e formado pelas duas empresas cimenteiras nacionais-Cimpor e Secil, e uma empresa francesa-Suez Lyonnaise des Eaux), cujo objetivo era pôr em prática o processo de coincineração. No EIA constava Alhandra, Maceira-Liz, Outão-Setúbal e Souselas como possíveis alternativas. Duas localidades destinaram-se a unidades cimenteiras a receber o processo de coincineração e as restantes duas, numa fase posterior, realizariam coincineração de resíduos industriais não perigosos (EPIFÂNIO, 2012).

Dois anos volvidos, a Resolução n.º 92/2000, confirmou a opção pela coincineração como método de tratamento de resíduos industriais perigosos (ROCHA et al., 2009) e na mesma data o parecer da CCI foi acolhido pelo governo que garantia a opção por coincineração nas unidades cimenteiras de Souselas (Coimbra) e Outão, na Arrábida (Setúbal).

Atualmente, o destino final para RIP inclui cinco aterros industriais licenciados no país. Para valorização e eliminação integrada de RIP, existem dois centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos (como acima mencionado: Souselas e Outão), e coincineração num total de seis cimenteiras, que inclui Maceira-Liz (APA, 2011). Parte dos resíduos são ainda exportados para valorização e destino final (APA, 2011; MAIA et al., 2012).

Até chegar-se a esta configuração, a instalação da coincineração em Portugal passou por vários momentos e oscilou no que concerne aos principais motivos levantados pelas contestações por parte dos movimentos ambientais e da sociedade civil. Numa primeira fase tratava-se da articulação entre o poder político e os interesses económicos para defesa desta solução de tratamento de resíduos, sem ter em consideração as consequências a nível local. Numa segunda fase substituiu-se esta estratégia pela explicitação dos critérios técnico-científicos e de defesa desta tecnologia numa escala nacional.

Dentre as várias contestações contra a coincineração de RIP a que mais repercussão ganhou e que se destacou como símbolo nacional da luta contra a coincineração foi a realizada por Souselas, uma localidade com cerca de 3.000 habitantes situada a 5 quilómetros a norte de Coimbra, em que a coincineração foi cancelada.

O conflito em redor deste problema prolongou-se durante mais de uma década até que outra alternativa científico-tecnológica acabaria por ser implementada por outro governo contando também com o apoio dos ambientalistas. Esta alternativa conjugava o tratamento de uma parte dos resíduos com a coincineração dos que não poderiam ser alvo de tratamento (JERÓNIMO, 2010).

A opção por Souselas começou a ser contestada em 1998, após um período de discussão pública desse estudo. Foi criada, nessa altura, a Comissão de Luta contra a Coincinação-CLCC e, durante vários meses, este veio a ser o tema central da discussão política e do debate público. Esta comissão foi inicialmente composta pela Associação Cívica de Coimbra-Pro Urbe, a Associação de Defesa do Ambiente de Souselas-ADAS, a Junta de Freguesia de Souselas, o Sindicato dos Professores da Região Centro, a União dos Sindicatos de Coimbra, o núcleo de Coimbra da Quercus e a Associação Comercial e Industrial de Coimbra-ACIC. Mais tarde, juntaram-se o núcleo de Coimbra da Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos-CNCT, o Núcleo Ecológico da Associação Académica de Coimbra e o movimento Ruptura (NUNES e MATIAS, 2003).

O governo decidiu suspender o processo em andamento, onde o papel desempenhado pelo presidente da Pro Urbe junto ao Parlamento, foi decisivo pois negociou com os partidos da oposição a aprovação do documento do PSD, conseguindo o esbatimento das diferenças e permitindo a unanimidade na oposição ao governo socialista. Simbolicamente, nesse mesmo dia à noite, a população de Souselas concentrou-se em frente à igreja local e fez o “velório” da coincinação (MATIAS, 2004).

A título de exemplo salienta-se um dos episódios mais marcantes, quando em janeiro de 1999 a ADAS e alguns movimentos e associações de Coimbra conjuntamente com um órgão da imprensa local - o Diário de Coimbra - dinamizaram e fizeram chegar ao Parlamento uma petição com mais de 50.000 assinaturas, onde requeriam a revogação da decisão governamental, em particular no que referia à localização de Souselas para a coincinação, até que estivessem disponíveis estudos mais pormenorizados relativos às possíveis consequências inerentes a este processo (EPIFÂNIO, 2012).

No que concerne às coincineradoras que se encontram em funcionamento: a Cimpor-Souselas tem licença para a coincinação de resíduos industriais perigosos e não perigosos desde janeiro de 2008. Os resíduos valorizados incluem farinhas animais, componentes de pneus, resíduos florestais (biomassa), entre outros (XARÁ, 2009).

A coincineradora SECIL em Maceira-Liz fica na localidade de Gândara dos Olivais, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, distrito de Leiria. A Cimentos Maceira e Pataias, S.A.-CMP é outra cimenteira com licença para coincinar resíduos industriais (pneus usados) desde 2006. Nesse ano valorizou cerca de 12 mil toneladas de resíduos.

A coincineradora Secil-Outão (Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.) na localidade de Outão, freguesia de Anunciada, concelho de Setúbal, distrito de Setúbal, tem licença para valorizar resíduos industriais banais (desde junho de 2005) e também perigosos (desde outubro de 2006). Dos resíduos valorizados são de destacar lamas oleosas, farinhas animais, componentes de pneus e resíduos florestais. Em 2006 foram valorizados nesta unidade 61 mil toneladas de resíduos (XARÁ, 2009).

Apesar das cimenteiras continuarem a operar com esta tecnologia, o argumento de que esta conjuga valores ambientais de reutilização e reciclagem e de respeito com a percepção de risco das populações contestatárias ainda não é totalmente aceite, e os protestos continuam, ainda que com menor intensidade, como é o caso de Outão na reserva natural da Arrábida (AVANTE, 2005).

Em 2016, um grupo de cidadãos interpôs recurso no Tribunal Central Administrativo Norte e, este, deu-lhes ganho de causa, determinando o fim da co-incineração na cimenteira de Souselas, através da anulação das licenças, bem como do despacho do então Ministro do Ambiente, Nunes Correia, de julho de 2006, que dispensou a Cimpor da Avaliação de Impacte Ambiental-AIA para a queima de resíduos perigosos (ESQUERDA.NET, 2016; SARAMAGO, 2016).

Referências bibliográficas

- APA. Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2011-2020, Agência Portuguesa do Ambiente-APA, 2011.
- AVANTE. Coincinação contestada. *Jornal Avante*, 10 nov. 2005.
- EPIFÂNIO, Jorge G. F. Participação pública em processos controversos de decisão ambiental – caso de estudo da co-incineração em Souselas. Dissertação de mestrado em Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia na Universidade Nova de Lisboa, dez. 2012.
- ESQUERDA.NET. Anulação da licença de coincinação em Souselas é “um foco de esperança”, 10 abr. 2016.
- JERÓNIMO, Helena M. Queimar a incerteza. Poder e ambiente no conflito da co-incineração de resíduos industriais perigosos. Lisboa, ICS-Instituto de Ciências Sociais, 291 p. 2010.

MAIA, Maria João; MOITEIRO, Ana Isabel; HORSTINK, Lanka; FARELO, Mário; ANTUNES, Rosa. Análise de um processo decisório controverso: a coincineração em Souselas. Working Papers Series, 2012.

MATIAS, M. “Não Nos Lixem”: A luta contra a coincineração de resíduos industriais perigosos nos arredores de Coimbra. Boaventura de Sousa Santos (Org.), Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto. Afrontamento. 2004.

MILANEZ, Bruno; FERNANDES, Lúcia de Oliveira; PORTO, Marcelo Firpo de S. A. Coincinação de resíduos em fornos de cimento: riscos para a saúde e o meio ambiente. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 6, p. 2143-2152, 2009.

NÓBREGA, A. O processo de coincineração. Trabalho da disciplina de Fontes de Informação Sociológica. Licenciatura em Sociologia da FE-Faculdade de Economia da UC-Universidade de Coimbra, 2003.

NUNES, João A.; MATIAS, Marisa. Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: o caso da coincineração de resíduos industriais perigosos. RCCS-Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 65, p. 129-150, 2003.

RAMALHO, A. Coincinação. Jornalblog A luta, mar. 2007.

ROCHA, I., BATALHA, C., VIEIRA, D., PIMENTA, N., PORTO, I. A coincineração em Portugal, 2009.

SARAMAGO, João. Tribunal decide fim da co-incineração em Souselas Decisão deve ser acatada no prazo de dez dias pela Cimpor. Correio da Manhã-CM, 4 abr. 2016.

SECIL. Coincinação com segurança. Site da Secil, nov. 2006.

XARÁ, Susana. A incineração de resíduos em Portugal. Debater a Europa, n. 1, p. 71-75, jun./dez. 2009.

1.3 Negociada a remoção integral dos resíduos em Gondomar

Resumo

Desde 2001 que milhares de toneladas de resíduos industriais provenientes da Siderurgia Nacional da Maia foram depositados nos terrenos e instalações das antigas minas de S. Pedro da Cova, em Gondomar, distrito do Porto. Constituinte até hoje uma grave ameaça para a saúde pública, permanece por fazer a remoção integral do lixo tóxico. Depois da pressão da Comissão Europeia-CE em 2013 junto do governo português, no sentido de se achar uma solução para esta situação, houve uma primeira empreitada de remoção, iniciada em outubro de 2014. No entanto, como se descobriu que o volume de resíduos era maior do que o esperado, o problema persistiu. Em fevereiro de 2016, a Assembleia da República-AR recomendou ao governo que procedesse à remoção integral dos resíduos.

As minas de carvão de São Pedro da Cova chegaram a ser as mais importantes do país, funcionando durante cerca de 170 anos até ao seu encerramento, no pós-25 de abril. Delas foram extraídas toneladas de antracite que serviram uma boa dose das indústrias emergentes (siderurgia, metalurgia, alimentar, etc.) do país. Quando, em 2001, os resíduos da Siderurgia Nacional da Maia foram aí depositados, dizia-se que os mesmos eram inertes e não constituíam perigo. No entanto, vários estudos depois, comprovou-se a existência de lixo tóxico em quantidades verdadeiramente alarmantes e disseminado por zonas não identificadas inicialmente. Esses mesmos estudos apontam que uma exposição continuada a estes resíduos pode conduzir a danos irreversíveis, entre os quais a morte (CARVALHO, 2016).

Em novembro de 2013, depois do Laboratório Nacional de Engenharia Civil-LNEC ter comprovado que os resíduos em causa eram muito perigosos, a CE deu dois meses ao governo português para limpar as “elevadas quantidades” de resíduos tóxicos que se encontravam depositados nas minas desativadas.

Caso não cumprisse, Portugal teria de responder perante o Tribunal de Justiça Europeu. Assim, em abril de 2014, o governo anunciou o investimento superior a 13 milhões de euros, 85% provenientes de fundos europeus, com vista à remoção de 88.000 toneladas de resíduos, que seria monitorizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte-CCDR-N. No entanto, o caderno de encargos do concurso público da remoção já aludia a 105.600

toneladas. A 21 de abril de 2015, após uma reunião que decorreu na CCDDR-N e juntou representantes da câmara de Gondomar e da Junta de São Pedro da Cova, do ministério do Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente-APA e do LNEC, confirmou-se que o Governo teria de avançar com uma “segunda fase de remoção” (PÚBLICO, 2015).

Devido ao impasse da situação, em outubro de 2015 o presidente da Junta de São Pedro da Cova escreveu uma carta para todos os grupos parlamentares da AR exigindo a remoção integral dos resíduos. O autarca lembrou que o ministério do Ambiente tinha assumido o compromisso de fazer novas medições e novas análises, e que passados vários meses os resultados ainda não eram conhecidos. Posteriormente, no dia 11 de fevereiro de 2016, todos os partidos com assento parlamentar apresentaram projetos de resolução exigindo um desfecho para os problemas ambientais de São Pedro da Cova (VIVA CIDADE, 2016).

A 25 de fevereiro de 2016, a eurodeputada Ana Gomes, apresentou queixa junto da C E de forma a responsabilizar o governo português pela permissividade com que tratou esta questão ao longo do tempo. A deputada salienta que o governo português desrespeitou consecutivamente as leis europeias, não tendo aplicado o princípio do poluidor-pagador, apesar de ser notória a responsabilidade da empresa pública Baía do Tejo S.A.

Assim, apesar de todos os alertas dados, e mesmo depois de se tornar mais conhecida a situação dos resíduos através de uma investigação jornalística levada a cabo em julho de 2015 em São Pedro da Cova, o governo continuou sem agir. A investigação revelava que o aterro continuava sendo o maior aterro clandestino de resíduos tóxicos do país, catorze anos depois do depósito de “mais de 320 mil toneladas”, e denunciava figuras públicas, políticos, estruturas partidárias, altos funcionários do Estado e empresas que estariam envolvidas em negócios ilícitos, num quadro de crime ambiental, eventual fraude, corrupção e tráfico de influências (TVI24, 2016).

Mais recentemente, em maio de 2016, a câmara de Gondomar adquiriu o Cavalete do Poço de São Vicente, monumento emblemático do antigo complexo mineiro de São Pedro da Cova, classificado como de interesse público desde 2010 (LUSA, 2016).

No dia 25 de novembro de 2016 deu-se uma vigília, a que se seguiu um desfile à luz de velas até às antigas minas, onde estão clandestinamente depositados os resíduos provenientes da Siderurgia Nacional da Maia (LUSA, 2016).

Segundo a acusação, divulgada a 7 de fevereiro de 2017 pela Procuradoria Distrital do Porto, três administradores da SN da Maia aos quais cabia dar destino a estes resíduos perigosos juntamente com três gestores de sociedades responsáveis pelas escombreyras das antigas minas de carvão de S. Pedro da Cova, Gondomar, foram acusados pelo Ministério Público de crime doloso de poluição com perigo comum. Eles terão depositado clandestinamente pelo menos 105.600 toneladas de resíduos em 2001 e 2002. Os administradores e gestores agiram por inércia sem a devida fiscalização da administração pública. Depois de terem estudado várias localidades para o condicionamento dos resíduos, optaram por os depositar nas antigas minas de carvão em São Pedro da Cova. Estão ainda implicados na falsificação de análises através das quais conseguiram autorização para fazer este depósito legalmente (BENTO, 2017; LUSA, 2017).

Em março de 2017, foi divulgado pelo ministério do ambiente dados de um relatório do LNEC que revelou que há ainda mais 125.000 toneladas de poeiras contaminadas nas antigas escombreyras das minas de carvão de São Pedro da Cova (COENTRÃO, 2017). Mas este relatório, até ao presente, não foi tornado público.

Referências Bibliográficas

- BENTO, Manuel Jorge. Estado pede 11 milhões por resíduos perigosos. Correio da Manhã-CM. 8 fev. 2017.
- CARVALHO, Miguel. O Zé Cesta, o Pichela, o Broalhas, o Mouco e os que recusaram trabalhar com fome. Visão. 20 fev. 2016.
- COENTRÃO, Abel. Governo tem mais dez milhões para limpar resíduos de São Pedro da Cova. Público. 23 mar. 2017.
- DIAS, Pedro Sales. Remoção de 88 mil toneladas de resíduos perigosos em Gondomar começa dentro de dias. Público. 16 abr. 2014.
- PÚBLICO. Governo admite que há mais resíduos depositados em São Pedro da Cova. 21 abr. 2015.
- LUSA. Responsáveis por deposição de resíduos perigosos em Gondomar equacionaram Galiza. Destak.pt. 16 fev. 2017.
- LUSA. População de São Pedro da Cova exige em vigília retirada de resíduos perigosos. RTP notícias. 22 nov. 2016.
- LUSA. Gondomar adquire Cavalete de São Pedro da Cova e prepara candidatura a fundos. RTP Notícias. 17 mai. 2016.
- SOARES, Marisa; VIEIRA, Álvaro. Portugal tem dois meses para remover resíduos tóxicos das minas de São Pedro da Cova. Público. 20 nov. 2013.

TVI24. Queixa na Comissão Europeia por resíduos perigosos em São Pedro da Cova. TVI24. 25 fev. 2016.
VIVA CIDADE. Parlamento defendeu remoção integral dos resíduos perigosos depositados em São Pedro da Cova. Viva Cidade-VC. 25 fev. 2016.

1.4. INCINERAÇÃO

1.4.1 “Incineradora? Nem obrigados!”

Resumo

Quando Estarreja foi cogitada para sediar a construção de uma incineradora de resíduos industriais, a população local opôs-se veementemente a esta possibilidade. O conflito durou cerca de três anos, até 1997, com o anúncio de que a estrutura não seria construída. Atualmente, apesar de persistirem problemas de contaminação do ambiente que constituem um risco para a saúde das populações, não há ações de protesto com visibilidade.

Estarreja é um município que possui 108,17 km² de área e 26997 habitantes. Localizado no distrito de Aveiro, a sua sede é a cidade de Estarreja, que fica na freguesia de Beduído e Veiros e possui 7500 habitantes. É uma zona onde a atividade agrícola familiar de subsistência tem um relevante papel (FERNANDES, 2011).

Foi na freguesia de Beduído que, a partir da década de 30 do século XX, instalaram-se as primeiras indústrias que iriam compor o parque industrial-químico de Estarreja, que concentra algumas das mais significativas indústrias de alto risco do país. Estes riscos relacionam-se com a contaminação das águas e solos da região, com fugas de gases tóxicos e com a possibilidade da ocorrência de acidentes graves (RODRIGUES, 2002).

Foi neste contexto que se desenvolveu o conflito em torno da construção de uma incineradora de resíduos industriais que durou entre 1994 e 1997 e mobilizou a população local numa luta vitoriosa contra a instalação desta estrutura.

No início da década de 90, organizou-se um concurso público internacional para o projeto, construção e exploração de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Industriais composto por uma unidade de incineração, dois aterros para resíduos industriais e estações para recolha e armazenagem temporária dos resíduos. Inicialmente, Sines era a localização prevista para a incineradora. No entanto, devido à forte contestação que emergiu nesta localidade, foram incluídas novas opções nos estudos referentes à incineradora, dentre os quais se encontrava Estarreja (FERNANDES, 2011).

Foi em julho de 1994 que, ante a possibilidade da instalação da incineradora em Estarreja, surgiu a associação local “Esta He Regia” (futura Cegonha) que empreendeu protestos com ampla mobilização popular. Em janeiro de 1995, enquanto decorria o período de debate público do Estudo de Impacte Ambiental-EIA da incineradora, esta associação participou de um colóquio intitulado “O Ambiente em Estarreja, o Passado e que Futuro?” em que apresentava a problemática referente à estrutura e mencionava a ausência de apoio por parte de outras associações do país. Em abril, na ocasião de uma manifestação em Estarreja, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS manifestou apoio à causa local. Em maio foi anunciada a escolha definitiva de Estarreja para sediar a incineradora (RODRIGUES, 2002). Ante a divulgação desta informação pela ministra do Ambiente, foram organizadas pela associação local duas ações judiciais, uma para suspender o ato de localização e outra para impossibilitar o licenciamento da atividade (FERNANDES, 2011).

O movimento contra a incineradora teve apoio de cidadãos, do Jornal de Estarreja, principal jornal local, e de alguns políticos. Em contrapartida, o presidente da Câmara Municipal de Estarreja era a favor do empreendimento e entrava em confronto com os ambientalistas locais (RODRIGUES, 2000 apud FERNANDES, 2011). Dois meses depois do anúncio da escolha de Estarreja, a cidade recebeu a visita de um representante da associação Greenpeace, mencionado nos meios de comunicação como um “especialista em resíduos”. Tal fator relacionava a causa local a questões e instituições de caráter global, contribuindo para a amplitude do movimento e da apresentação dos argumentos que contestavam a instalação da unidade térmica de tratamento de resíduos industriais (RODRIGUES, 2002).

Foi ainda em 1995 que o governo do Partido Socialista-PS acabaria por aceitar, num primeiro momento, o sistema integrado proposto pelo anterior governo do Partido Social-Democrata-PSD, que definia Estarreja como o local onde iria ser construída a incineradora (NUNES e MATIAS, 2003).

Constituiu-se em Estarreja a Comissão de Luta Contra a Instalação da Incineradora, desta comissão participaram inicialmente, além da Esta He Regia, outros dois movimentos de cidadãos: a ONG Cegonha e o Movimento Estarreja Limpo. Foi através da assunção da identidade da associação Cegonha, que se encontrava legalizada, mas inativa, que os líderes do “Esta He Regia” decidiram otimizar os recursos.

Esta ONGA local desenvolveu ao longo destes três anos diversas ações no sentido de impedir que a decisão do governo fosse concretizada: emitiu comunicados, organizou um abaixo-assinado com mais de 5 mil assinaturas, realizou um colóquio, uma manifestação pública e um buzirão e pintou um mural alusivo ao tema. Nestas manifestações, a associação invocava a saúde e o ambiente como bens que seriam ameaçados pela construção da incineradora e os quais era fundamental proteger (RODRIGUES, 2000).

Num boletim informativo sobre a incineração, de 1995, a associação esclarecia que do material que seria incinerado, somente cerca de um por cento era produzido por Estarreja e que a geração de empregos com esta construção não seria significativa. Alertava também para o risco de intoxicação por dioxinas que poderia ser causado pela incineração. Questionava-se também se o custo da minimização dos efeitos da indústria química na região nos 50 anos deveria então comprometer mais 50 anos de impactos causados pela incineração (MOVIMENTO ESTA-HE-REGIA, 1995).

Em 1997, o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia-MAOT do governo socialista anunciou o fim do projeto da incineradora reiterando a procura de uma nova solução: a coincineração (incineração dos resíduos industriais em cimenteiras). As contestações mantiveram-se, pois era questionada a incompatibilidade entre o custo do tratamento dos resíduos industriais perigosos e os impactos negativos que traria à saúde pública. Em 1988, a Assembleia da República recomendou ao governo que suspendesse os processos de coincineração em cimenteiras e foram revogadas todas as decisões referentes às localizações escolhidas para sua implementação, devendo-se buscar alternativas para a solução da questão dos resíduos tóxicos e não tóxicos. Futuramente esta decisão foi revista e o governo optou por implementar o processo de coincineração em algumas localidades do país (como Souselas e Outão), gerando novas contestações.

No caso da luta contra a incineração em Estarreja, a população local saiu vitoriosa. Os contornos deste conflito mostram como uma causa que emergiu de forma local conseguiu conectar-se a problemáticas globais de modo a fomentar a reflexão sobre as escolhas para o tratamento dos resíduos industriais como uma questão ambiental, mas também social, política e económica (RODRIGUES, 2002).

Esta luta insere-se num quadro mais amplo de contestações direcionadas à Política Nacional de Tratamento de Resíduos Perigosos em Portugal, no âmbito do qual se formou a Coordenadoria Nacional contra os Tóxicos, um projeto para a luta contra este tipo de soluções para o tratamento dos resíduos (incineração e co-incineração), e do qual participaram os Cidadãos e Cidadãs Contra a Incineradora - Setúbal; CAT's de Portugal - Cercal do Alentejo; Água Triangular - Aveiro; Comissão de Luta de Vagos; Comissão de Luta e Defesa de Midões – Gondomar; Grupo Lontra- Santo André - Sines; Cegonha - Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja; Movimento Esta He Regia - Estarreja; Rede Metropolitana Contra o Lixo - Porto; Associação Terra Viva; Comissão Ad Hoc de S. João da Talha – Loures (RODRIGUES, 2002).

Atuando juntamente com outras associações de diversas partes do país, a Cegonha tornou-se protagonista deste movimento e ampliou sua atuação para além da questão da incineradora, que determinou seu surgimento. Estarreja apresenta contaminação do ambiente por diversos tipos de substâncias tóxicas para a saúde, decorrente de resíduos industriais perigosos, que foram acondicionados a céu aberto ou liberados para o ambiente sem qualquer tratamento.

Apesar das modificações dos processos industriais e de medidas, como a construção de um aterro para acondicionar estes resíduos, e também de compensações monetárias que as indústrias dão a alguns cidadãos (nomeadamente o pagamento da conta de água de algumas famílias), o problema de contaminação ainda persiste sem haver contestação com visibilidade por parte das populações locais e associações (FERNANDES, 2011).

Referências bibliográficas

- FERNANDES, Lúcia de Oliveira. Complexidade, incertezas e vulnerabilidades: estudo de áreas contaminadas habitadas em Portugal e no Brasil. Tese de doutoramento em Sociologia na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2011.
- NUNES, João Arriscado; MATIAS, Marisa. Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. *RCCS-Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 65, p. 129-150, 2003.
- MOVIMENTO ESTA-HE-REGIA. Folheto informativo sobre a incineradora. Movimento Esta-He-Regia Associação Cegonha, 9 jun. 1995.
- RODRIGUES, Maria Eugénia. Ambientalismo em Portugal: atores e recursos no “caso da incineradora de Estarreja”. Atas do IV Congresso Português de Sociologia, CES-Centro de Estudos Sociais, FE-Faculdade de Economia, UC-Universidade de Coimbra, 2000.

RODRIGUES, Maria Eugénia. Ciência, Públicos e Ambiente: o discurso “científico” dos movimentos de protesto ambiental. *Sociedade e Cultura* 4, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, n. 18, v.1-2, p. 271-290, 2002.

1.5 Histórico de poluição ambiental e de lutas dos trabalhadores marca mobilizações no complexo industrial do Barreiro

Resumo

Reconhecido pelas lutas operárias que ocorreram ao longo do século XX, o complexo industrial Quimigal do Barreiro deixou um grande passivo ambiental, cuja reconversão está em aberto e é reivindicada pela população e por entidades ambientalistas.

A Companhia de União Fabril-CUF foi fundada em 1865, com sede em Lisboa, e dedicava-se principalmente à produção de sabão, velas de estearina e óleo, massa de purgueira e adubos. Em 1907, a empresa instala, na então vila do Barreiro (distrito de Setúbal), novas unidades fabris (RESTOS DE COLECÇÃO, 2012).

Em 1908, a CUF começa a produzir ácidos numa unidade de transformação de óleo de bagaço de azeitona para fabrico de sabão, que emprega 100 operários. No ano seguinte, entra em funcionamento a primeira fábrica de ácido sulfúrico e de superfosfatos destinados à produção de adubos. Beneficiando-se do fácil acesso às pirites alentejanas, a empresa não para de crescer e transforma o Barreiro no maior centro fabril do país. Entre o final da década de 1950 até o século XXI, trabalham no complexo industrial da CUF mais de oito mil operários (RESTOS DE COLECÇÃO, 2012).

Por mais de sete décadas do século XX, um conglomerado de indústrias do universo CUF marcou a vida económica, financeira e social do país, tornando-se a CUF a principal empresa industrial a nível nacional e uma das mais relevantes na Península Ibérica (NOVOS LIVROS, 2014).

Neste complexo industrial, desenvolveu-se desde cedo uma ampla organização dos trabalhadores que reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho. As greves tornaram-se constantes e, a partir da década de 1940, a ligação de um número expressivo dos trabalhadores ao Partido Comunista Português-PCP fez com que o Barreiro ficasse conhecido como a Cidade Vermelha, Capital do Trabalho (TALHADAS, 2013).

As precárias e insalubres condições de trabalho - caracterizadas pela poluição atmosférica -, associadas ao racionamento alimentar no período da Segunda

Guerra Mundial, levaram a fortes mobilizações dos trabalhadores, fazendo que, em 1943, a vila industrial fosse invadida pelas forças militares da Guarda Nacional República-GNR e as portas da CUF ficassem fechadas durante um mês (CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO, 2014). Os conflitos entre os trabalhadores e a GNR seriam constantes nos anos seguintes, até o fim do período ditatorial, em 1974.

Depois de 1974, os trabalhadores passaram a participar na gestão da empresa, tendo decidido, em assembleia geral, a nacionalização desta indústria. Neste período revolucionário houve mudanças estruturais na empresa, verificando-se a fusão das três maiores empresas de adubos do país: a CUF (1898), o Amoníaco Português (1941) e a Nitratos de Portugal (1957), que deram origem à Quimigal, em 1977, empresa que viria em breve a controlar 80% do mercado de adubos.

Data da década de 1970 a primeira marcha de protesto organizada pelos trabalhadores da zona têxtil contra os gases emitidos pelas fábricas de ácido sulfúrico, que deixavam a vila industrial com um nevoeiro permanente de gases tóxicos. Em 1973, foi constituída uma Comissão de Luta contra a Poluição, que reúne centenas de assinaturas que apoiam a luta contra a poluição atmosférica (BARREIROWEB.COM, 2010). Em 1982, os trabalhadores organizam uma intensa greve geral que resultou num despedimento significativo neste complexo industrial (BAIA, 2000).

Mais tarde, em 1997, dá-se a privatização da Quimigal Adubos. Com isto, a nova empresa alarga as suas atividades, integrando a produção de sementes da SAPEC AGRO, e dando origem à empresa Adubos de Portugal-ADP (ADP FERTILIZANTES, 2014).

Neste período, o passivo ambiental deste complexo industrial já era extenso. Durante décadas, o ácido sulfúrico usado na produção de adubos e noutros produtos destinados à indústria farmacêutica foi despejado no rio Tejo sem nenhum tratamento. A CUF/Quimigal não estava capacitada a nível técnico e científico para tratar os resíduos por ela produzidos. Uma das mais graves consequências desta situação foi a extinção da pesca no rio Tejo e o consequente encerramento da Fábrica das Ostras do Rosário, na Moita, onde chegaram a trabalhar 100 pessoas (TALHADAS, 2013).

O Movimento Barreiro Património, Memória e Futuro procura preservar a memória do Barreiro e mostra a importância da luta dos antigos trabalhadores

pela preservação do ambiente, da saúde pública e do ordenamento da cidade. Assim, através das lutas por melhores condições de trabalho, criou-se também uma tradição de luta no Barreiro contra projetos que comprometem o ambiente e a saúde pública da população local. Em 2010, houve uma forte movimentação popular contra a instalação de uma Estação de Tratamento de Resíduos Industriais Tóxicos-ETRI na região, no âmbito de uma proposta de incineração de resíduos industriais no Outão (Secil).

No ano de 2006, a Agência Portuguesa do Ambiente-APA e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo-CCDR LVT, colocaram em consulta pública dois projetos: a Instalação de Tratamento Físico-Químico e Armazenamento de Resíduos Industriais e o Projeto de Instalação de Transferência e Armazenamento de Resíduos Industriais. Estes projetos foram propostos pela empresa Quimitécnica Ambiente, que já possui duas instalações em funcionamento, que distam entre si 500 metros.

Em setembro de 2007, o Movimento Barreiro Património Memória e Futuro posicionou-se contra a instalação dos dois projetos em consulta. Apresenta como principal argumento o fato de já existir uma Instalação de Transferência e Armazenamento de Resíduos Industriais-ITARI, em pleno coração da cidade, responsável pelo tratamento de 18.000 toneladas de resíduos industriais tóxicos e 12.000 toneladas de resíduos não perigosos (BARREIROWEB.COM, 2010).

Na altura, o resumo não técnico afirmava que os solos da Quimiparque, o leito do rio Tejo e as águas subterrâneas estavam contaminados por metais pesados, entre eles chumbo, mercúrio, bário, cobre, níquel, cádmio, zinco e também por arsénio (BARREIROWEB.COM, 2010).

Em fevereiro de 2011, iniciou-se a remoção de lamas de zinco do território abrangido pela Quimigal. A operação abrangeu uma área de 600 hectares que incluiu a zona ocupada pela Siderurgia Nacional, concelho de Seixal, que, numa 1ª fase, deu prioridade ao tratamento da Lagoa da Palmeira (CORREIO DA MANHÃ, 2011). O projeto Arco Ribeirinho Sul tem à sua responsabilidade a requalificação de duas zonas industriais mais poluídas da margem Sul do rio Tejo. Para a realização desta primeira fase de resolução dos passivos ambientais, a empresa responsável pelo processo – Empresa Geral de Fomento S.A.–EGF, sub-holding do Grupo Águas de Portugal, conta com um investimento de mais de 4 milhões de euros, estimando-se a retirada de 52 mil toneladas de lama (CORREIO DA MANHÃ, 2011; JORNAL PÚBLICO, 2011).

O vereador da Câmara Municipal do Barreiro, responsável pela pasta de Planeamento e Gestão Urbana, destaca como positivo o início desta ação, mesmo sem aprovação do Plano de Urbanização para o território, ainda em fase de consulta pública em 2011. Adiantava que, após a requalificação do território, pretendia atrair para a região mais 15 mil novos habitantes (CORREIO DA MANHÃ, 2011).

Referências bibliográficas

- ADP FERTILIZANTES. História. Site, 2014.
- BAÍA, Etelvina. Trabalhadores da CUF sanaram administradores. Setúbal na Rede, 12 jun. 2000.
- BARREIROWEB.COM. Movimento de cidadãos, está contra o projeto de instalação de transferência e armazenagem de resíduos industriais no Barreiro. Notícias, Magazine Digital Objetiva Barreiro, n 1, dez. 2010.
- CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO. Indústria Química – Companhia União Fabril. Notícias, 18 fev. 2014.
- CORREIO DA MANHÃ. 94 milhões para limpar Barreiro e Seixal. Notícias, 9 de fev. 2011.
- JORNAL PÚBLICO. Arranca hoje limpeza da Quimiparque no Barreiro. Notícias, 8 fev. 2011.
- NOVOS LIVROS. A marca vitriólica do Barreiro. Blog Uma Revista de Leitores para Leitores, 18 set. 2014.
- RESTOS DE COLEÇÃO. CUF – Companhia União Fabril. 12 fev. 2012.
- TALHADAS, Ercília. Um contributo para a história do trabalho. In: MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana D. De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal. Capítulo IX. Universidade do Porto: Instituto de Sociologia; Universidade Nova de Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2013.

1.6 Protestos contra os impactos da siderurgia na Maia e no Seixal

Resumo

O setor da siderurgia iniciou-se na década de 1970, através de empresa pública Siderurgia Nacional (privatizada na década de 1990), na Maia e no Seixal. Ao longo de décadas de funcionamento, a poluição e os ruídos incomodaram a população e geraram a contaminação dos solos no Seixal, dando origem a denúncias que levaram a ações de requalificação ambiental da zona. Apesar destas medidas, vários dos problemas permaneceram. Na Maia, o ruído, os fumos, a circulação de caminhões e a existência de sucata a céu aberto a poluir a rede de água foram motivação dos protestos.

A atividade siderúrgica industrial teve início em Portugal no ano de 1958, através de um alvará de funcionamento concedido ao grupo Champalimaud para a empresa Siderurgia Nacional-SN. O arranque fabril da siderurgia nacional deu-se em 1961, através da exploração do primeiro e único alto-forno, até à data, montado em Portugal, que integrava a fábrica localizada em Paio Pires (Seixal), perto do então complexo fabril da Companhia União Fabril-CUF, no Barreiro. O projeto industrial da instalação desta indústria em Portugal foi tardio em relação aos demais países europeus e fazia parte do programa de desenvolvimento durante o regime ditatorial de Salazar. Neste período, considerou-se que a produção de aço era importante para o contexto económico nacional, o que fez da implementação da siderurgia uma espécie de “virada de página” rumo ao desenvolvimento industrial (GUIMARÃES, 2004, 2005).

A SN do Seixal foi projetada em 1973 e começou a funcionar em 1976. Sua nacionalização aconteceu antes do arranque industrial, em 1975, quando foi aumentada através da fundação de outro estabelecimento localizado em São Pedro Fins, concelho da Maia. A lógica que determinou a abertura da SN da Maia foi fruto de um mecanismo regulatório gerado no seio da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço-CECA. Em 1972, Portugal assinara com a CECA um acordo que fixava o preço do aço “à porta das instalações”, devendo existir transparência em termos de adição obrigatória do preço de transporte entre a siderurgia e a instalação do cliente.

Assim, cada siderúrgica procurava criar e manter a sua zona de influência com base na geografia. Se a SN da Maia não ocupasse a região metropolitana do Porto,

temia-se que a siderurgia da região da Galícia pudesse vir a disputar este mercado. Na década de 1990, o governo de Cavaco Silva privatizou a empresa, num quadro de reestruturação europeia do setor. As SN da Maia e do Seixal passaram a ser controladas por capital estrangeiro que impôs restrições quanto à gama de instalações a explorar e ao emprego (PROENÇA, 2007).

No ano de 2000, a Câmara Municipal do Seixal alertou para a poluição e contaminação da área de instalação da SN e seus arredores (SETÚBAL NA REDE, 2000). Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde-OMS, das 15 cidades portuguesas monitorizadas, 13 ultrapassam os limites de poluição considerados aceitáveis, e Seixal é a cidade onde se pior respira, com quase o dobro (39 microgramas) dos valores-limite de concentração de partículas (GREEN SAVERS, 2014).

No ano de 2002, os fornos elétricos da empresa trabalhavam dia e noite e as medições de ruídos revelaram-se quatro vezes superiores aos limites legais. Os moradores da região queixavam-se frequentemente do ruído que parecia um avião “sempre a sobrevoar a cabeça”. Neste sentido, um deputado do Partido Comunista Português-PCP apresentou um requerimento ao presidente da Assembleia da República questionando o ruído produzido pela siderúrgica (MARQUES, 2002).

No ano de 2007, o PCP alegou haver recebido denúncias da população sobre a existência de matéria-prima radioativa a céu aberto na região da SN do Seixal, que seria fonte de contaminação não somente dos trabalhadores, mas de toda a população vizinha às instalações. O PCP pediu esclarecimentos sobre esta questão aos ministérios do Ambiente e da Economia, exigindo medidas urgentes para apurar a veracidade daqueles relatos e a implementação de medidas de fiscalização. O representante do PCP declarou que a sucata que alimentava a siderurgia em Portugal era importada e descarregada no cais do Barreiro, transportada em seguida em centenas de camiões por dia até ao Seixal, e, segundo ele, não havia precisão sobre os mecanismos usados para avaliar e controlar a radioatividade deste material (VELOSO, 2007).

Em 2008, um vereador socialista da Câmara do Seixal apelou para que o problema da contaminação dos solos na região fosse assumido pelas empresas gestoras da extinta empresa SN. O vereador sugeriu que fosse feita candidatura a fundos do Quadro de Referência de Estratégia Nacional-QREN para apoiar ações de remediação dos solos (LUSA, 2008).

Também na região da Maia, as queixas da população quanto ao funcionamento da SN foram recorrentes em 2008. A população de S. Pedro Fins e de Folgosa afirmou sentir-se discriminada, queixou-se de ruído, fumos, circulação de camiões e da existência de sucata a céu aberto a poluir a rede de água. A Câmara Municipal da Maia afirmou desejar uma solução definitiva que atendesse aos interesses da população. Perante este quadro, a Siderurgia Nacional–Empresa de Produtos Longos S.A. solicitou à Direção Regional de Economia do Norte-DREN, em 2008, uma inspeção às instalações da empresa. No mês de agosto de 2008, a DREN informou que solicitou à Agência Portuguesa do Ambiente-APA, responsável pelo processo de licenciamento ambiental da siderurgia, informação sobre o processo. Por isso, a DREN referiu que a vistoria pedida pela Câmara da Maia só poderia ser realizada depois da emissão da licença ambiental (MOREIRA, 2008).

Em 17 de abril de 2011, anunciou-se o início da limpeza do passivo ambiental depositado na antiga SN, no Seixal. A limpeza dos terrenos previa a remoção de 110 mil toneladas de resíduos de uma área de oito hectares, num investimento de 2,5 milhões de euros, participada em 70% por fundos comunitários (LUSA, 2011). A licença ambiental da SN, que terminou a 21 de fevereiro de 2012, foi renovada e deputados do PCP questionam quais as ações de fiscalização tem sido feitas junto da SN Seixal no que respeita às emissões para a atmosfera e quais os resultados. Também interrogaram o Governo sobre as medidas que este vai tomar para garantir o financiamento da Estação de Medição da Qualidade do Ar na Aldeia Paio Pires. Após um período de cerca de um ano e meio sem registos, em 2013, as medições de dióxido de azoto, de ozono troposférico, de dióxido de enxofre e de partículas com diâmetro inferior a 10 µm, à exceção do monóxido de carbono, foram retomadas e constatou-se que a eficiência da estação para as partículas com diâmetro inferior a 10 µm foi de 44,4%, bastante abaixo do verificado entre 2007 e 2011 (PCP, 2015).

Apesar da realização de ações de requalificação ambiental dos passivos, as queixas da população, sobretudo na localidade de Paio Pires (Seixal), continuaram relacionadas à qualidade do ar, ao excesso de ruído e aos novos depósitos contaminantes (PCP, 2015). Ao longo dos anos, a Câmara Municipal do Seixal efetuou várias diligências junto da SN e das entidades governamentais com responsabilidades ao nível do ambiente no sentido de resolver o problema.

A propagação veloz das partículas, nas emissões atmosféricas, afeta a população de regiões próximas, prejudicando o sistema respiratório e podendo

estar na origem de tumores malignos. As duas fontes principais de poluição atmosférica na produção siderúrgica resultam do próprio processo de fabrico, o que mais afeta Paio Pires, e das emissões de poeira a partir das pilhas de stocks (PIROLITO DO SEIXAL, 2015).

A Câmara do Seixal refere que foi criado um grupo de trabalho interdisciplinar para a qualidade do ar no município e, em janeiro de 2015, emitiu um comunicado anunciando mais uma vitória técnica à empresa. Neste documento, é referido que depois de reunião com o secretário de Estado do Ambiente, realizada em setembro de 2014, foi criado um grupo de trabalho interdisciplinar para a qualidade do ar no município do Seixal que inclui: autarquias locais, a APA, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo-CCDRLVT e a Direção Regional de Economia-DRE de Lisboa e Vale do Tejo. Também o grupo parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes-PEV questionou o Governo e pediu informações sobre a fiscalização, referindo-se às queixas dos moradores (CORREIO DA MANHÃ, 2015).

Já em Gondomar, por cota dos resíduos da SN da Maia (estimam-se cerca de 88 mil toneladas de resíduos perigosos) que foram depositados nos terrenos das antigas minas de carvão de São Pedro da Cova, a limpeza só veio a iniciar-se em setembro de 2014. No entanto a população, exige a requalificação ambiental daquele espaço e averiguação das respectivas responsabilidades do que consideram ter sido um “crime ambiental” (LUSA, 2014).

O PCP alerta ainda que existem quantidades consideráveis de outros resíduos perigosos, depositadas em outras localizações não identificados aquando da primeira remoção que carecem de uma análise rigorosa da sua periculosidade, e deveriam entrar no cálculos de eventuais compensações ambientais (PCP, 2015).

A remoção dos resíduos, que veio a terminar em maio de 2015, não foi suficiente e em fevereiro de 2016 este assunto voltou a ser debatido na AR com o objetivo de se exigir uma segunda fase de remoção, bem como uma melhor apuração das responsabilidades e dos danos causados por aquele passivo ambiental (LUSA, 2016).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Vanessa de. A greve de 1943 no Barreiro Resistência e usos da memória. Ubimuseum. Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Acedido em: 18 jun. 2016.
CORREIO DA MANHÃ. Câmara do Seixal anuncia vitória técnica na Siderurgia Nacional, 23 jan. 2015.

CSS. Concentração na Aldeia de Paio Pires contra poluição da SN Seixal. Jornal Semanário do Seixal e Sesimbra-CSS. 8 mar. 2016.
CSS. Fórum Seixal debateu impactos ambientais da siderurgia nacional. Jornal Semanário do Seixal e Sesimbra-CSS. 17 fev. 2016.
CSS. Os Contaminados enviam carta aberta ao ministro do Ambiente. Jornal Semanário do Seixal e Sesimbra-CSS. 29 mar. 2016.
CSS. Os contaminados reúnem-se na sexta-feira. Jornal Semanário do Seixal e Sesimbra-CSS. 12 jan. 2016.
CSS. Protesto contra poluição da SN Seixal. Jornal Semanário do Seixal e Sesimbra-CSS. 12 mar. 2016.
ESQUERDA.NET. Seixal, ambiente, sustentabilidade. Sessão Pública. Esquerda.net. 5 jun. 2016.
GREENSAVERS. Seixal é a Cidade Mais Poluída de Portugal (com Lista). Ambiente e Portugal, 13 maio 2014.
GUIMARÃES, Paulo. Contribuição para a história da Siderurgia Nacional. In: Maria Fernanda Rollo (ed.), Memórias da Siderurgia. Contribuições para História da Indústria Siderúrgica em Portugal, História e CM do Seixal, 2005, p. 69-110.
GUIMARÃES, Paulo. Siderurgia nacional: empresa e projeto industrial durante o ciclo de vida do alto forno do Seixal (1961-2001). In: HEITOR, M.; BRITO, J. M. B.; ROLLO, M. F. (coord.), Momentos de inovação e de engenharia em Portugal no século XX, v. III. Lisboa: Dom Quixote, p. 333-351, 2004.
LUSA. Siderurgia Nacional investe 52 milhões nas fábricas do Seixal e da Maia. República Portuguesa. 8 jul. 2016.
LUSA. Ambiente: limpeza dos resíduos depositados na siderurgia nacional começa segunda-feira. Visão, 17 abr. 2011.
LUSA. Seixal: vereador apela à utilização das verbas do QREN para descontaminar solos. Público, 7 ago. 2008.
MARQUES, Miguel M. Ruído da siderurgia enlouquece moradores de Paio Pires, 28 nov. 2002.
MOREIRA, Isabel Fernandes. Autarquia pede celeridade no licenciamento da Siderurgia Nacional. Maia Primeira Mão, 2 out. 2008.
PCP. Pergunta 746/ XII, Sobre a qualidade do ar na Aldeia de Paio Pires, Concelho do Seixal. Partido Comunista Português, 16 jan. 2015.
PCP. PCP questiona o Governo sobre a qualidade do ar na Aldeia de Paio Pires, Partido Comunista Português, 26 fev. 2015.
PIROLITO DO SEIXAL. Aldeia de Paio Pires...a terra da morte lenta. Blog, 16 abr. 2015.
PROENÇA, Pedro. Indústria siderúrgica em Portugal. Uma retrospectiva oportuna. Notícias, O Militante, edição n. 286, jan./fev. 2007.

SANTOS, Jorge H. Passivo ambiental talvez perto do fim no Seixal, Jornal do Seixal, 12 fev. 2011.

SETÚBAL NA REDE. Câmara do Seixal alerta contra tóxicos, O Portal do Distrito, 7 ago. 2000.

VELOSO, Cláudia. PCP denuncia radioatividade na siderurgia do Seixal. Público, 29 jul. 2007.

2. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

2.1 “Não nos Lixem!” RSU em Portugal: políticas e protestos

Resumo

Em 1986, quando Portugal ingressou na Comunidade Europeia, estava estruturada uma Política Nacional de Gestão de Resíduos que se inseria em uma incipiente Política Ambiental Nacional. Decorridos oito anos, em 1994, uma pesquisa realizada pela Quercus identificou um total de 325 lixeiras a céu aberto. Entretanto a construção de aterros sanitários, para concentrar e substituir as lixeiras em diferentes locais espalhados pelo país, provocou muitos protestos, que aconteceram entre 1995 e 2002, por parte das populações residentes nas áreas próximos aos aterros.

Com a integração na Comunidade Europeia-CE, em 1986, Portugal delinear uma Política Nacional de Gestão de Resíduos integrada numa política ambiental nacional emergente. Fê-lo inicialmente de forma geral criando a Lei de Bases do Ambiente (1987) e o Ministério do Ambiente (1990) e posteriormente, de forma mais específica através da criação de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Industriais-SIGRI e da criação do antigo Instituto de Resíduos-IR (1996). A função deste instituto seria a elaboração de planos estratégicos para os Resíduos Sólidos Urbanos-RSU, os Resíduos Hospitalares, os Resíduos Industriais e os Resíduos Agrícolas (NUNES et al., 2004).

Com a entrada na CE, entraram fortes investimentos no país, sendo que os primeiros Fundos do Quadro Comunitário de Apoio (1.º QCA 1986-1992) foram usados em importantes obras de infraestruturas, muitas delas destinadas ao tratamento de RSU, o que levou as câmaras municipais a realizar estudos e a consultar órgãos responsáveis para viabilizar a construção de aterros sanitários (FERNANDES, 2006).

Contudo, os primeiros aterros construídos acabariam por se tornar lixeiras a céu aberto sem nenhuma condição de salubridade Nesse período foram elaborados planos setoriais, que não existiam previamente, como o primeiro Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos-PERSU, em 1996.

Este plano resultou da pressão ambientalista através de um levantamento realizado em 1994 pela Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS que denunciou a presença de 325 lixeiras a céu aberto, onde eram

depositados 75% dos RSU (SCHMIDT, 2008). Com o PERSU as lixeiras foram sendo fechadas e transformadas em aterros sanitários, estruturas concernentes que deveriam respeitar e adaptar-se às previsões da Diretiva Comunitária n. 2008/98/CE (artigo 239.º) que definiu metas para reciclagem e valorização dos resíduos urbanos, regendo-se pelo princípio da hierarquia de gestão de resíduos e determinando a priorização dos processos de reciclagem. Com a crescente urbanização, industrialização e conseqüente aumento do consumo nas sociedades modernas, a maior parcela de resíduos é constituída por RSU.

O que fazer com os resíduos? Esta questão tem sido colocada por associações ambientalistas, representantes políticos e pela sociedade civil, preocupados com o destino a dar aos resíduos e os seus impactos no ambiente e na saúde pública. Esta questão vem sendo discutida globalmente desde a sessão plenária da Organização das Nações Unidas-ONU que promoveu a Agenda 21, de 14 de junho de 1992, onde muitos países se comprometeram a dar prioridade à investigação, desenvolvimento de transferências tecnológicas, educação ambiental, e incentivo da aplicação de investimentos públicos e privados na adequada gestão dos resíduos (RUSSO, 2003).

A gestão de resíduos engloba um conjunto integrado de ações que vão desde o controlo, produção, armazenamento, recolha, transferência e transporte, processamento, tratamento e destino final de acordo com os princípios de preservação da saúde pública, economia, engenharia, conservação de recursos e estética. Hoje, falar de gestão de resíduos inclui necessariamente o consumo sustentável da população, pela conhecida designação dos 3 Rs – Redução, Reutilização e Reciclagem. Grande parcela dos resíduos provenientes da indústria e das residências pode ser reutilizada como matéria-prima para outras indústrias. Nalguns países, podem-se observar experiências bem sucedidas através da criação de bolsas de resíduos, uma base de dados – Sistema de Informação Geográfico – em que se lista quem produz o quê, em que quantidades e com que características, para que possam ser novamente reutilizados (RUSSO, 2003).

A reciclagem permite a minimização de resíduos no depósito final; aumenta a flexibilização dos aterros sanitários; melhora as condições de saúde da população; reduz os impactos ambientais e permite a economia de energia e recursos ambientais. Com o Decreto de Lei n. 152/2002 de 23 de maio, uma atualização da Diretiva 1999/31/CEE de 26 de abril, Portugal estabeleceu como meta a gradual redução da presença de resíduos orgânicos nos aterros (FERNANDES, 2006). Esta diretiva fixa a redução de resíduos biodegradáveis

presentes nos aterros, estabelecendo uma redução de 25% em 2006, de 50% em 2009 e por fim, uma redução em 65% em 2016 (RUSSO, 2003).

Em 2007, foi aprovado, pela portaria n. 187/2007 de 12 de fevereiro, o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos-PERSU II, para o período de 2007-2016, que dava prioridade à política de gestão de resíduos, integrando novas exigências formuladas a nível nacional e comunitário e procurando colmatar as limitações do PERSU I. A Agência Portuguesa do Ambiente-APA seria responsável pela elaboração de relatórios anuais, acompanhando e avaliando as medidas adotadas (APA, 2015).

Posteriormente, em 2014, foi aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, a 9 de outubro, o PERSU 2020 para o período de 2014 a 2020. O PERSU 2020 aposta no elevado nível de proteção ambiental e de saúde humana através do incentivo ao desenvolvimento de processos, tecnologias e infraestruturas que sejam mais adequadas ao tratamento dos resíduos. O PERSU 2020 fundamenta-se pelo paradigma de desenvolvimento sustentável, sendo por isso enquadrado nos seguintes princípios: dissociar o conceito de crescimento económico como sinónimo do consumo de materiais e da produção de materiais; aproveitar o potencial dos Resíduos Urbanos no estímulo às economias locais e até para a economia nacional, apostando numa economia verde e, desenvolver a cultura de informação e educação formal/informal das populações para a redução da produção e a separação do lixo (APA, 2015).

Deste modo, o PERSU 2020, orienta-se para cumprir três aspetos essenciais no que respeita ao tratamento de resíduos: 1) incentivar a recolha seletiva; 2) reciclagem e reutilização do lixo e 3) deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis-RUB em aterros (APA, 2015).

Paralelamente, ao PERSU 2020, foi criado o Grupo de Apoio à Gestão-GAG, pela mesma portaria, com a responsabilidade de acompanhar e monitorizar a implementação do Plano. O GAG é composto por um total de 11 elementos: quatro da APA, um de cada Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional-CCDR e dois do governo, sendo as suas atividades acompanhadas de perto pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos-ERSAR (APA, 2015).

A principal aposta para o tratamento de resíduos assenta na adoção de sistemas integrados, que envolvem diferentes processos como a redução, reutilização e reciclagem de resíduos, a compostagem, incineração energética, aterro energético,

aterro de resíduos, programas de educação ambiental e programas de participação comunitária (RUSSO, 2003).

Trata-se de sistemas amplos e alargados, municipais e intermunicipais. Em Portugal existem 30 sistemas de resíduos sólidos (16 municipais e 14 multimunicipais).

Em diversas regiões do país foram criadas empresas com capital proveniente dos municípios e da Empresa Geral do Fomento-EGF, empresa de capitais públicos geridos pelo governo, responsáveis por recolher, tratar e valorizar os RSU. Estas empresas tiveram como meta inicial, no início de 1999, o encerramento de todas as lixeiras municipais e de várias Estações de Transferência de Resíduos Sólidos-ETRS. Com exclusividade, em regime de concessão, na exploração e gestão do Sistema Multimunicipal, o capital social das empresas é financiado, em 51%, pela EGF e os restantes 49% pelos municípios (PARREIRA, 2000).

Desta forma, na região Oeste, a concessão na exploração de aterros é realizada pela sociedade Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.-Resioeste em parceria com a Associação dos Municípios do Oeste-AMO, que abrange os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Na região centro, no distrito de Coimbra, a concessão de exploração do aterro localizado entre as freguesias de Taveiro e Cegonheiras, foi realizado pela Empresa de Resíduos Sólidos do Centro-ESURC até ao final de 2011, ano em que se esperava que a Estação de Tratamento Mecânico-Biológico, em Vil de Matos, fosse concluída (ALVES, 2011).

Em 1997, pelo Decreto de Lei n.º 89/96 criou-se o Sistema Multimunicipal de valorização e tratamento dos RSU do Sul do Douro, cujo regime de concessão e exclusividade na exploração do aterro de Sermonde foi atribuída à Empresa Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A – Sulduouro (MARQUES, 2012).

Também, na região do Douro, em 2001, em parceria com a Associação dos Municípios do Douro Sul-AMDS é criado o Sistema Multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de RSU do Vale do Douro Sul, instituído através do D.L. n. 93/2001, de 23 de março, atribuída à sociedade Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S. A.-Residouro, por um período de 25 anos.

A legislação europeia destaca que até 2020, 50% dos RSU e 70% dos resíduos provenientes da construção e demolição devem ser reciclados. Destaca igualmente que os aterros devem constituir o último recurso para o destino do lixo urbano (GARCIA, 2011).

De acordo, com o relatório da Eurostat, cada cidadão europeu produziu em média, 501 quilos de detritos e apenas 486 quilos/pessoa foram tratados anualmente. No contexto nacional, cada cidadão português produziu 514 quilos de resíduos e apenas 12% dos resíduos foram reciclados, um número bastante inferior à média europeia, que recicla cerca de 25% dos resíduos produzidos (PINTO, 2012).

No período de 1995 a 2007, observou-se a redução da parcela de resíduos urbanos depositados em aterros, de 60% para 42%, no conjunto dos 15 primeiros Estados membros e, a redução de 87% para 70% dos 12 novos Estados membros (GARCIA, 2011). Em Portugal, em 2009 o percentual depositado foi de 62%, período em que se começa a apostar na reciclagem e na incineração (GARCIA, 2011).

Em Portugal continental existem duas incineradoras em funcionamento, uma na região de Lisboa (Valorsul) e outra na região do Porto (Lipor). Apesar de os aterros sanitários se constituírem o principal destino desta tipologia de resíduos no continente, tal não ocorreu na ilha da Madeira, que abriga uma incineradora (XARÁ, 2009).

Na prática, a instalação de aterros sanitários concomitantemente ao fechamento das lixeiras - com exceção das áreas do Grande Porto e da Grande Lisboa, onde foram construídas incineradoras - se constituiu na opção privilegiada. Tal é comumente justificado pela impossibilidade da completa reciclagem dos resíduos, mas também pelas características dos aterros sanitários - uma das práticas mais comuns a nível mundial. A instalação de incineradoras tem sido um assunto polémico que tem encontrado junto às populações forte resistência. Seus defensores alegam a existência de fatores positivos, como a redução do volume dos resíduos a serem depositados, a eliminação de 90% dos resíduos patogénicos e tóxicos e a produção de energia sob a forma de eletricidade ou de vapor de água. Por outro lado, as principais preocupações associadas à sua instalação prendem-se com o elevado custo financeiro e ambiental, nomeadamente na emissão de substâncias perigosas como dioxinas, gases de mercúrio, ácidos e metais pesados presentes nas cinzas derivadas da combustão (RUSSO, 2003).

Os principais protestos, ocorridos entre 1995 e 2002, foram motivados pela escolha da localização dos aterros, que geraram forte discordância das populações que há muito encontravam-se prejudicadas pelos problemas de saneamento básico e que não conseguiam ver nas infraestruturas projetadas um aumento da sua qualidade ambiental (SCHMIDT, 2008).

Nos processos de decisão sobre a localização dos aterros a participação pública foi pífia, ficou limitada ao caráter informativo e consultivo, não incluindo desta forma os interesses das populações locais. Para estas, o ambiente não se restringe unicamente ao ambiente natural, mas também envolve os aspetos políticos, económicos, históricos, sociais e culturais que frequentemente nestes processos tendem a ser desvalorizados (FERNANDES, 2006).

Os primeiros protestos de contestação contra os aterros foram desencadeados por pequenos grupos reativos que despontavam um pouco por todo lado, lembrando ao país a existência de povoações que permaneciam esquecidas politicamente, com pouca voz nos processos decisórios, sobre assuntos que diziam diretamente respeito à sua qualidade de vida. Estes movimentos, deslegitimados pelo discurso político oficial, que os batizou por Não no Meu Quintal - “Not in My Backyard” (SCHMIDT, 2008; MARQUES, 2012) traziam no seu bojo a afirmação de uma identidade vinculada à vivência do local.

Os conflitos ficariam marcados por ações de protesto pacífico em cinco localidades do país, ocorridos entre 1994 e 2002. Foram motivados pela escolha da localização dos aterros. Eram movimentos que tinham por base identidades vinculadas às vivências do local, não conseguiam ver nas infraestruturas projetadas um aumento da sua qualidade ambiental (Schmidt, 2008). Apesar das contestações, todos os aterros sanitários foram construídos nos locais inicialmente projetados, o último em 2002 (FERNANDES, COSTA e MEIRA, 2015; GUIMARÃES e FERNANDES, 2016).

São ilustrativos os casos de Bigorne (1999-2002), Sermonde (1994-2008), Taveiro (1996) e Cadaval (1999-2001) em que, apesar das contestações, os aterros sanitários foram construídos nos locais inicialmente planeados. O caso de Arcena (1998-2004) é exemplificativo de contestações referentes à ampliação e funcionamento dos aterros sanitários e encontra-se vinculado ao conflito sobre a exploração da pedreira da Cimpor no mesmo local, que condicionava o alargamento do aterro sanitário.

Também na Região dos Açores, que possui o seu próprio plano de tratamento de resíduos, ocorreram conflitos relacionados à gestão de RSU. Estes conflitos são mais recentes e concernem-se à contestação do projeto de construção de duas incineradoras no arquipélago: uma na ilha da Terceira, projeto em construção, e outra na ilha de São Miguel, cujo projeto gerou muitos protestos por parte dos cidadãos.

Referências bibliográficas

- APA. Plano Estratégico para os resíduos urbanos 2014-2020 (PERSU 2020). Agência Portuguesa do Ambiente-APA, 19 fev. 2015.
- ALVES, António. ERSUC entrega proposta para Aterro de Taveiro. Diário As Beiras, 12 jan. 2011.
- FERNANDES, Lúcia de Oliveira. O processo decisório da localização de um aterro de RSU: o caso de Sermonde. Dissertação de mestrado em Políticas ambientais na Seção Autónoma de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas da Universidade de Aveiro, 2006.
- FERNANDES, Francisco; COSTA, Inês; MEIRA, Teresa. Multiple landfill sites, Portugal. EJ Atlas, Projeto Environmental Justice Organisations Liabilities and Trade, 2015.
- GARCIA, Ricardo. Deposição de lixo em aterros desceu na UE mas subiu em Portugal. Jornal Público, 19 jan. 2011.
- MARQUES, Maria João de A. e S. Predicting and minimizing opposition to municipal solid waste landfills siting. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Filosofia e Engenharia Ambiental, Tese de DOUTORADO, Lisboa, dez. 2012.
- GUIMARÃES, Paulo E.; FERNANDES, Francisco R. Chaves. Capítulo 1: Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva, p. 19-64. In: GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA, Juan Diego Pérez (coords.). Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente. Rio de Janeiro - Évora. 2016.
- NUNES, João A.; MATIAS, Marisa; COSTA, Susana. Risco, incerteza e conflitos ambientais em Portugal. Atas do V Congresso Português de Sociologia. Universidade do Minho, 2004.
- PARREIRA, José. Aterro do Oeste divide autarcas do PS e oposição. Jornal Público, 18 fev. 2000.
- PINTO, Raquel. Portugal só recicla 12% do lixo municipal. Expresso, 28 mar. 2012.
- RUSSO, Mário Augusto Tavares. Tratamento de resíduos sólidos. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil. Universidade de Coimbra. 2003.

SCHMIDT, Luísa. Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes, Villaverde-Cabral, M., Wall, K., Aboim, S. e Carreira da Silva, Filipe (orgs.). Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp. 285-314.

XARÁ, Susana. Incineração de Resíduos em Portugal. Debater a Europa, n.1, jun./dez. 2009.

2.2. ATERROS SANITÁRIOS

2.2.1 “Encerramento do Aterro Sanitário Já, Pedreira em Arcena Não!”

Resumo

População de Arcena luta contra dois projetos, de infraestrutura, o alargamento do Aterro Sanitário de Mato da Cruz, explorado pela Valorsul, e industrial, a instalação da pedreira da Cimpor. As omissões dos impactos para a qualidade de vida da população levou à reprovação destes projetos pelo Ministério do Ambiente.

O Aterro Sanitário de Mato da Cruz foi instalado em 1998 na localidade de Arcena, com 41 hectares de área que abrangem as freguesias de Alverca do Ribatejo e Calhandriz no concelho de Vila Franca de Xira (O MIRANTE, 2011). Por mais de 20 anos a população local tem sofrido com os malefícios de uma lixeira aberta e, posteriormente, pela instalação do aterro sanitário junto à nascente do rio Crós-Cos, afluente do rio Tejo, que escoia por Arcena, Bom Sucesso e Alverca do Ribatejo (BLOCO DE ESQUERDA, 2011; O MIRANTE, 2011).

O aterro sanitário Mato da Cruz, cuja exploração está a cargo da empresa Valorsul, recebe resíduos provenientes dos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira. Desde 2010 que a empresa Valorsul aponta para a necessidade de alargamento do aterro sanitário em 13,5 hectares, já contemplado no Plano Diretor Municipal-PDM. Segundo a empresa, o alargamento justifica-se pelo aumento de receção de lixo para mais 330mil m³ de forma a garantir o seu funcionamento até ao final da sua concessão em 31 de dezembro de 2020 (SILVA, 2010).

Os moradores têm se mostrado preocupados pelos impactos de degradação nas suas habitações, qualidade de vida e na sua saúde, lamentando que Vila Franca de Xira se esteja a transformar no caixote de lixo da área metropolitana de Lisboa (O MIRANTE, 2011).

A preocupação dos moradores agrava-se porque, além do alargamento do aterro sanitário, estava prevista a exploração de uma nova pedreira pela cimenteira Cimpor S. A., com interesse na extração de margas e calcários numa área

contígua à do aterro, apenas a 800 metros das habitações de Arcena e a 2 km do centro da cidade de Alverca. Devido à urgência do alargamento do aterro sanitário, a Cimpor comprometeu-se a antecipar o projeto de licenciamento da área a fim de extrair o mais brevemente possível a reserva mineral dos terrenos para que estes possam ser rapidamente libertados e colocados à disposição da Valorsul (O MIRANTE, 2011). O Estudo de Impacte Ambiental-EIA da pedreira foi realizado em fevereiro de 2010. A pedreira teria 71,7 hectares e parte dessa área seria posteriormente usada para o alargamento do aterro cujas obras de construção começariam no início de 2012 (CALVÁRIO, 2011).

No fim de 2010 a Câmara de Vila Franca de Xira aprovou a expansão do aterro sanitário de Mato da Cruz e a exploração da pedreira de Arcena pela Cimpor, como projetos de Interesse Público Municipal. Na anterior reunião do executivo, realizada em 19 de maio, a Coligação Democrática Unitária-CDU pediu a retirada da proposta por falta de informação. Mudou o seu voto ao ouvir a garantia da presidente da Câmara de que realizaria uma reunião pública com a população de Arcena. Na mesma reunião a localização escolhida para a expansão do aterro, foi contestada. Em resposta, a presidente afirmou ter tido a garantia de que o alargamento iria ser realizado em terrenos afastados das habitações e que a autarquia iria receber uma compensação de 1 milhão de euros destinados à aquisição de 3 viaturas a serem usadas para a recolha de resíduos sólidos e aquisição de ilhas ecológicas (SILVA, 2010).

O movimento cívico denominado O Estado de Arcena – movimento de cidadãos fundado para defender os interesses da população de Arcena, reuniu, num período de 15 dias, 3.200 assinaturas num abaixo-assinado enviado à Agência Portuguesa do Ambiente-APA. De acordo com os representantes do movimento, a exploração da pedreira pode ter impactos significativos no aterro sanitário associados à instabilidade geológica provocada pelo uso de explosivos, o que pode ser catastrófico para os 31 mil habitantes de Alverca (O MIRANTE, 2011).

Contudo, a aprovação da exploração da pedreira pela Direção Regional de Economia-DRE, depende do parecer da APA. Em janeiro de 2011, a APA dirigiu à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e à Cimpor um ofício onde expressou as suas preocupações sobre os possíveis impactos da instalação da pedreira na região, relacionados com a preservação dos recursos aquíferos, a geologia do terreno, a acessibilidade ao local pela abertura de caminhos e utilização de veículos pesados para transporte, os métodos usados na exploração da pedreira e a futura localização dos depósitos de inertes e tapetes rolantes. Estes possíveis impactos não foram considerados no EIA, o que impediu a APA de tomar uma decisão por falta de informação (O MIRANTE, 2011).

Em abril de 2011, uma comitiva do Bloco de Esquerda-BE, juntamente com integrantes do movimento cívico O Estado de Arcena visitaram o aterro de Mato da Cruz e o local destinado para o seu alargamento. Embora salientassem que a análise dos projetos e a decisão final quanto à sua aprovação era da responsabilidade do Ministério do Ambiente-MA, reforçaram a importância de a avaliação desses projetos incluir propostas de localização alternativas e os impactos sentidos pela população ao longo dos últimos 20 anos (BLOCO DE ESQUERDA, 2011).

No dia 25 de Abril de 2011, o mesmo dia da celebração da Revolução dos Cravos, a população uniu-se em protesto contra a pedreira e o aterro em Arcena, entoando frases de protesto como “Pedreira em Arcena Não!”, “Encerramento do aterro sanitário já” e “Quem luta sempre alcança” (O MIRANTE, 2011).

Perante as fortes contestações dos cidadãos, em maio de 2011, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira revogou a decisão de considerar os projetos de Interesse Público Municipal, sob a justificativa que os impactos não estudados colocavam em causa essa designação (O MIRANTE, 2011).

O Movimento Pró-Informação para a Cidadania e Ambiente-MPI considerou que o EIA deveria ser reprovado pela APA, pois apresentava graves omissões, entre elas: 1) não levar em consideração os reais impactos ambientais e socioeconómicos da exploração da pedreira e do alargamento do aterro sanitário; 2) não ter em conta os ruídos e vibrações decorrentes das explosões usadas na exploração da pedreira, uma situação já denunciada pela população referente à pedreira de Bom Jesus, cujos impactos se fazem sentir em Arcena apesar de se encontrar mais afastada desta localidade; 3) não mencionar a forte desvalorização patrimonial dos imóveis; 4) não apresentar estudos de localizações alternativas para os projetos em causa e, 5) a Valorsul não possuir nenhum estudo sobre os possíveis impactos da exploração da pedreira no aterro sanitário. Normalmente, o que ocorre é o reaproveitamento de pedreiras abandonadas para a instalação de aterros, sendo uma situação pouco comum e inédita em Portugal, a junção de uma pedreira e de um aterro em plena atividade em áreas contíguas. O MPI chamou igualmente atenção para a necessidade de se analisar o impacto que as vibrações provocadas pelas fortes explosões podem ter na capacidade de estancamento das telas que permitem a impermeabilização do aterro, bem como a possibilidade de deslizamentos de terras e resíduos, situação que se agravará em períodos de forte pluviosidade (MPI, 2011; PLATAFORMA PELA RECICLAGEM NA VALORSUL, 2011).

Em setembro de 2011 a APA emitiu parecer desfavorável à instalação da pedreira em Arcena, tendo reencaminhado o mesmo à Secretaria de Estado do Ambiente-SEA, a quem compete a aprovação do EIA e consequentemente a autorização para a exploração da pedreira (O MIRANTE, 2011).

Em 2012, o Partido Ecologista Os Verdes-PEV questionou o governo nas figuras do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território-MAMAOT e do Ministério da Economia e do Emprego-MEE sobre a pedreira de Arcena. O partido mostrou-se surpreendido pelo facto de em dois momentos determinantes na aprovação do projeto - discussão pública do EIA e classificação do projeto como Interesse Público Municipal - a população não ter sido chamada a pronunciar-se. Paralelamente, questionou a urgência da Cimpor na exploração da pedreira em Arcena uma vez que a empresa detém a exploração garantida por 6 décadas de outra pedreira que alimenta a fábrica de Alhandra (PEV, 2012).

A Secretaria de Estado do Ambiente emitiu despacho desfavorável à Declaração de Impacte Ambiental-DIA da pedreira de Arcena, pelo não cumprimento dos requisitos e condicionantes legalmente impostos pelo regime de Reserva Ecológica Nacional-REN, impossibilitando a exploração de inertes no local.

Num colóquio organizado pelo Partido Social Democrata-PSD em Vila Franca de Xira, o secretário de Estado do Ambiente afirmou que apesar de o projeto da pedreira de Arcena ter sido chumbado devido aos significativos impactos na população da região, nem sempre a construção de infraestruturas de grandes dimensões pode ser negada. Adiantou ainda que, caso deixem de existir pedreiras em torno da fábrica de Alhandra, está terá de fechar o que poderá representar a saída da Cimpor do país (CIDADE DE ALVERCA, 2012).

Apesar do despacho desfavorável da Secretaria de Estado do Ambiente-SEA, a população de Alverca ainda receia que a pedreira possa vir a ser explorada em Arcena. De acordo com o presidente do movimento cívico O Estado de Arcena, trata-se de uma questão puramente económica. Quando a crise económica terminar aumentará a procura de cimento o que poderá trazer novamente a público a discussão sobre a exploração da pedreira. Segundo o mesmo, o negócio do lixo e da pedreira movimenta muito dinheiro e os processos relativos aos projetos foram conduzidos “às escondidas” da população (O MIRANTE, 2011). O exemplo mais representativo desta situação verificou-se quando a 1ª reunião pública realizada com a Cimpor, Valorsul, Câmara e população de Arcena foi marcada para uma 5ª feira santa à hora de um importante jogo de futebol. Foi a partir do momento em que a população tomou conhecimento e se manifestou

contra a realização dos projetos em Arcena, que as entidades e a Câmara Municipal mudaram de atitude (O MIRANTE, 2014).

Em 2014, o vereador da CDU acusou publicamente a Cimpor de exercer uma retaliação contra a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao não renovar o protocolo de responsabilidade social em vigor há mais de 6 anos. Este protocolo, iniciado em setembro de 2007, consiste no investimento de 1 milhão de euros destinados às áreas social, cultural, ambiental e outras, no concelho. A bancada da CDU avançou que se trata de uma obrigação moral as empresas contribuírem para o desenvolvimento do concelho onde estão instaladas. A coligação liderada pelo PSD argumentou que esta atitude veio complicar as relações com a Cimpor. Por sua vez, a Cimpor quando contactada salientou que a política de investimento social da empresa prevê o desenvolvimento de 3 programas com ações de voluntariado em que devem participar todos os membros das comunidades locais (O MIRANTE, 2014).

Referências bibliográficas

- BLOCO DE ESQUERDA. Vila Franca - Bloco quer alternativa ao aterro de Arcena. Site do Bloco de Esquerda de Vila Franca de Xira, 20 abr. 2011.
- CALVÁRIO, Rita. Alargamento de aterro sanitário de Mato da Cruz e nova pedreira da Cimpor preocupa população de Arcena e Calhandriz, no concelho de Vila Franca de Xira. Site Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, 6 abr. 2011.
- CIDADE DE ALVERCA. Sem novas pedreiras a Cimpor pode sair de Alhandra e do país. Site da Cidade de Alverca do Ribatejo, 7 abr. 2012.
- MPI. Parecer sobre o estudo de impacte ambiental do projeto da pedreira da Cimpor em Arcena. Blog Movimento pró-informação para a Cidadania e Ambiente, 13 mai. 2011.
- O MIRANTE. População de Arcena juntou 3200 assinaturas contra alargamento do aterro sanitário. Jornal Regional O Mirante, 31 mar. 2011.
- O MIRANTE. Pedreira em Arcena não! Encerramento do aterro sanitário já. Jornal Regional O Mirante, 28 abr. 2011.
- O MIRANTE. Agência do Ambiente emite parecer desfavorável à instalação de uma pedreira polémica em Arcena. Jornal Regional O Mirante, 22 set. 2011.
- O MIRANTE. Cimpor acusada publicamente de retaliar contra a Câmara de Vila Franca ao não renovar acordo social. Jornal Regional O Mirante, 13 mar. 2014. O MIRANTE. Moradores de Arcena ainda temem que a pedreira seja autorizada. Jornal Regional O Mirante, 20 mar. 2014.
- PEV. Pedreira de Arcena preocupa Os Verdes que questionam governo sobre o assunto. Blog Partido Ecologista Os Verdes-PEV, 5 abr. 2012.

PLATAFORMA PELA RECICLAGEM NA VALORSUL. Parecer sobre o estudo de impacto ambiental do projeto da pedreira da Cimpor em Arcena. ADAL, MPI, QUERCUS, mai. 2011.

SILVA, A. de S. Alargamento do aterro sanitário de Mato da Cruz arranca no final de 2012. Jornal Regional O Mirante, 9 jul. 2010.

2.2.2 Protestos contra o aterro sanitário no Cadaval

Resumo

No Cadaval, os moradores organizaram-se num movimento cívico que apontou irregularidades na escolha da localização do aterro sanitário e realizaram protestos e ações até ao ano de 2001, em que o aterro foi inaugurado.

Em 1997, através do Decreto Lei n. 366/97 de 2012 criou-se o Sistema Multimunicipal de valorização e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Oeste. Os municípios abrangidos pelo sistema foram Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Estes municípios formaram a Associação de Municípios do Oeste-AMO.

No Oeste, como em outras regiões do país, foi criada uma empresa exclusivamente com essa finalidade: a Sociedade Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.-RESIOESTE com 51% de capitais públicos, através da Empresa Geral de Fomento-EGF e 49% da AMO.

Esta empresa ficou com a exclusividade, em regime de concessão, da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal para efetuar a futura recolha, tratamento e valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos-RSU. O projeto da empresa tinha como horizonte a selagem de todas as lixeiras municipais e várias Estações de Transferência de Resíduos Sólidos-ETRS com início programado para 1999 (PARREIRA, 2000).

Em 1999, deliberou-se pela escolha de um espaço de 100 hectares situado na Quinta de São Francisco, na confluência dos concelhos do Cadaval, Torres Vedras e Alenquer para sediar a construção do Aterro Sanitário do Oeste-ASO. Em fevereiro de 2000, centenas de cidadãos do concelho do Cadaval pediram a demissão do Presidente da Câmara, então pertencente ao Partido Socialista-PS, por ter aprovado a localização do ASO na Quinta de São Francisco, localizada a menos de 3 km da freguesia de Vilar.

Iniciaram assim uma luta para afastar o aterro das habitações. Nas contestações teceram críticas à AMO por não ter realizado estudos alternativos para a localização do aterro e pelo fato de já ter adquirido a Quinta de São Francisco a um preço bastante acima do valor de mercado (PARREIRA, 2000).

No dia 23 de agosto houve uma manifestação protagonizada por moradores de diversas freguesias dos concelhos de Cadaval, Torres Vedras e Alenquer. Os manifestantes organizaram-se num Movimento Pró-Informação-MPI sobre o aterro sanitário e alegaram a existência de irregularidades na escolha da localização do aterro pela AMO e pela RESIOESTE. Argumentaram que estas entidades não haviam cumprido a Lei de Ação Popular e a legislação sobre aterros, no que respeita à realização de estudos comparativos de localizações.

Na ocasião, o administrador da RESIOESTE alegou que em decorrência da Lei de Ação Popular, seriam elaborados estudos alternativos ficando suspenso o concurso para a adjudicação do aterro até à sua conclusão (PÚBLICO, 1999).

O Ministério do Ambiente e do Território-MAT aprovou o projeto de construção da referida infraestrutura através de uma proposta do Instituto dos Resíduos-IR, em 23 de agosto de 2000. O ato de aprovação foi objeto de queixa do MPI sob o fundamento de que não houve audiência da Câmara Municipal do Cadaval sobre o projeto de construção do aterro, nos termos do Regime Jurídico do Licenciamento Municipal de Obras.

Tanto o MAT quanto o IR e a direção da RESIOESTE alegaram que a Câmara Municipal do Cadaval havia expedido um parecer referente ao projeto em janeiro de 2000. No entanto, verificou-se que o mencionado parecer era referente à localização do aterro e não ao seu projeto de construção.

Em maio de 2001 ocorreram novas manifestações, nas quais estiveram presentes agentes da Guarda Nacional Republicana-GNR. No dia 4, dia do início das obras, cerca de 100 pessoas foram para frente da construção do aterro alegando que a obra era ilegal por desrespeitar o Plano Diretor Municipal e por estar a ser construída sobre um aquífero, a maior reserva hidrográfica da zona de Torres Vedras. Um integrante do MPI foi detido por ter entrado nos limites do terreno da construção. No dia 7, cerca de 50 pessoas impediram o início de mais um dia de obras da construção do aterro sanitário (PÚBLICO, 2001a).

A 27 de julho de 2001, um Provedor de Justiça recomendou ao Ministro do Ambiente a revogação do ato de aprovação do projeto de construção do aterro, após haver analisado as queixas apresentadas pelo MPI.

A esta recomendação o MAT respondeu que o despacho que autorizou o projeto “é juridicamente irrepreensível” e que foram obtidos todos os pareceres legalmente exigíveis para o efeito. As obras continuaram e em 9 de agosto de 2001, o MPI realizou protestos contra a posição do MAT (PÚBLICO, 2001b).

No dia 17 de novembro de 2001, realizou-se a inauguração do aterro sanitário do Oeste. Na ocasião, cerca de uma centena de habitantes das freguesias vizinhas manifestaram-se contra a inauguração, reiterando que o local escolhido era inadequado e que a infraestrutura iria prejudicar o ambiente. O então Ministro do Ambiente socialista respondeu às críticas dos manifestantes e disse que a oposição ao aterro se realizava por um número reduzido de pessoas que estavam a pôr em causa uma obra que serviria 14 concelhos (PARREIRA, 2001).

Menos de um ano após a inauguração do aterro, um dos seus alvéolos ficou inundado. A Associação para o Estudo e Defesa do Ambiente do Concelho de Alenquer-ALAMBI disse que havia indicação de contaminação de solos e do aquífero sobre o qual se encontra o aterro, atribuindo esta situação à sua inadequada localização e fazendo menção à subida do nível freático e às águas acumuladas após período de chuvas (ALAMBI, 2002).

Em novembro de 2006, uma comissão do Partido Comunista Português-PCP promoveu um conjunto de iniciativas no sentido de verificar, in loco, os impactos de cinco anos de funcionamento do Aterro Sanitário de Oeste. Na visita, reuniu-se com o Presidente da Câmara Municipal de Cadaval, que mostrou preocupação com as medidas apresentadas para resolver os problemas estruturais do aterro. Posteriormente, a comissão reuniu-se com as populações de Olho Polido e Vilar que são as mais prejudicadas pelos impactos. Partindo das informações recolhidas, a comissão do PCP considerou que as queixas da população devem ser consideradas e valorizadas, bem como a possibilidade de os aumentos tarifários da RESIOESTE, justificados pelas transferências de lixo para a empresa Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.-AMARSUL em resultado do cálculo incorreto no recebimento de resíduos proposto inicialmente. Como forma de fugir ao Estudo de Impacte Ambiental-EIA, o projeto do aterro previu a receção de 140.000 toneladas/ano, um valor muito insuficiente, uma vez que chegam anualmente 180.000 toneladas de lixo àquele aterro. Esta situação levou a União Europeia-UE a impedir a RESIOESTE de receber mais lixo (CDU CADAVAL, 2006).

Em julho de 2009, a Câmara Municipal do Cadaval, com assento no conselho de administração da RESIOESTE, manifestou-se contra a adesão do concelho do Cartaxo à RESIOESTE, defendendo que a sua entrada implicaria um aumento considerável dos riscos ambientais causados pelo aumento do lixo. Com base num estudo encomendado ao Instituto Superior Técnico, o concelho do Cartaxo ponderou abandonar a Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos

Sólidos-RESIURB (que integra os concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Salvaterra de Magos) e aderir à RESIOESTE. Esta troca justificava-se pela economia de custos, que desceria dos atuais 32,5 euros/tonelada para 17 euros e pela qualidade do serviço prestado (O MIRANTE, 2009).

No ano de 2009, no mês de agosto, a Plataforma das organizações ambientalistas Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS, MPI e Associação de Defesa do Ambiente de Loures-ADAL afirmou que o aterro de Cadaval estava a penalizar as populações vizinhas e, com a mencionada fusão, corria riscos de causar impactos ainda maiores, pois passaria a receber mais resíduos.

A situação administrativa deste aterro mudou em 2011, quando a empresa RESIOESTE se fundiu com a Valorsul (QUERCUS, 2009). Com a fusão esperava-se que os municípios poupassem 100 milhões de euros até 2015 (prazo da concessão) uma vez que passaram a pagar uma tarifa de 20,85 euros/tonelada de lixo depositada no aterro contra os 38,49 euros anteriores. A nova Valorsul ficou responsável pela recolha, tratamento e valorização dos resíduos dos concelhos de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lisboa, Loures, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira (O MIRANTE, 2009a).

Referências bibliográficas

- ALAMBI. Aterro sanitário do Oeste: um problema agravado. Site da Associação para o Estudo e Defesa do Ambiente do Concelho de Alenquer, 19 dez. 2002.
- CDU CADAVAL. Balanço da visita ao Aterro Sanitário do Oeste com o deputado Miguel Tiago. Blog Sapo, 21 nov. 2006.
- O MIRANTE. Câmara do Cadaval não quer Cartaxo no aterro do Oeste. *Jornal Regional O Mirante*, 2 jul. 2009.
- O MIRANTE. Cadaval foi o único município a chumbar a fusão entre a Resioeste e a Valorsul. *Jornal Regional O Mirante*, 8 out. 2009a.
- PARREIRA, José. Aterro do Oeste divide autarcas do PS e oposição. *Jornal Público*, 18 fev. 2000.
- PARREIRA, José. Aterro sanitário do Oeste inaugurado sob contestação. *Jornal Público*, 18 nov. 2001.
- PÚBLICO. Oeste manifestou-se contra aterro sanitário. *Jornal Público*, 24 ago. 1999.
- PÚBLICO. Populares impedem obra de aterro do Cadaval. *Jornal Público*, 7 mai. 2001a.
- PÚBLICO. Movimento organiza manifestação contra aterro do Oeste. *Jornal Público*, 8 ago. 2001b.

QUERCUS. Plataforma alerta para riscos associados ao aterro do Cadaval. *Quercus*, 20 ago. 2009.

2.2.3 “Área de turismo e lazer nunca aterro há de ser!”

Resumo

Em Sermonde, a população questionou o processo de escolha da localização do aterro, organizando-se num movimento cívico, que além de questionar o Estudo de Impacte Ambiental-EIA apresentou queixa à Comunidade Europeia-UE.

No que concerne o tratamento de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira, decidiu-se, em 1992, pela construção de um aterro sanitário que possibilitasse o encerramento da lixeira localizada em Canedo, Santa Maria da Feira, cuja previsão de fecho era o ano de 1993. Os estudos realizados na ocasião indicaram a localidade de Sermonde como preferencial para a construção do aterro.

Em 1994, um vereador tornou pública a intenção da construção do aterro sanitário em Sermonde, divulgando esta informação à Junta de Freguesia local. Até esse momento, o processo de escolha de localização do aterro não tinha sido publicitado, decorria internamente na estrutura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Perante a divulgação da escolha de Sermonde, os autarcas de Sermonde e Serzedo, a localidade vizinha, questionaram a falta de transparência no processo de escolha e protestaram por não terem sido informados sobre o seu andamento (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1994). A população local também expressou descontentamento quanto à decisão e organizou-se numa ONGA: a Associação de Defesa do Ambiente de Sermonde e Serzedo-PINUS.

Em abril de 1994, na ocasião da Presidência Aberta sobre o Ambiente, foi entregue ao Presidente da República um abaixo-assinado contra a localização do aterro, contendo 3.250 assinaturas de residentes em Sermonde e Serzedo. O documento relatava a preocupação destas populações quanto ao desaparecimento de espaços verdes, à existência de aglomerados populacionais a cerca de 300 metros da zona indicada para a infraestrutura, à proximidade de escolas a cerca de 500 metros, ao abastecimento de água através de poços particulares e à contaminação da linha d'água (FERNANDES, 2006).

Realizaram-se reuniões nas quais os moradores das duas localidades discutiram os impactos dos aterros sanitários juntamente com técnicos das áreas de saúde, engenharia sanitária e membros da Associação Nacional de Conservação da

Natureza-QUERCUS. Os Estudos de Impacte Ambiental-EIA estavam a ser realizados pela Sociedade de Engenharia e Inovação Ambiental S.A.-SEIA (JORNAL DE GAIA, 1994).

As Juntas de Freguesia de Sermonde e Serzedo encomendaram contra-pareceres para avaliar o estudo realizado a pedido da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e o parecer favorável dado pela Divisão de Ambiente dessa Câmara. Estes contra-pareceres foram elaborados pelo Diretório de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto-DG/FC/UP e pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-FDUC.

Houve reuniões abertas na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e determinou-se, através de consulta pública, a realização de estudos adicionais para a localização do aterro. Em 1995, criaram-se duas comissões, uma consultiva e uma de acompanhamento, das quais participaram membros da Câmara e da Pinus, e iniciaram-se novos estudos em três locais de Vila Nova de Gaia: Sermonde, Olival e S. Félix da Marinha, e um em Santa Maria da Feira: Mosteirô.

Em janeiro de 1996, teve início o processo de consulta pública dos estudos, que decorreu durante 15 dias. A Pinus e a Junta de Freguesia de Sermonde requereram uma cópia dos estudos. Inicialmente negada, esta acabou por ser disponibilizada em maio, dois meses depois da decisão sobre a localização já ter sido tomada, optando por Sermonde. A Pinus organizou protestos contra a decisão da localização do aterro e solicitou audiências com o Ministério do Ambiente. Em junho, a Pinus apresentou um documento com críticas aos três volumes do EIA, onde afirmava que as zonas recreativas, residenciais e elementos do património haviam sido negligenciados nos estudos, e que a componente psicossocial não tinha sido estudada. Além disso, e de acordo com o Plano Diretor Municipal-PDM, a área de Sermonde não era compatível com a infraestrutura.

A Quercus contestou a escolha da localização através de uma carta ao Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia em 29 de novembro de 1996. Nessa carta a associação caracterizou o processo como não transparente e como social e ambientalmente injusto. Destacou também que a apreciação feita pelo Departamento de Geologia-DG da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto-UP colocou em causa a validade da seriação dos locais (QUERCUS, 1996).

Em dezembro de 1996, a Pinus entregou o parecer da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-UC sobre a legalidade da localização. Este documento

questionou a utilização do EIA como mera formalidade para justificar uma decisão já tomada e não efetivamente para a tomada da decisão sobre a localização do aterro.

Ainda em 1996, dois recursos contenciosos sob a forma de ação popular foram entregues ao Tribunal Administrativo do Porto com o objetivo de anular a deliberação da aprovação do projeto: um dos recursos foi proposto pela Pinus e outro por moradores afetados.

Em 1997, através do Decreto Lei n. 89/96, criou-se o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Sul do Douro. Em regime de concessão e exclusividade, a exploração e gestão do sistema multimunicipal foram atribuídas à Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A.-Suldouro.

A Pinus fez uma queixa à Comissão Europeia-CE impugnando a decisão europeia de 11 de março de 1997 de concessão de Fundos de Coesão para a 1ª fase do projeto do aterro. A associação reiterava a afirmação de ilegalidade do aterro devido à condução do processo de decisão que o envolveu. Em outubro, Bruxelas respondeu que o processo fora arquivado, mas, caso fossem apresentados novos elementos susceptíveis de configurar a existência de infracções às disposições de direito comunitário, a queixa poderia ser novamente apreciada.

O aterro sanitário foi inaugurado no dia 11 de julho de 1999 após um processo demarcado por conflitos e oposições entre o governo central e municipal e as populações, o que evidenciou a falta de confiança nos poderes públicos e a ausência de práticas participativas na tomada de decisões (FERNANDES, 2006).

Em 2008, a Suldouro anunciou a construção de uma central de valorização orgânica para receber resíduos biodegradáveis dos municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia. A central será constituída por uma Unidade de Digestão Anaeróbica, que será responsável pelo tratamento desses resíduos através do processo de digestão anaeróbica com recuperação do biogás produzido e posterior maturação/higienização aeróbica do composto resultante. A unidade servirá a uma população de 446 mil habitantes e terá um orçamento de 22 milhões de euros, sendo previsto o prazo de 2 anos para a sua construção. A responsabilidade da obra cabe ao consórcio formado pela empresa alemã Haase e as empresas portuguesas Sitel, Construção e Manutenção Electrodinâmica S.A-CME e Sotecnisol (LUSA, 2008).

Em 2016, o aterro de Sermonde completou 17 anos, armazena cerca de 2,3 milhões de toneladas de resíduos, está quase cheio e será selado no próximo ano para depois ser transformado num parque de lazer. A Lipor começou, em novembro, a canalizar os resíduos municipais de Gaia e Santa Maria da Feira para o aterro de Canedo, na Feira. (RTP, 2016).

Referências bibliográficas

- FERNANDES, Lúcia de Oliveira. O processo decisório da localização de um aterro de RSU: o caso de Sermonde. Dissertação de mestrado em Políticas Ambientais na Secção Autónoma de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas da UA-Universidade de Aveiro, 2006.
- JORNAL DE GAIA. Assembleia de freguesia discute aterro sanitário. 16 mar. 1994.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. Sermonde exige transparência no processo do aterro de Gaia, 27 fev. 1994.
- LUSA. Gaia: Suldouro constrói em Sermonde central de valorização orgânica orçada em 22 milhões de euros. Jornal Expresso, 13 jun. 2008.
- QUERCUS. Carta ao Presidente da Câmara de Gaia. Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza, Site Quercus, 29 nov. 1996.
- RTP. Aterro de Sermonde, Gaia, já não recebe lixo doméstico e será selado em 2017, RTP Notícias, 30 de junho de 2016.

2.2.4 Luta contra aterro sanitário em Taveiro

Resumo

Mesmo perante a intensa mobilização popular e protestos contra a construção do Aterro Sanitário Municipal de Taveiro, localizado no distrito de Coimbra, por decisão unilateral dos agentes governamentais, a obra foi concluída. As reservas da população quanto aos impactos deste no ambiente e saúde pública não foram consideradas.

A freguesia de Taveiro, no distrito de Coimbra, abrigou durante 16 anos uma lixeira a céu aberto. No início de 1994, o município de Coimbra decidiu encerrar esta lixeira oferecendo à Empresa de Resíduos Sólidos do Centro-ERSUC os terrenos necessários para a construção de um aterro sanitário naquela localidade. Estes terrenos localizam-se entre Taveiro e Cegonheiras. No mesmo ano, o município aprovou o projeto de construção entregue pela ERSUC.

O contrato de cedência do terreno entre a Câmara Municipal de Coimbra e a ERSUC foi assinado a 12 de maio de 1999, onde a autarquia recebeu o equivalente a noventa mil euros, tendo a ERSUC assumido o compromisso de restituir o terreno no primeiro mês de 2011 (ALVES, 2011).

A Câmara Municipal de Coimbra decidiu que Taveiro seria a localidade a receber um aterro multimunicipal que serviria 36 municípios. A população local contestou tal decisão, através da Junta de Freguesia e organizada num movimento cívico, alegando a sua ilegitimidade devido à ausência da participação popular.

Em 20 de setembro de 1995, a Junta e Assembleia de Freguesia de Taveiro comunicaram à população que não obtiveram resultados nas suas tentativas junto à Câmara Municipal de Coimbra, de mudar a localização do futuro aterro sanitário. Os argumentos dos representantes da Câmara Municipal centraram-se na necessidade de aproveitar o financiamento comunitário destinado à construção de aterros sanitários, deslegitimando as manifestações e argumentos, tratados como “questões de menor importância” (QUARESMA, 1996).

O ano de 1996 foi o ano em que os protestos contra a construção do aterro em Taveiro chegaram ao seu ápice. Em maio, os moradores de Taveiro, Cegonheiras e Anobra realizaram um corte “simbólico” da ponte de Santa Clara, impedindo o acesso dos camiões ao futuro aterro sanitário e o depósito de lixo na lixeira

em utilização. Esta ação obrigou a autarquia a suspender a recolha do lixo, que se amontoou dentro (e fora) dos contentores. O bloqueio impediu também que os resíduos da Queima das Fitas – cerca de 4 toneladas – fossem depositados na antiga lixeira. Realizou-se uma reunião com o Governo Civil em que foi feito um apelo ao consenso entre as diversas partes do processo. Houve a proposta e concretização da criação de uma comissão de acompanhamento e de fiscalização das empreitadas.

No dia 11 de maio, a intervenção de uma força especial da Guarda Nacional Republicana-GNR, com mais ou menos uma centena de homens dispersou, em 2 minutos, a população que se encontrava há vários dias no local, organizada em piquetes, impedindo o acesso à lixeira (ALVES, 2014). O movimento de protesto teve como um dos focos principais a falta de diálogo e de transparência na escolha da localização do aterro sanitário. Os habitantes afirmavam a ausência de espaços de diálogo e de negociação e a falta de prestação de informações aos cidadãos. Houve necessidade de mover processos ao município para poder ter acesso ao projeto de construção do aterro e a documentos de caráter público, que não estavam a ser disponibilizados para consulta.

A comissão local, em articulação com uma Comissão Representativa de Cidadãos Envolvidos na Defesa do Ambiente formada por associações locais, defendia: a definição de um plano de recuperação das lixeiras; a suspensão da veiculação da informação - realizada pelo governo - de que os aterros sanitários seriam totalmente inócuos; que o governo criasse um plano de garantias (quanto a riscos ambientais e à saúde pública) para as entidades que iriam explorar estas estruturas e, que se elaborasse uma política global centrada na redução, reutilização e reciclagem de resíduos (NUNES et al., 2004).

As reações e reivindicações da população evidenciam que o governo definiu o problema baseado num modelo de risco, associado à avaliação técnica do risco e à prevenção, excluindo não especialistas e modos de conhecimento e de experiência “não-científicos”. Por sua vez, os cidadãos e as organizações e movimentos buscaram estabelecer ligações entre problemas ambientais e de saúde de forma a promover a intervenção pública incorporando as experiências e conhecimentos da comunidade sobre o ambiente e a saúde (NUNES et al., 2003).

Neste sentido, Taveiro representa um claro exemplo de como o governo tratou a tomada de decisões quanto à gestão dos resíduos no país, tratando-o como um processo de negociação exclusivo entre o Governo central e a autarquia local, excluindo os cidadãos do debate e da decisão. Ao mesmo tempo, ilustra a

articulação cidadã no desenvolvimento da ação coletiva e de alianças que questionaram a forma como o processo de decisão pública vinha sendo realizado, exigindo maior transparência, abertura e resposta por parte do governo e da autarquia local (NUNES et al., 2004; NUNES et al., 2009).

No fim de 2010, a empresa ERSUC pediu o prolongamento de mais um ano de exploração do contrato de utilização do Aterro Sanitário Municipal de Taveiro, que teria de entregar antes do dia 24 de janeiro de 2011. Este pedido foi justificado pelo atraso na construção da Estação de Tratamento Mecânico-Biológico, em Vil de Matos, que, segundo a empresa, só iria entrar em período de teste no verão de 2011. Com a expiração do contrato o aterro passou a ser um bem municipal e como tal, a sua entrega deve pressupor o seu adequado encerramento e recuperação de acordo com a legislação em vigor (ALVES, 2011).

Referências bibliográficas

- ALVES, António. ERSUC entrega proposta para o aterro de Taveiro. *Diário As Beiras*, 12 jan. 2011.
- ALVES, António. Aterro de Taveiro alvo de fortes protestos - 1996. *Diário As Beiras*, 15 mar. 2014.
- NUNES, João A.; MATIAS, Marisa; COSTA, Susana. Household waste management and public accountability in Portugal: the case of the Taveiro landfill, Waste Management Case Study (PORTUGAL), Public Accountability Research Project (HPSE-CT2001-00076), 2003.
- NUNES, João A.; MATIAS, Marisa; COSTA, Susana. Risco, incerteza e conflitos ambientais em Portugal. V Congresso Português de Sociologia. Universidade do Minho, 2004.
- NUNES, João Arriscado et al. Da regulação à prática: Processos de “public countability” em Portugal. Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação Atelier: Cidadania e Políticas, 2009.
- QUARESMA, Pedro. Taveiro, Coimbra. Lixeira + Aterro? Não Nos Lixem! 23 nov. 1996.

2.2.5 “Condensado o local escolhido para o aterro sanitário do Douro Sul”

Resumo

A escolha do local para o aterro sanitário de Bigorne desencadeou fortes ações de protestos de várias localidades. Foram apontados problemas ambientais relativos ao local escolhido para a sua construção, mas a obra foi aprovada.

No ano de 1999, a Câmara Municipal de Lamego (distrito de Viseu) deliberou pela escolha da localidade de Bigorne para instalar o aterro sanitário da Associação de Municípios do Douro Sul-AMDS. A autarquia de Lazarim (freguesia vizinha a Bigorne), juntamente com dois proprietários de terrenos incluídos na área a expropriar para a instalação do aterro, interpuseram uma providência cautelar visando travar a sua construção. No início de agosto, o Tribunal de Lamego deu provimento à providência cautelar e poucos dias depois a Câmara de Lamego e a AMDS contestaram esta decisão (CORVACHO, 1999; LORENA, 1999a).

Estes acontecimentos foram acompanhados por uma série de protestos que questionavam a localização do aterro sanitário e incluíram ações para impedir a sua construção. No dia 13 de agosto de 1999, dezenas de habitantes das freguesias de Lazarim e Bigorne - apesar da presença de uma viatura da Guarda Nacional Republicana-GNR no local - impediram a passagem de um veículo pesado que se destinava a alargar um caminho de acesso aos terrenos previstos para a construção do aterro (LORENA, 1999b).

Na mesma altura a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS destacou duas engenheiras do ambiente para estudar um local alternativo para a instalação do aterro sanitário. A associação declarou que Bigorne não era uma localidade adequada à construção do aterro porque o terreno escolhido está a cerca de 100 metros de uma linha de água importante para as povoações situadas a jusante, porque o teor de água no solo do local é elevado e porque a Estação de Tratamento de Águas Residuais-ETAR prevista para este aterro não garantia um tratamento completo dos efluentes. Como alternativa, a Quercus indicou o local de Covas de Estanho, no concelho de Tarouca, local este que o Instituto Geológico e Mineiro-IGM declarou não apresentar inconvenientes à instalação de um aterro (QUERCUS, 2000).

A Junta de Freguesia de Lazarim propôs o estudo da zona de Rabo de Cadela, no concelho de Lamego, como alternativa a Bigorne e a AMDS comprometeu-se a analisar estas possibilidades.

Em janeiro de 2000, perante rumores de que as obras de construção do aterro seriam iniciadas, cerca de uma centena de habitantes das freguesias de Lazarim e Bigorne voltaram a concentrar-se nesta última localidade com o intuito de se opor à eventual entrada de máquinas, o que não aconteceu. No fim do mesmo mês, o Presidente da Câmara Municipal de Lamego declarou que as obras iriam avançar. Os protestos continuaram e a população deslocou-se sistematicamente ao local, impedindo a construção do aterro.

No entanto, no dia 21 de março de 2000, apesar da presença da população e recorrendo ao uso da força policial, as máquinas entraram no terreno e tiveram início as obras de construção do aterro (LORENA, 2000a).

As obras prosseguiram e no dia 28 de março a população voltou ao local, que permanecia sob vigia de centenas de agentes da GNR. O Partido Comunista Português-PCP posicionou-se condenando “o aparato do aparelho repressivo e as manifestações de violência” contra a população de Bigorne, Lalim e Lazarim (AVANTE, 2000).

No dia 30, aproximadamente 400 habitantes de Lazarim, Bigorne, Lalim e Mazes foram até Viseu, a capital do distrito, e manifestaram-se perante o Governo Civil contra o local escolhido para a construção do aterro sanitário cuja lista de expropriações incluía dois hectares de baldios na região. A manifestação foi organizada por um dos dirigentes do Secretariado de Baldios do Distrito de Viseu, Manuel Rodrigues, e pelo presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, António Amândio Lourenço.

No dia 30, aproximadamente 400 habitantes de Lazarim, Bigorne, Lalim e Mazes foram até Viseu, a capital do distrito, e manifestaram-se perante o Governo Civil contra o local escolhido para a construção do aterro sanitário cuja lista de expropriações incluía dois hectares de baldios na região. A manifestação foi organizada por um dos dirigentes do Secretariado de Baldios do Distrito de Viseu, Manuel Rodrigues, e pelo presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, António Amândio Lourenço.

Os manifestantes, acompanhados por elementos da Confederação Nacional da Agricultura-CNA e por membros de várias assembleias de baldios de Viseu, caminharam de forma silenciosa, empunhando cartazes contra o aterro e o

governo. Manuel Rodrigues e Amândio Lourenço fizeram um pequeno comício e entregaram ao Governo Civil um abaixo-assinado de protesto contra o aterro com mais de mil e cem assinaturas, e um documento dirigido aos Primeiro-Ministro, ministros do Ambiente e da Administração Interna (LORENA, 2000b).

As obras continuaram e em julho de 2000 os autarcas de Bigorne e Lazarim enviaram uma carta à Presidência da República solicitando a declaração de estado de sítio e a intervenção das forças armadas no local questionando a legalidade da construção pois a sua realização estaria desacatando decisões judiciais e constitucionais, através da “invasão” de terrenos baldios e privados situados nos arredores (LORENA, 2000c; LORENA, 2000d).

A despeito das contestações judiciais sobre as desapropriações dos terrenos e não havendo mais intervenções, as obras prosseguiram e as manifestações tiveram fim. Em 2001, o município de Lamego, juntamente com os demais municípios do Vale do Douro, criaram o Sistema Multimunicipal de Triagem-SMT, recolha seletiva, valorização e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Vale do Douro Sul, instituído através do D. L. n. 93/2001, de 23-03. Em regime de concessão e exclusividade, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal foram atribuídas à sociedade Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S. A.-Residouro por um período de 25 anos.

Em janeiro de 2002, o aterro sanitário de Bigorne foi inaugurado. A TSF Rádio Notícias transmitiu uma declaração do então Primeiro-Ministro José Sócrates na qual qualificava como “sem razão de ser” as manifestações que antecederam a construção do aterro. Após a inauguração, a Quercus pronunciou-se classificando o aterro de Bigorne como um “perigo ambiental”, situado próximo de uma linha de água, e destacou que o aterro deveria ter uma estação de compostagem para evitar a poluição e possibilitar a reciclagem de materiais (TSF, 2002a; TSF, 2002b).

Referências bibliográficas

- AVANTE. Aterro Sanitário de Bigorne. Populações não desistem. Site Avante, 13 mar. 2000.
- CORVACHO, Nuno. Tribunal trava aterro do Douro-Sul. Público online, 2 ago. 1999.
- LORENA, José Guilherme. Câmaras contestam providência para travar o Aterro Douro-Sul. Publico online, 13 ago. 1999a.
- LORENA, José Guilherme. População bloqueia aterro do Douro-Sul. Público online, 14 ago. 1999b.
- LORENA, José Guilherme. David impotente ante Golias. Público, 22 mar. 2000a.

LORENA, José Guilherme. Romagem de protesto em Viseu. Público, 31 mar. 2000b.
LORENA, José Guilherme. Autarcas indignados pedem Estado de Sítio. Público, 12 jul. 2000c.
LORENA, José Guilherme. Autarcas reclamam exército. Público, 13 jul. 2000d.
QUERCUS. Declaração do presidente da câmara de Lamego complica situação do aterro. Site Quercus, 27 jan.2000.
TSF. Aterro bem vindo em Bigorne. Site TSF Rádio Notícias, 21 jan. 2002a.
TSF. Quercus classifica aterro de Bigorne como um perigo ambiental. Site TSF Rádio Notícias, 21 jan. 2002b.

2.3. INCINERAÇÃO

2.3.1 Protestos contra duas incineradoras de RSU nos Açores

Resumo

O plano de gestão de resíduos sólidos urbanos dos Açores prevê a construção de duas incineradoras na região: uma na ilha de São Miguel e outra na ilha da Terceira, esta última, aliás, em construção desde 2014. A decisão da sua construção têm vindo a ser contestadas por associações ambientalistas e partidos políticos.

Existem centenas de pequenas lixeiras clandestinas em várias ilhas dos Açores, a maioria das quais constituídas por sucata e Resíduos Sólidos Urbanos-RSU. Em 2003, a Associação dos Municípios da Ilha de São Miguel-AMISM anunciou a intenção de construção de uma incineradora na ilha. Esta possibilidade foi contestada pela Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS.

Chamaram a atenção para o fato de a incineração ser o processo de tratamento de RSU mais dispendioso e afirmou que a adoção da incineração geraria poluição e iria contra as diretivas comunitárias que estabelecem elevadas metas de reciclagem (AÇORES GLOBAL, 2004).

Em 2008, o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores-PEGRA previa que a valorização energética somente seria admitida como última alternativa, depois da reutilização, reciclagem e valorização orgânica. A proposta do PEPGRA de 2008 previa a instalação de um Ecoparque na ilha de São Miguel com uma solução integrada de gestão de resíduos - centro de triagem, central de compostagem, aterro para resíduos perigosos e não-perigosos e incineração (MONIZ, 2014).

Com a elaboração de um novo plano de gestão de resíduos para a região autónoma dos Açores em 2013, retomou-se a intenção da construção de incineradoras no arquipélago e foram realizados Estudos de Impacte Ambiental-EIA referentes a estas estruturas. Este plano de 2013 previa a construção de duas incineradoras na região autónoma, uma localizada na ilha da Terceira e outra na ilha de São Miguel.

Em junho de 2013, a Quercus apresentou uma queixa junto da União Europeia-UE por considerar que o projeto de incineração defendido pelo Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores-PEGRA não cumpria as diretivas de RSU. Em julho, a Quercus apresentou às instituições europeias uma segunda queixa contra o Estado português por incumprimento da hierarquia comunitária de tratamento de resíduos previsto na Diretiva n. 2008/98/CE (artigo 239.º), que estabelece uma hierarquia para a gestão de resíduos, em que a reciclagem surge a montante da valorização energética e a inversão desta hierarquia somente poderia ser realizada mediante a aprovação de um estudo de análise de ciclo de vida que a justificasse, o que não foi feito neste caso. Em alternativa à incineração de RSU, a Quercus defende o tratamento mecânico e biológico, alegando que já existem em Portugal unidades destas que conseguem reciclar cerca de 60% dos resíduos indiferenciados (CORREIO DOS AÇORES, 2013).

Em novembro de 2013, o presidente da AMISM assegurou que o projeto de incineração de resíduos iria avançar através de uma parceria público-privada. Referiu que a associação necessitava de 10 milhões de euros para avançar com o projeto de incineração, uma vez que o restante seria assegurado por fundos comunitários. A Quercus e a Associação Amigos dos Açores pronunciaram-se contrariamente e lamentaram esta decisão (LUSA, 2013).

Para a construção da central de valorização de resíduos por incineração em São Miguel concorreram três consórcios: dois formados por empresas da Áustria e Portugal e o terceiro por empresas de Espanha e Finlândia. Em abril de 2014, a AMISM anulou o concurso para a instalação da incineradora na ilha. As três propostas apresentadas ultrapassaram o valor base estipulado de 80 milhões de euros. A AMISM declarou que iria reformular o processo e lançar novo concurso (RTP, 2014). No mesmo mês, realizou-se um debate público sobre esta temática em Ponta Delgada, capital da ilha. Na ocasião, o Bloco de Esquerda-BE afirmou que a opção pela construção de incineradoras nos Açores privilegiaria o lucro de empresas privadas em detrimento do ambiente e da saúde das populações locais e das gerações futuras. A incineração geraria menos empregos do que o tratamento mecânico e biológico e levaria ao não cumprimento das metas de reciclagem, sendo por isso uma opção “não sustentável, não inclusiva e não inteligente” (ESQUERDA.NET, 2014).

Apesar da oposição ao projeto, as obras de construção da incineradora na ilha da Terceira arrancaram no início de 2014. A instituição responsável pelas obras (localizadas nas autarquias de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória)

foi a Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da ilha Terceira-TERAMB, tendo a infraestrutura começado a funcionar em 2015 (LUSA, 2014b).

No mês de novembro de 2014, a AMISM lançou um novo concurso para a construção da incineradora em São Miguel com o valor de 68 milhões de euros (LUSA, 2014a). O BE propôs que a decisão sobre a construção da incineradora na ilha de São Miguel fosse a referendo, mas a proposta foi chumbada pelo Partido Socialista-PS e pelo Partido Social Democrata-PSD. Também representantes do Partido Ecologista Os Verdes-PEV manifestaram discordar da construção da incineradora em São Miguel e opõem-se à incineração como método de tratamento de resíduos defendendo o investimento na redução substancial da quantidade de resíduos produzida, na reutilização e na criação de um sistema de reciclagem robusto. Aliás, este projeto de incineração pode constituir-se numa ameaça ao turismo nos Açores, que é valorizado pelas suas características naturais e de eco sustentabilidade (PEV, 2014).

Entretanto, em março de 2016, a Quercus informou que o sistema de gestão de resíduos da ilha Terceira estagnou, a reciclagem de embalagens processou pouco mais de 25% dos resíduos recicláveis, quando em 2020 teria de atingir meta de reciclagem de 50%, estabelecida pelo governo regional para permitir a construção da unidade de incineração. Enquanto outras ilhas dos Açores, como Ilha das Flores e Graciosa que possuem o sistema defendido pela Quercus (Tratamento Mecânico e Biológico-TMB), atingiram valores de reciclagem da ordem dos 90%. (AMBIENTE, 2016).

Em novembro de 2016, o presidente da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel-AMISM afirmou que a construção da incineradora de resíduos só poderia avançar mediante a construção de uma central hídrica reversível que assegurasse a venda de energia à Empresa de Eletricidade dos Açores-EDA, uma vez que não existe atualmente capacidade da rede pública para garantir o fornecimento desta eletricidade (LUSA, 2016).

No final de 2016 o projeto da construção da incineradora de São Miguel está em fase de concurso público, havendo somente uma proposta em análise, a do consórcio luso-germânico CME e Steinmüller Babcock Environment, no valor de 64 milhões de euros. (LUSA, 2017).

Em janeiro de 2017, o responsável pelo movimento “Salvar a Ilha Contra a Incineração em São Miguel”, num encontro que promoveu a

reflexão sobre o tema em Ponta Delgada, afirmou que existem métodos alternativos menos poluentes para tratamento dos resíduos em causa e que gostaria de ver os mesmos implementados, uma vez que as incineradoras libertam gases e cinzas altamente cancerígenas para a população, e já existe na região uma grande incidência de cancro (LUSA, 2017).

Em fevereiro de 2017, foram anunciados novos fundos da UE à candidatura do Ecoparque de São Miguel, pela comissão de gestão do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos-POSEUR, tendo sido atribuídos 70 milhões, dos 87 milhões que o projeto contempla. O BE/Açores lembrou, no entanto, que a construção da central hídrica reversível, condição “sine qua no” para avançar com o processo de incineração em São Miguel, afinal já não vai avançar, o que só demonstra a incongruência do projeto (AÇORIANO ORIENTAL, 2017).

O movimento “Salvar a ilha contra a incineração em São Miguel” entregou ao parlamento açoriano uma petição “Contra a incineração em São Miguel” com 1850 assinaturas.

Referências Bibliográficas

- AÇORES GLOBAL. Açores, uma reserva natural em perigo. Açores Global, 5 jan. 2004.
- AMBIENTE. Ilha Terceira muito longe das metas de reciclagem, Ambiente, 9 de mar. de 2016.
- AÇORIANO ORIENTAL. Fundos da UE para a incineração nos Açores aprovados por comissão do POSEUR. Açoriano Oriental-AO. 11 fev. 2017.
- BERENGUER, Márcio. Concurso para nova incineradora nos Açores está a ser investigado. Público. 3 jun. 2017.
- CORREIO DOS AÇORES. Quercus apresenta nova queixa em Bruxelas contra incineradora nos Açores. Correio dos Açores, 11 jul. 2013.
- ESQUERDA.NET. Opção pela incineração nos Açores não teve em conta saúde pública. Esquerda Net, 6 de abril de 2014.
- LIMA, António. Contestação à construção de uma incineradora de resíduos em São Miguel - perguntas e respostas. Esquerda.net. 28 fev. 2017.
- LUSA. Incineradora só avança em São Miguel se for construída hídrica reversível. Açoriano Oriental-AO. 23 nov. 2016.
- LUSA. Manifesto pede suspensão do processo de construção incineradora em São Miguel. Açoriano Oriental-AO. 19 jan. 2017.
- LUSA. Açores registram redução de resíduos enviados para aterro em 2016. Açoriano Oriental-AO. 17 mai. 2017.

LUSA. Incineração vai avançar em São Miguel com parceria pública ou privada. Açoriano Oriental, 18 nov. 2013.

LUSA. Municípios de São Miguel avançam com concurso para incineração de resíduos. Jornal Açores 9, 5 nov. 2014a

LUSA. Incineradora de São Miguel produzirá 10% da energia consumida na ilha em 2018. Visão, 7 nov. 2014b.

MONIZ, Manuel. Incineração enfiada no plano sobre gestão de resíduos dos Açores. Ambiente Diário dos Açores, 5 mar. 2014.

PEV. Os Verdes contestam a construção de incineradora em São Miguel e reafirmam a sua oposição a este método de tratamento de resíduos. Comunicado Partido Ecologista Os Verdes-PEV, 7 nov. 2014.

RTP. AMISM anula concurso para incineradora em São Miguel. Antena 1 Açores, 8 abr. 2014.

3. RESÍDUOS NUCLEARES

3.1 “Queremos hospitais, cultura e progresso: não queremos ser a lixeira nuclear da Europa”

Resumo

Em meados da década de 1980, as associações portuguesas mobilizaram-se contra a instalação de uma lixeira de resíduos nucleares junto à fronteira portuguesa, no município de Aldeadávila de la Ribera, província de Salamanca (Espanha). Em 2014, surgem novos protestos de portugueses provocados pelo anúncio da abertura de uma mina de urânio a céu aberto na mesma região espanhola, em Retortillo.

Em 1987, o governo espanhol estuda a hipótese de instalar um laboratório experimental para Armazenamento Terminal de Resíduos Radioativos de Alta Atividade-ATRRAA, junto à fronteira portuguesa. A localização pretendida era a vila de Aldeadávila de la Ribera (Salamanca, Espanha), situada na bacia hidrográfica do Douro Internacional, a cerca de 4 km da fronteira portuguesa, responsável, na época, pela distribuição de água a quase metade dos 10 milhões de portugueses (REYNA, 1987).

A escolha deste local foi criticada por alguns especialistas. Se, por um lado, a qualidade impermeável dos granitos existentes nessa zona poderia garantir o isolamento do depósito para períodos da ordem de 50.000 a 500.000 anos, em função da longa vida de alguns isótopos contidos nesses resíduos e do seu decaimento para níveis susceptíveis de não causar danos às populações e ao ambiente, por outro, a estabilidade sismo tectónica do Domínio do Douro Internacional, onde Aldeadávila se situa, foi posta em causa por não se coadunar com os critérios das próprias centrais nucleares. Receava-se a fratura dos granitos, tornando-os assim permeáveis à radioatividade (RIBEIRO, BARRIGA e CABRAL, 2008).

A este projeto estava associado um pedido de investimento de US\$ 5,6 milhões proveniente de fundos comunitários europeus. Esta decisão originou uma manifestação de cerca de 3.000 pessoas em Zamora, e um dia depois, já eram cerca de 30.000 os espanhóis e portugueses que protestavam em Salamanca sob

o slogan: “Queremos hospitais, cultura e progresso - não queremos ser a lixeira nuclear da Europa”. A tensão política cresceu de tal forma que, a 3 de abril de 1987, o vice-presidente do governo provincial foi sequestrado durante 30 horas na sala de reuniões do município de Aldeadávila, como medida de pressão sobre o governo de Madrid (LA GACETA DE SALAMANCA, 2012).

Em Portugal, nesse mesmo ano, foi aprovada a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei n. 10/87), sob o impulso do Ano Europeu do Ambiente (1987), conferindo-lhes enquadramento legal e apoios específicos. No mesmo ano, assistia-se igualmente à consolidação das Organizações Não-Governamentais de âmbito nacional – Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS e Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA - as quais se tinham já mobilizado para alguns conflitos que então eclodiam, como foi o caso de Aldeadávila (SCHMIDT, 2008). Porém, o abandono do projeto do ATRRAA faria desaparecer essa mobilização da sociedade civil.

Porém, onze anos mais tarde, a denúncia feita pela Comissão Antinuclear e Ambientalista de Salamanca, de que a zona fronteiriça voltaria a ser cogitada, reacendeu as mobilizações contra a escolha desta localização. Mais uma vez, portugueses e espanhóis irão demonstrar uma forte recusa em receber resíduos nucleares na zona fronteiriça. Na origem desta denúncia estava a discussão de uma lei no Senado espanhol que daria plenos poderes à Empresa Nacional de Resíduos Radioativos-ENRESA para impor a localização de um cemitério nuclear. De notar que os técnicos da ENRESA não consideraram a implantação de tal depósito incompatível com o fato de estar localizada dentro de um parque natural, de acordo com uma lei portuguesa promulgada naquela altura. Efetivamente, o Decreto-lei n. 8/98, de 11 de maio, tinha criado o Parque Natural do Douro Internacional na parte portuguesa. Neste contexto, observa-se do lado de Espanha fortes resistências para a criação de uma área natural protegida, o Parque Natural de Arribes del Duero (AVANTE, 1998), o que só se concretizou em 2002.

Em 1998, o Partido Social Democrata-PSD apresentou um requerimento ao Presidente da Assembleia da República-AR, solicitando esclarecimentos aos ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ambiente sobre esta questão, referindo: “são inequívocos os inúmeros e graves riscos que o desenvolvimento de semelhante projeto causaria na saúde pública, no ambiente e na economia do nosso país”.

Questionava-se sobre as iniciativas que o governo português iria adotar com vista à salvaguarda dos interesses nacionais (PSD, 1998). O Partido Ecologista Os Verdes-PEV também toma uma iniciativa semelhante, onde sublinha “as gravíssimas consequências no plano ambiental, social e económico deste projeto, já tão contestado no passado” cuja “concretização iria constituir uma permanente ameaça e risco para toda a região, assim definitivamente condenada no futuro” (AVANTE, 1998).

Também a Igreja Católica não se manteve indiferente. Assim, na época em que os protestos começaram, a população de Freixo de Espada à Cinta, a vila portuguesa mais próxima de Aldeadávila é mobilizada para a sacralização daquele território. O Bispo da Diocese de Bragança, D. António Rafael, exortou os fiéis a recorrerem também à ajuda divina e resolveu pagar uma promessa para que a proteção de Nossa Senhora do Douro mantivesse afastada a ameaça nuclear espanhola sobre o Douro Internacional. Promessa essa que culminou, em 2002, com a colocação de uma estátua de Nossa Senhora do Douro no miradouro natural de Penedo Durão, um dos pontos mais visitados, para zelar dia e noite pelo rio partilhado por portugueses e espanhóis (DIÁRIO DE TRÁS OS MONTES, 2002).

Enfrentando igualmente fortes resistências internas, o governo espanhol tenta desde então encontrar uma solução para o depósito dos resíduos nucleares da ENRESA (FRAGROSO, 2006).

Em 2006, a população de Peque, uma pequena aldeia espanhola banhada pelo rio Negro, que por sua vez desagua no rio Douro, situada a 80 km de Bragança, organizou protestos depois de ter conhecimento, pela comunicação social, que o presidente da junta da localidade manifestou à ENRESA disponibilidade para acolher a instalação da lixeira cemitério nuclear. A contrapartida em jogo era de 12 milhões de euros por ano, a criação de 500 postos de trabalho durante a instalação do depósito de resíduos e ainda a criação de um centro tecnológico, que poderia representar mais 150 postos de trabalho (FRAGROSO, 2006).

Esta decisão deu origem a críticas por parte dos autarcas do distrito de Bragança que defenderam o afastamento do cemitério de resíduos da zona de fronteira, e a escolha de uma localização junto às zonas onde a energia nuclear é mais utilizada, como a Catalunha ou Madrid (LUSA, 2006).

No debate espanhol surgem vozes a favor e contra o projeto, questionando-se a sua rentabilidade económica, o seu possível impacto social, e a sua segurança (ANDRÉS, 2010).

A ENRESA continua a estudar novas localizações alternativas à de Aldeadávila, optando por manter os resíduos radioativos armazenados em instalações de superfície apropriadas e continuamente monitorizadas. Esta manutenção tem sido seguida até que seja encontrada uma solução para o armazenamento subterrâneo em formação geológica adequada. Tem sido defendido que esta deverá resultar num esforço de cooperação científica e tecnológica internacional, à escala da Europa ou mesmo mundial (RIBEIRO, BARRIGA e CABRAL, 2008).

Em 2013, um requerimento, apresentado à AR pelo PEV, questionou o governo sobre o processo de licenciamento de um outro projeto sobre urânio, este de mineração, na região de Salamanca (a cerca de 100 km da fronteira portuguesa), muito perto do projeto de Aldeadávila, que tem tido desdobramentos vários que são tratados em texto próprio neste site em Mineração Urânio Retortillo.

Referências Bibliográficas

ANDRÉS, José Pichel. É impossível que haja um acidente em um cemitério nuclear. Agencia Iberoamericana para la difusión de la ciencia y la tecnología-DICYT. Salamanca. 2 fev. 2010.

ABREU, Carlos. Mira Amaral defende solução Ibérica para nuclear. Expresso, 04 set. 2008.

AVANTE. Lixeira nuclear ameaça Douro. Avante n. 1275, 7 mai. 1998.

DIÁRIO DE TRÁS-OS-MONTES. População de Freixo de Espada à Cinta paga promessa com 16 anos, 26 nov. 2002.

FRAGOSO, Ana. Aldeia espanhola unida contra autarca que quer na terra um cemitério nuclear. Público. 5 ago. 2006.

LA CRÓNICA DE SALAMANCA. Villavieja como cela verdadera cara de las minas de uranio, La crónica de Salamanca, 16 mar. 2014.

LA GACETA DE SALAMANCA. Se cumplen 25 años del secuestro de Luis Calvo Rengel. Salamanca, 8 abr. 2012.

LUSA. Ambientalistas insistem no risco de mina de urânio espanhola e querem posição do Governo. 18 mai 2017.

LUSA. Municípios raianos contestam construção de mina de urânio próximo de Salamanca. 18 mai 2017.

LUSA. Bragança rejeita cemitério nuclear espanhol junto da fronteira. RTP notícias. 3 ago. 2006.

PSD. Projeto de instalação de um cemitério de resíduos nucleares em Aldeadavilla de la Ribeira, junto a fronteira portuguesa [Requerimento n. 535/VII (3.a) – AC]. Portugal, AR-Assembleia da República, Partido Social Democrata-PSD, 21 abr. 1998.

PARTE VII: GESTÃO DO TERRITÓRIO

Lays Silva
Lúcia Fernandes
Rita Brás
Teresa Meira

1. AMIANTO

1.1 Lutas contra o amianto em Portugal

Resumo

A expansão do setor público em Portugal a partir da década de 1960 e, em especial, na década seguinte, depois de implantado em 1974 o regime democrático, criou uma enorme pressão política para o Estado construir edifícios- novas escolas e outros públicos utilizando novos materiais de construção económicos, que possuíam o amianto na sua composição. Verificada a ameaça do amianto para a saúde pública ainda no século XX, a interdição viria a ser consagrada na Diretiva Europeia 1999/77, determinando o ano de 2005 como prazo limite para o banimento nos países membros. Com a morosidade do Estado Português em cumprir a diretiva, regulamentada em legislação nacional, diferentes organizações vêm protestando e exigindo a identificação dos prédios que contêm materiais com amianto, com vista à sua remoção.

O amianto foi amplamente utilizado na Europa, entre as décadas de 70 a 90 do século XX, na produção de fibrocimento (que contém na sua composição o cimento e entre 10 a 15% dessa fibra), empregado genericamente na construção civil em materiais de revestimento e de isolamento. O amianto está presente ainda em canalizações, portas corta-fogo, tubos para escoamento de água, cisternas e depósitos de água ou isolamento entre compartimentos (SARAMAGO, 2008).

O amianto é a designação genérica de um conjunto de seis fibras minerais cujas principais características são a flexibilidade e resistência térmica, química e elétrica. Tratam-se de substâncias comprovadamente carcinogéneas, o que já foi reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho-OIT e pela Organização Mundial de Saúde-OMS. Segundo esta, morrem atualmente 107 mil pessoas por ano devido ao amianto no local de trabalho, sendo este mineral considerado o tóxico mais mortífero nos locais de trabalho (WHO, 2014).

Com o reconhecimento da existência denexo causal entre a exposição ao amianto e doenças como as placas pleurais, a asbestose (pulmão de pedra), o cancro de pulmão e o mesotelioma (tumor maligno da pleura e do peritônio cuja causa é quase exclusivamente a exposição ao amianto), alguns países europeus, e posteriormente a União Europeia-UE, adotaram medidas restritivas para utilização e comercialização desse composto mineral.

No entanto, o banimento - que já ocorreu em mais de 60 países em todo o mundo - não foi imediato porque enfrentou ampla resistência da indústria. Esta resistência foi protagonizada por um conjunto de empresas e instituições empenhadas em negar os riscos relacionados com o amianto. Tendo esgotado este argumento, estas entidades passaram a afirmar a possibilidade de controlo dos riscos através de recursos tecnológicos, por meio do chamado “uso controlado do amianto” (HERMAN, THEBAUD-MONY, 2000).

Entretanto, o amianto continua a ser produzido e utilizado até aos dias de hoje em países como a China, a Índia e o Brasil. Na Europa, foi banido por uma diretiva de 1999, que determinou o ano de 2005 como limite para a sua erradicação nos países membros. No ano de 2012, deu-se a condenação de dois dos diretores de uma das maiores multinacionais do setor (a Eternit) por omissão na tomada de medidas de segurança no trabalho e por desastre ambiental em Casale Monferrato (Itália). Recentemente, esta condenação foi revogada por prescrição (BRUM, 2014).

Em Portugal, surgem desde 1989 medidas legislativas limitando a expansão do uso do amianto. Assim, o decreto-lei 284/89 e, posteriormente, o decreto-lei 383/93 apontavam já para a substituição do amianto por outros produtos menos perigosos para a saúde. Em teoria, pelo menos, os empresários eram obrigados a notificar o Estado de situações em que os empregados estivessem expostos a essa substância. Definia-se um máximo de níveis de fibras expostas ao ar análogas à Diretiva do Conselho Europeu 83/477/EEC, de 19 de setembro de 1983, para a proteção de trabalhadores. Apesar disso, Portugal continuou a importar amianto e, em 2003, cerca de 300 trabalhadores estavam ainda empregados em fábricas ligadas a essa produção (ESC, 2003).

Na luta contra o efetivo banimento do amianto, está a Associação das Indústrias de Produtos de Amianto-AIPA (CGTP-IN, 2005a).

Entre 2007 e 2012, contabilizam-se 218 vítimas mortais por mesotelioma, 40 das quais só em 2012 (DECO, 2014). Uma publicação do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge informou ainda que os casos de mesotelioma em Portugal registaram um crescimento progressivo na última década (ACCARPIO, 2014). Cabe acrescentar aqui que o pico de incidência dos casos pode não ter sido ainda alcançado, já que o tempo de latência, isto é, o tempo que a doença pode demorar em se manifestar, é de 30 a 40 anos (WING, 1994).

A Diretiva Europeia 1999/77/CE proibiu a extração, comercialização e utilização do amianto na produção de novos materiais que o contenham, em âmbito europeu,

estipulando o dia 1 de janeiro de 2005 como data de termo para aplicação da proibição pelos países membros. A Diretiva não impunha a remoção do amianto que já estava aplicado e que não se encontrasse degradado.

A Assembleia da República Portuguesa, inicialmente através da Resolução 32/2002 e posteriormente da Resolução nº 24/2003, recomendou ao governo a tomada de medidas concretas para o inventário de todos os edifícios públicos contendo amianto, e a elaboração de um calendário de intervenção por forma a garantir a prevenção de riscos. Foram inventariados cerca de 600 mil hectares de coberturas de edifícios em telhas de fibrocimento contendo amianto (VASCONCELOS, 2008).

Em maio de 2004, a CGTP-IN participou no 1º Fórum do amianto, quando a Associação Portuguesa de Direito do Consumo-APDC denunciou publicamente que a resolução 24/2003 não havia sido cumprida (CGTP-IN, 2004).

Em 28 de setembro de 2005, a CGTP-IN enviou uma carta ao Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional onde questiona as condições de segurança da remoção de amianto que estava a ser realizada, naquela altura, na base aérea de Beja (CGTP-IN, 2005b).

Em maio de 2008, realizou-se, em Lisboa, a I Jornada do Amianto. Na ocasião, destacou-se a urgente necessidade de ser realizado um inventário nacional com o intuito de diagnosticar a dimensão da presença do amianto nos edifícios do país, determinação que continuava sem ser totalmente cumprida. A representante da Direção Geral de Saúde-DGS mencionou que o mesotelioma matava entre 25 a 30 pessoas anualmente em Portugal (SARAMAGO, 2008). Um pneumologista da Fundação Champalimaud afirmou, numa ocasião de uma ação de sensibilização da Quercus, que tem tomado conhecimento de um número crescente de tumores por exposição ao amianto.

Em 2009, o vice-presidente do Sindicato dos Professores da Zona Sul-SPZS lamentou a falta de dados sobre o número de escolas que têm coberturas feitas de fibrocimento no Algarve (EXPRESSO, 2009). O SPZS reuniu, em maio de 2010, com a deputada Heloísa Apolónia do PEV acerca do amianto na escola de Monforte e, em 2 de maio de 2013, este sindicato esteve presente no protesto contra o amianto na EB 2,3 de Monforte (JANELA DA TERRA, 2013).

Em 2011 contabilizavam-se cerca de 50 casos de mesotelioma, e desde então, este pneumologista tem vindo a operar uma média de um caso por mês. A forma a travar este cenário seria identificar quem esteve exposto a esta substância e realizar exames médicos a fim de despistar a doença em fases precoces (LUSA, 2015).

Perante o incumprimento das determinações da Resolução nº 24/2003, em 2011, a Assembleia da República aprovou por unanimidade a Lei 2/2011, de 9 de fevereiro, que determinou o inventário de todos os edifícios, instalações e equipamentos públicos contendo amianto no prazo de um ano; a organização e divulgação pública de uma listagem de todos esses edifícios, instalações e equipamentos; e a atuação do governo para assegurar a monitorização e (ou) remoção dos materiais nocivos.

Quando esse prazo expirou, a Associação Nacional de Conservação da Natureza-QUERCUS questionou a secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, bem como a Direção-Geral do Tesouro e das Finanças-DGTF, sobre a aplicação da lei em causa. Estas entidades mencionaram a existência de uma proposta de resolução do Conselho de Ministros que visava à concretização deste levantamento até 31 de outubro de 2012 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2014).

Na Escola EB 2,3 de Azeitão, em Vila Nogueira de Azeitão, concelho de Setúbal, emitiu-se, em 14 de fevereiro de 2013, um comunicado sobre a presença de amianto e o estado de degradação da escola. Neste dia, a Quercus esteve presente e realizou-se um cordão humano em redor da escola com o objetivo de alertar o governo para esta situação (QUERCUS, 2013).

Em março de 2013, houve a divulgação de uma lista com 52 escolas que estavam no programa do Ministério da Educação e Ciência-MEC para remoção das placas contendo amianto. Em outubro, a Quercus enviou à Comissão Europeia, nomeadamente ao Comité dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho da Comissão Europeia-CARIT, uma denúncia contra o governo português devido ao incumprimento na identificação dos riscos da exposição ao amianto para os seus trabalhadores. Uma semana depois desta denúncia, o governo português em comunicado declarou que os ministérios estariam a proceder ao levantamento de edifícios, instalações e equipamentos públicos contendo amianto na sua construção (LUSA, 2013).

No início de 2014, a Federação Nacional dos Professores-FENPROF entregou um pedido formal, ao Ministro da Educação e Ciência-MEC, para que fosse fornecida a listagem das escolas que continham amianto nos seus edifícios. Esta entidade apresentou diversas queixas contra o governo e o MEC ao longo dos últimos anos, perante órgãos nacionais e internacionais, como a OIT e a Procuradoria Geral da República. O Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa indeferiu o pedido da FENPROF sob o argumento de que o processo de listagem dos edifícios encontrava-se em curso, e por este motivo não deveria ser divulgado incompleto.

No dia 6 de janeiro, a CGTP-IN produziu um comunicado de imprensa no qual destacava o desrespeito do prazo para a elaboração da listagem dos edifícios contendo amianto. Também a CGTP-IN argumentou que, tendo já passados dois anos, o incumprimento da lei por parte do governo gerava o agravamento de um problema de saúde pública (AVANTE, 2014).

De fevereiro a maio de 2014, o Partido Comunista Português-PCP, o Bloco de Esquerda-BE e o Partido Ecologista Os Verdes-PEV, pronunciaram-se publicamente e em debate na Assembleia da República, questionando o Primeiro-Ministro sobre a morosidade da remoção do amianto nas escolas (AVANTE, 2014; BE, 2014; EXPRESSO, 2014).

Apesar de declarações do MEC, que mencionam a realização deste procedimento em mais de 100 escolas e a previsão de sua realização em mais de uma centena, a lentidão do governo quanto à problemática do amianto fez com que as manifestações continuassem. No dia 30 de abril de 2014, o Sindicato dos Professores da Zona Sul- SPZS realizou um ato de informação e de protesto na Escola Básica 2,3 em Santa Luzia, em Elvas (Alentejo). Nesta escola, como em muitas outras construídas na mesma época, a cobertura do teto tinha sido feita em fibrocimento.

Também em Ermesinde, concelho de Valongo, uma escola secundária apresentava sérios problemas de degradação em diversas estruturas contendo amianto. No dia 6 de junho, realizou-se uma manifestação com a formação de um cordão humano em volta da escola. A Junta de Freguesia de Ermesinde e a Câmara Municipal de Valongo apoiaram a manifestação. No final do mesmo mês, políticos do Partido Socialista-PS atuaram no sentido de pressionar o governo a resolver os problemas da escola (CORREIO DA MANHÃ, 2014). Várias manifestações semelhantes aconteceram depois em escolas por todo o país.

Outros prédios públicos foram apresentados como contendo amianto em sua estrutura. Foi o caso de um prédio da Autoridade Tributária e Aduaneira em Lisboa, em que o amianto é suspeito de ter gerado pelo menos 6 mortes e 14 casos de adoecimento (PÚBLICO, 2014). O edifício da Biblioteca Nacional também foi vinculado ao caso de cancro diagnosticado numa funcionária, por exposição a estas fibras minerais.

No final do mês de maio de 2014, a Quercus enviou à presidência do Conselho de Ministros uma proposta de estratégia nacional para o amianto. Neste documento, a associação propôs a sinalização de situações prioritárias com ações efetivas no

terreno, visando prevenir, minimizar e corrigir os efeitos nefastos na saúde dos trabalhadores e dos visitantes dos espaços públicos cujos edifícios contivessem amianto. O objetivo da associação foi contrariar uma alegada descoordenação verificada nas intervenções realizadas pelo governo. Para a associação, deve ser a Autoridade das Condições de Trabalho a coordenar esta estratégia, e devem ser definidos critérios uniformes para a avaliação, remoção e transporte do amianto, bem como deve ser estabelecido quando esta remoção será realizada (LUSA, 2014).

Em junho de 2014, a associação Projeto J - Viver, Educar Mudar! Alertou para a existência de um depósito ilegal de materiais com amianto em S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar. A associação detectou placas de amianto partidas e em estado de degradação em vários locais da localidade, junto a áreas de habitação, frisando que esta situação se repetia há anos (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2014).

Em julho de 2014, a Quercus alertou para a falta de vigilância dos trabalhadores do Estado expostos ao amianto, considerando, sobretudo, a situação daqueles que trabalham em prédios públicos contaminados pelo mineral. A associação anunciou que iria reunir com a CGTP-IN para discutir as fragilidades da proteção dos trabalhadores, assim como criar uma agenda de cooperação com a entidade sindical (CORREIO DA MANHÃ, 2014).

A 31 de julho de 2014, o governo divulgou uma listagem que afirma a possibilidade de existir amianto em 2.015 edifícios, instalações e equipamentos públicos, o que equivale a 16% dos edifícios públicos. A maioria destes edifícios pertence ao MEC, perfazendo 37% dos edifícios com amianto num total de 813. Verificou-se também que o Ministério da Saúde tem muitos prédios com esta substância cancerígena: 271 edifícios, correspondendo a 11% do total de edifícios deste ministério. Os ministérios da Defesa e Administração Interna têm quase 200 instalações onde o governo admite a existência deste material (17% e 10%, respetivamente). Na Solidariedade, Emprego e Segurança Social, 137 prédios foram contabilizados contendo amianto. O Ministério da Economia tem uma maior percentagem de edifícios onde se supõe que exista amianto (32%). Os ministérios das Finanças e Agricultura são os que têm menor número (TSF, 2014).

Depois de divulgada a lista dos edifícios, a Quercus, a FENPROF e a CGTP-IN exigiram que o governo tomasse as intervenções necessárias, e estabelecesse uma estratégia de ação rapidamente operacional, o que não vem ocorrendo e faz com que os protestos continuem. Em fevereiro de 2016, houve novos protestos em várias localidades, e em Capelas, nos Açores, alunos e professores

denunciaram o avançado estado de degradação da escola, onde o amianto nos telhados se decompõe (TVI24, 2016c).

A Quercus, em 28 de abril de 2016, no Dia Nacional de Prevenção de Segurança no Trabalho, em manifestação na AR, alertou para a falta de proteção dos funcionários públicos contra o amianto (TVI24, 2016a).

Em junho de 2016, o governo anunciou o gasto de 200 milhões de euros para a remoção do amianto dos edifícios públicos, acrescentando que as escolas teriam prioridade e dentre elas as que apresentassem projetos de melhoria de eficiência energética (TVI24, 2016b). No final de setembro, no Parlamento, o ministro do Ambiente sublinhou que 252 edifícios, considerados prioritários, iriam ter intervenções de remoção do amianto, e que tal operação iria começar no início de 2017, e seria concluída até ao final de 2018 (JORNAL DE NEGÓCIOS, 2016).

Em novembro de 2016, a Quercus e os Sindicatos da Construção Civil, com o apoio da CGTP-IN, organizaram uma vigília em frente às fábricas Novinco, em Matosinhos, Cimianto, em Alhandra e Lusalite, na Cruz Quebrada (Oeiras) para lembrar as vítimas do amianto (SIC, 2016). Mais de 1.000 pessoas terão trabalhado nas três grandes fábricas de fibrocimento em Portugal, sendo que 39 morreram por causas relacionadas ao contato com o amianto. Sindicatos e ambientalistas solicitaram ao Ministério da Saúde um rastreio geral aos antigos trabalhadores destas fábricas, bem como estudos epidemiológicos às populações envolvidas, uma vez que elas funcionaram durante mais de 50 anos, utilizando este contaminante como matéria prima, e ainda mantêm materiais contendo amianto na sua composição (NOTÍCIAS AO MINUTO, 2016; RÁDIO COMERCIAL, 2016).

Em junho de 2017, o governo anunciou que quer remover o amianto de 4.200 edifícios nos próximos três a quatro anos. A medida vai custar 400 milhões de euros, dos quais 380 milhões serão pedidos ao Banco Europeu de Investimento-BEI. A promoção das obras é da responsabilidade dos donos dos edifícios, e coordenada pelo Ministério do Ambiente, que irá, em conjunto com o Ministério do Planeamento e Infraestruturas e o Ministério das Finanças, estruturar a candidatura ao BEI (OBSERVADOR, 2017).

Assim em Portugal, muito embora tenha havido nos últimos anos uma evolução positiva do problema da erradicação do amianto, mesmo que tardia-como foi a sua industrialização - pouco se sabe ainda sobre a real dimensão dos impactos

ambientais na saúde dos portugueses. Estudos futuros são desejáveis e necessários, em várias áreas do conhecimento, destacando-se os na área da História Ambiental (JANELA e PEREIRA, 2016).

Referências Bibliográficas

ACCARPIO, Franco. O amianto em Portugal oito anos após a proibição. Blog: Newsletter Fórum Saúde Ocupacional em Português, 19 out. 2014.

AVANTE. A falsa prioridade do amianto. n. 2099, 20 fev. 2014.

BRUM, ELIANE. Romana e o bilionário do amianto: a dor que não prescreve. El País. 24 nov 2014.

BLOCO DE ESQUERDA. É tempo de abolirmos o amianto, 5 fev. 2014.

CGTP-IN. Trabalhos de remoção de amianto na base aérea de Beja, CGTP-IN-Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional. Carta ao Ministério do Ambiente, 28 set. 2005b.

CGTP-IN. O amianto em Portugal. CGTP-IN-Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, 28 set. 2005a.

CGTP-IN. O amianto mata. Primeiro Fórum Amianto. Lisboa, CGTP-IN-Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, 2004.

CORREIO DA MANHÃ. Deputado do PS exige obras na perigosa escola secundária de Ermesinde. CM-Correio da Manhã, 23 jun. 2014.

CORREIO DA MANHÃ. Quercus pede ajuda à CGTP-IN para trabalhadores expostos a amianto. CM-Correio da Manhã, 23 jul. 2014.

DECO PROTESTE. Amianto: como lidar com o perigo. Notícias, 17 mar. 2014.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Mais de 900 edifícios do Estado podem ter amianto. Diário de Notícias-dn, 22 fev. 2014.

ESC. European Committee of Social Rights. Conclusions XVI-2, v.2, Council of Europe Publishing, ESC-European Social Charter, 2003.

EXPRESSO. Amianto divide Verdes e governo. Expresso, 23 abril 2014.

EXPRESSO. Amianto põe em causa segurança nas escolas algarvias, 10 julho 2009.

FERREIRA, Bruno C. Milhões para tirar amianto das escolas. Correio da Manhã-CM. 9 jun. 2016.

GOVERNO DE PORTUGAL. Resumo da evolução da legislação relativa a amianto em Portugal. Governo de Portugal-GP, out. 2014.

HERMAN, Patrick; THEBAUD-MONY, Annie. The asbestos conspiracy./também em português: Estratégia criminoso das indústrias de amianto. Le Monde Diplomatique Brasil, 1 jun. 2000.

JANELA, José Manuel Esteves Marques; PEREIRA, Pedro José Silva. História do amianto no mundo e em Portugal. Centro de Investigação Transdisciplinar-CITCEM. Revista Cultura, Espaço e Memória-CEM, n. 7, pp. 193-206. 2016.

JANELA DA TERRA. SPZS no protesto contra o amianto na EB 2,3 de Monforte. Janela da Terra-JT, 2 mai. 2013.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Alerta em freguesia de Gondomar para “depósito ilegal” de resíduos com amianto. Jornal de Notícias-JN. 17 jun. 2014.

JORNAL DE NEGÓCIOS. Governo quer remoção do amianto em 2017. Jornal de Negócios-JNe. 14 out. 2016.

LUSA. Número de casos de cancro relacionado com amianto está a aumentar. Diário de Notícias, 17 abr. 2015.

LUSA. Quercus propõe estratégia para o amianto com ACT a coordenar, Correio da Manhã, 12 jun. 2014.

LUSA. Governo garante estar a fazer levantamento de amianto, Diário de Notícias, 29 out. 2013.

NOTÍCIAS AO MINUTO. Quercus realiza vigílias em fábricas de amianto na origem de cancros. Notícias ao Minuto-NAM. 2 nov. 2016.

OBSERVADOR. Governo vai gastar 400 milhões de euros para retirar amianto de 4.200 edifícios. Observador. 8 jun 2017.

PÚBLICO. Amianto suspeito de mortes por cancro em edifício das Finanças. Jornal o Público, 31 mar. 2014.

QUERCUS. Quercus na escola EB 2/3 Azeitão – amianto continua por retirar dos telhados degradados, 7 jul. 2013.

RÁDIO COMERCIAL. 39 pessoas morreram por causa do amianto, sindicatos e ambientalistas querem medidas. Rádio Comercial-RC. 2 nov. 2016.

SARAMAGO, João. Amianto está no telhado de 600 mil edifícios. Correio da Manhã, Saúde, 8 mai. 2008.

SIC. Vigília pelas vítimas mortais pela exposição do amianto. SIC Notícias. 2 nov. 2016.

TSF. Governo contou mais de dois mil edifícios públicos com amianto. TSF Notícias, 1 ag. 2014.

TVI24. Amianto: Quercus alerta para falta de proteção dos funcionários públicos. TVI24 Notícias. 28 abr. 2016c.

TVI24. Ministro do Ambiente irá coordenar edifícios públicos que possam conter amianto. TVI 24 Notícias. 19 abr. 2016b.

TVI24. Escola açoriana de Capelas tem amianto nos telhados e muitos mais problemas. TVI24. 3 fev. 2016a.

VASCONCELOS, S. Amianto sem controlo. Água e Ambiente, pp. 8-9, 2008.

WING, Steve. Limits of Epidemiology. v. 1, n. 2, pp. 74-86. 1994.

WHO. Asbestos: elimination of asbestos-related diseases. WHO-World Health Organization. Sheet n. 343. 2014.

2. LINCE IBÉRICO

2.1 Lince-ibérico de volta à floresta de Portugal

Resumo

Protagonista de uma das maiores campanhas de defesa ambiental em Portugal, em 1979, o lince-ibérico venceu a indústria da celulose na Serra da Malcata. Apesar de protegido por uma reserva natural, fatores externos quase levaram à sua extinção nas duas décadas seguintes. No entanto, os projetos de conservação que unem hoje Portugal e Espanha, através dos centros de reprodução em cativeiro, conseguiram devolver o lince-ibérico à floresta. Apesar do sucesso desta iniciativa, o governo autorizou em fevereiro de 2016 a caça na Serra da Malcata, o que tem vindo a ser fortemente contestado por várias organizações e por partidos políticos como o Bloco de Esquerda-BE e o Partido Pessoas-Animais-Natureza-PAN, que fizeram aprovar em abril na AR duas propostas de defesa da proibição da caça.

Considerado por uma década e meia – de 1992 a 2015 – como uma espécie em alto risco de extinção, o lince-ibérico tem visto a sua população aumentar graças aos esforços conservacionistas que unem Portugal e Espanha. Se até ao século XIX, o lince se encontrava distribuído por quase toda a península ibérica, já em 1950 a sua distribuição reduziu e dividiu--se em duas populações – uma nortenha, abrangendo partes da Galiza e do norte de Portugal, e outra no sul, em várias regiões de Espanha – e, entre 1960 e 1990, a presença do lince sofreu uma regressão de cerca de 80%, tendência que se manteve até à atualidade (CLAVERO; DELIBES, 2013)

A principal causa da diminuição do lince-ibérico ao longo do séc. XX foi o desaparecimento, por doença, da sua principal fonte de alimento: o coelho-bravo. Enquanto um lince-ibérico macho necessita de um coelho por dia, uma fêmea grávida come três coelhos por dia. Com fraca capacidade de se adaptar a outro tipo de alimentação, quando o vírus altamente contagioso conhecido por mixomatose, se espalhou na península ibérica em 1952, matando os coelhos, o lince quase desapareceu. Afetado pelas repercussões do desenvolvimento humano, ele também teve e tem de lidar com a perda do seu habitat principal, o matagal, como consequência da construção de barragens e estradas, e das mudanças no uso do solo (como o monocultivo de árvores) (FERRERAS et al., 2010).

Foi no final da década de 70 do século XX que o lince-ibérico se tornou então protagonista da maior campanha pela defesa de uma espécie animal em Portugal, quando se viu ameaçado por uma árvore, o pinheiro de Oregon (*pseudotsuga*), que iria ser plantado em massa na Serra da Malcata, com vista à produção de celulose. Alarmado com a potencial destruição do habitat do lince-ibérico – que ainda vivia na região – o biólogo Luís Palma criou então, junto com a Liga para a Proteção da Natureza-LPN, a campanha Salvemos o Lince e a Serra da Malcata!, que marcou o ano de 1979.

A associação tinha poucos recursos, mas conseguiu mobilizar a própria máquina da administração central, que se juntou à luta. O Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico pagou a elaboração e impressão de um cartaz icónico, com a face de um lince-ibérico e os dizeres da campanha. Os cartazes foram impressos e distribuídos pelas escolas, e mais de 60 mil assinaturas foram recolhidas, num abaixo-assinado que acabou por travar o projeto de florestação. O estado acabou por estabelecer um acordo para compensar os promotores com terrenos perto de Sines, e a Portucel viu-se obrigada a investir em outras zonas do país. Em 1981, a serra da Malcata foi classificada como Reserva Natural (GARCIA, 2012).

A campanha pelo lince da serra da Malcata figura como um marco político assinalável na história da política ambiental em Portugal (SCHMIDT, 2008). No entanto, a campanha, apesar de bem sucedida, não garantiu ao felino uma vida futura rica em saúde e liberdade. Além da mixomatose, uma nova doença, a hemorrágica viral, viria a arrasar em vagas sucessivas as populações de coelhos bravos, provocando o desaparecimento do lince-ibérico não só da Serra da Malcata, como de todo o país. Durante cerca de vinte anos não houve políticas eficazes para trazer o lince-ibérico de volta. Até que eclodiu uma nova polémica ambiental na década de 2000, provocada pela construção de uma barragem em Odelouca, na serra algarvia, outra zona de habitat do lince-ibérico, que alertou a sociedade para a necessidade da sua proteção (GARCIA, 2012).

O confronto entre ambientalistas, o governo que era o dono da obra, e a Comissão Europeia-CE que a financiava, levou a um acordo que viabilizou a barragem, mediante a condição de se proceder à construção de um centro de reprodução do lince-ibérico. Assim, surgiu, em maio de 2009, o primeiro Centro Nacional de Reprodução em Cativeiro para o Lince-Ibérico, na herdade das Santinhas, em Silves, resultado de um esforço concertado e bem sucedido entre Portugal e a Espanha. Depois de triplicar o número de lince-ibéricos na Andaluzia entre 2002 e 2012, deu-se uma intensificação da reintrodução de lince, com cinco

centros de reprodução em cativeiro na península ibérica – quatro em Espanha e um em Portugal, através do programa LIFE+Iberlince (GARCIA, 2015).

Com a libertação de Mesquita, Malva e Mel, em fevereiro de 2016, subiu para 17 o número de lince-ibéricos a viverem livres na natureza no concelho de Mértola desde dezembro de 2014, quando começou a libertação de lince em território português e foi colocado nas estradas o novo sinal de trânsito: Atenção, lince. Entretanto, em maio e junho deste ano já nasceram duas ninhadas no Parque Natural do Vale do Guadiana, o que o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas-ICNF considera ser um marco na conservação do lince-ibérico, uma vez que, desde há décadas, não se registava reprodução em ambiente natural com êxito comprovado em território nacional (TSF, 2016).

O trabalho desenvolvido no âmbito dos projetos LIFE/Lince permitiu que a espécie deixasse de ser considerada pré-extinta: em 2015 abandonou a categoria de alto risco para voltar a estar classificada como espécie em risco na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN. Ainda assim, o lince-ibérico continua sendo a espécie de felino mais ameaçada no mundo, e o carnívoro que mais corre perigo na Europa (GARCIA, 2015).

Apesar do sucesso dos programas de conservação, a decisão do governo português, a 8 de fevereiro de 2016, de voltar a permitir a caça na Serra da Malcata, parece vir contrariá-lo, uma vez que, para a Associação Nacional de Defesa da Natureza-QUERCUS, além de não ter qualquer fundamentação científica, esta permissão pode colocar em causa a recuperação de várias espécies na região, como o corço, o veado ou o coelho-bravo, e ainda de espécies em perigo como o lince-ibérico, o lobo-ibérico ou o abutre-preto. Acusando o governo de ceder às pressões do lobby da caça, a QUERCUS adverte que está prevista a libertação de lince-ibéricos nesta área protegida, salientando que a reserva natural já enfrenta graves problemas de caça furtiva, pelo que a opção de permitir a caça nesta área protegida só vai agravar os problemas de fiscalização, e lembra que o abate a tiro é uma das principais causas de morte não natural do lince-ibérico e do lobo-ibérico (TVI24, 2016).

Assim, com a discussão e a aprovação em abril de 2016 na AR dos projetos do Bloco de Esquerda-BE e do Partido Pessoas-Animais-Natureza-PAN, quedefendem a proibição da caça na Serra da Malcata, aumenta a pressão sobre o governo (ESQUERDA.NET, 2016). A soma dos 17 lince ibéricos libertados e vivos e das cinco crias nascidas no Parque Natural do Vale do Guadiana perfaz um total de 22 lince ibéricos que hoje vivem livres na natureza em Portugal.

Referências bibliográficas

- CLAVERO, Miguel; DELIBES, Miguel. Using historical accounts to set conservation baselines: the case of Lynx species in Spain. *Biodiversity Conservation*. 2013.
- ESQUERDA.NET. Parlamento quer proibição da caça na Serra da Malcata. *Esquerda.net*. 29 abr. 2016.
- FERRERAS, P.; RODRIGUES, A.; PALOMARES, F.; DELIBES, M. Iberian lynx: the uncertain future of a critically endangered cat. In: Macdonald, D.W. & Loveridge, A. *Biology and Conservation of Wild Felids Oxford, Reino Unido: Oxford University Press*, p. 507–520. 2010.
- GARCIA, Ricardo. Uma barragem no Algarve salvou a campanha da Malcata. *O Público*, 16 dez. 2012.
- GARCIA, Ricardo. Lince ibérico deixa de ser uma espécie “criticamente em perigo”. *O Público*, 23 jun. 2015.
- SCHMIDT, Luísa. Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes - marcos da política ambiental em Portugal (1967-2005), Itinerários : a investigação nos 25 anos do ICS/ org: Manuel Villaverde Cabral. Lisboa: ICS. *Imprensa de Ciências Sociais*, 2008.
- TSF. Nasceu a primeira cria de lince-ibérico em ambiente natural, *TSF Radio Notícias*, 5 mai. 2016.
- TVI24. Governo volta a permitir caça na Reserva Natural da Serra da Malcata. 12 fev. 2016.

3. MAR TERRITORIAL

3.1 Prestige – “Nunca máis”!

Resumo

Em novembro de 2002, a ocorrência do maior desastre ambiental da história espanhola, o Prestige, levará à mobilização social dos cidadãos como voluntários para a limpeza das áreas atingidas e, por conseguinte, a constituição da Plataforma Nunca Máis em 21 de novembro de 2002. Esta mobilização dar-se-á pela falta de respostas adequadas por parte do governo espanhol. Em dezembro do mesmo ano, uma manifestação organizada pela Plataforma reuniu 200.000 pessoas em Compostela - Espanha.

Desde 1960, um pouco por todo o mundo, assiste-se a intensificação de episódios de marés negras decorrentes dos derrames de hidrocarbonetos (crude e/ou derivados) no mar. Os derrames podem acontecer por acidentes marítimos tanto nas operações de descarga dos produtos, como nas lavagens ilegais dos tanques dos navios petroleiros, ou ainda na rutura de oleodutos, e nas atividades de exploração petrolífera em plataformas de exploração de jazigos de petróleo com perfurações submarinas. A maré é formada a partir da flutuação e o alastramento progressivo dos produtos derivados do petróleo que originam uma enorme mancha no oceano e, por isso, a denominação maré negra. Muitos dos episódios estão associados às causas acidentais, mas uma parte significativa deles ocorre devido à escassez de mecanismos de fiscalização marítima internacional, ao estado de conservação dos navios transportadores, e à ausência de técnicas e capacitação dos profissionais (ECORISK, 2014; PEGADA ECOLÓGICA, 2012; SCHMIDT, 2007).

Como consequência, de um modo geral, tem-se o aumento da poluição do meio ambiente, e de um modo particular, a contaminação do mar e das zonas costeiras, em que cerca de 10% da poluição marinha advém das marés negras. Contudo, parte dos efeitos e danos causados pelas marés negras só serão completamente conhecidos e avaliados em longo prazo. Elas afetam todo o ecossistema marinho e seus recursos, com impactos irreversíveis sobre a fauna e a flora que entra em contato com o petróleo, além de impacto no tecido social e económico nas regiões da costa. Por exemplo, a película de cruído que é formada na superfície da água impede a entrada de luz, reduzindo

a taxa de fotossíntese das plantas marítimas. Outro efeito é a afetação na quantidade de oxigênio da água e, conseqüentemente, a proliferação de bactérias anaeróbicas (PEGADA ECOLÓGICA, 2012; WIKIPEDIA, 2015).

Portugal ficou conhecido como a costa negra, devido a fraca intensidade dos faróis e frequência de naufrágios nas águas portuguesas, que, não por acaso, ocupa o terceiro lugar em termos de tráfego marítimo (SCHMIDT, 2007). Casos de marés negras já aconteceram nos Açores (1969), em Cabo de São Vicente (1972), na Praia da Arrifana (1974), em Sines (1989), em Porto Santo (1990), mas um dos casos acidentais mais emblemáticos foi o Maré Negra de Leixões, o embate em uma rocha pelo navio Jakob Maersk na entrada do porto de Leixões no ano de 1975, resultando em cerca de 80.000 toneladas de petróleo derramadas. As conseqüências negativas de acidentes como este, aliada aos processos de urbanização vividos na segunda metade do século XX contribuíram para a entrada das questões ambientais como referência na atuação da administração pública, sobretudo no início dos anos de 1970, designado como o período da primavera marcelista (PEGADA ECOLÓGICA, 2012; SCHMIDT, 2007; SCHMIDT, 2008; TAVARES, 2013).

Ainda assim, a incorporação das questões ambientais aconteceu tardiamente em Portugal, e em certa medida, devido a três problemas principais, conforme assinala Schmidt (2008): o tardio colapso da sociedade rural; o fato das razões e estratégias dos processos internacionais pouco coincidirem com aquelas adotadas no país, ou seja, o surgimento de políticas ambientais sob pressão e influência de processos externos não encontrou nas estruturas internas a égide de que precisava, tão pouco refletiam e acolhiam a contento as mudanças no nível europeu; e ainda a tendência desfavorável à consolidação da preocupação ambiental na sociedade civil como um todo. Ao fim e ao cabo, deste cenário resulta o chamado «Portugal Líquido», definido como o paraíso num contexto de baixa capacidade de fiscalização, e a oportunidade para abusos e crimes marítimos no território nacional (SCHMIDT, 2008).

Em Espanha, nos anos de 2002, mais precisamente no dia 13 de novembro foi o início de um dos acidentes que marcou a história ambiental do país. Refere-se ao derramamento de fuelóleo residual pesado resultante do naufrágio do navio petroleiro Prestige na província da Galiza. O navio transportava 77 mil toneladas de combustível procedente de Ventspil na Letónia, com destino a Gibraltar no extremo sul da península ibérica. Tinha como proprietária uma empresa liberiana, a Sociedade Liberiana Mare Shipping e, como armadora, a Sociedade Grega Universe Maritime Ltd. (GREENPEACE, 2012).

No primeiro alerta SOS emitido, o capitão acusou uma rachadura no monocasco do navio, que na altura encontrava-se a 52 km de cabo Finisterra. Em cerca de cinco horas depois do alerta dado, os primeiros litros de combustível começam a se espalhar e a contaminar o oceano Atlântico. Ainda que a sua localização inicial tenha sido em espaço geográfico espanhol, em curto espaço de tempo a mancha negra alcançou a costa marítima portuguesa e francesa. Em França, peritos ambientalistas admitem que, através dos ventos e correntes marítimas, grandes concentrações de óleo atingiriam o litoral francês. Na ocasião, uma mancha no largo das Astúrias foi identificada pelas autoridades, e cerca de 250 municípios foram atingidos pela maré negra (BBC, 2003; GREENPEACE, 2012; LUSA, 2013; POMBO, 2013).

No dia 19 de novembro, depois de ter sido rebocado para noroeste, sul e sudoeste, o navio parte-se ao meio e afunda a 55 km da ZEE - Zona Exclusiva Económica portuguesa e a 250 km da costa galega. Importa referir que a intervenção do governo português através da ação do navio da Marinha Portuguesa impediu que o navio avançasse ainda mais para o espaço nacional, o que reduziu o contágio na costa do país.

Mesmo depois do naufrágio, a embarcação continuou a largar combustível até agosto de 2003. Como desfecho, registou-se um total de 50 mil toneladas de fuelóleo derramadas e 2.600 km da costa afetada, o que representou um custo económico de cerca de 4 mil milhões de euros (GARCÍA-MIRA, 2013; QUENTAL, 2002).

As respostas adotadas pelo governo espanhol foram consideradas ineficientes e ineficazes, e contribuíram para a intensificação do desastre, segundo os principais movimentos sociais envolvidos. O primeiro erro assinalado foi a opção de remover o navio da costa, ao invés de repará-lo no porto, contrariando as orientações de organizações como o Greenpeace - ES ou a Estación de Biología Marina de A Graña. A recusa do governo espanhol em aceitar a ajuda oferecida pelo governo inglês até o dia 22 de novembro, quase dez dias depois do desastre, foi outro dos erros identificados. Outro fracasso foram os desencontros entre a informação fornecida pelo governo e aquela divulgada pelos meios de comunicação. O governo optou pela minimização do problema e ocultação de informações chegando a afirmar que, por exemplo, as regiões afetadas já estavam recuperadas e que as praias estariam em excelentes condições para uso, enquanto os meios de comunicação divulgaram informes produzidos pelas organizações ambientalistas que contrapunha esta posição, com enfoque nos efeitos danosos do desastre (ECOLOGISTAS EN ACCIÓN, 2013; GARCÍA-MIRA, 2013; GREENPEACE, 2012; PLATAFORMA NUNCA MÁIS, 2002).

Os erros cometidos pelo governo resultaram na perda de confiança por parte da população, e em situações de tensão e conflito entre todos. Rapidamente, a indignação generalizada transformou-se numa ampla mobilização e articulação social das pessoas que se disponibilizaram para trabalhar como voluntárias na limpeza das áreas atingidas, seja em Espanha, seja em Portugal. Em prol da continuidade da mobilização iniciada, optaram em 21 de novembro de 2002 pela criação da Plataforma Nunca Máis. Composta por cerca de 200 entidades da sociedade civil (confrarias, partidos políticos, associações de pescadores, etc.), a plataforma mobilizou no período mais crítico do desastre 300.000 pessoas em todo o país, e reuniu cerca de 200.000 manifestantes no dia 01 de dezembro em Compostela (PLATAFORMA NUNCA MÁIS, 2002). Em Portugal, a Quercus mobilizou voluntários para trabalharem no Centro de Acolhimento e Tratamento de Aves de Esposende, pertencente ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN), e no monitoramento da região costeira do norte do país, nomeadamente de Aveiro até Caminha (PÚBLICO, 2002).

A manifestação Nunca Máis teve como objetivo fundamental a exigência de reparo imediato dos danos causados pelo desastre do Prestige e, dentre as várias pautas de reivindicação do movimento, exigiam a responsabilização das autoridades estatais pelas consequências negativas da gestão pública levada a cabo. Para tanto, no dia do protesto foi apresentado o manifesto Nunca Máis, atualizado em 2003 com oito reivindicações, são elas: a responsabilização do governo galego e governo central; a solução definitiva para o barco naufragado; a dotação, planos e meios de emergência para marés negras; a limpeza completa dos restos de fuelóleo; a recuperação dos valores naturais e produtivos; a implementação de medidas para a recuperação económica; a manutenção das ajudas aos setores afetados; e a adoção de medidas para evitar catástrofes como o Prestige (PLATAFORMA NUNCA MÁIS, 2002).

O Prestige foi um desastre ambiental com proporções catastróficas, ao gerar problemas também de ordem económica, cultural e de saúde pública. No que refere ao impacto ambiental, sabe-se de antemão que catástrofes como esta levam à perda de parte do poder produtivo e reprodutivo do ecossistema marinho. No caso do Prestige, o nível de afetação para os organismos e comunidades marinhas, dependeu da mobilidade e do habitat das espécies. Isto significa que as espécies móveis tiveram níveis de contágio intermédio, enquanto os organismos de mobilidade reduzida sofreram maior impacto, logo, aqueles que viviam em áreas costeiras tiveram efeitos potenciais muito superiores do que aqueles localizados em áreas oceânicas. Estes efeitos estão

relacionados com perturbações de variadas ordens e nas interações entre predadores e presas. Em relação aos recursos vivos, milhares de animais que tiveram contato com o fuelóleo morreram. Estima-se que, somente no caso das aves, o número total de aves marinhas encontradas mortas pode variar entre 115 mil e 230 mil. Mas os efeitos a longo prazo, embora menos evidentes, foram os mais relevantes pois afetaram na taxa de reprodução e no tamanho populacional das espécies. (EL MUNDO, 2012; FREIRE e LABARTA, 2003).

No que toca às consequências para a saúde humana, um conjunto de organizações ambientais reivindicaram a realização e publicação de estudos epidemiológicos sobre a população exposta ao fuelóleo para identificar os níveis de exposição e presença de componentes no organismo. Uma investigação desenvolvida na Universidade A Coruña – Espanha (PÉREZ-CADAHÍA, MÉNDEZ, PÁSARO, LAFUENTE, CABALEIRO e LAFFON, 2008), sobre biomonitorização da exposição humana ao Prestige, concluiu que as pessoas que estiveram expostas ao vertido tóxico apresentaram significativo aumento de alumínio, níquel e chumbo no organismo. Identificaram ainda, alterações genéticas no DNA, que segundo os investigadores, aumentaria a probabilidade de doenças como o câncer. Não obstante, passados dez anos depois do desastre, cientistas apontam que não existiu qualquer acompanhamento e monitoramento prático sobre os efeitos e danos à saúde das pessoas (EL MUNDO, 2012; PÉREZ-CADAHÍA, MÉNDEZ, PÁSARO, LAFUENTE, CABALEIRO e LAFFON, 2008).

Por outro lado, em outro estudo realizado pela Universidad Autónoma de Barcelona – Espanha, observou-se que em decorrência do desastre houve uma mudança de mentalidade por parte da população, pelo fato de que as consequências do acidente teriam feito aflorar a consciência social sobre a íntima relação entre o estado do meio ambiente e o bem-estar físico, emocional e social. Os autores reconhecem que estudos mais precisos serão conhecidos no futuro, já que em situações de acidentes ambientais como esta, o tempo a longo prazo é um fator determinante para se verificar com exatidão os seus danos (PORTA, LAREO, CASTANO-VIÑYALS, 2004).

Do ponto de vista da economia local e regional, o encerramento da atividade pesqueira impactou significativamente todo um tecido social construído em torno da pesca. No resumo das avaliações das perdas de produção e faturação nos setores pesqueiros e marisqueiros, no período de 2002 e 2003 cerca de 85.400 toneladas foram perdidas e 66 milhões de euros deixados de faturar, em comparação com a evolução produtiva antes e depois da maré negra (QUENTAL, 2002; FREIRE e LABARTA, 2003).

No ano a seguir ao acidente, em Portugal a GEOTA questiona o papel do Estado e denuncia a ausência de medidas adequadas, reivindicando inclusive a implementação do PSSA (Particularly Sensitive Sea Areas) que avalia as condições de navegação de navios que transportem produtos perigosos em áreas ambientalmente sensíveis. Neste mesmo ano, a Quercus denunciou os riscos que ainda corria a costa portuguesa devido à falta de fiscalização e vigilância dos acidentes marítimos. De acordo com a declaração da Quercus, uma das nove causas seria o desaparecimento da Centro Internacional de Luta contra a Poluição no Atlântico Nordeste-CILPAN. Um centro que surgiu a partir do acordo de Lisboa assinado, em outubro de 1990, por Espanha, França, Marrocos e Portugal; e motivado depois do acidente com o petroleiro Aragón a 15 de janeiro de 1990, que derramou 25mil toneladas de crude ao largo da ilha de Porto Santo (QUERCUS, 2003). Até 2013, o acordo ainda não tinha sido ratificado por todos os países, tendo entrado oficialmente em vigor apenas em 2014 (PÚBLICO, 2014). O objetivo do CILPAN era a implantação de um sistema com recurso a um controlo por satélite para combater a poluição marinha, no entanto, dez anos depois da instalação do órgão o sistema não havia sido implementado. Assim, Portugal encontrava-se na ocasião do desastre do Prestige, com um frágil sistema de vigilância e controlo, e não dispunha dos mecanismos de proteção necessários para casos de acidentes marítimos (SCHMIDT, 2007).

Mais recentemente, dez anos depois do desastre, ainda persistem divergências entre os movimentos sociais e especialistas de comissões instituídas na altura do desastre. No estudo preliminar realizado pela organização Ecologistas en Acción, concluiu-se que dez anos depois ainda era visível os efeitos e danos causados pelo desastre nas praias da costa espanhola, nomeadamente no Cabo da Morte (ECOLOGISTAS EN ACCIÓN, 2013). Por outro lado, segundo o Comité Científico Asesor, composto por especialistas e criado no período do acidente, passados seis anos do desastre, não se registava nenhum efeito do Prestige sobre o ecossistema marinho (EL MUNDO, 2012).

Em relação à responsabilização judicial, no informe “La Injusticia del Prestige” (2002) elaborado pelo Greenpeace – ES foram assinalados os aspectos mais relevantes do processo, dentre eles, o fato de que apenas um alto cargo do governo, o ex-diretor geral da Marinha Mercante seria julgado; a ausência de mecanismos judiciais adequados para um julgamento desta envergadura; as limitações do direito penal espanhol para casos deste teor; e o atraso temporal no processo (GREENPEACE, 2012; ROCHA E SILVA, 2009).

Os responsabilizados foram judicialmente inocentados, nomeadamente o capitão e o chefe de máquinas, e também o ex-diretor geral da Marinha Mercante Espanhola, desresponsabilizando inclusive o estado espanhol. A justificativa apresentada pelo juiz foi a ausência de responsabilidade penal, já que as causas do acidente, segundo ele, foram por um falha estrutural, cuja origem é desconhecida (CABRAL, 2013; OBELLEIRO, 2013).

Por outro lado, às empresas envolvidas no caso, nomeadamente a Universe Maritime Ltd. e American Bureau of Shipping-ABS, lhes foram imputadas responsabilidades civis, em função da autorização de transporte emitida pela empresa classificadora para um navio que apresentava avarias estruturais e inspeções e reparos deficientes. Logo após a decisão judicial, o governo francês anunciou um recurso perante a justiça espanhola, exigindo o reconhecimento de infração penal de atentado contra o ambiente pelos atos cometidos pelo capitão (LUSA, 2013).

O sentimento de impunidade diante do resultado do julgamento motivou um novo protesto em 2013 mobilizado pela Plataforma Nunca Más agora sob o slogan “Contra a impunidade, pola dignidade do pobo galego” (PLATAFORMA NUNCA MÁIS, 2013; RTP, 2013). Em 2014 o Greenpeace divulgou um video, que teve milhões de acessos, em que com uma montagem com os bonecos da marca Lego, denuncia as práticas da empresa multinacional do petróleo Shell (TVI24, 2014).

Finalmente, dois aspetos positivos foram evidenciados no período subsequente ao desastre. O primeiro refere a obrigatoriedade de que todos os barcos que atravessem as águas territoriais espanholas tenham um duplo casco. O segundo aspeto é o ativismo da sociedade civil diante da passividade dos órgãos de administração pública, uma ação popular classificada como um movimento de solidariedade sem precedentes no país (EL MUNDO, 2012).

Referências bibliográficas

- BBC, Brasil. Possível desastre ecológico ameaça litoral da França, 02 Jan. 2003.
 CABRAL, M. Desastre do Prestige sem culpados. Expresso, 13 Nov. 2013.
 ECOLOGISTAS EN ACCIÓN. Efectos del vertido del prestige en la costa da morte (Galicia), diez años después, Madrid, Jan. 2013.
 ECORISK. Marés negras (derrames de hidrocarbonetos). Projeto Ecorisk, 2014.
 EL MUNDO. Lo que queda del Prestige. La memoria negra del Prestige – Especiales, Nov. 2012.

- FREIRE, J. & LABARTA, U. El Prestige: Impactos sobre los recursos y ecosistemas marinos. In: Ensayos sobre el “Prestige”. Ed. Fundación Santiago Rey Fernández-Latorre (A Coruña), 2003, p. 104-135.
- GARCÍA-MIRA, R. El Prestige: una aproximación desde las ciencias sociales. In: Lecturas sobre el desastre del Prestige – contribuciones desde las Ciencias Sociales. Instituto de Estudios e Investigación Psicosocial: A Coruña, 2013, p.17-29.
- GREENPEACE (2012). Informe – La injusticia del Prestige. Greenpeace - Espanha. Out. 2012.
- OBELLEIRO, P. Sin culpables por el “Prestige”. El País. 13 Nov. 2013.
- LUSA. França anuncia recurso contra sentença do Prestige. Diário de Notícias, 22 Nov. 2013.
- PEGADAS ECOLÓGICAS (2012). Marés Negras, 20 Mai. 2012.
- PÉREZ-CADAHÍA, B.; MÉNDEZ, J.; PÁSARO, E.; LAFUENTE, A.; CABALEIRO, T.; LAFFON, B.; Biomonitoring of Human Exposure to Prestige Oil: Effects on DNA and Endocrine Parameters. Environmental Health Insights, 2008; p. 83-92.
- PLATAFORMA NUNCA MÁIS. Suso de toro: Este domingo necesitamos demostrar de novo con Nunca Máis que Galiza existe como país, 29 Nov. 2013.
- PLATAFORMA NUNCA MÁIS. Manifesto Fundacional de Nunca Máis, 21 Nov. 2002.
- POMBO, E. S. Cronología de un desastre. In: Lecturas sobre el desastre del Prestige – contribuciones desde las Ciencias Sociales. Instituto de Estudios e Investigación Psicosocial: A Coruña. 2013, p. 275-283.
- PORTA, M.; LAREO, A. C.; CASTANO-VIÑYALS, G. El impacto en la salud humana de la catástrofe del Prestige. Gac Sanit (18) supl1, 2004, p. 245-249.
- PÚBLICO. Quercus chama voluntários para operação Prestige, 18 Dez. 2002.
- PÚBLICO. Acordo de Lisboa para travar marés negras entrou em vigor ao fim de 24 anos, 4 Mar. 2014.
- QUENTAL, N. Uma catástrofe ambiental às portas de Portugal: a maré negra do Prestige. Naturlink, 28 Nov. 2002.
- QUERCUS. Um ano depois a costa portuguesa continua em risco. Nov. 2003.
- ROCHA E SILVA, Sandra Cristina da. Naufrágio do Prestige: os implicados. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto-UP. 2009.
- SCHMIDT, L. País (In)Sustentável ambiente e qualidade de vida em Portugal. Lisboa: Novos Rumos, 2007, p.165-177.
- SCHMIDT, L. Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes. In: Cabral, M. V.; Wall, K.; Aboim, S.; Silva, F. C. (orgs.) Itinerários – A investigação nos 25 anos do ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 285-314.
- TAVARES, B. R. O ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica. Dissertação de mestrado em Cidadania Ambiental e Participação. Universidade Aberta, 2013.
- WIKIPEDIA. Maré negra, Out. 2015.

4. RIOS

4.1 S.O.S. Tejo

Resumo

O rio Tejo é o rio mais extenso da península ibérica, nasce em Espanha e deságua na costa portuguesa em Lisboa. Base de sustentação para as comunidades ribeirinhas ao longo do tempo, dá passagem a pescadores e abriga a aves e pássaros. Bem comum e alicerce para economias locais como a pesca ou até mesmo o turismo de praias fluviais, o Tejo assiste desde o final da década de 70 a uma degradação acentuada das suas águas. A poluição faz com que o peixe desapareça, além das águas transportarem resíduos perigosos, o que tem vindo a motivar uma série de reações da sociedade civil, de associações e movimentos ambientalistas, dos partidos políticos e até do próprio governo, em prol de um futuro sustentável para o rio.

Um dos fatores que causam a deterioração das águas do rio Tejo é o Transvase Tejo-Segura, ou seja, o transvase da maior parte do seu volume de água para a barragem do rio Segura, a pouco mais de 100 km da nascente do Tejo. Esta obra, uma das maiores de engenharia hidráulica na Espanha, concluída em 1979, garante o abastecimento de água à região de Alicante, Múrcia e partes da Andaluzia. Contestado por diversas associações e movimentos ambientalistas, sobretudo desde que os níveis de qualidade da água têm vindo a baixar, o transvase dificulta a recuperação do rio Tejo de se manter vivo do lado português. Em 2005, afetada pela seca no país, a Espanha desviou do rio Tejo mais água do que deixou passar para o lado português, abrindo um precedente no acordo da Convenção de Albufeira. Esta convenção entre Portugal e Espanha, em vigor desde 2000, pretende regular a gestão sustentável das bacias transfronteiriças e em relação ao rio Tejo a Espanha compromete-se a deixar entrar pelo menos uma média diária de 2.700 milhões de metros cúbicos de água, durante cada ano hidrológico (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2010).

Outro dos fatores que influenciam o estado do rio são as descargas poluentes provenientes das 58 barragens na bacia espanhola do Tejo. Segundo a organização não governamental ecologista World Wide Fund-WWF, a Espanha é o país com mais barragens do mundo, e só na bacia do Tejo existem 14 centrais termoelétricas e 8 centrais nucleares que se servem do rio para refrigerar as suas turbinas. Poucos quilómetros depois da nascente, depois das águas do Tejo

arrefecerem o reator da central nuclear de Trillo – a última a entrar em funcionamento, em 1988 – dá-se então o transvase de cerca de 80% da água, antes da passagem pela região de Madrid, onde o rio recebe os dejetos de cerca de seis milhões de habitantes. Outrora local de veraneio das famílias madrilenas, as águas das praias fluviais da cidade medieval de Toledo estão hoje poluídas. O rio Jarama junta-se ao Tejo em Aranjuez, transportando toda a poluição da capital espanhola. Quando chega a Talavera de la Reina, o Tejo está praticamente morto. Aí podem ver-se surgir à superfície o rebentamento de bolsas de metano, sinais de matéria orgânica em putrefação. Nos 300 km seguintes, que levam o rio Tejo à fronteira portuguesa, ele recebe então as descargas de empresas que muitas vezes não cumprem as normas ambientais em vigor, preferindo muitas vezes pagar a multa do que fazer cumprir a lei (ALMEIDA et al., 2015).

Sem volume de água suficiente para se regenerar, o rio Tejo entra em Portugal mais morto do que vivo, passando ainda pela zona industrial de Vila Velha de Rodão, onde convivem as fábricas de papel Celtejo, e as produtoras de biomassa Centroliva e Ródão Power. Sabendo que, no último ano, as autoridades ambientais receberam 38 denúncias por descargas, mas apenas uma fábrica teve atividade suspensa fruto de reiterada prevaricação, o Ministério do Ambiente-MA anunciou a 19 de janeiro de 2016 a criação da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição no rio Tejo, com a missão de avaliar e diagnosticar as situações com impacto direto na qualidade da água do rio e seus afluentes. Com a apresentação do primeiro relatório prevista para junho de 2016, a Comissão conta com a participação da Agência Portuguesa do Ambiente-APA, da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente, e do Ordenamento do Território-IGAMAOT, das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional-CCDR e de Comissões Intermunicipais. Entretanto, a IGAMAOT investigou já 58 empresas, abriu inquéritos criminais, e determinou dois mandados a empresas com atividade junto da bacia do Tejo, que serão encerradas caso não cumpram as medidas estipuladas para acabar com a poluição (ALVES, 2016).

A associação ambientalista QUERCUS, que elegeu a poluição no rio Tejo como o pior facto ambiental de 2015, pretende interpor uma ação judicial devido à poluição verificada na ribeira do Açafal, um afluente do Tejo entre Vila Velha de Ródão e Abrantes. Segundo a QUERCUS, os pescadores têm apresentando queixas regulares uma vez que apanhavam o lagostim em viveiros no Tejo, e tiveram de mudá-los por causa da poluição. Os lagostins, apesar de extremamente resistentes à poluição e aos baixos índices de oxigénio na água, morriam. A Quercus alertou em agosto de 2015 para a existência de centenas

de quilos de lagostins encontrados mortos no Tejo, na zona do Arneiro, em Vila Velha de Ródão (LUSA, 2015).

Em fevereiro de 2016 um grupo com cerca de duas dezenas de pescadores queimaram um barco junto ao cais de Vila Velha de Rodão, simbolizando o fim da atividade piscatória na região. Um membro do movimento dos pescadores lembra que há alguns anos havia cerca de mil pescadores que viviam da faina no rio Tejo, mas devido à poluição, esse número foi reduzido para cerca de 90 pescadores a trabalhar atualmente ao longo de todo o rio (LUSA, 2016). Culturas como a ostra-portuguesa (*crassostrea angulata*) desapareceram do rio, devido à atividade industrial. Com uma exploração intensiva no país, a ostra-portuguesa chegava a atingir no estuário do Tejo, até 1972, as 2.000 toneladas por ano. O fenómeno de poluição intensa teve início em 1973, com uma mortandade súbita precedida pelo efeito de espessamento da concha. Em 1979, essas populações de ostra encontravam-se quase extintas. Um estudo realizado em 1982 estabeleceu a relação da mortandade das ostras com a contaminação pelo composto TBT, encontrado nos sedimentos do estuário do Tejo, nomeadamente perto de estaleiros (QUERCUS, 2013).

Outra situação denunciada em dezembro de 2015 pela Associação de Defesa do Ambiente SOS Tejo, foi o impedimento da passagem dos peixes causado pelo novo dique construído pela Central Termoelétrica do Pego-PEGOP, em Abrantes. A barragem funciona como autêntica muralha impedindo o peixe de circular livremente no rio, o tem forçado os pescadores a importarem a lampreia do Canadá ou da França para os festivais da lampreia, uma vez que este peixe já não é encontrado no rio. A Agência Portuguesa do Ambiente-APA, tendo confirmado que a estrutura construída pela PEGOP impedia a progressão de peixes e, como medida cautelar, instruiu a empresa a construir um canal que a viabilizasse (LUSA, 2015).

Esta catastrófica situação do rio Tejo e de seus afluentes tem graves implicações na qualidade das águas para as regas dos campos (vale lembrar que a região do Ribatejo é a mais fértil do país), para a pesca, para a saúde das pessoas e impede o aproveitamento do potencial da região ribeirinha para práticas de lazer, de turismo fluvial e desportos náuticos (o estado do rio já fez retirar a bandeira azul da praia do Alamal, situada no alto Alentejo, a única que mantinha ainda o selo de qualidade internacional ambiental) (BANDEIRA AZUL, 2017).

No sentido de combater esta situação, foi constituído em setembro de 2009 em Vila Nova da Barquinha, o Movimento de Cidadania em Defesa do Tejo - ProTEJO, que congrega cidadãos e movimentos da bacia do Tejo

em Portugal, trocando experiências e informação, para que consolidem e amplifiquem as distintas atuações de organização e mobilização (PROTEJO, 2016). Também foi criado em 2009 o projeto institucional de cooperação transnacional Tejo Vivo - Rede para a Revalorização dos Territórios Vinculados ao Tejo, por 17 entidades portuguesas e espanholas, com o apoio da abordagem Leader, do Programa de Desenvolvimento Rural-PRODER da UE-União Europeia (JORNAL TORREJANO, 2016; PINHAL MAIOR, 2014).

O protesto ibérico de 26 de setembro de 2015, em que aos milhares de ativistas e cidadãos espanhóis se juntaram as 14 localidades ribeirinhas de Portugal, foi um movimento notável na defesa de um rio vivo e contra a poluição das águas. Em resposta ao apelo da Rede de Cidadania por Uma Nova Cultura da Água no Tejo/Tajo e seus afluentes, os cidadãos da bacia do Tejo de Portugal (representada pelo proTEJO) e Espanha, exigiram o fim do transvase Tejo-Segura e a eliminação da poluição, rejeitando a próxima aprovação do 2º ciclo de planeamento hidrológico da bacia do Tejo. Este ciclo dá continuidade à má gestão do rio já constante do plano hidrológico do 1º ciclo, atualmente objeto de recurso por movimentos de cidadania da Rede do Tejo/Tajo perante os tribunais espanhóis e instituições europeias (CONSTANTINO, 2015).

Em 1989, o estuário de Lisboa era um dos mais poluídos da Europa, com os esgotos de toda a cidade e arredores a desaguar diretamente nele sem qualquer tratamento. Marcelo Rebelo de Sousa, o atual Presidente da República, fez na época uma campanha para lançar a sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa pelo PSD, alertando para a necessidade de se despoluir o rio. O candidato nadou uma extensão de cerca de 50 metros no rio, junto à saída principal do esgoto. Previamente vacinado contra vários tipos de contágio infeccioso, mas sem ter tempo para se vacinar contra a hepatite B, ele acabou contraíndo a doença (FERREIRA, 2015).

Desde então, alguns esforços foram feitos no sentido de melhorar a qualidade de vida do estuário, nomeadamente a remodelação do sistema de esgotos de Lisboa, concluída em 2003, que incluiu a construção de um coletor gigantesco paralelo ao rio, e a remodelação Estação de Tratamento de Águas Residuais-ETAR de Alcântara. Assim, acompanhando a preocupação atual pelo estado do rio, foi com entusiasmo que cidadãos e ambientalistas viram a candidatura do Tejo a reserva da biosfera, ser aprovada pela UNESCO em março de 2016. No mês seguinte, em abril de 2016, como um prenúncio de esperança, foram avistados cerca de 30 golfinhos por alunos de vela no estuário do Tejo, em Lisboa (NAVES, 2016).

Em outubro de 2016, a Inspeção-Geral do Ambiente emitiu um mandato a impor o fim das descargas de águas residuais da empresa Fabrióleo, de Torres Novas, para a Ribeira da Boa Água, e identificou nove entidades prevaricadoras, na região. A APA instaurou também um processo à Fabrióleo por desobedecer ao mandato anterior de suspensão de descargas, e por não ter cumprido o auto de embargo das obras realizadas sem licença de construção para a ampliação da sua ETAR (RIBATEJO, 2016).

Em novembro de 2016, a Comissão de Acompanhamento sobre Poluição no Tejo divulgou o relatório sobre o estado do rio relativo ao ano de 2015, que classificou de “inferior a bom”. A comissão afirma que o tratamento das águas residuais urbanas e/ou industriais é ainda insuficiente, e alerta para os problemas de poluição com origem na agricultura e/ou pecuária, além de apontar para a obstrução dos peixes por causa das barragens, e para o limite dos caudais ecológicos. O relatório sublinha a pressão exercida pelas atividades industriais a norte da bacia do Tejo, e aponta ainda a falta de fiscalização, salientando que ainda assim foram fiscalizados 234 operadores económicos e detectadas 79 infrações, que geraram três queixas-crime (ESTEVES, 2016).

Em fevereiro de 2017, foi lançada uma petição pelo pró-TEJO contra a poluição do Tejo e seus afluentes que chegou às 5.466 assinaturas, tendo sido remetida à AR para ser discutida em plenário. A petição defende a aplicação de medidas como o cumprimento da Diretiva Quadro da Água - principal instrumento da Política da União Europeia-UE relativa à água - e o estabelecimento de um regime de caudais ecológicos, diários, semanais e mensais, refletidos nos Planos da Bacia Hidrológica do Tejo e na Convenção de Albufeira (FONSECA, 2017).

Em março de 2017, o governo criou um grupo de trabalho para definir um plano de ação de combate à poluição no rio Tejo e seus afluentes. A decisão, publicada a 10 de março no Diário da República-DR, define que o grupo de trabalho deve apresentar, até final de junho, o balanço da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais. Na sequência, o Ministro do Ambiente anunciou que uma das medidas de combate à poluição será a partir de junho de 2017 a videovigilância por drones, com a criação de uma unidade de intervenção rápida (piquete 24 horas), sensores de monitorização em tempo real. (OLIVEIRA, 2017). Entretanto, essa mesma tecnologia tem sido utilizada pelo pró-TEJO, que no Verão de 2015 usou drones para filmar partes do rio Tejo, onde é possível distinguir duas cores: o negro e o branco em forma de espuma, consequência de uma descarga recente (CERQUEIRA, 2017).

Centenas de pessoas manifestaram-se no dia 4 de março de 2017 em Vila Velha de Ródão, a zona onde há maiores níveis de descargas poluentes, exigindo medidas concretas do Ministério do Ambiente contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes. A manifestação teve início no cais fluvial de Vila Velha de Ródão, e seguiu em marcha lenta até aos portões da empresa Celtejo, onde terminou com a leitura de um manifesto frente à fábrica de pasta de papel. Na ocasião, a QUERCUS lembrou que a Celtejo e a Centroliva estão notificadas pelas autoridades, mas que continuam a efetuar descargas diárias, agravando o estado do rio Tejo em todos os municípios até Santarém, num troço de 150 quilómetros. (OBSERVADOR, 2017).

A 18 de abril, o governo anunciou que as duas barragens existentes no rio Tejo, Fratel e Belver, vão ter caudais mínimos obrigatórios já a partir de junho, no âmbito de um novo modelo de gestão do Parque Natural do Tejo Internacional (LUSA, 2017).

No dia 17 de maio em Abrantes, aconteceu o III Congresso do Tejo, onde foram debatidos temas como a relação entre Portugal e Espanha, os riscos (secas, cheias, etc.), o uso do rio, o desenvolvimento e o turismo (CUPETO, 2017; PROTEJO, 2017). No entanto, especialistas afirmam que para fazer um balanço hídrico fiável de toda a Bacia Hidrográfica do Tejo, não basta lutar por proteção ambiental, mas é necessário dar atenção a múltiplos aspectos como: qual o melhor aproveitamento agrícola dos seus terrenos marginais; as consequências da aplicação do Plano Hidrológico espanhol no troço nacional do rio; as necessidades de água para as próximas décadas (CAMPOS, 2017).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jorge; RODRIGUES, Rui; FREIRE, Samuel. Tejo, o rio perdido. RTP Notícias, 29 set. 2015.

ALVES, Sara Silva. Inspeção-geral do Ambiente ameaça encerrar empresas que poluam o Tejo. Público, 18 fev. 2016.

BANDEIRA AZUL. Bandeira Azul-BA, 2017.

CAMPOS, Renato. O Tejo além de Almaraz. O Ribatejo. 27 abr. 2017.

CERQUEIRA, Marta. Poluição no Tejo. Ambientalistas falam em “rio morto”. Jornal i. 30 abr. 2017.

CONSTANTINO, Paulo. Opinião: Agir em defesa do Tejo. 27 set. 2015.

CUPETO, Carlos. Congresso do Tejo. O Mirante, 11 mai. 2017

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Espanha faz novo transvase do Tejo sem cumprir mínimos. Diário de Notícias-DN, 6 jan. 2010.

ESTEVES, Bernardo. Tejo com esgotos sem tratamento. Correio da Manhã- CM. 27 nov. 2016.

FONSECA, Mário Rui; LUSA. VN Barquinha - petição contra a poluição do Tejo ultrapassa 5.400 assinaturas e segue para a AR. Médio Tejo. 18 fev. 2017.

JORNAL TORREJANO. Tejo Vivo começa na Azambuja e acaba em Castelo Branco, 5 dez. 2014.

FERREIRA, Miguel, O mergulho de Marcelo Rebelo de Sousa. [Arquivo de vídeo]. Youtube, 18 de out. 2015.

LAGIOSA, José. Grupo de trabalho vai definir até junho plano de ação contra poluição nos rios. 10 mar. 2017.

LUSA. Paredão no Tejo em Abrantes já tem canal que permite passagem de peixe. 17 dez. 2015.

LUSA. Quercus alerta para centenas de quilos de lagostins mortos no Tejo. Diário de Notícias-DN, 19 ago. 2015.

LUSA. Ministro anuncia caudais ecológicos diários nas barragens do Tejo. Diário de Notícias-DN, 18 abr. 2017.

LUSA. Pescadores queimam barcos junto ao Tejo para simbolizar fim da atividade piscatória. RTP Notícias, 20 fev. 2016.

MADREMEDIA; LUSA. Tejo: “Portugal e os portugueses não são o esgoto de Espanha”, diz eurodeputado. Sapo 24. 24 fev. 2017.

MIRANTE. Convenção que regula gestão ibérica do Tejo revista até 2018. O Mirante diário online. 21 jan. 2017.

NAVES, Filomena. Tejo mais limpo. Aumentam visitas de golfinhos à pesca da corvina e do charroco. Diário de Notícias-DN. 9 abr. 2016.

OBSERVADOR. Manifestação contra a poluição no Tejo junta centenas em Vila Velha de Ródão. 4 mar. 2017.

OLIVEIRA, Teresa. Seis mil euros em drones para vigiar o Tejo. Correio da Manhã-CM. 24 mar. 2017.

PINHAL MAIOR. Jogo do Tejo é lançado em Mação. 19 nov. 2014.

PROTEJO. Início. Blogspot. Movimento pelo rio Tejo – PROTEJO. 17 jun. 2017.

PROTEJO. PROTEJO faz balanço da manifestação contra a poluição e propõe projeto de monitorização da qualidade da água do rio Tejo e seus afluentes. PROTEJO-Movimento pelo Tejo. 21 mar. 2017.

QUERCUS. Quercus defende ostra-portuguesa, Crassostrea angulata. 8 fev. 2013.

RIBATEJO. Inspeção do Ambiente ordena fim das descargas da Fabrióleo. O Ribatejo. 20 out. 2016.

ANEXO I

Linha do tempo

1. Mundo

<i>Ano</i>	<i>Acontecimento</i>
1872	Primeiro parque nacional dos Estados Unidos, o Parque Nacional de Yellowstone.
1872	Dia Mundial da Árvore ou da Floresta, comemorado em 21 de março.
1946	Dois bombas atômicas, em Hiroshima e Nagasaki, Japão, matam mais de 150 mil pessoas.
1950	Smog em Londres. Severa poluição atmosférica derivada de emissões de veículos e indústrias.
1956	Intoxicação por mercúrio em Minamata, Japão, mata centenas e milhares de pessoas adoecem.
1961	Fundação da World Wide Fund for Nature-WWF.
1962	Lançamento do livro: Primavera Silenciosa, de Rachel Carson.
1967	Grandes cheias inundam principalmente o Ribatejo, centro de Portugal, matando centenas de pessoas.
1967	Constata-se a severa poluição do Rio Tamisa, Sena e Reno.
1969	Fundação da Associação Ambientalista Friends of the Earth, atualmente representada em 74 países.
1970	Comemoração do Dia da Terra, no início da Primavera, em 22 de abril.
1971	Criação do Greenpeace em Vancouver, Canadá.
1972	Relatório do Clube de Roma: Os Limites do Crescimento.
1972	Comemoração do Dia Mundial do Ambiente, em 5 de junho.
1973	Lançamento do livro Small is Beautiful: um estudo de economia em que as pessoas também contam, de E. F. Schumacher.
1975	Ano Europeu de Conservação da Natureza.
1976	Acidente químico em Seveso (Itália) resultou na contaminação de moradores e na morte de milhares de animais.
1978	Desastre ambiental em Love Canal, Nova York, Estados Unidos.
1979	Acidente nuclear em Three Mile Island, Pensilvânia, Estados Unidos.

- 1979 Rede Natura 2000, uma rede ecológica europeia, constituída por Zonas de Proteção Especial (ZPE) e por Zonas Especiais de Conservação (ZEC).
- 1980 Poluição em Cubatão, no Sudeste do Brasil, produz bebês sem cérebro.
- 1982 Protestos da comunidade negra de Warren County, Carolina do Norte, Estados Unidos, contra a instalação de um aterro tóxico.
- 1984 Acidente em fábrica de pesticidas em Bophal, Índia, mata milhares de pessoas.
- 1986 Acidente nuclear em Chernobyl, Ucrânia.
- 1986 A doença das vacas loucas, BSE, é identificada pela primeira vez em Inglaterra.
- 1987 Relatório Brundtland: O Nosso Futuro Comum.
- 1987 Acidente radiológico com césio em Goiânia, Brasil.
- 1988 Assassinato do ativista Chico Mendes no Acre, Brasil.
- 1989 Vazamento de petróleo do navio Exxon Valdez no Alasca.
- 1989 Queda do Muro de Berlim, Alemanha.
- 1989 Protocolo de Montreal, 175 países signatários se comprometeram a substituir substâncias nocivas à camada de ozônio.
- 1991 Ao norte do Kuwait, foram queimados 700 poços de petróleo.
- 1992 1ª Grande Cimeira para o Ambiente e Desenvolvimento: Rio 92, Brasil.
- 1995 2ª Grande Cimeira de Copenhaga, Dinamarca.
- 1997 Protocolo de Quioto, Japão: Tratado internacional para a redução da emissão dos gases do efeito estufa.
- 2000 Carta da Terra, subscrita por centenas de sociedades civis e iniciada pelas Nações Unidas.
- 2002 O navio Prestige quebra e afunda na costa galega da Espanha e derrama milhares de toneladas de fuel-oil, gerando uma maré negra.
- 2002 3ª Grande Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, África do Sul.
- 2002 Livro de Joan Martínez-Alier: O Ecologismo dos Pobres.
- 2003 Convenção de Aarhus, sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente.
- 2005 A ativista irmã Dorothy Stang foi assassinada em Anapu (PA) no contexto de conflitos agrários na região amazônica.

- 2005 Catástrofe, no sul dos Estados Unidos, provocada pelo furacão Katrina.
- 2006 Al Gore Lança o filme Verdade Inconveniente.
- 2010 Acidente no Golfo do México na Plataforma Deepwater Horizon liberou aproximadamente 4,9 milhões de galões de petróleo na água.
- 2011 A população da Terra atinge a marca de 7 bilhões de humanos.
- 2011 Acidente nuclear em Fukushima, Japão.
- 2013 Marcha Global Contra a empresa Monsanto em centenas de cidades de 50 países.
- 2015 Carta Encíclica Louvado Seja - Sobre o Cuidado da Casa Comum do Papa Francisco.
- 2015 Realizada em Paris, a Conferência do Clima (COP-21) alcança acordo para o combate ao aquecimento global.
- 2015 Rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Mariana, a maior catástrofe ambiental do Brasil.
- 2016 Tribunal Penal Internacional reconhece ecocídio como crime contra a Humanidade.
- 2016 Relatório da ONU revela que a degradação ambiental mundial é responsável anualmente por 12,6 milhões de mortes prematuras.
- 2016 A região do Pantanal, no Brasil, a maior área encharcada do Mundo, encolheu nos últimos 15 anos 22,5 mil km².
- 2016 Estudo britânico, publicado na revista Nature Communications, conclui que os pesticidas triplicaram a mortalidade das abelhas selvagens.
- 2016 Julgamento moral da empresa Monsanto por um tribunal internacional, o Tribunal Monsanto, com o apoio de 200 organizações, acusou a empresa de crime de ecocídio.
- 2016 Livro “A Sexta extinção”, de Elisabeth Kolbert, ganhou o Prémio Pulitzer e denuncia a agonia de numerosas espécies marinhas.
- 2017 Vários eventos climáticos extremos: queimadas, furacões e enchentes.
- 2017 Os Estados Unidos, após a eleição de Donald Trump, reafirma desacordo com o Acordo de Paris, também aprovam a construção de oleodutos em terras indígenas.
- 2017 Explosão na central nuclear de Flamanville, França.
- 2017 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, Brasil.
- 2017 A Organização Internacional do Trabalho, considera a mineração como a mais perigosa atividade do mundo para os trabalhadores.

- 2017 Mais de um milhão de pessoas de todos os Estados-Membros da União Europeia assinaram uma petição a favor da proibição do herbicida glifosato.
- 2017 Movimento Global pelo Desinvestimento nos Combustíveis Fósseis é criado.
- 2018 A China introduz medidas de política ambiental para diminuir a poluição da sua indústria.
- 2018 As centrais solares ultrapassaram a produção das centrais nucleares, impulsionadas principalmente pela China.

ANEXO I

Linha do tempo

2. Portugal

<i>Ano</i>	<i>Acontecimento</i>
1862	Em Sever do Vouga, Aveiro: a mineração e a atividade agrícola em conflito.
1888	Na Faixa Ibérica Piritosa, mortes em Huelva, Espanha, e conflitos na mina de São Domingos, Alentejo.
1911	Pescadores protestam contra a poluição do rio Guadiana, Alentejo, provocada pelas minas em atividade nos dois lados da fronteira.
1912	Agricultores enfrentam draga de mina de estanho em Gaia, Belmonte.
1913	Início da comemoração anual do Dia da Árvore (ou da Floresta), em 21 de março.
1947	SOS Alviela: luta contra 60 anos de poluição do rio em Santarém.
1948	Criação da Liga para a Proteção da Natureza-LPN.
1970	Lince-ibérico de volta à floresta de Portugal.
1970	Histórico de poluição ambiental e de lutas dos trabalhadores marca mobilizações no complexo industrial do Barreiro, Setúbal.
1970	Primeira legislação sobre a proteção de natureza e dos seus recursos (Lei 09/1970).
1970	Criação do 1º Parque Nacional em Peneda-Gerês.
1971	Criação do Greenpeace.
1971	Publicação do 1º Relatório de Estado do Ambiente em Portugal.
1972	Construção da Central Nuclear de Almaraz Espanha: perigo ao ambiente e à saúde pública em Portugal.
1972	Baldios: a luta pelo uso comum da terra.
1972	Conselho Europeu da UE, realizado em Paris, decidiu que a política económica deve ser estar interligada com a política ambiental.
1972	Surtos de cólera em Lisboa.
1973	Central nuclear Sayago, Zamora, às margens do rio Douro, sofre contestação e após oito anos de protestos, uma moratória do governo espanhol põe fim ao projeto.

- 1973 Criada na CUF/Quimigal, a Comissão de Luta contra a Poluição.
- 1974 Bacia do Rio Maior, Santarém, poluído por suiniculturas.
- 1974 Revolução de Abril e fim de 48 anos de Ditadura.
- 1974 Criação da Secretaria do Estado do Ambiente.
- 1975 Fundação do Movimento Ecológico Português - MEP.
- 1975 Marés negras em Leixões, norte de Portugal.
- 1976 Ferrel, Peniche: destruição das fundações de uma central nuclear gera luta antinuclear que persiste até a atualidade.
- 1976 Aprovada a nova Constituição da República Portuguesa. O ambiente é incluído nas tarefas fundamentais do Estado e descrito no artigo 66.
- 1977 Livros de Afonso Cautela: O Suicídio Nuclear Português Ecologia e Luta de Classes em Portugal.
- 1979 Associação Portuguesa de Ecologistas/Amigos da Terra.
- 1981 Fundação do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente-GEOTA.
- 1982 Fundação do Partido Ecologista Os Verdes.
- 1983 Lei de Reserva Ecológica Nacional - REN.
- 1983 Criação dos novos projetos Setúbal Verde e Amigos da Terra.
- 1983 O Serviço Nacional de Parques, Reservas, Patrimônio e Paisagens faz 10 anos e comemora a fundação de 14 parques em Portugal.
- 1985 Fundação da Associação Nacional de Conservação da Natureza-Quercus.
- 1986 Entrada de Portugal na União Europeia.
- 1986 Criação do Instituto de Resíduos.
- 1986 Demolição de construções clandestinas no litoral.
- 1987 Mineração em zona habitada de Barcelos provoca a “Guerra dos Caulinos”.
- 1987 “Não queremos ser a lixeira nuclear da Europa”, Aldeadávilla de La Ribera, Salamanca.
- 1987 Criação da Lei de Bases do Ambiente.
- 1987 Lei de Reserva Agrícola Nacional-RAN.
- 1988 Escórias tóxicas da Metalimex em Setúbal.
- 1988 Fundação da associação ambientalista Olho Vivo.

- 1988 Denúncias de poluição suinícola no rio Lis, Leiria. Manifestações nas décadas seguintes.
- 1989 Associação Amigos da Vida Selvagem.
- 1989 Populações condenam eucaliptação das florestas. Conflitos em Aboboreira, Valpaços e Mértola.
- 1990 Fundação da Oikos – Cooperação e Desenvolvimento.
- 1990 Criação do Ministério do Ambiente, dos Estudos de Impacte Ambiental e do processo de consulta pública aberta à participação da sociedade.
- 1990 Criação da Agência Europeia do Ambiente - AEA.
- 1990 Maré negra em Porto Santo, Madeira.
- 1990 Livro Branco do Estado do Ambiente.
- 1991 Nova travessia do Tejo em Lisboa questionada intensamente pelas ONGAs.
- 1991 “As gravuras não sabem nadar”, protestos em Foz Côa travam construção de uma barragem em sítio arqueológico.
- 1991 Criação da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.
- 1993 Aparecimento pela primeira vez em Portugal da BSE, a doença das vacas loucas.
- 1993 Fundação da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves-SPEA.
- 1994 Protestos contra linhas de alta tensão de Tunes e Estoi, Faro.
- 1994 Construção de aterro sanitário em Sermonde, Porto, origina conflitos entre o governo central e municipal e as populações.
- 1994 Livro de Viriato Soromenho-Marques: Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política do Ambiente.
- 1995 “Incineradora? Nem obrigados!”. Mobilização cívica impede a construção de uma incineradora em Estarreja, Aveiro.
- 1995 Portugal inicia uma nova Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos.
- 1995 Decisão de iniciar a construção de Alqueva, no Alentejo, o maior reservatório de água da Europa.
- 1996 “Sabor, o último rio selvagem da Europa ameaçado”, protestos contra a construção de uma barragem.
- 1996 Protesto contra o aterro sanitário em Taveiro.

- 1996 Fundação do Grupo de Ação e Intervenção Ambiental-GAIA.
- 1997 Construção da auto-estrada A2 e o questionamento sobre os impactos na ZPE de Castro Verde, Alentejo.
- 1997 Criação da Plataforma Transgénicos Fora-PTF.
- 1998 Luta pela reparação dos danos na Bacia do Rio Lis cuja poluição perdura.
- 1998 Importação de escórias tóxicas de alumínio armazenadas em Setúbal gera contestações.
- 1998 “Não nos lixem”, RSU em Portugal: políticas e protestos contra a coíncineração em Portugal.
- 1998 População de Arcena luta contra a pedreira da Cimpor e o alargamento do aterro.
- 1999 Aterro sanitário de Cadaval/Oeste.
- 1999 Protestos contra o aterro sanitário de Bigorne/Douro Sul.
- 1999 O Tratado de Amesterdão institui o dever de integrar a proteção ambiente em todas as políticas setoriais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.
- 1999 Posição do Presidente da República Mario Soares sobre os problemas ambientais.
- 2000 Histórico de poluição ambiental e de lutas dos trabalhadores marca mobilizações no complexo industrial do Barreiro.
- 2000 Fundação da associação ambientalista Campo Aberto.
- 2000 Protestos contra os resíduos deixados com o término da atividade da Siderúrgica Nacional no Seixal e da SN na Maia.
- 2001 Minas de urânio no centro de Portugal: o caso das minas da Urgeiriça.
- 2001 Livro de Paulo Eduardo Guimarães: Indústria e Conflito no Meio Rural. Os mineiros Alentejanos (1858 - 1938).
- 2002 Verão negro na Galícia, provocado pelo derramamento do navio Prestige, de milhões de toneladas de fuel oil, com reflexos também no Norte de Portugal.
- 2003 Parque eólico de Alvaiázere coloca em risco habitats protegidos.
- 2003 Protestos contra duas incineradoras de resíduos urbanos nos Açores.
- 2003 Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica.
- 2004 Série televisiva Portugal – Um Retrato Ambiental, quatro documentários de 52’ sobre o Ambiente em Portugal, de autoria de Luísa Schmidt.

- 2004 Algarve autodeclara-se Zona Livre de Transgénicos-ZLT.
- 2005 Lutas em defesa da Serra do Montejunto e contra as eólicas.
- 2005 Protestos contra linhas de alta tensão de Fanhões e Trajouce, Sintra.
- 2005 Aprovado o Decreto-lei dos transgénicos.
- 2005 Construção de refinaria de petróleo em Balboa, Badajoz/Espanha, gera risco de contaminação do rio Guadiana.
- 2006 O desafio da conservação da natureza no Parque de Serra de Aire e Candeeiros: a iniciativa de construção de novo parque eólico.
- 2006 Legislação portuguesa (DL178/2006) sobre Resíduos Sólidos Urbanos - RSU.
- 2006 “Não ao Nuclear”, 30 anos do protesto de Ferrel, Peniche.
- 2007 Destruição de uma plantação de milho transgénico em Silves, Algarve.
- 2007 Protestos populares e associações ambientais colocam em causa a instalação de parques eólicos em Tavira.
- 2007 Conjunto de novas barragens ameaça artificializar o Rio Tâmega.
- 2007 Protestos contra o novo Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico - PNBEPH.
- 2007 Lançamento do livro País (In) sustentável de Luísa Schmidt.
- 2007 Criação da Agência Portuguesa do Ambiente-APA.
- 2007 Criação em Portugal da Coordenadora de Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases-COAGRET.
- 2007 Aprovado o Plano Nacional do Território do Algarve.
- 2007 Publicação do Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos.
- 2008 Minihídricas não avançam no Rio Paiva.
- 2008 Movimento Urânio em Nisa, Não!
- 2008 Criação do Movimento Nacional Contra a Alta Tensão em Zonas Habitadas.
- 2009 Barragens no Vouga submergem famílias, património arqueológico e sobreiros.
- 2009 Início da erradicação do amianto em Portugal.
- 2009 Conflito entre o projeto de uma nova pedreira e o turismo em Tavira, Algarve.
- 2010 Rio Mondego em perigo com minihídrica de Foz do Caneio.
- 2010 Chumbada cimenteira: “Não queremos uma cimenteira às portas de Rio Maior”.
- 2010 Chumbo de pedreira em Arcena.
- 2011 Monchique diz não à mineração.

- 2011 Zona Livre de Transgénicos dos Açores.
- 2011 “Salvar o Tua, proteger o Douro”. Protestos contra a construção de uma barragem no vale do Tua, Douro.
- 2011 Portugueses e espanhóis contra as LAT.
- 2011 Douro Património Mundial ameaçado pela linha de alta tensão Tua-Armamar.
- 2011 Protestos contra exploração de ouro em Évora.
- 2011 População e autarcas exigem que o governo cuide do passivo ambiental contendo metais pesados da Quimigal no Barreiro, Setúbal.
- 2012 População de Fátima, Ourém e outras povoações da região do Centro, tenta impedir exploração de pedreiras e fábrica de cal.
- 2012 Criação da Plataforma pela Floresta.
- 2012 Criação da Plataforma Salvar o Tua.
- 2013 Contestação à ingerência do governo nos baldios.
- 2013 Ambientalistas portugueses juntam-se aos protestos espanhóis pelo não fechamento da central nuclear de Almaraz, junto ao rio Tejo.
- 2014 Aprovação na AR pela direita nova Lei Florestal, conhecida como lei do eucalipto livre.
- 2014 Luta contra a exploração de caulinos na região Centro: “Sem caulinos eu vivo, sem água não!
- 2014 Exploração de petróleo na costa algarvia origina protestos de ambientalistas levando à criação da Plataforma Algarve Livre de Petróleo-PALP.
- 2015 Populações do Minho e do município galego de Arbo concentraram-se em ambos os lados da margem do rio Minho em protesto contra linha de alta tensão.
- 2015 Reprovar o glifosato: o herbicida que contamina Portugal.
- 2015 Relatório da Agência Europeia de Ambiente dá conta que a poluição do ar em Lisboa, Porto e Braga cause 6.630 mortes prematuras.
- 2015 Entrada em vigor da lei de regularização simplificada da atividade de estabelecimentos ilegais, que operam sem licença, sendo empresas altamente poluidoras.
- 2015 A UE transfere para os estados-membros a decisão de proibir ou não o cultivo de transgénicos.
- 2016 Criação do movimento Marinha Grande Livre de Petróleo! E Peniche Livre de Petróleo!

- 2016 Lei proíbe o uso de pesticidas em locais públicos.
- 2016 Suspensão da construção de barragens do PNBEPH.
- 2016 Apenas 5 países - Portugal, Espanha, República Checa, Roménia e Eslováquia - autorizam o plantio de transgénicos.
- 2016 Livro Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: O passado e o Presente.
- 2016 Livro de Luísa Schmidt: Portugal: Ambientes de Mudança - Erros, Mentiras e Conquista.
- 2016 Livro de António Eloy: Comendo Ambientes.
- 2016 Chumbo do parque eólico de Torre de Moncorvo.
- 2016 Análises de glifosato na urina e sangue revelam uma contaminação descontrolada em Portugal.
- 2016 Multiplicam-se as evidências de descargas poluentes no rio Tejo, sobretudo na região de Vila Velha de Rodão.
- 2016 Tribunal de Justiça da UE declara que há 44 leis em Portugal onde não se cumprem as diretivas europeias.
- 2016 Nova lei dos baldios revoga a anterior e resgata a legislação conquistada após a Revolução de Abril em 1974.
- 2016 Em outubro de 2016, a Assembleia da República aprovou por unanimidade o Projeto de Resolução para regulamentar a lei de proteção contra os efeitos das LAT.
- 2016 Segundo estudo da Global Forest Watch, Portugal perdeu 4% de área arborizada, sendo responsável por metade das florestas ardidas na União Europeia.
- 2016 Manifestação em Salamanca na Espanha, contra a abertura da mina de urânio.
- 2016 Aprovada a Lei nº 10/2016, estabelece o direito a uma compensação por morte provocada por doença profissional dos trabalhadores nas minas de urânio da ENU.
- 2017 Perseguição e processo judicial contra o cidadão Arlindo Marques, O Guardião do Tejo quem tem denunciado publicamente a poluição do rio pela empresa CELTEJO.
- 2017 O território de Portugal foi atingido por centenas de incêndios florestais. Mais de 100 mortos e centenas de feridos e desabrigados em Pedrogão Grande e Góis.

- 2017 Criminalização de 5 pessoas, pelo Tribunal de Instrução Criminal do Porto, envolvidas na deposição de resíduos perigosos, em São Pedro da Cova.
- 2017 Governo aprovou extensão de prazo de mais um ano para direitos de prospeção de petróleo nas concessões ao largo de Aljezur.
- 2017 Mina de feldspato em Monchique é chumbada consagrando a luta ambientalista local.
- 2017 Sobrepesca da sardinha ameaça o futuro desta indústria pesqueira.
- 2017 Vitória dos algarvios contra o furo de petróleo em Aljezur.
- 2017 Animais de estimação foram autorizados a entrar em restaurantes.
- 2017 Governo regulamenta a construção de novas linhas de alta tensão introduzindo mais restrições ao seu traçado.
- 2017 Manifestações de protesto em várias localidades contra as touradas.
- 2017 Portugal retificou o acordo comercial CETA entre a UE e o Canadá.
- 2017 Multiplicam-se os protestos locais contra o estado de poluição dos principais rios, rias e ribeiras portuguesas
- 2017 Rios afetados: Côa, Coura, Douro, Este, Ferreira, Guadiana, Homem, Lima, Lis, Maior, Minho, Mondego, Nabão, Noeme, Paiva, Sado (...)
- 2017 Ribeiras afetadas: Pantenha, Sertã, Milagres, Nisa, Sarraca e da Boa Água; as rias de Aveiro e a Formosa; os rios Almonda, Ave, Alviela, Caster, Cávado (...)
- 2017 Rios afetados: Tâmega, Tejo, Tinto, Tua, Vez, Vizela, Vouga, Zêzere.
- 2017 Manifestações nos Açores contra a construção de uma incineradora na ilha de São Miguel.
- 2017 Nova lei florestal aprovada na AR trava o crescimento do eucalipto e cria medidas de gestão florestal para a prevenção em combate de incêndios.
- 2017 Poluição pela suinicultura persiste na bacia do Lis e prazo para conclusão da construção da ETAR é indeterminado.
- 2017 Mortandade de milhares de peixes no rio Tejo, em Vila Velha de Rodão.
- 2017 Quercus: Incêndios no Centro e Norte de Portugal, a continuação da grave poluição no rio Tejo e a extensão do prazo para a renovação da licença de Almaraz.
- 2017 A Organização Internacional do Trabalho-OIT, considera a mineração como a atividade mais perigosa do mundo para se trabalhar.

- 2017 Multiplicam-se os protestos, em Portugal e Espanha, para o encerramento de Almaraz.
- 2018 As empresas de petróleo programam quatro furos de prospeção petrolífera, algures no litoral português entre Lisboa e o Porto.
- 2018 Movimento Global pelo Desinvestimento nos Combustíveis Fósseis é lançado em Portugal.
- 2018 A retirada do amianto em escolas está a ocorrer de maneira lenta, sendo maior ainda a lentidão nos edifícios públicos e nos privados.
- 2018 Dois novos projetos de infraestrutura para pontes de travessia do Tejo são anunciados, ambientalistas qualificam como insustentáveis e socialmente ineficientes.

Linha do tempo

3. Minerometalurgia

Ano *Acontecimento*

- 1982 Sever do Vouga: mineração e atividade agrícola em conflito.
- 1888 Faixa Ibérica Piritosa: Mortes em Fumos de Huelva, Espanha, e conflitos na mina de São Domingos, Alentejo.
- 1911 Pescadores protestam contra a poluição do rio Guadiana, Alentejo, provocada pelas minas em atividade nos dois lados da fronteira.
- 1912 Agricultores enfrentam draga de mina de estanho em Gaia, Belmonte.
- 1914 Minérios exportados em bruto de Portugal, abasteceram as indústrias bélicas da Inglaterra e Alemanha, durante a I Grande Guerra e a II Guerra Mundial.
- 1950 Produção dos minerais radioativos, rádio e urânio, para os norte-americanos e a sua indústria bélica na Guerra da Coreia.
- 1960 Cerca de sessenta minas operaram a Faixa Piritosa Ibérica.
- 1972 Central nuclear de Almaraz (Espanha): perigo ao ambiente e à saúde pública em Portugal.
- 1973 Criada na CUF/Quimigal a Comissão de Luta contra a Poluição.
- 1974 Revolução de Abril, fim da ditadura.
- 1975 Marés negras em Leixões, norte de Portugal.
- 1976 “Somos Todos Moradores de Ferrel”: “Pela Vida e Contra o Nuclear”.
- 1976 A Constituição portuguesa estabelece que os recursos minerais são bens comuns e de domínio público.
- 1976 Central nuclear em Sayago, Zamora, sofre contestação e ao final de oito anos de protestos, uma moratória do governo espanhol põe fim ao projeto.
- 1977 Livros de Afonso Cautela. O Suicídio Nuclear Português; Ecologia e Luta de Classes em Portugal.
- 1977 Descoberta em Neves-Corvo, no Alentejo, de uma mina de cobre, estanho e zinco de classe mundial.
- 1986 Criação do Instituto de Resíduos.
- 1986 Entrada de Portugal na União Europeia.

- 1987 Mineração em zona habitada de Barcelos provoca a “Guerra dos Caulinos”.
- 1987 “Não queremos ser a lixeira nuclear da Europa”, Aldeadávilla de La Ribera, Salamanca.
- 1987 Criação da Lei de Bases do Ambiente.
- 1988 Escórias tóxicas da Metalimex em Setúbal.
- 1989 Início da produção da mina de Neves-Corvo, na Faixa Piritosa Ibérica, Alentejo.
- 1990 Maré negra em Porto Santo, Madeira.
- 1990 Criação do Ministério do Ambiente, dos Estudos de Impacte Ambiental e do processo de consulta pública aberta à participação da sociedade.
- 1990 Grande depressão de preços dos minerais, várias minas fecham, entre elas a de carvão em Pejão, a de ouro em Jales e a de cobre em Aljustrel.
- 1990 Nova legislação mineral, promovida pelo governo de Cavaco Silva, revoga e existente desde 1930.
- 1992 Ruptura de uma barragem na mina de ouro de Summitville, no Colorado, Estados Unidos.
- 1994 Criadas nas bolsas de Vancouver e Toronto, Canadá, as Junior Companies, empresas para investimentos especulativos de mineração.
- 1995 “Incineradora? Nem obrigados!”. Mobilização impede a construção de uma incineradora em Estarreja, Aveiro.
- 1998 Intensa mobilização contra a coincineração em Souselas (Coimbra), em Maceira (Leiria) e em Outão.
- 1998 Ruptura de uma barragem de rejeitos poluiu o ambiente do Parque Nacional de Coto Doñana, Espanha.
- 1998 População de Arcena luta contra a pedreira da Cimpor e o alargamento do Aterro.
- 2000 Histórico de poluição ambiental e de lutas dos trabalhadores marca mobilizações no complexo industrial do Barreiro.
- 2000 Protestos contra os resíduos deixados com o término da atividade da Siderúrgica Nacional no Seixal e da SN na Maia.
- 2001 Protestos pelo aterro indevido de resíduos, deixados pela SN da Maia e, ainda, clandestino com despejo de resíduos tóxicos em Gondomar, Porto.
- 2001 Minas de urânio no centro de Portugal: o caso das minas da Urgeiriça.
- 2001 Decreto dá à Empresa de Desenvolvimento Mineiro-EDM a função exclusiva de recuperação, com fundos públicos, de áreas degradadas pela mineração.

- 2001 Lançamento do livro *Indústria e Conflito no Meio Rural: os mineiros alentejanos (1858 – 1938)*, de Paulo Guimarães.
- 2001 Lei de recuperação do ambiente degradado ou passivo ambiental mineral.
- 2002 Verão negro na Galícia, provocado pelo derramamento do navio *Prestige*, de milhões de toneladas de fuel oil, com reflexos também no norte de Portugal.
- 2005 Construção de refinaria de petróleo em Balboa, Badajoz/Espanha, gera risco de contaminação do rio Guadiana.
- 2005 Derrame de cianeto no rio Tisza, na mina de ouro de Baia Mare, na Roménia, que se propagou até ao Danúbio.
- 2006 União Europeia - Procedimentos sobre a gestão de resíduos de indústria extrativa.
- 2006 “Não ao Nuclear”, 30 anos do protesto de Ferrel, Peniche.
- 2007 Criação da Agência Portuguesa do Ambiente-APA.
- 2007 Publicação do Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos.
- 2007 Lançamento do livro *País (In) sustentável* de Luísa Schmidt.
- 2008 Movimento Urânio em Nisa, Não!
- 2009 Lutas contra o amianto em edifícios públicos em Portugal.
- 2009 Conflito entre o projeto de uma nova pedreira e o turismo em Tavira, Algarve.
- 2010 Chumbada cimenteira: “Não queremos uma cimenteira às portas de Rio Maior”.
- 2010 União Europeia edita orientações da Comissão Europeia sobre a realização de novas atividades extrativas não-energéticas.
- 2011 Monchique diz não à mineração.
- 2011 Protestos contra a Colt Resources, uma junior company canadiana, que pretende explorar ouro em Évora.
- 2011 População e autarcas exigem que o governo cuide do passivo ambiental contendo metais pesados da Quimigal no Barreiro, Setúbal.
- 2012 Contra a exploração do petróleo no Algarve.
- 2012 População de Fátima, Ourém e outras povoações da região Centro, tenta impedir exploração de pedreiras e de fábrica de cal.
- 2013 Portugueses e espanhóis contra o projeto de nova mina de urânio em Retortillo, na região de Salamanca, Espanha.
- 2013 Ambientalistas portugueses juntam-se aos protestos espanhóis pelo não fechamento da central nuclear de Almaraz, junto ao rio Tejo.

- 2014 Luta contra a exploração de caulinos na região Centro (Distritos de Coimbra e Leiria): “Sem caulinos eu vivo, sem água não!”
- 2014 Exploração de petróleo na costa algarvia origina protestos de ambientalistas levando à criação da Plataforma Algarve Livre de Petróleo-PALP.
- 2015 Rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Mariana, a maior catástrofe ambiental do Brasil.
- 2015 Ministro de Economia do governo de direita de Passos Coelho anuncia a redenção de Portugal através da exploração de recursos minerais no fundo do mar.
- 2015 Entra em vigor a premiação dos maus empreendedores, calculados em mais de quatro mil, a maior parte, pedreiras e resíduos.
- 2015 Aprovação na AR-Assembleia da República da Lei de Base dos Recursos Geológicos, que revoga toda a lei mineral anterior.
- 2016 Capitais especulativos, principalmente sediados no Canadá, protocolaram cerca de 30 pedidos de pesquisa de mineração de lítio em Portugal.
- 2016 A empresa canadiana Colt Resources abandonou Portugal, Além do projeto ouro em Boa Fé/Évora, tinha projetos mineiros de tungsténio em Tabuaço.
- 2016 Manifestação em Salamanca na Espanha, contra a abertura da mina de urânio.
- 2016 A Nautilus, empresa do Canadá, pretende realizar mineração no fundo do mar nos Açores e negocia com o governo português.
- 2016 Fortes protestos ibéricos em Cáceres pelo não fechamento da central nuclear de Almaraz, junto ao rio Tejo.
- 2016 Contra a exploração do petróleo no Algarve.
- 2017 Fim de furo petrolífero em Aljezur é uma grande conquista da população.
- 2017 ONGs internacionais do ambiente reivindicaram, na Conferência dos Oceanos da ONU, o fim da mineração no mar, devido a insustentabilidade, oposição à agenda 2030.
- 2017 A mineração de lítio, o petróleo branco, em Montalegre como matéria prima da fabricação de carros produzidos em Portugal é um potencial conflito ambiental.
- 2017 A Organização Internacional do Trabalho-OIT, considera a mineração como o mais perigoso do mundo para se trabalhar.
- 2017 Mina de feldspato em Monchique é chumbada pela DGEG.

- 2017 A associação ambientalista Quercus, denuncia a exploração mineira a Serra da Argamela.
- 2017 Gasoduto para interligar rede nacional de gás com a espanhola ameaça paisagem do Alto Douro Vinhateiro e recebe primeiro parecer negativo da APA.
- 2017 O governo, através da DGEG, dá parecer negativo à exploração de caulim no município de Soure.
- 2017 A fábrica da CIMPOR, Alhandra, com 125 anos de funcionamento, continua a receber queixas da população sobre a poluição pelo ar por poeiras.
- 2017 Futura exploração de uma mina de urânio, em Retortillo, na província de Salamanca/Espanha, provoca protestos em Portugal.
- 2017 Multiplicam-se os protestos em Portugal exigindo o encerramento da central nuclear de Almaraz.
- 2018 As empresas de petróleo programam quatro furos de prospeção petrolífera algures no litoral português entre Lisboa e o Porto.
- 2018 A retirada do amianto em escolas está a ocorrer de maneira lenta, sendo maior ainda a lentidão nos edifícios públicos e nos privados.
- 2018 Governo aprovou extensão de prazo de mais um ano para direitos de prospeção de petróleo nas concessões ao largo de Aljezur.

ANEXO II

Organizações não-governamentais do Ambiente e outros parceiros

AZU - Ambiente em Zonas Uraníferas.
 Associação Ambiental A Nossa Terra.
 Associação de Defesa ao Ambiente de Sermonde e Serzedo.
 Associação Nacional de Conservação da Natureza-Quercus.
 Câmara Municipal de Santarém.
 Cegonha.
 CADRM - Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres.
 CLAPA - Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela.
 Comissão de Luta Contra o Caulino.
 Departamento para o Desenvolvimento Sustentável da CGTP-Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
 Esquerdanet.
 Environmental Justice Atlas.
 Folha Verde.
 GAIA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental.
 Gazeta das Caldas.
 Junta de Freguesia de Pernes.
 Liga para a Protecção da Natureza.
 Movimento Contra a Alta Tensão em Zonas Habitadas.
 MPI - Movimento Pró informação.
 MUNN – Movimento Urânio em Nisa Não.
 Plataforma Algarve Livre de Petróleo.
 Plataforma Mondego vivo.
 Plataforma Salvar o Tua.
 Plataforma Transgénicos Fora.
 PÓLEN - Canal dos Conflitos Ambientais em Portugal.
 Projeto COMPOLIS- Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais.
 Projeto Rios Livres.
 Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

Adriana Bravin, professora de Comunicação Social na Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil.

Ana Carolina Borges, investigadora do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea da Universidade Estadual de São Paulo, Brasil.

Ana Raquel Matos, investigadora do CES/UC.

Irina Castro, investigadora do CES/UC.

José Carlos da Costa Marques, Associação Campo Aberto.

Margarida Silva, investigadora do Centro de Biotecnologia e Química Fina da Universidade Católica do Porto.

Pedro Araújo, investigador do CES/UC.

Pedro Quartín Graça Simão José, cidadão em nome individual.

Rita Serra, investigadora do CES/UC.

Sérgio Santos, cidadão em nome individual.